Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Francisca Genilce Gomes Barbosa Coelho

Articulação entre movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos: a experiência da Frente Brasil Popular (2015-2018)

Doutorado em Serviço Social

São Paulo
2022

Francisca Genilce Gomes Barbosa Coelho

Articulação entre movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos: a experiência da Frente Brasil Popular (2015-2018)

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTORA em Serviço Social sob a orientação da Profa. Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz.

São Paulo

2022

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos a reprodução total ou parcial desta Tese de Doutorado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura:_____

Data:21/02/2022

E-mail: genilcegomes54@gmail.com

C672

Coelho, Francisca Genilce Gomes Barbosa

Articulação entre movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos: a experiência da Frente Brasil Popular (2015-2018). – São Paulo: [s.n.], 2021.

437 f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Serviço Social) -- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, 2022.

Orientadora: Rosangela Dias Oliveira da Paz.

1. Frente Brasil Popular. 2. Movimentos sociais. 3. Centrais sindicais. 4. Partidos políticos. I. Paz, Rosangela Dias Oliveira da. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social. III. Título.

CDD 361.3

Francisca Genilce Gomes Barbosa Coelho

Articulação entre movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos: a experiência da Frente Brasil Popular (2015-2018)

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTORA em Serviço Social sob a orientação da Profa. Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz.

Aprovada em: ___/____/___

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP)

_____

Profa. Dra. Carola Carbajal Arregui
Pontifícia Universiade Católica de São Paulo
(PUC-SP)

_____

Profa. Dra Mariangela Belfiore Wanderley
Pontifícia Universiade Católica de São Paulo
(PUC-SP)

_____

Prof. Dr. Hugo Fanton Ribeiro da Silva
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp)

_____

Profa. Dra. Silvia Cristina Arantes de Souza
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
(UFRB)

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (03/18 a 07/19) - (CAPES) – Código do processo 88887.179662/2018-00 e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Brasil – Código do processo 155082/2019-1.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (03/18 a 07/19) - (CAPES) Process code 155082/2019-1.
This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico (CNPq) – Brasil - Process code 155082/2019-1.

AGRADECIMENTOS

Início a seção com agradecimentos aos que vieram antes de mim, e que com seus conhecimentos ancestrais me possibilitaram chegar até aqui. Aos meus pais, que formaram essa família nordestina, um casal que, com 20 e poucos anos, saiu sozinho de sua terra natal, migraram com duas crianças pequenas na esperança de uma vida melhor. Ao chegarem em São Paulo, sem o apoio de parentes próximos e sem teto, foram morar em alojamento provisório e enfrentaram as dificuldades de quem passa por essa situação. E, desempregados, sem estudos e sem moradia, foram trabalhar na lavoura, no interior de São Paulo, adiando o plano de morar na capital paulista, o que foi realizado somente anos depois. Uma especial lembrança me vem do incentivo da minha mãe, que aprendeu o ofício de costureira, e com a venda da sua força de trabalho não deixou faltar material escolar para os quatro filhos, apoio que foi fundamental aos primeiros anos de estudo em escola pública, com sua oralidade e dedicação passou os conhecimentos e valores fundamentais para nossa vida. Uma mulher de fé cristã e coragem que ainda na ditadura militar, nos anos 1970, levou ao conhecimento do sindicato as precárias condições da indústria têxtil, na qual trabalhávamos (eu com 12 anos) e conseguiu com as demais trabalhadoras que fosse estabelecido intervalo na jornada de trabalho para o uso do banheiro, o que antes era proibido e, nos anos 1980, bateu panela contra a fome e a carestia. E mesmo com a resistência do meu pai, que achava que a luta não valia a pena, colocou em prática seu sonho de se livrar do alto preço do aluguel, que consumia parte significativa do salário dos dois, participou da ocupação dos terrenos em Heliópolis, comprado dos grileiros, que queriam cobrar aluguel dos moradores recém-chegados. No entanto, ao se deparar com essa realidade e com um local em que faltava água, luz e infraestrutura básica para morar, se organizou com os vizinhos, formando a primeira comissão de moradores e moradoras para lutar e conquistar o que hoje se tornou realidade para parte dos moradores, ter um teto e não ser despejado pelo poder público.

Agradeço à orientadora Profa. Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz pela relação estabelecida, que foi de um encontro de afinidades, que contou com os deveres de ofício, cuidados, encantos, partilhas e múltiplos aprendizados da minha parte. Sei que a ela coube a árdua tarefa de leitura, ouvir e editar, fazendo sugestões, mas a empreitada foi realizada com laços de ternura e diálogos constantes, tanto no processo de orientação, como no convívio no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais-NEMOS da PUC-SP. Da orientanda aumentou a admiração pela forma como a Rosangela exerce a profissão

de professora, a qual extrapola por ser também uma educadora popular, pois é constante sua relação com as práticas dos movimentos sociais. De forma que pude contar com alguém que me ouviu e me deu múltiplas possibilidades, sem relação de dominação, embora o espaço acadêmico seja, às vezes, de poder e de hierarquia. Nosso caminho foi mais de encontros do que de desencontros, de procura por uma construção mútua, de descoberta de bibliografias e caminhos metodológicos que enriqueceram esta pesquisa.

Agradeço aos componentes da banca de doutorado por terem aceitado o convite e pela honra dessa arguição, à minha orientadora, no mestrado, a Profa. Dra. Mariangela Belfiore Wanderley, da coordenação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, à Profa. Dra. Carola Carbajal Arregui, do Programa de Pós-graduandos em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, à Profa. Dra. Silvia Cristina Arantes de Souza, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, ao Prof. Dr. Hugo Fanton Ribeiro da Silva, doutor em Ciência Política, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp), ao suplente Dr. Francisco César Pinto da Fonseca, professor de Ciência Política, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e à suplente Caroline Rodrigues da Silva, doutora pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP.

Gratidão aos participantes da pesquisa, aos dirigentes e militantes da Frente Brasil Popular, que contribuíram de maneira relevante com seus conhecimentos para traçar a trajetória de articulação da FBP. Com eles, ouvi e aprendi sobre o ineditismo desta experiência. São eles e elas que, na direção de seus movimentos, centrais sindicais e partidos políticos, têm resistido a uma conjuntura de desmonte do estado democrático de direito, enfrentado os desafios de radicalização do neoliberalismo e lutado contra a exploração capitalista, são sujeitos coletivos e companheiros (as) na escrita desta tese.

Aos lutadores (as) da favela de Heliópolis, aproveito para prestar homenagem a Miguel Borges Leal, falecido em dezembro de 2021. Por muito tempo, ele foi nossa principal referência na luta por moradia em Heliópolis-SP, doou seus melhores anos na resistência pela favela e um país melhor e nos ensinou como seguir em frente, na teimosia da organização popular. Miguel foi uma liderança que deixou um exemplo de vida, além de ser um educador popular. Só nos resta gratidão pela honra de ter compartilhado de sua caminhada por esta vida e por ter aprendido com ele e com os demais sobre a organização das lutas na perspectiva de mudança estrutural, além da contribuição na formação de base e organização da classe trabalhadora no território. Não canso de afirmar que, ao chegar

em Heliópolis, ainda adolescente, passei a viver outra história, ao participar do movimento popular de luta por moradia. Ao envolver-me nas lutas coletivas comecei a entender que tínhamos direitos, pensar e acreditar ser possível a construção de um país com igualdade e justiça social, o que passou a dar outro sentido à minha vida. E, como escreveu o cantor Gilberto Gil, "me deram régua e compasso", foi educação popular e formação política para as lutas, constituíram-se como novos objetivos que me deram esperança, perseverança, sonhos e utopia. Foi na luta coletiva de Heliópolis que houve a percepção de que agir isoladamente e de forma fragmentada, as conquistas avançariam, mas não na intensidade desejada, pois são problemas que estão na raiz do sistema capitalista. Buscamos, então, contato com outros movimentos para trocar experiências e reforçar a ação e a articulação. Assim, percebemos que os problemas sociais não se restringiam à Heliópolis. Expandimos nossos horizontes e percepções, articulando-nos com outros movimentos da cidade, do estado e do país, filiando-nos a partidos políticos, participando da articulação e criação de entidades, tais como a Central de Movimentos Populares (CMP), na luta por políticas públicas com participação popular. Por isso, agradeço aos movimentos sociais que fazem a luta diária contra a exploração capitalista, por tempos sem homofobia, racismos, e sem machismo, violência de gênero e desigualdade, e tantos outros enfrentamentos que fazem parte da luta das companheiras do coletivo de mulheres da CMP como afirmou[1] o Papa Francisco no (IV Encontro Mundial dos Movimentos Populares com o Papa Francisco): "vocês são poetas sociais porque têm a capacidade e a coragem de criar esperança onde há descarte e exclusão".

À direção, aos professores e professoras, funcionários e estudantes da Escola Estadual Professor Ataliba de Oliveira, local no entorno de Heliópolis, na qual ingressei depois da graduação, com o diploma universitário e por concurso público na condição de professora de Sociologia. O afastamento da função, por licença não remunerada, teve apoio necessário para a escrita da tese. Nesta escola pública, convivo com a nova geração de moradores que muito me ensinam sobre a atualidade da favela e suas contradições. É o que nutre minhas esperanças de cuidar do broto, e como nos ensina Milton Nascimento,

[1] No dia16 de outubro de 2021, foi realizado o IV Encontro Mundial dos Movimentos Populares com o Papa Francisco, momento em que a Vossa Santidade proferiu sua mensagem e depois os movimentos populares compartilharam com ele o trabalho e as lutas que realizaram durante os momentos mais difíceis da pandemia pela COVID-19.O encontro foi na forma virtual e incluiu a exibição do vídeo "A Força do Nós" e a apresentação do documento "Salvemos a humanidade e o planeta", uma síntese dos diálogos sobre os dilemas da humanidade. Disponível em: https://youtu.be/92-WsRhspQI. Acesso em: 16 out. 2021

na canção “Coração de estudante”, que assim se renova a esperança e uma nova aurora a cada dia, “pra que a vida nos dê flor e fruto”.

Lembro-me da alegria que senti no primeiro dia de aula quando depois de 13 anos, longe do convívio escolar, voltei a estudar no supletivo da 8ª série do ensino fundamental. Confesso que era tanta alegria que tive vontade de beijar a carteira, tamanha felicidade. Imagine, então, o que foi entrar na graduação e depois no mestrado em Ciências Sociais da PUC-SP. Devo admitir que os anos desde a graduação, e todos os outros até aqui, marcam a minha trajetória de vida. Por isso, um agradecimento especial aos trabalhadores (as) dessa instituição, uma menção especial à Profa. Dra. Maria Lúcia Carvalho da Silva (*in memoriam*) e aos/as demais professores e professoras do Serviço Social, pela acolhida na pós-graduação, tanto no mestrado como no doutorado, e pela oportunidade de ter bolsas de estudo (em parte da graduação restituível, pós-graduação, bolsa Capes e CNPq) sem as quais essa trajetória não seria concluída.

A Andreia Fazekas Canhetti, assistente de coordenação PEPG em Serviço Social, que tanto nos ajuda nos requerimentos, nas solicitações, informações e orientações sobre o dia a dia da burocracia acadêmica.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais NEMOS-PUCSP pelas oportunidades de participação que soma um longo período desde 2006, quando fiz transferência do mestrado das Ciências Sociais para o Serviço Social, o que me possibilitou temporadas de ser aluna ouvinte e também muito falante. E mesmo completando dois anos de afastamento da sala de aula presencial, por causa da COVID 19, o NEMOS foi o espaço de troca, de debate acadêmico, às vezes, acalorado, mas, sobretudo, qualificado sobre a conjuntura nacional e internacional, que resultou em conhecimento para a escrita desta tese. Um espaço de partilha das angústias em tempos de pandemia e de esperançar dias melhores. Não vou citar os participantes que marcaram essa trajetória pelo risco de esquecer alguém.

Dou graças à minha irmã Cleo, parceira que muito me incentiva nesta jornada da vida e ao seu companheiro Antônio, pelos relatos e memórias sobre as histórias do movimento social e organização partidária. A Joana (*in memoriam*) pela dedicação e por seu amor na criação dos meus filhos, sem ela não teríamos chegado até aqui. Desde sua partida, sem o seu sorriso e alegria de viver, a vida nunca mais foi a mesma, resta-nos agradecer esse convívio e se habituar com a saudade diária.

A escrita desta Tese não seria possível sem o apoio do meu companheiro de vida Raimundo. Apesar das adversidades de uma vida militante, em uma conjuntura de difícil

articulação para a resistência, conjugamos todos os dias o verbo esperançar. Gratidão ao filho Bruno, que, de Belém-PA, foi firme na discussão dos temas e na leitura dos textos. À doutora Michele, minha gratidão pelas dicas de escrita e dos trâmites da pesquisa acadêmica, minha admiração pela pesquisadora extrapola os laços familiares. A filha Patrícia pela convivência e cuidados diários e às enteadas Ângela e Débora. E como escreveu Caetano Veloso, na música "O autoacalanto de Benjamin", termino os agradecimentos aos "caçulas de mim", à nova geração da família, aos que nos ensinam sobre a velhice e o futuro, às sobrinhas e sobrinhos, à neta Luiza, minha alegria e o maior amor do mundo. E aos netos Rafael e Samuel, que mesmo distante têm nos dado a possibilidade de viver o que nunca tínhamos vivido antes.

Se o mundo ficar pesado
Eu vou pedir emprestado
A palavra POESIA

Se o mundo emburrecer
Eu vou rezar pra chover
Palavra SABEDORIA

Se o mundo andar pra trás
Vou escrever num cartaz
A palavra REBELDIA

Se a gente desanimar
Eu vou colher no pomar
A palavra TEIMOSIA

Se acontecer afinal
De entrar em nosso quintal
A palavra TIRANIA

Pegue o tambor e o ganzá
Vamos pra rua gritar
A palavra UTOPIA

(Samba da Utopia, Jonathan Silva Ceumar)

Coelho, Francisca Genilce Gomes Barbosa. **Articulação entre movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos: a experiência da Frente Brasil Popular (2015-2018**. 2021. 437 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2022.

RESUMO

Esta tese trata da Frente Brasil Popular (FBP), uma articulação oriunda dos movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos, concebida como um projeto estratégico que resultou em um inédito formato de organização. Surgiu em um contexto de disputa política advindo desde as manifestações de 2013. Assim, se posicionaram como protagonistas no enfrentamento a uma conjuntura de ataque à democracia, desmonte das políticas públicas com a retirada dos direitos civis, políticos e sociais. O percurso metodológico privilegiou a pesquisa qualitativa e fez-se acompanhada da leitura dos documentos da FBP e da bibliografia sobre o tema das Frentes com estudo das fontes primárias e secundárias, além da observação do objeto a ser estudado e seu desenvolvimento, optou-se por utilizar técnicas diferenciadas, tais como: entrevistas exploratórias, entrevistas semiestruturadas por vídeo conferência e gravações de áudio com lideranças da FBP, devido ao momento da pandemia. A pesquisa atendeu aos objetivos específicos de contextualizar a realidade brasileira no momento de surgimento da articulação, pesquisou e sistematizou sua gênese de formação, com recorte temporal de 2015-2018. Embora a cada ano a situação política se configure com conjunturas distintas, a pesquisa revela que a FBP tem continuidade, permanece e se reinventa a cada conjuntura, se mantendo como um sujeito político de articulação, o que demonstra maturidade política para manter-se em diálogo e em mobilização, ao mesmo tempo que cada um dos membros que a compõem e a sustentam mantém sua identidade e autonomia. Consegue, assim, permanecer em movimento, posto que nesses anos de vigência constitui-se em condições de manter o tripé que compõe a articulação (movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos), confirmando ser uma forma de organização com tendência duradora, mesmo tendo que enfrentar os desafios de compartilhar o poder, buscar consensos nos processos coletivos, não perdendo a identidade e tampouco se tornando hegemônica de um único grupo.

Palavras-chave: Frente Brasil Popular, articulação, movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos.

Coelho, Francisca Genilce Gomes Barbosa. **Articulation among social movements, trade union centrals and political parties: the Popular Brazil Front experience (2015-2018)**. 2021. 437 f. Thesis (PhD in Social Service) – Pontifical Catholic University of São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2022.

ABSTRACT

This thesis addresses the Popular Brazil Front (FBP), an articulation originated in social movements, trade union centrals and political parties, conceived as a strategical project that resulted in an unprecedented organizational format. It has arisen in a context of political dispute since Brazil's 2013 protests, resulting from the deterioration experienced by political parties due to the criminalization promoted by a considerable portion of the Judiciary Power, Public Ministry, Federal Police and commercial media, leading to the collective subjects of the political struggle to strategically articulate themselves around it. Therefore, they have positioned themselves as protagonists in facing a scenario of a democracy attack and the dismantling of public policies via the withdrawn of civil, political and social rights. The methodological path has favored qualitative research and was carried out alongside with the reading of FBP documents and the bibliography on the Front theme, by studying primary and secondary sources, as well as observing the study object and its development; also opting for the use of different techniques, such as: exploratory interviews, semi-structured interviews via videoconference and audio recording with leaders from the FBP, due to the pandemic period. The research has met the specific objective of contextualizing the Brazilian reality at the moment when the articulation has arisen, and has researched and systematized its formation genesis, in the period from 2015 to 2018. Although each year the political situation is constituted by distinct contexts, the research reveals that the FBP has continuity, remains and reinvents itself in each new scenario, preserving itself as an articulation political subject, which demonstrates political maturity to sustain its dialogues and mobilization, while each of its composing members, which sustain it, keep their identities and autonomy. Thus, it can remain moving, given that throughout its duration, it is constituted by conditions that keep the tripod that compose the articulation standing (social movements, trade union centrals and political parties), confirming to be an organization with a lasting tendency, even though it must face the challenges of sharing power, seeking consensus in collective processes, not losing its identity and not becoming hegemonic of a single group.

Keywords: Popular Brazil Front, articulation, social movements, trade union centrals, political parties

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Cartaz Plebiscito da Constituinte.....	110
Figura 2:	Ato 13 de março de 2015.....	140
Figura 3:	Cartaz da Conferência.....	143
Figura 4:	Participantes da Conferência	143
Figura 5:	Coordenação da Conferência.....	144
Figura 6:	Bandeira da FPB.....	144
Figura 7:	Convocatória para as manifestações de 16 de dezembro de 2015.....	173
Figura 8:	Reunião da Frente Brasil Popular com a presidenta Dilma Rousseff, dezembro, 2015.....	176
Figura 9:	Reunião da Frente Brasil Popular com a presidenta Dilma Rousseff, dezembro, 2015.....	177
Figura 10:	Manifestantes protestam contra condução coercitiva.....	201
Figura 11:	Ato 18 de março de 2016 - Avenida Paulista – SP.....	203
Figura 12:	Manifestação 31 de março 2016-Praça da Sé- São Paulo (SP).	205
Figura 13:	Material de divulgação da Jornada pela democracia.....	207
Figura 14:	17 de abril 2016 - Vale do Anhangabaú, em São Paulo.....	210
Figura 15:	Resistência ao golpe.....	212
Figura 16:	Cartaz de chamada para o 1º de maio.....	217
Figura 17:	Cartaz do Encontro Comunicadores pela Democracia.....	221
Figura 18:	Ato de lançamento Frente Brasil de juristas pela democracia..	223
Figura 19:	Continuidade das mobilizações para derrotar o golpe.....	223
Figura 20:	Manifestação pelo Fora Temer.....	225
Figura 21:	Manifestação pelo Fora Temer.....	227
Figura 22:	Mobilização para passagem da tocha olímpica.....	228
Figura 23:	Chamada para manifestação em 9 de agosto-MASP-SP.....	233
Figura 24:	Cartaz da votação final do golpe.....	239
Figura 25:	Saída da presidenta Dilma do Palácio.....	240
Figura 26:	Manifestação pelo Fora Temer.....	244
Figura 27:	Cartaz ocupe a Paulista.....	246
Figura 28:	Manifestação.....	246
Figura 29:	Ato contra a PEC 241(55)	249

Figura 30: Manifestação Nenhum direito a menos..... 249
Figura 31: Primeira Plenária Nacional da FBP..... 250
Figura 32: Plenária Nacional da FBP..... 253
Figura 33: Participantes da Plenária da FBP..... 254
Figura 34: Paralisação na cidade de São Paulo (SP)..... 281
Figura 35: 100 anos de greve geral..... 283
Figura 36: Greve Geral e paralisações nos bairros..... 284
Figura 37: Ato em SP: A greve geral vai até a casa do Temer..... 291
Figura 38: Entrevista Coletiva-Brasília, 21 de maio de 2017 (FBP e FPSM) 301
Figura 39: Chamada para o Fora, Temer e Diretas, já..... 302
Figura 40: 24 de maio de 2017 – Ocupa Brasília..... 302
Figura 41: Repúdio a violência policial e uso das Forças Armadas..... 304
Figura 42: Cartazes por eleições Diretas já..... 305
Figura 43: Capa da Cartilha do Plano Popular de Emergência..... 307
Figura 44: Ato dia 30 de junho 2017..... 312
Figura 45: Cartaz sobre nota pública..... 313
Figura 46: Fora Temer e Diretas já..... 320
Figura 47: Participantes na II Conferência da FBP..... 321
Figura 48: Cartaz da campanha eleições sem Lula é fraude..... 336
Figura 49: Vigília Lula Livre -31 de dezembro 2018..... 345
Figura 50: Manifestação em Brasília contra a prisão do ex-presidente Lula e pelo registro da sua candidatura..... 351
Figura 51: Ato pelo direito de Lula ser candidato..... 352
Figura 52: A FBP na greve de fome pela liberdade do ex-presidente Lula..... 354
Figura 53: Mobilizações e atividades..... 367

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos interlocutores na pesquisa..... 33

Tabela 2: Organizações que se integraram (2015) à Frente Brasil Popular..... 145

Tabela 3: Cronologia das atividades do primeiro ano -Frente Brasil Popular..... 191

Tabela 4: Cronologia - processo do golpe..... 192

Tabela 5: Bandeiras Políticas..... 256

Tabela 6: Cronologia – 2016..... 260

Tabela 7: Cronologia do golpe 263

Tabela 8: Cronograma das atividades realizadas pela FBP-2017..... 332

Tabela 9: Mudanças na eleição 2018..... 363

Tabela 10: Cronologia- atividades 2018..... 381

LISTA DE SIGLAS

ADC's	Ações Declaratórias de Constitucionalidade
ALBA	Aliança Bolivariana para as Américas
ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Comunitária
ACSP	Associação Comercial de São Paulo
ADERE	Articulação dos Empregados Rurais de Minas Gerais
AI	Ato Institucional
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALESP	Assembleia Legislativa de São Paulo
ALN	Aliança Nacional Libertadora
ANA	Associação Nacional de Agroecologia
ANPG	Associação Nacional dos Pós-Graduandos
ANSUR	Articulação Nacional do Solo Urbano
APEOESP	Sindicato dos Professores de São Paulo
ASC	Aliança Social Continental
ATRAF	Associação dos Trabalhadores de Franca
BDF	O Brasil de Fato
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICs	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BRICs	*Building Better Global Economic*
CALC	Cúpula da América Latina e do Caribe
CBES	Comunidades Eclesiais de Base
CBJP	Comissão Brasileira de Justiça e Paz
CCCA	Campanha Continental contra a ALCA
CCJ	Constituição e Justiça e de Cidadania
CEBES	Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
CEBRAPAZ	Centro Brasileiro de Solidariedade e Luta pela Paz
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CES	Centro dos Estudantes de Santos
CETER-BA	Conselho Estadual de Trabalho e Renda da Bahia -
CF	Constituição Federal
CGT	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIA	Central Intelligence Agency
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMP	Central de Movimentos Populares
CMS	Coordenação dos Movimentos Populares
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNTE	A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONAM	Confederação Nacional das Associações de Moradores
CONAPE	Conferência Nacional Popular de Educação
CONAQ	Movimento Nacional dos Quilombolas
CONCLAT	Congresso Nacional da Classe Trabalhadora –
CONEN	Coordenação Nacional de Entidades Negras
CONLUTAS	Coordenação Nacional de Lutas
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
DCE	Diretório Central dos Estudantes
FAP	Fator Acidentário de Prevenção
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBP	Frente Brasil Popular
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FMP	Frente de Mobilização Popular
FMUSP	Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
FPSM	Frente Povo Sem Medo
FPU	Federação Única dos Petroleiros
FSM	Fórum Social Mundial
FUP	Federação Única dos Petroleiros
IC	Internacional Comunista
INESC	O Instituto de Estudos Socioeconômicos
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ITR	Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural
MAM	Movimento Nacional Pela Soberania Popular Frente à Mineração
MAR	Movimento dos Afetados por Represas
MAR	Movimiento de Afectados por Represas na América Latina
MBL	Movimento Brasil Livre
MCI	Movimento Comunista Internacional
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MCP	Movimento Camponês Popular
MLB	Movimento de Luta em Bairros e Favelas
MLT	Movimento de Luta por Terra
MLT	Movimento de Luta por Terra
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MNLCN	Movimento Nacional de Luta Contra
MNLCN	Movimento Nacional de Luta Contra o Neoliberalismo e Pelo Socialismo
MOPOS	Movimento Popular de Saúde
MOTU	Movimento dos Trabalhadores Urbanos
MP	Ministério Público
MP	Medida Provisória
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MPL	Movimento Passe Livre
MR8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MTD	Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos
MTD	Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos
MTST	Movimento dos trabalhadores Sem Teto
MUF	Movimento Unificado Favela
NR	Norma Regulamentadora
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil

OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OSM	Oposição Sindical Metalúrgica
PCB	Partido Comunista do Brasil
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCI	Partido Comunista Italiano
PCO	Partido da Causa Operária
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PEN	Partido Nacional Ecológico
PF	Polícia Federal
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei Complementar
PM	Polícia Militar
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PP	Partido Progressistas
PRB	Partido Republicano Brasileiro" (PRB).
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão do Rio de Janeiro
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido do Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RAP	Ritmo e Poesia
RENAP	Rede Nacional de Advogados Populares
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SENGE-RJ	Sindicato dos Engenheiros do Estado – Rio de Janeiro
SINDIELETRO MG	Sindicato dos Eletricitários de Minas
SINDSEP	Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo
SINDUTE MG	Sindicato Único de trabalhadores em Educação de Minas Gerias
SRB	Sociedade Rural Brasileira
SSB	Semanas Sociais Brasileiras
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCU	Tribunal de Contas
TRIPS	Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property (Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio)
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UBM	União Brasileira de Mulheres
UEE-SP	União Estadual dos Estudantes de São Paulo
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UJS	União da Juventude Socialista
UJS	União da Juventude Socialista
UMES-SP	União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo
UMM	União dos Movimentos de Moradia
UMM	União Nacional por Moradia Popular
UNASUL	Nações Sul-Americanas
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional de Estudantes
UNEGRO	União de Negros Pela Igualdade
UP	Unidade Popular

UPES	União Paulista dos Estudantes Secundaristas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 23

CAPÍTULO 1 - EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS E BRASILEIRAS DE FRENTES DE ARTICULAÇÃO 63

1.1. Frente Única: polêmicas sobre estratégia e tática 66

1.2 Frente Popular: uma guinada histórica 73

1.3 A primavera das Frentes Populares 80

1.4 Experiências frentistas no Brasil 86

1.4.1 Aliança Nacional Libertadora: uma Frente antifascista 88

1.4.2 Frente de Mobilização Popular: um grupo de pressão pelas reformas de base 91

1.4.3 Frente Ampla: na ditadura os inimigos se juntam 93

1.4.4 Diretas Já: dimensão cívica e jeito de festa 95

1.4.5 A Frente Brasil Popular- 1989, o Fórum Terra, Trabalho e Cidadania e a Campanha contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).....97

CAPÍTULO 2 - O SURGIMENTO DA FRENTE BRASIL POPULAR (2015)....117

2.1 Os Protestos de 2013-Não foi por 20 centavos?.....117

2.2 As articulações para a formação da Frente Brasil Popular.....132

2.2.1 Uma nova articulação na cena política: o debate e a construção do consenso.....141

2.2.2 A Frente Brasil Popular: sonho que se sonha junto pode se tornar realidade 155

2.2.3 As pautas setoriais e as polêmicas.....164

2.2.4. Polêmicas: é preciso ter paciência histórica 168

2.3 Em defesa da democracia: "não vai ter golpe".....171

2.4 Duas Frentes no campo da esquerda: como articular e lutar lado a lado.....180

CAPÍTULO 3 - O GOLPE DE 2016 E SEUS DESDOBRAMENTOS.....195

3.1 Tem golpe, vai ter luta? Da condução coercitiva do ex-presidente ao afastamento da presidenta Dilma Rousseff 201

3.2 Os Primeiros Encontros de organização da Frente Brasil Popular: os comunicadores, os juristas pela democracia.....221

3.2.1 Olímpiadas uma ferramenta de reinvindicação 228

3.3 O *impeachment* da presidenta Dilma: o golpe legitimado, a luta continua 231
3.4 Primeira Plenária Nacional da FBP: a carta de Belo Horizonte 250
3.4.1 Debatendo o melhor para o Brasil 252
3.5 O redemoinho de 2016 257

CAPÍTULO 4 - A FRENTE BRASIL POPULAR: A RESISTÊNCIA AO GOVERNO TEMER (2017) 271
4.1 Algumas notas sobre o conceito de Estado 271
4.2 "Fora Temer" e Contra a retirada dos direitos.....275
4.2.1 O desafio de articulação entre movimento sociais, centrais sindicais e partidos políticos: a greve geral e paralisações e o Ocupa Brasília.....281
4.3 Uma janela de oportunidade 300
4.3.1 O Plano Popular de Emergência: nenhum direito a menos e por Diretas Já 306
4.3.2 Jornada de Lutas da Juventude Brasileira em Defesa da Soberania Nacional 317
4.4 II Conferência da FBP: Resistiremos e venceremos, unidade e luta por democracia, direitos e soberania 321

CAPÍTULO 5 - FRENTE BRASIL POPULAR: RESISTÊNCIAS E IMPASSES 334
5.1 Resistências: as mobilizações por Lula Livre e por eleições livres e democráticas343
5.2 Mobilização por Soberania, Direitos e Lula livre 350
5.3 Eleições 2018: mobilizações nas redes e nas ruas.....355
5.4 Impasses na formação de uma Frente ampla 374

CONCLUSÕES.....383
REFERÊNCIAS 406
ANEXOS 425
APÊNDICES.....427

INTRODUÇÃO

A Frente Brasil Popular (FBP), fundada em 5 de setembro de 2015, é fruto de um contexto histórico advindo das manifestações de 2013 e da crise no projeto político do governo, empossado em 2003. A fundação e a proposição da FBP ocorrem em um momento de acirramento social e político na sociedade brasileira, perpassando as eleições de 2014, tendo continuidade no período pós-eleição e golpe de 2016, em um contexto de aprofundamento do projeto neoliberal no país.

A gênese da FBP vem das lutas populares anteriores e sua formação se alicerçou em um tripé dos movimentos sociais, centrais sindicais[2] e partidos políticos. Ela foi concebida como um projeto estratégico de diferentes forças, entre as quais estão a Central de Movimentos Populares (CMP), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central de Trabalhadores Brasileiros (CTB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e dos partidos políticos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido da Causa Operária (PCO). Todos eles se constituem como sujeitos políticos que se definem e se colocam no campo político do chamado projeto democrático popular.

As mudanças resultantes dos anos de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) afetaram vários planos da sociedade brasileira (BEHRING, 2007; SINGER, 2012; AVRITZER, 2016; SOUZA, 2017). Esses autores, entre outros, mostram especificidades do Estado e da sociedade civil brasileira, que passaram pela construção da democracia e disputa por participação, que impactaram nos processos e dinâmicas dos movimentos sociais, das centrais sindicais e dos partidos políticos. O que têm gerado na academia, na mídia e na sociedade, debates em torno do real significado das mudanças, sobretudo, no que se refere à indagação quanto aos desdobramentos e incidência no contexto político subsequente.

A Frente Brasil Popular se constitui, em contexto de disputa de projetos societários distintos (DAGNINO, PANFICHI, 2006), como sujeito coletivo de organização. Sua atuação se dá de maneira complexa, pois envolve a articulação, mobilização e organização de sujeitos sociais diversos para ações políticas conjuntas em um momento atípico da vida nacional e da conjuntura econômica internacional. E, torna-

[2] Para a compreensão da FBP, as centrais sindicais serão diferenciadas dos movimentos sociais, posto que a forma organizativa de uma central se constitui em uma articulação de sindicatos e unem os sindicatos com o objetivo de garantir uma representação unificada.

se um objeto de pesquisa por ter se estabelecido como sujeito político coletivo na conjuntura do Brasil, cenário de disputa de projetos societários e de luta de classe.

Na presente pesquisa, propomos a análise desse experimento singular que é a Frente Brasil Popular, por meio de pesquisa bibliográfica, documental e empírica sobre a formação dessa forma de articulação (Frente), tanto ao longo da história, nas experiências internacionais, como na experiência brasileira, ou seja, propomos estudar essa forma de organização e compreendê-la.

Para a análise do objeto, buscamos apoio nas Ciências Sociais que surgiram na Europa, no século XIX, constituindo-se como resultado do esforço intelectual para explicar a sociedade, cada vez mais complexa, dinâmica, diversificada. Uma sociedade industrial capitalista, na qual a ciência nasce como resposta às demandas e indagações, pois está diante das novas relações sociais inerentes ao processo de desenvolvimento da indústria, da intensificação da urbanização, divisão do trabalho e intensificação da especialização do trabalho, assim como a interdependência cada vez mais intensa.

Para o referido estudo, nos aproximamos de Marx (2007), que concebe a sociedade como algo que se transforma historicamente, na qual o modo de produção capitalista, a base, é a contradição entre as classes sociais e a busca incessante pelo lucro. Ou seja, nos orientamos pelo materialismo histórico e dialético para o estudo da realidade.

Nesse movimento dialético, os trabalhadores e trabalhadoras vendem sua força de trabalho em busca de um salário, e a reprodução dessa situação ocorre com base na ampliação do lucro por meio do aumento da produtividade, sendo necessário que novas formas de controle e exploração do trabalho servil sejam incorporadas à produção de mercadorias.

O presente estudo da Frente Brasil Popular especifica o ineditismo da forma organizativa da articulação entre movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos. Nesse sentido, o estudo contribuirá para a ampliação das produções acadêmicas sobre a articulação entre movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos. Portanto, esta pesquisa se insere no campo dos estudos sobre a organização, articulação e projetos estratégicos, em um contexto de um país em que a participação popular tem sido escassa, tanto nas decisões dos temas nacionais como na apropriação do espaço público.

As Frentes surgem em momentos de retrocessos institucionais, sociais e políticos, que atingem parte da sociedade, uma das formas de resistência e de enfrentamento deste tipo de situação, historicamente aparece em formatos (Frente única, Frente popular,

Frente ampla, Frente antifascistas, entre outras), tendo em vista experiências internacionais e nacionais, englobando diversos objetivos que podem ser defensivos, reativos ou empregados para disputas e conquistas eleitorais, entre outros.

No caso específico do Brasil, diante do desgaste vivido pelos partidos políticos, em virtude da criminalização da esquerda, em especial dos movimentos, dos sindicatos, e dos partidos políticos, promovidos por parte considerável do Poder Judiciário (Ministério Público e Polícia Federal) e da mídia comercial, e de frações da burguesia, entre outros. Os movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos se articularam estrategicamente em torno da Frente Brasil Popular (FBP). Assim, se posicionaram na cena política como protagonistas no enfrentamento a uma conjuntura de desmonte das políticas públicas e da retirada dos direitos civis, políticos e sociais. Se movimentou em apoio ao governo da Presidenta Dilma Rousseff, ao mesmo tempo que se colocaram contra as medidas recessivas da governante e, posteriormente, na articulação em torno da bandeira "*Não vai ter golpe, vai ter luta"*.

Esta pesquisa tem por objetivos específicos: contextualizar a realidade brasileira no momento de surgimento da Frente Brasil Popular; pesquisar e sistematizar sua gênese de formação, com recorte temporal de 2015-2018, para entender as formas de articulação no enfrentamento ao projeto neoliberal, contra a retirada dos diretos dos trabalhadores e na disputa de um projeto societário, aprofundar a análise do conhecimento acadêmico sobre articulações em Frentes de articulação; analisar o papel e contribuições da FBP no contexto anterior e posterior ao golpe de 2016. E, assim, elaborar aporte teórico para o estudo de formação e articulação desse tipo de organização para compreender quais são as formas de enfrentar os impasses na disputa por democracia, em que se instala o conservadorismo, o neoliberalismo e a financeirização, levando ao desemprego, à fome e à miséria, milhões de brasileiros e brasileiras.

A Frente Brasil Popular se defronta com o desafio de articular um campo cujo tripé está alicerçado nos movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos e, nessa encruzilhada histórica, a questão é se estamos diante do fim de um ciclo de construção democrática, de conquistas de direitos e de participação popular ou se o que se aproxima é uma etapa de volta da ditadura e instalação do fascismo.

Percurso metodológico da pesquisa

A conceituação de metodologia, palavra de origem grega, conforme Paz e Arregui (2017, p. 19), "é o estudo dos métodos, refere-se aos pressupostos filosóficos e às teorias que fundamentam um estudo particular. Consequentemente, a metodologia é um caminho para produção de conhecimentos". No mesmo sentido, Martinelli (2019, p. 34), corroborando o exposto acima, aponta que é caminho, uma vez que "não se faz pesquisa utilizando um único recurso ou única fonte".

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, serão realizadas aproximações ao método de análise marxiano, que vinculado à perspectiva teórico-metodológica traz elementos para o entendimento da realidade do sistema capitalista. Tendo em vista que, "o método delimita o modo de obtenção do conhecimento, o caminho para chegar a um fim, incluindo uma série de procedimentos científicos, que validam ideias, hipóteses, teses e proposições" (PAZ; ARREGUI, 2017, p. 19).

No método marxiano de observação e análise, parte-se de um fato ou de um conjunto de particularidades empíricas da realidade, um ponto sem o qual o conhecimento teórico é impensável. Neste método de análise, as categorias propostas pelo estudioso, do modo de produção capitalista, os fatos têm importância. Contudo, se há uma renúncia do empirismo, essa recusa não significa desconsiderar o real, pois a empiria é a expressão do real. A aparência é apenas o ponto de partida para o conhecimento da realidade concreta. E, por isso, os desafios para se delimitar os caminhos da pesquisa são vários, uma vez que:

> Há diferentes caminhos para a produção de conhecimento, portanto, uma pluralidade de métodos e de metodologias que comparecem nas ciências humanas e sociais. Neste sentido, é importante destacar que a construção de uma metodologia pressupõe a realização de escolhas teóricas e políticas e metodológicas. (PAZ; ARREGUI, 2017, p. 19)

No método marxiano, busca-se elevação através das operações racionais que vão do abstrato ao concreto. Esses são os procedimentos mais significativos, compondo uma das formas de como se deve estudar o trato do objeto. O real é um processo histórico, uma realidade e uma consciência, "ambas em movimento, não podem jamais resultar do conhecimento absoluto, fixo, imutável. Por isso, a reflexão da realidade pela consciência é um constante processo de aproximação das ideias em relação à realidade em permanente evolução" (LESSA, 2008, p. 51).

A metodologia inclui pesquisa qualitativa com o estudo bibliográfico e documental e referências na história oral. E será realizada com procedimentos usados pelo Serviço Social e pelas Ciências Sociais que, para conhecer a realidade social, faz pesquisa qualitativa, com observação dos sujeitos estudados, não dispensando, quando for o caso, os dados estatísticos, buscando o entendimento dos fenômenos específicos em profundidade.

A pesquisa sobre a Frente Brasil Popular inscreve-se em uma tentativa de estudar a forma de organização em articulação e compreendê-la. Assim, escovar a história a contrapelo, conforme o proposto por Walter Benjamin, em1940, ao escrever[3] *Sobre o conceito de história*. Para o autor, a história como os humanos a fazem não é um movimento contínuo linear, ela é marcada por rupturas.

Benjamin (2021) entende que o sentido da história vem da ação dos humanos(as) e ela não pode ser pensada como se estivesse inteiramente dada antes dos sujeitos agirem. Os humanos(as), ao fazerem suas escolhas e tomarem suas decisões, não pré-determinam o que vai acontecer em seguida. O sujeito dispõe da possibilidade de surpreender. É preciso se empenhar no aproveitamento dessa ação para se contrapor. Diante desse imperativo, Walter Benjamin (2021) propõe escovar a história a contrapelo.

Benjamin (2021) escreveu as *Sobre o Conceito de História*, em que a concepção de história data do século XVII. Nessa concepção, ao historiador caberia partir do presente para investigar o passado, e, mais que isso, não tomar a matéria do passado por neutra. Ao contrário, o historiador deve sentir, concretamente, que a relação com o passado somente será verdadeira se mexer conosco, se aquele passado tem algo nosso, tendo em vista que o passado está carregado de possibilidades de futuro, uma significação decisiva, há importância do futuro pretérito, na rememoração histórica (KONDER, 1988).

Assim, o autor, que propõe escovar a história a contrapelo, posiciona-se contra uma determinada concepção de história, na qual o historicismo é um *continuum*, que culmina na noção de progresso, por isso, todo monumento de cultura é o monumento de barbárie. Essa afirmação instiga-nos a pensar que a história é construída de barbárie em barbárie. Logo, a classe operária deveria preocupar-se não com futuro, mas com seu passado, que é marcado por mortes. Uma história composta por ruínas permanentes e sentimento de catástrofe.

[3] Disponível em: https://jacobin.com.br/2021/07/sobre-o-conceito-de-historia/. Acesso em 19 de fev.2021.

Para Walter Benjamin, a luta de classes não podia ficar restrita às questões do cotidiano, como se vestir, comer, entre outras. Tal forma diminuiria a espécie humana. Além disso, é preciso pensar a história não apenas pela perspectiva dos vencedores e sim pela lógica dos vencidos – não apenas o triunfalismo. O autor conclui que o fracasso não é sempre negativo, pois, se mobilizado, transforma-se em outras possibilidades, mas não se pode esquecer de que a cultura e a civilização foram construídas pela barbárie. Portanto, para Benjamin, segundo Michelin (1995, p. 97), é preciso "escovar a história a contrapelo", recusar a ilusão do progresso daqueles que mantêm uma concepção exitosa da história.

Para o desenvolvimento da pesquisa, realizaram-se consultas em documentação específica relacionada à FBP: cartilhas, jornais, artigos, reportagens, entrevistas concedidas por seus dirigentes e artigos de opinião dos mesmos, sempre guardando relação com as resoluções (congressos, conferências e plenárias), notas oficiais e técnicas, sempre que o registro e a sistematização dos dados e das informações tivessem ao alcance e acesso da análise por parte da pesquisadora. Severino (2002, p. 37) nos instrui que "a documentação temática visa coletar elementos relevantes para o estudo em geral ou realização de um trabalho particular, sempre dentro de determinada área" (SEVERINO, 2002, p. 37).

Utilizaram-se, ainda, instrumentos de pesquisa documental, temática e bibliográfica, no sentido de se obterem informações com base do universo da análise realizada com dados obtidos por observação direta do grupo estudado, com entrevista, com roteiro semiestruturado, e aberta e pela observação participante, a fim de possibilitar o entendimento da Frente Brasil Popular.

Nossa aproximação ao objeto Frente Brasil Popular deu-se pela participação nas atividades de articulação, acompanhadas de pesquisa no site[4] da organização, no qual encontram-se postagens até 2019. Nas plataformas digitais, constam os documentos dessa trajetória. Na rede digital, *Facebook*, verifica-se a reprodução de matérias do *Jornal Brasil de Fato/MST*. No *YouTube* e no *Twitter*, é possível encontrar os assuntos atualizados. Nas diversas mídias, constam informações sobre o compromisso da

[4] Entre os meses de agosto e setembro de 2021, o site da FBP ficou fora do ar. Foi preciso insistir com a coordenação para solucionar o problema e explicar a importância de mantê-lo tanto para a pesquisa acadêmica como para as demais pessoas que se interessam pela articulação. Nessa interlocução, tomei conhecimento de que a CUT era a responsável financeira pelo meio digital. O site retornou em outubro, mas se antes o endereço eletrônico era: http://Frentebrasilpopular.org.br>, ao voltar passou a ser http://Frente brasil.cut.org.br/. Acesso em: out. 2021

organização, descrição sobre ela (Quem Somos), além de documentos fundacionais, tais como: Compromisso com a militância, Manifesto ao Povo Brasileiro e o Plano Popular de Emergência.

Obtive acesso às circulares e documentos internos da FBP por meio do contato com o seu secretário, a quem agradeço. Ele me enviou os documentos, somente depois de certificar a identidade da pesquisadora com os demais membros. O cuidado em não fornecer as informações internas é compreensível, tendo em vista que o País tem vivido sob ameaça de aprofundamento do golpe à democracia, e aos direitos humanos (civis, sociais, políticos) e acirra a criminalização aos movimentos que se opõem ao governo. O acesso ao acervo possibilitou organizar as ideias e aprofundar o conhecimento da agenda comum da FBP.

As circulares tomam formatos diversos, às vezes, de cartas, outras de manifesto que, produzido, se dirige aos componentes da FBP, escrito para a comunicação eletrônica, que tem a função de: circulação interna da análise de conjuntura política, econômica e social e de planejamento das ações, e orientações para a sua realização, ou seja, estratégias e táticas. No entanto, não temos como averiguar se as atividades programadas foram todas realizadas. Mantê-las na escrita desta tese é conservar uma memória que de outra forma pode se perder. Os assuntos tratados nas circulares, às vezes, se repetem, e algumas datas não seguem a ordem cronológica. Nesses documentos, encontramos os calendários de lutas e, para dar concretude às ações realizadas, inserimos os materiais gráficos quando estavam disponíveis.

Para a escrita dos capítulos, há o entrelace dos escritos de livros e artigos sobre o golpe de 2016 e pós-golpe, as circulares da Frente Brasil Popular, contendo as análises da conjuntura e orientações, as convocações, entre outras. Além dessas, documentos disponíveis para consulta feita ao site da articulação: cartilhas, faixas, e o jornal da Frente Brasil Popular, entre outros. E, ainda, as entrevistas com os sujeitos da pesquisa.

A documentação temática foi complementada por pesquisa bibliográfica nos periódicos da Capes; Scielo Brasil; Google acadêmico; Biblioteca da PUC-SP; Biblioteca digital de teses, entre outros. Seguindo as orientações de Severino (2002, p. 39), de que a "documentação bibliográfica constitui-se um acervo de informações sobre livros, artigos e demais trabalhos que existem dentro de uma determinada área do saber".

O estudo da bibliografia teórica buscou em livros, teses, dissertações, textos e artigos relacionados aos autores que estudam o Brasil, formulando teorias e conceitos:

Estado, democracia, movimentos sociais, centrais sindicais, partidos políticos, formação de Frentes e da FBP.

Para se entender a formação da Frente Brasil Popular, a articulação entre movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos, tomaremos algumas referências da História oral, a partir dos relatos das experiências vividas de lideranças sociais e políticas, representantes que são dessas organizações.

O interesse dos pesquisadores pela metodologia da História oral deu-se de forma progressiva, uma vez que se aguçou o interesse pelo segmento das classes populares, ou seja:

> Por aqueles que quase não compareciam nas pesquisas históricas, consolidando-se com uma metodologia interdisciplinar de trabalho que tem e mantém interface com várias ciências. Construindo-se a partir do discurso humano, valoriza a memória, a fala como instrumentos de recuperação da história e de avanço da luta social (MARTINELLI, 2019, p. 28).

Martinelli (2019, p. 33) observa a importância histórica e o desafio de considerar os "sujeitos, protagonistas históricos, cujas memórias pessoais são de interesse social". A História oral é também a história da memória que, embora se construa no contexto social, é sempre memória pessoal [...] que dá suporte à memória pública (MARTINELLI, 2019, p. 33).

Sendo assim, buscaremos elementos dessa metodologia, e atentaremos para o objetivo de tornar evidente a participação das pessoas nos acontecimentos históricos. Ainda sobre a função social e política do pesquisador, Martinelli (2019, p. 34-35) alerta para "fazer que histórias pessoais e história social se entrelacem, contribuindo para que o acervo da memória humana não seja desprezado e para que essas histórias circulem entre gerações e possa trazer novos significados para os acontecimentos históricos".

Vale lembrar os escritos de Marx e Engels (2003), no livro -*A sagrada família*- que a História não faz nada, não possui nenhuma riqueza imensa, não luta nenhum tipo de luta", quem possui e luta é, muito antes, o humano real. "A História é que utiliza o homem para alcançar seus fins – como se se tratasse de uma pessoa à parte-, pois a História não é senão a atividade do homem que persegue seus objetivos" (MARX; ENGELS, 2003, p. 111).

Esta pesquisa realizou entrevistas semiestruturadas com representantes que compõem a Frente Brasil Popular, que são os participantes e dirigentes do tripé movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos. "A historicidade da

experiência pessoal unida ao impacto dos acontecimentos históricos é um dos principais pilares da história oral" (MARTINELLI, 2019, p. 33).

A pesquisa, *Articulação entre movimentos sociais, partidos políticos e centrais sindicais: a experiência da Frente Brasil Popular (2015 a 2018)*, será desenvolvida por uma pesquisadora que tem trajetória de atuação nos movimentos sociais e, por isso, cabe declarar essa especificidade.

Santos (2015) explicita algumas características da pesquisa militante na área de humanas, uma vez que os pesquisadores(as) nesse campo entendem que a produção do conhecimento científico está estreitamente vinculada à necessidade de transformação da realidade social e política. São aqueles que não só se envolvem com o campo científico como também com o campo político e social. Outra distinção da pesquisa militante é sua inserção no campo das práticas, ou seja, práxis da intervenção social e na práxis do pesquisador que é também sujeito da realidade que pretende transformar.

Dissertando sobre o mesmo tema da pesquisa militante, Varella (2017) a propõe como uma nova chave interpretativa para a compreensão do marco teórico e a construção de uma narrativa para visibilizar, as teorizações dos/as partir/com os movimentos sociais", notadamente as pesquisas que se orientam pela ação transformadora e efetivadas em convergência com os sujeitos coletivos (VARELLA, 2017, p. 13).

A aproximação entre a pesquisadora, os sujeitos e o objeto da pesquisa proporcionam observação nos espaços de organização da FBP: reuniões (presenciais e on-line), assembleias populares, seminários, cursos e congressos. É nesses espaços de reunião que se constroem os relatos que contribuem para o conhecimento do objeto de pesquisa.

A participação dos intelectuais na vida pública não é fato recente e pode ser verificada em diferentes tempos históricos. Na sociedade capitalista, contudo, os intelectuais não formam um grupo independente das classes sociais; constituem-se, antes, como "criadores" das classes sociais fundamentais, elaboradas em seu processo de desenvolvimento para conferir homogeneidade e concretude a determinado projeto de sociedade (SIMIONATTO, 2014, p. 9).

Gramsci (2017) nos alerta sobre o erro em que se ocorre frequentemente nas análises histórico-políticas:

> Consiste em não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional: chega-se assim ou a expor como imediatamente atuantes causas que, ao contrário, atuam mediatamente, ou a afirmar que as causas imediatas são as únicas causas eficientes. Num caso, tem-

> se excesso de "economicismo" ou de doutrinarismo pedante; no outro, excesso de "ideologismo". Num caso, superestimam-se as causas mecânicas; no outro, exalta-se o elemento voluntarista e individual. (A distinção entre "movimentos" e fatos orgânicos e movimentos e fatos de "conjuntura" ou ocasionais deve ser aplicada a todos os tipos de situação, não só àquelas em que se verifica um processo regressivo ou de crise aguda, mas aquelas em que se verifica um processo progressista ou de prosperidade e àquelas em que se verifica uma estagnação das forças produtivas). O nexo dialético entre as duas ordens de movimento e, portanto, de pesquisa, dificilmente é estabelecido de modo correto; e, se o erro é grave na historiografia, mais grave ainda se torna na arte política, quando se trata não de reconstruir a história passada, mas de construir a história presente e futuro: os próprios desejos e as próprias paixões baixas e imediatas constituem a causa do erro, na medida em que substituem a análise objetiva e imparcial e que isto se verifica não como meio consciente para estimular à ação, mas como autoengano. O feitiço, também neste caso, se volta contra o feiticeiro, ou seja, o demagogo é a primeira vítima de sua demagogia. (GRAMSCI, 2017, p. 531, 542)

Pesquisa qualitativa: Critérios e processo de entrevista e de aproximação

A pesquisa qualitativa, cuja análise do contexto é indissociável, fez-se acompanhada pela observação do objeto a ser estudado e seu desenvolvimento. Foram utilizados múltiplos métodos, entre eles o estudo das fontes primárias e secundárias e análises das informações e dos resultados coletados nas experiências vividas e na observação com técnica de seleção intencional e dirigida aos sujeitos representantes de movimentos, partidos e centrais que fazem parte da história da FBP desde sua fundação, o que contribuiu na coletas de dados e nas análises de documentos, que compuseram o material cujas variáveis resultaram nas análises das falas e explicitação dos conceitos.

Para se colocar em prática a investigação, optou-se por utilizar técnicas diferenciadas, tais como: entrevistas[5] exploratórias, entrevistas semiestruturadas por vídeo conferência e gravações de áudio. Por não seguir um roteiro fechado, a entrevista semiestruturada teve questões pré-definidas, sendo adotada de acordo com os diálogos entre a pesquisadora e o entrevistado, a partir de tópicos genéricos, contando-se com a possibilidade de encurtar ou se prolongar a entrevista ou, ainda, de improvisar, a depender do ponto de interesse. Houve a combinação de perguntas abertas e fechadas, favorecendo as respostas espontâneas. A entrevista foi realizada após a assinatura pelos participantes do TCLE (anexo).

[5] As transcrições das falas dos sujeitos foram realizadas pela pesquisadora.

Realizamos a pesquisa seguindo as orientações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEp), dirigida aos pesquisadores e Comitês de Ética em Pesquisa em relação a procedimentos que envolvam o contato com participantes e/ou coleta de dados em qualquer etapa da pesquisa, em ambiente virtual. Tais medidas visam preservar a proteção, a segurança e os direitos dos participantes da pesquisa.

Todos os participantes têm seu nome indicado na pesquisa, posto que autorizaram a publicação, por meio de assinatura do Termo de Livre Consentimento. Os entrevistados e entrevistadas são militantes, lideranças, dirigentes e figuras públicas com notada presença nas redes digitais e no espaço de debate público, sendo sujeitos que, ao longo das suas histórias, têm refletido sobre a própria FBP, o que traz um diferencial para a presente Tese, visto que eles e elas têm um longo histórico de participação em processos de articulação.

Os sujeitos da pesquisa

Os sujeitos interlocutores da pesquisa foram definidos a partir dos seguintes critérios: participantes/lideranças representantes do tripé da formação/coordenação da FBP: os movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos, com diferentes tempos de participação desde a fundação, e observância da questão de gênero. Foram entrevistados 10 representantes:

Tabela 1: Movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos interlocutores na pesquisa

Movimentos sociais
(1) Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)
(1) Marcha Mundial das Mulheres (MMM)
(1) Central de Movimentos Populares (CMP)
(1) Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB)
(1) União Nacional dos Estudantes (UNE)
Centrais sindicais
(1) Central Única dos Trabalhadores
(2) Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB).
Partidos
(1) PCdoB
(1) Consulta Popular

Fonte: elaborada por Gomes (2020).

Cabe ressaltar que além dos dez entrevistados e entrevistadas, outras sete pessoas foram contatadas e convidadas a fazer parte da pesquisa, contudo, por inúmeros motivos, não se dispuseram a participar. São eles um dirigente nacional do PT, à época da fundação da FBP, que não retornou o pedido de participação, talvez porque os meios eletrônicos utilizados para o agendamento não foram os mais adequados. Um dirigente de uma tendência de esquerda do PT mandou por escrito uma justificativa da não participação, solicitou o roteiro da pesquisa e o devolveu respondido, mas não foi incorporado à pesquisa, pois privilegiamos as entrevistas gravadas e transcritas. Além desses, uma representante do Levante Popular da Juventude, cuja entrevista foi realizada, mas a instabilidade da internet inviabilizou a gravação e a transcrição, não sendo possível o reagendamento. Outras tentativas obtiveram respostas positivas, mas não se concretizaram em entrevistas; uma representante feminina da CUT, o presidente da CUT/ SP, um representante do movimento negro que ficou doente e hospitalizado, o coordenador nacional do MST, que indicou outro coordenador. Essas ausências resultaram em algumas lacunas que esperamos serem preenchidas por pesquisas posteriores.

As entrevistas semiestruturadas foram planejadas para serem realizadas presencialmente, no entanto, foram efetivadas por vídeo conferência, durante os anos de 2020 e 2021. As entrevistas presenciais estão limitadas pela situação de pandemia do novo coronavírus, decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), com a expansão da doença COVID-19 (Sars-Cov-2). O governo do Estado de São Paulo decretou quarentena a partir do dia 24 de março de 2020, por meio do Decreto Nº 64.881, de 22 de março de 2020. Inicialmente, havia previsão de isolamento social por um período de quinze dias. No entanto, esse período sofreu sucessivas prorrogações. O isolamento social foi determinado, houve o fechamento de estabelecimentos de ensino público e privado, shoppings centers, comércios e serviços considerados não essenciais. Desde então, na PUC-SP, as atividades presenciais foram suspensas e a duração dessa situação de pandemia foi decisiva para que a metodologia e as estratégias para coletas de informações fossem revistas e modificadas. A PUC-SP disponibilizou acesso a plataformas digitais para efetivação de ações on-line (Office 365, acesso à rede pucsp.edu.br e Microsoft Teams).

Para a concretização das entrevistas, foi disponibilizado um roteiro de questões semiestruturadas por meio de e-mail aos participantes das entrevistas. Posteriormente, houve uma sistematização e análise das informações coletadas de acordo com a

metodologia e estratégias adotadas, seguida pela elaboração da Tese e apresentação dos resultados.

A composição da Frente Brasil Popular está alicerçada em um tripé: movimentos sociais, centrais sindicais, e partidos políticos (PT, PCdoB, PCO), e é com base nessa referência que apresentamos os movimentos e os sujeitos entrevistados(as). Na escuta e diálogo com os sujeitos da pesquisa, nos orientamos pelas palavras de Martinelli (2019):

> Nossas principais ferramentas, a memória e a linguagem, são valiosas para romper os silêncios da história oficial, para desafiar as ideologias dominantes, para alimentar as lutas por igualdade e para manter sempre vivo e renovado o diálogo, através do exercício democrático da palavra. (MARTINELLI, 2019, p. 37).

Movimentos sociais

João Paulo Rodrigues - Movimento dos Trabalhadores(as) Sem Terra

A entrevista de João Paulo Rodrigues, Movimento dos Trabalhadores(as) Sem Terra, foi realizada ao som ambiente das vozes de suas três crianças e de algumas interrupções para que ele pudesse observá-las. Além disso, por estar na área rural, o entrevistado teve dificuldade de acesso ao sinal da internet devido à instabilidade da rede. Durante a gravação sucederam paradas e retomadas constantes.

João Paulo Rodrigues nasceu no estado do Paraná, se mudou para o interior de São Paulo e morou na região do Pontal do Paranapanema. Primeiro como acampado (1983), posteriormente, assentado (1985). Essa trajetória o faz se considerar “um homem do mato por ser filho de agricultor”.

O dirigente dos Sem-Terra cursou um ano de graduação na Faculdade Metodista de Piracicaba, outro ano na PUC-SP e se formou na Faculdade Uninove- SP, em Ciências Sociais. Ao ser transferido para a sede da organização em Brasília-DF, coordenou, por cinco anos, o escritório nacional do MST. Depois, por três anos, exerceu a mesma função no setor de juventude. No último período, está na direção nacional e é coordenador da secretaria geral. Atualmente, ele reside no estado de São Paulo e se identifica como agricultor assentado da reforma agrária, pois considera ser essa identidade mais significativa do que o seu título acadêmico.

> O MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra surgiu em 1984, tem um histórico de resultados e uma trajetória de luta protagonistas dos trabalhadores rurais nas lutas pela democracia da terra e da sociedade que convergem no 1° Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país (Site[6] MST).

O entrevistado tem experiência em articulações, que vem desde a juventude, quando teve a oportunidade (morava em São Paulo) de acompanhar o Grito dos Excluídos (1995) e o Fórum Nacional de Luta (1998), atuando e representando a Secretaria estadual do MST. Pela trajetória exposta, ele analisa que "já está velho de participações em articulações. São vinte e dois anos acompanhando os diversos espaços com essa característica".

João Paulo, MST, traça uma linha do tempo[7] das articulações do Movimento Sem Terra. A primeira parte, os anos de 1985 a 1995, se caracterizou pela solidariedade ao movimento, ela vinha da sociedade com os acampamentos, e de entidades nacionais (com destaque para a Igreja Católica), e as internacionais que contribuíam financeiramente com o movimento. E, assim, houve a regionalização das propostas da luta no país e no exterior.

Os anos noventa do século XX são marcantes na história do MST, segundo João Paulo, pelos fatos inesquecíveis que foram os massacres de Corumbiara (1995) e de Carajás (1996), e a marcha a Brasília (1997), à época o presidente era Fernando Henrique Cardoso. No período desses acontecimentos, a esquerda constitui o espaço de luta chamado Fórum de Luta. O MST foi convidado a participar deste Fórum de Luta, marcando, assim, sua entrada nessa articulação. O Fórum de luta era "amplo, composto por partidos e movimentos populares, sua principal luta era resistência ao governo" do presidente Fernando Henrique Cardoso-FHC que, em 1994, obtém vitória eleitoral para presidente da República, o governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), afirma João Paulo.

Para João Paulo, MST, o resultado político, da marcha a Brasília (1997), foi a consolidação das bandeiras de luta do movimento de luta pela terra, um marco emblemático, cujo saldo foi o crescimento do respeito às pautas apresentadas. Concomitantemente, se constitui um espaço de articulação no campo, o Fórum Nacional de Reforma Agrária e, na cidade, o Fórum Nacional de Luta. A partir de 1998, "o MST lidera com outros movimentos, inclusive a Central de Movimentos Populares-CMP, os

[6] Disponível em: https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/. Acesso em: 27 fev. 2021.
[7] A relação PT era prioritária com os sindicatos rurais.

movimentos de moradia, a experiência do Plebiscito da Área de Livre Comércio das Américas- ALCA, cujo objetivo era deter o governo FHC e barrar as privatizações".

Na avaliação do dirigente do MST, o movimento teve um papel importante nos primeiros anos do governo do presidente Lula, na articulação e consolidação da CMS-Coordenação dos Movimentos Populares. Além dessa, participou da articulação e construção da Assembleia Popular (com membros da Igreja Católica) para organizar o Plebiscito da Dívida. No campo, participou da articulação e consolida a Via Campesina. Na cidade, subsidiou a construção do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), um movimento de luta por moradia nos bairros das cidades. João Paulo conclui que, nos primeiros anos do século XXI, os movimentos "se atreveram a essas tarefas", além de estabelecer relações com setores universitários e articulações políticas de diversos setores da classe trabalhadora.

Sonia Coelho (Soninha) Marcha Mundial das Mulheres (MMM)

A entrevistada Sonia Coelho (Soninha) participa da Sempre Viva Organização feminista (SOF[8]) e da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), com longo histórico de luta e representatividade na luta das mulheres, na entrevista, essas histórias se misturam. A SOF é uma organização não governamental, com sede em São Paulo, que faz parte do movimento de mulheres no Brasil e em âmbito internacional. Uma das contribuições centrais da SOF está no campo da formação, que tem sido um forte campo de atuação desde os anos 1980. Além disso, coordenou atividades educativas desde o âmbito local até regional e América Latina, com um público diverso, como mulheres rurais e urbanas, negras, indígenas e jovens, lideranças e ativistas de base, técnicas e técnicos de ONG´s e órgãos públicos.

Soninha, SOF/MMM, morou no Chile, de 1995 a 1999, e retornou ao Brasil em 2000. Ela participou de algumas reuniões cujas discussões eram os processos contra o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso que, em 1994, obtém vitória eleitoral para presidente da República. O governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) acelera o processo de implantação do neoliberalismo e, por isso, as palavras de ordem dos movimentos, naquele período, eram "Fora FHC" e as críticas direcionadas às

[8] Disponível em: https://www.sof.org.br/a-sof/#quemsomos-. Acesso em: 15 fev. 2021.

questões econômicas. No mesmo período, a entrevistada engajou-se no processo de discussão no Fórum Social Mundial (FSM) e na Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

Soninha pontua que, no Brasil, os anos noventa, do século XX, foram difíceis devido ao início da implantação do neoliberalismo e com enorme ofensiva contra os movimentos em geral. O movimento feminista atuava de forma muito fragmentada, embora houvesse a realização de encontros nacionais feministas, nele, não se definiam calendários e tampouco ações. Então, depois, "cada grupo e movimento se articulava com outros movimentos". Nesses anos, em termos de articulação existia:

> A CMP data de 1993, nessa, participamos bastante, tanto da formação como da organização da proposta de fazer a luta geral. A CUT também cultivava articulações, mas assim, não eram tantas como atualmente. Depois, em outro período formou o Fórum Terra, Trabalho e Cidadania que operava nas questões de forma mais ampla. (SONINHA, entrevista, 2020)

Soninha relata as dificuldades de articulação entre as mulheres na preparação para a Conferência em Beijing[9], sendo este um processo de muita disputa e discussão. No Brasil, vigorava o governo FHC, iniciaram-se discussões e organização nos estados, de forma a elaborar uma resolução em conjunto, ou seja, definir quais os documentos e as reivindicações as mulheres levariam para a conferência, mas:

> O governo FHC organizava, simultaneamente, um outro campo do movimento feminista. Naquela época, nesse processo havia movimentos mais alinhados ao governo tucano. Teve discussões e brigas em vários estados. (SONINHA, entrevista, 2020)

O ano de 1994 foi de reuniões preparatórias e, no ano seguinte, realizou-se um encontro que antecedeu a ida a Beijing, juntaram-se os movimentos, os grupos feministas, os movimentos de mulheres que redigiram o documento. As apoiadoras do governo FHC desmontaram as resoluções que o campo mais identificado com o PT, CUT e o movimento popular haviam elaborado.

> Elas passaram a perna em nós e fizeram outro documento mudando as propostas aprovadas no encontro. Naquela época, já havia um campo das mulheres que faziam críticas ao governo FHC, que se expressaram em uma faixa Fora FHC, e foi rasgada pelas apoiadoras do mandatário, que não queria que a delegação explicitasse as críticas. Umas coisas meio assim. Então, diante dessa realidade não se consolidava articulação nacional entre as mulheres, exatamente, pela diferença interna no movimento. Atualmente tem menos diferença [...]. (SONINHA, entrevista, 2020)

[9] 1995 – IV Conferência Mundial sobre a Mulher com o tema central "Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz", China. A Plataforma de Ação de Pequim afirma os direitos das mulheres como direitos humanos e comprometidos com ações específicas para garantir o respeito a esses direitos. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/. Acesso em: 15 fev. 2021.

A Marcha Mundial das Mulheres-MMM [10]é um movimento que tem origem no Canadá, em Quebec, começou a se organizar em 1995[11], as mulheres daquela região fizeram uma representativa manifestação e caminharam 200 km. O evento[12] foi denominado de "Marcha Pão e Rosas" e reivindicava várias questões relacionadas às pautas locais. Ao término da marcha, haviam passado por muitos municípios e envolvido muitas pessoas. A conclusão final era de que precisavam fazer algo mais amplo do que somente essa ação dos movimentos locais.

Nesse tempo histórico, segundo Soninha, "vivia-se fortemente a globalização", com muitos tratados comerciais entre países. O Canadá, os Estados Unidos e o México tinham o Acordo de Livre Comércio, "um retrocesso nos direitos das mulheres e da classe trabalhadora em geral". Então, chegou-se à conclusão de que "se não fizessem algo mais amplo", as vitórias conquistadas, anteriormente, se fragilizariam. As mulheres precisavam se articular mundialmente. Então, surgiu a ideia de continuar se organizando. E, três anos depois, foram convocadas mulheres de vários países, para uma reunião realizada no Canadá, e a proposta de fazer uma campanha denominada - Marcha Mundial das Mulheres Contra a Pobreza e a Violência Sexista, concretizando-a em uma campanha na virada do milênio.

As mulheres de Quebec buscaram contatos com organizações em vários países, para compartilhar essa experiência e apresentar a proposta de criar uma campanha global de mulheres. O primeiro contato, no Brasil, foi com as mulheres da Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores (CUT). Foram elas que marcaram as reuniões para discutir a proposta e definir as representantes brasileiras para o primeiro encontro internacional da MMM, que aconteceu em 1998, em Quebec, e teve a participação de 145 mulheres de 65 países e territórios. Nesse encontro, foi elaborada uma plataforma com 17

---

[10] Sobre o tema: GOMIDE, Cristina de Mello. *Marcha Mundial das Mulheres (MMM)*: uma abordagem histórica a uma rede de movimentos sociais feminista nos anos 2000. 2016. 108 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

[11] Galvão (2008) analisou a composição social, a plataforma reivindicativa e a forma de atuação de alguns movimentos na cena política latino-americana (MST-BR; Piqueteiros/Argentina; Movimentos indígenas/Bolívia); eles possuem, cada qual à sua maneira, um projeto político e produzem impactos políticos, pois têm elementos comuns e dão possibilidades de unidade na ideologia antineoliberal e do conceito de classes de trabalhadores.

[12] A inspiração para a criação da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) partiu de uma manifestação, realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, "Pão e Rosas". No final dessa ação, diversas conquistas foram alcançadas, como o aumento do salário-mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária. Disponível em: https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia. Acesso em: 12 dez. 2020.

reivindicações para a eliminação da pobreza e da violência contra as mulheres. E convocada a Marcha Mundial das Mulheres[13], como campanha a ser desenvolvida ao longo dos anos 2000[14].

As representantes brasileiras, presentes na reunião, trouxeram a ideia da realização da Marcha Mundial das Mulheres, que foi assumida e lançada no dia 8 de março, de 2000. Em São Paulo, a mobilização foi em Frente a Bolsa de Valores:

> Fechamos a Bolsa de Valores, levamos e batemos panela. Naquela ideia de que a pobreza e a violência tinham relação com modelo econômico vivido, o neoliberalismo, o FMI, os organismos internacionais, a política econômica e estrutural de desmonte do Estado. (SONINHA, entrevista, 2020)

Na manifestação, foi difundida a "Carta brasileira", que apresentou dez pontos de reivindicação, compondo várias questões gerais, violência, aborto, até as questões da terra, que expressavam as discordâncias com a política econômica. No período, coletou-se um abaixo-assinado que, posteriormente, foi encaminhado a Nova York-EUA.

Em solo estadunidense, realizou-se, no dia 17 de outubro de 2000, uma atividade da campanha, e deu-se o início ao movimento da Marcha Mundial das Mulheres, em que estavam presentes 150 países do mundo, e milhares de assinaturas no abaixo-assinado entregue na ONU. A solicitação coletiva contestava os programas da ONU e do FMI.

> As mobilizações culminaram em 17 de outubro, dia de luta pela erradicação da pobreza, com marchas simultâneas em 40 países, e atos em frente à sede do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, em Washington, nos Estados Unidos. As mulheres denunciaram os efeitos devastadores do neoliberalismo em seus países e em suas vidas. Em um ato simbólico em frente à sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, foram apresentadas mais de 5 milhões de assinaturas recolhidas em apoio às demandas da Marcha. Logo após esse ato público, as delegadas de diferentes países se reuniram no 2º Encontro Internacional da MMM e ali decidiram que era necessário continuar o movimento. (Site[15] MMM)

Soninha considera que foi fundamental a participação dos movimentos de mulheres brasileiras, em Nova York, por ter possibilitado a articulação com mulheres de outros lugares na contestação realizada na ONU.

---

[13] Disponível em: https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/. Acesso em: 15 ago. 2021.

[14] O momento nacional que antecedeu a Marcha Mundial das Mulheres foi a articulação da Marcha das Margaridas (12 de agosto de 2000), proposta pelas mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). O nome dessa Marcha, uma referência a Margarida Alves, tornou visível a trajetória de lutas das mulheres rurais que, desde os anos 1980, atuam de forma organizada no Brasil.

[15] Disponível em: https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/. Acesso em: 15 ago. 2020.

> As mulheres, da ONU, nos perguntaram: aonde vocês se organizavam [no mundo] que não conhecemos esse movimento. Elas [ONU] estavam acostumadas que os movimentos feministas, nos anos 90, trabalhavam dentro da agenda deles, vinculava-se e subordinava-se ao seu programa e, de repente, chegavam mulheres de outras partes do mundo, exatamente, contestando esses organismos internacionais a ONU, o FMI, e também as políticas de ajuste estrutural do Banco Mundial. (SONINHA, entrevista, 2020)

Na avaliação de Soninha, essa situação advém do fato de que o ato, em Nova York, teve relevância. Depois daquela reunião, a conclusão foi a de que seria melhor, a partir dali, organizar um movimento mundial, não mais apenas uma Campanha da Marcha Mundial. A MMM continuou trabalhando contra à pobreza e à violência. E realizou outra ação, em que cada país organizou uma coordenação nacional, formalizando um secretariado internacional[16][funciona por sistema de rodízio], a princípio situado em Quebec, no Canadá.

> Aqueles eram tempos de pensamento único, o neoliberalismo era fortemente hegemônico e parecia não haver alternativa. As mulheres propuseram ir além do possível e ousaram seguir atuando juntas para construir a MMM como um movimento permanente, uma consequência das novas forças e sinergias mobilizadas em cada local. (Site[17] MMM)

A MMM realiza ações internacionais a cada cinco anos. No ano (2020), seria ação internacional, mas, com a pandemia[18], não foi possível. Nas ações internacionais, os movimentos trabalham a partir das demandas, da conjuntura, e da luta nacional. Em 24 de abril [19]2020, o foco foi contra multinacionais e transnacionais, realizou-se uma ação

---

[16] Em 2005, o secretariado geral foi no Brasil.

[17] Disponível em: https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/. Acesso em: 15 ago. 2020.

[18] Para o ano de 2020, idealizava-se uma ação regional na Guatemala, em que se evidenciaria a questão das corporações transnacionais, e sua atuação no desmonte dos direitos, nas leis de proteção à classe trabalhadora, à população indígena e aos imigrantes em toda a América Latina. Planejou-se uma ação no muro em construção entre a Guatemala e o México, para denunciar a política que impede a classe trabalhadora de sair de um país para outro para trabalhar, em contraposição as liberdades das asseguradas às corporações para explorar as mulheres e a classe trabalhadora. No entanto, as ações foram desmarcadas em decorrência da pandemia (2020). Em cada país, a atuação da MMM parte das ações movimento feminista, em acordo com a avaliação da conjuntura geral.

[19] O dia 24 de abril relembra a morte de mais de mil mulheres que trabalhavam para transnacionais da área da confecção. Esse setor é exemplar de como as transnacionais se organizam: em cadeias globais de produção, com subcontratação, terceirização e deslocamentos por diferentes países, com estratégias que mudam em cada lugar. O objetivo é um só: reduzir os custos do trabalho para, assim, ampliar os lucros das empresas. O entrelaçamento da divisão internacional, social, sexual e racista do trabalho faz parte de uma estratégia cruel: socializa os riscos e concentra a riqueza. Disponível em: https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/24-de-abril-de-2020-24-horas-de-solidariedade-feminista-contra-as-empresas-transnacionais/. Acesso em: 15 ago. 2021.

simultânea (onde tem MMM). Atualmente, são cerca de 40 a 50 países que têm coordenação nacional da Marcha.

A Marcha Mundial das Mulheres participa e compõe a coordenação da Frente Brasil Popular desde sua fundação:

> A Marcha Mundial das Mulheres[20]é um movimento integrante da Frente, levando o feminismo para o debate e fortalecendo a união dos movimentos sociais. Na plenária de abertura, nos grupos de discussões e no encerramento, as mulheres estiveram presentes e atuantes dando voz às suas demandas e pautando a luta por uma sociedade mais justa, evidenciando que são as mulheres o grupo mais fragilizado e atingido pelos encaminhamentos liberais e retrógrados do Congresso e do Senado brasileiros. A Marcha Mundial das Mulheres se levanta junto à Frente Brasil Popular pela soberania nacional e pela vida das mulheres, e afirma: seguiremos em marcha até que todas sejamos livres! (Site[21] MMM)

Raimundo Bonfim - Central de Movimentos Populares (CMP)

Raimundo Bonfim[22], da Central de Movimentos Populares (CMP), é advogado de formação. Nasceu no estado do Piauí, migrou para a cidade de São Paulo, em 1982, ao completar 18 anos. Trabalhou na construção civil, em lavanderia industrial e em padaria. Foi metalúrgico da empresa Aliperti[23] (1985/1989), localizada no bairro da Barra Funda, na cidade de São Paulo[24]. Não militou na área sindical, mas votava na oposição metalúrgica[25], recebeu convite para ser cipeiro e se recusou a participar.

---

[20]Disponível em: https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/mmm-participa-de-lancamento-da-Frente -brasil-popular-em-belo-horizonte/. Acesso em: 15 ago. 2021.

[21] Disponível em: https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/. Acesso em: 15 ago. 2021.

[22] Devido à proximidade entre pesquisadora e o pesquisado, a orientadora participou da entrevista.

[23] O papel das empresas na repressão aos trabalhadores, durante o regime militar, esteve na pauta da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, coordenada pelo deputado Adriano Diogo (PT). Foram ouvidos depoimentos de trabalhadores da siderúrgica Aliperti, fundada em 1924, no bairro da Água Funda, mas que arrendou seu parque industrial para a Gerdau, em 1998. Segundo o relato de um cipeiro, atuou na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), direitos à segurança do trabalhador eram desrespeitados e, depois de 1964, tudo ficou diferente, pois precisavam ter cuidado com o que falavam dentro da empresa, uma vez que a polícia civil estava presente no ambiente de trabalho. Lembra o cipeiro que a segurança interna da Aliperti era feita por homens armados e, a pretexto de conter qualquer ato de contestação, "empurravam o funcionário com a carabina, ameaçando atirar". A intimidação aos trabalhadores, seja para reclamar direitos ou para tentar organizar greves, tinha como figura-símbolo o tenente Lauro Portugal, militar reformado encarregado da segurança na empresa. O domínio de Portugal só acabou, quando houve uma greve bem-sucedida na empresa, em 1986, afirmou o depoente. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/noticia/impressao/?id=361950&ver_imp=true. Acesso em: 18 fev. 2021.

[24] O histórico do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo se diferencia do histórico do sindicalismo do ABC. A base do sindicalismo em São Paulo era pró-governo.

[25] A ligação da empresa com órgãos da ditadura também foi denunciada por Anízio Batista de Oliveira, da Oposição Sindical Metalúrgica (OSM/SP). Ele contou que, na época do regime militar, após distribuir panfletos convocando assembleia para discutir a poluição causada pela Aliperti, no bairro, ele foi preso a

Bonfim morou em vários cortiços[26], em que os donos pediam para entregar o quarto, portanto, vivenciou a realidade de morar no centro de São Paulo, especificamente nos arredores da Rua Tabatinguera, ao lado da quadra do sindicato dos Bancários.

Em 1986, já casado, mudou-se para a favela de Heliópolis, começou sua participação política influenciado pela Teologia da Libertação e das Pastorais Sociais. Anteriormente a essa incursão, o contato com a política foi na região nordeste, seu pai foi filiado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Bonfim lembra-se de que gostava de frequentar as assembleias do sindicato, mas não tinha a mínima ideia do que isso significava, e que seu progenitor votava no partido do Movimento Democrático Brasileiro-MDB, sendo essas ocasiões de contato com alguma organização política.

O dirigente da CMP demarca a sua atuação política ao chegar na favela de Heliópolis, na região Sudeste da capital paulista, mas considera ter sido influenciado pelo trabalho na Siderúrgica Aliperti[27], onde havia uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e um sindicato organizado. Na porta da empresa, viu, pela primeira vez, o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva. Na ocasião, recorda-se de que eram cinco horas da manhã, quando o então presidente, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, subiu em uma cadeira e proferiu um discurso. Na empresa Aliperti, o dirigente da CMP se envolveu em uma greve[28], demarcando ser sua primeira greve, em 1986.

Bonfim chegou a Heliópolis com 23 anos, foi "nucleado" (terminologia de Frei Betto, que significa conquistar novas pessoas para a esfera política) por uma liderança de nome Miguel Borges Leal. Nesse contato, ele aceitou o convite e passou a compor a comissão de representante de moradores para lutar por infraestrutura. Neste momento, não havia organização institucional[29]. Até então, havia apenas uma junção entre os vários

---

cerca de três quadras da Aliperti por seguranças da empresa. Foi levado ao 35º Distrito Policial e de lá foi mandado ao Dops, tendo o delegado alegado que o panfleto que ele distribuía era subversivo. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/noticia/impressao/?id=361950&ver_imp=true. Acesso em: 18 fev. 2021.

[26] Os cortiços do centro de São Paulo são o tema da Tese de doutoramento de (KOHARA, 2009).

[27] A poluição provocada pela Aliperti foi relatada pelo ex-padre Raimundo Perillat, natural da França, ele chegou ao país em 1968 e esteve na paróquia da Água Funda de 1971 a 1976. "A empresa criava um clima de terror no bairro, impondo à comunidade o medo de discutir problemas. É o poder de morte. Quantas vidas foram levadas pelo pó e pelos gases venenosos da Aliperti. E os casos de doenças de pele, de pulmão, de visão, do sistema nervoso", disse Perillat à comissão da verdade, instalada na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP). Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/noticia/impressao/?id=361950&ver_imp=true. Acesso em: 18 fev. 2021.

[28] Falta de equipamentos de segurança (uniformes e luvas) e de área para refeição, locais inadequados para banho dos trabalhadores foram alguns dos problemas apontados por Absolon Gaspar de Souza, que trabalhou na Aliperti de 1980 a 1987 e foi vice-presidente da Cipa. O resultado disso seria o número de mortos na empresa: 12 em apenas três anos, de 1986 a 1989. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/noticia/impressao/?id=361950&ver_imp=true. Acesso em: 18 fev. 2021.

[29] As reuniões eram realizadas no Santuário da Igreja Católica localizada perto da favela de Heliópolis.

núcleos, como se denominava a articulação no território. As reuniões começaram a ser realizadas em cada rua, e foi eleita uma comissão de representantes. Na ocasião, ele e Dona Maria José (*in memoriam*) foram os escolhidos. A partir de então, os moradores tomaram os espaços públicos com manifestações junto às três esferas de governo, com essas ações vieram conquistas, tais como a instalação de luz e água e, posteriormente, a tentativa de se verificar quem eram os verdadeiros donos do terreno. Aqueles que se diziam titulares das terras, na verdade, eram grileiros que tentavam cobrar aluguel dos ocupantes, o que gerou muitas tensões e, finalmente, a expulsão desse grupo do território.

Na região Sudeste da capital paulista, Bonfim teve contato com a CMP. Recorda a atuação no território, com destaque para dois lugares, Heliópolis e Jardim Celeste, cujas características de participação eram a organização comunitária com interlocução com as pastorais sociais, e a influência da recente fundação do Partido dos Trabalhadores. Além disso, os agentes políticos compreendiam a importância de estar vinculados às organizações de caráter geral, diferente de algumas outras regiões como, por exemplo, a zona Sul, que "tinha uma certa dificuldade e ficava um pouco mais nas lutas locais" (BONFIM, entrevista, 2020).

Em Heliópolis e no Jardim Celeste, prevaleciam as ideias de vinculação às lutas gerais. E, assim, os participantes dessas regiões foram para outros espaços como a Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR[30]); ajudaram a criar a União dos Movimentos de Moradia (UMM), o Movimento Unificado Favela (MUF), inclusive "emprestando" lideranças para a direção dessas entidades.

[30] A entidade tinha como caráter articular projetos referentes à moradia urbana, auxiliando associações e movimentos populares em suas ações, era uma organização não governamental dedicada à construção de um projeto de reforma urbana e democratização dos espaços, pretendendo através da aplicação de instrumentos de combate à especulação imobiliária e à segregação territorial possibilitar o pleno acesso de todos os cidadãos aos bens culturais, materiais e naturais, produzidos pela cidade, não restringindo esses benefícios a uma pequena parcela da população. A associação foi organizada em 1984, por iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e funcionou como um fórum até o ano de 1990, ocasião em que adotou uma postura de associação, envolvendo pessoas comprometidas com as lutas dos movimentos sociais, seja na qualidade de assessoria de apoio, pesquisa ou mesmo enquanto liderança desses movimentos. A ANSUR está inserida em um momento histórico de lutas e demandas sociais, junto ao Movimento Nacional pela Reforma Urbana, teve participação na constituinte de 1988, se propondo a apresentar emenda popular que modificasse o perfil excludente das cidades brasileiras juntamente com outras organizações como a Federação Nacional de Arquitetos, Federação Nacional de Engenheiros, Federação Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Movimento de Favelados, Ação Pastoral, entre outros. Foram conseguidas 165 mil assinaturas, as quais resultaram no atual capítulo de Política Urbana da Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www4.pucsp.br/cedic/semui/fundos/associacao_nacional_do_solo_urbano.html-. Acesso em: 18 fev. 2021.

Ao iniciar o processo de discussão da Pró-Central de Movimentos Populares, os militantes da referida região foram participar do primeiro seminário, ocorrido no dia 16 e 17 de fevereiro de 1990, em Piracicaba-SP. Eram dez lideranças representantes dos movimentos de moradia, saúde, criança e adolescente, associação de moradores, entre outros. Nesse seminário, dois participantes da região compuseram a primeira comissão para a Pró-Central de Movimentos Populares do estado de São Paulo. Bonfim ressalta que os dirigentes como "o Dito, o Aymar e o Miguel diziam ser importante ter na comissão da pró-central paridade de gênero, mas "não sabe se eles tinham compreensão do tema" (BONFIM, entrevista, 2020).

A CMP[31] foi fundada em 1993, foram três anos de processo organizativo com debates em todo o país e no estado de São Paulo. O dirigente participou desde o início e permanece até os dias atuais. Em razão desse histórico de participação na Central de Movimentos Populares, ele acredita que:

> Nos processos de articulação, desde as minhas primeiras experiências, que datam de 17 de fevereiro de 1990, uma crença na força em alcançar os objetivos, nunca ninguém vai resolver as questões sozinho, nenhum partido político, uma central sindical ou movimento popular. Por isso, dedico a minha militância a essa metodologia de luta (articulação), desde as minhas primeiras participações na CMP, Fórum Terra, Trabalho e Cidadania, Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) e na Frente Brasil Popular. (BONFIM, entrevista, 2020)

A CMP foi fundada com o objetivo de ter e ser um espaço de articulação entre os movimentos. Segundo Bonfim:

> Não os unificar, porque eles continuariam com a sua autonomia, especificidade, mas construir um espaço que pudesse congregá-los, já que surgiam várias entidades populares. No final dos anos 80 e início dos anos 90 (século XX), constituíram-se essas primeiras articulações de movimentos populares específicos e a CMP chegava com esse objetivo. (BONFIM, entrevista, 2020)

Em 2005, surge uma nova articulação, a Coordenação dos Movimentos Populares (CMS), dando continuidade ao Fórum Terra Trabalho e Cidadania (anos 90, século XX).

[31] A Central de Movimentos Populares (GOMES, 2010) é fruto de um processo histórico de resistência dos movimentos sociais, em especial das lutas sociais dos anos 1980. Foi fundada no I Congresso Nacional de Movimentos Populares, realizado de 28 a 31 de outubro de 1993, em Belo Horizonte - MG. Nesse encontro de criação, estiveram presentes 950 delegados (as) de 22 estados do país, representando vários movimentos, entre eles o de negros, mulheres, crianças e adolescentes, LGBT, moradores de rua, pessoas com deficiência, movimento por transporte, moradia, sem teto, saúde, saneamento, direitos humanos, entre outros, refletindo a amplitude e a diversidade dos movimentos populares brasileiros. Essa articulação foi uma das primeiras no campo dos movimentos populares. A sua criação deu-se em uma conjuntura de formação de entidades, e movimentos, nos bairros e nos municípios. Na cidade de São Paulo, existiam os movimentos de caráter regional: o Movimento Popular de Saúde (MOPS), a UMM, Movimento de Meninos e Meninas de Rua, Movimento de mulheres, entre outros.

A CMP participou de ambas, exatamente, “por defender os processos de articulação, e por continuar atuando para que esses espaços se expandam, pois os considera fundamentais para a articulação dos diversos movimentos, entidades, sindicais e estudantil”, afirma Bonfim.

O eixo de luta da CMP passou por mudanças congressuais (GOMES, 2010), ao longo de sua existência, e definiu-se pela luta por política pública com participação popular. Ou seja, a reinvindicação de que o Estado garanta os direitos civis, políticos, sociais, entre outros, e que para o seu desenvolvimento tenha a participação popular. A nova configuração refletiu a luta dos anos no início da implementação do projeto neoliberal, reforçava que a luta era por direitos, políticas públicas, mais Estado e inclusão social.

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso obtém vitória eleitoral para a presidência da República, o governo do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB acelera o processo de implantação do neoliberalismo, iniciado pelo presidente Fernando Collor de Melo. Segundo Bonfim, o presidente Fernando Henrique Cardoso, ao assumir o governo (tendo como ministro Itamar Franco que “sinalizava um acordão para a denominada modernização do estado brasileiro), alcançou o objetivo de avançar no processo de privatização das riquezas do país.

Em 9 e 10 de março de 1995, a CMP realizou a primeira mobilização contra o governo FHC, eleito em 1994, empossado em 1º de janeiro de 1995. Na ocasião da caravana da CMP em Brasília, o presidente recebeu cinco integrantes da entidade em uma audiência pública.

Desde a fundação, na CMP, vigoram as ideias de luta por políticas públicas com participação social na crença de que esses objetivos avançam na medida em que se expande a democracia, “ainda imperfeita”, mas com vigência do sufrágio universal, das liberdades individuais e democráticas, em um período que era o de avançar e conquistar novos direitos.

> Sob a égide da Constituição de 1988, ‘dita cidadã’, que no papel, inscrevia vários direitos civis, políticos, sociais e humanos, mas que de fato ainda não tinha sido implementado na prática. Inclusive, os vários estatutos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o Estatuto da Cidade (2001) são resultados dessas reivindicações. (BONFIM, entrevista, 2020)

Luiz Dalla Costa - Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Luiz Dalla Costa, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), é geógrafo e especialista em energia. No final do ano de 1985, começou a atuar no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), na comissão regional no Rio Grande do Sul-RS. No estado, a luta estava em desenvolvimento, ele participou de toda a história, auxiliando na sua constituição e na expansão nacional, participando dos processos de articulação. Durante oito anos de (1997 a 2004), esteve fora das instâncias oficiais do MAB, cumprindo mandato eletivo de vereador.

Dalla Costa reconstrói a linha do tempo das lutas e reivindicações dos atingidos por barragens (antes da criação do MAB). Na década de 60 (século XX), no Rio Grande do Sul, havia a experiência de construção de uma represa de nome Passo Real, e os residentes eram chamados de "afogados do Paço Real'. À época da implementação, os atingidos não obtiveram nenhuma compensação para deixar suas terras. O governador do Estado, Leonel Brizola, tentou a aquisição de um outro espaço para reassentá-los, a fazenda chamada Annoni. Porém, com o golpe militar, o objetivo não se concretizou. Ele avalia que havia toda essa problemática para a construção das represas, sem que houvesse algum tipo de reação mais organizada, até em função do período histórico da ditadura militar.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) não surgiu como um movimento de caráter nacional, tinha atuação regional, se articulou com consistência no final da década de 70 e início dos anos 80 (século XX). À época, havia planos do governo federal de expansão e de construção de uma série de hidrelétricas, afirma Dalla Costa.

Segundo o dirigente do MAB, na década de 70 (século XX), a construção de barragens era feita por estatais (Eletrobrás e Ministério de Minas e Energia), implantando-as em vários lugares, o que resultou em um passivo histórico (com relação às construções anteriores), como as hidrelétricas de Itaipu- na fronteira entre o Brasil e o Paraguai (1971-1984), Tucuruí-PA (1976-1984) e Sobradinho-BA (1971-1980), todas no mesmo período.

> As construções foram realizadas com a expulsão de moradores e sem nenhum tipo de compensação para as populações, o que impôs dificuldades, tanto da organização do povo quanto da possibilidade de negociação. Na época era a ditadura militar o que tornava mais difícil. (DALLA COSTA, entrevista, 2020)

No período, havia as construções das usinas no Paraná, na Amazônia e em outros lugares, como a barragem de Itaparica[32], no Rio São Francisco. Então, "era uma situação que abria a possibilidade de organizar as famílias atingidas" e teve iniciativa de diversos setores das universidades, das igrejas progressistas da época, Comissão Pastoral da Terra (CPT), e do movimento sindical, que começava a se reestruturar. Nesse momento, surgiu o que o se denominou de Comissões Regionais de Atingidos por Barragens, em vários lugares do Brasil.

> Foram reações justas do povo em função das ameaças sofridas tanto das antigas construções sem a justa reparação como das novas, lutava-se por direitos. Desde então, começa a história das comissões regionais, que vai durante todo o período dos anos 80, com muita luta em vários lugares, que se consolidava, cada vez mais, fortalecendo essas organizações de caráter regional. (DALLA COSTA, entrevista, 2020)

A construção e organização do MAB, segundo Dalla Costa, esteve em sintonia com o surgimento do movimento sindical, a construção do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores, essas "foram surgindo, no mesmo período, se articularam[33] e as pautas de reinvindicações não ficavam no movimento específico" (DALLA COSTA, entrevista, 2020).

Dalla Costa retoma os objetivos do movimento que, no campo, a principal reinvindicação era pela terra e, no caso dos atingidos, pelas barragens, o reassentamento das famílias desapropriadas. Na área sindical, buscava-se a renovação dos sindicatos, que eram historicamente atrelados ao governo e com caráter assistencialista, além das ações urbanas pela moradia nos bairros das diversas regiões do país.

A partir de 1986, intensificam-se as trocas de experiências "mesmo antes já havia dos atingidos entre si", segundo Dalla Costa. Mas, foi a partir do encontro na cidade de Chapecó-SC, que se verificou a possibilidade de se fazer o Primeiro[34] Encontro Nacional

---

[32] A hidrelétrica de Itaparica, também conhecida como usina Luiz Gonzaga, está localizada a 312,5 km da foz do rio São Francisco e é operada pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). O reservatório cumpre o papel de regularização dos recursos hídricos da região de Petrolândia (PE), além da geração de energia. A hidrelétrica tem potência instalada de 1.479.600 kW e seu reservatório tem capacidade de armazenamento de 10,7 trilhões de litros, sendo que o volume útil é de 3,5 trilhões de litros. Disponível em: https://www.ana.gov.br/noticias-antigas/navel-do-reservata3rio-de-itaparica-ba-pe-sera.2019-03-15.2873175363. Acesso em: 30 maio 2020.

[33] No início, havia dificuldade porque os militantes participavam de diversas organizações ao mesmo tempo. Além de ajudar na construção do MAB, por exemplo, atuavam na fazenda Annoni, que foi ocupada pelo MST, em 1985. Ou seja, era para ser dos reassentados do Paço Real, mas deu origem ao MST. Na ocupação da Fazenda Annoni, em 1985, houve a articulação de um conjunto de outras organizações, a Igreja Católica, os sem-terra, à época, entre outros. Sendo, inclusive, um embrião do próprio MST e, havia, ainda, na barragem de Itaipu, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTER) (DALLA COSTA, entrevista, 2020).

[34] A Contag realizou um primeiro encontro, mas não ficou registrado e tampouco teve sequência.

das Populações Atingidas. Os participantes vieram “do Paraná, os originários da luta histórica Itaipu[35], de Itaparica e o movimento sindical do submédio São Francisco”.

Em 1989, Fernando Collor de Melo ganhou a eleição para presidente do Brasil, sendo sucedido por Fernando Henrique Cardoso, por dois mandatos. Para Dalla Costa, esses governos “acentuaram o incentivo à questão da privatização do setor elétrico que eram estratégicos”. Nesse cenário, os “atingidos” foram os primeiros afetados por essa onda privatista, as conquistas do período histórico anterior foram retiradas, elas “tinham resultado em indenizações e reassentamento em condições melhores”, segundo o dirigente do MAB. Consequentemente, as privatizações foram implantadas, com a entrada das empresas para a exploração, o setor elétrico e o setor estatal ficaram alijados, “a energia virou mercadoria e tudo se transformou um negócio”. De modo que os atingidos foram “os primeiros a sofrerem com o processo de privatização, de criminalização e de intervenção de todo tipo” (DALLA COSTA, entrevista, 2020).

Em 1989, os atingidos por barragens realizaram o primeiro encontro nacional. Na ocasião, foi composta uma comissão provisória, e dois anos depois, em 1991, se oficializou a construção do Movimento dos Atingidos por Barragens, de caráter nacional. No processo, se partia da análise conjuntural e estrutural do Brasil e foi se constituindo uma coordenação nacional, estimulando a organização e a articulação em todo o território brasileiro.

Após a oficialização do Movimento dos atingidos por Barragens, deu-se uma participação ativa na construção da Assembleia Popular, dos plebiscitos da ALCA e da VALE, discutindo o sistema de geração, distribuição e venda da energia elétrica.

A partir dos anos 2000, as experiências anteriores os fizeram repensar nas estratégias e nas formas de atuação do MAB. E, ao se fortalecer nacionalmente, “foi assumindo ainda mais o debate sobre a questão energética nacional”, e não só essa questão específica, mas também a “luta pelos direitos da população atingida, interligada com a questão da exploração sobre os trabalhadores da tarifa de energia, dos trabalhadores

[35] Localizada num trecho de fronteira do Rio Paraná, a usina hidrelétrica de Itaipu começou a ser pensada ainda na década de 1960, quando foram assinados os primeiros acordos de cooperação entre Brasil e Paraguai. As primeiras pesquisas de campo para a elaboração do projeto foram feitas em pequenas balsas por técnicos brasileiros e paraguaios. O local escolhido para a construção foi um ponto do rio conhecido como Itaipu, que em tupi quer dizer "a pedra que canta". A formalização do empreendimento se deu com a assinatura do tratado de 1973, que estabeleceu os pontos para o financiamento da obra e a operação da empresa, num modelo de sociedade binacional, pertencente às duas nações em partes iguais. Pelo documento, cada um dos países tem direito a 50% da energia produzida. Caso uma das partes não use toda a cota, deve vender o excedente ao parceiro a preço de custo. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2328:catid=28&Itemid=23%20. Acesso em: 30 maio 2020.

eletricitários na questão da privatização, na perda de direito, entre outros" (DALLA COSTA, entrevista, 2020).

O MAB estabeleceu articulações externas e sediou o primeiro Encontro Internacional dos Atingidos, em Curitiba-PR. No histórico de participações, esteve em três encontros internacionais: o primeiro em Curitiba, o segundo na Tailândia e o terceiro no México.

Depois do último encontro na América, se constituiu o Movimento[36] dos Afetados por Represas (MAR).

> Um processo de capacitação, formação e troca de experiência entre as diversas organizações de vários países e consolidando, em 2016, o Movimento dos Afetados por Represas (MAR), que a princípio era da América Latina, mas a partir do ano de 2019, do encontro no Panamá, tornou-se uma organização na América, inclusive, com participantes dos Estados Unidos e Canadá. São mais de 20 países nesse processo internacional de construção e organização. (DALLA COSTA, entrevista, 2020)

Os processos de articulação com outras entidades foram avançando, o MAB não estava sozinho. Dalla Costa ratifica que quando "falamos da nossa história, sabemos que a construímos com outros setores e de forma articulada com os setores da luta urbana e rural".

> E nessa interlocução debatemos que o atingido (identidade do MAB) não é somente aquele agricultor que perdeu a área de terra, no interior do país. Ele é o morador da área urbana, que paga uma tarifa exorbitante da energia. E também "os sem" nenhum tipo de organização e que, por isso, o capital super o explora, principalmente o capital financeiro nacional e internacional. Eles se apropriam da base natural que é a água e os equipamentos. Eles fazem o processo de privatização e através do Estado se apropriam também das riquezas produzidas pelos trabalhadores. Assim, penaliza os trabalhadores do setor de energia, mas também os consumidores e as suas famílias que são afetadas, porque quanto menos direito eles pagarem mais lucro terão. Essa é a razão que fez com que nos aproximássemos e ficássemos trabalhando cada vez mais de forma articulada. (DALLA COSTA, entrevista, 2020)

Ao analisar a trajetória histórica do MAB, Dalla Costa conclui que os militantes, forjados (em 1980) nesta metodologia de formação política, não concebiam a participação em um único movimento, havia um sentido coletivo, em que os movimentos se ajudavam.

---

[36] Durante o 4º Encontro Internacional de Ciências Sociais e Barragens, realizado na Universidade Federal da Fronteira Sul, em Chapecó (SC), entre os dias 19 e 23 de setembro, foi fundado o **Movimiento de Afectados por Represas na América Latina (MAR)**, constituído por organizações de 12 países: México, Colômbia, Brasil, Chile, Honduras, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Argentina, Peru, Brasil e Cuba. Disponível em: https://mab.org.br/timeline/fundacao-do-mar-movimiento-de-afectados-por-represas/. Acesso em: 16 ago. 2021.

O objetivo era o de se construir as organizações populares, sindicais, pastorais e partidárias, e esse diferencial teve consequência na constituição da Frente Brasil Popular.

Carina Vitral - União Nacional dos Estudantes (UNE)

A entrevista com Carina Vitral, União Nacional dos Estudantes (UNE), se diferenciou dos percursos anteriores da pesquisa de campo. A dirigente, da UNE, foi a segunda mulher a conceder entrevista. A maioria das indicações de entrevista de representantes da FBP foi de figuras masculinas. Entrevistar as mulheres tornou-se uma oportunidade de ouvir e dialogar tanto sobre a questão de gênero (Soninha-MMM), como a questão geracional, que foi o destaque na fala de Carina Vitral.

Carina Vitral nasceu em 1988, em Santos, no litoral de São Paulo. É estudante de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Começou a militância política na adolescência, participando das atividades da sua escola, em Santos. Foi diretora do Centro dos Estudantes de Santos (CES), no período do cursinho pré-vestibular e estudou na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), antes de se transferir para a PUC-SP. Também foi diretora da UNE e presidenta da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP). Em junho de 2015, foi eleita presidenta da UNE, no 54º Congresso, em Goiânia (GO). Presidiu a UNE entre (2015-2017), o período relaciona-se com a fundação da FBP, golpe de 2016 e a vigência de Temer como chefe do executivo.

No site[37] da UNE, a história da entidade é contada desde a sua fundação, em 1937. Em um passado recente, lista as figuras públicas que participaram do movimento estudantil, brasileiros e brasileiras, como a presidenta Dilma Rousseff, o diplomata e poeta Vinicius de Moraes (1913-1980), o ex-governador de São Paulo, José Serra, o cineasta Cacá Diegues, o religioso Frei Betto e o poeta Ferreira Gullar, entre outros. No histórico de lutas, destaca a participação na campanha "O Petróleo é Nosso", na década de 1940, o enfrentamento ao nazifascismo, a resistência à última ditadura civil-militar, passando pelas "Diretas Já", o movimento dos "caras pintadas" contra o governo Collor, a luta contra os governos neoliberais, nos anos 1990, e pelas

[37]Disponível em: https://www.une.org.br/a-une/. Acesso em: 19 ago. 2021.

manifestações de junho de 2013, e resume que a UNE fez parte dos principais movimentos populares da história recente brasileira.

As Centrais Sindicais

Vagner Freitas- vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

A entrevista com Wagner Freitas, atual vice-presidente da Central[38] Única dos Trabalhadores (CUT), foi intermediada e confirmada por um assessor, com quem foi agendada a data, a hora e a plataforma. No dia marcado, nenhum dos meios digitais combinados deram certo, foram várias tentativas. O entrevistado estava no aeroporto, aguardando embarque, realizamos a conversa por vídeo no aplicativo WhatsApp e a gravação da voz em outro aparelho celular.

Vagner Freitas é bancário, iniciou sua trajetória no ramo sindical, no Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região, depois na Federação e Confederação, até chegar à presidência da CUT. Foi reeleito para a gestão 2015-2019, na vigência do seu mandato de presidente, se formaram as duas Frentes: Frente Brasil Popular (FBP) e a Frente Povo Sem Medo (FPSM). A CUT participa das duas.

Vagner Freitas faz parte do movimento sindical, desde 1990, e do Partido dos Trabalhadores. Para ele, a criação das duas Frentes é um:

> Ato de vanguarda, de desprendimento das entidades que a compuseram, demonstração de que a esquerda brasileira tem maturidade para assumir um papel importante no Brasil, que é o de ser uma alternativa de poder para os trabalhadores. As Frentes são movimentos representativos, mas acima de tudo no momento da criação foi muito oportuno e corajoso. (VAGNER FREITAS, entrevista, 2021)

O dirigente da CUT afirma que desde o seu ingresso no movimento sindical, considerou-o como "movimento popular de massa revolucionário" e nunca enxergou o trabalhador somente como operário. Ele faz a defesa de que o sindicato representa a classe trabalhadora, não apenas nos quesitos de emprego e salário e na condição de trabalho, embora considere ser essa uma parcela importante. Acrescenta que o papel do sindicalista e de uma central sindical é o da inclusão do trabalhador no mundo em que ele vive. Ou

[38] A CUT é a maior central sindical do Brasil, da América Latina e a 5ª maior do mundo, com 3.806 entidades filiadas, 7.847.077 trabalhadoras e trabalhadores associados (são 23.981.044 na base)

seja, sua inserção nas lutas por políticas públicas voltadas para o seu interesse, e na transformação da sociedade em socialista.

E com esse objetivo, o sindicalista não limitou sua participação à área sindical. Ainda que reconheça o sindicato como um instrumento de luta e transformação do trabalhador que, consequentemente, tem de mudar a sociedade da qual participa. Assim, a tarefa é conscientizá-lo para a participação na vida política, por meio do seu trabalho, entrelaçando-se com a questão de classe para que ele possa interferir nas questões sociais.

Nesses anos de militância sindical, Wagner Freitas participou de várias experiências frentistas, sendo que a FBP não foi a primeira. Esteve presente em organização e lutas que incluíam sindicatos com interlocução com os movimentos de moradia, LGBT, das mulheres, racial, saúde, transporte, quilombolas, indígena, e todos os que originaram e deram impulso à Frente Brasil Popular.

As primeiras pautas da CUT foram de luta contra a ditadura, depois contra a eleição do presidente Fernando Collor de Melo (1989) e pelo seu *impeachment* (1992). Vagner Freitas destaca, ainda, a Frente Brasil Popular do período eleitoral (1989), uma unidade em torno da campanha presidencial do sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, que contou com o apoio de Leonel Brizola, do PCdoB, entre outros. Uma tentativa frentista de que a unidade não se restringisse à questão eleitoral, mas que "fosse social, no campo das lutas populares".

Nas lembranças do sindicalista, as primeiras pautas da CUT eram as tradicionais, por emprego, saúde, segurança, moradia, educação, contra a desigualdade, a favor da equidade, sendo "as mesmas da atualidade". Nessas articulações, participavam diretores da CUT (destaca o presidente do Sindicato dos Petroleiros[39]) pela histórica greve dos petroleiros, em 1995, no enfrentamento ao governo FHC. Nesses anos de atuação, as

[39]Na década de 90, com o avanço do projeto neoliberal, os trabalhadores da Petrobrás enfrentaram os maiores ataques da história da categoria. No dia 3/5, os petroleiros iniciavam a mais longa greve da história da categoria, que durou 32 dias. Essa greve foi fundamental para impedir a privatização da Petrobrás. A greve de maio de 1995 despertou um movimento nacional de solidariedade e unidade de classe, fazendo ecoar por todo o país um brado que marcou para sempre a categoria: "Somos todos petroleiros". Disponível em: https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/24271-1995-a-maior-greve-dos-petroleiro. Acesso em: 17 mar. 2021.
Apesar da legitimidade das reivindicações da categoria, que exigia o cumprimento de acordos pactuados em 1994, o Tribunal Superior do Trabalho julgou a greve abusiva em seu sétimo dia. Os petroleiros não se intimidaram. Nem mesmo quando a direção da Petrobrás anunciou, em 11 de maio, a primeira lista de demitidos. Antônio Carlos Spis, coordenador da FUP, liderava a relação de 25 nomes que a empresa comunicou à mídia. A repressão do governo FHC estava apenas começando. No dia 24, o Exército ocupou as refinarias no Paraná (REPAR), Paulínia (REPLAN), Mauá (RECAP) e São José dos Campos (REVAP). No dia seguinte, os petroleiros receberam seus contracheques zerados. Disponível em: https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/24271-1995-a-maior-greve-dos-petroleiro. Acesso em: 17 mar. 2021.

atividades importantes foram além-*impeachment* Collor, já mencionadas, a marcha dos 100 mil em Brasília (MST e outros movimentos), o Fora FHC, e contra a reeleição do presidente, pois a oposição a considerava inconstitucional.

O atual vice-presidente da CUT, Wagner Freitas, ressalta que a central sindical tem o atributo de não ter ficado parada no tempo, esteve além dele, não atuou somente no aspecto econômico, pois considera que o objetivo é ir além de negociar emprego e salário dos trabalhadores. A "característica da CUT é de ser uma central sindical socialista, por isso tem que ser com todos os movimentos, o sindical é um deles, entre tantos outros". Os objetivos de atuação da central sindical são os mesmos das Frentes (FBP e FPSM), que "englobam a luta pela terra, moradia, saúde e educação e são vitais". No campo, a CUT se articula com o MST na luta pela reforma agrária. No urbano, se articula com outros movimentos, tais como: direito à moradia, educação e saúde pública gratuita, ou seja, para que o "Estado seja voltado aos interesses das pessoas e não para a iniciativa privada".

Carlos Rogério C. Nunes- Central dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil (CTB)

A entrevista com Carlos Rogério, Central dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil (CTB), foi realizada, no dia 30 de novembro de 2020, um dia após o segundo turno das eleições municipais. Ele teceu as primeiras avaliações do resultado do pleito, em que "a extrema direita não alcançou o mesmo êxito dos anos eleitorais anteriores (2016 e 2018)". Na sua avaliação no cômputo geral, a direita tradicional retorna ao cenário político com representatividade, elegeu parlamentares para várias prefeituras e representantes nas Câmaras Municipais. A esquerda, embora derrotada, ocupará postos de vereadores (as), cujo perfil é de defensores das pautas da luta feminista, antirracial e anti-homofobia.

Carlos Rogério é dirigente sindical da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), desde sua fundação, em dezembro de 2007. Inicialmente, era da Central Única dos Trabalhadores-CUT (julho de 2003[40] a novembro de 2007). Além da atuação sindical, é graduado em Serviço Social, pela Universidade Federal do Ceará, concluiu o

[40] O 8º Congresso Nacional da CUT (3 a 7 de junho de 2003), tema "Disputar A Hegemonia Política Visando a Construção de uma Nova Sociedade.", foi realizado no Palácio das Convenções do Anhembi, São Paulo - SP.

curso em 2000, é mestre e recém doutorada pela PUC-SP(2021). E, filiado ao PCdoB há 35 anos, além de ser sindicalizado desde que morava no Ceará. O destaque da trajetória é pertinente, posto que suas análises refletem essas mudanças, ou seja, de um dirigente que se deslocou entre duas centrais sindicais dos trabalhadores e trabalhadoras.

Carlos Rogério discorre que a Corrente Sindical Classista era hegemônica no PCdoB (atuava dentro da CUT), deliberando fundar uma outra central sindical. A CTB foi fundada em um contexto da primeira década do século XXI, em que surgiram outras centrais[41]: Nova Central Sindical [42], Intersindical[43] e a Conlutas[44]. As duas últimas também saíram das correntes internas da CUT.

O dirigente da CTB, quando estava na CUT, exerceu o cargo de secretário de políticas sociais, cuja função era acompanhar os movimentos sociais na interface com as políticas sociais, tanto no âmbito do Estado como da sociedade. E como dirigente da CTB participou do processo de fundação da Frente Brasil Popular.

Adilson Araújo - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

Adilson Araújo é o atual presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), fundada em dezembro de 2007. É funcionário do Itaú-Unibanco, presidente do Sindicato dos Bancário-BA e contribuinte da previdência social há 33 anos. Ele versa sobre sua situação previdenciária para ilustrar como os trabalhadores (as) foram atingidos pela Reforma da Previdência[45](2019), visto que caso se aposente perderá 40% do seu salário devido ao fator previdenciário. As novas regras findaram a aposentadoria

[41] As centrais sindicais unem os sindicatos com o objetivo de garantir uma representação unificada, embora já existissem as centrais sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). O reconhecimento institucional foi fundamentado na "Lei 11.648/2008. Na palavra da lei, as centrais são definidas como entidades associativas de direito privado de representação geral dos trabalhadores, constituídas em âmbito nacional.

[42] A Nova Central Sindical de Trabalhadores foi fundada em 28 de junho de 2005. Disponível em: https://www.ncst.org.br/. Acesso em: 22 fev. 2021.

[43] Em junho de 2006, dezenas de Sindicatos, Oposições Sindicais e coletivos rompem com a Central Única dos Trabalhadores e decidem construir um novo Instrumento que retome o processo de organização e luta abandonado pela CUT. Romper com a CUT não significou romper com centenas de sindicatos que, embora ainda filiados à Central, não aceitaram sua rendição ao Capital. Disponível em: https://www.intersindical.org.br/quem-somos/. Acesso: 22 fev. 2021.

[44] A CSP Conlutas – Central Sindical e Popular – foi fundada no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT – ocorrido na cidade de Santos, São Paulo, nos dias 5 e 6 de junho de 2010. Disponível em: http://cspconlutas.org.br/quem-somos/historia/. Acesso em: 22 fev. 2021.

[45] O Congresso Nacional promulgou, no dia 12 de novembro de 2019, a reforma da Previdência, mudando as regras para aposentadoria e pensão

por tempo de contribuição, restando por idade, sendo assim, será necessário esperar mais alguns anos para usufruir desse direito.

Nos anos noventa, do século XX, o dirigente da CTB atuava no interior da CUT, participava da "segunda força política organizada no interior desta central sindical", denominada Corrente Sindical Classista.

O presidente nacional da CTB é baiano, iniciou sua militância sindical e política no final da década de 1980. E na função de dirigente do Sindicato dos Bancários da Bahia (SBBA) foi um dos fundadores da CTB Nacional. Entre os diversos cargos, foi membro da Direção Executiva Nacional da CTB, entre 2007 e 2013 e esteve à frente da direção da CTB, da Bahia, entre 2008 e 2013. Na esfera política institucional, foi presidente do Conselho Estadual de Trabalho e Renda da Bahia - CETER-BA, é também membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil[46] informa que o site da entidade sindical surgiu em um momento em que as centrais sindicais acabaram "adentrando no cenário político e na avaliação deixaram de representar os trabalhadores e suas categorias". A CTB foi fundada com a ideia de retomar esse papel, foi inaugurada "com tamanho sucesso, que logo nos primeiros meses de sua existência já alcançava o patamar como a 3ª central sindical do País".

> A CTB (Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil) nasceu animada pelo espírito desta luta classista que atravessa a história moderna, descrevendo uma epopeia de glórias, conquistas e avanços no sentido da humanização das relações sociais, libertação dos povos e combate ao colonialismo e neocolonialismo. A CTB nasceu num momento em que o capitalismo internacional, liderado pelas potências imperialistas e embriagado pela ideologia neoliberal, quer colocar abaixo o próprio Direito do Trabalho e todo o progresso obtido nas relações sociais. Nasceu para resistir a esta ofensiva reacionária, disfarçada de "pós-moderna" e "pós-industrial"; para defender os direitos sociais e a democracia, em aliança com todas as forças progressistas da nossa sociedade; para levantar a bandeira da valorização do trabalho e do socialismo do século XXI[47].

[46] Disponível em: https://ctb.org.br/quem-somos/. Acesso em: 16 mar. 2021.
[47] Ibid.

Partidos Políticos

Walter Sorrentino - Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Walter Sorrentino[48]é paulistano, filho de imigrantes italianos, nasceu em 1954. É formado em Medicina pela Universidade de São Paulo (USP) Ribeirão, especializado em Pediatria e, posteriormente, em Saúde Pública. Desenvolveu carreira na Secretaria Estadual de Saúde, é um participante ativo do movimento sanitarista que conquistou o SUS na Constituição de 1988. Oriundo de uma família modesta, sempre cursou escolas públicas. Tornou-se líder estudantil, presidiu o Centro Acadêmico Rocha Lima, em Ribeirão Preto, sendo articulador da retomada do DCE da USP, representante discente na Congregação da FMUSP-Ribeirão e no Conselho Acadêmico da USP. Dedicou-se ao estudo da teoria socialista revolucionária marxista-leninista, e à formação econômico-social brasileira. Na década de 1980, fundou e dirigiu o Centro de Estudos Políticos e Sociais em São Paulo, instrumento de formação política e teórica do Partido Comunista do Brasil, ainda na ilegalidade, sendo processado na Lei de Segurança Nacional, processo arquivado com a redemocratização da República. Atuou na luta pela redemocratização e nas campanhas políticas pela legalidade da sua legenda partidária, das Diretas Já e do *impeachment*. Organizou, pelo seu partido, o PCdoB, em SP, as campanhas políticas ao governo desde 1982, sendo um dos articuladores da vitória da esquerda à Prefeitura Municipal de SP, em 1988, retomada em 2000. Foi suplente do então Senador Eduardo Suplicy (1999-2006). Foi presidente estadual do PCdoB-SP de 1992 a 2001. Segue desde então na Secretaria Nacional de Organização, sendo eleito vice-presidente nacional do Partido Comunista do Brasil, em junho de 2015, mesmo ano de fundação da FBP.

O site do Partido Comunista do Brasil[49]- PCdoB informa a data da fundação da agremiação, em 25 de março de 1922, e reorganização em 18 de fevereiro de1962 e, legalizado, na fase atual, em 27 de maio de 1985, se define como “o partido político da classe operária e do conjunto dos(as) trabalhadores(as) brasileiros(as), fiel representante dos interesses do povo trabalhador e da nação”.

[48] Disponível em: https://waltersorrentino.com.br/sobre/. Acesso em: 27 fev. 2021.
[49] Disponível em: https://pcdob.org.br/estatuto/. Acesso em: 27 fev. 2021.

Ricardo Gebrim - membro da Coordenação Nacional da Consulta Popular

A entrevista com Ricardo Gebrim, membro da Coordenação Nacional da Consulta Popular, foi a primeira a ser realizada, uma entrevista exploratória, mas pelo teor do conteúdo foi incorporada ao acervo da pesquisa. O desafio a ser superado foi a utilização de uma ferramenta desconhecida, o WhatsApp (chamada de vídeo), sendo que por precaução um gravador do celular serviu de auxílio, para não correr o risco de perder a captura de dados e informações.

Ricardo Gebrim, da coordenação da Consulta Popular, começou como militante político, em 1978, no movimento de reconstrução da UNE. Militou também na solidariedade à Revolução Nicaraguense. Foi assessor jurídico do Departamento Rural da CUT, Presidente do Sindicato dos Advogados de São Paulo e membro da Coordenação Nacional do Movimento Consulta Popular. É advogado formado pela PUC-SP.

A Consulta Popular (BENJAMIM,1998) começou no segundo semestre de 1997, com a convocação de uma consulta que – depois de encontros preparatórios nos estados – reuniu-se em Itaici (SP), em dezembro do mesmo ano, cerca de trezentos delegados, ligados às lutas do (MST, Pastorais Sociais, CMP, PT, CUT, entre outros). A Consulta Popular nasceu em um momento em que alguns setores da esquerda resolveram se reorganizar em busca de unidade na sua luta. Depois de algumas conferências, para sistematizar as ideias e propostas, construiu-se um documento denominado "Projeto Popular para o Brasil". Surgiu, então, o Movimento Consulta Popular, ao qual aderiram militantes de movimentos sociais.

A organização Consulta Popular foi criada em 1997 a partir da iniciativa dos movimentos populares, como o MST, sempre funcionou à imagem e semelhança dos movimentos populares, que a fundaram em 1997, a partir da iniciativa do MST. Em 2007, teve a decisão de se forjar como uma organização política.

Entre os dias 13 e 17 de novembro de 2017, em Fortaleza, foi realizada a 5ª Assembleia[50] Nacional da Consulta Popular, organização política impulsionada pelos movimentos sociais. A Assembleia reuniu mais de 800 militantes, que atuam em diversos movimentos populares, vindos de mais de 20 estados do Brasil, para analisar a situação política do país com ênfase na construção da Frente Brasil Popular.

[50] O evento homenageou Zilda Pereira Xavier, militante da ALN (Ação Libertadora Nacional), organização que combateu a ditadura militar no Brasil. Xavier morreu em 2015.

A Consulta Popular se identifica como uma organização política, com característica de um partido, mas não é um partido político oficial, é um instrumento voltado para a organização do povo brasileiro, para as lutas populares, atuando em 18 estados do país, organizados em núcleos de base, cuja proposta principal é a construção de um Projeto Popular para o Brasil, pois destaca que o povo brasileiro deve construir um projeto que organize o uso de sua capacidade criativa, produtiva, de desenvolvimento, que defina seu próprio destino, em contraposição ao projeto neoliberal e de morte da elite brasileira que é alinhada ao imperialismo dos EUA.

Para a Consulta Popular, o Projeto Popular é a força social organizada do povo brasileiro, lutando por um programa político de mudanças estruturais na sociedade em que se constrói a unidade das forças democráticas e populares na Frente Brasil Popular, nos estados, nas lutas unitárias das mulheres, as lutas de negros e negras, nas lutas LGBTI, levando o Projeto Popular para as lutas do sindicalismo, para os territórios urbanos, fazendo as lutas em defesa do SUS, em defesa do trabalho, em defesa da solidariedade e da reforma agrária.

A Consulta Popular constrói a comunicação popular, entre várias ferramentas, por meio do jornal *Brasil de Fato*, e estão na Consulta Popular[51] quadros militantes presentes nas lutas do povo brasileiro - a partir da interpretação concreta da realidade.

Para Gebrim, da coordenação da Consulta Popular, há no Brasil uma trajetória e esforços de construção de espaços frentistas “um processo longo de muitas experiências”. E desde a década de oitenta, há várias tentativas de se construir articulações amplas e unitárias de Frente de esquerda, na “maioria das vezes com muitas dificuldades”.

[51] Em dezembro de 2021, a organização da Consulta Popular passou por um processo de racha (ruptura), com o lançamento de uma carta assinada por 600 militantes, nela apresentaram a posição política do "campo majoritário" da organização explicitando as razões da saída. Para saber mais sobre a decisão do “campo majoritário” ler: “Queremos uma organização para aglutinar lutadores', afirma dirigente do racha da Consulta Popular”. Disponível em: https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/72523/queremos-uma-organizacao-para-aglutinar-lutadores-afirma-dirigente-do-racha-da-consulta-popular. Acesso em: 11 jan. 2022. Em 16 de dezembro de 202, em nota pública o grupo que se denomina “A Consulta Popular vive e continua” informa que a organização dará prosseguimento ao processo assemblear, aberto a todos os militantes, e que o debate interno continuará até deliberação final, soberana e democrática da sua Assembleia. O grupo que se denomina a “Consulta Popular vive e continua”, da Direção Nacional da Consulta Popular informa que o processo de reconstrução exigirá a reativação das suas instâncias superiores e intermediárias, dos seus núcleos e a retomada do processo assemblear, para assim seguir com os militantes dos movimentos populares que sempre lutaram juntos , e que darão conta dessa difícil tarefa.

Partido dos Trabalhadores- PT

O Partido dos trabalhadores- PT é integrante da articulação Frente Brasil Popular. Para a entrevista, entramos em contato com dois dirigentes partidários, que participaram no período de fundação, para que concedessem a entrevista que não foi realizada. Ressalta-se que embora a pesquisa tenha essa lacuna, verifica-se que nas falas dos entrevistados o histórico do partido esteve presente, tanto no relato da trajetória pessoal como na história dos movimentos, pois alguns entrevistados são também filiados e dirigentes do Partido dos Trabalhadores. Pela importância do PT na FBP trazemos uma breve apresentação.

O manifesto de fundação[52] do PT foi aprovado pelo Movimento Pró-PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e a legalidade publicada no *Diário Oficial da União*, em 21 de outubro de 1980, data do reconhecimento oficial. "O PT surgiu como agente promotor de mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais e artistas" (Site[53] PT).

O Partido surgiu da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do País para transformá-la. Em sua fundação, denunciavam que não esperariam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos viessem das elites dominantes. Organizaram-se, para que a situação social e política fosse a ferramenta da construção de uma sociedade que respondesse aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo.

Pomar (2014) salienta que alguns autores chegam a tratar o partido como nascido dos movimentos sociais. No entanto, o mais exato seria dizer que a militância surgiu das lutas sociais, ocorridas no final dos anos 1970 e grande parte dos 1980, e que mantiveram uma relação quase que espontânea, automática com o partido. "As fronteiras entre os adeptos da "Igreja popular", o movimento social e o Partido eram muito fluídos.

O PT faz parte da história das lutas por direitos civis, políticos, sociais e humanos dos brasileiros e brasileiras, e governou o país por 13 anos (2003 até 2016) quando foi instalado o golpe.

Para finalizar essa Introdução apresentamos a organização da Tese, que está dividida em cinco capítulos. O capítulo 1 *Experiências internacionais e no Brasil de*

[52] A esse respeito consultar (POMAR, 2014; SECCO, 2011).
[53] Disponível em: https://pt.org.br/nossa-historia/. Acesso em: 17 nov. 2021.

frentes de articulação abordará o contexto histórico e político de construção de Frente: Frente única; Frente popular; os governos de Frente popular; estudos de Frente popular; tendo como referência os autores e autoras que estudam a temática (DILLENBURG, 2011), (HARCNECKER, 2012), (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO,1992), (DEL ROIO, 2019), (THOMAS, 2017), (TROTSKY, 2020), (SENA JÚNIOR, 2007), (SANCHÉZ, 2016), (HOBSBAWM, 1985), (SANCHÉZ, 2016), (RODRIGUES, 2008), (BROUÉ, 2007, 2014), (DIMITROV, 1935), (MORENO, 1982), (WOLIKOW, 2016), (AGGIO, 1997), (SANTOS, 2018). Abordamos também as experiências frentistas no Brasil. Neste capítulo, nos aproximamos do contexto histórico e político da formação de Frente com o objetivo da contextualização dessa forma de organização e unidade e, ao conhecer esse passado, buscamos os conceitos para entender o nosso objeto de estudo: a Frente Brasil Popular e sua especificidade de articulação entre movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos.

O segundo capítulo, *O surgimento da Frente Brasil Popular (2015)* versou sobre o surgimento da Frente Brasil Popular (2015), com a retomada dos protestos de 2013, posto que esses acontecimentos e seus desdobramentos impactaram na sua formação. Relatamos a atuação dos movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos desde os primeiros debates até sua fundação, passando pelo apoio ao governo da presidenta Dilma Rousseff e, ao mesmo tempo, as críticas ao ajuste fiscal, implementadas pela mandatária, e as resistências em uma conjuntura de avanço do golpe e as manifestações de março de 2015. Contextualizou a Frente Brasil Popular e os sujeitos coletivos entrevistados na cena política, apresentamos os documentos fundacionais(em anexo): o Manifesto ao Povo Brasileiro e Compromissos da Militância. Também discutimos o entendimento sobre a organização e dinâmica interna de decisão, a construção do debate por consenso progressivo, as pautas setoriais, as polêmicas, o posicionamento em defesa da democracia e contra o golpe. Por fim, aborda-se o balanço e perspectiva do ano de 2015 e-um breve relato sobre a existência de duas Frentes: Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo. O capítulo se encerra quando avança o pedido de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, o que exigiu da articulação intensificação das mobilizações contra o golpe.

No capítulo 3, *A Frente Brasil Popular: o golpe de 2016 e seus desdobramentos*, nos deteremos no processo do golpe e seus desdobramentos, desde o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff, por 180 dias. Na organização interna da FBP, houve o Primeiro Encontro de Comunicadores da Frente Brasil Popular e o Primeiro Encontro

Nacional da Frente Brasil de Juristas pela democracia. Em ano de Olímpiadas, o uso desse acontecimento foi expressivo como uma ferramenta de reivindicação. Destaca-se a votação do *impeachment* e as mobilizações de rua pelo Fora Temer. O epílogo desta história, as reações ao golpe, e a articulação pós golpe na Primeira Plenária Nacional da FBP, cujo debate sobre "o melhor para o Brasil", foi exposto na Carta de Belo Horizonte. Por fim, apresentamos a análise do "redemoinho" que foi o ano de 2016.

No capítulo 4, *A Frente Brasil popular: a resistência ao governo Temer (2017)*, depois do redemoinho do 2016, descreve-se que a FBP adentra em um cenário político de pós golpe e de Michel Temer, no governo da República. Assim, está diante de uma forma diferenciada de gerência do Estado. A articulação alterna sua ação em organização interna e externa. Internamente, redige, apresenta e debate o Plano de Emergência, realiza, traça os planos para a realização do Congresso do Povo. Na arena externa, atinge o objetivo de realizar a maior greve geral e paralisações, continua na resistência por democracia, contra o ataque aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e por eleições "Diretas já", e na II Conferência da FBP reafirma que "Resistiremos e venceremos, unidade e luta por democracia, direitos e soberania".

O quinto e último capítulo, *Frente Brasil popular: resistências e impasses*, trata das resistências e impasses. Adentramos em uma arena, em que a Frente Brasil Popular continua na articulação, na campanha por "Lula Livre" e por eleições livres e democráticas nas redes e nas ruas.

Nas conclusões, pontuamos alguns aspectos da conjuntura de pós eleição (2018), vigência do governo de Jair Bolsonaro e a chegada da pandemia da Covid-19, trazemos reflexões e problematizações que buscam colaborar para futuros estudos sobre a FBP neste período.

Esperamos que esse estudo colabore com a produção de conhecimento para o Serviço Social e as Ciências Sociais, em especial, para o fortalecimento do campo democrático dos movimentos sociais, está é a contribuição dessa escrita do percurso histórico de 6 anos (quando termino a Tese) da Frente Brasil Popular.

CAPÍTULO 1 - EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS E BRASILEIRAS DE FRENTES DE ARTICULAÇÃO

Neste capítulo, trazemos o contexto histórico e político da formação de Frentes, única, popular, dos governos de Frente popular, e uma breve retomada das experiências frentistas no Brasil: Aliança Nacional Libertadora (ALN), Frente de Mobilização Popular, Frente Ampla, as Diretas Já, A Frente Brasil Popular – 1989, o Fórum Terra, Trabalho e Cidadania, a Campanha contra a Área de Livre Comércio entre as Américas-ALCA e a Coordenação dos Movimentos Sociais - CMS.

O objetivo da contextualização dessas formas de organização e unidade é o de conhecer esse passado, buscando os conceitos para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, a Frente Brasil Popular, e sua especificidade de articulação entre movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos.

Durante o século XIX e começo do século XX, nos tempos de Marx e Engels, e mesmo nas posições da Segunda Internacional (1889), a questão da articulação, ou seja, como e com quem se unir, sempre gerou debates. A organização em Frentes de luta foi refutada e adotada por diversas vezes, mas não saiu do horizonte, por vezes, tático, outras vezes, estratégico, da luta e organização dos trabalhadores.

Nossa pesquisa encontrou no dossiê publicado em 2016, na *Revista de Historia de la FIM (Fundación de Investigaciones* Marxistas, ligada ao Partido Comunista da Espanha), estudos sobre Frente Popular. A publicação compartilha análises e investigações históricas, política e social desse tipo de organização. No dossiê mencionado, observa-se que há uma cisão do conhecimento que implica nos estudos dos processos históricos, de modo que, a fragmentação (fase necessária) do trabalho investigativo, tem se manifestado em duas direções: no espaço social e no cronológico, que tem levado à segmentação do objeto. Esse trato do objeto de estudo tem dificultado a reflexão global sobre Frente Popular como acontecimento que se constitui em um projeto político e cultural e, ao mesmo tempo, uma aliança política e social inédita com um vasto campo do movimento popular (WOLIKOW, 2016).

Datam dos anos 1960, na França, os primeiros trabalhos de investigação sobre o tema da Frente Popular, quase em paralelo às literaturas anglo-saxônica e italiana, à época, os historiadores partiam de uma apreciação positiva do episódio da Frente Popular francesa. O debate político francês deu-se antes de que se desenvolvesse a investigação histórica. A intensidade dos debates acerca da importância da obra e da significação da

Frente Popular não favoreceu o desenvolvimento da reflexão histórica fundada em trabalho científico.

Ao final da Guerra Fria (1947-1991), ainda com as polêmicas ideológicas, que acompanharam as investigações históricas da Frente Popular (desde os anos 30), parecia ser impossível se remontar as linhas divisórias que persistem nas análises que se responsabilizam pela derrota da República na França ao papel dos comunistas na vida política nacional, além das origens da colaboração com o ocupante alemão (Hitler). A história política da Frente Popular, durante os anos sessenta, se inscreveu em um clima político marcado pelo reagrupamento e aproximação entre as correntes políticas de esquerda e pelo debate em torno de uma possível aliança, com a perspectiva de uma próxima experiência governamental (WOLIKOW, 2016).

O dossiê já citado (WOLIKOW, 2016) analisa os estudos sobre Frente Popular, classificando-os como generalistas, pois partem de historiadores cujo passado e presente são marcados pelo compromisso militante[54], o que se manifesta em suas reflexões e análises. Na esteira dos estudos sobre as experiências de Frente Popular, o documento cita o colóquio consagrado ao governo de Frente Popular na França, realizado em 1966, que reuniu contribuições de investigação[55] de protagonistas que comungavam do desejo de revalorizar uma experiência governamental, marcada tanto pela decepção com a esquerda, sobretudo os comunistas, como por seus opositores conservadores.

Os estudos das décadas seguintes destacam o papel e o lugar dos comunistas na Frente Popular, o que se tornou a questão central das investigações sobre a história política do período. Os historiadores comunistas, em estreita simbiose com a linha do partido na época, abordam o conjunto de acontecimentos à medida que o Partido Comunista Francês atribui a si mesmo os êxitos da Frente Popular, descarregando seus fracassos na conta dos aliados (WOLIKOW 2016).

Os estudos da década de 1970 concentram-se na problemática da história política da Frente Popular, ficando muito mais ligados à história do comunismo, mas igualmente

[54] Cita como exemplo os escritos de Geordes Lefranc, antigo sindicalista no momento da Liberação. Seu trabalho histórico e pioneiro documentou a Frente Popular como uma aliança de organizações, mas que, por suas fontes e sua experiência, ficou condicionada a suas posições à época. Além desse trabalho, outros com os mesmos vieses são estudos conduzidos por Georges Dupeux, sobre as eleições de 1936, constituindo aproximações metódicas que oferecem elementos de análises que, no entanto, subtraem a importância das fraturas, consequência da coalizão eleitoral da esquerda, mas também a fragilidade da vitória eleitoral que não foi praticamente mais do que uma *marejada* (surto) (WOLIKOW, 2016, p. 11-23).

[55] Destaca-se o estudo de Alfred Sauvy, cuja contribuição não havia cessado de insistir na guerra e no fracasso econômico da Frente Popular, por exemplo, em relação à lei de quarenta horas de trabalho semanal (WOLIKOW, 2016, p. 11-23).

marcados pelas questões mais gerais e da potencialidade revolucionária, ou não, do episódio histórico. Os historiadores italianos, com suas reflexões e análises, focaram nos caminhos estratégicos do movimento comunista de 1936 e 1937, abordando com mais assiduidade a problemática. Além desses, também foram publicados trabalhos de soviéticos e franceses.

A partir desse ponto de vista, a possibilidade de acesso aos arquivos permitiu, ao fim, formatar um trabalho histórico e documentado sobre as questões que afetaram o funcionamento interno da Internacional Comunista (WOLIKOW, 2016).

No contexto internacional, os estudos de Frente Popular foram associados aos estudos sobre fascismo, o que suscitou análises comparadas com bases para o desenvolvimento de futuras investigações históricas nos países nos quais as experiências de Frente Popular havia sido mais que uma consigna, tornando-se uma realidade política e social tangível. Ainda que na historiografia do comunismo, o marco da Frente Popular seja, particularmente, rico, essa contribuição paradoxalmente veio a reduzir o campo de análises política, crítica da Frente Popular, assimilando meramente um giro tático do movimento comunista. A crítica da extrema esquerda reforçou essa tendência interpretativa no transcurso da década de 1970, insistindo na ideia da Frente Popular como revolução fracassada, ou como a traição da política seguida pelo Partido Comunista Francês, em 1936 (WOLIKOW, 2016).

Diversos encontros nacionais e internacionais, a partir de 1986[56], levaram a uma reflexão sobre o valor e a dimensão fundadora das experiências de Frente Popular para os partidos comunistas, em um momento em que parte deles conhecia declive acentuado que chegava a distanciá-los dessa herança reivindicada há muito tempo.

Wolikow (2016) destaca, ainda, as dificuldades dos estudos devido à negação do acesso aos arquivos das organizações do movimento operário em poder do Estado. Esse foi um impeditivo no avanço para a compreensão das investigações sistemáticas e as formas originais e massivas de mobilização política e sindical das greves e a constituição de organizações locais antifascistas. O acesso aos arquivos, indispensável aos estudos de Frente Popular, se tornou realidade no começo dos anos 1990. A partir de então, uma

[56] O colóquio de 1986 permitiu reunir diversos trabalhos sobre a problemática do movimento social (e na França), momento em que a experiência de Frente Popular francesa foi classificada como um freio momentâneo e essencial da modernização da sociedade francesa.

série de novos estudos tem permitido se fazer uma ligação com trabalhos antigos, concernentes ao sindicalismo e às greves de mobilização de 1934.

Outros trabalhos têm insistido sobre a política cultural dos governos de Frente Popular e novas práticas iniciadas pelas organizações e associações. A possibilidade trazida por esses estudos é um momento inédito para todas as investigações da história social, política e cultural que, na maior parte das vezes, abordam essas temáticas desde um ponto de vista incidental ou parcial.

Trata-se da distinção entre a política das organizações operárias, da atividade governamental, dos movimentos sociais, nos modos de vida e representações, incluindo a periodização que estrutura o relato e recompõe o acontecimento em torno do verão de 1936, com prólogo em 1934-1936, e um epílogo em 1936-1938. Há uma fragmentação, até aqui, insuperável pelo desenvolvimento da investigação histórica suscitada pelo acesso à exploração dos arquivos a largo tempo inacessível, tais como os arquivos de Moscou e da Internacional Comunista, nos arquivos especiais depositados na URSS e ao final da Guerra devolvidos à França somente nos últimos anos.

A leitura histórica da Frente Popular em seu conjunto não tem suscitado reflexão específica e nem tem incluído crítica. Essa é a sensação que se tem (WOLIKOW, 2016,) ao se verificar uma parte da bibliografia recente. Algumas obras se contentam em recompilar artigos escritos durante os últimos vinte anos, como se os conhecimentos históricos não tivessem evoluído. Outras preferem debruçar-se sobre as contribuições passadas para constatar que a história dos trabalhadores terminou. Há ainda aqueles que reúnem aportes diversos para ilustrar as práticas políticas populares nas localidades dos trabalhadores, sem ter a ambição de descrever uma necessária história da Frente Popular; até certos historiadores que arriscam com o resultado pequeno e discreto da dimensão política nacional e internacional (WOLIKOW, 2016)

1.1. Frente Única: polêmicas sobre estratégia e tática

Os debates e as polêmicas sobre estratégias e táticas (HARNECKER, 2012), a primeira: as estratégias são os objetivos fixados “o caminho a seguir”, e a segunda: as táticas, o conjunto de orientações concretas formuladas para pôr em prática a estratégia em cada conjuntura política adotada são temas de debate constante entre os trabalhadores. Por essa razão, é pertinente resgatar um breve histórico de estratégia e táticas presentes nas organizações: Frente Única e Frente Popular, os governos de Frente Popular.

A Frente Única como proposta de ação entre o proletariado foi a tese sustentada no III Congresso da Internacional Comunista, realizado em junho de 1921. Sua formulação foi integrada, desenvolvida e orientada, e, por fim, tornou-se realidade por acordos estipulados pelas direções dos partidos operários: "O objetivo dos dirigentes da Internacional era o de selar a unidade entre os diversos setores do proletariado e, em especial, de toda a classe com sua vanguarda operária" (DILLENBURG, 2011, p. 114).

A unidade dos trabalhadores é uma tradição advinda desde os tempos de Marx e Engels (Trabalhadores do mundo, Uni-vos![57]), e, posteriormente adotada pela Segunda Internacional (1889). A estratégia de união frentista tem referência histórica nos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), momento em que essa posição mudou, ultrapassando os limites da própria classe operária. Então, os partidos social-democratas passaram a compor alianças com as burguesias dos seus respectivos países para apoiar seus exércitos nacionais: seus deputados votaram favoravelmente à aprovação dos *créditos de guerra*. Findada a Primeira Guerra Mundial, os partidos social-democratas fizeram parte de vários governos capitalistas.

O mesmo aconteceu na Rússia, durante a Guerra, depois da queda do Czar (1917). Após a revolução de fevereiro, os mencheviques tanto apoiaram como fizeram parte do governo provisório burguês. Lenin e os bolcheviques denunciaram as medidas tomadas por esse governo, exigindo o cumprimento das promessas da revolução de fevereiro, com o objetivo de desmascará-lo perante as massas. E, ainda, conclamavam pela não derrubada do governo, enquanto as massas confiassem nele, mas preparavam a sua derrocada. A participação dos bolcheviques na Duma (parlamento), defendida por Lênin, tinha por objetivo:

> Fazer o povo compreender a total incapacidade da Duma como meio para obtenção das reivindicações do proletariado, da pequena burguesia revolucionária e, particular do campesinato; explicar ao povo que não é possível conquistar a liberdade política pela via parlamentar, enquanto o poder efetivo permanecer nas mãos dos governos tzaristas, explicar que é inevitável a luta aberta das massas populares contra a força armada do absolutismo, luta que visa assegurar a vitória plena: a tomada do poder pelas massas populares e a convocação de uma Assembleia Constituinte baseada no voto universal direto, igual e secreto. (HARCNECKER, 2012, p. 101).

A postura do Partido Bolchevique diante desses governos de conciliação de classes inseria a estratégia de educar e preparar o proletariado para fazer a revolução

[57] Manifesto do Partido Comunista. Karl Marx e Friedrich Engels.

socialista. Ela visava a derrubada do governo quando o proletariado fizesse essa experiência e tomasse consciência de seu caráter de classe burguês, ou seja, de inimigo da classe trabalhadora, o que veio a ocorrer na Revolução Russa, de outubro de 1917:

> Lênin chamou a atenção de um militante bolchevique por este defender a manutenção duradoura da aliança. Para Lênin não se tratava de uma aliança de longo prazo com aqueles que, dias antes, haviam traído os operários nas chamadas "jornada de julho". Ao contrário, tratava-se de uma Frente momentânea entre os partidos, com um objetivo bem específico (DILLENBURG, 2011, p. 119).

Desde a fundação da Internacional Comunista (1864), a não participação nos governos burgueses nas alianças estratégicas com esses setores era questão de princípios.

A fórmula política de Frente Única surgiu do "acordo dos partidos que aderiram à Segunda e Terceira internacional" (BOBBIO, MATTEUCCI, 1992, p. 528). O objetivo da Frente Única era "fomentar e sancionar a unidade de ação em torno de objetivos econômicos e políticos transitório da classe operária, salvaguardada a fisionomia ideológica orgânica de cada partido (BOBBIO, MATTEUCCI, 1992, p. 528).

O abandono dessa estratégia levou a tragédias tais como a experiência da China, em 1927. Naquele momento, o Partido Comunista Chinês, que apoiava o partido burguês (Kuomintang), teve milhares de seus membros mortos por esse partido, que dirigia o exército e voltou suas armas contra os revolucionários chineses.

Gramsci (*apud* TOMAS, 2017) entrou em contato com a tese de Frente Única, formulada, primeiramente, por Lenin e Trotsky, por ocasião da reunião destes com a representação italiana, no III Congresso da Terceira Internacional, realizado na União Soviética, em 1921. Na ocasião, Gramsci explicitou seu desacordo com Trotsky sobre o significado de implantar a Frente Única no contexto italiano. Ele discutiu a questão do programa socialista para o proletariado e indagou sobre a necessidade de um novo programa. Questionou também se as propostas de Marx e Engels seriam válidas para todo o século XX, assim como foi para Revolução de 1917.

Ao analisar a noção de Frente Única proletária, Dillenburg (2011) avalia que Gramsci refletia sob a influência da derrota[58] sofrida pelo proletariado italiano e o

[58]Del Roio descreve o momento da fundação do PCDI (21 de janeiro de 1921), em que ocorre "o processo de derrota do movimento operário diante da ofensiva do capital que já se fazia sentir, quando a crise econômica já provocava desemprego e pressão sobre os salários e a crise política do bloco de poder e da ideologia liberal que buscava solução no desencadeamento do processo de fascistização. Embora o fascismo tenha surgido no quadro urbano, a violência fascista iniciou-se nas zonas agrárias para, em seguida, se difundir pelas cidades, tendo por alvo as organizações operárias e seus dirigentes. Os comunistas, assim como os socialistas, viam no fascismo um instrumento de violência reacionária das classes dominantes,

significado dela para outros países. Em virtude dessa derrota, propôs um novo programa. No III Congresso da Internacional Comunista (1921), o marxista italiano foi enfático ao rechaçar a modificação significativa do programa da revolução mundial. Porém, ele propôs uma reforma do programa em vigência.

O manifesto aprovado pelo comitê executivo explicitava que a tática mais importante era a de Frente Única e deveria ter ligação com as lutas cotidianas do proletariado. Defendia, ainda, que somente na luta pelos interesses mais simples e mais elementares das massas operárias poderia se formar uma Frente Única do proletariado contra a burguesia. No programa de Gramsci (DILLENBURG, 2011), a aplicação da tática da Frente Única, ou a guerra de posição – o que para ele é o mesmo, deixa de ser algo momentâneo: "Essa forma de luta cumpria um papel meramente tático para Lênin e para os dirigentes da Internacional Comunista, ganhou, em Gramsci, um status de estratégia para um longo período" (DILLENBURG, 2011, p. 116).

Nos *Cadernos do cárcere*, Gramsci discorre que ILitch (Lênin) havia compreendido a necessidade de uma mudança da guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a guerra de posição:

> Que era a única possível no Ocidente, onde, como observa Krasnov, num breve espaço de tempo exércitos podiam acumular quantidades enormes de munição, onde os quadros sociais eram por si sós ainda capazes de se tornarem trincheiras municiadíssimas. Parece-me este o significado da fórmula da "Frente única, que corresponde à concepção de uma só Frente de Entente sob o comando único [...]. Só que Ilitch não teve tempo de aprofundar sua fórmula, mesmo considerando que ele só podia aprofundá-la teoricamente, quando, ao contrário, a tarefa fundamental era nacional, isto é, exigia um reconhecimento do terreno e uma fixação dos elementos de trincheira e de fortaleza representados pelos elementos de sociedade civil etc. No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional. (GRAMSCI, 1999, p. 260)

Gramsci analisa a estratégia da guerra e, mais uma vez, no *Caderno do cárcere 13*, concebe que a mesma transformação deve ocorrer na arte e na ciência política, pelo menos no que se refere aos Estados mais avançados, onde a sociedade civil:

---

numa ação desesperada diante do que aparentava ser o declínio de sua dominação" (DEL ROIO, 2019, p. 71-72).

> Tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às "irrupções" catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões etc.); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna. Assim como nesta última ocorria que um implacável ataque de artilharia parecia ter destruído todo o sistema defensivo do adversário (mas, na realidade, só o havia destruído na superfície externa, e no momento do ataque e do avanço, os assaltantes defrontavam-se com uma linha defensiva ainda eficiente), algo similar ocorre na política durante as grandes crises econômicas: nem as tropas atacantes, por efeito da crise, organizam-se de modo fulminante no tempo e no espaço, nem muito menos adquirem um espirito agressivo; do outro lado, os atacados tampouco se desmoralizam, nem abandonam suas defesas, mesmo entre as ruinas, nem perdem a confiança na própria força e no próprio futuro. É claro que as coisas não permanecem tais como eram; mas também é certo que falta o elemento da rapidez, do tempo acelerado, da marcha progressiva, tal como esperariam que ocorresse os estrategistas do cadornismo político [...]. O último fato deste gênero na história da política foram os acontecimentos de 1917. Eles assinalaram uma reviravolta decisiva na história da arte e da ciência da política. Trata-se, portanto, de estudar com "profundidade quais são os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistemas de defesa na guerra de posição. Disse com profundidade intencionalmente, já que tais elementos foram estudados: mas o foram ou a partir de pontos de vista superficiais e banais, assim como certos historiadores do vestuário estudam as extravagâncias da moda feminina, ou a partir de um ponto de vista "racionalista", isto é, com a persuasão de que certos fenômenos são destruídos tão logo explicados "de modo realista", como se fossem superstições populares (que, de resto, também não são destruídas por serem explicadas). (GRAMSCI, 2017, p. 531, 542)

Os dirigentes da Internacional defendiam o caráter momentâneo da Frente Única, a mesma posição de Lenin. Considerava-se que uma aliança de longo prazo poderia levar à traição dos objetivos da revolução. Por isso, a Frente deveria ser momentânea entre os partidos, com um objetivo bem específico e em momentos de perigo, esquecendo as velhas distensões, unindo-se todos os partidos revolucionários e reformistas para combater resolutamente a contrarrevolução.

Para Gramsci, a tese de Frente Única passou a ser "a perspectiva política fundamental – o problema irresoluto do movimento operário – tanto durante a estadia em Viena como depois da sua volta à Itália. Isto é, nos anos em que o escritor estava envolvido na construção da resistência da classe operária ao regime fascista" (THOMAS, 2017, p. 321). O número de vezes em que expressão *Frente Única* é utilizada nos *Cadernos do Cárcere* chama atenção (THOMAS, 2017). O termo aparece em uma única nota, que remonta ao fim de 1930, intitulada guerra de posição e guerra manobrada ou frontal [...] "embora empregue os termos em um sentido metafórico geral em outras passagens" (THOMAS, 2017, p. 321).

No mesmo período em que escreveu essa única nota, Gramsci estava empenhado em intensa discussão com outros membros do Partido Comunista Italiano (PCI), eles também na prisão.

Na perspectiva gramsciana, a fórmula de Frente Única correspondia ao reconhecimento da necessidade de uma transformação na estratégia do movimento operário revolucionário. Não apenas devido à diferença nas relações entre Estado e sociedade civil entre Oriente e Ocidente, mas também tendo em vista a modificação das relações entre Estado e sociedade civil que se verificou na União Soviética, após a Revolução de 1917.

Diante da constatação das diferenças e das modificações em curso, Gramsci revalorizou, no terreno da luta e das organizações políticas – em oposição às diversas tendências *economistas*, a Frente da luta cultural, e construiu a doutrina da hegemonia como complemento da teoria do Estado-força e como forma da doutrina de *revolução permanente*, criada em 1848 (THOMAS, 2017).

Embora Gramsci use o termo poucas vezes, os *Cadernos do Cárcere* contêm inúmeras discussões (DILLENBURG, 2011) sobre pontos considerados essenciais de Frente Única. Em Gramsci, a fórmula de Frente Única indica a perspectiva internacional, em que as várias combinações do Nacional e do Internacional deveriam ser consideradas como condensações nacionais de uma dinâmica política internacional.

Em um ulterior desenvolvimento, Gramsci específica a dimensão internacional do conceito analítico central de hegemonia e, por conta disso, sua relação com a política de Frente Única: “O conceito de hegemonia é aquele em que se reúnem as exigências de caráter nacional” (THOMAS, 2017, p. 322).

Assim sendo, a Frente Única, na formulação de Gramsci, “significa tanto uma estratégia política da organização política de massa de classe operária quanto uma análise concreta das relações de força que constituíam a base da massa da hegemonia política burguesa e do poder do Estado” (THOMAS, 2017, p. 322).

Del Roio (2019) também descreve a fórmula política de Frente Única de Gramsci. O autor considera que foi um período pouco explorado na trajetória do jovem dirigente político, que a desenvolveu como uma estratégia de fôlego, como algo que não foi alcançado por nenhum grupo político ou teórico no contexto da Internacional Comunista. Segundo o autor, para Gramsci, a estratégia política de Frente Única deveria ser:

> Fundamentada nas forças sociais antagônicas ao capital, sobretudo a classe operária e o campesinato pobre. Essas classes subalternas deveriam se organizar, de maneira autônoma, segundo a sua própria experiência, criando instituições sociais próprias, que dariam materialidade à subjetividade antagônica em desenvolvimento. O partido revolucionário seria o elemento de coordenação, centralização e difusão dessa subjetividade antagônica. O filtro do que mais avançado e desenvolvido poderia existir no seio da classe operária (DEL ROIO, 2019, p. 243).

Trotsky defendia (DILLENBURG, 2011) que a Frente Única era uma arma tática episódica, sendo útil durante o período de acúmulo de força do partido operário revolucionário, quando sua influência fosse insuficiente entre o proletariado. A Frente Única tiraria o partido revolucionário do isolamento. Serviria como meio de o partido agir e agitar seu programa entre o proletariado e se diferenciar dos agrupamentos centristas. Porém, assim que o partido ampliasse sua influência entre trabalhadores, ele deixaria essa tática.

> Se a Frente única toma si mesma seriamente -e essa é a única condição para que seja tomada a sério pelas massas populares-, não pode furtar-se à palavra de ordem de conquista do poder. Por quais meios? Por todos os meios que conduzam a esse objetivo. A Frente única não renuncia à luta parlamentar. Mas utiliza o Parlamento antes de tudo para demonstrar a impotência deste e explicar ao povo que o governo burguês atual tem uma base extraparlamentar e que não é possível derrotá-lo a não ser com poderoso movimento de massas. A luta pelo poder significa a utilização de todas as possibilidades oferecidas pelo regime bonapartista semiparlamentar, para derrotá-lo mediante uma investida revolucionária; para substituir o Estado burguês por um Estado Operário. (TROTSKY, 2020, p. 69)

Caso o partido permanecesse na Frente Única, bloquearia o desenvolvimento da luta do proletariado. Assim, para Trotsky, a Frente Única é uma tática para ser aplicada nos momentos preparatórios e não decisivos da luta de classe. Haveria de se encontrar o momento de superação da Frente Única e insistir na conquista do poder sob a bandeira do comunismo.

A ideia de composição política (aliança da classe operária com a burguesia) tem sido motivo de divergência desde os escritos de Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Gramsci e, no caso de Rosa Luxemburgo, se desdobrou em “Reforma Social ou Revolução?”. O debate sobre esse tema foi travado ao longo do tempo entre qual a estratégia seguir, esteve pautado nas discussões entre militantes intelectuais das distintas correntes de pensamento político.

Por isso, a conciliação de classe era inimaginável para os bolcheviques, sendo motivo da divisão no interior da Segunda e na fundação da Terceira Internacional. No

entanto, no VII Congresso da Internacional Comunista (1935), adotou-se a orientação de que os partidos comunistas constituíssem Frentes populares: alianças com a burguesia progressista. Uma fratura substancial (SENA JÚNIOR, 2007) foi aberta entre as correntes que reivindicavam o legado da Terceira Internacional:

> Pois enquanto um setor permaneceu construindo a unidade com o que seria um campo da democracia contra o imperialismo e a reação, outro permaneceu acreditando que os trabalhadores só podem contar com suas próprias forças, não devendo confiar nunca no inimigo de classe, e talvez este impasse permaneça como questão da nossa época (SENA JÚNIOR, 2007, p.9).

1.2 Frente Popular: uma guinada histórica

O ano de 1935 é um ano-chave para o entendimento da formação da Frente Popular e da guinada histórica dada pelo movimento comunista internacional, em razão dos acontecimentos da Revolução Russa (outubro de 1917), e da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que foram episódios carregados de júbilo e de frustrações em toda a Europa (SANCHÉZ, 2016).

Nessa contextualização histórica, considera-se a criação da Frente Popular na VII Internacional Comunista (1935)[59] como uma guinada histórica (HOBSBAWM, 1985) em sua linha estratégica na construção de ampla aliança entre os antifascistas. Naquele momento nasceu uma nova etapa, que tinha como protagonista a classe trabalhadora industrial, que já vivia a mais aguda das recessões experimentada por um sistema econômico e cuja resolução não viria com o livre jogo do mercado e a retratação dos poderes públicos (SANCHÉZ, 2016).

Os escritos de Bobbio, Matteucci, Pasquino (1992) contextualizam a Frente Popular como uma experiência histórica de aliança e unidade de ação entre partidos de esquerda, democráticos e antifascistas, cuja primeira experiência data do período de 1934-1936. A fórmula política de Frente Popular, ampliada ou aberta a forças populares diversas das operárias e as organizações políticas radicais burguesas, tomou forma nas

[59] O VII Congresso da Internacional Comunista (1935) foi um marco histórico pelas mudanças na tática política no âmbito do movimento comunista internacional hegemonicamente dominado pela URSS de Stalin. Trata-se de guinada que se concretiza na resolução e no relatório ali apresentado por Georg Dimitrov. Ver: Documentos sobre o VII Congresso Mundial da Internacional Comunista, que contém discursos dos delegados brasileiros, holandês e alemão, relatórios de atividades e resoluções do Congresso, em Moscou. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/documentos-sobre-o-vii-congresso-mundial-da-internacional-comunista-contendo-discursos-dos-delegados. Acesso em: 23 ago. 2021.

Frentes espanhola e francesa, ambas remontantes a 1936 (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1992).

A orientação política de composição de Frente Popular significou uma mudança em relação à orientação anterior da Internacional Comunista no chamado *Terceiro Período*, votado em seu VI Congresso (1928). Antes da formação da Frente Popular contra o fascismo, havia uma recusa nas iniciativas de unidade com setores reformistas do movimento operário que se respaldava na orientação e caracterização da social-democracia como outra face do fascismo, ou seja, o social fascismo. Daí a oposição dos comunistas em participar de uma Frente com os partidos social-democratas contra o nazismo, na Alemanha até a ascensão (1933) de Hitler.

A partir de 1934, e desde o VII Congresso da Internacional Comunista (IC), deu-se uma mudança. Adotou-se a determinação dessa política de conciliação de classes e a disposição de participação nos governos de Frente Popular.

A Frente Popular é classificada como uma mudança na tática política no âmbito do movimento comunista internacional, hegemonicamente dominado pela União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS) de Stalin. Configura uma guinada que se concretiza na resolução do VII Congresso da Internacional Comunista (1935) e no relatório[60] ali apresentado por Georg Dimitrov[61], que analisa a conjuntura e apresenta a estratégia da luta pela unidade da classe trabalhadora contra o fascismo. Na ocasião, o orador fez uma longa apresentação (80 páginas) sobre o fascismo e a classe operária e classifica aquela como ditadura terrorista descarada dos elementos mais reacionários, chauvinistas e imperialistas do capital financeiro. Ainda segundo Dimitrov, a modalidade mais reacionária do fascismo seria o fascismo de tipo alemão, pois teria a ousadia de chamar-se de nacional-socialismo, apesar de não ter nada em comum com o socialismo: "O fascismo alemão atua como tropa de choque contra a revolução internacional, como

[60] A forma de articulação Frente carrega a histórica disputa dentro das esquerdas internacionais. Há defensores da tática e, por outro lado, até acusação de traição. Ver: RODRIGUES, Francisco Martins. *Anti Dimitrov: 1935/1985, meio século de derrotas da revolução*. 2. ed. Lisboa: Edições Dinossauro. 2008.

[61] Dimitrov George, filho de um operário, tipógrafo, aos doze anos, sindicalizado em 1900 e, ao Partido, em 1903 – [...]. Secretário da Federação Sindical Revolucionária Búlgara. Depois da insurreição de setembro de 1923, refugia-se na Iugoslávia e é condenado à morte por contumácia. Defende-se sempre de ter tido uma participação no atentado à Catedral de Sofia. Em Moscou, ascende ao aparato do Comintern, onde é suplente do Executivo, em 1926. Em 1929, é indicado ao Birô de Berlim da Europa Ocidental; é preso pela polícia por ordem dos nazistas, que o acusam, em março de 1933, de ter incendiado o Reichstag. É absolvido depois de um processo em Leipzig, por conta de comportamento que lhe vale grande prestígio. Foi a partir daí que começou a sua carreira. Foi o especialista do Comintern, que teria proposto a Stalin uma nova política. Foi seu secretário-geral a partir do VII Congresso (BROUÉ, 2007, p. 1207). *A História da internacional Comunista (1919-1943)*. Suderman. São Paulo. 2007.

incendiário principal da Guerra imperialista, como iniciadores da cruzada contra a União Soviética grande Pátria dos Trabalhadores de todo o mundo" (DIMITROV, 1935, p. 5).

No VII Congresso da IC (1935), a orientação de formação de Frentes populares sofre uma mudança, a partir da aprovação de uma política de unidade com a burguesia. Isso significou uma alteração na estratégia de tomada do poder pela classe operária para outra, de conformar governos em conjunto com a burguesia.

Ao discursar sobre a possibilidade da vitória do fascismo e analisar a correlação de forças para enfrentá-lo, o comunista búlgaro propõe uma Frente Única proletária, antifascista. Uma Frente que obrigaria a socialdemocracia a pôr fim à cruzada contra o comunismo e a aceitar as propostas do Partido Comunista sobre a unidade de ação contra o fascismo. Dimitrov classificou o fascismo como um poder feroz, porém precário. Ao expor as suas contradições, ele conclama à criação da Frente Única de unidade que se eleva em importância. As ações são conjuntas, tanto dos partidos como dos seus filiados, em uma Frente que passaria a exercer "uma enorme influência sobre todas as demais camadas do povo trabalhador, sobretudo os camponeses, sobre a pequena burguesia urbana, sobre os intelectuais. A Frente única infundirá aos setores vacilantes a fé na força da classe trabalhadora" (DIMITROV, 1935, p. 24).

A política de formação de Frentes populares de aliança com a burguesia torna-se uma orientação central e mundial para os partidos comunistas, com o apoio do Estado Soviético. Essa política foi aplicada no mundo inteiro com diferentes nomes (Frente ampla, Frente antifascista, unidade popular, Frente progressista, entre outros):

> La teoría de las Frentes populares ha conocido diversas variantes: por ejemplo, en los países semicoloniales los stalinistas buscan conformar "Frentes antiimperialistas" con la llamada "burguesía nacional" o "antimonopolista". Pero la esencia es siempre la misma: la conformación del campo burgués progresivo. (MORENO, 1982, p.7).

Dimitrov elenca os principais argumentos dos setores contrários à Frente Única, cujo ponto nevrálgico é a crença de que a proposta se disfarça de ditadura do proletariado. Além disso, ele expõe o dilema da socialdemocracia em se aliar com a burguesia ou se aliar aos comunistas. Por último, descreve quais são os conteúdos e formas da Frente Única, ou seja, a defesa dos interesses políticos imediatos da classe operária, considerando que a defesa contra o fascismo é o ponto de partida, e o conteúdo principal da Frente Única.

A proposta da Frente se consagraria por meio de ações conjuntas das organizações operárias das diversas tendências à defesa de seus interesses vitais. Para ele, isso significa:

> Em primeiro lugar, a luta conjunta por descarregar de modo efetivo as consequências da crise sobre os ombros da classe dominante; numa palavra sobre os ombros dos ricos. [...] em segundo lugar, a luta conjunta contra todas as formas da ofensiva fascista, pela defesa das conquistas e direitos dos trabalhadores, contra a liquidação das liberdades democrático-burguesas [...]. Em terceiro lugar, a luta conjunta contra o perigo cada vez mais eminente da guerra imperialista (DIMITROV, 1935, p. 28).

Para Nahuel Moreno (1982), o fundamento teórico de aliança entre organizações operárias e setores burgueses se ancora na Teoria dos Campos Burgueses Progressistas. O dirigente político marxista argentino estuda a implantação da Teoria de campos progressistas no livro *Os governos de Frente Popular na história*. O autor analisa experiências que foram colocadas em prática pelos partidos comunistas que formaram Frentes populares na França (1936), com o Partido socialista e o Partido radical (burguês), e na Espanha, com o Partido Republicano e o Partido Socialista:

> La política de los partidos comunistas en todos los países debe orientarse en torno al fortalecimiento del campo democrático 'antifascista' a nivel nacional y mundial. Es necesario hacer todo lo posible por mantener a la burguesía "democrática" en el campo antifascista, lo cual es precisamente lo que propugnaban los mencheviques con respecto a la burguesía 'liberal' (MORENO, 1982, p. 6).

Segundo essa interpretação, os partidos de esquerda assumiram e desenvolveram a teoria de que a sociedade capitalista atual não está dividida em classes, mas sim em campos políticos. O campo reacionário seria formado por setores de direita, ultradireita e até fascistas. O campo contrário seria o dos progressistas, formado por setores progressistas da burguesia, da igreja, as organizações sindicais e os partidos políticos dos trabalhadores:

> [...] teoría de la revolución por etapas fue un solo paso. Los mencheviques sostenían que el derrocamiento del zarismo, lejos de poner fin al Frente "antizarista" policlasista, abriría una etapa en la cual, bajo el gobierno de la burguesía liberal, la atrasada Rusia se convertiría en un país capitalista adelantado. En esa etapa el proletariado adquiriría experiencia y conciencia, a través de la lucha por conquistas mínimas. Luego se abriría la segunda etapa, la de la conquista del poder por el proletariado (MORENO, 1982, p. 5).

Dessa forma, abandonava-se a concepção marxista de que há na sociedade capitalista uma divisão de classe entre o proletariado e a burguesia e uma luta de classes na qual o objetivo do proletariado é a tomada do poder:

> Para ellos, la división fundamental de la sociedad rusa es, como sostiene el marxismo ortodoxo, en clases: burguesía y proletariado. El eje de su política es el desarrollo de la lucha de clases hasta la conquista del poder por el proletariado. De ahí deriva una teoría de los campos diametralmente opuesta a la de los mencheviques, basada en el hecho de que, por fuera de las dos clases fundamentales, existen otros sectores explotadores y explotados en la sociedad (MORENO, 1982, p. 5).

A justificativa para a formação de uma Frente Popular seria a de que se estava diante da ameaça do fascismo[62], da ultradireita e de correlação de forças desfavorável ao proletariado. Na teoria dos campos, a proposta diante dessa situação é unir-se aos campos progressistas na tentativa de chegar ao governo pelo voto e aplicar reformas no capitalismo:

> La concepción de los 'campos' y de la lucha entre ellos que supera a la lucha de clases aparece, pues, con los mencheviques. Sin embargo, quien eleva esta concepción a nivel de una teoría general, de aplicación permanente por los partidos obreros en todos los países y circunstancias, es Stalin con su Frente Popular (MORENO, 1982, p. 6).

O enfrentamento do fascismo, defende Dimitrov (Secretário Geral do PCR), faz-se pela necessária preparação dos trabalhadores, e essa tarefa não deve ter descanso, exigindo adaptação às mudanças rápidas de formas[63] e de métodos de luta, que devem variar conforme as circunstâncias e cada conjuntura. Sendo assim, à medida que a organização dos trabalhadores cresce, se fortalece a unidade de classe para ir mais longe na preparação da passagem da defensiva ou ofensiva contra o capital, de modo que haja organização da greve política de massa. E, nesse caminho da unidade de ação, está a necessidade de se firmarem acordos a curto e a longo prazos contra os inimigos de classe. Dessa forma, se daria a realização concreta da Frente Única nos diversos países, que se efetuaria de diferentes modos de resistência e de diferentes formas, segundo o estágio e o caráter das organizações operárias e o seu nível político. A situação concreta de cada país ditaria as mudanças no movimento operário internacional.

---

[62] Nesse cenário, o movimento operário se deparou com a ameaça de guerra e a reação fascista generalizada, o que as levou a uma nova análise da natureza do fascismo internacional e a uma inversão drástica do juízo sobre a socialdemocracia, até então tachada de 'social-fascismo'. Diante dessa análise, o fascismo é considerado como o inimigo principal, e a socialdemocracia torna-se aliada fundamental na luta antifascista.

[63] As formas podem ser, por exemplo: "atividades conjuntas dos operários, coordenadas para caso determinado e por motivos concretos, por reivindicações isoladas ou sobre a base da plataforma geral; ações coordenadas em determinadas empresas, ramos industriais, ações coordenadas sobre o plano local, regional, nacional ou internacional; ações coordenadas para organizações de lutas econômicas dos operários para realização de movimentos políticos de massas, para organização de autodefesa comum contra os assaltos fascistas; ações coordenadas para ajudar os presos e suas famílias, para lutar contra a reação social; ações conjuntas para defesa de interesse da juventude e das mulheres; na defesa das cooperativas, da cultura, do esporte etc." (DIMITROV, 1935, p. 29).

Para o revolucionário russo Trotsky (2020), "a participação dos partidos comunistas e socialistas nesse tipo de organização confundiria a classe operária, que passava a acreditar em governos burgueses que, eram seus inimigos de classe". E, ainda, impediam todas as mobilizações revolucionárias do proletariado e dos explorados que se contrapusessem a esses governos. Assim, desarmavam o proletariado no desenvolvimento dos processos revolucionários. Portanto, a Frente Popular privava-os de instrumentos de ataque e da defesa à própria classe trabalhadora diante da direita reacionária. Inevitavelmente, preparava o cenário, ou para uma derrota sanguinolenta diante de um golpe militar, ou para uma derrota eleitoral da Frente Popular, que seria substituída por um governo de direita.

Dimitrov reconhece a dificuldade de formação de Frente Popular antifascista nos países de governos fascistas:

> A luta se desenvolve, naturalmente, em condições muito mais difíceis que nos países de movimento operário legal. Não obstante, se oferecem nos países fascistas todas as premissas para a formação de uma verdadeira Frente Popular antifascista na luta contra a ditadura fascista, pois os operários social-democratas, católicos e de outras tendências na Alemanha, por exemplo, podem reconhecer de um modo mais imediato a necessidade de lutar unidos aos comunistas contra a ditadura fascista (DIMITROV, 1935, p. 44).

Para a formação de Frentes populares antifascistas, nos países de governo fascista, a tarefa era a de mobilizar amplas camadas da pequena burguesia e dos camponeses: "São eles que saboreiam os frutos amargos da dominação fascista e se sentem cada vez mais descontentes, desiludidos, o que facilita a tarefa de arrastá-las para o movimento popular antifascista" (DIMITROV, 1935, p. 44-45).

Sobre a participação nos governos[64] de Frente Única, afirma Dimitrov (1935), que havia disposição dos comunistas de realizá-la:

> Com inteira consciência de nossa responsabilidade: se considerarmos que pode surgir uma situação em que a criação de um governo de Frente única proletária ou de Frente Popular antifascista seja não somente possível, mas indispensável no interesse do proletariado, aceitamos, com efeito essa eventualidade. E neste caso, interviremos sem nenhuma

[64] A recomendação de criação de comitê, segundo Dimitrov, teria o objetivo de fazer a ligação dos partidos e organizações envolvidas na Frente Única. O êxito dessa iniciativa dependeria de toda a luta na criação da aliança de luta, dos camponeses e dos trabalhadores com as massas da pequena burguesia urbana que forma a maioria da população, mesmo nos países industrialmente desenvolvidos. A Frente Popular antifascista é uma ação decidida do proletariado revolucionário em defesa das reivindicações de setores e, em particular, dos camponeses trabalhadores e na razão dos interesses primordiais destes, combinando no decorrer das lutas e aspirações da classe operária com essas reivindicações. Aqui se concentram os problemas básicos da Frente Única, sendo necessário analisá-las de país a país (DIMITROV, 1935, p. 64).

> vacilação em favor da criação desse governo (DIMITROV, 1935, p. 64).

Bobbio, Matteucci e Pasquino (1992) pontuam as diferenças entre Frente Única e Frente Popular, embora a segunda contenha algumas características da primeira. Por exemplo, a Frente Popular se constituiu em retomada do desenvolvimento de Frente Única, após o período de divisão entre os partidos operários. Sendo assim, a Frente Popular objetivou a unidade de ação em torno de pontos em comum, sendo composta não só por partidos operários ligados às classes trabalhadoras, "como também os partidos democráticos e radicais e às classes pequeno-burguesas dos campos e das cidades. Enquanto a Frente Única seria, de preferência, uma aliança proletária e anticapitalista, a Frente Popular seria *democrática* e *antifascista"* (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1992, p. 529). A Frente Única seria, portanto, uma coalizão entre partidos políticos da esquerda que comungam de objetivos comuns. A Frente Popular teria, por sua vez, composição variada, seguindo características histórico-políticas de cada país.

A Frente Popular adota reivindicações de caráter econômico e político, a curto e médio prazos: passa pela tutela das condições de vida e de trabalho das classes trabalhadoras, à luta por reformas estruturais no campo econômico e social destinadas a enfraquecer as posições de domínio de grupos capitalistas mais reacionários (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1992), acrescentado do objetivo universal da defesa da paz.

O conteúdo das reivindicações das Frentes Populares obteve apoio de amplos setores da opinião pública antifascista em numerosos países da Europa e da Ásia, durante a Segunda Guerra Mundial, com as:

> Alianças antifascistas (Frentes Nacionais) –, que se estenderam a todas as forças políticas empenhadas na defesa nacional ou na resistência. A plataforma de reinvindicações de caráter defensivo fica 'circunscrita', com o tempo, ao período da emergência nacional, cujo método é, de ordinário, o da luta armada ou da guerrilha que desemboca na insurreição. Um exemplo da aplicação deste modelo é a Frente Única chinesa contra a invasão nipônica (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1992, p. 529).

Ao derrotar o fascismo dar-se-á por encerrada uma fase histórica das Frentes Populares. Abre-se uma nova etapa, mantidos pontos de contato: "São estratégias de tipo frentista que caracterizam as relações entre comunistas, socialistas e forças radical-democráticas em algumas situações europeias e extra europeia do pós-guerra" (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1992, p. 529).

As experiências de Frente Popular, com seus sucessos e tragédias, as levaram a ser consideradas como uma estratégia que teria terminado, tornando-se desaconselhada, haja vista que formas de alianças parlamentar e governamental são mais adaptadas aos desafios das modernas sociedades industriais.

Acusa-se o frentismo de "ser um expediente tático para preparar hegemonia comunista, a acusação de dar maior preferência ao campo eleitoral e parlamentar que ao das alianças sociais e de deixar sem solução o problema crucial da relação entre democracia e socialismo" (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1992, p. 530).

Se, atualmente, as alianças entre partidos de esquerda com os governos do campo burguês estão incorporadas à forma corriqueira do fazer político, isso não ocorreu sem muitos debates e divergências. Empenhar-se nos estudos sobre o histórico de formação de Frentes de luta em outros contextos históricos e políticos é também relembrar os princípios da independência, de organização e de formas de resistência de classe e as estratégias de luta do proletariado, segundo a tradição de Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Gramsci, Rosa Luxemburgo e outros e, seus desdobramentos nos debates atuais sobre o assunto.

1.3 A primavera das Frentes Populares

As primeiras experiências de governos de Frente popular decorreram em um cenário político "em escala europeia mundial, de movimentos, partidos e regimes de origem ou inspiração fascista e pelo ressurgir dos perigos da guerra como consequência da crise econômica internacional do declínio da liderança das classes políticas liberal-oligárquicas (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1992, p. 529).

Os governos de Frente Popular [65] são denominados de *Primavera da Frente Popular*, no dossiê publicado na *Revista de História de La Fim*[66], nossa referência para esta escrita. Tornou-se um acontecimento histórico político e social, situado, primeiramente, na França do século XX. Trata-se de um episódio cujas amplitude e complexidade têm merecido novas investigações em decorrência de sua importância. Um acontecimento matriz, de larga duração na história francesa com notáveis consequências para o lugar social da classe trabalhadora, que inaugurou uma nova cultura da democracia

[65] França e Espanha.
[66] Revista de História de La Fim. La primavera del Frente Popular de febrero a julio de 1936.

social no país, tornando-se uma das referências ao se tratar do tema de governos de Frente Popular (WOLIKOW, 2016, p. 11-23).

A primeira experiência de governo de Frente Popular, na França, foi uma coligação política entre socialistas, comunistas e radicais (Partido Radical). A unidade foi vitoriosa nas eleições parlamentares de maio de 1936, elegendo o primeiro-ministro Léon Blum, que se manteve no poder até 1938.

Broué (2007) escreve sobre o clima político dos primeiros meses do ano de 1936 e, na sequência, apresenta os números da eleição que consagrou o governo de Frente Popular:

> A situação Francesa foi marcada, no começo do ano de 1936, pela unificação sindical [...] uma espécie de par sindical da Frente Popular. É um sucesso de março a maio, a central reunificada registra 250 mil adesões e se mostra capaz de represar as greves selvagens e mesmo movimentos reivindicativos que poderiam atrapalhar a preparação das eleições. Estas ocorrem em maio e consagraram a vitória da Frente Popular [...] são os socialistas que constituíram sua força principal na Câmara dos Deputados. A Frente Popular tem 329 deputados, sendo 72 comunistas, 146 socialistas, 106 radicais. A direita conta com 220 [...]. As negociações sobre as reivindicações começam em todo lugar rapidamente com governo Leo Blum de Frente Popular (BROUÉ, 2007, p. 866).

Outra experiência de governo de Frente Popular[67] foi vivenciada na Espanha, numa aliança política entre republicanos de esquerda, socialistas e comunistas. Uma vez eleita no pleito de 1936, a Frente Popular governou até o final da Guerra Civil Espanhola, em 1939, tendo Manuel Azaña como presidente da II República.

Para Sanchéz (2016), a Frente Popular foi uma organização de esquerda que ainda divide os leitores dessa experiência. Para o autor, a formulação foi mais do que uma mera consigna na tática dos comunistas para sair do isolamento ou mesmo uma estratégia de geopolítica defensiva de uma União Soviética, temerosa do cerco internacional. A Frente Popular contou com o entusiasmo dos setores dos trabalhadores industriais, nascidos na geração do fordismo, que foram capazes de aproveitar a concentração nas grandes unidades de produção para se organizarem.

Ainda segundo Sanchéz (2016), não é de se estranhar que na Espanha a expressão *Frente Popular* suscite temores atávicos no imaginário neoliberal e no eleitorado conservador. Foi uma breve, mas intensa e frutífera experiência de hegemonia operária,

[67] Elencamos alguns autores que analisam esse período: Trotsky (1976); Broué (2007); Juliá (1979); Tussel (1971); e Sanchéz (2016).

ainda que sobre ela pesem as contradições derivadas do contexto internacional e das tensões sociais internas que deixam lembranças na memória das gerações. Tratou-se de envolver não apenas os marxistas, mas uma atmosfera que se relacionou com o anarcossindicalismo espanhol, contemplando os horizontes mais radicais a curto prazo. A Frente Popular marcou a era da incorporação de toda uma geração de jovens na ação política de massas. Uma juventude numerosa, radicalizada, fascinada pelo mito da Revolução Russa, de outubro de 2017, como o amanhecer de um tempo novo (SANCHÉZ, 2016, p. 8-10).

Trotsky (2020)[68] analisou criticamente a situação desses países de governos de Frente Popular nos textos: *Aonde vai a França?* (também, escreveu sobre a Espanha), nos quais se opôs ao denunciar a política de Frente Popular e a participação nos governos com a burguesia.

O revolucionário russo justificava que, ao participar dessas formas de governos, os partidos comunistas e socialistas necessariamente abandonariam o programa socialista. Caso contrário, os partidos burgueses deixariam a Frente Popular.

Na avaliação de Trotsky (2020), se os meios de produção continuassem nas mãos de um pequeno número de capitalistas, não haveria salvação para a sociedade. Ela estaria condenada a seguir de crise em crise, de miséria em miséria, de mal a pior. De acordo com cada país, as consequências da decrepitude e decadência do capitalismo se expressariam sob formas diversas e com ritmos desiguais. Porém, o fundo do processo seria o mesmo em todos os lados: “A burguesia conduziu a sociedade à bancarrota. Não é capaz de assegurar ao povo nem o pão nem a paz” (TROTSKY, 2020, p. 35).

Ainda para Trotsky (2020), os governos de Frente Popular seriam governos capitalistas como os demais governos burgueses. Nesses, os partidos reformistas emprestavam apoio da classe trabalhadora e de setores populares, que consideravam esses tipos de governo como seu governo.

Para Trotsky (2020), na Espanha, os acontecimentos seguiram outro caminho, mas, no fundo, as causas da derrota teriam sido as mesmas. O Partido Socialista, como os

---

[68] Este longo artigo foi publicado pela primeira vez em *La Verité* (A Verdade) de 9 de novembro de 1934. O jornal era então o órgão do "grupo bolchevique-leninista da SFIO, grupo trotskista [...]. O artigo foi apresentado como o resultado de um trabalho coletivo. Em seu Diário do Exílio, em 9 de abril de 1935, Trotsky escreve suas reflexões sobre a leitura deste texto, acrescentando que ignora quem o escreveu: uma precaução necessária devido às condições de sua estadia na França. Mas o mesmo artigo seria reimpresso, junto com outros, sob o título "Aonde vai a França?", em 1936, com um prefácio em que Trotsky se reconhece como autor. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1934/franca/index.htm#topp. Acesso em: 02 set. 2020.

socialistas revolucionários e os mencheviques russos, compartilhou o poder com a burguesia republicana para impedir que os operários levassem a revolução até o final. Durante dois anos, os socialistas no poder ajudaram a burguesia a desembaraçar-se das massas através de migalhas de reformas agrárias, sociais e nacionais, utilizaram contra eles a repressão. O resultado foi duplo. O anarcossindicalismo que, com uma política correta de partido operário, teria se fundido como a *cera no fogo da revolução,* na realidade, se reforçou de fato e uniu em torno de si as camadas mais combativas do proletariado (TROTSKY, 2020, p. 63-65).

> Na Espanha, os acontecimentos seguiram outro caminho, mas no fundo as causas da derrota são as mesmas. O partido socialista, com os 'socialistas revolucionários' e os mencheviques russos, compartilhou o poder com a burguesia republicana para impedir que os operários levassem a revolução até o final. Durante dois anos, os socialistas no poder ajudaram a burguesia a se desembaraçar das massas com migalhas de reformas agrárias, sociais e nacionais. Contra as camadas mais revolucionárias do povo, os socialistas utilizaram a repressão. O resultado foi duplo. O anarcossindicalismo, que com a política correta de partido operário se teria fundido com a cera no fogo da revolução, na realidade se reforçou de fato e uniu em torno de si as camadas mais combativas do proletariado. Em outro polo, a demagogia social-católica explorou habilmente o descontentamento das massas com o governo burguês-socialista. Quando o partido socialista estava suficientemente comprometido, a burguesia o tirou do poder e passou à ofensiva em toda a linha. O partido socialista se viu obrigado a defender-se nas condições extremamente desfavoráveis em que sua própria política anterior o havia deixado. A burguesia já tinha apoio da massa à direita. Os chefes anarcossindicalistas, que no curso da revolução cometeram todos os erros próprios desses confusionistas profissionais, negaram-se a apoiar a insurreição dirigida pelos 'políticos' traidores. O movimento não teve caráter geral, mas esporádico. O governo pôde dirigir seus golpes sobre todas as casas do tabuleiro. A guerra civil, assim imposta pela reação, terminou com a derrota do proletariado. (TROTSKY, 2020, p. 66-67)

Ainda no século XX, se concretizou, no Chile, a única experiência de governo de Frente Popular na América Latina, com a vitória eleitoral e o estabelecimento de um governo baseado na política de Frente Popular, adotada do Movimento Comunista Internacional (MCI). Após quatorze anos de governos contrários aos trabalhadores, deu-se a vitória da Frente Popular, em 1938: "Na década de 1930, ao lado da França e da Espanha, o Chile foi o único país latino-americano a conhecer a vitória eleitoral e o estabelecimento de um governo baseado na política da Frente Popular, adotada do Movimento Comunista Internacional (MCI)" (AGGIO, 1997, p.2.):

> Ainda que a América Latina figurasse como absolutamente secundária diante dos propósitos da III Internacional, Brasil e Chile, em virtude de sua posição estratégica em relação ao Atlântico e ao Pacífico, passaram a ser vistos como países importantes para que ali se estimulasse a nova linha política adotada pelo MCI (AGGIO, 1997, p. 2).

No período do governo baseado na política de Frente Popular, de acordo Aggio (1997), o Chile combinou crescimento econômico e democracia representativa, alcançando desenvolvimento e modernização, ao mesmo tempo que ruptura e continuidade compuseram o par indissolúvel do percurso modernizador vivido a partir da Frente Popular.

Ao analisar as experiências dos governos de Frente Popular, nos anos 1930, Aggio (1997) pondera que, na Espanha, o desfecho foi um banho de sangue da Guerra Civil, iniciada em 1936. E, na França, terminou sumariamente em função da falta de apoio parlamentar ao gabinete socialista de Blum, em abril de 1938.

No caso do Chile, nem a trilha da Espanha[69] e tampouco da França foi seguida. Na primeira experiência latino-americana de Frente, diferentemente da França, deu-se uma ruptura da coalizão de centro-esquerda, no governo. O que não significou, neste caso, o colapso do governo, iniciado em 1938. E diferente da Espanha não houve guerra civil.

A Carta Constitucional, de 1925, amparava o presidencialismo. O governo do presidente Aguirre Cerda[70]prosseguiu, mesmo após a ruptura da Frente Popular[71], e seu mandato somente foi interrompido em virtude de sua morte, em 1941(AGGIO, 1997, n.p).

Na segunda metade do século XX, o Chile tem a experiência de governo de unidade popular[72], presidido por Salvador Allende Gossens, de 1970 até o golpe de 1973. Elencamos os estudos sobre a temática[73] e selecionamos Santos (1982) que, analista do dilema latino-americano, observa que a situação política é *uma espécie de luta de classes continental*:

---

[69] Na Espanha, guerra civil. A Frente Popular não conseguiu sustentar-se como aliança política, passados os dois anos de sua chegada ao poder.

[70] Liderou o Partido Radical e, como tal, participou na gestação da Frente Popular, da qual foi candidato presidencial. Devido a uma doença, não conseguiu terminar o mandato como presidente e foi substituído por Jerónimo Méndez. Disponível em: https://www.uchile.cl/portal/presentacion/historia/grandes-figuras/presidentes-de-chile-ex-alumnos-de-la-u/4783/pedro-aguirre-cerda. Acesso em: 28 ago. 2021.

[71] O governo de Pedro Aguirre Cerda (1938-1941) foi o primeiro de três sucessivos governos liderados pelo Partido Radical. Desses, o seu foi o único que permaneceu na memória popular do século XX, liderando a Frente Popular e realizando um governo que promovia a industrialização e a educação a serviço dos interesses populares.

[72] Não é um governo de Frente Popular. No entanto, é um acontecimento de referência para a região.

[73] Melo MC, Ana Amelia (2020); Alberto Aggio (1996/1997); Milos (2000).

> [...] defendendo um programa de conteúdo socialista antes de chegar ao governo. A restauração do governo popular chileno foi resultado do fracasso do reformismo democrata-cristão e da radicalização interna no seio deste partido, em consequência da autocrítica realizada por seus setores democráticos[74] (SANTOS, 2018, p. 82).

Com um programa definido, o governo popular (1970) de Salvador Allende eleito dispunha de apoio para implementar as medidas anti-imperialistas e antilatifundiárias. No entanto, transcorrido um ano e meio, quando essas medidas antimonopólicas[75] e socialistas são concluídas e começam a ser colocadas em prática[76], o programa da Unidade Popular "essa Frente tácita se dissolve e tem início uma luta aberta entre a esquerda e a direita para conquistar os setores médios ainda indecisos" (SANTOS, 2018, p. 85). Nessa divisão, de um lado, os trabalhadores procuravam construir um poder popular que estabelecesse as bases organizativas para aprofundar as medidas implementadas e cunhar um novo tipo de estado. Do outro, as forças conservadoras e um setor fascista cada vez mais organizado pressionavam a Democracia Cristã e as Forças Armadas para montar uma aliança contra a Unidade Popular. O desfecho dessa polarização culmina em golpe. Uma ação política que avançará em outros países do continente, inúmeras vezes, implementada com o apoio da burguesia interna e o patrocínio dos Estados Unidos da América.

As mobilizações de massas, as ações terroristas, a desorganização da economia, o cerco parlamentar e jurídico, o terrorismo psicológico e a exacerbação da propaganda irracionalista nos inúmeros meios de comunicação da direita, assessorada, financiada e dirigida pela CIA, culminaram no golpe de estado apoiado diretamente pelo Pentágono e comandado uma vez mais pelo chefe de Estado-Maior do Governo da Unidade Popular[77].

Na aproximação do contexto histórico e político de formação de Frentes, a compreensão é que quanto à permanência, pode ser estratégica por muitos anos, ou tática, ficando restrita a um curto espaço de tempo e de alguns meses. No entanto, começa com uma intenção de continuidade. Há a possibilidade de ser uma aliança que congrega setores com interesses comuns, como é capaz de ser pontual, mas podendo ir além dos formatos aqui descritos, podendo inclusive ser articulada para fins eleitorais ou não. Quando é uma aliança pontual, diz respeito a um ponto específico da luta política, e nos casos

[74] Muitos dos quais romperam com a democracia cristã para reforçar a unidade popular.
[75] Nacionalização de grandes empresas.
[76] Planificação direção operária, substituição do Estado burguês por outro baseado no poder popular.
[77] Augusto Pinochet.

momentâneos tem relação com inúmeras dificuldades, entre elas a de estabelecer um programa permanente.

Os debates e polêmicas que perduram até os dias de hoje sobre Frente Única, Frente Popular ou Frente ampla, entre outras formas de busca por unidade, demonstram que essa estratégia e, às vezes, táticas, vem sendo usada historicamente pela esquerda. Ou seja, é algo do passado e do presente de vários grupos da luta política que, muitas vezes, não participavam dos governos e os apoiavam de fora, mas também partidos social-democratas, nacionalistas e outros que fizeram uso dessa estratégia e tática, inclusive na América Latina.

1.4 Experiências frentistas no Brasil

Nesta parte, faz-se uma retrospectiva das experiências frentistas[78] no Brasil, inserindo as entrevistas com os sujeitos da pesquisa. A escrita está alicerçada na metodologia da pesquisa oral, e nos ensinamentos de Martinelli (2019, p. 33). Há importância histórica nas falas dos sujeitos e o desafio colocado é o de considerar:

> Os sujeitos, protagonistas históricos, cujas memórias pessoais são de interesse social. A história oral é também a história da memória que, embora se construa no contexto social, é sempre memória pessoal. [...] que dá suporte à memória pública [...]. Sendo assim, ao trabalhar a metodologia de história oral, há que atentar-se para o objetivo de tornar evidente a participação das pessoas nos acontecimentos históricos. (MARTINELLI, 2019, p. 33)

Ainda sobre a função social e política do pesquisador, alerta-nos a autora: "fazer que história pessoais e história social se entrelacem, contribuindo para que o acervo da memória humana não seja desprezado e para que essas histórias circulem entre gerações e possa trazer novos significados para os acontecimentos históricos. (MARTINELLI, 2019, p. 34-35).

A retrospectiva aqui apresentada lembra-nos que as Frentes são formadas em determinados momentos da conjuntura política, social e econômica do país. A esse respeito, Amaral (2016) nos lembra que "nenhum passado é reprodutível, a não ser nas conhecidas formas de tragédia ou farsa. Mas seu conhecimento abre e ilumina ao bom caminhante [...] por percorrer no antecipar-se ao futuro, fazendo-o, ou evitando o bem e o mau futuro" (AMARAL 2016, p. 44).

[78] Experiências brasileiras. Ver Brasil. Mendes (2018); J. Ferreira (2004/2017); Abreu (2017); Coggiola (2013) Marchi (2001); Castro (2002); Prestes (2005).

Segundo Amaral (2016), faz parte da tradição das forças populares brasileira a consagração da política de Frentes de luta. Em diversos momentos da história do País, temos a formação de grandes Frentes democráticas que reuniram a esquerda e os liberais. Como exemplos, citam-se o combate ao Estado Novo, de Vargas (1937-1945), e a defesa da redemocratização (1985). Nesses momentos:

> Nossa tradição, das forças populares, consagra a política de frentes de luta. Tivemos a grande Frente democrática que reuniu a esquerda e os liberais na resistência e no combate ao Estado Novo e na defesa da redemocratização de 1946; reunindo trabalhadores, militares, estudantes e intelectuais e profissionais liberais de um modo geral construímos, nos anos 1950, a grande frente popular na defesa do petróleo, e essa política de frente foi restabelecida na luta contra a ditadura militar (1964-1984), no combate à tortura, na defesa da anistia, na campanha pelas Diretas Já. Com respaldo histórico podemos afirmar que a política de Frente é uma tradição da esquerda brasileira (AMARAL, 2016, p. 247).

Iamamoto (2015) analisa que há particularidades na formação histórica brasileira e na questão social. Nelas, as desigualdades presidem o processo de desenvolvimento do país, e tem sido uma das suas constâncias históricas. Assim, o moderno se constrói por meio do arcaico, recriando elementos de uma herança histórica colonialista e patrimonialista, e que mesmo as atualizando, essas marcas persistem e ao mesmo tempo se transformam no contexto da mundialização do Capital sobre a hegemonia financeira (IAMAMOTO, 2015, p. 128-129).

As marcas históricas, nos ensina a autora, persistem e necessitam serem sempre atualizadas, repõem-se modificadas antes das inéditas condições históricas do presente. Ao mesmo tempo, elas imprimem uma dinâmica própria aos processos contemporâneos. O novo surge pela mediação do passado, transformando-o, e recriando-o, continuamente.

A atual inserção do país na divisão internacional do trabalho está sob a característica de uma economia emergente, em que o mercado é mundializado, carrega a história de uma formação social, imprimindo um caráter particular à organização da produção e às relações entre Estado e sociedade, atingindo a formação do universo político e cultural das classes, grupos e indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2015).

As desigualdades revelam o descompasso entre temporalidades históricas distintas, mas articuladas, atribuindo particularidades na formação social do Brasil. Elas afetam a economia, a política e a cultura, redimensionando-as constantemente. Essa é uma herança histórica, em que o presente imprime um ritmo particular ao processo de mudança, em que tanto o novo quanto o velho alteram-se, em direções contrapostas. Há

modernidade das forças produtivas do trabalho social, que convivem com padrões retrógradas das relações de trabalho radicalizando a questão social (IAMAMOTO, 2015).

1.4.1 Aliança Nacional Libertadora: uma Frente antifascista

A formação social do Brasil, na década de 1930, é marcada pela presença de Getúlio Vargas no poder, e os movimentos que questionaram o governo estabelecido: a chamada "Revolução Constitucionalista", o Movimento da Ação Integralista Nacional e o da Aliança Nacional Libertadora, que teve em suas fileiras a participação de civis e de militares. A "Revolução Constitucionalista" teve sua organização a partir de São Paulo, em 9 de julho de1932. A base das reivindicações vinha da elite paulista, que era contrária ao governo de Vargas e exigia a imediata elaboração de uma nova Constituição. Contou com participação popular nas lutas por ver neste movimento a defesa da democracia no Brasil.

> Em maio1932, um grupo estudantil invadiu a sede da legião Revolucionária, entidade organizada pelo chefe de polícia nomeada por Getúlio, Miguel Costa, e voltada para organização de Operários e desempregados, de forma independente em oposição às ações do governo interventor do Estado, também nomeado por Getúlio, mas que, em certo momento, por divergências políticas, passou a apoiar os militantes de esquerda, permitindo a reabertura do Partido Comunista no Estado de São Paulo. Os estudantes foram recebidos a balas e quatro deles morreram no tiroteio. As letras iniciais de seus nomes darão origem ao MMDC- Movimento Constitucionalista. Em 9 de julho constituiu-se uma Junta Revolucionária Paulista que, após três meses de luta, foi esmagada pelas tropas de Getúlio. (GONH, 1995, p. 84)

Para Iamamoto (2015), foi decisivo o papel do estado nos caminhos trilhados pela modernização "pelo alto", nela, as classes dominantes se antecipam às expressões populares, realizando mudança para preservar a ordem. Agindo assim, evitam qualquer ruptura radical com o passado, conservando traços essenciais das relações sociais e a dependência ampliada do capital internacional. A autora analisa que esses traços elitistas e antipopulares e da transformação política e da modernização econômica se expressam na conciliação entre frações de classes dominantes com a exclusão das forças populares, no recurso frequente aos aparelhos repressivos e à intervenção econômica no Estado (IAMAMOTO, 2015, p.132).

O traço da formação social, política e econômica brasileira é encontrado no movimento contra Vargas. O movimento iniciado pelos paulistas, embora derrotado pelas forças federais, após três meses de resistência, teve como resultado a convocação de uma

Assembleia Nacional Constituinte, em 1933. E influenciou a convocação para as eleições para cargos de diversos níveis, o que não ocorria desde 1930. Segundo Gonh (1995), a nova Constituição de 1934:

> Tinha tom nacionalista, adotou medidas de proteção ao trabalho, e também teve escassa participação popular em sua elaboração. Ela trouxe um conjunto de novidades que refletiam as mudanças econômicas e sociais da época, previa nacionalização de certas indústrias e de alguns bancos, e também reconheceu os sindicatos e as associações profissionais, criando ainda a Justiça do Trabalho e a Justiça Eleitoral. O voto foi estendido às mulheres e os maiores de 18 anos. Ela coibiu as tendências autonomistas conferidas aos Estados da Federação, pela constituição de 1891. Na área de Educação preconizavam que a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. Esta mediação resultou dos acalorados debates e confrontos ocorridos entre as duas principais correntes do pensamento educacional na época: o tradicionalismo católico e liberalismo dos participantes do movimento "Pioneiros da Educação". A carta de 34 estabeleceu ainda que o ensino deveria ser no idioma pátrio. (GONH, 1995, p. 85-86)

No período entra em cena a Ação Integralista Nacional (ANL), também conhecida como integralismo, de tendência fascista, foi criada em 1932. Liderada por Plinio Salgado. Eles clamavam por "Deus, Pátria e Família", reuniu os setores conservadores da classe média, da Igreja Católica e do exército. Embora prestassem apoio ao governo de Getúlio Vargas, foi extinta em 1937, e tentou um golpe sem sucesso em 1938.

A Aliança Nacional Libertadora- ALN é uma experiência de organização de Frente antifascista. Objetivava o enfrentamento e a contenção do avanço do fascismo mundialmente e, localmente, a aglutinação de amplos setores democráticos das nações em que elas se formaram. No Brasil, a Aliança Nacional Libertadora (ANL),[79] criada em 1934, teve este fim, sendo colocada na ilegalidade no ano seguinte. Impulsionada pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), cujo programa propunha mudanças no caráter democrático-burguês, a experiência teve êxito ao conseguir mobilizar setores políticos e sociais para além das fileiras do partido. Destacou-se por diferenciar-se (CESÁR, 2017) das experiências europeias, uma vez que no velho continente as disputas eram travadas entre comunistas e social-democratas com alto grau de tensão, o que veio a comprometer a articulação no enfrentamento do avanço dos nazifascistas.

[79] Dimitrov saúda o Partido Comunista, que, com a criação da Aliança Nacional Libertadora , estabeleceu um princípio acertado para o desenvolvimento da Frente Única anti-imperialista, tem que fazer todos os esforços para continuar alargando o futuro da Frente por meio de incorporação, em primeiro lugar das massas de milhões de camponeses, orientando-se para a criação de destacamento de um exército popular revolucionário entregue, sem reservas, à revolução, e trabalhar pela instauração do Poder da Aliança Nacional Libertadora (DIMITROV, 1935, p. 63).

Nas terras brasileiras, não existiam essas distinções políticas. Aqui, os anarquistas detinham a hegemonia no movimento operário durante a Primeira República. Foram sucedidos pela hegemonia dos comunistas, a partir dos anos de 1920, fruto do impacto da Revolução Russa (1917), na classe operária, ligado à III Internacional. A corrente política da socialdemocracia presente como força na Europa não era significativa no movimento operário brasileiro (CÉSAR, 2017, p. 215).

Os comunistas analisavam a realidade brasileira e traçavam as estratégias a serem adotadas. Nessa leitura, situava o país sob o julgo do imperialismo (herança do período colonial e Império), o que demandaria uma tática de superação do desenvolvimento capitalista brasileiro. Sendo assim, a luta pelo socialismo poderia ser postergada. A revolução brasileira a ser travada deveria passar pelas etapas democrático-burguesas, anti-imperialistas, antilatifundiárias e desvinculadas da luta pelo socialismo, que viria posteriormente com a implementação e o desenvolvimento capitalista que suplantasse os supostos resquícios feudais ainda existentes (CÉSAR, 2017).

Diante dessa leitura da realidade brasileira, a estratégia escolhida pelos comunistas brasileiros foi a de uma política de aliança com as classes trabalhadoras, sendo os aliados estratégicos: os camponeses, os setores médios urbanos e, uma suposta burguesia nacional com interesses no desenvolvimento autônomo e soberano do capitalismo. Definidos os aliados, foram identificados os inimigos principais: latifundiários e burguesia associada ao imperialismo.

A Aliança Nacional Libertadora (ALN) surge não apenas como instrumento de combate ao fascismo, naquele momento, representado pela Ação Integralista Brasileira (AIB), mas também como síntese organizativa de uma estratégia para conduzir a etapa democrático-burguesa da revolução brasileira, sem, no entanto, ofuscar o papel estratégico do partido revolucionário marxista-leninista, o PCB, que, no bloco, representaria os interesses dos trabalhadores e dos camponeses. (CÉSAR, 2017).

Segundo Prestes (2005), ALN era uma ampla Frente formada por setores representativos da sociedade brasileira da época, mobilizados em torno da luta contra o avanço do integralismo no Brasil e do fascismo no cenário mundial, bem como contra a dominação imperialista e o latifúndio em nosso País (PRESTES, 2005, p. 101).

Gohn discorre sobre as características da Aliança Nacional Libertadora, uma Frente política:

> Heterogênea, composta de comunistas, ex-tenentistas e sindicalistas. Opunha-se à política de Getúlio e era coordenada por Luís Carlos Prestes. Em 1935, foi fechada após um discurso de Prestes conclamando as massas a se organizar. O fechamento da ALN provocou reação de revoltas no Rio de Janeiro, em Recife e em Natal. Entre 1935 e 1937, vários de seus militantes foram presos e alguns mortos. (GOHN,1995, p. 87)

Em 1937, foi instituído o golpe do Estado Novo, dado pelo então Presidente Getúlio Vargas:

> Com apoio de militares, instaurando um período de ditadura no país. Uma nova constituição foi promulgada, descaracterizando as várias conquistas da Constituição de 1934. Instrumentos de exceção foram promulgados; o Presidente passou a ter plenos poderes, legislativos e executivos. Criou-se um Departamento de Propaganda, encarregado também de cuidar da censura. Instituiu-se a "Hora do Brasil" no rádio, diariamente obrigatória, e dissolveram-se todos os partidos. Foi também instituída a pena de morte no país em 1938. (GONH, 1995, p. 87)

1.4.2 Frente de Mobilização Popular: um grupo de pressão pelas reformas de base

Os movimentos cívicos militares e golpistas datam da década de 1940 e 1960 na conjuntura da Segunda Guerra, o que estimulou, no Brasil, manifestações contra o autoritarismo de Getúlio Vargas. Ao mesmo tempo essas manifestações davam-lhe possibilidade de sua manutenção no poder. O presidente procurava comandar o processo se dispondo a realizar eleições marcadas para 2 de dezembro de 1945. A oposição liderada pela União Democrática Nacional (UDN), fundada em abril do mesmo ano, e setores militares temiam que Vargas cancelasse as eleições. E voltaram suas pressões sobre o presidente, que renunciou à presidência, em 29 de outubro do mesmo ano. O Exército comanda temporariamente a presidência da República, na figura do presidente do Supremo Tribunal Federal. A data das eleições é mantida e o vencedor do pleito foi General Eurico Gaspar Dutra apoiado por Vargas. Mais uma vez Vargas volta ao governo, dessa vez por meio das eleições presidenciais, em 1950. O presidente sofre forte oposição da UDN e campanha violenta por sua renúncia, cujo resultado foi o suicídio do mandatário.

A UDN liderou um novo movimento golpista, desta vez articulado pelos setores das Forças Armadas visando impedir a posse de Juscelino Kubitschek como presidente e João Goulart, eleito vice-presidente da República, empossados em 31 de outubro de 1956. Os golpistas, sob o comando da UDN e setores militares, tentaram impedir a posse dos eleitos. O movimento foi debelado por militares legalistas.

Um novo movimento golpista comandado pela UDN e por grupos militares se formou em 1962, desta vez opondo-se à posse do vice-presidente João Goulart, após a renúncia do presidente Jânio Quadros. No entanto, sob o comando de Leonel Brizola, os setores legalistas reagiram. João Goulart assumiu o cargo da presidência da República, mas sob o regime parlamentar.

Em 1962, Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, formou um grupo de pressão pelas reformas de base (agrária, urbana, tributária, bancária e constitucional). A chamada Frente de Mobilização Popular teve adesão de organizações sindicais, estudantes, feministas, camponeses e alguns integrantes do Congresso Nacional e do Partido Comunista (PCB) (ABREU, 2017).

Ferreira (2004) detalha que a Frente de Mobilização Popular estava sob a liderança de Leonel Brizola. Nela, foram reunidas as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base. A FMP foi um esforço para que João Goulart assumisse imediatamente o programa reformista, sobretudo a reforma agrária, "mesmo à custa de uma política de confronto com a direita e os conservadores, incluindo o Partido Social Democrático (PSD)(Abreu, 2017, p.63).

> Nesse mesmo tempo, a FMP procurava se impor como força viável às reformas diante das posições do PCB, interpretadas como moderadas. Na FMP estavam representados: os estudantes, com a UNE; os operários urbanos, com o CGT; a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria; o Pacto de Unidade; a Ação e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito; os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais, por meio de suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos de esquerda revolucionária, como a AP, a POLOP, o POR-T e segmentos de extrema-esquerda do PCB, bem como políticos do Grupo Compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista. (FERREIRA, 2004, p. 63)

O autor destaca a presença na FMP de subalternos das Forças Armadas "era algo sem precedentes" (FERREIRA, 2004, p. 64). Calcula-se que, "dos 40 mil sargentos na ativa, 22 mil eram brizolistas. Leonel Brizola, ao falar na televisão, muitas vezes, aparecia com dois fuzileiros navais, empunhando seus fuzis, um de cada lado do líder" (FERREIRA, 2004, p. 64).

A volta do presidencialismo (1963), decidido por meio de plebiscito, e as medidas anunciadas por João Goulart como reforma agrária e reforma urbana, acirram a oposição de setores conservadores ao governo. Foram esses setores que apoiaram os militares quando estes deram o golpe de estado em 1º de abril de 1964, que derrubou João Goulart. Teve início, então, o mais longo período da ditadura no Brasil que durou até 1985.

Concordamos com Iamamoto (2015) que é constante na trajetória brasileira a permanente "exclusão dos trabalhadores urbanos e rurais das decisões do estado e do bloco do poder, com sujeitos à mercê da repressão centralizadora do Estado" sob a batuta do "poder privado dos chefes políticos locais e regionais".

> A contrapartida da força, do arbitro, da anulação da cidadania dos trabalhadores têm sido o caráter explosivo das lutas sociais, assim como a presença da violência no cotidiano das classes subalternas, manifesta nas mais triviais situações (IAMAMOTO, 2015, p.139).

1.4.3 Frente Ampla: na ditadura os inimigos se juntam

Desde o golpe militar, promovido em 1964, forças de esquerda e democráticas continuaram atuantes e criaram inúmeras situações de contestação aberta ao regime. Essas ações perduraram até dezembro de 1968, quando entra em vigor o decreto do Ato Institucional AI-5[80], cujas consequências foram de supressão dos direitos dos cidadãos, proibindo manifestações. Diante da escalada da repressão praticada pela ditadura militar, grupos de militantes das mais diversas tendências partiram para a organização de movimentos armados rurais e urbanos, visando combater o golpe, com o objetivo de criar condições para estruturar um outro tipo de regime.

Segundo Lamarão (2018), no período da ditadura militar no Brasil, surge um movimento político com o objetivo de lutar pela restauração do regime democrático no País, denominado Frente Ampla, que teve como principal articulador o ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, contando ainda com a participação dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart e de seus correligionários.

A Frente Ampla, segundo Schwarcz e Starling (2018), foi formulada durante o Golpe Militar, quando o AI-2[81] (1965) devolveu Carlos Lacerda à oposição. Nessa nova

---

[80] No dia 13 de dezembro de 1968, o governo dos militares decretou o **Ato Institucional Nº 5 (AI-5)**, consolidando a fase mais terrível do período ditatorial. A partir de então, o presidente podia, sem qualquer limitação: fechar o Congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras municipais; cassar mandatos legislativos e executivos, federais, estaduais, municipais; suspender direitos políticos; demitir, remover, aposentar funcionários civis e militares; demitir ou remover juízes; decretar estado de sítio sem restrições; confiscar bens para punir corrupção; legislar por decreto, baixar atos institucionais e complementares. Além disso, os acusados de crimes contra a segurança nacional perderam o direito a habeas corpus e passaram a ser julgados por tribunais militares, sem recurso. Para completar o quadro, os atos com base no próprio AI-5 não podiam ser objeto de apreciação do Judiciário. Disponível em: http://memoriasdaditadura.org.br/periodos-da-ditadura /. Acesso em: 23 ago. 2021.

[81] O AI-2 determinou que a eleição presidencial passasse a ser indireta, extinguiu os partidos, reafirmou as cassações e a suspensão de direitos políticos, transferiu para a Justiça Militar os julgamentos de civis pela Lei de Segurança Nacional, ampliou os poderes arbitrários do presidente da República para impor estado de sítio e intervir nos estados. Também determinou a criação de novos partidos, apenas dois: um de apoio ao governo, que seria a Aliança Renovadora Nacional (Arena), e o outro, de oposição "responsável", o

posição política, em outubro de 1966, foi lançado o Manifesto da Frente Ampla, uma impensada organização de oposição. Lacerda reuniu em torno dessa Frente os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart. Em uma junção de três inimigos, essa Frente conseguiu agrupar quase todas as correntes políticas com atuação no período democrático, inclusive os comunistas[82].

O objetivo da Frente Ampla (DELGADO, 2013; SCHWARCZ, STARLING, 2018) era escolher um candidato (da oposição) à Presidência da República, cujo principal beneficiário seria Carlos Lacerda, pois os ex-presidentes estavam impossibilitados de concorrer: Jango (João Goulart) estava no exílio e, Kubitschek[83], com o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos. A Frente Ampla, nesse contexto de golpe:

> Significava uma alternativa oposicionista real: reunia três grandes lideranças nacionais, abria canais de participação para a sociedade com comícios, reuniões públicas e manifestações de rua, e apresentava um programa mínimo para derrotar a ditadura no voto, restauração do poder civil, anistia, pluripartidarismo, direito de greve, constituinte e eleições diretas (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 457).

Refazendo a cronologia da formação da Frente Ampla, Delgado (2013) escreve que nasceu de duas Frentes de conversações de grupos de oposição. Uma delas, envolvendo trabalhistas e comunistas, iniciada antes mesmo das eleições estaduais de 1965. A segunda, envolvendo juscelinistas e lacerdistas, começaria em meados de 1966 (com um breve ensaio em agosto de 1965), com Lacerda já em franca oposição ao governo federal. O processo de união dessas duas *Frentes* seria consolidado apenas em finais de 1967, com a entrada oficial de João Goulart na Frente Ampla. (DELGADO, 2013).

Contudo, a Frente Ampla não logrou êxito. Em abril de 1966, o ditador Costa e Silva decretou sua ilegalidade e proibiu suas atividades.

No final dos anos 1970, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as diversas organizações socialistas, formadas a partir de suas dissidências (1960), encontravam-se desarticuladas. Teve início o processo de suplantação da hegemonia da *estratégia etapista* (CÉSAR, 2017) pelos setores do movimento socialista, que vigorou nesse setor mesmo

---

Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Disponível em: http://memoriasdaditadura.org.br/periodos-da-ditadura/. Acesso em: 23 ago. 2021.

[82] Leonel Brizola foi convidado, mas estava exilado no Uruguai, e houve recusa ao convite de Lacerda; Miguel Arraes, um dos dois governadores a serem presos pela ditadura - o outro foi Seixas Dória, de Sergipe- e a principal liderança das esquerdas Nordeste, estava exilado na Argélia e não quis saber de conversa. (SCHUWARCZ, STARLING, 2018).

[83] Apesar de todos os acenos que fez aos militares, havia sofrido o IPM, que visava arrancar confissões não comprovadas de desvio de dinheiro público (SCHUWARCZ, STARLING, 2018).

depois de 1964, quando, segundo o autor, a burguesia faltou ao encontro da conciliação de classe. Ao contrário, a burguesia apoiou a ditadura militar e seu modelo conservador de desenvolvimento, que aumentou a influência do capital transnacional na economia brasileira e aprofundou a superexploração da força de trabalho.

O resultado da luta pela democracia foi que o governo de Ernesto Geisel apresentou um projeto para promover um retorno à democracia representativa no que foi denominado de modo lento gradual e sobre sua vigilância, ou seja, seguro.

Na esteira das grandes mobilizações políticas pela democratização da sociedade, foi organizado o movimento pela Anistia que resultou na conquista Lei de Anistia, redigida pela equipe do Presidente João Batista de Figueiredo, aprovada pelo Congresso Nacional e entrou em vigor em 28 de agosto de 1979. Foi sucedido pelo movimento Diretas Já, em 1983 e, em 1984, pelas eleições diretas para Presidente da República

1.4.4 Diretas Já: dimensão cívica e jeito de festa

A campanha "Diretas Já" começou insipidamente em junho de 1983, com comício em Goiânia, que reuniu cerca de 5 mil pessoas, numericamente não apresentou mobilização significativa, mas depois representou uma mudança na história do país e na luta por democracia, e ainda demonstrou a viabilidade de construir um movimento de massa orientado para exigir do Congresso Nacional aprovação da emenda Dante de Oliveira.

Segundo Schwarcz e Starling (2018), naquele momento, a oposição contava com algumas vantagens. O desgaste[84] pela inflação e pelo arrocho salarial. Somado e agravado pelos escândalos[85] financeiros que corroeram a credibilidade do governo do General Figueiredo. A oposição contava ainda com o saldo das eleições de 1982, a primeira eleição[86] direta para Governador desde 1965. O PMDB elegeu governadores e nove

[84] Do Executivo junto com a população agravado pela explosão inflacionária - 211% em 1983.
[85] As fraldes do grupo Delfin, a maior sociedade de crédito imobiliário do país; o desvio do dinheiro público para conglomerados financeiros Coroa-Brastel, escândalo que envolveu os ministros Delfim Neto Ernani e Ernane Galvêas, além do presidente do Banco Central, Carlos Langoni; as irregularidades na negociação do pagamento de uma dívida da Polônia com Brasil que teriam beneficiado funcionários da Secretaria de Planejamento, caso que ficou conhecido como "o escândalo das polonetas". (SCHWARCZ, STARLING, 2018, p. 483).
[86] Além disso, e para a infelicidade dos militares, Leonel Brizola estava de volta, liderando o PDT e a vida, e havia sido eleito governador do Rio de Janeiro, apesar da tentativa de fraude na apuração dos votos, que, caso fosse bem-sucedida deveria dar a vitória a seu adversário Moreira Franco, do PSD. O "escândalo do Proconsult", com a fraude ficou conhecido, foi obra da SNI e da Polícia Federal, contou com a boa vontade

estados, incluindo os mais ricos, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná (SCHWARCZ, STARLING, 2018).

Mas, em fevereiro do ano seguinte, surge o sinal de que aquele seria mesmo um movimento diferente, a articulação entre figuras políticas como Ulysses Guimarães, o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do PDT, Doutel de Andrade, que saíram juntos pelo Brasil liderando a Caravana das Diretas- e percorreram 22 mil quilômetros, passaram por quinze estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, e reuniram quase um milhão de pessoas. Após esse giro pelo país, a campanha das Diretas Já tinha dimensão cívica, natureza republicana e jeito de festa[87]. O resultado foram mobilizações que "primeiro em Belo Horizonte, reúne cerca de 300 mil manifestantes na praça Rio Branco; o segundo no Rio de Janeiro, levou 1 milhão de pessoas para Candelária; e o último em São Paulo bateu a marca de 1,5 milhão de participantes" (SCHWARCZ, STARLING, 2018, p. 484).

O palanque desses comícios reuniu as principais lideranças da Frente suprapartidária, estiveram presente Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Luiz Inácio Lula da Silva, Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro, e os discursos[88] eram acompanhados por uma multidão eufórica e comovida. A campanha foi imponente e acendeu na população a esperança de vitória. No entanto, mesmo as manifestações tendo desgastado o governo dos militares, sua base de apoio político ainda não se desagregou, e as Forças Armadas estavam dispostas a agir para evitar o rompimento das regras do jogo sucessório. Por fim, a emenda Dante de Oliveira foi votada na madrugada de 26 de abril de 1984:

---

das organizações Globo -jornal e tv -, que divulgaram para a opinião pública os resultados de uma apuração fraudulenta, e se concretizaria através da Justiça Eleitoral. (SCHWARCZ, STARLING, 2018, p. 483).

[87] "Foi concebida toda em amarelo, ideia do editor Caio Graco Prado- filho do historiador Caio Prado Jr.- que apostava numa mobilização alegre com girassol e sustentada pela criatividade. Acertou em cheio. As pessoas iam para as ruas vestindo camiseta amarela; a jornalista da TV Globo comparecia ao trabalho com gravatas de intenso amarelo, em protesto contra a decisão da direção da emissora de ignorar os comícios e as manifestações de massa, e o artista plástico Alex Chacon criou o Dragão das Diretas, uma coloridíssima escultura de quinze metros, feita de bambu, chitão e papel machê, que era vestida por nove pessoas e saia rodopiando pelas ruas. Até acontecer a campanha das Diretas, a direção da Rede Globo acreditava que um fato não noticiado em seus telejornais era um fato inexistente, e a emissora tomou um susto inesquecível quando percebeu a formação do movimento e se viu obrigada a correr atrás e cobrir os comícios. Mas nem a TV Globo e nem os partidos de oposição, nem mesmo Ulysses Guimarães, que se tornaria o Sr. Diretas, nada faziam para prever a onda dos gigantescos comícios que surgiram". (SCHWARCZ, STARLING, 2018, p. 484).

[88] "Por outro lado, o engajamento de intelectuais do porte de Antônio Cândido, Lygia Fagundes Telles, Celso Furtado e jogadores de futebol, como Sócrates e Reinaldo, e de artistas como Chico Buarque, Maria Bethânia, Paulinho da Viola, Juca de Oliveira, Fernanda Montenegro, Fafá de Belém foi decisivo para difundir as representações e os ideais de um projeto democrático". (SCHWARCZ, STARLING, 2018, p. 484)

> No pesado clima de apreensão, Brasília e dez cidades em Goiás estavam sob as Medidas de Emergência decretadas pelo General Figueiredo: a capital da República, sitiada, o Eixo Monumental, ocupado por seis mil soldados do Exército, e o Congresso Nacional, cercado pelas tropas do Comando Militar do Planalto. (SCHWARCZ, STARLING, 2018, p. 484)

Os votos numericamente favoráveis não impediram que a emenda fossa rejeitada[89] por não obter maioria qualificada de dois terços. Os deputados do partido governista soterraram a possibilidade de uma transição política que fugia do seu controle. (SCHWARCZ; STARLING, 2018)

1.4.5 A Frente Brasil Popular- 1989, o Fórum Terra, Trabalho e Cidadania e a Campanha contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)

As experiências frentistas no Brasil decorrem de um processo com longa trajetória histórica, com destaque para a elaboração da Constituição de 1988, quando os movimentos sociais populares, os partidos, as entidades de classes, enfim, uma gama de atores sociais, articularam-se para aprovar leis que contemplassem suas demandas e, para tanto, constituíram articulações para alcançar seus objetivos.

Leite (2014), discorrendo sobre os resultados dessa articulação, aponta que "os movimentos foram sujeitos desse processo, as conquistas tornaram-se uma referência fundamental em direitos que, consolidados ou não, foram objetos de luta na Constituição de 1988" (LEITE, 2014, p. 28).

Além disso, a Constituição de 1988 consistiu em um marcador temporal como evento e texto síntese das lutas construídas durante a ditadura militar e seus relativos êxitos conquistados. Como resultante desse processo, os movimentos foram afetados, mesmo que não tenham sido atendidos em suas reivindicações centrais e diretas, ao menos tiveram acesso indireto a direito.

> Do movimento sindical ao movimento indígena, das mulheres ao então movimento homossexual (este não contemplado em sua reivindicação da luta contra a discriminação por orientação sexual, que seria incluída no texto ao lado daquele sobre discriminação de classe e racial), não há movimento indiferente aos resultados expressos no texto constitucional. Entretanto, muitos dos movimentos têm uma história incorporada mais longa e nos deixam lições para o entendimento das dinâmicas apresentadas pelos movimentos mais recentes. (LEITE, 2014, p. 28).

[89] "Recebeu 298 votos a favor, 63 votos contrários e três abstenções. Cento e treze deputados se ausentaram. Faltaram 22 votos". (SCHWARCZ, STARLING, 2018, p. 484).

Em 1989, conforma-se uma outra experiência frentista, a Frente Brasil Popular em torno da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. “Essa unidade no segundo turno, em especial contra o Collor, fará um embrião de experiência frentista que será em torno desse objetivo eleitoral, mas que não se mantém posteriormente às eleições e à derrota sofrida para Collor” (GEBRIM, entrevista, 2020).

A Frente Brasil Popular, de 1989, foi uma coligação eleitoral de esquerda, que disputou as primeiras eleições presidenciais diretas após mais de duas décadas, composta pelo PT, PCdoB e PSB[90]: “Era uma aliança restrita para os padrões posteriores do PT, mas à época, pareceu ampla, já que tradicionalmente o PCdoB não se aliançava com o PT” (SECCO, 2011, p. 134).

Segundo Secco (2011), embora tivesse apoiado Luiza Erundina anteriormente, a participação do seu líder histórico, João Amazonas, ao lado do cavaleiro da esperança, Luiz Carlos Prestes, em apoio a Luiz Inácio Lula da Silva, deu enorme simbolismo à campanha (SECCO, 2011, p. 134).

A Frente Brasil Popular, de 1989, obteve o feito de levar ao segundo turno seu candidato que conseguiu aproximadamente 31 milhões de votos, mas perdeu para Fernando Collor de Mello, que conquistou cerca de 35 milhões de votos (SECCO, 2011, p. 142).

Nosso entrevistado Gebrim, da Consulta Popular, analisa que o PT (fundado em 1980) se constitui como espaço de força de esquerda nesta década. Antes dele, as forças articuladoras eram o PCB, o PCdoB e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8[91]), organização que na época (anos 80) tinha mais expressão. Fora essas três, as demais organizações e correntes de esquerda estavam em torno do Partido dos Trabalhadores (PT). A agremiação partidária foi importante na Campanha[92] das Diretas

---

[90] Partido dos trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Socialista Brasileiro (PSB).

[91] Nome adotado sucessivamente por dois grupos revolucionários que pretendiam derrubar, através da luta armada, o regime militar instaurado no Brasil, em abril de 1964. O dia 8 de outubro corresponde à data da morte de Ernesto “Che” Guevara, líder da Revolução Cubana, assassinado na Bolívia, em 1967, quando preparava núcleos guerrilheiros para dar início à revolução socialista nesse país.
O primeiro MR-8, formado por dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no estado do Rio de Janeiro, atuou no centro-oeste do Paraná e foi praticamente dizimado pela polícia, em agosto de 1969. O segundo MR-8, criado nesse mesmo ano, também por antigos membros do PCB, integrantes da chamada Dissidência da Guanabara, persiste até os dias atuais. Disponível em: Site Fundação Getúlio Vargas- www.fgv.br. Acesso em: 30 jul. 2020.

[92] A campanha com o lema “Diretas Já” começou timidamente, em junho de 1983, com comício em Goiânia, que reuniu cerca de 5 mil pessoas e demonstrou a viabilidade de um movimento de massa orientado para exigir do Congresso Nacional aprovação da emenda Dante de Oliveira. (SHWARCZ, STARLING, 2018, p. 482).

Já (1983). Atuou dentro dela, mas de forma muito independente. Na época, o partido fazia a defesa de um programa democrático popular:

> Participava da Campanha Diretas Já, pontualmente. Mas mantinha o seu programa que era o programa democrático popular que o Lula defendia em cada comício, em cada evento, que não era um programa que coesionava a Frente como um todo, mas era um programa que deu muita força e projeção ao partido[93] (GEBRIM, entrevista, 2020).

Sader (1991), na obra *Quando novos personagens entraram em cena* (1991), escrita no final dos anos 1980, se tornou um marco no estudo dos movimentos sociais, pesquisou o significado e o alcance das mudanças observadas no comportamento das classes populares na vida política do país, particularmente em São Paulo, constatando a chegada de um novo personagem na cena política brasileira. O sociólogo faz interessante estudo sobre como os movimentos sociais populares abrem novos espaços políticos, ressignificando experiências participativas do cotidiano e fazendo emergir um novo sujeito coletivo. Quando Sader (1991) usa a noção de *novo sujeito coletivo* é no sentido de uma coletividade em que se elabora uma identidade e se organizam práticas por meio das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas.

Estudioso da realidade dos movimentos sociais populares urbanos brasileiros, Kowarick (2000) destaca a força da resistência democrática que esses movimentos representaram contra a ditadura militar, apontando que "desde os anos setenta, grupos e associações que discutiam as condições de espoliados da vida cotidiana, pressionavam de múltiplas formas os poderes públicos" (KOWARICK, 2000, p. 38). Além disso, os movimentos sociais fizeram emergir problemas que forjaram uma consciência de exclusão que passou a ser um elo de reivindicação entre moradores de numerosos bairros das periferias da Metrópole. O destaque daquele momento histórico era a efervescência da participação devido à ação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), clubes de mães, associações de jovens e outras articulações ligadas às pastorais católicas. As pessoas passaram a se reconhecer, a perder o medo de pensar e de agir e, de forma ainda embrionária e fragmentada, começaram a esboçar um campo de resistência e organização popular (KOWARICK, 2000).

[93] (GEBRIM, entrevista, 2020).

No prefácio do livro de Sader (1991), a filósofa Marilena Chauí explicita a descoberta de um novo sujeito social e histórico. E por que sujeito novo?

> Novo, porque criado pelos próprios movimentos sociais populares do período: sua prática os põem como sujeitos, sem teorias prévias que os houvessem constituído ou designado, porque se trata de um sujeito coletivo e descentralizado, portanto despojado das marcas que caracterizam o advento da concepção burguesa de subjetividade [...] como centro de onde partem ações livres e responsáveis e o sujeito como consciência individual soberana de onde irradiam ideias e representações, postas como objetos domináveis do intelecto. O novo sujeito é social; são os movimentos sociais populares em cujo interior indivíduos, até então dispersos e privatizados, passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas (SADER, 1991, p. 10).

A Frente Brasil Popular de 1989 encerra um período de ascensão e lutas que acabou em derrota eleitoral:

> O ciclo que se inicia com a campanha das 'Diretas Já', em 1984, passa pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988, pela Frente Brasil Popular em 1989 e tem seu último suspiro na campanha de *impeachment* de 1992, é aquele que demonstrou maior participação popular (para além mesmo da classe operária e dos movimentos sociais organizados). Note-se que os resultados eleitorais e políticos daquela ascensão das lutas populares (marcada pelo fortalecimento até a metade da primeira metade dos anos 1990 da CUT, MST e, em menor medida, Central de Movimentos Populares) pareciam decepcionantes. Um ciclo de ascensão e lutas acabou numa derrota eleitoral (SECCO, 2011, p. 142).

Esse foi um processo histórico de alianças que permitiram uma disputa política a partir da construção da Frente Brasil Popular (1989), cuja candidatura do campo progressista popular, representada pelo então postulante ao cargo de presidente, o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, objetivava inaugurar um novo período, haja vista a ofensiva estabelecida.

Para nosso entrevistado Adilson Araújo, CTB, foi um fim de ciclo ditatorial para a abertura democrática que sinalizava para uma "polarização na qual a indicação principal estava alicerçada em um programa para dar um outro curso para o Brasil". O país encontrava-se em "efervescência política". Ou seja, dois polos se encontravam em disputa, decorre desse fato o "significado e a importância da luta gestada" pela Frente Brasil Popular (1989), "que ganhou, mas não levou as eleições".

> A candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva gerou um encantamento, possibilitou o empoderamento no conjunto da sociedade sobre a prevalência de um ensaio promissor e de esperança impactante. O povo se embriagou de desejo de romper com o medo com atraso e

> com todo o retrocesso. É emblemático o slogan da campanha que repetia ‘Sem medo de ser, sem medo de ser feliz’, era o que queríamos. No entanto, fomos derrotados. (ADILSON ARAÚJO, entrevista 2021)

Na retrospectiva da formação, do passado frentista das organizações brasileiras, observa-se que um traço que a perpassa é a articulação em ter os mais diversos setores, segmentos sociais e sujeitos políticos, presentes também na formação da Frente Brasil Popular (2015).

O entrevistado Vagner Freitas, CUT, destaca que a Frente Brasil Popular (1989) era uma experiência de Frente ampla, na qual se buscava unidade em torno da campanha presidencial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ela contou com o apoio de Brizola, do PCdoB, entre outros. Ele defende que a tentativa frentista foi ampla não se restringindo à questão partidária eleitoral, mas que foi social e extrapolou o campo das lutas populares (VAGNER FREITAS, entrevista, 2021).

Para entender algumas características de articulação buscou-se referência conceitual em Adrián Lavalle Gurza, Graziela Castello e Renata Mirando Bichir (2006), que publicaram estudos sobre as entidades articuladoras de movimentos sociais. Para esses autores, o exame das relações que as organizações articuladoras estabelecem com outras associações traz à tona algumas feições que complementam a compreensão do papel desse novo ator.

No início dos anos 1990, surgem vários movimentos nacionais e é também dessa época a fundação das entidades articuladoras, criadas por movimentos que buscam se fortalecer para se posicionar na cena política. Gurza, Castello e Bichir (2004) desvendam essa trajetória e identificam arranjos institucionais e formas de articulação, de maneira a desmistificar o emblemático desaparecimento dos movimentos sociais no debate acadêmico dos anos 1990, após a grande expectativa depositada neles na década anterior.

Assim, os movimentos sociais continuaram acontecendo no cenário da ação coletiva, com considerável vitalidade, sendo que Gurza, Castello e Bichir (2004, p. 2) sustentam, ainda, que “os movimentos sociais mantiveram seu protagonismo na ação coletiva; no entanto, esse protagonismo foi compartilhado com novos atores que agem como entidades ‘articuladoras’, criados majoritariamente nos anos 1990 por outros atores da sociedade civil”.

Gurza, Castello e Bichir (2004) revelam que a novidade do início dos anos 1990 foi a organização das entidades, que passaram a ser articuladoras. Os autores argumentam que essas entidades são compostas de atores com capacidade de coordenar e impulsionar

as agendas dos seus membros, bem como de representá-los perante o poder público e outros atores políticos, econômicos e inclusive civis, embora não surpreenda a alta centralidade das articuladoras.

Essas entidades, cujos públicos são outras entidades, atestam os resultados das iniciativas de criação desse novo tipo de atores nos últimos anos. As entidades articuladoras são organizações cujos participantes, sócios ou membros institucionais:

> Elas são relativamente distantes do universo mais amplo de entidades com as quais mantêm relações e acusam capacidade limitada de alcançar outros atores plausivelmente além dos seus próprios membros. Como as organizações populares, e por motivos semelhantes, alta centralidade acompanhada de vínculos com algum tipo de entidade periférico, as articuladoras sustentam relações marcadas pela assimetria (LAVALLE; CASTELLO; BICHIR, 2006, p. 41-42).

A especificidade das entidades articuladoras é o seu nascedouro. Esse diferencial as distingue, uma vez que elas têm a função de coordenar as ações de diversos atores, além de representar seus interesses. Considera-se, assim, que as organizações articuladoras ocupam a centralidade no conjunto das organizações civis, quanto à sua relevância para cada tipo de entidade, e, em especial, para atores periféricos. Por último, que as organizações articuladoras se distanciam de outras formas, como por exemplo, das redes, das ONGs, dos movimentos sociais de moradia, reforma urbana, saúde, entre outros, que se aglutinam para juntar força e incidir em uma pauta específica na cena política.

Prado e Costa (2011) definem o conceito de articulação como um elo estabelecido entre diferentes sujeitos coletivos que interpelam sua condição de subordinação como de opressão e, por isso, constituem um *nós*, a partir do reconhecimento de um *eles* como responsável por aquela dominação, o que torna possível "construir novos modos de objetivação da sociedade, uma nova positividade social". (COSTA, PRADO, 2011, p. 689).

A Constituição Federal de 1988, denominada pelo então deputado Ulysses Guimarães como *cidadã*, declara, em seu Artigo 5º, que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade"[94], liga-se, assim, à ideia de democracia e participação da sociedade civil.

[94] Constituição Federal -1988.

Nos anos 1990, durante o governo Fernando Collor de Melo (1990-1992) e, posteriormente, com Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), o Brasil adotou como referência o neoliberalismo, o qual implanta a ideia de Estado mínimo e como consequência há perdas de direitos sociais.

Para Dagnino (2004), há um chamado a setores da sociedade civil para participar em nome da construção da cidadania, e assim, com frequência subordinam sua visão de universalidade de direitos a uma outra lógica de atendimento aos desvalidos.

> Ao serem confrontados com essa visão, reforçada pela escassez de recursos públicos destinados a essas políticas, e pela gravidade e urgência da situação a ser enfrentada, setores da sociedade civil são chamados a participar em nome da "construção da cidadania" e, com frequência, subordinam sua visão universalista de direitos e se rendem à possibilidade concreta de atender um punhado de desvalidos (DAGNINO, 2004, p. 108).

Os efeitos do neoliberalismo chegam ao Brasil nos anos 1990 e acentuam as mazelas do capitalismo, tendo como consequência: o aumento da pobreza acentuada e a desnacionalização econômica: a transferência de patrimônio público por meio das privatizações; a destituição de direitos de cidadania; o aumento da violência nos grandes centros urbanos; a abertura indiscriminada para o livre comércio; o abandono dos projetos de desenvolvimento nacional; e a desregulamentação da economia pela desindustrialização.

Nas palavras de Harvey (2003):

> O neoliberalismo como doutrina político-econômica remonta ao final dos anos 1930. Radicalmente oposta ao comunismo, ao socialismo e a todas as formas de intervenção ativa do governo para além de dispositivos de garantia da propriedade privada, das instituições de mercado e da atividade dos empreendedores, ela começou como um conjunto isolado e em larga medida ignorado de pensamento ativamente moldado na década de 1940 por pensadores como Friedrich von Hayek, Ludwig von Mises, Milton Friedman e, ao menos por algum tempo, Karl Popper. (HARVEY, 2003, p.123)

Para Dardot e Laval (2016), fabrica-se também o sujeito neoliberal. No livro, *A nova razão do mundo*, no capítulo II, os autores descrevem "A fábrica do sujeito neoliberal", fazendo um cruzamento entre a psicanálise, a sociologia e em diálogo com Michel Foucault, entre outros autores. O texto traça o sujeito neoliberal como aquele que tem um correlato entre desempenho e gozo. Essa condição nova afeta também a economia, pois o utilitarismo não conseguiu explicar a pluralidade dos sujeitos. Sendo assim, estamos diante de uma ética oposta à da conversão no sentido cristão do século III

e IV, de rompimento. Essa ética é profundamente distinta da ética do trabalho que marcou o protestantismo, em que o sucesso no trabalho era o sinal de escolha divina, e a certeza da salvação. Nesta etapa, se ultrapassa o estatuto passivo de assalariado de antigamente e passa-se à construção da empresa de si mesmo[95]. (DARDOT; LAVAL, 2006, p. 334).

> O tempo da vida é cada vez menos linear, cada vez menos programável, sob esse ponto de vista, o sinal mais tangível da nova normatividade é que "em longo prazo não existe". O trabalho não oferece mais um quadro estável, uma carreira previsível, um conjunto de relações pessoais sólidas. Instabilidade dos "projetos" das "missões", variação contínua das "redes de contatos" e das "equipes" -o mundo profissional torna-se forma de "transações" pontuais, em vez de relações sociais implicando um mínimo de lealdade fidelidade. O que tem necessariamente o impacto sobre a vida privada, a organização familiar, a representação de si mesmo. (DARDOT; LAVAL, 2006, p.364)

Os pesquisadores revelam o surgimento do sujeito neoliberal, abolem a antiga técnica da empresa pessoal que supria o sentimento de alienação. Na racionalidade neoliberal, há o governo de si que tomado pelo medo[96], social, naturalização do risco, transferência do risco, e vigilância de si mesmo usa a ética do empreendedorismo[97].

---

[95] A corrosão dos laços sociais traduz-se pelo questionamento da generosidade, da fidelidade,da lealdade,da solidariedade, de tudo o que faz parte da reciprocidade social e simbólica nos locais de trabalho. Como a principal qualidade que se espera de indivíduo contemporâneo é a "mobilidade", a tendência ao desapego, e à indiferença que dele resulta, isso acaba contrariando os esforços para exaltar o "espírito de equipe" e fortalecer "a comunidade da empresa". Mas essa valorização do teamwork " dentro da nova organização do trabalho não tem nada a ver com a constituição de uma solidariedade coletiva: equipes de geometria variável são estritamente operacionais e funcionam em relação aos seus membros como uma alavanca para levar a contendo os objetivos determinados. Mais amplamente, a ideologia do sucesso de indivíduos "que não deve nada a ninguém", a ideologia do self-help. destrói o vínculo social, na medida em que esse repousa a sobre deveres de reciprocidade para com o outro. Como manter juntos sujeitos que não devem nada a ninguém? Provavelmente a desconfiança, ou mesmo o rancor, em relação aos mais pobres, aos preguiçosos, aos velhos dependentes e aos imigrantes tem o efeito de cola social, mas ele também tem seu reverso, se todos se sente ameaçado de um dia se tornarem eficazes e inúteis (DARDOT E LAVAL, 2006 p.366)

[96] A gestão neoliberal da empresa, interiorizando a coerção do mercado introduz a incerteza e a brutalidade da competição e faz os sujeitos assumi-las como um fracasso pessoal, uma vergonha, uma desvalorização. As contradições da nova organização do trabalho, atestadas pelos oximoros sociológicos citados anteriormente ("comprometimento coagido", "coerção flexível' etc.), apenas reforçam as decepções profissionais e impedem qualquer possibilidade de conflito aberto e coletivo. Uma vez que a equipe e o indivíduo aceitam entrar na lógica de avaliação e de responsabilidade, não pode mais haver contestação legítima, pelo próprio fato de que é por autocoerção que o sujeito realiza o que se espera dele. Em todo caso, o sujeito no trabalho parece mais vulnerável na medida em que a gestão exige dele um comprometimento integral de sua subjetividade. (DARDOT E LAVAL, 2006, p.363).

[97] A questão central que se coloca o governo dos indivíduos é saber como programar os indivíduos o quanto antes para que essa injunção à superação ilimitada de si mesmo não descambe em comportamentos excessivamente violentos e explicitamente delituoso: é saber como manter uma "ordem pública" quando é preciso incitar o indivíduo ao gozo, evitando ao mesmo tempo a exploração desmedida. A "gestão social do desempenho" corresponde precisamente a esse imperativo governamental. (DARDOT E LAVAL, 2006, p.375/ 376)

> A nova norma que está em marcha de risco é a da "individualização do destino". A extensão do "risco" coincide com mudanças em sua natureza. Esse risco é cada vez menos "risco social", assumido por determinada política do Estado social, e cada vez mais "risco ligado à existência". Em virtude do pressuposto da responsabilidade ilimitada do indivíduo[...] o sujeito é considerado responsável tanto por esse risco como pela escolha de sua cobertura. [...] a ideia de que o indivíduo deve mostrar-se "ativo", ser "gestor" de seus riscos; assim, consequentemente convém que suscite e alimente uma atitude ativa em questão de emprego, saúde e educação. (DARDOT; LAVAL, 2006, p. 349)

O Estado mínimo, projeto defendido pelos neoliberais, caracteriza-se pela redução da prestação de serviços pelo Estado e retirada de direitos sociais "estabelece e fiscaliza as regras do jogo econômico, mas não joga", nas palavras de Ianni (2004, p. 313-314). E se desenvolve em um cenário baseado no pressuposto de que a gestão pública ou estatal de atividades direta e indiretamente econômicas é pouco eficaz, ou simplesmente ineficaz. O léxico, então, é a busca por maior e crescente produtividade, competividade e lucratividade, tendo em conta os mercados nacionais, regionais e mundiais (IANNI, 2004). Nos anos de 1990, a economia brasileira incorporou explicitamente o Consenso de Washington. Entramos na era da globalização que, apesar de ser apresentada como um fenômeno de abertura simultânea das economias, resultaria em mundialização homogeneizada e seletiva, visando a determinadas regiões, atividades e segmentos sociais.

No período do governo neoliberal, de Fernando Henrique Cardoso, de desmonte do Estado brasileiro, surgiram outras iniciativas. A primeira deste período é o Fórum Terra, Trabalho e Cidadania, uma articulação do MST, da CUT e outras organizações, compartilhavam das mesmas características frentistas. Bonfim, CMP, considera que embora "não a chamávamos de Frente", "mas desenvolvia o mesmo papel da FBP. O Fórum Terra trabalho e Cidadania objetivava o mesmo que a Frente e outros espaços como a [posteriormente] Coordenação dos Movimentos Populares" (BONFIM, entrevista, 2020).

Nos anos 1990, já sob a égide do projeto neoliberal, entre os dias 2 e 4 de abril de 1997, em Brasília, foi constituído[98] o Fórum de Luta Terra Trabalho e Cidadania, composto por movimentos sociais urbanos e rurais, partidos de esquerda e setores progressistas da Igreja Católica e da Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Emprego e da Cidadania, dando origem a um processo que culminou nesta experiência frentista.

[98] Disponível em: http://cedoc.cut.org.br/cronologia-das-lutas. Acesso em: 7 fev. 2021.

No dia 17 de abril de1997, ocorreu o Dia Nacional de Lutas:

> marcado por manifestações, paralisações e um grande ato em Brasília com mais de 50 mil pessoas. O 4º Grito da Terra Brasil, organizado pela CUT, CONTAG e outras entidades, também fez parte dessa campanha e teve como principais reivindicações o piso salarial para o/a trabalhador/a rural, política de assentamentos e desapropriações e o estabelecimento de uma política agrícola para os pequenos produtores. (Site CUT[99])

Em 25 de julho 1997:

> a *Marcha abra o olho, Brasil!!!* foi organizada pela CUT, MST, CNBB, UNE, UBES, CMP e partidos políticos de oposição, por terra, trabalho, moradia, salário, previdência pública e justiça social e contra as reformas neoliberais de FHC. Teve seu auge nas comemorações do Dia do Trabalhador Rural, 25 de julho, com atos públicos e passeatas, reunindo 70 mil manifestantes em todo o país, sendo que, em São Paulo, cerca de 15 mil manifestantes fizeram passeata na Avenida Paulista. (Site CUT[100])

O Fórum Terra Trabalho e Cidadania surge como uma articulação importante, com a participação da Central Única dos Trabalhadores, principal articuladora dos movimentos do campo e da cidade. Na época, juntava partidos políticos[101], movimento sindical, a central sindical congregava os sindicatos mais à esquerda, a CMP, as ONGS, o MST, a UNE, um conjunto dos movimentos populares. Segundo Bonfim, CMP, a criação dessa articulação compôs-se com os objetivos de: lutar por direitos, avançar na questão social, e impedir o processo de privatização que era "a sanha do governo" Fernando Henrique Cardoso, que iniciou e privatizou o sistema de telecomunicação e vários outros setores. O processo de articulação contribuiu para estacar as privatizações.

> O objetivo era privatizar tudo, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, BNDS e a Petrobras, e não conseguiu. Desde o início participamos e apostamos nesta experiência [frentista], que se consolidou pós constituinte de 1988. Assim, realizamos grandes mobilizações nos estados, e em âmbito nacional em Brasília. (BONFIM, entrevista 2021)

Em concordância, Gebrim, da Consulta Popular (2020), recorda que esse processo de formação frentista, ao longo daqueles anos, viverá novas tentativas, e a mais importante foi Fórum Terra, Trabalho e Cidadania[102]. Porém, destaca que essa articulação ocorreu em torno do PT, o partido era o polo principal, mas funcionou como uma Frente

---

[99] Disponível em: http://cedoc.cut.org.br/cronologia-das-lutas. Acesso em: 7 fev. 2021.
[100] Disponível em: http://cedoc.cut.org.br/cronologia-das-lutas. Acesso em: 7 fev. 2021.
[101] Os partidos, PT e PCdoB, eram oposição ao governo FHC.
[102] Ao pesquisar sobre o Fórum Terra Trabalho e Cidadania, nos deparamos com a escassez de material sistematizado sobre essa articulação.

[103]durante a maior parte do tempo. E também "o MST e os movimentos da Via Campesina, no início a própria CMP participou ativamente desse experimento" (GEBRIM, entrevista 2020).

Outra tentativa de aglutinar um polo frentista envolveu setores progressistas da Igreja Católica e nasceu no bojo da Semana Social[104], a Assembleia Popular[105](2005). "Um investimento longo que fizemos ainda nos anos 2000, nesta década, para que a Assembleia Popular[106] se convertesse nesse objetivo. Portanto, esse sonho, essa vontade, esse desígnio de construir uma Frente popular sempre esteve presente" (GEBRIM, entrevista, 2020).

Observa-se que a característica das articulações nacionais de lutas é de unidade entre os movimentos sociais e os partidos políticos do campo democrático popular. Atuaram na resistência e para impedir a vitória de Collor de Mello, posteriormente, no governo Itamar Franco, e depois nos efeitos do governo de Fernando Henrique Cardoso, que subordinava a agenda nacional aos interesses do capital estrangeiro, especulativo e do mercado.

Para o entrevistado Adilson Araújo, da CTB, esse foi um período de enfrentamento e de dificuldades, pois o país passou a viver "condicionado aos ditames do FMI, do Banco Mundial, ou seja, uma economia atrelada aos interesses antinacionais". No entanto, em sua avaliação, acumula-se força social, o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva segue disputando as eleições e "embora sem alcançar a possibilidade real de

---

[103] Ao interligar a Consulta Popular com as articulações frentistas vigentes na década de 1990, Gebrim especifica que quando a Consulta Popular surgiu, em 1997, ainda existia o Fórum Terra Trabalho e Cidadania, mas que a vivência nele foi limitada.

[104] As Semanas Sociais são parte da ação evangelizadora da Igreja em muitos países. A França já celebrou o centenário na realização de Semanas Sociais. Mesmo com formatos diferenciados, as semanas sociais articulam as forças populares e intelectuais para debater questões sociopolíticas relevantes e traçar perspectivas para o seu país, baseadas no Ensino Social da igreja. A década de 1990 foi marcada pela realização das Semanas Sociais Brasileiras (SSB), advindas de um rico processo de mobilização popular das décadas de 1970-80, onde nasceram e se fortaleceram as pastorais sociais, que juntamente com numerosos movimentos e organizações sociais iniciaram o debate para construir o Projeto Popular para o Brasil. Disponível em: http://especial.caritas.org.br.s174889.gridserver.com/semana-social-brasileira/ . Acesso em: 30 jul. 2020.

[105] A Assembleia Popular – Mutirão por um novo Brasil. Além de se multiplicar em várias Assembleias Populares nos estados, cidades, regiões, ganharam caráter permanente a partir da Assembleia Popular Nacional, realizada em Brasília, entre os dias 25 e 28/10/2005. Assim, em 2005, foram realizadas mais de 200 Semanas Sociais em todas as regiões do país e várias Assembleias Populares: Estaduais. Educação Libertadora e Movimentos Sociais.

[106] A 1ª Semana Social Brasileira, em 1991, originou o primeiro Grito dos Excluídos/as, a Campanha Jubileu Brasil, além de outras três Semanas Sociais Brasileiras. E os Plebiscitos populares sobre a Dívida Externa e o FMI em 2000, sobre a ALCA e a Base de Alcântara, em 2002, e tantas outras Frentes de luta contra a OMC, o Livre Comércio, pelo resgate das dívidas sociais, a luta contra a guerra e a militarização estadunidense etc.

concretizar o desejo que era o de reunir as condições para eleger um representante do campo democrático popular". No mesmo período, o Fórum Nacional de Lutas dos anos noventa representou uma construção que se orientou em um esforço coletivo:

> De dar sustentabilidade a uma plataforma de luta e de resistência, fundamental para criar musculatura e permitir ascensão eleitoral. Haja vista, que predominantemente o período era de pós-revoluções (século XX), no Brasil de pós-ditadura (1964) e, posteriormente, de redemocratização. Havia sinais de mudanças políticas do tempo. Desde então, elas vêm se dando continuamente nos marcos da disputa política eleitoral e fazendo perceber o quanto era fundamental despertar para a necessidade que consagra o direito de votar da forma mais acertada possível. (ADILSON ARAÚJO, entrevista, 2021)

O presidente da CTB, que nos anos 90, participava do movimento sindical, atuava na corrente interna da CUT, que se articulava como outras organizações, tais como as juvenis (UNE, UJS, UMES, UPES,) e os movimentos de luta pela moradia, avalia que esses sujeitos cumpriam um papel importante, juntamente com o movimento sem-terra. Para ele, foi esse conjunto de entidades que ajudaram a construir um protagonismo nesses anos, em um momento, marcadamente, de intensidade da luta por um "novo projeto nacional de desenvolvimento em contraposição a outra visão entreguista de um Brasil "subordinado aos ditames do imperialismo norte-americano".

O saldo das experiências das participações políticas desse período, segundo o entrevistado Adilson Araújo, da CTB, deu ânimo e acendeu no sentido de problematizar acerca das principais dificuldades que o país atravessava. Esses anos foram marcados por polarização contra os que advogavam a defesa da diminuição do papel do estado na economia, ou seja, as teses predominantemente defendidas pelo mercado [atualmente], a defesa do estado mínimo, da privatização, maior abertura do capital estrangeiro especulativo. Enfim, de um país subordinado aos ditames do Fundo Monetário Internacional, e:

> Consequentemente, todo um desejo e ensaio para arar a terra para o neocolonialismo predominante, a partir das orientações do Consenso de Washington. No campo democrático popular, se reunia um campo vocalizado a dar centralidade ao debate do projeto nacional, de desenvolvimento que se aproximasse mais dos anseios e das expectativas do povo. Era um projeto reivindicativo de mais investimentos na saúde, educação, moradia, segurança pública, melhoria no transporte, sendo central a participação. Foram anos estratégicos para um acúmulo de força. Embora a derrota eleitoral para Fernando Collor, e posteriormente seu *impeachment*, a vitória de Fernando Henrique e sua reeleição. O ganho do período foi de acúmulo que resultou na eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. (ADILSON ARAÚJO, entrevista, 2021)

O entrevistado Bonfim, CMP, assente que o Fórum Terra Trabalho e Cidadania teve papel importante na oposição ao governo FHC, nas mobilizações de articulação de rua, inúmeras manifestações, caravanas e atos em Brasília. Essa articulação de característica frentista termina quando o presidente Lula ganhou, em 2002. Neste momento, os partidos políticos que o compunha foram governar e se retiram. Segundo o dirigente da CMP, então, cabia aos movimentos manter a autonomia e continuar com a articulação, foi essa a discussão interna "porque governo é governo, movimento social é movimento social. Acordamos criar outra articulação, ou seja, saíram os partidos políticos e ficaram somente os movimentos sociais originando a Coordenação dos Movimentos Sociais- CMS" (BONFIM, entrevista, 2020).

A Campanha contra a ALCA foi um processo de expressiva mobilização popular, que conseguiu derrotar a proposta imperialista dos Estados Unidos para as Américas. A ALCA era um tratado de livre comércio que, na prática, fortalecia os Estados Unidos e suas empresas em toda a região. A campanha se organizou em todo o continente. A unidade em torno do "não à ALCA" representou a radicalização da luta contra o neoliberalismo e a recusa do livre mercado como paradigma para a América Latina.

Em setembro de 2002, 10.149.542 pessoas participaram do Plebiscito sobre a ALCA, sendo que mais de 95% votaram contra a assinatura do acordo.

A vitória, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, encerrou a tentativa da implantação de uma área de livre comércio entre as Américas. A posse do presidente, em janeiro de 2003, deu início às articulações com os parceiros do Mercosul e outros vizinhos para resistirem às pressões. Na reunião da Cúpula das Américas, de 2003, em Miami, houve a exigência de que os Estados Unidos renunciassem ao fim das taxas alfandegárias e de suas políticas protecionistas, na prática, sepultou a ALCA, que teria sido uma opção lesiva para os países latino-americanos.

Segundo o entrevistado Gebrim, da Consulta Popular, a Campanha Contra a ALCA[107](2002), "foi uma campanha frentista, pois, na prática se estabeleceu uma

[107] A proposta de impulsionar a conformação de uma campanha continental contra a ALCA, orientada a aprofundar, ampliar e fortalecer a articulação de ações e a coordenação dos esforços regionais para o combate a esse acordo, surgiu em 2001, e foi debatida no I Encontro Hemisférico de Luta contra a ALCA (Havana, Cuba). Promovida por um conjunto de organizações sociais e a Aliança Social Continental (ASC), a CCCA foi lançada no II Fórum Social Mundial (FSM, Porto Alegre, Brasil, 2002). A campanha se propôs a estimular e apoiar a organização popular orientada para a luta contra a ALCA; promover a organização e a coordenação de mobilizações nacionais, regionais e hemisféricas contra esses acordos e o modelo neoliberal; realizar mobilizações e encontros antes e durante as reuniões governamentais de negociação, demandando e promovendo o fim destas; e impulsionar a realização de consultas populares nos diversos países, assim como exigir e pressionar para que se realizem referendos oficiais sobre a ALCA. Como parte dessa iniciativa continental, foram realizadas, entre outras, consultas populares no Brasil (2002,

articulação". Ele a resgata como antecedente da atual Frente Brasil Popular (2015). Embora o "nascimento não tenha sido causal". Ele acrescenta aos antecedentes da FBP também a Campanha pelo Plebiscito Popular, por uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político (2013-2014)[108], que envolveu um "conjunto das questões, e das mesmas forças, um pouco menos o PCdoB que participou de uma forma mais cautelosa, mas no final chegou a tomar parte".

Figura 1: Cartaz Plebiscito da Constituinte (2013-2014)

Fonte: Campanha da Constituinte[109].

Segundo Fanton (2014), o Plebiscito Popular por uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político (2013-2014), enquanto instrumento político e ferramenta pedagógica, possibilitaria que as pessoas se envolvessem em um processo cujas características seriam de que qualquer pessoa, independente de sexo, raça, etnia, idade ou religião poderia se envolver, organizando grupos em bairros, escolas, igrejas, sindicatos, uma tarefa de realizar trabalho de base, formação política e de ouvir as pessoas sobre o que elas queriam sobre diversos temas, entre eles, a saúde e também sobre qual sistema político adotar. Ou seja:

aproximadamente 10 milhões de votantes), Argentina (2003, aproximadamente 2,25 milhões de votantes) e Paraguai (2003, aproximadamente 160 mil votantes), organizadas pelas diferentes convergências em nível nacional. Algranati, Claudia, Seoane, José. In: Enciclopédia Latino Americana. Disponível em: http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/ccca. Acesso em: 01 out. 2020.

[108] A Campanha teve início em 2013 e se consolidou em 2014, quando realizou o Plebiscito Popular. A ação mobilizou cerca de 8 milhões de pessoas e mais de 500 instituições pela reforma política, por meio de uma Constituinte Exclusiva. Agora, a campanha continua, dessa vez por um Plebiscito Oficial. Os organizadores defendem que a reforma política só será verdadeiramente democrática e representativa com a consulta popular. O primeiro ato da Campanha, em 2015, foi durante a posse da presidenta Dilma Rousseff. Disponível em: https://reformapolitica.org.br/2015/02/04/campanha-da-constituinte-realiza-ato-no-congresso-nacional/. Acesso em: 01 out. 2020.

[109]Disponível em: https://cebes.org.br/a-saude-e-a-centralidade-da-luta-por-uma-constituinte-exclusiva/8618/ Acesso em: 7 fev. 2021.

> Levantar a bandeira da Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político Brasileiro significa precisamente isso: participar ativamente da discussão da forma de se fazer política e exercer o poder no Brasil, que hoje é profundamente desigual, em favorecimento da burguesia.
> Para enfrentar o fisiologismo, a corrupção, o sucateamento, a precariedade nas relações trabalhistas, enfim, as questões todas aqui já listadas e tantas outras que perpassam a efetivação do direito à saúde no Brasil, é fundamental recolocar na ordem do dia a necessidade de alterar o sistema de poder para realizar as mudanças estruturais! É isso, precisamente, que a luta por uma Constituinte Exclusiva e Soberana por meio de um Plebiscito Popular nos permite. (FANTON, 2014, p. 6).

Estavam na Campanha contra a ALCA todas as forças da futura Frente Brasil Popular (2015), mas naquele momento não se transformou em uma Frente. No entanto, as pessoas, as correntes, as concepções eram as mesmas. Gebrim, estabelece um nexo causal, "uma relação do nascimento da FBP (2005) com essas campanhas. As duas têm uma consequência inseparável". (GEBRIM, entrevista, 2020).

Nessa linha do tempo, em outubro de 2005, uma Assembleia Popular reuniu mais de oito mil pessoas militantes das mais diversas organizações e movimentos sociais, reunidos em Brasília para a realização da 1ª Assembleia Popular. Juntos enfrentaram o desafio de articular ideias e propostas para a construção de um projeto popular para o Brasil[110]. Nessa articulação, estavam os mesmos movimentos participantes da campanha contra a ALCA.

Segundo Soninha, MMM, foi realizada uma assembleia, em Brasília, com milhares de pessoas, e traçado um plano. Depois replicou-se o processo de articulação pelos estados do território nacional. A CMS sucedeu essa organização que foi esvaziando o processo da Assembleia Popular, mas foram dois processos que seguiam quase com as mesmas pessoas juntas. "A diferença era que na Assembleia Popular participavam os membros da Igreja, ausentes na CMS. Eram dois processos de muita convergência, mas separados" (SONINHA, entrevista, 2020).

Após a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Coordenação dos Movimentos Sociais - CMS foi o espaço para dar continuidade de articulação dos movimentos sociais. Ainda, durante a Ação Penal 470, chamada erraticamente de "mensalão", os meios de comunicação empresariais, os capitalistas e a oposição parlamentar cogitaram afastar o presidente Lula, ainda sobrevivia um resquício de CMS.

[110] Disponível em: https://jubileusul.org.br/noticias/comemoracao-e-memoria-1a-assembleia-popular/ Acesso em: 15 fev. 2021.

Bonfim, da CMP, lembra que articulados sob essa denominação, conseguiram fazer um ato, foram à Brasília, mobilizaram-se quase 25 mil pessoas, defenderam o presidente Lula contra o *impeachment*, "em um dos momentos mais angustiantes quando a direita quase derrubou o governo Lula". Em seguida, retomou-se a normalidade com a reeleição em 2006.

> [...] marcha em Brasília reuniu CUT, UNE, UBES e, fortemente MST em defesa do governo. No dia seguinte outra marcha, liderada por representantes do PSOL, PSTU, PDT PPS e entidade sindicais como a Coordenação Nacional de Lutas (ConLutas) defendeu a derrubada do presidente Lula. (SECCO, 2011, p. 228)

O entrevistado Bonfim, CMP, acrescenta que essa foi a última atividade da CMS. No restante, a "CMS não teve nenhum papel, fez uma tremenda confusão em não diferenciar o que era governo e o que era o movimento" (BONFIM, entrevista, 2021).

Silva (2016) analisa o período citado como nascedouro de formas díspares organizativas desde a sociedade civil, pela atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais sociais da Igreja Católica, de entidades associativas e sindicais, a conformação de mecanismos locais de organização baseados em assembleias, conselhos populares e mutirões, o que consolidou um projeto democrático popular:

> Trata-se de um projeto que resultou de um longo processo organizativo e envolveu a conformação de movimentos populares e sindical, e a construção de uma ferramenta partidária, o Partido dos Trabalhadores (PT), além de um programa contemplando a luta pela democracia no plano político, e por direitos sociais, econômicos e culturais (SILVA, 2016, p. 41).

Segundo o entrevistado João Paulo, do MST, parte mais difícil da articulação política na CMS se estende por um período longo, e entre o principal objetivo "era tentar trazer o governo Luiz Inácio Lula da Silva para a esquerda, às vezes, no Fórum Social Mundial, na Aliança Bolivariana para as Américas[111] (ALBA)", e em outros níveis de articulação, em que o movimento [MST] foi se metendo ao longo desse período. E acrescenta que a CMS funcionou de forma desarticulada até o fim do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O dirigente do MST aponta duas razões para o término dessa articulação. A primeira: faltava unidade sobre como e quais as principais lutas que deveriam se desenvolver no governo da presidenta Dilma, quando surgiu a política de mudanças de juros. A segunda: a articulação se desorganizou, perdeu o foco, a forma de pressionar o

[111] Articulação Continental de Movimentos Sociais.

governo não era consensual, divergiu-se do PT, e assim houve esvaziamento (alguns integrantes saíram no final do governo Luiz Inácio Lula da Silva).

Desde o começo da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), a Consulta Popular se inseriu na experiência. Segundo Gebrim, esta foi mais uma tentativa de construir uma Frente. Ele especifica que, nessa articulação, somente os movimentos atuavam, não havendo participação dos partidos políticos. Essa articulação abrangia "os movimentos que eram dirigidos pelo PCdoB, outros orientados pelas várias correntes do PT e os movimentos que não estavam alinhados com nenhum dos partidos, e todos estavam na CMS". No entanto, a CMS teve curtos anos de vida de experiência organizativa, de modo que tentou se enraizar e não avançou muito". (GEBRIM, entrevista, 2020).

Constata-se que um aspecto fundamental desse processo de luta de resistência sempre esteve [como segue presente] ancorado na necessidade de promover uma ruptura numa perspectiva de construir algo novo. Vagner, CUT, advoga, que enquanto "vigorou um governo de esquerda, o diálogo social foi aceito". O governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve essa característica, neste cenário "havia que se organizar e não podia ser individual". Por isso, a CMS apoiava os governos democráticos popular, eles se distinguiam dos anteriores, pois "convoca a sociedade civil para participar dos conselhos, escutava e dialogava". Ele destaca que os conselhos ajudaram esses governos a fazer sua gestão. As centrais sindicais também fizeram parte, representadas no Fórum das Centrais Sindicais, e as organizações sociais, no Fórum dos Movimentos Sociais (VAGNER, entrevista, 2021).

O Fórum Terra Trabalho e Cidadania e a CMS consolidaram-se como as duas experiências anteriores à FBP: Na avaliação de Bonfim, CMP:

> Uma experiência exitosa (na minha opinião) o Fórum Terra Trabalho e Cidadania é uma grande frustração (CMS), por essa confusão da esquerda, dos movimentos em não saber diferenciar, em não aplicar aquelas nossas lições da importância da autonomia entre movimento, partido e governo. (BONFIM, entrevista, 2020)

Bonfim reflete a questão da autonomia com um ditado popular que diz "autonomia não pede, conquista". Para ele, os movimentos têm grandes erros, não se pode reivindicar que o governo não dá autonomia. Ela é construída, conquistada, não se pede, é implementa.

O MAB participou ativamente da construção da Assembleia Popular, dos plebiscitos da Alca, da Vale e da Coordenação dos Movimentos Populares, sendo

responsáveis e, juntos com as centrais sindicais, construindo os plebiscitos da Alca, da Vale, “discutindo a participação da tarifa de energia, iniciativas de caráter mais popular” (DALLA COSTA, entrevista, 2020).

Bonfim, CMP, pondera que a CMS se perdeu e não soube diferenciar o que era governo, o que era movimento social, não mantiveram a autonomia, e “virou fórum chapa-branca governista, tanto é que se fosse perguntado a data da extinção, não saberia dizer. Em um dado momento findou, porque ela não cumpria mais nenhum papel” (BONFIM, entrevista 2021).

As informações dos sujeitos da pesquisa assinalam que o objetivo de articulação, ao formar a Coordenação dos Movimentos Sociais, não se manteve. Entre 2012 e 2013, houve um processo de esvaziamento dessa organização.

Ainda sobre as experiências frentistas, o entrevistado Gebrim, Consulta Popular, avalia que, de certa forma, o PT, no governo, acabou se convertendo, por sua força, gênese e natureza, propriamente numa Frente de esquerda. Ou seja, devido a sua origem, o PT somou os metalúrgicos e outros dirigentes sindicais como Luiz Inácio Lula da Silva e vários outros setores que foram decisivos nesta formação.

Boito Jr. (2018) desenvolve a ideia de que, no Brasil, se formou, no século XXI, uma Frente política, que ele denominou de neodesenvolvimentista, cuja característica era “a base ampla e heterogênea de sustentação da política de crescimento econômico e de transferência de renda encetada pelos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff” (BOITO JR., 2018, p.102).

O autor destaca as principais características dessa Frente política:

> a) a Frente é dirigida pela burguesia interna brasileira; b) a Frente envolve classes trabalhadoras que se encontram excluídas do bloco de poder- baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal; c) a Frente entretém uma relação de tipo populista com essa massa marginal; d) a Frente se constituiu no principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco no poder; e) ela enfrenta, no processo político nacional, aquilo que poderíamos denominar o campo neoliberal ortodoxo, campo esse que representa. (BOITO JR., 2018, p. 103)

A hipótese de trabalho de Boito Jr. (2018), ao estudar sobre a “Reforma e a crise política no Brasil, os conflitos de classe no governo do PT” é que o grande capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira, perfeitamente integrada e subordinada a esse capital, setores dos grandes proprietários de terra e a alta classe média, principalmente aquela alocada no setor privado, mas, também, no setor público, compuseram uma Frente que atuou nos governos democráticos populares. Afirma o autor

que das relações de frações da classe dominante, presentes no bloco no poder, com as classes trabalhadoras, situadas fora desse bloco, e, especialmente, das vantagens políticas que grande parte da burguesia interna brasileira adquiriu pelo fato de ter logrado estabelecer, por intermédio da ação dos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, houve uma aproximação com amplos setores sociais (BOITO JR., 2018, p.103).

A compreensão é que na primeira década do século XXI, o Brasil ocupou um lugar de destaque na economia mundial com notória inserção social, ainda que insuficiente, visto que sua população tem vivido patamares medíocres de desenvolvimento humano e social. Há ainda forte concentração de renda e propriedade privada dos meios de produção e de comunicação, como um sintoma de que o processo de crescimento ou modernização não foi capaz de combater o cenário onde milhões vivem abaixo da linha da pobreza, sem-terra, sem moradia e sem trabalho. A população, em grande parte, expulsa do campo pelo latifúndio, em conluio com as práticas do agronegócio como a mecanização da agricultura, que induz à falta de condições de trabalho para a agricultura familiar, restando aos trabalhadores (as) fazer das cidades seu espaço de sobrevivência em busca de dias mais promissores.

O êxodo rural, fenômeno social de décadas anteriores, deu surgimento aos grandes centros urbanos, onde proliferam as favelas e bairros periféricos sem infraestrutura, mergulhados na poluição e na violência, expressos em indicadores sociais que apontam a existência de vastos bolsões de miséria e exclusão. Problemas estruturais que são agravados pela falta de planejamento urbano, de investimentos em políticas públicas e pela especulação imobiliária. Essa conflitualidade está na raiz do modo de produção capitalista.

Segundo Marx, estudioso desse modo de produção:

> O trabalhador se torna mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo da vida (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz só mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como mercadorias, e isto na medida em que produz de fato, mercadorias em geral (MARX, 2008, p. 80).

Neste capítulo, escrevemos sobre o contexto histórico e político da formação de Frentes única e Frente popular, e os governos de Frente popular. E fizemos uma breve retomada das experiências frentistas no Brasil, Aliança Nacional Libertadora (ALN), Frente de Mobilização Popular, Frente Ampla, as Diretas Já, A Frente Brasil Popular –

1989, o Fórum Terra, Trabalho e Cidadania, a Campanha contra a Área de Livre Comércio das Américas-ALCA e a Coordenação dos Movimentos Sociais- CMS.

O objetivo da contextualização dessas experiências frentistas e de conhecimento desse contexto histórico é o da compreensão de conceitos para entender o nosso objeto de estudo: a Frente Brasil Popular e sua especificidade de articulação entre movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos, tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 - O SURGIMENTO DA FRENTE BRASIL POPULAR (2015)

Neste capítulo, traçaremos o contexto político do surgimento da Frente Brasil Popular. Retornamos aos protestos de 2013, posto que esses acontecimentos e seus desdobramentos impactaram na formação da Frente Brasil Popular. Traremos os relatos da articulação do Grupo Brasil até a fundação da FBP. Nos deteremos ao ano de 2015, em que afloram as críticas ao ajuste fiscal e se inicia a resistência em uma conjuntura de avanço do golpe, expressa nas manifestações de 13 e 15 de março de 2015, de modo que a escrita contextualizará os sujeitos coletivos e a formação da Frente Brasil Popular, uma nova articulação na cena política. Traremos também para este capítulo, os documentos fundacionais: Manifesto ao Povo Brasileiro e Compromissos da Militância. Além disso, observaremos a organização e a dinâmica interna de decisão, a construção do debate por consenso progressivo e como se expressam as pautas setoriais, e são enfrentadas as polêmicas. Ainda se faz um balanço deste ano, trazendo as perspectivas para o próximo período. O capítulo é encerrado com um breve relato sobre a existência de duas Frentes: Brasil Popular e Povo Sem Medo.

2.1 Os Protestos de 2013-Não foi por 20 centavos?

Os anos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva começaram em 2003 e com a reeleição (mais 4 anos) foi encerrado em 2011. A avaliação positiva (Goncalves Couto, 2014) dos dois mandatos pela maioria dos eleitores possibilitou a eleição da sua sucessora, a Presidenta Dilma Rousseff (empossada em janeiro de 2011). Segundo o professor Gonçalves Couto nessa eleição (2014):

> Remanesce o fato de que essa gestão chegou ao seu último ano em condições tremendamente favoráveis para a disputa sucessória. Essa boa condição dos situacionistas se mostrou ainda mais decisiva eleitoralmente para o PT em decorrência do partido não dispor, no início do segundo mandato de Lula, de nenhum nome forte que pudesse se apresentar como um postulante natural à candidatura presidencial. (GONÇALVES COUTO, 2014, p.162)

Abriu-se um patamar de expectativas com relação ao governo da primeira mulher presidente da história.

> É de se esperar também que a nova chefa de governo conforme uma administração de estilo bastante distinto da de Lula, apesar da continuidade proporcionada pela dinâmica partidária. Afinal, deixou a Presidência da República a mais carismática liderança política brasileira desde a morte de Getúlio Vargas, tendo assumido seu lugar uma mulher de personalidade bem mais discreta, com uma longa trajetória política percorrida a maior parte do tempo à distância dos holofotes. (GONÇALVES COUTO, 2014, p.163)

No entanto, a coalizão, no poder desde (janeiro de 2003), sofria desgaste e o desagrado de parte da população. Em 2013, o julgamento da ação penal 470[112] fez com que a Suprema Corte do País dedicasse seis meses de trabalho a uma única ação, e as diretrizes fixadas pelos ministros balizaram a jurisprudência criminal do vulgarmente chamado pela imprensa de Mensalão[113]. Após o julgamento[114], foram colocados no banco dos réus políticos acusados de apropriação indébita de fundos públicos. "O 'Mensalão' foi um espetáculo midiático, com comentaristas e colunistas de imprensa tomando o partido do tribunal contra o governo" (ALONSO, 2017, p. 50). Diante da formação de um clima desfavorável da opinião pública, embora a Presidenta Dilma tenha tomado medidas contra a corrupção, elas foram julgadas como insuficientes.

Outro elemento que desagradou a opinião pública, formada pelos meios de comunicação comercial, foi a transformação rápida da pirâmide brasileira durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, ao diminuir a distância entre os estratos sociais, "perturbou a representação simbólica de hierarquia social, ao tornar menos eficazes os seus princípios organizadores: renda, escolaridade e raça" (ALONSO, 2017, p. 50).

Na vigência do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, o contexto histórico, social, econômico e político tinha traços de formação de um País que, apesar dos problemas econômicos e sociais vividos por séculos, avançou nos anos dos governos

---

[112] Ação Penal 470 envolveu os acusados de participar do esquema de compras de votos pelo governo do Presidente Lula e ficou conhecido como Mensalão.

[113] O julgamento da Ação Penal 470 foi o mais longo caso analisado ininterruptamente na história do Supremo Tribunal Federal. A análise dos autos ocupou 53 das 96 sessões plenárias feitas no ano passado — 21 delas realizadas às segundas, terças e sextas-feiras, dias em que normalmente não há reuniões do Plenário da Corte. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2013-abr-22/supremo-publica-integra-acordao-mensalao-8405-paginas

[114] O Supremo Tribunal Federal publicou, em 22 de abril de 2013, a íntegra do acórdão da Ação Penal 470, vulgarmente chamado pela imprensa de processo do mensalão. Foram 8.405 páginas que trazem os votos de todos os ministros e os debates travados nas 53 sessões que levaram à condenação de 25 réus e à absolvição de outros 12 denunciados. Foi publicada no Diário da Justiça a ementa do acórdão. O documento, de 14 páginas, resume as decisões tomadas no julgamento e as votações. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2013-abr-22/supremo-publica-integra-acordao-mensalao-8405-paginas

democráticos populares, rumo a uma trajetória que apresentou índices de crescimento, desenvolvimento, modernização e inclusão social.

Nas palavras do economista Luiz Gonzaga Belluzzo (2016), apesar da desarticulação do sistema industrial, com repercussões extremamente danosas à nossa economia, as políticas sociais dos últimos anos promoveram a melhoria da qualidade de vida em parte significativa da população:

> A renda média do trabalhador cresceu 14%, entre 1993 e 2002, e 58% de 2002 a 2014. Sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento, o autor enfatiza: o Pnad calculava 22 milhões de indivíduos extremamente pobres no Brasil, em 1995. Esse número eleva-se para 26 milhões, em 2003, e cai para 8 milhões, em 2014. Em 1995, o número de pobres, no Brasil, era de 51 milhões. Subiu para 61 milhões em 2003, e caiu a 25 milhões em 2014. (BELLUZZO, 2016, p. 256)

Em 2012, havia sinais de que algo aconteceria. Esses sinais começaram a piscar intensamente e, sobretudo, na economia (SCHWARCZ; STARLING, 2018). A situação do emprego mostrava números positivos no mercado de trabalho. No entanto, o quadro geral da economia indicava piora das finanças públicas, com alto índice de déficit fiscal. O Governo havia criado sua própria agenda econômica e estava determinado a não se afastar dela. Em abril de 2012, na tentativa de reversão desse quadro, a Presidenta da República, Dilma Rousseff, anunciou, via televisão, um pacote de:

> Redução dos juros reais e a elevação de limites de linhas de crédito para consumidores nos bancos públicos; em maio, decidiu que reduziria no bolso do consumidor a conta de energia elétrica; em agosto, divulgou um pacote de concessões de rodovias, ferrovias e aeroportos com o objetivo de aumentar investimentos, gerar empregos e melhorar as condições de infraestrutura e de logística no país (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 510-511)

Apesar desse cenário, até as manifestações de junho de 2013, o governo Dilma detinha altos índices de aprovação. As manifestações de junho, associadas a uma grande ofensiva midiática, alteraram substancialmente os índices de aprovação do governo.

Todavia, o ano de 2013 foi crucial para o governo Dilma Rousseff, que viu expressas, nas ruas, insatisfações populares estimuladas por uma ofensiva restauradora (BOITO JR., 2018). Para o autor, a ofensiva restauradora política começou antes mesmo de 2013, mas, naquele ano, ela se intensificou nas investidas das "agências internacionais, das agências de avaliação de risco e da imprensa conservadora da Europa e dos Estados Unidos, a grande mídia local, os partidos burgueses de oposição ao governo" (BOITO JR., 2018, p. 215). Juntaram-se a esse grupo setores, a alta classe média, e algumas das instituições do Estado, que abrigam esse segmento social, entraram na luta contra a

política do Ministro da Fazenda. A ofensiva da burguesia neoliberal encontrou respaldo na imprensa local, que colaborou, pois "concentrou-se na denúncia superlativa da inflação e no ataque à corrupção na Petrobras, isto é, tratou de agitar bandeiras que pudessem contar com algum apoio popular" (BOITO JR., 2018, p. 215).

Em 2013, explodiram manifestações por todo o país. No início, organizadas pelo Movimento Passe Livre. Contudo, as manifestações, no desenrolar dos acontecimentos seguintes, desdobram-se em movimentos políticos de apoio e de oposição ao governo. Se, a princípio, a insatisfação era com as tarifas de transporte público: não é apenas 20 centavos[115], as pautas foram transformadas, com o passar do tempo.

Vainer (2013) descreve os fatos:

> Governantes, políticos de todos os partidos, imprensa, cronistas políticos e até mesmo cientistas sociais foram pegos de surpresa pelas manifestações de massa que mudaram a face e o cotidiano de nossas cidades em junho. Pela rapidez com que se espraiara, pelas multidões que se mobilizaram, pela diversidade de temas e problemas postos pelos manifestantes, elas evocaram os grandes e raros momentos na história em que mudanças e rupturas pareciam inimagináveis até a véspera, e se impõem à agenda política da sociedade e, em alguns casos, acabaram transformando em possibilidade algumas mudanças sociais e políticas que pareciam inalcançáveis (VAINER, 2013, p. 36).

Os sinais de alerta foram dados nas principais avenidas do Brasil, em manifestações que transbordaram em insatisfação social, em expressivo clamor cívico. Em 7 de junho de 2013, o Movimento Passe Livre - MPL, composto por militantes no campo da esquerda, tomaram a capital paulista exigindo a revogação do aumento das tarifas de transporte. A manifestação, que parecia ser apenas uma reivindicação restrita ao município de São Paulo, produziu uma onda gigantesca que arrastou consigo muita gente, projetos e esperanças:

> No dia 7 de junho de 2013, o Movimento Passe Livre (MPL), formado por militantes de diversos partidos políticos, posicionados no campo das esquerdas, saiu às ruas, na capital paulista, exigindo a revogação do aumento nas tarifas de transporte. Surpreendentemente, porém, o que parecia ser apenas uma reivindicação municipal produziu uma onda gigantesca que arrastou consigo muita gente, projetos e esperança. Em junho de 2013, os protestos ganharam novas avenidas, reunindo milhares de pessoas que pareciam brotar de lugar nenhum e, ao mesmo tempo, de todos os lugares. (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 512)

Alonso (2017) analisa as manifestações de 2013 e as classifica em três repertórios: de um lado, o repertório socialista, já velho conhecido dos estudiosos, que se "apresenta

[115] No início das manifestações de 2013, havia insatisfação com o aumento do preço (vinte centavos) na tarifa de ônibus.

com bandeiras vermelhas, megafone, organização vertical" (ALONSO, 2017, p. 49). A novidade destacada pela autora estaria no segundo repertório, o dos autonomistas, e as reivindicações por justiça global repaginam signos e slogans anarquistas. Uma combinação de "estilos de vida alternativos (anti-hierarquia de gênero, compartilhamento de espaços e objetos), organização descentralizada, deliberação por consenso e ações performáticas e diretas [...], contra símbolos dos poderes financeiros e políticos (anticapitalista e antiestatismo)" (ALONSO, 2017, p. 49).

Em 2013, surge, então, o terceiro repertório: os patriotas que, naquele momento, foram os menos notados, embora o nacionalismo já fosse realidade em outros países e tivesse raízes fincadas na tradição local. Os grupos ligados a esse terceiro repertório recuperaram a simbologia e agendas das mobilizações nacionais anteriores, como as Diretas Já, em 1984, e do Fora Collor, em 1992.

No livro *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual*, Rosana Pinheiro Machado (2019) denomina os acontecimentos de 2013 como a Revolta dos 20 centavos. A autora expõe antecedentes de julho de 2013 e revela a presença na cena política das manifestações dos cidadãos que queriam mais, sendo sujeitos que haviam vivenciado uma época de abundância e passado por um processo de inclusão social e financeira, que contrariou os estudos que apontavam a precariedade como motor da insatisfação e de protestos.

Ao analisar o Movimento das Diretas Já (1984), o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo (1992) e as manifestações de junho (2013), Alonso (2017) considera que as manifestações se distinguiram por pautas diferentes. A autora nos relembra que, em 1984, além da defesa da eleição direta para presidente, havia também, nas ruas, as reivindicações por condições de vida urbana, trabalho e cidadania. Em 1992, a questão em pauta era caracterizada pela corrupção e pela ética na política, com foco no *impeachment* do presidente Collor. Ainda segundo Alonso (2017), os protestos de 2013 recuperaram todos esses elementos.

Pinheiro (2019) denomina o período do lulismo (RICCI, 2010; AB'SÁBER, 2011; SINGER, 2012) como um tempo de esperança precária, e aponta que havia os avanços nas áreas sociais, em especial no combate à extrema pobreza, com a adoção de políticas de inclusão econômica, cuidados com os bens públicos, e crescimento da economia; a fome estava eliminada, e o desemprego caía. E, mesmo assim, havia críticas contrárias a essa visão promissora. Para a autora, seria errado falar que o lulismo foi uma era de muita esperança. Ela o classifica de esperança precária, uma vez que havia contradições e

lacunas deixadas pelo caminho, bem como frustrações. Embora o cotidiano fosse de emprego, a população viu-se mais dependente de transporte, de saúde pública e ainda se deparava com a precariedade e a vulnerabilidade nos preços da passagem de ônibus. Tudo isso somado formou, então, a metáfora dos obstáculos de mobilidade, enfrentada pelas classes menos favorecidas: não foi só por 20 centavos. Foi pela melhoria dos bens públicos que são termômetros de uma sociedade democrática.

Nos protestos, disputavam-se narrativas e guerras de interpretações por meio de cartazes empunhados. Rolnik (2013) classificou os acontecimentos como um terremoto que perturbou a ordem de um País, que vivia uma vertigem de prosperidade e paz, quando, na realidade, era de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos. No entanto, nas palavras da autora, o momento fez renascer a utopia.

É difícil identificar as causas de uma mobilização em massa. Um caminho viável seria reconstruir os elementos do ambiente sociopolítico de que emergem tais mobilizações. Alonso (2017) aponta as mudanças na conjuntura que contribuíram para desencadear as mobilizações, e as remete à onda de protestos globais de 2011 a 2013. Os protestos globais funcionaram como efeito e demonstração, promovendo um novo modelo de ativismo: o repertório dos autonomistas. Eles passaram a fazer manifestação nos chamados megaeventos no Brasil: Copa das Confederações (2013); Copa do Mundo (2014); e as Olimpíadas (2016), que foram transformados em palcos globais para os protestos.

Pinheiro (2019) busca desmistificar o pressuposto de que as manifestações de junho de 2013 seriam uma contradição social ou um ponto fora da curva. Entre as razões de insatisfação, a autora elenca a criação dos filhos rebeldes, ou seja, da juventude de um novo Brasil, no qual negros, pobres e indígenas acessaram o ensino superior, o que promoveu um abalo nas estruturas das elites brasileiras. Esse impulso juvenil incutiu na nova geração a vontade de lutar por políticas culturais, de reconhecimento e identidades. Embora adentrassem os muros da universidade, os jovens sentiram na pele que aquele lugar não lhes pertencia. Por isso, se intensificaram os movimentos sociais de resistência para somar força e multiplicar. Essa geração emergiu na esfera pública como consequência das políticas dos governos do PT e tornou-se uma multidão crítica. A autora nomeia essa juventude como um projeto, um produto mais bem-acabado do ciclo petista. No entanto, o Partido dos Trabalhadores, ao invés de abraçar e acolher esses seus filhos

(as) rebeldes, fez a escolha política da negação. Os manifestantes foram taxados de "*coxinhas*[116]" e de nova classe média ingrata.

Ao usar a metáfora do terremoto, Rolnik (2013) discorre sobre um sismo que introduziu uma fissura:

> Nas perversas alianças que havia entre o que há mais atrasado /excludente/prepotente no Brasil e os impulsos de mudança que conduziram o país na luta contra a ditadura e o processo de redemocratização; uma aliança que tem bloqueado o desenvolvimento de um país não apenas próspero, mas cidadão. (ROLNIK, 2013, p. 8)

Alonso (2017) verifica que às reivindicações de 2013 somam-se e ressuscitam-se a agenda e a pauta dos anos Collor de Melo: a corrupção. A autora descreve um ciclo complexo em três fases. A eclosão dos protestos (6 de junho de 2013), liderada pelo Movimento Passe Livre (MPL):

> Obstruiu o trânsito, demandando tarifa zero. O estilo de ativismo autonomista, aprendido por membros do Movimento Passe Livre (MPL) no Fórum Social Mundial de Porto Alegre (2012), marcou os atos: deliberação por consenso, negação de lideranças e hierarquia de gênero, performances cênicas (fanfarras, artes plásticas), jograis, estética punk (vestuário preto), violência simbólica (queima de catracas) e física (tática black bloc), sobrepondo expressão artística e política. (ALONSO, 2017, p. 51)

A autora destaca o 11 de junho como o dia da diversificação, posto que foi verificado um aumento nas adesões e nos focos de manifestação:

> Movimentos tradicionais (feminista, estudantil, negro etc.), sindicatos e pequenos partidos de esquerda (PSTU, PCO, PSOL), antes senhores da rua, chegaram atrasados. Mas se adaptaram. O Juntos! por exemplo, se candidatou a porta-voz das ruas na Câmara dos Vereadores. Grupos autonomistas reagiram (ALONSO, 2017, p. 51).

Os protestos ganharam repercussão internacional e apoio de artistas, da intelectualidade e da população, em São Paulo (55% dos paulistanos manifestaram-se favoráveis às ações). Essa adesão deixou perplexos a Presidente, o governador de São Paulo e o prefeito da capital paulista, Fernando Haddad, que se alinhavam em estratégia de ação de rejeição das reivindicações. A grande mídia, a exemplo dos editoriais de jornal de circulação como a *Folha de São Paulo* (13 de junho de 2013), se exasperou (ALONSO, 2017).

---

[116] A expressão coxinha passou então a ser sinônimo daquele que defende um status quo ao qual ele não pertence. Ele defende os ricos, pensa ser rico, mas na verdade é um objeto a serviço dos ricos. Um instrumento para subjugar os seus iguais Para saber mais sobre o termo ver: https://revistaforum.com.br/politica/finalmente-alguem-explicou-o-surgimento-do-termo-coxinha-leia-aqui/. Acesso em: 31 maio 2021.

O entrevistado, Adilson Araújo (CTB), ajuíza que os protestos de 2013 são parte de um processo desencadeado em todo o mundo, orquestrado por uma engenharia que fomentou uma onda conservadora, ou seja, de lutas marcadas por uma intensidade e resistência:

> Aos governos, contrários ao uso das bandeiras, camisas vermelhas, cujas reivindicações principais eram justas [redução de 20 centavos no transporte], mas mudaram ao longo do percurso (ADILSON ARAÚJO, entrevista, 2021).

Os posicionamentos, tanto das autoridades como da grande mídia, foram o comando para a repressão e a violência do Estado contra os manifestantes em 13 de junho de 2013, que teve como efeito atrair a solidariedade dos cidadãos não mobilizados. Dada a enorme repercussão junto à opinião pública, os governantes criticaram as depredações e mantiveram a tarifa: "Interpretaram mal a conjuntura, que os pegaria de rebote. A mobilização mudava de escala. No dia 16 de junho de 2013, as hashtags '#mudabrasil', '#changebrazil' e '#giganteacordou' foram trending topics nacionais" (ALONSO, 2017, p. 52).

As manifestações foram massificadas. Se, em 13 de junho de 2013, 6,5 mil pessoas tinham ido às ruas, em São Paulo, no dia 17 junho de 2013, o instituto de pesquisa Datafolha divulgou que compareceram 65 mil, contabilizando atos em doze capitais. Segundo Alonso (2017):

> Novas bandeiras tremularam à esquerda: por mais e melhor educação, saúde, salários, habitação, direitos, contra a Copa do Mundo e a Rede Globo. Junto veio repúdio a autoridades políticas, partidos, polícia. No Brasil e no exterior, pulularam críticas à brutalidade policial. ONGs de direitos humanos, promotores e advogados se engajaram em prol dos "presos políticos". A opinião pública tomou o lado dos manifestantes: o apoio pulou 22 pontos em cinco dias e chegou a 77%. (ALONSO, 2017, p. 52)

Pinheiro (2019) classifica que houve, no Brasil, um recalque da elite. A autora distingue as ocorrências de 2013 dos protestos do *impeachment* da Presidenta Dilma, que dominaram os anos seguintes, sendo um projeto das elites e tendo a Operação Lava Jato como elemento central de mobilização. No livro *Operação Lava Jato: crime, devastação econômica e perseguição política*, o juiz Baltazar Garzón[117] (2021) apresenta a origem da denúncia da operação da polícia federal que se iniciou quando:

[117] Magistrado do tribunal federal da Espanha e juiz responsável pela investigação de diversos crimes em seu país, incluindo lavagem de dinheiro, crime organizado e terrorismo, que fez com que ele ganhasse reconhecimento internacional em 1998, ao ordenar a prisão do ditador chileno Augusto Pinochet.

> O proprietário da empresa brasileira Dunel, Hermes Freitas Magnus, e a partir daí começaram as investigações que levaram aos quatro grupos criminosos que, entre 2005 e 2014, obtiveram contratos substanciais com a Petrobras e outras empresas públicas, utilizando como ferramenta o suborno massivo de funcionários e políticos. Assim, o que no início se tratou de uma investigação da Polícia Federal do Brasil com o objetivo de desmontar os planos de corrupção e lavagem de dinheiro que envolviam a Petrobras, se desenvolveu ao longo de mais de 40 fases de investigação, nas quais apareceram empresas públicas e privadas, diretores, políticos, narcotraficantes e diversos outros personagens espalhados por uma dúzia de países. Ou seja, uma estrutura extensa de corrupção, com implicação institucional e lavagem de dinheiro, e com pelo menos mil indivíduos relacionados e interagindo entre si. (GARZÓN, 2021, p. 4)

As manifestações de 20 junho de 2013 atraíram, nas capitais do País, grupos nacionalistas e antipetistas contrários a um momento em que o Brasil vivenciava uma profunda transformação em termos de mobilidade e distribuição de renda e inclusão social e financeira.

Além disso, Pinheiro (2019) analisa que houve um processo de insubordinação das camadas populares que cada vez mais tinham acesso a aspectos e a ambientes da vida econômica e social, o que sempre havia lhes sido negado, num País cuja cultura política vê essa ascensão dos pobres como uma afronta. Embora crescessem os lucros, principalmente dos bancos e setores industriais, a economia não crescia para todos. As elites das camadas médias se viram perdendo o privilégio de poder que se estruturou por séculos. Viram-se minimamente ameaçados, e isso já era demais para o recalque reprimido. Todos esses sintomas de um País desigual começaram a sair do armário, em junho de 2013. (PINHEIRO,2019)

Quando, em 19 de junho de 2013, o prefeito e o governador de São Paulo anunciaram, juntos, “a redução da tarifa”, já era tarde, confirmando que o movimento não ocorreu por 20 centavos. No dia seguinte ao anúncio, aconteceu o pico das manifestações, “com rotinas sociais suspensas, transtornos no trânsito e a presença de um número expressivo de pessoas nas ruas”, segundo dados da imprensa oficial (ALONSO, 2017, p. 52). Outra novidade do período foram as convocações feitas pelas redes presenciais e digitais, fator decisivo e inédito na organização e na mobilização das manifestações.

> Os movimentos à esquerda e à direita utilizaram-se das redes sociais online, principalmente o Facebook, a mais usada no mundo, para organizar protestos de rua, comentar criticamente as notícias da grande imprensa, combater os seus adversários políticos, em uma interconexão da produção de sentidos própria da cibercultura contemporânea. (PRADO; BUENO, 2019, p. 4)

Os protestos de 2013 passam por sucessivas avaliações, muitos têm escrito sobre o tema, tornando-se uma questão em que o debate está em aberto, seja nos movimentos sociais, na academia, e na sociedade, pois é motivo de infinitas disputas de narrativas do seu real significado, certo é que se constituiu como um acontecimento que mudou o itinerário político do País.

A pesquisa sobre a FBP foi uma oportunidade de dialogar com Carina Vitral, presidente da UNE, no intenso 2013, e indagar sua leitura sobre os fatos. Ela teceu duas avaliações, uma à época dos acontecimentos e outra agora. A primeira avaliação "é um sentimento de que se tratava de um movimento de juventude" (da qual a dirigente fazia parte), um levante protagonizado pelos jovens, dirigido pelo MPL-Movimento Passe Livre, em uma conjuntura de uma "certa crise urbana de perspectiva da juventude e esgotamento do projeto mudancista da presidenta Dilma" (CARINA VITRAL, entrevista, 2021).

O junho de 2013, segundo a ex-presidente da UNE, "foi muito diferente nos diversos lugares do Brasil". Em São Paulo, a pauta foi a luta contra o aumento da tarifa. Era diferente por ter uma administração do campo popular [PT], que dirigia a prefeitura. A avaliação é que o governo Haddad errou na condução das negociações. O prefeito tinha um perfil "muito técnico, cabeça dura", estava muito preocupado com o problema fiscal, talvez se adotasse outra postura o desfecho teria sido outro. No governo do Estado - SP, a administração era do PSDB, de Geraldo Alckmin. No federal, da presidenta Dilma [PT], "mas todas as manifestações e críticas recaíram, principalmente, sobre a prefeitura governada pelo PT e na gestão da presidenta Dilma do mesmo partido". Em outros lugares do Brasil, "as pautas se confundiram com a questão da Copa" (CARINA VITRAL, entrevista, 2021).

A dirigente da UNE, no ano de 2013, acompanhou os protestos no estado de Minas Gerais, "entre os mineiros o diferencial foi que os movimentos não se expressaram na pauta contra a Copa, as reinvindicações restringiam-se à tarifa" (CARINA VITRAL, entrevista, 2021). Todo ano aumentava a tarifa e havia movimentos nas ruas, houve a violência por parte da polícia, eclodindo em uma grande revolta.

Ao traçar a retrospectiva dos acontecimentos, Carina Vitral, da UNE, avalia que, no primeiro momento, a pauta era progressista, constavam o direito à cidade, à mobilidade urbana, uma transformação positiva. O tema da mobilidade urbana entrou na agenda

política, mas o principal extrato "foi um estrago e foi negativo". Rapidamente, "a imprensa conseguiu capitalizar aquele sentimento e cooptou o movimento".

Carina Vitral se coloca no cenário:

> No fim é como se a 1 km para Frente, e 1 km para trás de onde eu estava, parecia haver uma grande revolução. O problema é que na avenida Paulista no lugar das nossas palavras de ordem, o que as pessoas estavam ali repetindo, era contra a corrupção e todas as reinvindicações visavam derrubar o governo da presidenta Dilma. (CARINA VITRAL, entrevista, 2021)

Alonso (2017) verifica que "não eram todos contra tudo que está aí". Houve dominância de pauta em cada setor da mobilização. O resultado dos três repertórios foi que os autonomistas e socialistas "se situaram à esquerda do governo do PT, com agenda reformista, mais e melhores políticas públicas e expansão de direitos" (ALONSO, 2017, p. 52). O setor patriota se estendia "do liberalismo (a favor do Estado enxuto e eficiente 'padrão Fifa') ao conservadorismo (pró-ditadura militar), com foco no rechaço a instituições políticas, políticos e partidos, e na identificação do PT com a corrupção, via Mensalão ('Corruptos')" (ALONSO, 2017, p. 52).

No dia 26 de junho de 2013, veio o primeiro Fora Dilma! No dia 29 de junho de 2013, as falas bandeiras eram: *Justiça! Queremos os mensaleiros na cadeia! e Procurando Lula*! Para Alonso (2017), esse estilo de ativismo atarraxou os laços fracos entre manifestantes avulsos, e o que até então era crítica genérica aos governos transformou-se em antipetismo.

Solano (2017) analisa o populismo de direita, as guerras culturais e o antipetismo em uma cronologia do Movimento Brasil Livre, apontando, entre outros, os fatores fundamentais que levaram ao monopólio conservador da insatisfação coletiva. São eles:

> Incapacidade do PT e da própria Presidenta Dilma Rousseff em oferecer respostas às demandas das ruas, a perda da governabilidade da presidente que colocou o Congresso em posição contrária à eleição de 2014, que marca o começo de uma intensa polarização e crise econômica (SOLANO, 2017, p. 203).

Para a autora, no ano de 2013, "as ruas que foram tradicionalmente cenários de grupos progressistas foram tomadas por novos atores e três grupos mobilizadores conseguem captar a frustação social, Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua e Revoltados Online" (SOLANO, 2017, p. 203).

Bringel (2017) analisa a geopolítica das lutas e o cenário da América Latina e conclui ter chegado ao seu final o ciclo progressista que aprofundou tanto a democratização como o projeto neoliberal. Referenciando-se em autores da epistemologia

do Sul, o autor defende que para se entender o ciclo progressista da América Latina não é possível se verificar somente a institucionalidade governamental, mas também é necessário se olhar para o tecido societário, em como os movimentos populares se posicionam na correlação de forças internas e externas ao País. A proposta é observar o avanço do conservadorismo pós-ciclo progressista e compreendê-lo como parte da fragmentação da própria América Latina, que é provocada pelas forças de direitas que atuaram por meio da já conhecida estratégia de dividir para vencer, rompendo com as articulações supranacionais e o imaginário geopolítico mais amplo da resistência.

O autor preocupa-se em compreender quais são as características da nova geopolítica da indignação global, nas primeiras décadas século XXI, e ainda, qual a sua forma de ação política, para onde ela aponta e qual é o seu horizonte. Ao conceituar os movimentos globais, o autor situa-os para além das fronteiras do Estado-nação, que estão fora da territorialidade desse Estado. No entanto, isso não significa que esses movimentos globais tenham formas de ação similares, as mesmas bases teóricas e metodológicas e nem horizontes epistemológicos comuns; muito pelo contrário, isso aponta que os movimentos transnacionais são diversos, com diferentes alcances geográficos, diferentes projetos e concepções de transformação social.

Há uma nova geopolítica da indignação global (BRINGEL, 2017). Essa indignação não é um movimento social; é um estado de ânimo, no qual se moldam sensibilidades, se amalgamam reivindicações e se organizam ações afirmativas. Além disso, ela possui um ponto em comum com os movimentos sociais: ambos se confrontam com as ações autoritárias. A característica dos indignados é que eles fazem mobilizações de alta intensidade, promovem as ocupações nos espaços públicos (ruas e praças), possuem uma base social heterogênea, que busca a horizontalidade, têm tendência de negação da representatividade política, rejeição aos partidos políticos, as pautas de lutas, e seus interlocutores são, na maioria das vezes, nacionais.

Quanto às formas de ação dos indignados: há protagonismo dos indivíduos; as mobilizações têm um caráter bastante performático que se encerra em si mesmo; as mobilizações são efêmeras; as organizações são descentralizadas e articuladas a grupos de afinidade, via redes sociais. Além disso, eles compartilham informações sobre as lutas territoriais via redes sociais, mas não compartilham espaços transnacionais permanentes que permitam ter um conhecimento mais profundo das lutas. As convocações das lutas são pelas redes sociais, militância on-line que não exclui off-line. Eles estabelecem relações com os movimentos sociais tradicionais. Há pontos de convergências entre os

indignados, eles lutam pela democracia, pela justiça social e pela dignidade (BRINGEL, 2017).

Há infinitas disputas políticas e acadêmicas nas narrativas sobre os protestos de junho de 2013. Não é nosso objetivo nos aprofundar no tema, mas existem lacunas que futuras pesquisas devem desvendar, entre elas os processos de financiamento[118] dos grupos que apareceram no cenário político. Eles eram, até então, desconhecidos, foram rapidamente criados e impulsionados por empresas de comunicação[119] e tomaram os espaços das ruas, o que se verificou foi que os acontecimentos de 2013 marcaram a história do Brasil e tiveram influência nas eleições seguintes.

Para entender a formação da FBP foi preciso retornar às manifestações de 2013, pesquisar e estudar o tema.

O entrevistado Bonfim (CMP) contribui na análise como sujeito coletivo participante das manifestações, na cidade de São Paulo. Ele discorre que, a princípio, o propósito era importante, ou seja, a pauta da mobilidade urbana e do transporte. Não há dúvida de que originalmente era ligada aos movimentos populares e aos autonomistas, sendo o principal articulador o Movimento Passe Livre (MPL). O movimento, segundo Bonfim, se diferenciava, pois surge, no cenário político, questionando as formas tradicionais de organização, centralizada e vertical. O dirigente da CMP presenciou as primeiras manifestações do movimento na cidade de São Paulo, relembra que houve solicitação, da coordenação, de reunião com o prefeito da cidade que se negou a atendê-los. A primeira manifestação, mobilizada pelo MPL, teve a adesão de 1.500 pessoas. Eles desceram em caminhada pelo Vale do Anhangabaú em sentido à Avenida 23 de Maio, para protestar. O governo Haddad não concedeu reunião para debater as reivindicações do movimento (aumento de 20 centavos na passagem de ônibus). Bonfim indaga que se

---

[118] No campo empresarial, destacam-se entre os apoiadores do movimento Vem Pra Rua Brasil a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), cujo presidente, Paulo Antônio Skaf, é empresário e político filiado ao PMDB. Segundo consta no site da federação, a Fiesp é a autora da campanha *Não Vou Pagar o Pato*, criada em 2015, para combater o aumento de impostos que, em 2016, mudou para *Chega de Pagar o Pato*, depois que centenas de entidades se uniram em torno da bandeira do *impeachment* (Portal Fiesp, 2016). Por esse motivo, o pato da Fiesp se tornou símbolo da campanha pró *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, e o edifício da Federação, o ponto de encontro dos manifestantes do *Vem Pra Rua Brasil* (SANTOS, 2016, p. 32).

[119] O movimento também mantém contratados, desde o início de 2015, os serviços de uma assessoria de comunicação, responsável, entre outras ações, pelo relacionamento com a imprensa e consequente projeção das ações do movimento em veículos de comunicação de grande circulação. Trata-se de distribuição de releases para alinhamento do discurso, realização de *media training* com os porta-vozes e lideranças regionais, e uniformização de técnicas para a organização dos manifestos. Os fundadores reconhecem que o trabalho da assessoria de imprensa foi fundamental para que a mensagem do movimento fosse mais claramente compreendida (SANTOS, 2016, p. 32).

acaso tivesse dialogado com o prefeito, o movimento teria estourado? “Não se pode afirmar, mas o fato é que a primeira manifestação na Frente da prefeitura, eles reivindicaram reunião e foi negada” (BONFIM, entrevista, 2020).

Nas manifestações, Bonfim não participou da caminhada “por saber que não aguentava a correria e a repressão da polícia. Ele relembra que “começaram assim, mas rapidamente não há como negar, a direita tomou conta da pauta de 2013” (BONFIM, entrevista, 2020).

Para Bonfim, o ponto marcante foi a virada da direita expressa na linha editorial dos jornais que classificavam os manifestantes de “vagabundos, terroristas” e, no outro dia, veio a retratação na qual o movimento e a sua pauta passaram a ser importantes. Para ele, o resultado de 2013 tem sido narrado em teses e análises nas quais há concordância com aquelas que avaliam que o primeiro momento foi muito positivo de negação da política tradicional e da sub-representação. Porém, o saldo dos anos posteriores e nas eleições:

> É que a política está pior do que era em 2012, é a verdade. A direita fortaleceu suas pautas da privatização, questão contra LGBTQI, da violência contra as mulheres, o machismo, o racismo tudo a partir de 2013. O saldo de 2013 é uma tragédia, embora o nascedouro do movimento e seus objetivos eram nobres, mas ao final o resultado é muito negativo. (BONFIM, entrevista, 2020)

O entrevistado Sorrentino, PCdoB, discorre que, em 2013, aquele tipo de manifestação era inusitado, “tomaram as ruas começando por reivindicações justas, o problema das passagens, e antipartido”, pois recusavam “qualquer mediação político-partidária”. Ainda que, aparentemente fossem espontâneas, ou pelo menos com “uma organização, sem um centro único definido, mas que degeneraram”. Enfatiza que era um “sinal de novos tempos, uma reação à política e ao sistema, carregava uma mensagem antissistema”. Os protestos se assemelhavam ao que se verificou em várias partes do mundo, que apresentou:

> Uma resposta ao mal-estar na sociedade sentido, sobretudo pelos jovens, uma resposta espontânea que foi capturada e sequestrada pelos interesses que vieram a predominar no golpe e, posteriormente, nas eleições. (SORRENTINO, entrevista, 2020)

O dirigente partidário crê que a história ainda vai demonstrar “os dedos que estavam atuando naqueles episódios”, porque ali, por exemplo, atuaram Black Blocs, “criando o culto, assustando a população e nunca mais se viu (os Black Blocs)”. Para ele, não era mais espontaneísmo, se relacionava com o que, posteriormente, veio a ser

conhecido e denominado de “guerras híbridas por meio das redes, em que se estimulavam movimentos de destituição, ou seja, mudança do regime”. Ele acrescenta que as guerras híbridas, por meio das redes, são muito mais conhecidas atualmente do que naquela época, pois configuravam-se uma novidade. “O ano de 2013 representou um choque e apresentou um fator novo, a existência das redes, tornando tudo muito mais horizontal, e o movimento popular não estava familiarizado com essa interação”. Ele pondera que a história:

> Revelará com tempo todas as articulações que estiveram presentes naqueles eventos (2013), que foram voltados contra tudo o que representava, em termos de demandas populares, progressistas, soberana e democrática. (SORRENTINO, entrevista, 2020)

Por fim, considera não que os “agentes presentes tivessem ideias de direita”, mas o movimento foi “sequestrado a serviço dessa luta contra o que [nós]representávamos na sociedade. E, tomou-se nota do que havia acontecido”.

> Pela primeira vez na vida havia grandes manifestações de massa que não eram organizadas pelas forças mais avançadas e isso jogou para nós a semente da FBP, que adquiriu conotação mais organizada e forte a partir de 2015. (SORRENTINO, entrevista, 2020)

Após os protestos de junho de 2013, a Presidenta Dilma Rousseff vence a eleição [120]no segundo turno em 26 de outubro de 2014, com muita dificuldade, em disputa acirrada, inicia-se um processo de desestabilização do governo. Para Carina Vitral, o efeito daqueles protestos (2013), para os movimentos sociais, do campo da esquerda, e que “eles não se falavam há muito tempo”, cada um com a sua pauta “diante do governo e das suas contradições” foi o que deu origem à criação e à formalização da FBP. Sendo a principal contribuição, nesse período, “toda luta contra o processo de golpe” (CARINA VITRAL, entrevista, 2021).

O objeto deste estudo é a FBP, mas não é possível pesquisá-la, se ausentando de alguns aspectos dos protestos de 2013, posto que eles tiveram ressonância na formação da articulação. A campanha midiática (ainda a ser esclarecida se totalmente espontânea, incentivada ou patrocinada) de pautas anticorrupção (negação da política) se expressava em frases como “não vai ter Copa”, “queremos saúde e educação padrão FIFA”, presente tanto nos protestos de junho de 2013, com reflexos nas eleições de 2014, sendo acrescentados outros componentes nas pautas morais com a utilização disseminada de *Fake News*. Nesse processo foi acentuado o uso das redes sociais e meios como WhatsApp para a disseminação de informações falsas e manipuladas como: o Kit Gay;

[120] Primeiro turno foi 5 de outubro de 2014.

movimentos como escola sem partido; combate a uma certa "ideologia de gênero", que mobiliza contra qualquer temática de direitos das mulheres e de outras categorias como anti-homofobia. Essas pautas conservadoras tomaram as redes sociais e serviram como instrumento da mobilização em torno desses temas.

Segundo Alves (2017), em 2013:

> A classe dominante se recompõe no bloco do poder contra o prosseguimento do PT no governo. O afastamento lento, mas persistente, do PMDB e do PSB, da base parlamentar de apoio ao governo Dilma representava o novo humor das elites brasileiras. Os pobres, o subproletariado brasileiro, não cabiam mais no orçamento da República, com a crise profunda da economia brasileira, os ricos decidiram assumir de fato o poder da República fazendo o que o PT não conseguirá fazer em dez anos de governo, reformas de base de acordo com os interesses da burguesia brasileira. (ALVES, 2017, p. 11)

Até aqui traçamos uma breve retrospectiva histórica, cujo objetivo foi o de construir uma linha do tempo para situar o surgimento da particularidade de uma articuladora de um campo político de forças sociais que incluem movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos. Para entender como se realizam essas articulações é preciso compreender o Brasil em seus contrastes, entre o desenvolvimento e as desigualdades sociais, explicitados nas disputas dos diferentes projetos políticos.

2.2 As articulações para a formação da Frente Brasil Popular

Os movimentos sociais, urbanos e rurais brasileiros iniciam o século XXI contabilizando a participação em vários processos de articulações, investiram e realizaram diferentes plebiscitos: da dívida externa[121] (2000); da Alca (2002), da Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político (2014)[122]. Os processos de articulação, tratados no capítulo anterior (Fórum Terra, Trabalho e Cidadania e Coordenação dos Movimentos Sociais) se esvaziaram, sendo sucedidos pelo Grupo Brasil e depois pela Frente Brasil Popular.

---

[121] Em 2020, foram comemorados 20 anos do Plebiscito Popular da Dívida Externa, realizado no Brasil, entre os dias 2 e 7 de setembro do ano 2000.

[122] O Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, realizado entre os dias 1° e 7 de 2014, chegou a quase 8 milhões de votos no país. Com cerca de 95% das urnas apuradas, o número de votantes atingiu 7.754.436 de votos, dos quais 97,05% votaram no "sim" e 2,57% disseram "não". Brancos (0,2%) e nulos (0,17%) não chegaram a 0,5%. Os números foram divulgados em entrevista coletiva que reuniu o presidente da CUT, Vagner Freitas, um dos coordenadores nacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Paulo Rodrigues, e Paola Estrada, da Secretaria operativa nacional do movimento. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2014/09/plebiscito-por-reforma-politica-tem-adesao-de-quase-8-milhoes-e-resultado-sera-levado-a-brasilia-9996/. Acesso em: 15 fev. 2021.

Dalla Costa (MAB) volta aos anos 2000, para relatar o desenvolvimento da experiência da Assembleia Popular esgotada na forma de articulação. A continuação da articulação foi a participação em grupos de estudo e análise etc. Em São Paulo, o MAB, a CMP, e outros criaram o Fórum dos Movimentos Sociais, "em função da situação política vivenciada". Ele indica que no final da primeira década do século XXI, partia-se da análise crítica ao governo Lula, considerado "nosso", mas também da avaliação que os movimentos precisavam avançar no processo organizativo. Em São Paulo, houve a junção dos movimentos já citados e da Consulta Popular, e outros, que buscaram aproximação com a CUT estadual para a discussão da conjuntura do período. Dessa articulação, surge a ideia de fazer o Fórum dos Movimentos Sociais, em São Paulo, que contou com a participação da CUT estadual. O primeiro momento foi de articulação e, em paralelo, "havia a participação em outro fórum de caráter nacional, que dava sequência às análises e aos debates" (DALLA COSTA, entrevista, 2020).

Nas narrativas dos sujeitos da pesquisa, percebe-se que se intercalaram processos estaduais e nacionais de articulação até o surgimento da FBP.

Nas lembranças da entrevistada Soninha:

> Teve algumas reuniões, entre elas as da Frente estadual que não era ainda a Frente Brasil Popular e depois convergiu para essa articulação. A ideia era ter Frentes nos diversos estados [...]. (SONINHA, entrevista, 2020)

A cronologia dos relatos dos entrevistados remete às manifestações de 2013, constituindo-se o Grupo Brasil, sendo esta articulação antecessora da FBP. A composição do Grupo Brasil contou com a participação de dirigentes e intelectuais. Segundo o entrevistado João Paulo: "O MST ajudou muito na articulação e a pensar um novo projeto para o Brasil", essa era a pretensão. Ao formatar o Projeto Brasil, já se vislumbrava a iminência da disputa para o segundo mandato da presidenta Dilma (2015). Nas palavras de João Paulo, do MST:

> A sociedade brasileira tem construído a democracia nas contradições da luta de classes. Ainda temos muito que avançar, mas não permitiríamos nenhum retrocesso nos direitos conquistados na luta do nosso povo. (JOÃO PAULO, entrevista, 2021)

Foram identificados relatos diferentes sobre a gênese da Frente Brasil Popular, enquanto João Paulo, MST, fala em Projeto Brasil, Bonfim, CMP, detecta a origem no chamado Grupo Brasil, oriundo dos movimentos sociais. O dirigente da CMP relata as primeiras articulações para a formação da FBP, cronologicamente no ano das

manifestações (2013). Segundo o entrevistado, uma plenária dos movimentos sociais foi convocada, ocorrendo no Sindicato dos Químicos, em São Paulo, considerada, por ele, representativa, pois compareceram as principais forças do campo da esquerda (os partidos de esquerda e os movimentos sociais). Essa foi uma iniciativa do coordenador nacional dos Sem-Terra, João Pedro Stedile, e de outras pessoas que não foram citadas. Na ocasião, o calor dos protestos de 2013 "tinha ficado para trás, já era final do ano". Em suma, analisou-se a conjuntura daquele ano, "sem muita deliberação ou avanço, apenas se reforçou a importância da articulação entre os movimentos sociais, sendo este o saldo". (BONFIM, entrevista, 2020).

Transcorridos o ano de 2013 e as eleições de 2014, não houve mais nenhuma iniciativa no sentido de articulação dos movimentos. No entanto, isso mudou após o pleito eleitoral, por iniciativa do MST (novamente o seu coordenador), que estava preocupado:

> Com a disputa eleitoral acirrada em 2014; a pequena diferença na votação da presidenta; a forma de montagem do ministério da presidenta Dilma (empossada em janeiro de 2015) e os primeiros sinais de que o Aécio Neves questionaria o resultado eleitoral e partiria para uma oposição mais radical do governo. (BONFIM, entrevista, 2020)

Para Alves (2017), na vitória do PT, em 2014, "mais uma vez, a oposição neoliberal, conduzida pelo PSDB, tentou derrotar, nas urnas, o projeto petista de neodesenvolvimentismo" (ALVES, 2017, p. 11). A vitória do projeto democrático popular foi possível porque uma fragmentação do bloco no poder da classe dominante brasileira estava cingida, pelo menos desde 2002, propiciando, naquela época, a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A ideia da criação do "Grupo Brasil" foi atribuída, nos relatos da entrevista, a João Pedro Stédile, dirigente nacional do MST. Os objetivos da nova articulação eram analisar a conjuntura e traçar ações para ano de 2015. Nesse primeiro momento, reuniam-se o MST, CMP, Levante Popular da Juventude, MAB, MMM e a Coordenação Nacional de Entidades Negras-Conen. A percepção desses movimentos era a de que a governabilidade do segundo mandato (2015) não seria fácil para a presidenta Dilma. O destaque da composição dessa articulação é que se agregaram os que se identificavam com o projeto democrático popular.

Segundo o entrevistado Bonfim, CMP, a montagem dos ministérios, no segundo mandato (2015), desagradou os movimentos, contrariando as promessas de uma eleição vitoriosa, mas polarizada. O pleito contou com o engajamento dos movimentos sociais urbanos e rurais no embate com a candidatura da direita, representada por Aécio Neves.

No entanto, um dos primeiros atos da presidenta reeleita (2015) foi o anúncio das medidas de austeridade fiscal, ou seja, buscava-se o equilíbrio das contas públicas, retirando gastos (investimentos) nas políticas públicas e sociais. Naquele momento:

> Sentimos os primeiros sinais de que viria "chumbo grosso" para cima do governo Dilma, e obviamente dos movimentos populares e de toda classe trabalhadora. Por isso, era importante pensar um processo de articulação para enfrentamento daquela conjuntura que se avizinhava nas nossas avaliações. Não sabíamos, exatamente, o que viria a ser de fato o surgimento dos movimentos de direita. Nós começamos a discutir essa necessidade de um processo de articulação. A primeira mobilização de massa foi realizada pelo grupo chamado de movimentos sociais (não denominamos de Grupo Brasil para fora) no dia 13 de março de 2015. Tínhamos ali uma articulação. (BONFIM, entrevista, 2020)

Cabe destacar que outras articulações estaduais impulsionaram a formação da FBP, o Fórum dos Movimentos Sociais, em São Paulo, e o "Quem Luta Educa[123]", em Minas Gerais.

Dalla Costa, MAB, relata que além dessas:

> O pessoal da Paraíba trabalhava a ideia da Assembleia Popular em todas as articulações. No Rio Grande do Sul, existia a Coordenação dos Movimentos Populares [...]. Então, com essas iniciativas foi se articulando para a construção da Frente Brasil Popular. (DALLA COSTA, entrevista, 2020)

O dirigente do MAB considera-se felizardo por estar nesses momentos da construção das articulações, entre as quais, consta o Fórum de caráter estadual, em São Paulo. Ele se lembra de conversar com a direção da CUT estadual e com o coordenador da CMP, Raimundo Bonfim, nesse diálogo e aproximação, de acordo com seu depoimento, surgiu a ideia de ampliar as forças da articulação e nasceu a construção do Fórum dos Movimentos Populares que, posteriormente, se transforma na FBP- SP.

Observa-se na formação do Grupo Brasil a junção de setores que haviam participado de outras articulações.

Segundo Carina Vitral, UNE, o contexto da criação da FBP ocorreu da necessidade de articulação dos movimentos sociais diante de um "novo ciclo político". A entrevistada estabelece a cronologia desse novo ciclo, que foi iniciado nas manifestações de junho de 2013 até a reeleição da presidenta Dilma, em outubro de 2014 (CARINA VITRAL, entrevista, 2021).

---

[123] "Quem Luta, Educa" é o lema do movimento formado por professores(as) que acreditam que em dar exemplo para ser seguidos por seus alunos(as), por isso lutam por aquilo que acreditam

Até aqui observa-se que, para entender o surgimento da FBP, os sujeitos da pesquisa retomam as lembranças e narrativas de experiências de articulações anteriores e, ao estudá-las, nos deparamos com palimpsesto[124], camadas que, descobertas, nos levam a outras e, assim, traçamos esse caminho.

A data cronológica de surgimento da Frente Brasil Popular, 5 de setembro de 2015, é antecedida de um processo de organização e mobilização que vai sendo lapidado até chegar à data de fundação. Por isso, escrever sobre o início deste ano, e mais especificamente sobre as articulações para as manifestações[125] do dia 13 de março de 2015, nos ajudará a compreender a origem da articulação. No processo, existe a articulação de sujeitos políticos que estavam diante de um dilema, como apoiar e, ao mesmo tempo, criticar um governo que, com tanto afinco, apoiaram a reeleição em outubro de 2014.

Ao avaliar o Grupo Brasil, Raimundo Bonfim, dirigente da CMP, pontua que a articulação estava um pouco à frente de quebrar as ilusões que existiam no Governo da presidenta Dilma, no PT e no PCdoB, de que era possível enfrentar esse momento apenas via articulações e nas conversas, ou seja, via acordo das cúpulas partidárias. O grupo (Brasil) previa "que não seria uma brincadeira e necessitaria colocar o bloco na rua, não apenas para fazer as críticas ao projeto de ajuste fiscal".

O dirigente da CMP revela um diálogo com alguns setores[126] do MTST[127] e do PSOL, os componentes do Grupo Brasil defendiam que os ataques não eram somente ao governo Dilma, mas aos direitos dos que vivem do trabalho. De acordo com Bonfim, o Grupo Brasil dizia aos que não acreditavam no processo que se desenrolava: "leiam nossos documentos, é uma crítica forte ao programa do governo e à formação dos Ministérios. Então, não era a chapa branca[128]". E, além de setores do MTST e do PSOL,

---

[124] Manuscrito em pergaminho que, após ser raspado e polido, era novamente aproveitado para a escrita de outros textos (prática usual na Idade Média). Modernamente, a técnica tem permitido restaurar os primitivos caracteres. Disponível em: https://www.dicio.com.br/palimpsesto/. Acesso em: 24 jun. 2021.

[125] A pesquisa vai tratar de modo geral das manifestações ocorridas em SP, pois, são elas que ganham destaque nos documentos da FBP.

[126] O jornal *Folha de São Paulo* noticia o lançamento do manifesto do MTST, anunciando protestos, bloqueios de vias, novos acampamentos e ações em prédios públicos contra o governo Dilma. A afirmação é que a petista tem encampado as reivindicações da elite, que não há mais expectativas de que ela faça uma guinada à esquerda e que, portanto, "as pautas da direita serão enfrentadas nas ruas, sem tréguas e com radicalidade". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1747091-sem-teto-lancam-manifesto-e-prometem-radicalizar-contra-dilma.shtml. Acesso em: 24 jun. 2021.

[127] Ver: GOULART, Débora Cristina. *O Anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)*. 2011. 276 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2011.

[128] A expressão "chapa branca" é usada no meio jornalístico para nomear os apoiadores do governo, no linguajar dos movimentos sociais tem o mesmo sentido.

também o PT [partido e membros do governo] foram alertados de que unicamente com as articulações de bastidores e de parlamento, decerto o golpe seria instalado, não somente com relação aos direitos, mas o *impeachment* chegaria. Essa foi a motivação da criação da FBP que, em 2015, começou a se articular na reunião do dia 7 de março 2015 e fez a mobilização e a manifestação do dia 13 de março do mesmo ano.

Cabe relembrar que o ano de 2014 notabilizou-se pela disputa eleitoral entre forças sociais em processo de radicalização, vindo desde as manifestações de 2013. No entanto, perpassado o pleito eleitoral (2014), o resultado da reeleição contabilizou 54 milhões de votos que alçou a presidenta Dilma Rousseff para o segundo mandato. A vitória eleitoral de 2014 deu-se em um clima político de criminalização dos partidos de esquerda e dos movimentos. A vitória, dentro dos parâmetros da democracia procedimental, não impediu que nos primeiros meses de 2015, o candidato derrotado, Aécio Neves (PSDB), e grupos de oposição ao governo investissem na judicialização do resultado eleitoral e avançassem no pedido de impedimento da presidenta recém-empossada em 1 de janeiro de 2015. Os derrotados nas urnas agendam, então, manifestações para 15 de março do mesmo ano.

Em sentido contrário a esses grupos de oposição ao governo, um outro campo se articula: entre eles o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central de Movimentos Populares (CMP), e a UNE (União Nacional dos Estudantes), entre outras, mobilizam manifestações para o dia 13 de março de 2015, dois dias antes das manifestações daqueles que não aceitaram o resultado das urnas. O dia 13 de março de 2013 é chamado Dia Nacional de Mobilização, cujos temas foram a defesa da democracia, manifestações contra às privatizações[129] e a retirada dos direitos sociais.

As manifestações de 13 e 15 de março foram prévias do que seria o ano de 2015. Os movimentos sociais, presentes em 13 de março, demonstravam contrariedade ao governo apoiado eleitoralmente, suas primeiras medidas econômicas e a composição de alguns ministérios. Sinalizaram esse descontentamento nas pautas apresentadas, pedindo mudança na política econômica e nas alianças partidárias estabelecidas para a governabilidade.

> No final de 2014 (mesmo antes da posse da presidenta), já era forte nossa fadiga por causa da composição de governo, recheada de ministros de direita, inimigos dos movimentos sociais e comprometidos

[129] Com destaque para a empresa pública de petróleo, a Petrobras.

> com uma política de ajuste fiscal recessivo. (BONFIM[130], entrevista, 2015)

Bonfim (CMP) relata as articulações para a manifestação do dia 13 de março de 2015. Convocou-se uma plenária dos movimentos sociais [7 de março de 2015], no Sindicato dos Eletricitários, ampliada para outros movimentos, inclusive o MTST[131]. O coordenador dos sem-teto, Guilherme Boulos, participou (depois formaram a FPSM). Os partidos políticos também foram convidados: o PT e o PCdoB estiveram presentes. A decisão da plenária foi mobilizar para um ato dos movimentos sociais do campo democrático popular e das esquerdas, exatamente para fazer o enfrentamento da direita que convocou uma manifestação para o dia 15 de março de 2015.

> Houve críticas pela convocação deste ato [13 de março de 2015], elas derivavam de membros do governo Dilma e o PT, que analisavam que as manifestações poderiam ser interpretadas como provocação pela direita, que convocou o ato para dois dias depois. Outras críticas vinham dos setores que avaliaram que o ato era tão somente para defender o governo Dilma, pois desacreditavam que um golpe estava em curso. Então, nos chamavam de "chapa branca". Eles pensavam assim, mas depois avançaram e mudaram de opinião. E por isso, não participaram da manifestação do dia 13 de março. (BONFIM, entrevista, 2020)

Nos quatro dias que antecederam a manifestação, havia pressão, alegavam que seria um "tiro no pé", não haveria nem 4 mil pessoas e ainda provocaria a direita. O resultado do ato foi divulgado na *Folha de São Paulo*, que noticiou entre 40/50 mil pessoas [Avenida Paulista], "ficou na história e fez um contrabalanço à direita. Se não fizéssemos aquele ato, assistiríamos sem ter feito oposição ao monstruoso ato da direita dois dias depois", afirma Bonfim.

> A manifestação foi ampla e ganhou adesão das pessoas. Eu lembro que foi um toró (muita chuva), a passeata saiu da Avenida Paulista e desceu pela Avenida Consolação, finalizando na Praça da República. Foi um ato muito animado. Depois, a ideia do grupo, que ainda se chamava de Grupo Brasil, foi ganhando corpo. A CUT participou e teve papel fundamental no ato, mas não participava do Grupo Brasil. Os debates do grupo explicitaram a premissa de que era preciso ter espaços de articulação que reunissem movimentos populares e sindicais, partidos

[130]Disponível em: https://www.viomundo.com.br/politica/raimundo-bonfim-em-2015-fomos-a-luta-contra-o-golpe-por-democracia-e-direitos-em-2016nao-baixaremos-as-armas.html. Acesso: 24 jun. 2021.

[131] O MTST surge no final dos anos 90 e cresce em número de ocupações e área de sua atuação territorial, até chegar à nacionalização em 2009. Toda sua trajetória foi construída sob o projeto neoliberal em pleno desenvolvimento no Brasil, e mais da metade de sua existência ocorreu durante os dois governos do Partido dos Trabalhadores na presidência da República. Com um projeto político apresentado como anticapitalista, o MTST vive as dificuldades de uma ação coletiva que busca transformações radicais na sociedade e a necessidade de negociação para a obtenção das demandas da base social do movimento, mas com elementos que intensificam as contradições, visto que os governos do PT, em nível federal (2003-2006/2008-2011), lograram apoio da classe trabalhadora, sobretudo das camadas mais empobrecidas por meio de programas compensatórios (GOULART, 2011).

> políticos etc., buscando formas para enfrentar aquela conjuntura. Esse é o nascedouro da FBP. (BONFIM, entrevista, 2020)

As principais bandeiras que unificaram e possibilitaram a mobilização dos movimentos, no dia 13 de março de 2015, expressaram dualidade, apoiando o governo sob o ataque da oposição e, ao mesmo tempo, reivindicando a execução das promessas da campanha. Por um lado, os manifestantes defendiam a democracia (contra o golpe), contrários às privatizações e na defesa dos direitos sociais (nenhum direito a menos), bem como as reformas estruturais. Por outro lado, se manifestavam contra o ajuste fiscal, conclamando o Fora Levy [132]e o Fora Cunha[133].

> Naquele momento, já tínhamos a compreensão de que a direita e a oposição (inclusive dentro da base do governo) estavam dispostas a retirar direitos e eliminar conquistas sociais obtidas nas últimas décadas. Também davam sinais de que não dariam trégua para o segundo governo Dilma, botando em marcha o movimento para apear a presidenta do Palácio do Planalto. (BONFIM[134], entrevista, 2015)

Havia dualidade nos atos dos apoiadores e defensores do governo Dilma, expressos nas pautas defendidas. De um lado, a defesa do governo e, de outro, uma surpresa com as alianças para a governabilidade e o ajuste fiscal. Gebrim, Consulta Popular, recorda que naquela época havia uma "profunda decepção com o ajuste fiscal e com as medidas que a governante vinha tomando. A proposta de reforma da previdência "colocava a esquerda numa situação muito difícil". O PSOL expressou essa tensão. Mas, também, havia um outro conflito muito forte que era a posição do PCdoB, contrário às críticas ao ajuste fiscal, alegando ser momento de lutar contra o golpe.

> Com o tempo, essa questão[críticas ao ajuste fiscal] ganhou relevância e a vida mostrou que tínhamos que lutar contra o golpe. Mas, naquele momento, eu acho que eles não estavam certos. A gente tinha, sim, que bater no ajuste fiscal, porque essa medida governamental foi um erro que favoreceu o golpe, dificultou as massas a lutarem a favor da Dilma. (GEBRIM, entrevista, 2020)

---

[132] O ministro da Fazenda Joaquim Levy assumiu a pasta em janeiro de 2015. Num primeiro momento, procurando controlar a agenda econômica no Legislativo, passou a negociar diretamente com deputados e senadores a votação de medidas do ajuste fiscal, nem sempre com bons resultados. Perdeu várias disputas internas no governo e algumas votações no Congresso. A cada derrota, parecia mais fragilizado diante de uma gestão que hesitava em cortar mais gastos, e ainda mais sujeito às admoestações dos petistas, que nunca engoliram seu nome. A antipatia é mútua. Levy só se refere ao PT como "aquela agremiação", "os colegas do PT" ou "os companheiros". Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/morte-e-morte-de-joaquim-levy/ Acesso em: 24 jun. 2021.

[133] Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, era dono de contas bancárias na Suíça, onde estavam depositados vários milhões de reais, dinheiro de origem ilícita. Cunha queria que a oposição o protegesse da cassação, em troca da promessa de manipular o processo de *impeachment* e cassar o mandato legítimo da Presidenta Dilma.

[134]Disponível em: https://www.viomundo.com.br/politica/raimundo-bonfim-em-2015-fomos-a-luta-contra-o-golpe-por-democracia-e-direitos-em-2016nao-baixaremos-as-armas.html. Acesso em: 26 jun. 2021.

Os movimentos sociais, no dia 13 de março de 2015, foram às ruas em oposição aos grupos que defendiam o *impeachment* da Presidenta Dilma (15 de março do mesmo ano) e, ao mesmo tempo, se posicionaram contra os ataques aos direitos sociais, em defesa pública da necessidade de outra política de retomada do crescimento econômico, de proteção ao emprego, crédito, distribuição de renda, inclusão social, manutenção dos programas sociais e de investimentos em infraestrutura.

Figura 2: Ato 13 de março de 2015

Fonte: Frente Brasil Popular.

A conjuntura de 2015 foi marcada pela contestação ao governo pela oposição, os atos e propostas daqueles manifestantes eram por retrocessos institucionais, sociais e políticos. Uma das formas de resistência e tentativa de reversão dessa situação deu-se pela articulação dos movimentos sociais, sindicais e partidos em Frentes de luta. Tudo isso em um cenário de desgaste dos partidos políticos de esquerda (principalmente do PT) e a criminalização dos movimentos sociais, promovida por parte considerável dos Poderes legislativos, do Judiciário e da Polícia Federal, com apoio dos meios de comunicação empresariais e dos capitalistas nacionais e internacionais. Coube aos movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos a articulação em torno da Frente Brasil Popular (FBP).

2.2.1 Uma nova articulação na cena política: o debate e a construção do consenso

Ao pesquisar sobre o surgimento da Frente Brasil Popular, houve interesse em saber como foi a escolha do nome da nova articulação que entrou na cena política. Existem algumas versões. Em uma delas, contada por Dalla Costa, MAB, situa a ideia em uma reunião, em São Paulo. Na ocasião, estava Roberto Amaral, PSB[135], e dali surgiu a criação da Frente.

> Na época, ele (Roberto Amaral) ainda era presidente do PSB.[136], (estava saindo em função das crises que já tinham em 2013 e 2014). Ao avançarmos nas conversas sobre como encontrar formas de ampliar o grupo (Brasil), colocamos a questão porque não criamos uma Frente, mantém esse nome (Frente) e amplia para Frente Brasil Popular. Recordo-me que ele pediu a palavra e falou: "olha, nós estávamos discutindo aqui e vamos sugerir [...]", e a partir daquela reunião que começou a se articular [...] foi nesse encontro em uma das casas de reuniões em São Paulo. Foi a partir dali que começou a trabalhar na prática a construção de uma Frente Brasil Popular. (DALLA COSTA, entrevista, 2020)

João Paulo, MST, relata que o Movimento dos Sem Terra começou a articular a FBP, mobilizou outros movimentos e a ideia inicial era criar uma Frente ampla. O nome foi objeto de dúvidas, era considerado um repeteco da Frente Brasil Popular (1989), convocada pelo PT, para disputar as eleições, cujo candidato era o Lula. Por fim, a escolha do nome não se configurou como um problema.

> E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes (MARX, 2011, p. 25)

O entrevistado Carlos Rogério, CTB, explica o termo "Brasil" presente no nome da Frente Brasil Popular. O intuito é defender um projeto nacional de Brasil, contendo propostas populares, construídas a partir dessas articulações de trabalhadores, sem-terra, estudantes defensores da ecologia, mulheres, emancipação antirracista etc.

---

[135] Roberto Átila Amaral Vieira, mais conhecido como Roberto Amaral (Fortaleza, 24 de dezembro de 1939), é um jornalista, professor e político brasileiro. Foi ministro da Ciência e Tecnologia durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Foi presidente do Partido Socialista Brasileiro até outubro de 2014, quando renunciou por ocasião do apoio dado pelo partido ao então candidato à Presidência da república pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), Aécio Neves. Disponível em: https://pt.org.br/roberto-amaral-a-urgencia-da-Frente -brasil-popular/. Acesso em: 03 mar. 2021.

[136] Lideranças oriundas de agremiações centristas, como Roberto Amaral (ex-PSB) e o senador Roberto Requião (PMDB-PR), ajudaram a afirmar o caráter amplo e plural da empreitada. O que é, afinal, a Frente Brasil Popular? Escrito por: Breno Altman - Jornalista, diretor editorial da revista Samuel e do site Opera Mundi Publicado em: 09/09/2015. Disponível em http://www.Frente brasilpopular.org.br/artigos/o-que-e-afinal-a-Frente -brasil-popular-3d24/ Acesso em: 22 mar. 2020.

> Na época, segundo mandato da presidenta Dilma, buscou-se uma gama de articulações construtoras de propostas populares e alternativas ao projeto conservador e a ofensiva contra o governo. A conjuntura de surgimento da Frente foi essa. (CARLOS ROGÉRIO, entrevista, 2020)

Cabe enfatizar que os movimentos contrários ao governo da Presidenta Dilma, que invadiram as ruas, desde 2013, se destacaram pelo uso de camiseta verde e amarela e porte da bandeira nacional, com discurso anticomunista e patriota. Chauí (2000) explica o "verdeamarelismo":

> Elaboração no curso dos anos pela classe dominante brasileira como imagem celebrativa do "país essencialmente agrário" e sua construção coincidem com o período em que o "princípio da nacionalidade" era definido pela extensão do território e pela densidade demográfica. De fato, essa imagem visava legitimar o que restara do sistema colonial e a hegemonia dos proprietários de terra durante o Império e o início da República (1889). (CHAUÍ, 2000, p. 32)

Observa-se que o "Brasil", no nome da Frente, se articula com a ideia de nacional. E, assim, resgata os sentidos e símbolos pátrios. A mesma concepção consta nas mídias digitais da articulação: bandeira, slogan, camisetas, bonés etc. As cores da bandeira nacional são mescladas com a cor vermelha, expurgada das ruas, em 2013, mas que compõe a simbologia de resistência da esquerda mundial.

> Desde a Revolução Francesa, as bandeiras revolucionárias tendem a ser tricolores e são insígnias das lutas políticas por liberdade, igualdade e fraternidade. A bandeira brasileira é quadricolor e não exprime o político, não narra a história do país. É um símbolo da Natureza. É o Brasil jardim, o Brasil-paraíso. Essa produção mítica do país-jardim, ao nos lançar no seio da Natureza, lança-nos para fora do mundo da história (CHAUÍ, 2000, p. 63)

O uso das cores verde e amarelo mesclado com o vermelho contraria o verdeamarelismo que "assegura que aqui não há lugar para luta de classes e sim para cooperação e a colaboração entre o capital e o trabalho, sob direção e vigilância do Estado" (CHAUÍ, 2000, p. 38).

A escolha do nome não passou por discussão aprofundada, demonstrando que a discussão sobre o caráter de Frente, se única, popular ou ampla, não foi objeto de dissenso, como tem sido no histórico de formação deste tipo de articulação. O que prevaleceu foi recuperar a denominação da Frente Brasil Popular, da campanha presidencial de Luiz Inácio da Lula da Silva, de 1989. Prado e Bueno (2019) analisam as redes sociais da FBP, e concluem que:

> O nome da antiga frente partidária, usado 26 anos depois de sua criação no contexto político dos anos 1980, indica uma tentativa do enunciador da página de Facebook de se aproximar dos valores daquela época, cuja organização partidária e sindical (embora já em crise) evocava uma clássica divisão da sociedade em classes econômicas e dava o tom da esquerda mundial. (PRADO E BUENO, 2019, p. 8)

A diferenciação entre a Frente Brasil Popular de 2015 e a Frente Brasil Popular de 1989 está na composição, posto que a segunda tinha o objetivo de disputa eleitoral, o que a diferencia da FBP (2015), pois a atual articulação entre movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos extrapola o calendário eleitoral, o que as une são as características de ser popular, progressista do campo de esquerda. "Sem propósitos eleitorais, a Frente é um instrumento de mobilização aberta a todas as correntes democráticas e de esquerda"[137]. Sua criação não tinha nenhuma discussão se seria uma Frente ampla para disputar eleição (essa discussão foi feita após a sua fundação). Houve defesas de outros nomes como: Frente Brasil Democrático, porém o consenso foi FRENTE BRASIL POPULAR.

Bonfim, CMP, um dos defensores da escolha do nome na plenária de fundação, lembra:

> Não chegou ter votação, não foi um ponto que dividiu a articulação. Foi relativamente bem tranquilo. Debatemos e quando levamos o nome para apresentar na plenária, foi aprovado e referendada com bastante consenso. (BONFIM, entrevista, 2020)

Figura 3: Cartaz da Conferência

Fonte: FBP.

Figura 4: participantes da Conferência

Fonte: FBP.

[137] *Jornal da Frente Brasil Popular*, ano 1, edição especial, 2015. Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/system/uploads/action_file_version/b6aa01fc53a470aa0f847bc63b204bc9/file/frente-brasil-popular-especial-web.pdf. Acesso em: 11 jan. 2021.

Figura 5: Coordenação da Conferência

Fonte: FBP.

Figura 6: Bandeira da FBP

Fonte: FBP.

A FBP entrou na cena política como um dos protagonistas no enfrentamento da conjuntura de desmonte dos direitos, em um primeiro momento, contra as medidas recessivas do governo da Presidenta Dilma, posteriormente, na articulação em torno da bandeira "Não vai ter golpe, vai ter luta". Uma articulação concebida como um projeto estratégico de diferentes forças progressistas de longa atuação na história da luta do povo brasileiro, entre elas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Central de Movimentos Populares (CMP), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), União Nacional dos Estudantes (UNE), Marcha Mundial das Mulheres, entre outras, bem como dos partidos políticos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido da Causa Operária (PCO[138]). O perfil das organizações fundadoras as coloca no campo político do Projeto Democrático Popular. As origens das organizações fundadoras da FBP estão ancoradas em um tripé formado por centrais sindicais, partidos políticos e movimentos sociais representadas na tabela abaixo.

[138] Os militantes da tendência Causa Operária foram expulsos do Partido dos Trabalhadores em 1991, "apesar de uma enorme campanha que reuniu mais de mil declarações de militantes de destaque do Partido contra a expulsão". Em 1995, a organização teve o registro provisório do Partido da Causa Operária.[138] "Em 1997, após uma árdua campanha de filiação nacional, foi obtido o registro definitivo. O PCO surgia mostrando na prática que a luta revolucionária contra a burguesia consiste em superar os obstáculos que esta mesma coloca no caminho para a intervenção política da classe operária". Disponível em: site PCO https://pco.org.br/ Acesso em: 14 ago. 2021.

Tabela 2: Organizações que se integraram (2015) à Frente Brasil Popular

1. ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
2. Abrasco - Associação Brasileira de Saúde Comunitária
3. Adere - Movimento dos Assalariados Rurais
4. A Marighella
5. ANA - Associação Nacional de Agroecologia
6. Associação de Advogados da União pela Democracia
7. ANPG - Associação Nacional dos Pós-Graduandos
8. Ainda MG
9. ATRAF (Associação dos Trabalhadores de Franca)
10. Barão de Itararé
11. CBJP – Comissão Brasileira de Justiça e Paz
12. CEBES - Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
13. CEBRAPAZ (Centro Brasileiro de Solidariedade e Luta pela Paz)
14. CMP (Central de Movimentos Populares)
15. CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores)
16. CONAQ – Movimento Nacional dos Quilombolas
17. CONEN (Confederação Nacional de Entidades Negras)
18. Consulta Popular
19. CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)
20. CPT - Comissão Pastoral da Terra
21. CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)
22. CUT (Central Única dos Trabalhadores)
23. ESTOPIM
24. FETRAF Brasil

25. Fora do Eixo
26. FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação)
27. Fórum Político Interreligioso
28. FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil)
29. Federação dos Metalúrgicos do RS
30. Fórum 21
31. FUP (Federação Única dos Petroleiros)
32. Grupo ACONTECE – Arte e Política LGBT
33. INESC
34. Igrejas
35. INMA (Instituto Nacional do Meio Ambiente)
36. Juventude Revolução
37. Levante Popular da Juventude
38. Marcha Mundial das Mulheres
39. Mídia Ninja
40. MCP (Movimento Camponês Popular)
41. MTD (Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos)
42. MLT (Movimento de Luta por Terra)
43. MMC (Movimento de Mulheres Camponesas)
44. MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens)
45. MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores)
46. MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra)
47. MOTU (Movimento dos Trabalhadores Urbanos)
48. MAM (Movimento Nacional Pela Soberania Popular Frente à Mineração)
49. MNLCN - Movimento Nacional de Luta Contra o Neoliberalismo e Pelo Socialismo
50. Movimento Nacional de Rádios Comunitárias
51. Movimento da Reforma Sanitária Brasileira

52. Movimento das Pescadoras e Pescadores do Brasil
53. Movimento Fé Brasil
54. Nação Hip Hop Brasil
55. Pastorais Sociais
56. Rede de Médicas/os Populares
57. RENAP (Rede Nacional de Advogados Populares)
58. Sindsesp – SP
59. Sindieletro - MG (Sindicato dos Eletricitários de Minas)
60. SENGE - Rio (Sindicato dos Engenheiros do Estado – RJ)
61. Sindute - MG (Sindicato Único de trabalhadores em Educação de Minas Gerias)
62. UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas)
63. UBM (União Brasileira de Mulheres)
64. UJS (União da Juventude Socialista)
65. UNEGRO (União de Negros Pela Igualdade)
66. UNE (União Nacional de Estudantes)
67. UNMP (União Nacional por Moradia Popular)
68. Via campesina

Fonte: Elaboração Gomes (2020) (dados FBP).

Observa-se que, ao aceitar a participação dos partidos na sua composição, a FBP contraria o momento político das mobilizações que, desde 2013, reivindicavam-se "sem partido". A FBP se diferencia dessa leitura presente na literatura acadêmica e do campo político partidário, pois se desenvolveu como estratégica e tática naquele momento de luta, embora os partidos influenciem os rumos da articulação, sendo eles elementos presentes nos conflitos internos da mesma, o que não significa que a discussão sobre se a Frente é estratégica ou tática desapareceu.

Breno Altman escreve -O que é, afinal, a Frente Brasil Popular?[139]-, quatro dias após a fundação da Frente. Analisa que ao propor a coalizão pela democracia com mudança da política econômica, buscava-se igualmente alterar a função:

> Caudatária que foi reservada aos movimentos sociais e mesmo aos partidos de esquerda, em boa parte do período posterior à vitória de 2002. A paulatina perda do papel dirigente exercido pelo PT na coligação governista, por outro lado, tornou a necessidade de o campo progressista disputar publicamente, de fora para dentro das instituições, os rumos da administração federal.[140]

Para Gebrim, Consulta Popular, a FBP "sempre foi uma fusão de três grandes concepções políticas". Uma chamada de campo do projeto popular, nele estão: Via Campesina, CMP e a Consulta Popular". Essas organizações "atuaram muito juntos na Campanha da Constituinte e em outros momentos". Segundo o entrevistado, a classificação de campo popular não é um nome formal: "nos sentimos juntos, temos muita unidade todos nós". O outro é o campo petista. O PT enquanto instância e direção, "embora o partido tenha muitas correntes diferentes, mas sua direção tem uma linha, uma posição, especialmente o Lula". E a terceira é o PCdoB, que não participa como partido, mas se inclui muito mais através das articulações que dirige. Esses três polos "se acertam para nascer a Frente", que "ganha força e unidade na medida que esses três conseguem se articular".

No início, se articularam o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); o Movimento dos Sem-terra (MST); o Levante Popular da Juventude; a Consulta Popular; e Roberto Amaral, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Dalla Costa, MAB, salienta que além desses, também havia:

> Pessoas ligadas às igrejas e na época já estava o pessoal da Central de Movimentos Populares (CMP), da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN); da Marcha Mundial das Mulheres (MMM); setores mais à esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT), e figuras como Valter Pomar (do PT). (DALLA COSTA, entrevista, 2020)

Soninha, MMM, expõe o contexto da fundação da FBP e os sujeitos sociais que não deram real importância para a articulação. No lançamento da Frente, teve mais de duas mil pessoas. No entanto, segundo a entrevistada, no princípio, havia resistência, que demonstrava não consideração pela importância com a Frente.

---

[139]Site FBP. Disponível em: http://www.Frente brasilpopular.org.br/artigos/o-que-e-afinal-a-Frente -brasil-popular-3d24/. Acesso em: 19 abr. 2020.
[140]Ibid.

> Que contou com muitas lideranças dos movimentos populares sociais, mas, por exemplo, o PT, praticamente não participou, assim, não mandou suas lideranças para participar, representando o partido. Teve um representante do partido (não me lembro o nome dele), ele foi, mas nem se envolveu, ficou por lá sem intervir. A CUT também teve no início uma participação, assim, representada pela CUT Minas. A CUT nacional, no início, não compareceu. O presidente da CUT nem foi no lançamento da Frente Brasil Popular. Mas depois foi se engajando porque foi ficando pesado o processo de articulação do golpe. A Frente Brasil Popular foi a principal organizadora dos atos e do processo de mobilização no Brasil contra o golpe. Foi quem liderou e organizou. (SONINHA, entrevista, 2020)

Na FBP, estão os sujeitos, que possuíam pilares fundamentais fincados e ligados na atuação desde o processo de democratização, mas com papel mais ativo do MST, como também a participação do PCdoB na articulação, que vinha ao encontro daquilo que seus filiados pensavam sobre esse tema. As coordenações formadas tinham como base as experiências anteriores nas coordenações de grupos sociais dos anos 90 do século XX. Não era uma novidade organizativa, mas um estágio diferente das experiências anteriores.

Sorrentino, PCdoB, demarca que o MST colocou a questão da criação da Frente na pauta, rapidamente, outros grupos foram se aliando em torno do conceito na FBP. Era um momento em que as forças populares derrotadas tentavam organizar uma agenda de mobilizações, de defesa da democracia, da soberania, dos direitos populares para resistência. Tentou-se elaborar uma plataforma em torno daquilo que os unia para fazer ações de mobilização política, considerando esse um dos principais elementos. Ele analisa que, no momento da fundação da FBP, os sujeitos sociais encontravam-se em um estágio superior com relação aos anos 1990.

A conclusão era a de que havia necessidade de organizar a "esquerda política partidária e social", mas não bastavam os partidos políticos que vinham perdendo, como se demonstrou [2013], "a capacidade de representação e mediação dos problemas da sociedade em face da gestão do Estado e da política."

> O Brasil, pela tradição de organização dos Fóruns Sociais Mundiais, que unia uma diversidade de movimento, tinha necessidade de organizar a esquerda política e social em torno de um programa frentista. A ideia era formular um programa como elemento articulador. Naquele momento, sobretudo, o PC do B tinha essa formulação e ideia assentada. É antiga, não é uma novidade que a FBP deveria representar o que chama de unidade popular, forjar-se para além das fronteiras dos partidos. (SORRENTINO, entrevista, 2021)

A fundação e a proposição da FBP ocorreram em um momento de acirramento e disputa de projetos políticos distintos, luta pela hegemonia na sociedade brasileira. Com antecedentes advindos das manifestações de junho de 2013, perpassam as eleições

presidenciais de 2014 e têm continuidade no pós-eleição, pré e pós-golpe de 2016, em um contexto de aprofundamento do projeto neoliberal no País e a disputa de hegemonia na sociedade por distintos projetos políticos.

Vagner Freitas, CUT, adiciona que a Frente surgiu em uma conjuntura de pré-golpe e a direita brasileira não aceitou a reeleição da presidenta em 2014. O candidato derrotado Aécio Neves e outras forças questionaram, no ato da eleição, os votos e o sistema eleitoral, alegando fraude.

Schwarcz e Starling (2018) descrevem o processo:

> Quatro dias após o anúncio da reeleição, Aécio Neves e o PSDB solicitaram no Tribunal Superior Eleitoral uma auditoria formada por técnicos indicados pelos partidos da coligação derrotada, para fiscalização de todo o processo eleitoral, alegavam que havia dúvidas sobre a lisura do resultado. Pretendia-se colocar sob suspeita a legitimidade do mandato de Dilma Rousseff e assim anular sua eleição. Era a primeira vez desde o fim da ditadura militar que um candidato derrotado contestava o resultado eleitoral e tentava vetar a maioria gerada nas urnas. O país se radicalizou, e ainda mais. A dicotomia foi alavancada por grupos sociais distintos e fez com que o diálogo, que já era difícil, fosse ficando impraticável no espaço público, nos lugares mais privados a política virava motivo de contenda e feia. (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 515)

Vagner Freitas, CUT, relembra que o cenário de 2015 era de economia paralisada por conta da crise política, econômica e externa, que resultou na dificuldade dos trabalhadores em obter as mesmas vantagens, e os mesmos índices de crescimento conquistados no governo do Presidente Lula (VAGNER FREITAS, entrevista, 2021).

Observa-se que virtudes do governo democrático e popular são creditadas ao Presidente Lula, um ex-sindicalista, e os fracasso à Presidenta Dilma.

O ex-presidente da CUT informa que avaliou-se articular em uma Frente [FBP] todas as lutas, para não ficarem isolados e, deste modo, teriam mais condições de serem vitoriosos. Além do mais, objetivava dar um recado à direita nacional de que haveria reação a qualquer tipo de movimento não democrático de desrespeito a milhões de votos obtidos[141] pela Presidenta Dilma.

Segundo Vagner Freitas, CUT, as primeiras pautas da FBP foram os temas macros, e "são sempre os mesmos": defesa do emprego, salário, moradia, saúde, democracia e a pauta política contrária ao corte dos direitos, não ter retrocesso. Naquele

[141] Vagner Freitas dá "recado para os golpistas" e convoca militância. "Somos defensores da unidade nacional. Isso implica ir para as ruas de armas na mão, se tentarem tirar a presidente", advertiu, em discurso no Planalto. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/presidente-da-CUT-diz-que-defendera-presidente. Acesso em: 17 mar. 2021.

momento, o governo de esquerda tinha avançado em relação às questões sociais, com toda a limitação enfrentada diante de um parlamento conservador, e "buscou-se a autoproteção contra o golpe (2016), anunciado desde as eleições de 2014".

> A iniciativa de criação foi da CUT, MST e da CMP, que resolveram que as lutas deveriam ser organizadas e condensadas em uma Frente ampla de nome FBP. Não era uma Frente contrária aos partidos políticos, porém eles não detinham a hegemonia. Desde o início, os partidos estiveram presentes. As principais organizações foram a CUT e o MST. (VAGNER FREITAS, entrevista, 2021)

Segundo Carlos Rogério, CTB, a iniciativa de criação da FBP no decorrer do período se evidenciou, sendo as três articulações com maior protagonismo, organicidade, e presença nacional consolidada: a CUT, a UNE, e o MST. Além dessas, a CTB também apresenta inserção nacional.

Observa-se que cada entrevistado destaca a articulação na qual participa. No caso do dirigente da CTB, ele dá proeminência para a UNE[142]; UBES pois são ligadas ao PCdoB. Para ele, não se restringe a essas três, mas por terem capilaridade, histórico de participação (UNE e UBES) no Fórum Nacional de Lutas- FNL (anos 90) e da CMS, "detinham acúmulo de lutas das décadas passadas". Elenca a MMM também presente na construção, importante pelo caráter de luta emancipatória das mulheres, e ainda "Algumas articulações do campo com pauta específica como o MAB" (CARLOS ROGÉRIO, entrevista, 2021).

Carlos Rogério participou da fundação da FBP e destaca que a ideia era resgatar as articulações participantes na CMS, bem como ampliá-las para outros setores e seguimentos. De acordo com ele, a coordenação da CMS estava "parcialmente burocratizada", com reuniões muito formais e a conjuntura política teve uma guinada, com a eleição da presidenta Dilma, em 2014. No ano seguinte, ela governou sob pressão violenta e, em 2016, veio o golpe. Por isso, em 2015:

> Havia uma necessidade das articulações participantes da CMS de criar uma Frente, uma nova congregação de articulações populares, sindicais etc. para poder dar conta das mobilizações de resistência ao projeto que estava sendo questionado, e sofrendo oposição ferrenha pelos setores conservadores. (CARLOS ROGÉRIO, entrevista, 2020)

[142] Carina Vitral tomou posse na presidência da UNE, em julho de 2015, meses antes da FBP ser constituída, sabe que as articulações se iniciaram, e que existia o Projeto Brasil, do qual não participou. A líder estudantil esteve presente na Conferência de fundação da Frente, na qual estavam UNE, MST, CUT, MMM, CMP, CTB, estudantes e os partidos, este último com representações do PT, PCdoB, e alguns representantes do PSDB, cuja adesão foi postergada.

Neste ano, noticiaram-se manifestações de rua quase mensais, era o setor conservador de direita fazendo o Fora Dilma! E o campo democrático popular "colocando a pauta para avançar na luta". Havia a necessidade de criar algo cujo:

> Caráter era de resistência para enfrentamento da extrema direita e precisava de outras articulações, precisava não, a ideia era fazer uma nova Frente de movimentos sociais incluindo não apenas os participantes da CMS, mas ampliar para outros setores dos movimentos populares. (CARLOS ROGÉRIO, entrevista, 2020)

Adilson Araújo, CTB, explica que no início estava explícito que a perspectiva era de ser uma Frente de luta. Esse formato é contrário à opinião do PCdoB, que depois do golpe (2016), "vem defendendo a construção da Frente ampla

Observa-se que já em 2015, os retrocessos começavam. O governo perde apoio institucional e suas referências. O discurso da corrupção é instalado. Para Adilson Araújo, CTB, sabe-se que foi uma fraude, "um elemento trabalhado, sustentado. Uma perseguição feita pela justiça contrariando a Constituição e a presunção da inocência, ou seja, prendeu, condenou, só faltou matar". Nesse cenário, a FBP "reacende das cinzas como fator primordial de contrapor essa investida". Os movimentos, em torno do que viria a ser a FBP, buscou, de alguma forma, fazer o enfretamento, mas insuficientemente capaz de garantir a manutenção do mandato constitucional da presidenta, pois não conseguiu dar sustentabilidade a seu mandato (ADILSON ARAÚJO, entrevista, 2021).

O dirigente da CTB, Adilson Araújo ressalta que a articulação é fruto do processo de luta e de resistência que exigia um posicionamento mais efetivo. Foi forjada em um terreno onde setores do centro e da direita de cunho fascista jogavam carga contra o mandato da presidenta Dilma Rousseff, os partidos de esquerda, os movimentos sociais e a organização dos trabalhadores. E, do outro lado, o campo democrático popular resistia, defendia a democracia, a Constituição e o estado democrático de direito. Foi no calor desse processo de luta, e de resistência, que se trilharam os passos na construção de uma Frente.

Constata-se que os principais sujeitos da construção da Frente, ou seja, aqueles que representam seus movimentos, centrais e partidos são lideranças com experiência em outras articulações. Eles representam movimentos com histórico de lutas como o coordenador do MST, João Pedro Stédelle. Ele é lembrado como um dos principais protagonistas e esteve desde o início presente na articulação. Por ter sido fundada por lideranças com um perfil peculiar, indagou-se ao entrevistado Bonfim, CMP, se a FBP

foi fundada por "capas pretas[143]". A resposta é que no movimento social é difícil ter "capa preta". A justificativa é que em uma esquerda bastante institucionalizada, os "capas pretas" geralmente estão nos partidos e no Parlamento. Deste modo, a discussão sobre a interlocução entre movimentos e partidos é exposta. Bonfim, CMP, avalia que os participantes importantes são os que estiveram desde as primeiras reuniões do Grupo Brasil.

O ano de 2015 foi de mobilizações contra a ofensiva da direita conservadora, mas também de debate interno e acúmulo de conhecimento e de forças, tanto em reuniões nacionais, como nos estados, cujo intuito era o de constituir a Frente. Para Bonfim, CMP, foi um processo de convencimento, inclusive do PT, do PCdoB, CUT, a CTB em menor escala. Os partidos políticos consideravam não ser necessário uma organização desse porte. As dificuldades de entendimento da proposta foram inúmeras. Tornou-se necessário demonstrar a viabilidade de construí-la.

> As manifestações (13 de março e do dia 20 de agosto de 2015) foram fundamentais para o convencimento de que era necessário fazer o enfrentamento nas ruas, mas para isso precisava ter espaços de articulação para congregar partidos, movimentos sociais urbanos e rurais e centrais sindicais. Esse foi o argumento para convencê-los. No primeiro momento, o PT, seguido do PC do B mantinham a indagação: será que vai dar certo? Além disso, envolvia pontos tais como o da perda de hegemonia e a dificuldade de compartilhar o poder. (BONFIM, entrevista, 2020)

A Frente Brasil Popular entra em cena em um contexto de disputa de projetos políticos, se posicionando como novo sujeito coletivo. Entende-se que a FBP é sujeito coletivo que se articulou desde março de 2015 e foi fundada e formalizada no dia 5 de setembro de 2015. Nascia uma nova articulação na cena política, a Frente Brasil Popular, em um momento de crise do projeto político, democrático e popular do governo empossado em 2003.

A criação da Frente Brasil Popular tinha por objetivo geral uma Frente unitária, mas com o desenrolar dos acirramento social desde o início do ano de 2015, tentou impulsionar, novamente, o governo Dilma, para se "posicionar mais à esquerda e ao mesmo tempo fazer luta de classe", explicita João Paulo, MST. Em seu jornal, Ano 1 | Edição Especial (2015), a FBP reporta que a nova articulação "representa, acima de tudo, uma tentativa da esquerda responder, da forma mais unitária possível, à ofensiva conservadora em curso".

[143] No linguajar dos movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos os "capas pretas" são aquelas e aqueles que possuem poder decisório, os importantes ou influentes dentro de suas organizações.

> Não se trata de uma aliança de apoio ao governo da presidente Dilma Rousseff, ainda que um de seus compromissos seja a defesa da legalidade democrática e do mandato sacramentado pelas urnas. A outra linha de atuação da FBP é o combate à política econômica adotada pelo governo depois da reeleição: o chamado ajuste fiscal. A Frente luta simultaneamente contra o golpismo, representado pelos setores mais conservadores, e contra o sequestro da agenda governamental pelos interesses do capital financeiro. (*Jornal*[144] *da Frente Brasil popular*, ano 1, edição especial, 2015)

Segundo João Paulo (MST), os objetivos não foram alcançados, "antes mesmo da FBP se transformar na referência esperada, o golpe foi imposto". Então, o objetivo "foi mudado e acabou sendo de defesa do governo da presidenta Dilma" (JOÃO PAULO, entrevista, 2021).

O MST se somou à construção dessa articulação, assim como atua em todas as iniciativas de lutas da classe trabalhadora brasileira:

> Em defesa de seus direitos e das causas nacionais, [...] em defesa de mudanças na política econômica e na disputa do petróleo, para o povo brasileiro. Frente aos projetos de privatizar a Petrobrás e entregar o Pré-Sal, rompendo a legislação de partilha e dos royalties para educação. (MST-Nota[145] sobre a conjuntura política e a reforma agrária)

As mudanças, resultantes dos anos de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Presidenta Dilma Rousseff, afetaram vários planos da sociedade brasileira. Os estudos de Behring (2006); Souza (2017); Avritzer (2016); Singer (2009), entre outros, mostram as transformações no Estado e na sociedade civil. Assim, como os impactos nos processos e dinâmicas dos partidos, centrais sindicais, movimentos sociais do campo e da cidade.

A Frente Brasil Popular se insere no contexto de disputa de projetos societários distintos (DAGNINO; PANFICHI, 2006) como sujeito coletivo de organização. Sua atuação se dá de maneira complexa, pois envolve a articulação, mobilização e organização de sujeitos coletivos diversos para ações políticas conjuntas, em um momento atípico da vida nacional e da conjuntura econômica internacional.

---

[144] Disponível em: http://www.frentebrasilpopular.org.br/acoes/jornal-frente-brasil-popular-4bba/. Acesso em 8 de fev. 2021

[145] Disponível em: https://mst.org.br/2015/09/13/mst-lanca-nota-sobre-o-atual-momento-politico-e-a-reforma-agraria/ Acesso em: 23 mar. 2021.

2.2.2 A Frente Brasil Popular: sonho que se sonha junto pode se tornar realidade

Na Conferência[146] Nacional Popular em defesa da democracia e por uma nova política econômica, em 5[147]de setembro de 2015[148], em Belo Horizonte- MG, foi fundada, oficialmente, a Frente Brasil Popular. Na ocasião, foram lançados dois documentos basilares: Manifesto ao Povo Brasileiro e o Compromissos da Militância[149]. Neles, se expõem os motivos para sua conformação, entre os quais o de se tratar de um momento de crise do capitalismo internacional, com ressonância em vários países vizinhos e no Brasil, bem como do perigo de perda de direitos e as aspirações fundamentais do povo brasileiro ao emprego, ao bem-estar social, às liberdades democráticas, à soberania nacional e à integração com os países vizinhos.

O documento fundacional denominado Compromissos da Militância, divulgado em Belo Horizonte, na Conferência Nacional Popular é dirigido aos sujeitos coletivos presentes:

> Brasileiras e brasileiros de todas as regiões do país, cidadãos e cidadãs, artistas, intelectuais, religiosos, parlamentares e governantes, assim como integrantes e representantes de movimentos populares, sindicais, partidos políticos e pastorais, indígenas e quilombolas, grupos LGBTQIA+, negros e negras, mulheres e juventude (Compromissos da Militância, Frente Brasil Popular, 2015).

Em seguida, o documento aponta que a criação da Frente Brasil Popular se deu para as defesas dos direitos e aspirações do povo brasileiro, da democracia e outra política econômica, da soberania nacional e a integração regional, e das transformações profundas

---

[146] Programação em anexo

[147] Na véspera, dia 4 de setembro de 2015, reuniu-se o Encontro Nacional e Popular pela Constituinte, com mais de 800 participantes, que, além de reafirmar a continuidade da campanha do Plebiscito Popular Constituinte de 2014, decidiu integrar-se à FBP levando o debate de "dar a voz ao povo" numa Constituinte, focando numa reforma política democrática que o atual Congresso de Eduardo Cunha demonstrou que não o faria.

[148] Os presentes que fizeram parte das mesas durante o ato público: os ex-governadores Tarso Genro (Rio Grande do Sul) e Roberto Requião(Paraná), deputadas federais do PCdoB, Jandira Feghali(RJ) e Jô Morais(MG), o senador do PT/RJ, Lindemberg Farias, Valter Sorrentino (PCdoB), Nivaldo Santana (CTB), Silvia Mendonça, Nalu Farias e Bernadete Monteiro da Marcha Mundial de Mulheres, Luzia Rincon da União Brasileira de Mulheres (UBM), Raimundo Bonfim e Leo Péricles, da Central de Movimentos Populares, Romário Rosseto do Movimento dos Pequenos Agricultores-Via Campesina, João Pedro Stédile, do Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Sem Terra, Henrique do PCO, Bruno Elias, secretário nacional de Movimentos Populares do PT, Flávio Jorge do Movimento Nacional Urbano, Beatriz Cerqueira, da CUT/MG, deputados estaduais e federais do PT, PCdoB, PCO, PSB, Levante Popular da Juventude, Consulta Popular, MAB, Movimento de Luta em Bairros e Favelas (MLB), Fetaemg, Fetraf, Conam, Unegro, Conam, Articulação de Mulheres Brasileiras, Sindicato dos Jornalistas de MG, Movimento dos Trabalhadores por Direitos, Barão de Itararé, Fórum Nacional pela Democratização da Mídia, dentre outros. O evento foi encerrado com um ato cultural e a apresentação do músico Pereira da Viola. Disponível em: http://Frente brasilpopular.org.br/noticias/por-democracia-e-outra-politica-economica-Frente -brasil-popular-e-lancada-em-mg-f964/. Acesso em: 25 de jun. 2021.

[149] Ambos em anexo.

no País. Salienta que ela agirá sem renunciar às reivindicações específicas, da diversidade de opiniões e da autonomia das organizações a qual se integram e representam.

Na carta de Compromissos da Militância, a FBP subscreve a disposição de luta e expressa a preocupação de divulgar o novo instrumento de unidade e, assim, apresenta-se para debater com sua base social nos estados, cidades, locais de militância, trabalho, estudo e moradia.

Além disso, verifica-se a necessidade de articular e mobilizar amplos setores na construção nos estados e municípios, com base nas diretrizes discutidas na Conferência Nacional Popular, articulando da forma ampla, unitária e consensual

Constata-se no conteúdo da Carta de Compromissos da Militância, a preocupação de se articular e de se inserir nas lutas na afirmação de apoio e participação nas reivindicações das categorias e setores sociais, que estão mobilizados em todo o País, no comprometimento da unificação nacional e, assim, buscar integração às lutas gerais do povo brasileiro.

No que concerne à comunicação e cultura popular, os integrantes da FBP propõem a construção de formas de ajuda mútua entre todos os meios de comunicação e cultura populares, para que "artistas, intelectuais, comunicadores, jornalistas livres, blogueiros, ativistas populares das redes e mídia alternativa construam conjuntamente instrumentos indispensáveis a um projeto de desenvolvimento alternativo"[150].

O documento citado acima afirma que a Frente Brasil Popular deve ser aberta a vários setores da sociedade, pois convida e acolhe todos e todas, figuras públicas ou não, que se sentem comprometidos com suas propostas programáticas e de luta social. E segue a leitura do momento político enfatizando que, prima pela unidade de ação que se fará, especialmente, para denunciar e derrotar a ofensiva das forças conservadoras e golpistas, que miram não apenas derrubar e sabotar o governo democraticamente eleito, mas também impor o programa dos que foram derrotados nas eleições presidenciais de 2014, mas principalmente se articulam para produzir um retrocesso histórico nas liberdades, direitos e conquistas do povo brasileiro[151].

Por fim, o documento relembra o passado histórico de luta do povo brasileiro e deposita confiança nessa articulação, relembrando que forças democráticas e populares já demonstraram infinitas vezes saber lutar e farão valer "os direitos, as liberdades

[150] Carta de Compromissos da Militância, 2015.
[151] Dada a conjuntura política, convoca-se, para 3 de outubro de 2015, um dia nacional de luta, com a pauta definida pela Conferência Nacional Popular.

democráticas, a soberania nacional, a integração latino-americana, as reformas estruturais e populares"[152]. O documento se encerra com uma saudação: Viva a Frente Brasil Popular! Viva o povo brasileiro!

Na Conferência Nacional Popular, foi lançado o documento Manifesto ao Povo Brasileiro. Nele, são retomados pontos do documento Compromissos da Militância e reafirmada a defesa dos "direitos e aspirações da democracia e outra política econômica, além da defesa da soberania nacional e a integração regional, e das transformações profundas em nosso País"[153].

O documento apresentado para o público participante da Conferência Popular Nacional elenca que eles são milhares de brasileiras e de brasileiros de todas as regiões do País reunidos, que decidiram criar a Frente Brasil Popular, cujos objetivos são explicitados na defesa dos "direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras: melhorias das condições de vida, emprego, salário, aposentadoria, moradia, saúde, educação, terra e transporte público"[154].

No documento, está implícito o posicionamento dos participantes sobre os primeiros meses do segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff (que em nome da governabilidade propunha medidas de ajuste fiscal), contrariedade às medidas que "retiram direitos, eliminam empregos, reduzem salários, elevam tarifas de serviços públicos, estimulam a terceirização, ao tempo que protegem a minoria rica"[155]. Os rumos da política econômica são pontos em desacordo com o governo recém-eleito, portanto, faz-se a defesa de:

> Uma política econômica voltada para o desenvolvimento com distribuição de renda, contra a especulação financeira nacional e internacional, que transfere para uma minoria, por vias legais ou ilegais, através da corrupção e de contas bancárias secretas, parte importante da riqueza produzida pelo povo brasileiro[156].

Há proposta de reforma tributária "que por meio de medidas como o imposto sobre grandes fortunas e a auditoria da dívida que faça os ricos pagarem a conta da crise"[157].

A análise do momento político aponta para a necessidade de ampliação da democracia e a participação popular "nas decisões sobre o presente e o futuro do País, contra o golpismo – parlamentar, judiciário ou midiático que ameaça à vontade expressa

[152] Carta de Compromissos da Militância, 2015.
[153] Manifesto ao Povo Brasileiro, 2015.
[154] Ibid.
[155] Ibid.
[156] Manifesto ao Povo Brasileiro, 2015.
[157] Ibid.

pelo povo nas urnas, as liberdades democráticas e o caráter laico do Estado"[158]. A saída apontada é uma reforma política soberana e popular:

> Que fortaleça a participação direta do povo nas decisões políticas do País, garanta a devida representação dos trabalhadores, negros e mulheres, e impeça o sequestro da democracia pelo dinheiro e proíba o financiamento empresarial das campanhas eleitorais[159].

Ainda refletindo o momento, a organização intencionava lutar contra a criminalização dos movimentos sociais e da política, contra a corrupção e a partidarização da justiça, contra a redução da maioridade penal e o extermínio da juventude pobre, negra e periférica, contra o machismo e a homofobia, contra o racismo e a violência que mata indígenas e quilombolas.

As reformas estruturais são reivindicadas para construir um projeto nacional de desenvolvimento democrático e popular que se dará pelas reformas do Estado, política, do Poder Judiciário, na segurança pública, com desmilitarização das Polícias. Estendendo-se pela democratização dos meios de comunicação e da cultura, reforma urbana, agrária, consolidação e universalização do Sistema Único de Saúde (SUS), reformas educacional e tributária.

Além dessas, a democratização dos meios de comunicação de massa e pelo fortalecimento das mídias populares, para que "o povo tenha acesso a uma informação plural, tal como está exposto na Lei da Mídia Democrática"[160], afirma o documento.

A defesa da soberania nacional é explicitada, uma vez que o povo é o dono das riquezas naturais, que não podem ser entregues às transnacionais e seus sócios. Torna-se estratégica a soberania energética, a começar pelo Pré-Sal, a "Lei da Partilha, a Petrobrás, o desenvolvimento de ciência e tecnologia, engenharia e de uma política de industrialização nacional"[161].

O manifesto, em todos os pontos, trata da soberania nacional, que perpassa pela soberania alimentar e a luta internacional. A soberania alimentar é interligada com a defesa do meio ambiente, sem o qual não haverá futuro. A questão internacional aparece "contra as forças do capital internacional, que tentam impedir e reverter a integração latino-americana"[162]. Por último, há o convite para que todas e todos que se identificam com essa plataforma venham se somar na construção da Frente Brasil Popular.

---

[158] Ibid.
[159] Ibid.
[160] Ibid.
[161] Ibid.
[162] Ibid.

O Documento se encerra de forma poética: “O povo brasileiro sabe que é fácil sonhar todas as noites. Difícil é lutar por um sonho. Mas sabe, também, que sonho que se sonha junto pode se tornar realidade”[163]. Conclui com o chamamento para lutar juntos pelos sonhos, um salve à FBP e ao povo brasileiro:

> Vamos lutar juntos por nossos sonhos!
> Viva a Frente Brasil Popular!
> Viva o povo brasileiro!
> (Frente Brasil Popular. Belo Horizonte, 5 de setembro de 2015)

Após a fundação formal da FBP, foram realizadas várias reuniões com grupos menores, depois com um plenário de mais de 60 entidades de caráter nacional, envolvendo outros setores em um processo que foi sendo ampliado e consolidado cada vez mais. Além disso, convidou e incorporou integrantes mais ligados ao PT (direção nacional), além da participação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e o Partido da Causa Operária (PCO), alguns dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Além desses, intelectuais participaram, como Fernando de Morais, que esteve presente, em algumas reuniões. Convidam-se figuras públicas para fazer debate e assim foi se constituiu enquanto um coletivo.

De acordo com Dalla Costa (MAB), no início, era muito menos formalizado e, com o tempo, a composição mudou:

> Foi tirado uma coordenação com algumas articulações que passaram a ser uma espécie de secretaria executiva, constituída de forma mais organizada. O Levante Popular da Juventude começou a assumir mais, dividir mais tarefas de comunicação, formação, de divulgação. As principais tarefas eram a da conjuntura; as ações; as mobilizações, as atitudes foram tomadas para dar respaldo ao governo que tínhamos ajudado a eleger, e tentando combater o que já chamávamos, logo no início, golpe contra um governo democraticamente eleito. (DALLA COSTA, entrevista, 2020)

A proposta de estruturação da FBP foi remetida para uma reunião, em 26 de setembro de 2015, em São Paulo, mas já havia organização em vários estados. A primeira ação decidida, em Belo Horizonte, foi a convocação de atos em todo o País, em 3 de outubro de 2015 (aniversário da Petrobras), com os eixos em defesa da democracia, de uma nova política econômica e dos direitos do povo brasileiro sobre o petróleo.

Constam nos documentos fundacionais da FBP inúmeras referências ao povo. Gohn (2016) nos ajuda a compreender que Povo é uma categoria histórica, presente em alguns clássicos e que foi bastante utilizada por analistas dos movimentos sociais no

[163] Ibid.

Brasil do final dos anos de 1970 e ao longo de 1980. Época em que a categoria foi criticada por analistas mais ortodoxos porque:

> Remetia ao populismo, assim como vista como algo indiferenciado do ponto de vista da composição social — não definia quem naquele momento era o sujeito da ação. O povo englobava as camadas médias da população, classes trabalhadoras industriais e as então chamadas camadas populares da periferia da cidade — que eram as mais que se organizavam e protestavam. (GOHN, 2016, p.130)

A autora afirma que no contexto histórico "sabe-se também que o uso da expressão povo tem uma identidade política dado por ser parte de uma nação ou de um grupo social determinado" (GOHN, 2016, p. 130). Percebe-se que, na FBP, o uso do conceito é o mesmo, ou seja, de identidade política de um grupo social determinado. Prado e Bueno (2019) no caso da FBP vê-se "a nítida tentativa de construção de um povo", embora a verticalização do movimento, mais ligado aos sindicatos e movimentos tradicionais da esquerda:

> Torne difícil a efetivação de uma lógica equivalencial que ultrapasse a lógica das diferenças entre diversos grupos contra-hegemônicos (tanto tradicionais quanto autonomistas) constituintes da Frente.[...] A modulação dos discursos encampados pela FBP visa uma acontecimentalização do encontro na multidão, em torno da construção e manutenção de um mundo de direitos e de melhorias para os grupos mais pobres e menos empoderados da população, para a *plebs*, que será constituída como *populus*: aqueles que são uma parcela distinguida pela falta (de saúde, moradia, educação etc.), e que dirigirão as suas demandas a uma elite, passam a ser o todo do povo.
> PRADO E BUENO, 2019, p.16)

A FBP se organiza como uma articulação e sua estrutura organizativa é composta por uma operativa eleita na fundação, com 7 membros. E, após sua fundação, os partidos foram convidados a compor a articulação. Além desse espaço, existe o plenário com as representações dos estados e um conselho político.

Vagner Freitas, CUT, destaca que, desde a criação, a FBP "é de lutas e não teve por objetivo desconstruir as articulações que a constituíram". Cada participante que a compõe mantém-se na sua organização. Ela não veio para concorrer ou competir com as organizações existentes, caracteriza-se por ser a "central das centrais". Tem um caráter político de organização das lutas, do calendário e pauta. Por isso, não tem uma estrutura rígida, um estatuto, e suas decisões são por consenso, não se propõe a substituir as outras articulações. Esse formato visa não burocratizar e, se assim o fosse, poderia converter-se instrumento de disputa política, para disputar cargos de presidente, tesoureiro, secretário-geral e outros.

Ao reunir a diretiva e as diversas articulações que a compõem, a fazem em uma dinâmica interna de decisão de consenso progressivo, ou seja, o poder do convencimento. O grupo menor, [operativa] formado por sete movimentos, procura chegar ao consenso entre si, para organizar o debate entre as demais. Compõem a operativa: a CUT; MST; CMP; Movimentos Negro e de Mulheres, entre outros. “Esses operacionalizam o que os outros decidem”. A Frente não tem calendário anual, organiza-se de acordo com a conjuntura (VAGNER FREITAS, entrevista, 2021).

Sorrentino, PCdoB, avalia que em termos de organizações, a articulação se constitui com a coordenação que evoluiu para um conselho político da FBP, sem estatuto. Decidiu-se que o método de aprovação seria o do debate e consenso. O objetivo do conselho político [não é eleito] é construir propostas conceituais, posteriormente levadas à plenária. Não há ideia de se verificar a lista e número de votos, metodologia própria dos partidos políticos. Ele considera ser essa a força da articulação, “porque a unidade popular se alcança desse modo buscando a união”.

Bonfim, CMP, explica que a estrutura para a criação da FBP, no primeiro momento, teve o formato tradicional: executiva, coordenação, “sem inovações”. A mesma forma foi estimulada a ser replicada nos Estados.

Na plenária de fundação, formou-se a operativa, evitando chamar de executiva e nela não há coordenador e nem presidente. A mesma orientação de estrutura foi repassada aos estados, evitando a prevalência de estruturas hierárquicas. O colegiado agrupado na operativa foi composto por sete articulações, sem os partidos políticos. Segundo Bonfim, a avaliação era que o importante seria dar protagonismo para os movimentos sociais e sindicais, e ser representativa das articulações que estiveram desde o início no Grupo Brasil: as centrais sindicais (CUT e a CTB), o MST, a CMP, a CONEN, a MMM e a UNE.

Em um segundo momento, debateu-se a importância de convidar os partidos políticos: PT, PCdoB para compor o grupo, totalizando nove articulações na operativa nacional. Nela, faz-se reuniões [quase] que quinzenais, às vezes, semanais. Outra instância é a Plenária Nacional [pleno] em que participam entre 80 até 90 articulações, que se organizam nacionalmente. Nela, há reuniões mensais ou bimestral, presencial e não era virtual, o que demanda custos. O parâmetro para as ações parte da análise das diversas conjunturas. Depois, elabora-se planejamento, planos e propostas de mobilização e designam-se as tarefas. Bonfim observa que na conjuntura de golpes:

> Foi estabelecido diálogos com a Frente Povo Sem Medo e juntas planejaram as ações e mobilizações. Nos períodos [sem acordo] de ato unificado, as mobilizações e paralisações foram realizadas somente pela FBP, o avanço é quando faz juntos. (BONFIM, entrevista, 2020)

No que concerne à parte organizativa da FBP, Soninha, MMM, responde que, desde o início, compôs-se uma operativa para impulsionar a FBP nos estados, sendo este o primeiro desafio. Além disso, existe uma comissão política composta por pessoas que não estão no cotidiano da Frente, mas que participam em determinados momentos para contribuir na análise da conjuntura nacional, é a junção dos presidentes dos partidos de esquerda, intelectuais e lideranças dos movimentos sociais. Há, ainda, reuniões (virtualmente), anteriores à pandemia. Faziam-se reuniões bimestrais e uma plenária com representação dos estados, em que cada estado enviava de dois a três representantes, procedia-se com uma análise de conjuntura, e discussão do calendário de luta (SONINHA, entrevista, 2020).

Na Frente Brasil Popular, alguns princípios foram acordados para a participação, o primeiro era que os movimentos deviam ser nacionais; o segundo: as deliberações tinham de ser por consenso; e terceiro: tem de haver operativa nacional (espécie de coordenação) com secretaria. De modo geral, a FBP foi-se organizando da mesma forma nos estados. As decisões são baseadas no consenso, com instâncias de construção. A primeira é a operativa[164], que discute e elabora a pauta do dia a dia. A segunda é o pleno e suas organizações, e há um conselho político.

Na avaliação de Gebrim, Consulta Popular, a Frente não deveria ser uma articulação de cúpula. Ele corrobora a proposta de Lênin, em 1905, sobre a construção de uma Frente na Revolução daquele ano. O dirigente dos bolcheviques indicava que não pode ser uma construção deste tipo em que "pode pegar dois, três dirigentes [...]. Ele enfatiza que assim não é uma Frente. Para ter uma Frente, tem que estar enraizada nos estados, nos municípios, nos bairros, portanto, tem que ter ações conjuntas" (GEBRIM, entrevista, 2020).

Dalla Costa, MAB, explicita que o critério para a participação na coordenação é um acordo político, "não há votação". Nele, há a compreensão do grupo de que a composição se fará com pessoas e organizações representantes de uma média do pensamento dentro da Frente. Não há critérios rígidos, não se considera a força numérica. Nesse sentido, é muito mais um diálogo, nem sempre é perfeito, com certeza,

[164] Coordenação nacional (coletivo nacional) em que os estados participam.

consecutivamente tem algo a aprimorar. Na medida em que sente a necessidade de ampliar, inclusive, incorporam-se outras pessoas, tentando a divisão das atividades e tarefas (DALLA COSTA, entrevista, 2020).

As decisões mais importantes, mesmo no cenário conturbado dos últimos anos, não são tomadas apenas pelo coletivo nacional. Nesses momentos, convoca-se a plenária Nacional FBP. Nela, faz-se uma avaliação preliminar das decisões mais relevantes, e um grupo restrito, conselho político, composto por lideranças que fazem a avaliação e um balizamento para tomada de decisões.

Carlos Rogério, CTB, participante da FBP, se classifica como "a galera que rala", ou seja, dos que trabalham. Para ele, não significa acusar que "os outros não ralam", mas que os "que ralam" são os que estão no dia a dia da articulação e mobilização.

> O papel do grupo político é o de buscar construir consensos, tirar as divergências para não ficar no debate muito polemizado, nas reuniões de caminhamento. Caso não seja possível, chama-se a plenária nacional, que geralmente, acontece no final de ano, já ocorreu no meio do ano. (CARLOS ROGÉRIO, entrevista, 2020)

Na FBP, quando se trata de questões polêmicas, não se decide por votação, diferencia-se, assim, de um partido político e outras organizações que assim o fazem. O entendimento é o de que tem que se buscar o consenso. E na medida em que ele se viabiliza, avança para outras formulações, em que cada um ou considera contemplada na sua reivindicação ou compreende:

> Que mesmo não estando contemplado toda a sua ponderação, reivindicação, considera que para aquele momento, aquele entendimento é o mais avançado e adequado. Nem sempre é o mais avançado, mas pode ser mais adequado. É, assim, que pelo menos compreendemos as construções que vamos fazer. (DALLA COSTA, entrevista, 2020)

Assim, as decisões são tomadas por consenso, a iniciativa política parte da operativa, é um pacto entre as principais forças políticas dirigentes que orientam sobre as reuniões, passeatas e o que mais estiver em questão. Por fim, chamam-se as plenárias para divulgar e passa-se a construir as atividades que forem planejadas, nos estados. A estrutura da FBP primou pela construção de convergência. Para Adilson Araújo, CTB, a saúde da articulação "se nutre do respeito às diferentes opiniões sendo resultado da compreensão de que uma vez identificado o inimigo principal [adversário], o que os une é defender a democracia, a liberdade e o Estado democrático de direito". Ele considera o formato construído "de boa resolutividade, pois garantiu um funcionamento plural, tanto

nas reuniões executivas como nas plenárias e assembleias que ocorreram, correspondendo ao momento político" (ADILSON ARAÚJO, entrevista, 2021).

2.2.3 As pautas setoriais e as polêmicas

Na articulação, é consenso que as pautas setoriais não são contraditórias com as pautas gerais, pelo contrário, muitas vezes, as específicas puxam uma luta geral. Dalla Costa, MAB, cita passagem dos textos históricos que dizem que "uma faísca pode botar fogo na pradaria, no campo". O exemplo de que as pautas setoriais não colidem com as gerais são os protestos de 2013. Dalla Costa analisa que, naquele momento, se juntaram "os interesses de todos os tipos, e acabou, inclusive, sendo, em grande parte, utilizada pela direita contra nossos próprios governos (Prefeitura de São Paulo e governo federal) seus acertos e erros". Então, muitas vezes, uma pauta específica pode gerar uma grande comoção nacional e grandes lutas. "Não podemos desconhecê-las".

> No interior da Frente há um profundo respeito pelas pautas específicas, esse é o meu sentimento, nunca presenciei menosprezo pela pauta específica ou de um grupo. Eu acho que não tem sentido isso. Pode acontecer de que em momentos, eu gostaria que a nossa pauta tivesse em grande evidência. Mas, tem momentos que não dá, tem outras pautas maiores, não maiores, estão mais na conjuntura do que aquelas que gostaríamos, mas a nossa também contribui. (DALLA COSTA, entrevista, 2020)

Considera-se que a luta de um setor específico pode atacar setores da coalizão burguesa, tanto interna como a internacional. E consegue fazer com um bom ataque um desgaste, isso ajuda na construção do todo. Segundo Dalla Costa, MAB, ademais, muitas vezes, as pautas específicas:

> Melhoram e elevam o nosso nível de cultura pessoal. Não quer dizer que porque participamos do movimento não temos todos os defeitos que a sociedade capitalista tem. Nós que participamos das organizações populares também somos afetados por essa cultura individualista, capitalista, machista que está na sociedade. Então, combater entre nós[distorções] é importante, e as pautas, mesmo que sejam específicas, nos ajudam a compreender melhor os outros. (DALLA COSTA, entrevista, 2020)

Bonfim, CMP, explicita que na FBP permanece o desafio de vincular as pautas de caráter mais geral com as setoriais. Nas inúmeras manifestações que ele participou:

> Praticamente, em todas quando a pauta era mais vinculada alguns tipos de direitos como a questão da violência policial, o racial e até das mulheres era nítido que o público era da classe média progressista. No primeiro de maio [Dia do Trabalhador(a)], e mesmo outros dias

> nacionais das categorias mais vinculadas ao mundo do trabalho e outros direitos das periferias, percebia-se a ausência desse público. (BONFIM, entrevista, 2020)

A dificuldade de juntar diferentes interesses permanece presente, e esforços têm sido feitos no sentido de superá-la, o que tem sido um processo de aprendizado. Bonfim, CMP, pondera:

> Ser inimaginável o trabalho que é mobilizar e conseguir levar para a Avenida Paulista 80 ou 100 mil pessoas. Para realização de uma manifestação desse tamanho se concretizar, quantas reuniões e articulações são feitas, quanto cada movimento popular, central sindical e partido político tem que ceder. (BONFIM, entrevista, 2020)

Ele acrescenta que, nessas ocasiões, participam articulações que trabalham mais com o nome, e que de fato não têm condições de mobilizar. Algumas foram referência na época da Ditadura Militar, tiveram papel relevante, embora "na atualidade, tenha enorme dificuldade de mobilizar um contingente expressivo de pessoas, como não dar a palavra para alguém com tamanha importância histórica". Ou seja, o movimento popular urbano, que tem relativa capacidade de mobilização, em muitas dessas ocasiões de articulação, "não tem a coragem de vetar a fala, e teve alguns momentos em que até cedeu para outros setores que são vitimados do governo". Pela sua experiência e vivência na CMP, nesses momentos, não sente dificuldade. Porém:

> Tem aqueles que é a primeira experiência de articulação em Frente. Existe, ainda, aqueles que chegam querendo ditar as regras, outros defendem dar a palavra somente aos partidos políticos, imagina, sendo que foram os movimentos populares os que mais construíram e mobilizaram. (BONFIM, entrevista, 2020)

Na FBP, as pautas setoriais como gênero, racismo, e outras formas de violência, são contempladas nas ações, notas ou resoluções. Mesmo que seja um tema que causa polêmica como é o da legalização do aborto. Para Soninha, MMM, nunca houve problema que o inviabilizasse.

> Nos projetos, tem o eixo, a questão da igualdade não sendo motivo de divergência. Quando existia a articulação da CMS, o tema do aborto era motivo de polêmica, principalmente, nas audiências públicas, durante os governos democráticos populares. Tínhamos pontos para serem discutidos, entre os quais a questão da legalização do aborto. Os movimentos contrários resistiam ao tema, mas o colocávamos do mesmo jeito. (SONINHA, entrevista, 2020)

Soninha, MMM, pondera que a aceitação desse tema nos documentos e nas notas da FBP dar-se-á pelo fato de serem "para discussão na sociedade e não em negociação com o governo e, por isso, não gera polêmica" (SONINHA, entrevista, 2020).

O tema gênero "sempre tem que ser chamado atenção". Quando a proposta é "convidar pessoas para fazer análise de conjuntura, a questão da equidade de gênero é relembrada". Então, segundo Soninha, "sempre tem que rememorar a questão da paridade de gênero, mas não causa muitos problemas", afirma:

> Obviamente, que nunca é [...]. Hoje em dia é mais tranquilo de falar um homem e uma mulher é aceito. Às vezes, acontece em uma ou outra vez, falarem dois homens, mas [as mulheres] já falaram em várias outras oportunidades, não se coloca obstáculos. Então, não pegamos no pé todos os momentos, já temos mais ou menos um acordo, que sempre precisa ser reforçado. O que facilita é que a presidência do PT, do PC do B são mulheres, tem várias deputadas que são muito ativas nesses processos como a Jandira Feghali (PCdoB) entre outras que estão sempre presentes. (SONINHA, entrevista, 2020)

Observa-se que embora os entrevistados ratifiquem que os temas setoriais têm respaldo dentro da articulação, é sabido que a questão da equidade de gênero e da representação das mulheres em cargos de direção, seja elas nas direções partidárias, ou nos movimentos sociais urbanos e rurais, é uma luta histórica e continua com questões a serem enfrentadas, tais como: a crítica à sociedade patriarcal, baseada na dominação do homem sobre a mulher que se expressa em violência (física, psicológica, moral, sexual, patrimonial); no trabalho, a questão da igualdade de condições e de salários; o direito à liberdade de uso do corpo, que diz respeito à reprodução, contracepção e aborto; o questionamento da heterossexualidade como norma e o reconhecimento de outras manifestações da sexualidade, além da especificidade da visão feminina de mundo em todas as áreas do conhecimento; a discussão sobre a identidade corporal e a sexualidade feminina, entre outras. E, em se tratando de uma Frente popular, há que incorporar, cada vez mais, as pautas do feminismo popular das mulheres negras e periféricas.

As pautas setoriais são avaliadas como importantes, elas são colocadas pela realidade no centro da luta política. Gebrim, Consulta Popular, cita o exemplo dos EUA: no País, a questão racial esteve no cerne com os episódios da luta antirracista[165]. "Não significa que a luta de classes desapareceu por lá. A disputa está em torno de uma questão interna". As pautas setoriais se alteram e se alternam permanentemente: "tivemos momentos em que a questão das mulheres ganhou relevância e muita força. São pautas

[165] Desde a morte de George Floyd, um homem negro enforcado por um policial de Minneapolis, em 25 de maio, 2020, houve pelo menos 7.750 manifestações associadas ao movimento *Black Lives Matter* em 2.000 localidades dos 50 Estados e no distrito de Columbia, segundo uma contagem da Universidade de Princeton e do *Armed Conflict Location and Event Data Project* (Acled), organização que pesquisa sobre protestos no mundo todo. Disponível em: https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-07/black-lives-matter-o-rumo-incerto-do-grande-movimento-antirracista.html. Acesso em: 29 set. 2020.

decisivas, mas que necessitam se somar a um projeto político" (GEBRIM, entrevista, 2020).

Ressalta-se que assim como a atualidade da luta de um feminismo negro e periférico tem que estar presente em uma Frente Brasil Popular, do mesmo modo, há que se praticar o antirracismo, em um País que, segundo o censo de 2010 (IBGE), há uma população de mais de 53% que se autodeclararam negros e negras, há que avançar contra a violência cotidiana, que leva ao genocídio da juventude negra periférica.

Para Carlos Rogério, CTB, o papel da Frente nessas pautas setoriais é de unificação, ou seja, "de realizar o debate coletivo em que todos participem". Por exemplo, a luta dos atingidos por barragens "é um movimento que ainda não tem inserção no urbano, mas faz o debate na FBP, traz conhecimento sobre as privatizações do setor elétrico, relacionando-o com as barragens, em um Brasil que exporta energia e privatiza", complementa.

> O que parece específico, de cada articulação, quando chega na Frente Brasil Popular ganha esse papel. Em todas as nossas articulações nos socializamos, colocamos nos meios de comunicação, nos sites, nas circulares, nas plenárias etc. (CARLOS ROGÉRIO, entrevista, 2020)

Segundo Sorrentino, PCdoB, na FBP, as pautas setoriais nunca foram caracterizadas como problemas. O ponto de partida para a articulação é o programa de emergência, e ele os unifica. E também o espaço decisório da plenária que é democrática, horizontal e de construção das ações em comum. Resumidamente, o que se valoriza como a riqueza [FBP] é a diversidade das pautas e a autonomia organizativa dos vários movimentos. Sorrentino qualifica a FBP como "um guarda-chuva". Neste contexto, as divergências reais são em torno da questão tática, e a definição de qual é o problema mais importante para ser resolvido, no momento, e as cizânias ligadas ao campo da política. Em determinados momentos:

> Alguns expressam mais as opiniões do PT, outros do PC do B, e do o MST, cada um com suas próprias opiniões. A Frente não se resume a essas três forças, mas são elas que mais estruturam os movimentos. (SORRENTINO, entrevista, 2021)

Para Adilson Araújo, CTB, no interior da Frente Brasil Popular, não há contradição entre as pautas setoriais. Ele exemplifica que pode haver diferentes opiniões com relação ao "Mais Médicos[166]" e outros assuntos da área da saúde, mas todos

[166] Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013 - Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências. Criado em 2013, o Programa Mais Médicos veio para enfrentar o problema histórico da falta de médicos e para aprimorar a Atenção Básica no Brasil, principalmente nas regiões mais carentes. Dois anos depois, já eram cerca de 63

defendem o Sistema Único de Saúde-SUS. Os setores sindicais divergem sobre a contribuição sindical, “mas se unem na luta para que os trabalhadores tenham o direito e a liberdade de definir a melhor forma de sustentar economicamente as suas organizações representativas”. Então, “é razoável que à luz das diferenças a atenção seja voltada para a centralidade das questões que atingem a classe trabalhadora”. A principal missão da FBP “é sinalizar para a construção de um movimento amplo, no qual não cabem as particularidades. A ação central é salvar o País”.

O entendimento é que não existem pautas dos movimentos ou setoriais que não sejam centrais (ADILSON ARAÚJO, entrevista, 2021).

> A existência da Frente é para a defesa dos trabalhadores de maneira geral, é fazê-lo, inclusive, nos seus direitos individuais, nas opções de vida, e exigir que o estado não os discrimine, para que haja condições e possam viver da maneira que melhor convier, e não do jeito que o estado de maioria burguesa e conservadora estabelece. Não são pautas laterais, todas são centrais. (VAGNER FREITAS, entrevista, 2021)

Para Vagner Freitas, CUT, “não agrada a ideia de divisão entre as pautas identitárias e das pautas gerais, uma não tem mais importância do que outras” (VAGNER FREITAS, entrevista 2021).

Pode-se afirmar que na Frente Brasil Popular, busca-se o consenso e, nos momentos de divergências, polêmicas e dissenso sobre algum tema ou ação a ser realizada, o participante ou movimento não se apresenta como conjunto e em nome da articulação.

2.2.4. Polêmicas: é preciso ter paciência histórica

As polêmicas fazem parte da vida social e na FBP elas estão presentes. João Paulo, MST, elenca que entre os temas polêmicos na sociedade há o da segurança pública. Na FBP, a segurança pública não foi objeto de discussão e não tem elaboração definida. Assim como o tema da desmilitarização da polícia, também sem reflexão profunda. No entanto, a taxação[167] de grandes fortunas é consenso. Outro tema dissenso é o da soberania nacional.

---

milhões de pessoas atendidas em 73% dos municípios brasileiros. Disponível em: http://maismedicos.gov.br/linha-do-tempo Acesso em19 fev.2021

[167] Em 2020, a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo iniciaram a campanha *Taxar Fortunas para Salvar Vidas* por meio de um abaixo-assinado.A campanha tem como propostas a taxação de lucros e dividendos das pessoas físicas detentoras de cotas e ações de empresas; a instituição de alíquota sobre os lucros remetidos ao exterior; a cobrança do imposto sobre grandes fortunas, prevista na Constituição Federal; dar maior efetividade à cobrança do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR),

> Há setores da esquerda, entre eles o PCdoB, que elaboram que a soberania é um projeto nacional para o Brasil. O MST e setores da Igreja Católica defendem que tem que ser nacional e popular, isso muda completamente, ou seja, tem que ir além do nacional, para que o povo comande seus destinos. (JOÃO PAULO, entrevista, 2021)

Para o dirigente do MST, as polêmicas são definidas como pequenas nuances, classificadas como algo sem profundidade e que não provocam grandes traumas (JOÃO PAULO, entrevista, 2021).

As polêmicas são discutidas na operativa e os que a compõem, nas palavras de Vagner Freitas, CUT, "tem um pensamento político filosófico de esquerda socialista, quem não pactua, e caso seja homofóbico, racista, liberal na economia, não terá interesse de entrar na FBP".

Bonfim, CMP, salienta que, na Frente Brasil Popular, há mais unidade do que polêmica, "obviamente, que em algumas situações percebe-se que o movimento sindical quer demandar a pauta, mas ela é dos trabalhadores e trabalhadoras". Sendo assim, em uma conjuntura de desmonte dos direitos, a luta por direitos trabalhistas também os unifica.

> A reforma trabalhista não é a pauta apenas do movimento sindical, posto que a perda de direitos atinge a todos sem distinção, como a base dos movimentos populares, ao tirar proteção dos direitos da legislação trabalhista todos são afetados. (BONFIM, entrevista, 2020)

O dirigente da CMP conclui que os movimentos populares reclamam que "os sindicais deveriam estar mais avançados, porque cada vez mais as lutas não são pela categoria, no chão da fábrica, elas estão nos territórios periféricos".

Observa-se que, nas falas dos entrevistados(as), emerge a questão do trabalho, ele é central nas sociedades capitalistas, nesse modo de produção as formas de trabalho são diversas, entre elas está o trabalho assalariado. Nesse processo de exploração da venda da força de trabalho, há incessante requalificação profissional dos trabalhadores e trabalhadoras, pois há uma necessidade de o capitalismo compor sua lucratividade. Para isso novas tecnologias e técnicas de trabalho são postas em prática com ingerência no mundo do trabalho, e sua implementação tem o intuito de melhor explorar a classe trabalhadora. Como nos lembra Marx, o trabalho continua central no modo de produção

---

atualizando os valores das grandes propriedades que estão totalmente defasados; e o empréstimo compulsório das empresas com patrimônio superior a 1 bilhão de reais. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/04/13/tributacao-de-grandes-fortunas-ganha-forca-diante-da-pandemia-de-coronavirus. Acesso em: 22 abr. 2021.

capitalista, atravessando a sociedade, sendo base de exploração que reverte em lucro para o sistema.

Verifica-se que na Frente Brasil Popular as polêmicas e divergências variam a cada período, sendo posto em segundo plano e permanecendo a questão central, ou seja, neste período a questão central era a defesa da democracia, contra o pedido de *impeachment* e o golpe que se avizinhava. Segundo Carina Vitral, UNE, na FBP "não existiu muitas divergências do ponto de vista das pautas e a defesa da democracia continuamente esteve presente". Ela explana que, no início do golpe [2016], parte significativa da Frente "acusava a Presidenta Dilma de golpe por fazer um ajuste fiscal".

> O PCdoB manteve-se firme em denunciar que a direita arquitetava o golpe e muitos não acreditaram. Mas quando ele impôs, houve desespero. Na FBP, quando tem polêmica vai seguindo, "não se decide muito para um lado e nem para outro até alguém vencer o debate". (CARINA VITRAL, entrevista, 2021)

Adilson Araújo, CTB, afirma que a Frente Brasil Popular se consolidou por compreender que "a unidade se constrói na diversidade e perseverou no esforço de construir o consenso progressivo e a convergência desses fatores deu vida à articulação".

Gebrim, Consulta Popular, elucida que, na história, as polêmicas são inevitáveis e estão presentes na esquerda. E solucionáveis, fundamentalmente, por três situações: "a primeira é pelo próprio transcurso da história, ou seja, a entrada das massas em lutas, os grandes movimentos sociais obrigam a esquerda a se repensar, se posicionar ou então ela é tragada e destruída". Para ele, as organizações "sem essa capacidade desapareceram"; A segunda, que seria o elemento da teoria, ou seja, "estamos hoje, já no século XXI, com experiências desde o final do século XIX, de ensinamentos do proletariado". "O marxismo-leninismo tem muito a nos ensinar. Tem experiências de derrotas, de vitórias, conceitos, e principalmente, tem método científico de análise da realidade". Então, "munidos dessa ciência e capacidade teremos condições de superar as polêmicas." Elenca o terceiro elemento, que é uma certa paciência histórica, porque há que:

> Seguir insistindo, persistindo, teimosamente, mesmo em momentos difíceis como agora. Sem paciência histórica não adianta. É preciso enfrentar as dificuldades como nós estamos enfrentando agora, não está fácil, é uma bateção de cabeça total dentro da FBP e a não ser para lutar contra o inimigo que quer nos destruir, não temos unidade para nada. (GEBRIM, entrevista, 2021)

Percebe-se que embora os entrevistados ressaltem que a decisão por consenso faça parte do processo decisório na Frente Brasil Popular, as polêmicas estão presentes e a

possibilidade de expressá-las e debater ao contrário representar dissenso é para a FBP uma forma de exercer a democracia interna na articulação e a paciência histórica.

2.3 Em defesa da democracia: "não vai ter golpe"

Antes do encerramento do ano de 2015, o Coletivo Nacional[168], da recém-criada FBP, reuniu-se em São Paulo com diversos representantes de movimentos populares, centrais sindicais e outros setores, e decide realizar, no dia 16 de dezembro desse ano, uma mobilização nacional contra a real possibilidade [169]de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, então em curso no Congresso Nacional. Para as organizações da FBP, se tramava o processo de golpe da direita por meio de um grupo de parlamentares liderados pelo então presidente da Câmara dos deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

A FBP se colocou contra os primeiros indícios de *impeachment*, afirmando a necessidade de se retomar urgentemente uma política econômica que aprofundasse as conquistas sociais, promovesse a retomada do desenvolvimento, da distribuição de renda, da geração de emprego e da inclusão social, tendo em vista que era:

> Um momento de unidade de todo o povo, das forças democráticas, progressistas, na intransigente luta pelas conquistas democráticas. Conclamamos a Presidenta Dilma a convocar o povo brasileiro, a defender seu mandato e com este objetivo: retomar o programa vitorioso nas eleições presidenciais de 2014. (SITE[170] MST)

Sendo assim, para derrotar os golpistas, apoiar os democratas convictos e convencer os indecisos, a Frente Brasil Popular conclamou[171]cada brasileiro e cada brasileira a se engajar na jornada nacional de lutas [em defesa da democracia, Não vai ter golpe!].

---

[168] Representantes dos 66 movimentos populares, pastorais e partidos políticos que conformam a Frente Brasil Popular.

[169] Em 02/12/2015, pela manhã, a bancada do PT anunciou voto pela continuidade do processo contra Eduardo Cunha, no Conselho de Ética. Num ato de vingança, ao fim do dia, Cunha autorizou a abertura do processo de *impeachment*, assinado por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior, Janaina Conceição Paschoal.

[170] Disponível em: https://mst.org.br/2015/12/08/frente-brasil-popular-convoca-mobilizacoes-contra-o-golpe-para-o-dia-16-12/Acesso em: 23 ago. 2021.

[171] Comunica que a maioria do povo brasileiro, através das centrais sindicais, dos movimentos populares, dos estudantes, das organizações de juventude, mulheres, negros, LGBT, indígenas, das pastorais das igrejas, da intelectualidade democrática, bem como através da opinião de cada cidadão e cidadã, se pronunciando contra o *impeachment*. Somam-se amplos setores democráticos da sociedade civil, do mundo religioso, jurídico, intelectual e cultural do país. Disponível em: https://mst.org.br/2015/12/08/frente-brasil-popular-convoca-mobilizacoes-contra-o-golpe-para-o-dia-16-12/Acesso em: 23 ago. 2021.

Ao se posicionar contra [172]o prenúncio do golpe, a FBP explicita que sobre a Presidenta Dilma Rousseff não pairava nenhuma acusação ou suspeita de crime, desonestidade ou ilegalidade. Também que não havia qualquer fato ou decisão da presidenta, que pudesse ser considerado crime de responsabilidade e sem crime de responsabilidade não existia motivo para o *impeachment*.

O entendimento da FBP era de que o *impeachment* configurava um verdadeiro ataque à democracia, à legalidade e à soberania do voto popular. E que os apoiadores do golpe tinham a pretensão de substituir a Presidenta Dilma Rousseff e chegar ao governo sem a chancela do voto popular, aplicar o programa neoliberal e disputar as próximas eleições presidenciais, em 2018.

Para a FBP, o tratamento da política econômica do governo da Presidenta Dilma Rousseff requeria que se retomasse e se aprofundasse[173] o legado de conquistas sociais, promovesse a retomada do desenvolvimento, da distribuição de renda, da geração de emprego e da inclusão social, explicitava a convocatória de mobilização para o dia 16 de dezembro de 2015. A avaliação era que a solução para a crise não era o golpe, *impeachment*, e sim, as reformas estruturais, pois o golpe era um retrocesso na democracia e nos direitos sociais. Assim, conclamam, no dia nacional de luta, saírem em milhares às ruas, contra o golpe, em defesa da democracia, fora Cunha e por outra política econômica eram as palavras da convocatória de mobilização[174].

A Frente Popular estava convicta de que a decisão sobre o *impeachment* seria tomada em breve pelo plenário da Câmara dos Deputados, e por isso vinha traçando as estratégias para derrotar os golpistas,

---

[172] A FBP se posiciona contrária ao *impeachment*, argumentando inexistir motivos para o afastamento da Presidenta Dilma, uma vez que a pretensão dos golpistas era a revogação das conquistas e os direitos do povo brasileiro, para destruir, privatizar e dilapidar o patrimônio nacional, para submeter o Brasil aos interesses imperialistas, e ainda, que havia motivações criminosas por parte do deputado Eduardo Cunha.

[173] Breno Altman escreve que: "Não se define, porém, como aliança de apoio ao governo da Presidenta Dilma Rousseff, ainda que um de seus compromissos centrais fosse a defesa da legalidade democrática e do mandato constitucional, sacramentado pelas urnas. O que é, afinal, a Frente Brasil Popular? Escrito por Breno Altman, Jornalista, diretor editorial da revista Samuel e do site Opera Mundi, publicado em 09 de setembro de 2015.

[174] Convocatória de mobilização para o dia 16 de dezembro de 2015. Disponível em: https://mst.org.br/2015/12/08/frente-brasil-popular-convoca-mobilizacoes-contra-o-golpe-para-o-dia-16-12/Acesso em: 23 ago. 2021.

Figura 7: Convocatória para as manifestações de 16 de dezembro de 2015

Fonte: Frente[175] Brasil Popular

Segundo Alonso (2017), em fins de 2015, a feição das ruas se alterou. A dominância patriota se viu confrontada por reação vigorosa do setor socialista. Se no primeiro ciclo foram três estilos de ativismo, um dominou no segundo e, no terceiro, dois competiram pela rua, com atos intercalados de duas campanhas: "#foradilma" e "#nãovaitergolpe". As ruas tornaram a encher. Em 13 de dezembro, os movimentos Endireita Brasil, MBL, Revoltados On-line e Vem pra Rua organizaram atos anti-Dilma, com 40,3 mil participantes, de acordo com o *Datafolha*. No dia 16, as duas Frentes responderam levando 55 mil pessoas à Paulista (ALONSO, 2017, p. 55).

Para Prado e Bueno (2019) o Vem para rua [176]e do Movimento Brasil Livre [177](MBL) buscam:

> O mérito, do exclusivo, e a retirada dos elementos que não merecem ter os direitos atendidos por parte do Estado (ou estes deveriam ser minimizados). O discurso neoliberal adotado por esses movimentos aponta como "vagabundos" aqueles que defendem os direitos de habitação, saúde e educação dos pobres e os direitos das minorias. (Prado e Bueno, 2019, p.17)

---

[175] Disponível em: https://issuu.com/brasilpopular Acesso em: 23 ago. 2021

[176] A autodescrição do Vem para a rua na internet ressalta querer um Brasil livre da corrupção, com uma política feita com ética e um Estado desinchado e eficiente, verdadeiramente democrático e justo. E não há democracia nem justiça com corrupção, incompetência, autoritarismo e impunidade. É um movimento suprapartidário, democrático e plural que surgiu da organização espontânea da sociedade civil em 2014. Ao longo de sua história, suas manifestações levaram mais de 6 milhões de pessoas às ruas, em 13 grandes manifestações pacíficas e ordeiras, em mais de 250 cidades. Duas delas, março/2015 e março/2016, entraram para a história como as maiores manifestações da sociedade civil no Brasil. Tendo como pilar principal a luta contra a corrupção, o Movimento atua também na educação cívica da sociedade por meio de sua página no Facebook, que conta hoje com mais de 2 milhões de seguidores. Disponível em: https://www.vemprarua.net/o-movimento/#vem-pra-rua. Acesso em: 08 fev. 2021.

[177] O MBL se apresenta com a proposta de promover o liberalismo como a filosofia política orientadora da atuação do Estado no Brasil. Para tanto, defendemos a liberdade individual, a propriedade privada e o Estado de Direito como conceitos fundamentais de uma sociedade que se propõe a ser livre, próspera e justa. Dentre os valores (a base sobre a qual construiremos a nossa atuação) e princípios (o direcionamento da nossa atuação) do MBL.
A partir de Valores e Princípios, o MBL busca construir uma atuação coerente e pragmática em sintonia com a realidade política, econômica, social e cultural do país. Disponível em: https://mbl.org.br/. Acesso em: 8 fev.20121.

Na leitura do documento “Balanço e perspectiva do ano de 2015”, observa-se que a Frente Brasil Popular propõe uma análise dos acontecimentos e aponta perspectivas[178]. O balanço começa com perguntas norteadoras: Que balanço fazemos deste ano? Qual foi o papel da Frente Brasil Popular? Quais desafios nos esperam no ano de 2016? O documento é dividido em vários pontos, no primeiro, caracteriza o ano de 2015, como o da ofensiva das elites contra os setores populares e mapeia os diferentes protagonistas:

> [...] os setores médios reacionários, o grande capital, os partidos de direita, o oligopólio da mídia, segmentos do aparato de Estado (com destaque para o judiciário, o MP, a PF e as forças armadas) e teve múltiplos alvos: os direitos trabalhistas, os direitos sociais, as liberdades democráticas, as mulheres, os negros, a juventude especialmente da periferia, os movimentos sociais, os partidos de esquerda, a política do governo, o mandato presidencial (Balanço e Perspectiva, 2015).

A constatação é que a ofensiva das elites não teve um único comando, e verifica-se não haver uma única tática. Deu-se o inverso: desde o início de 2015, as elites estiveram divididas em torno de dois esquemas táticos:

> Os que consideravam prioritário o ajuste fiscal recessivo, que teria o efeito colateral de desgastar o governo Dilma e a esquerda, ajudando a criar o ambiente para vitórias das candidaturas da elite em 2016 e 2018; e os que consideravam prioritário criar as condições para interromper imediatamente o mandato da Presidenta Dilma, interditar o PT e Lula, com o objetivo de assumir, desde já, o controle integral do governo federal. (Balanço e Perspectiva, 2015).

O diagnóstico é que mesmo diante de divergências táticas, a ofensiva das elites tem um rumo por objetivos estratégicos comuns, quais sejam:

> [...] realinhar o Brasil aos EUA (afastando-nos dos Brics[179] e da integração latino-americana e caribenha); reduzir o salário e a renda dos setores populares (diminuir as verbas das políticas sociais, alterar a legislação trabalhista, reduzir direitos, não reajustar salários e pensões, provocar desemprego e arrocho); e diminuir o acesso do povo às liberdades democráticas (criminalizar a política, os movimentos sociais e os partidos de esquerda, partidarizar a justiça, ampliar o terrorismo policial-militar especialmente contra os pobres, moradores de periferia e negros, subordinar o Estado laico ao fundamentalismo religioso,

[178] O documento “Balanço e perspectiva do ano de 2015” foi escrito por Valter Ventura da Rocha Pomar. Professor de economia política internacional no Bacharelado de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC.

[179] O BRICS é a sigla para denominar o grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Antes, a ideia foi formulada pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neil, em estudo de 2001, intitulado “Building Better Global Economic BRICs”. Nele fixou-se como categoria da análise nos meios econômico-financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação. Em 2006, o conceito deu origem a um agrupamento, propriamente dito, incorporado à política externa de Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, por ocasião da III Cúpula, a África do Sul passou a fazer parte do agrupamento, que adotou a sigla denominada BRICS. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html Acesso em: 21 jul. 2021.

> agredir os direitos das mulheres, dos setores populares, dos indígenas (Balanço e Perspectiva, 2015).

No documento, verifica-se que, ao longo de 2015, as elites adotaram várias táticas, mas mantiveram sua unidade estratégica. Em sentido contrário, o "campo popular estava fracionado na estratégia e tática" com diferentes leituras da situação política internacional, continental e nacional, diferentes posturas táticas diante da ofensiva das elites e diferentes alternativas estratégicas. O ano de 2015 tem uma cronologia que:

> Começou com os 'coxinhas'[180] dominando as ruas, e terminou com os setores populares dominando as ruas[181]; iniciou com Levy na Fazenda e terminou com Levy fora da Fazenda. Ou seja: embora as elites continuem com a iniciativa política, embora os embates e os perigos continuem intensos, ainda assim em 2015 a (sic) véspera do Natal está sendo melhor do que o Dia de Reis. (Balanço e Perspectiva, 2015).

Nos escritos do "Balanço e Perspectiva de 2015", a FBP explicita que não há uma única resposta às questões colocadas no início do documento: "O término do ano está melhor do que começou por múltiplos motivos. Entre eles, há dois muito evidentes: no mês de dezembro de 2015, as elites viveram um momento de divergência[182], ao mesmo tempo que o campo popular unificou-se na ação[183]". Desse modo, o processo de *impeachment*, marcadamente criminoso por várias características já descritas, colocou os setores populares diante de um dilema: "unidade na ação ou derrota sem pena"[184]. "Mas a imensa maioria dos setores progressistas, democráticos e de esquerda iniciou um processo em grande medida espontâneo de unificação, que ficou visível no caráter plural e massivo das manifestações de 16 de dezembro de 2015[185]".

---

[180] Balanço e Perspectiva (2015). O autor não relata a manifestação de 13 de março de 2015, mas referencia a manifestação dos opositores de 15 de março do mesmo ano, talvez por ter acontecido antes da fundação oficial da CMP.

[181] Manifestação de 16 de dezembro de 2015.

[182] Os motivos da divisão das elites ocorreram quando o (neste momento ainda) presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha, para proteger seus interesses pessoais, deflagrou o processo de *impeachment*, recorrendo às já conhecidas *manobras* regimentais, tanto ao compor a comissão que analisaria o pedido de impedimento, quanto no Conselho de Ética da Câmara. Embora parte das elites tenha apoiado a iniciativa, o processo de *impeachment* nasceu sob o estigma do golpe animado por objetivos criminosos. Como disse o editorial de um importante jornal das elites, Cunha tornou-se *disfuncional*. Como resultado, as manifestações de 13 de dezembro de 2015 foram um fracasso de público e de crítica.

[183]Balanço e Perspectiva (2015). As manifestações de 16 de dezembro foram convocadas unitariamente, em torno das consignas: *Contra o golpe, em defesa da democracia! Fora Cunha!* e *por uma nova política econômica!* Não em torno de uma única palavra de ordem, mas em torno das três, deixando a cada setor envolvido a liberdade de estabelecer as hierarquias e as vinculações entre cada um dos aspectos.

[184] É verdade que alguns setores minoritários (não apenas na oposição de esquerda, mas também nos partidos, bancadas e governo) *torceram o nariz* para a construção da unidade.

[185] Para outra análise sobre o período, ver: Breno Altman, publicado em: 22 de dezembro de 2015. Disponível em: http://Frente brasilpopular.org.br/noticias/reorganizacao-na-esquerda-enfraquece-o-golpe-3a50/. *Reorganização na esquerda enfraquece o golpe*. Disponível em: https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Reorganizacao-na-esquerda-enfraquece-golpe/4/35219 Acesso em: 23 ago. 2021.

Chama atenção o processo ser descrito como espontâneo, é de difícil entendimento saber em uma manifestação o que há de mobilização espontânea, já que o ano foi de articulação entre diversos sujeitos coletivos para as ações que se desenvolveram em atos e mobilizações.

No dia seguinte as manifestações de 16 de dezembro de 2015, a Presidenta Dilma recebeu[186] a Frente Brasil Popular. Segundo o comunicado da Casa Civil do governo

> Em reunião no palácio do Planalto, 66 representantes da Frente Brasil Popular manifestaram-se contra o processo de *impeachment* aberto contra a presidenta Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados. O encontro foi realizado no segundo andar do Planalto, com a participação da presidente Dilma e de ministros de estado, Jaques Wagner (Casa Civil), Ricardo Berzoíni (Articulação Política), Patrus Ananias (Desenvolvimento Agrário) e Tereza Campelo (Desenvolvimento Social)[187].

Não é possível aprofundar o real significado do encontro com a mandatária, mas é um marco de reconhecimento público da existência da articulação, em um momento de acirramento dos conflitos sociais e políticos.

Figura 8: Reunião da Frente Brasil Popular com a presidenta Dilma Rousseff, dezembro, 2015

Fonte: Arquivo pessoal, Gomes (2021).

[186] Participaram 66 entidades, além de artistas, escritores, intelectuais, religiosos, parlamentares, e representantes dos movimentos LBTG, indígenas, sindicais, quilombolas, mulheres, juventude, com manifestos em defesa da democracia, mudanças na política econômica e preservação das conquistas sociais já obtidas pela sociedade. Destacaram-se o economista Márcio Pochmann, Leonardo Boff, o cineasta e produtor Luiz Carlos Barreto, o cantor Chico César. No "day after" das manifestações pró-Dilma com a participação de 55 mil populares, os representantes da Frente Brasil Popular manifestaram que não existe embasamento jurídico no pedido de *impeachment*. Apesar do apoio contra o *impeachment*, parte do grupo fez críticas à política econômica solicitando uma nova plataforma política mínima de reformas. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2015/dezembro/frente-brasil-popular-apoia-dilma-contra-o-impeachment. Acesso em: fev. 2021.

[187] BRASIL. Casa Civil, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2015/dezembro/frente-brasil-popular-apoia-dilma-contra-o-impeachment. Acesso em: 08 de fev.2021

Figura 9: Reunião da Frente Brasil Popular com a presidenta Dilma Rousseff, dezembro 2015

Fonte: Casa civil[188].

O documento de balanço e perspectiva informa o posicionamento do Supremo Tribunal Federal que derrotou os aspectos mais aberrantes dos procedimentos adotados por Eduardo Cunha; e o ministro da Fazenda Joaquim Levy deixou o governo.

> Medidas que não resultam do sucesso da mobilização de 16 de dezembro, mas que vistas de conjunto resultam num saldo positivo para os setores populares, ao término de um ano marcado pela ofensiva das elites (Balanço e Perspectiva, 2015).

Sobre o papel da Frente Brasil Popular nesse processo, afirma-se que ainda que sem um balanço mais detalhado, ao mesmo tempo, a procura era por desestimular uma disputa de protagonismo que apenas prejudicaria a unidade, considerando que:

> A Frente Brasil Popular, assim como cada uma das organizações e militantes que a integram, contribuímos muito para o processo anteriormente descrito. Especialmente porque desde o início apostamos na unidade, apostamos na mobilização social, apostamos na combinação das palavras de ordem, e foi este o caminho que nos levou ao resultado atual. (Balanço e Perspectiva, 2015)

O balanço do ano de 2015 reflete que a Frente Brasil Popular tinha se instaurado na cena política. Elenca os desafios maiores que estão no futuro: a defesa dos direitos, da democracia, da soberania nacional, a luta pelas reformas estruturais e a defesa da integração latino-americana. E antevê que o ano de 2016 será, como 2015, de grandes enfrentamentos entre as elites e os setores populares. A luta contra o golpismo continua.

Não sendo o bastante substituir o ministro da Fazenda:

[188]Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2015/dezembro/frente-brasil-popular-apoia-dilma-contra-o-impeachment. Acesso em: 08 fev. 2021.

> É preciso adotar medidas imediatas e de médio prazo, que interrompam o ajuste fiscal recessivo, que recomponham as políticas e os direitos sociais e trabalhistas, que estimulem o emprego e o desenvolvimento. Medidas que passam por libertar nossa economia e nossa sociedade da ditadura do capital financeiro. Se o governo insistir numa política econômica que provoca, direta ou indiretamente, desemprego, recessão e desassistência, tornar-se-á muito mais difícil derrotar a ofensiva das elites. (BALANÇO E PERSPECTIVA, 2015)

As lutas continuam por reformas estruturais, uma vez que sem elas:

> As elites continuarão dispondo dos meios para sabotar, deter e tentar reverter os processos de mudança em nosso país. Sem reformas estruturais, a maioria do povo brasileiro continuará sem usufruir as riquezas que produz. Sem reformas estruturais, nosso desenvolvimento continuará conservador, dependente e aquém das potencialidades e necessidades do país (BALANÇO E PERSPECTIVA, 2015).

No item da integração regional, o documento nos lembra que o avanço das elites, em países como Argentina e Venezuela, amplia a importância de o Brasil continuar firme na defesa dos processos de integração sul-latino-americanos e caribenhos, com destaque para o Mercosul[189], a Unasul[190] e a Celac[191].

No documento de "Balanço e Perspectiva", há recomendação para que a Frente Brasil Popular se lance em todos os estados do Brasil, em todas as cidades brasileiras. Estimulando as instâncias da FBP a terem um funcionamento regular, capaz de oferecer um espaço de debate político acolhedor, principalmente para as centenas de milhares de militantes que ainda não fazem parte, nem pretendem necessariamente fazê-lo, ou seja, se engajar em alguma organização partidária, popular, sindical ou de juventude, investir energias na constituição de espaços unitários de comunicação, construídos a partir da

---

[189] MERCOSUL, bloco fundado em 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção pelos governos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mercosul. Acesso em: 29 jun. 2021.

[190] Após as tensões da Guerra Fria, o Brasil se distancia dos Estados Unidos e inicia aproximação com os vizinhos da América do Sul, o continente menos conflagrado do mundo. Essa mudança de rumos começou a se concretizar com o Tratado de Cooperação Amazônica, de 1978. De lá para cá, as iniciativas para integração se multiplicaram, entre elas, o Mercosul, de 1991, e, em 2008, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), inspirada na União Europeia e formada pelos 12 países do continente sul-americano. Disponível em: https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/estrategia-nacional-para-reorganizaao-e-reaparelhamento-da-defesa/unasul-uniao-de-nacoes-sul-americano Acesso em: 29 jun. 2021.

[191] A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) é um bloco regional intergovernamental composto por 33 países. Foi criada em fevereiro de 2010, na Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe. A CELAC é herdeira do Grupo do Rio e da CALC (Cúpula da América Latina e do Caribe) e assume duas vocações: a cooperação para o desenvolvimento e a concertação política. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/content/article/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoriainternacional-1377578466/20742-comunidade-dos-estados-latino-americanos-e-caribenhos-celac. Acesso em: 29 jun. 2021.

cooperação entre os instrumentos já existentes. E continuar apostando na unidade de ação junto com outros setores e Frentes.

O documento, Balanço e Perspectiva (2015), finaliza com a recomendação de não descartar que, no período de festas de 2015, a direita promovesse ações espetaculares, por exemplo, no âmbito da chamada Lava-Jato. E aconselha a "não baixar a guarda" e nem se deitar "sobre a boa avaliação do ano", avalia que a FBP travou "o bom combate e logrou êxito porque ficou do lado certo e por ter adotado a política correta". O citado documento encerra com congratulações: "Buscaremos fazer o mesmo em 2016. Boas festas e um ano novo de muitas lutas e vitórias para a classe trabalhadora"! (Balanço e Perspectiva, 2015).

Em entrevista à rede Brasil Atual, Bonfim, CMP, avalia o que ficou de 2015:

> A lição de que o campo de jogo dos movimentos sociais é a mobilização popular nas ruas. Desde 13 de março de 2015, quando fizemos o primeiro dia nacional de mobilização em defesa da democracia, da Petrobras e pelos direitos sociais, portanto, dois dias antes da manifestação da direita contra o governo – esse dia se tornou um marco histórico para os movimentos sociais, foi o dia em que os movimentos deixaram claro que não iriam mais ficar reféns de uma política de alianças, bem como do parlamento e decidiram ir para as ruas fazer o enfrentamento, não só em defesa da democracia, mas também contra a pauta de retirada de direitos, encabeçada pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). É nas ruas que temos de jogar o nosso jogo, e isso culminou com a grande manifestação em várias capitais do país no dia 16 de dezembro. (Site[192]: Rede Brasil Atual)

. Este estudo da Frente Brasil Popular se realiza, mais especificamente, por ela se apresentar no formato de uma Frente Popular que congrega e articula diversos movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos, no cenário político da realidade brasileira. A gestação, da FBP, acontece no bojo das manifestações de 2015 e tentativa de desestabilizar o governo da Presidenta Dilma Rousseff, ocasionando uma nova conjuntura histórica que têm gerado debates, polêmicas e controvérsias, na academia, na mídia comercial e na sociedade, em torno do real significado de tais acontecimentos. Nesta tese seguimos a tradição sociológica e a procura foi por:

> Levar à consciência os mecanismos que tornam a vida dolorosa, inviável até, não é neutralizá-los; explicar as contradições não é resolvê-las. Mas por mais cético que se possa ser sobre a eficácia social da mensagem sociológica, não se pode anular o efeito que ela pode exercer ao permitir aos que sofrem que descubram a possibilidade de atribuir seu sofrimento às causas sociais e assim se sentirem desculpados; e

[192] Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/01/movimentos-rejeitam-reformas-previdenciaria-e-trabalhista-propostas-pelo-ministro-da-fazenda-2515/. Acesso em: 26 abr. 2021.

> fazendo conhecer amplamente a origem social; coletivamente oculta; das infelicidades sob todas as suas formas, inclusive as mais íntimas e as mais secretas. (BOURDIEU, 1997, p. 73)

A Frente Brasil Popular foi uma criação de diversos movimentos sociais, centrais sindicais e de partidos políticos que apoiaram a eleição (2014) da presidenta Dilma Rousseff. Porém, após sua posse e o anúncio da composição ministerial, do ajuste fiscal, que os desagradaram, não retiraram o apoio, mas passaram a tecer críticas construtivas, principalmente a composição dos ministérios das áreas econômicas e sociais. Foi no desenrolar do golpe que a articulação foi fundada.

Apresentamos até aqui os bastidores da Frente Brasil Popular, a articulação que atuou durante todo o ano de 2015 e foi formalizada em 5 de setembro do mesmo ano, que tentou incidir no contexto político contra o golpe e que se fará presente nas conjunturas dos anos subsequentes. Em seguida faremos um breve relato sobre a existência de duas frentes no campo da esquerda: a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo

2.4 Duas Frentes no campo da esquerda: como articular e lutar lado a lado

A pesquisa objetiva o estudo da Frente Brasil Popular, mas, nos diversos relatos dos entrevistados, surgiram menções a uma outra articulação: a Frente Povo Sem Medo [193](FPSM). O manifesto de criação expõe que a articulação:

> Nasce em um momento de grandes embates e com a responsabilidade de fazer avançar caminhos populares para nossa encruzilhada. Sabemos que para isso será preciso independência política, firmeza de princípios, defesa de um programa de transformações e foco em amplas mobilizações. Nossos sonhos não cabem nas urnas. Nosso maior desafio é mudar a política nas ruas e com coragem de lutar. (Manifesto-Povo Sem Medo)

Procura-se entender o porquê da existência de duas articulações no campo da esquerda. Gohn (2017) explica que, em 2015, surgiram as "Frentes para retomar às ruas como espaço de protesto, após perderem a hegemonia desses territórios para as contracorrentes" (GONH, 2017, p. 6). A autora destaca que foram as articulações dos movimentos, sindicatos e organizações civis que formaram as duas Frentes: Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo.

[193]Disponível em: http://s3east1.amazonaws.com/wordpressdireta/sites/141/wpcontent/uploads/2020/07/30160941/64manifesto-povo-sem-medo.pdf. Acesso em: 02 ago. 2021.

As razões da existência de duas Frentes no campo da esquerda são diversas, remetem aos acontecimentos de 2013. As avaliações giram em torno da complexidade da conjuntura desafiadora para manter um projeto popular e da dificuldade do processo de eleição da presidente Dilma em 2014. Logo, iniciou-se a articulação entre os que se identificavam com esse processo e as evidências [194]de um golpe em curso e, segundo Soninha da Marcha Mundial das Mulheres "às vezes, nem se falava o nome golpe", mas a direita se articulava com capacidade de intervenção e de transformar a realidade política. Assim, começou a organização e discussão sobre formar uma Frente. Porém, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) não aceitou compor uma Frente única, por isso foi formada a Frente Brasil Popular.

> No início das discussões participavam todos os movimentos. Então, surgiram visões diferentes, por exemplo, o pessoal dos movimentos ligados à intersindical e do MTST tinham uma análise que esses movimentos, como a CUT, MST, essa turma toda [nossa] era governista. Era muito complicado organizar e formar uma Frente juntos. Para eles havia interesses antagônicos. Eles nos chamavam de governistas, e eles eram oposição ao governo, na época governo da presidente Dilma. (SONINHA, entrevista, 2020)

Sobre a existência de duas Frentes, a indicação é a de que nas primeiras reuniões, realizadas no Sindicato dos Professores de São Paulo (Apeoesp), o coordenador do MTST, Guilherme Boulos, estava presente, e não havia discussão sobre o formato e tampouco sobre o nome da FBP ainda. Há a percepção de que a criação de uma Frente única atrapalharia um projeto eleitoral[195], que sempre esteve na perspectiva. E, ao fazer uma Frente separada, se consolidaria uma força própria. Esses são alguns dos motivos pelos quais houve recusa em se fazer uma Frente única.

Soninha, MMM, indica que eles decidiram, "depois de nós", formar a Frente Povo Sem Medo. A FBP foi criada em um momento em que se sentia que tinha algo estranho no Brasil, que poderia ocorrer um golpe. Os integrantes do MTST, que depois fundariam a Frente Povo Sem Medo, não acreditavam nesta possibilidade. Faziam outra análise conjuntural. "Eles acusavam [depois eles mudaram] que o golpe era dado pela presidenta Dilma, por suas ações do segundo mandato" (SONINHA, entrevista, 2020).

[194] Soninha indica que "eles decidiram, "depois de nós", formar a Frente Povo Sem Medo. A FBP foi criada em um momento que sentia que tinha algo estranho no Brasil, que poderia ocorrer um golpe. Os integrantes do MTST, que depois fundariam a Frente Povo Sem Medo, não acreditavam nesta possibilidade. Faziam outra análise conjuntural. Eles acusavam [depois eles mudaram] que o golpe era dado pela presidenta Dilma, por suas ações do segundo mandato" (SONINHA, entrevista, 2020).

[195] Eleição municipal 2016, e presidencial, em 2018.

O porquê da não aceitação da unidade, nunca foi explicitado, afirma Gebrim, Consulta Popular. A pesquisadora indagou se a recusa estava relacionada à inclusão dos partidos, que são presentes formalmente na Frente Brasil Popular e ausentes (informalmente) no Frente Povo Sem Medo. A resposta enfática de Gebrin é que "nunca teve essa polêmica". (GEBRIM, entrevista, 2020).

Gebrim, Consulta Popular, relembra o primeiro ato [13 de março de 2015], quando aconteceu uma expressiva mobilização, os manifestantes desceram pela [Rua da] Consolação, na cidade de São Paulo, naquele momento lutava-se contraofensiva à Dilma. Ainda não tinha *impeachment*. Na preparação desta manifestação, no Sindicato dos Eletricitários, realizou-se uma plenária conjunta, de todos os movimentos sociais do campo da esquerda, esse grupo "ainda não tinha o nome e nem chamava de Frente Brasil Popular". Nesta ocasião, Guilherme Boulos, dirigente do MTST, queria coordená-la e conseguiu.

Constata-se que na organização dos atos e manifestação, há ocasiões em que se sobressaem outros interesses, como o de controle, e da disputa entre os movimentos, porque, no início, havia contrariedade com a defesa do governo. Este configura-se um episódio explícito de divergência. Mas que, em seguida, talvez pelo atropelo da conjuntura, e na evidência de que era um golpe em curso, a saída foi lutar lado a lado para defender o governo Dilma. Gebrim, Consulta Popular, especifica que jamais houve justificativa formal, nunca teve um ponto programático, nunca teve nada" que explicitasse o desacordo em criar uma Frente em comum (GEBRIM, entrevista 2020).

Pode-se afirmar que a existência de duas Frentes se deve à incapacidade de construir a unidade. E, por isso, há agrupamentos, como a CUT, que está na coordenação de ambas[196], no caso da Central dos Única dos Trabalhadores, foi decisão congressual, com o único objetivo de unificá-las. Vagner Freitas, CUT, justifica que "nas Frentes encontram-se articulações essenciais para luta dos trabalhadores" e a dificuldade de unificação dá-se, fundamentalmente, pelo veto à participação dos partidos.

Destaca-se que o posicionamento[197] da Frente Povo Sem Medo está ancorado a um determinado momento no Brasil [2013], em que houve a tentativa de escantear as

[196] Somando são mais de 80 (movimentos sociais e populares, centrais sindicais e partidos) na FBP. Desses, a CUT, a UNE, a CTB e a UNEGRO participam das duas Frentes.

[197] Em 8 de outubro de 2015, o site *El País* noticia que "Movimentos sociais lançam Frente de esquerda anti-Levy e sem o PT. Esquerdistas se dividem por divergência na estratégia de lidar com crise política. Movimentos sociais de esquerda lançam [...] a Frente Povo Sem Medo, que reúne 27 entidades, entre elas movimentos sindicais e da juventude, sem-teto e Igreja Católica, críticas às políticas de austeridade, promovidas pelo Governo federal. A Frente não terá a presença institucional do Partido dos Trabalhadores,

organizações partidárias, há parcelas dos componentes da Frente Povo Sem Medo divergentes politicamente e partidariamente da Frente Brasil Popular, ou seja, a mantém a defesa da estratégia de Frente sem partido".

A divergência não é considerada uma questão de vaidade, mas tem-se um ponto de vista de lugar diferente. No caso da CUT[198], a participação nas duas Frentes é uma tentativa de superar as divergências. E nessa intersecção tem-se buscado um experimento de articulação dos pontos centrais, essa é uma das tarefas principais da CUT (VAGNER FREITAS, entrevista, 2021).

> Ligada ao PT, a CUT faz parte das duas Frentes. Na Povo Sem Medo também estão os movimentos estudantis Juntos! e Rua-Juventude Anticapitalista, ligados ao PSOL, a União da Juventude Socialista (UJS) e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), ligados ao PCdoB. (BEDINELLI, site El Pais, 2015)

Algumas forças políticas participam das duas Frentes (Brasil Popular e Povo Sem Medo), demostrando que inexiste divergência sobre contra qual interesse (de classe) é a luta. Na opinião de Carina Vitral, CUT, a divisão é fruto do passado e das origens de cada movimento. Recordamos que o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto é oriundo do MST.

> Parte da releitura desta herança ocorre porque o MTST é originado nas instâncias internas do MST e através de seus militantes recebe forte influência de suas concepções e ações. Porém, como organização de luta urbana, necessita refletir sobre as possibilidades de ação nas cidades. (GOULART, 2011, p. 2)

Aponta-se que, no surgimento da FBP, havia o protagonismo dos movimentos, centrais e partidos ligados ao governo da presidenta Dilma. Os setores de oposição ao governo, como o PSOL e o MTST, não compreendiam o cenário da mesma forma que os outros movimentos. Bedinelli (2015) escreve sobre a FPSM foi lançada por movimentos sociais que eram "anti-Levy e sem o PT" e ainda que esquerdistas se dividem por divergência na estratégia de lidar com crise política

> A criação de duas Frentes acontece devido à dificuldade de se encontrar um discurso na esquerda que agrade a todos os segmentos. Enquanto um grupo, ligado ao PT, quer defender enfaticamente a postura anti-*impeachment*, o outro acredita que o momento é de aumentar o tom contra as políticas de austeridade do Governo, algo que, para os petistas, pode desgastar ainda mais Rousseff nesta crise política. O grupo ligado à Frente Povo Sem Medo, por sua vez, acredita que as críticas são

que faz parte de outra Frente, a Brasil Popular, cujo primeiro ato público aconteceu no começo do mês. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/07/politica/1444171412_797786.html Acesso em: 02 ago. 2021.

[198]Disponível em:. https://www.cut.org.br/system/uploads/ck/files/CARTA-CONVOCATRIA-LANAMENTO-DA-FRENTE-POVO-SEM-MEDO.pdf Acesso em: 02 ago. 2021.

> essenciais para evitar que a presidência ceda ainda mais à pressão do que chamam de grupos conservadores e continue a adotar mais políticas de austeridade. (BEDINELLI[199], 2015)

Segundo Carina Vitral, UNE, no entanto, quando sucedeu o golpe, houve aproximação e as duas atuam como uma "dupla" Frente: Brasil Popular e Povo Sem Medo, numa dinâmica que se conseguiu compor duas operativas, "coexistindo"[200] e quase se fundindo e que, na prática, vêm tomando decisões unificadas, sobretudo na luta contra o golpe". A justificativa para a existência de duas Frentes é explicada pelo fato de que nenhuma das entidades é autossuficiente. A FBP junta parte da esquerda. Carina Vitral, UNE, explana que a participação na articulação é tema de discussão na UNE[201]. "Há momentos em que essa contradição se explicita, quando a FBP tem táticas e opiniões diferentes e é rechaçada. O que não tira a sua importância por ter criado uma cultura frentista de articulação".

Bonfim, CMP, sintetiza as razões que impossibilitou haver uma Frente única: primeiro foi a avaliação do coordenador do MTST, Guilherme Boulos, nem tanto o PSOL, mas principalmente dele, que ainda não era filiado[202] ao partido.

> Eles demoraram a se convencer de que não era somente a defesa do governo da Dilma e do PT, mas havia ênfase de que não se trata disso, afirmou-se a defesa do governo e também as críticas. Eles não acreditavam. E avaliavam, assim como setores do governo do PT, que inexistia força política para ter um golpe. (BONFIM, entrevista, 2020)

O momento que marca a aproximação dos campos políticos foi o ato do dia 20 de agosto de 2015, quando os manifestantes saíram do Largo da Batata, em SP, passaram pela Rebouças em direção à Paulista, e a coordenação (ainda não estava formalizada nem a Frente Brasil Popular e nem a Frente Povo Sem Medo), em reunião, conversou-se sobre qual seria o tom que dariam ao ato, que estava lotado. Entre as reivindicações[203] da

---

[199] Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/07/politica/1444171412_797786.html. Acesso em 02 de ago. 2021.

[200] Para Carina, UNE, algumas divergências retornaram nas eleições (2018), quando a Frente Brasil Popular se tornou "o comitê do Lula [Haddad] e a Povo sem medo, o comitê do Boulos. O PCdoB [com a candidatura à presidenta da Manuela D'Ávila], em que algumas organizações participam das duas Frentes, por outro lado, fica insatisfeito com ambas e "deixa um pouco de lado e larga de mão, essa é a vida". (CARINA VITRAL, entrevista, 2021).

[201] A considera como uma Frente política até mais ampla do que a FBP e FPSM juntas, principalmente do ponto de vista do espectro político da juventude e dos estudantes e nela juntam-se da direita à esquerda.

[202] Lembra-nos que a filiação foi em 2018, por ocasião da candidatura à presidência. O PSOL recebeu, no dia 5 de março de 2018, a filiação de Guilherme Boulos, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Disponível em: https://psol50.org.br/guilherme-boulos-se-filia-ao-psol/. Acesso em: 02 ago. 2021.

[203] Ao invés de atacar direitos trabalhistas, cortar investimentos sociais e aumentar os juros, defendemos que o governo ajuste as contas em cima dos mais ricos, com taxação das grandes fortunas, dividendos e remessas de lucro, além de uma auditoria da dívida pública. Somos contra o aumento das tarifas de energia, água e outros serviços básicos, que inflacionam o custo de vida dos trabalhadores. Os direitos trabalhistas

manifestação estava a contrariedade com a política econômica do governo da presidenta Dilma Rousseff que jogava a conta [da crise capitalista] nas costas do povo.

Bonfim, da Central de Movimentos Populares, relembra que no dia da manifestação o processo de *impeachment* e a conjuntura política "estavam esquentando", mas alguns membros da coordenação rejeitavam esse quadro político e defendiam não ter a palavra de ordem "não vai ter golpe" no caminhão de som.

> Nos entre olhamos, [o dirigente da (CUT) e o dirigente da (UMM)], e falamos não vamos criar problemas e nem brigar por isso [a palavra de ordem]. Resultado: quando a primeira pessoa (dirigente da CUT) subiu no caminhão de som, e pegou o microfone, a palavra estava na boca do povo "não vai ter golpe'. Ele não precisou falar mais nada e a massa toda literalmente gritou "não vai ter golpe". A moral da história é que em toda a subida da Avenida Rebouças e durante toda a caminhada, as pessoas ligadas ao MTST foram as mais radicais que abriam o discurso com essa palavra de ordem. (BONFIM, entrevista, 2020)

Bonfim, CMP, constata e ressalta não ser uma crítica, que o coordenador do MTST se projetava como candidato a presidente da República, não sabe se havia uma decisão de sair pelo PSOL. Ele acrescenta sua a percepção de que se juntassem os diversos grupos em uma Frente única, a aspiração de ter características próprias de oposição se diluiria. Pois era preciso ter um espaço de visibilidade como oposição ao governo. Esse é um elemento que pesou para não haver uma Frente única. Antes da fundação da Brasil Popular, redigiu-se uma carta, cujo conteúdo era um convite oficial direcionado ao MTST, conclamando-os à unidade para constituir uma Frente única. "Não houve resposta formal". (BONFIM, entrevista, 2020)

Observa-se que as diversas disputas tanto dos movimentos sociais como partidárias de apoio ou não ao governo do PT, a incredibilidade no processo de golpe, são apontadas como motivos que colaboraram para não haver uma única Frente de articulação, acrescenta-se a isso, o histórico de militância e origem do MST[204]. As rusgas são históricas e explicitadas pelo papel de destaque do coordenador dos Sem-Terra (João Pedro Stedille) na constituição da Frente Brasil Popular. Esse é um dos motivos que

precisam ser assegurados: defendemos a redução da jornada de trabalho sem redução de salários e a valorização dos aposentados com uma previdência pública, universal e sem progressividade. (Doc. Tomar as ruas por direitos, liberdade e democracia! 20 de agosto de 2015).

[204] Goulart (2011, p.13) afirma que a unidade das lutas entre trabalhadores do campo e da cidade apareceu como um elemento importante para o MST, que tinha uma larga história nos debates das organizações de esquerda. Essa perspectiva de luta surgiu, a partir de um determinado momento de seu desenvolvimento, como estratégia para sua consolidação na conjuntura sociopolítica do final dos anos 90. A proximidade entre os dois movimentos, portanto, foi deliberada e trouxe uma história de relação estreita e de conflitos. MTST faz referência à sua origem apenas em um documento, a Cartilha do Militante, onde confere ao MST um papel de coautor em sua formação e esboça uma explicação para sua atuação na cidade.

acabou colaborando com as disputas para não ocorrer a articulação para que se constituísse uma Frente única. Após esse episódio, em que não foi possível haver unidade, as duas Frentes (já fundadas), em vários outros momentos, fazem mobilizações em conjunto.

Bonfim, CMP, classifica-se como ferrenho defensor das articulações, tanto é que estabeleceu adequada relação com o coordenador do Sem-Teto, e juntos constituíram muitas lutas entre as Frentes. Recorda-se que [no dia 16 de dezembro de 2015], as duas Frentes, já formadas, fizeram uma numerosa e memorável mobilização, mesmo com a proximidade do calendário natalino. Completa, que o momento foi o auge dessa articulação. Neste momento, Eduardo Cunha [presidente da Câmara dos Deputados] aceitou o processo para dar tramitação ao pedido de *impeachment*. (BONFIM, entrevista, 2020)

Há dificuldade em constituir espaços de articulações como a Frente popular, por isso, o tema da unificação se faz presente. Bonfim (CMP) resume as dificuldades de articulação.

> É um jogo de cintura, precisa ter abertura e muita paciência, um espírito agregador para construir consenso, tem que ceder, tem aqueles que entendem, outros que não. O que fazer? As vezes cedemos mais aos que não entendem. É difícil articular as pautas das mulheres, da moradia, da reforma agrária, da questão da violência nas periferias, da juventude com a questão trabalhista, melhores salários, previdência social, e tantas outras. (BONFIM, entrevista, 2020)

A existência de duas Frentes é computada ao fato de a Frente Povo Sem Medo divergir da participação dos partidos. Eles, os partidos, estão presentes na composição da Frente Brasil Popular, contudo, esse desacordo, ao longo da história, não tem sido impeditivo para a unidade entre ambas. As Frentes se aglutinam nas pautas de debate sobre a Amazônia, questões identitárias, moradia, entre outras, há diferença entre as duas no método de construção e não no conteúdo. Para João Paulo, MST:

> O método de construção na FBP é sempre um pouco mais lento, tem que respeitar os estados, os partidos, o movimento sindical, o movimento popular. Ao contrário da Povo sem Medo, que por ser menor consegue tomar decisões muito mais rápido e não tem partido e tem poucos sindicatos. (JOÃO PAULO, entrevista, 2021)

Sendo assim, a Povo Sem Medo, por não ter formalmente partido[205] na sua composição, compõe-se de militância mais próxima ideologicamente. A Brasil Popular tem nas suas fileiras os partidos: PT, PCdoB, PCO e parte do PSB. Aponta-se outra

[205] Não é formal, mas há hegemonia do PSOL.

diferença, a Povo Sem Medo concentra-se na região centro sul, com proeminência em São Paulo e não é nacionalizada, ao contrário da FBP, conclui João Paulo (entrevista, 2021).

Embora uma formalmente e a outra informalmente, ambas as Frentes foram nucleadas pelos partidos de esquerda, mas não se furtaram da necessidade de buscar construir algo amplo, e buscou-se respeitar a construção coletiva e unitária. Edilson Araújo, CTB, relata que desde os primeiros ensaios, resultou na criação desses mecanismos de organização, com a realização das assembleias, um programa emergencial vocacionado a estabelecer as condições para tirar "um pouco o País do olho do furacão e a ameaça da perda do mandato da presidenta Dilma (2016)".

A Frente Brasil Popular fez debates sobre o programa nas conferências nacionais, articuladas em todo o país, com foco em São Paulo e no Rio de Janeiro. Assim, alcançou vários aspectos da militância e das várias forças do País inteiro, em diferentes graus de intensidade. Nesse momento, inexistia a Povo Sem Medo, que se organizou posteriormente. Sorrentino, PCdoB, observa que, primeiro, houve certo grau de disputa [entre as duas Frentes], mas depois ambas optaram por um raciocínio frentista.

> Propusemos que se coordenasse pelo menos agenda de mobilizações sociais e políticas em conjunto, não deveria haver uma disputa, pelo contrário, deveria haver uma soma das capacidades de mobilização. (SORRENTINO, entrevista, 2021)

A Frente Povo Sem Medo nasceu vinculada ao PSOL (informalmente). Os movimentos a ela articulados atuam nas questões das causas da diversidade, e nas periferias dos centros urbanos do Brasil. Apesar das características distintas, prevaleceu o bom senso, de maneira que, embora as Frentes tenham programas diferentes, se unem na mobilização social. Sorrentino, PCdoB, aponta que a diferença entre FBP e a FPSM é que "a primeira prestava apoio[206] às experiências de governos progressistas", ao contrário da segunda, principalmente na última parte do governo [Dilma] que não o apoiava. "Essas diferenças políticas pesaram naquele momento" (SORRENTINO, entrevista, 2021).

Segundo João Paulo, MST, a ideia era finalizar a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) e criar a FBP, juntar-se com a Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas[207]), e compor um espaço unitário, mas não foi possível.

---

[206] "os movimentos adotaram formas de ação menos conflitivas com um Estado heterogêneo e mais permeável a esses atores, numa relação que deve ser compreendida como de mútua constituição, isto é, de interdependência entre os dois polos" (SERAFIM; TRINDAD, 2020, p. 12).

[207] A CSP Conlutas – Central Sindical e Popular – foi fundada no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT – ocorrido na cidade de Santos, São Paulo, nos dias 5 e 6 de junho de 2010. Disponível em: http://cspconlutas.org.br/quem-somos/historia/. Acesso em: 03 jul. 2021.

> A FBP acabará sendo um espaço de gestação de ideias, mas ganhará corpo e força no período pós eleição 2014, em 2015 e no golpe 2016, momento de forte articulação. E na sua composição tem integrantes da assembleia popular, da CMS, articulações partidárias, e centrais sindicais. (JOÃO PAULO, entrevista, 2021)

A Frente Brasil Popular como, posteriormente, a Frente Povo Sem Medo, foram articuladas a partir do começo de 2015, quando se evidenciava um "cerco político contra a presidenta Dilma", afirma Gebrim. O coordenador, Consulta Popular, relata que as divergências foram momentâneas e que, em março (2015), o coordenador do MTST ainda não estava querendo participar de ato em defesa da presidenta Dilma:

> No futebol isso se chama senso de oportunidade, e na política recebe outro nome [...], a percepção de que o ato de março era grande, levou adesão. Não teve unidade para o ato de março, mas para os próximos (GEBRIM, entrevista, 2021)

O participante da Consulta Popular expõe que, para a primeira reunião, foram convidados os representantes dos movimentos sociais, centrais sindicais e partidos, como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), que causou "muita tensão naquela época", visto que a leitura do momento político se expressava na palavra de ordem que "se vão todos [governos]'[208], que não era golpe e tudo o mais". Da mesma forma, participaram representações do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), os quais alegaram que "era muito ruim estar em uma articulação com o PT". Esse foi o motivo da "recusa em participar e assim se sucedeu o afastamento da articulação".

> Deste momento em diante, eles irão com o dirigente do MTST, (não estava no PSOL, ainda) e construirão a FPSM deixando explícito que não era uma divergência política. Mas para eles tornava-se difícil explicar para sua base que estavam em uma mesma articulação com o PT. Recordemos que naquele momento, a tensão com o PT, o governo e tal, o ajuste fiscal, tudo isso era mais forte. (GEBRIM, entrevista, 2020)

Segundo Gebrim, a FBP, "foi esse esforço que tentamos desde o início. Ela envolvia o conjunto das forças". Ele comenta a participação do MTST nas articulações. E enfatiza que "nunca houve da parte deles o interesse em construir conjuntamente. "Eles sempre se autoproclamaram e se construíram como uma outra Frente".

Dalla Costa, MAB, interpreta a existência de duas Frentes pelos pensamentos e construções históricas diferentes. No entanto, ressalta as tentativas de trabalhar em conjunto, buscando interações entre ambas. Ele acrescenta que os partidos e as centrais

[208] Fora Dilma, fora Temer, fora todos eles! Essas eram as palavras de ordem do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) durante golpe de 2016.

sindicais, que têm "um inimigo histórico [o capitalismo], inclusive, incrustado no governo brasileiro" e isso os obriga a ter, ainda mais, "amplitude e mais unidade".

> O que vai gerar isso, não sei. Então, a conformação das duas Frentes é absolutamente normal, a partir do período histórico da construção da esquerda no Brasil ou divisão que teve em certa medida nesse setor, que todos praticamente eram do PT e que foram conformando outros partidos e tem sua legitimidade, então é legítimo que haja duas Frentes, não vejo ilegitimidade nisso. A nossa inteligência vai ter que ser não considerar que a outra Frente de esquerda, progressista, é nossa inimiga, não! Nós podemos manter até diferenças, mas não é nosso inimigo. O inimigo é o atual sistema, contra qual todos nós queremos combater. (DALLA COSTA, entrevista, 2020)

O tema da hegemonia, segundo Gebrim, Consulta Popular, "não é um tema fácil, é sempre tenso", de certa forma, nas Frentes, as circunstâncias externas as obrigaram [FBP FPSM] à articulação, ou seja, "ou juntamos ou iam morrer". Outra possibilidade para unidade frentista é quando uma "força que atrai as outras em torno de si[209]." O exemplo citado é a Frente Brasil Popular, que o PT montou a partir de 1989. A questão colocada era qual das candidaturas da esquerda poderia ganhar a eleição. Naquele momento, "era o Lula, todos foram para o seu lado". Então, esses dois tipos de Frente "são os mais viáveis". Resumindo, a articulação acontece, caso contrário "desaparece ou tem uma força que a aglutina". Para Gebrim, nos momentos em que essa força política se destaca, a disputa da hegemonia é permanente. Ela aparece nas decisões do dia, horário e lugar da realização do ato. Para Gebrim, essa disputa é inevitável. Conclui que o "ruim é um hegemonismo, querer ganhar na marra, na força". Essa é a prática de alguns partidos, às vezes, assim o fazem, se apresentam nas manifestações "com muitas entidades e quer ganhar tudo pelo número". Para ele, disputar hegemonia "faz parte da vida, da luta não tem como fugir", afirma Gebrim.

Nota-se que o conceito de hegemonia, ancorado na tradição gramsciana, perpassa as falas dos entrevistados e a trajetória das Frentes, está na sociedade em momentos em que uma classe busca ter hegemonia sobre as outras. Assim, pode exercer sobre elas o processo de direção nos planos: político; cultural ou ideológico. A busca por hegemonia de uma classe no poder se constrói e se recria na vida cotidiana dos movimentos sociais urbanos e rurais, nas centrais sindicais e nos partidos políticos. É por essa hegemonia que se interiorizam valores e se constroem sujeitos domesticados ou críticos.

[209] O mesmo ocorreu em Cuba, a força principal que juntava a esquerda na Revolução Cubana era Fidel e o Movimento 26 de julho (GEBRIM, entrevista, 2020).

Outra percepção é que a FBP se movimenta em um cenário em que há disputa entre distintos projetos que têm disputado hegemonia e se alternado no poder, desde o processo de redemocratização. No decorrer da década de 1990, a direção hegemônica ficou a cargo do projeto neoliberal. Já na primeira década e meia do século XXI, a disputa aconteceu pela hegemonia entre o projeto neoliberal e o projeto democrático popular, sendo esse último derrotado pelo golpe parlamentar de 2016: no Brasil, alternam-se novas e velhas formas do fazer política, seja no período de redemocratização, seja nos governos posteriores, em que há momentos de avanço e outros de retrocesso na retirada de direitos dos trabalhadores. Serafim, Trindad (2020) assinalam o desafio de:

> Criar novas formas de protagonismo político da sociedade e de participação ativa no processo decisório, sem invalidar a construção institucional que levou tantos anos e investimentos para se estabelecer, mas disputando e transformando o sentido da participação. As lutas sociais e as resistências em um contexto de retrocesso democrático passam prioritariamente pela disputa hegemônica na sociedade e pela transformação de uma cultura política marcadamente autoritária em uma cultura democrática, mas isso não significa que elas devam prescindir da luta pela transformação do Estado e através do Estado. (SERAFIM, TRINDAD, 2020, p. 20)

No Brasil, convivem projetos políticos distintos, que disputam hegemonia e que explicitam os conflitos. Isso configura uma sociedade heterogênea e complexa. Percebe-se que, em alguns momentos, a disputa de classe é aberta e, em outros, ela não se explicita. Concordamos com Marx,

> Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. (MARX, 2011, p.25)

E enquanto houver humanidade, haverá história, possibilitando-se, assim, que ela possa e deva ser mudada. Conforme aponta Gramsci (2017), tudo depende da relação de forças na sociedade e do projeto político que se faz hegemônico. Mudar a correlação de forças e disputar direção hegemônica têm sido a tentativa da classe trabalhadora ao construir seus instrumentos e ferramentas de luta como a articulação Frente Brasil Popular.

Nesse capítulo, apresentamos o contexto político do surgimento da Frente Brasil Popular. Retornamos aos protestos de 2013, posto que esses acontecimentos e seus desdobramentos impactaram na formação da FBP. Passamos pela atuação do Grupo

Brasil até a fundação da Frente, no ano de 2015, momento de críticas ao ajuste fiscal, e de resistência em uma conjuntura de avanço do golpe, as manifestações de 13 e 15 de março. Contextualizando também os sujeitos coletivos na cena política, a Frente Brasil Popular, uma nova articulação na cena política, a organização e dinâmica interna de decisão, a construção do debate por consenso progressivo, as pautas setoriais, as polêmicas, o posicionamento em defesa da democracia e contra o golpe. Por fim, revisitamos o Balanço e Perspectiva do ano de 2015, e fizemos um breve relato sobre a existência de duas Frentes: Brasil Popular e Povo Sem Medo.

O capítulo se encerra com o avanço do pedido de *impeachment*, o que exigirá que a FBP se mobilize contra o golpe, tema que será tratado no próximo capítulo.

Apresentamos abaixo dois quadros, o primeiro com uma cronologia das atividades que a FBP desenvolveu ao longo do ano de 2015. O segundo, um levantamento da editora Boitempo com a cronologia do processo do golpe.

Tabela 3: Cronologia das atividades do primeiro ano -Frente Brasil Popular

DATA-2015	**ATIVIDADE**	**TEMA**	**LOCAL**
13 de março	Manifestação	Contra o ajuste fiscal, as privatizações, em defesa da democracia	Em todo Brasil
20 de agosto	Mobilização: Dia nacional de lutas	Pela democracia contra o golpe	Em todo Brasil
5 de setembro	Fundação da Frente Brasil Popular		Belo Horizonte-MG
3 de outubro Aniversário	Ato Nacional	O petróleo é nosso	Em Frente as sedes Petrobras

da Petrobrás			
16 de dezembro	Manifestação	Contra o golpe, em defesa da democracia! Fora Cunha! e Por uma nova política econômica!	

Fonte: Elaboração por Gomes, 2021 (dados FBP)

Tabela 4: Cronologia[210]- processo do golpe

26/10/2014: A presidenta Dilma Rousseff é reeleita com 54,5 milhões de votos.
29/10/2014: Banco Central eleva a taxa Selic de 11% a.a. para 11,25% a. a., contrariando expectativas de campanha.
31/10/2014: O PSDB pede auditoria na eleição presidencial.
21/11/2014: Dilma convida o banqueiro Joaquim Levy para o ministério da Fazenda.
05/12/2014: Com o apoio do PSDB, o movimento Vem Pra Rua protesta contra Dilma na Avenida Paulista, em São Paulo.
18/12/2014: O PSDB pede a cassação da candidatura de Dilma Rousseff e Michel Temer no Tribunal Superior Eleitoral, requerendo a posse de seu candidato, Aécio Neves.
23/12/2015: Dilma nomeia Kátia Abreu para o ministério da Agricultura.
29/12/2015: Joaquim Levy anuncia, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, ajuste fiscal de matriz ultraliberal para a economia.
01/01/2015: Dilma é empossada em Brasília.
01/02/2015: Eduardo Cunha (PMDB) é eleito presidente da Câmara dos Deputados.

[210] Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/cronologia-do-golpe/. Acesso em: 29 jun. 2021.

04/02/2015: A ministra Maria Thereza de Assis Moura arquiva a ação do PSDB no TSE.
26/02/2015: É instalada na Câmara a CPI da Petrobras.
03/03/2015: O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, protocola no Supremo Tribunal Federal uma série de pedidos de inquérito para investigar políticos envolvidos na operação Lava Jato.
15/03/2015: Milhões de brasileiros participam de atos contra o governo em cerca de 160 cidades do país.
07/04/2015: Temer é indicado por Dilma para fazer a articulação do governo com o Congresso.
10/04/2015: Segundo pesquisa do *Datafolha*, popularidade de Dilma despenca.
12/04/2015: Novos protestos contra o governo levam milhares às ruas, convocados pelos grupos Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua e Revoltados Online.
27/05/2015: O Movimento Brasil Livre protocola um pedido de *impeachment* de Dilma na Câmara dos Deputados.
08/06/2015: Em entrevista ao jornal belga *Le Soir*, Dilma fala sobre economia: "O ajuste é essencial. Não é algo que você pode ou não fazer: não há alternativa senão fazê-lo". Muitos comparam a afirmação à máxima de Margareth Thatcher de que "There is no alternative" ao neoliberalismo.
16/07/2015: Eduardo Cunha é delatado por Júlio Camargo, que o acusa de receber US$ 5 milhões de propina desviada da Petrobras.
17/07/2015: O presidente da Câmara anuncia oficialmente o rompimento com o governo.
03/08/2015: O ex-ministro José Dirceu (PT) é preso na operação Lava Jato, sob a responsabilidade do juiz federal Sergio Moro.
06/08/2015: O *Datafolha* registra a maior taxa de rejeição à Dilma Rousseff: 71%.
16/08/2015: Todos os estados e o DF recebem protestos contra a presidenta.
20/08/2015: Eduardo Cunha é denunciado pela Procuradoria-Geral da República.
25/08/2015: A ministra Luciana Lóssio pede vista do processo movido pelo PSDB contra a campanha de Dilma e Temer.

02/10/2015: Dilma anuncia reforma ministerial e amplia participação do PMDB no governo.
06/10/2015: O TSE reabre a ação do PSDB para impugnar a candidatura de Dilma e Temer.
07/10/2015: O Tribunal de Contas da União recomenda que o Congresso reprove as contas do governo devido a irregularidades, como as chamadas "pedaladas fiscais".
21/10/2015: Oposição entrega a Eduardo Cunha o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma, assinado pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior e pela advogada Janaína Paschoal.
29-31/10/2015: Manifestações reúnem milhares de mulheres em todo o país contra o PL 5.069/13, de autoria de Eduardo Cunha.
03/11/2015: O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados instala processo contra Eduardo Cunha por quebra de decoro parlamentar.
24/11/2015: Eduardo Cunha publica artigo na *Folha de S. Paulo*, sobre o PL 5.069 intitulado "Fizeram de mim o inimigo nº 1 das mulheres". http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/11/1710087-fizeram-de-mim-o-inimigo-n-1-das-mulheres.shtml
25/11/2015: O senador Delcídio do Amaral é preso por tentativa de obstrução de justiça.
02/12/2015: Pela manhã, a bancada do PT anuncia voto pela continuidade do processo contra Eduardo Cunha no Conselho de Ética. Num ato de vingança, ao fim do dia, Cunha autoriza a abertura do processo de *impeachment* assinado por Bicudo, Reale Júnior e Paschoal.
07/12/2015: Michel Temer revela insatisfações com a presidenta Dilma por meio de uma carta pessoal supostamente vazada pela imprensa.
08/12/2015: A votação secreta e tumultuada da comissão especial do *impeachment* é suspensa pelo ministro Luiz Edson Fachin.
13/12/2015: Novos protestos contra Dilma são deflagrados no país, os menos numerosos desde março.
17/12/2015: O STF estabelece o rito do *impeachment*.

Fonte: Elaboração Gomes (2020) (dados Editora Boitempo).

CAPÍTULO 3 - O GOLPE DE 2016 E SEUS DESDOBRAMENTOS

Neste capítulo, nos deteremos no golpe de 2016 e seus desdobramentos, desde o afastamento por 180 dias da Presidenta Dilma e as atividades organizativas da Frente Brasil Popular: Primeiro Encontro de Comunicadores e o Primeiro Encontro Nacional da Frente Brasil de Juristas pela democracia. As atividades desenvolvidas durante as Olímpiadas, evento que serviu como uma ferramenta de reivindicação. A votação do *impeachment*. As mobilizações de rua pelo Fora Temer. E o epílogo desta história, as reações ao golpe legitimado. E a Primeira Plenária Nacional da FBP, em que foi debatido "o melhor para o Brasil", as resoluções dessa plenária na Carta de Belo Horizonte. O capítulo é encerrado com a análise do "redemoinho" do ano de 2016.

Para a escrita deste capítulo, há o entrelace dos escritos de livros e artigos sobre o golpe de 2016, as primeiras circulares[211] da Frente Brasil Popular, contendo as análises da conjuntura e orientações, as convocações etc. Além dessas, documentos disponíveis para consulta feita ao site da articulação: cartilhas; faixas; e o jornal da Frente Brasil Popular, entre outros. E, assim como em todos os capítulos estarão presentes as falas dos sujeitos da pesquisa.

Na leitura das circulares, constam os calendários de lutas, que se misturam com as mobilizações dos movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos. De tal modo, que, para a escrita desta Tese, optamos por focar nas datas das atividades específicas da Frente Popular, aquelas que contam com algum material gráfico, notas ou cartas. Sendo assim, para aferi-las consultou-se também a imprensa comercial, mesmo sabendo que esses veículos pouco costumam noticiar as ações de resistências da classe trabalhadora e quando, eventualmente, o faz, não buscam enfocar e enxergar os sujeitos coletivos da ação. Chimamanda Ngozi Adichie (2019) explica que importa como as histórias são contadas "Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de nkali: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder" (ADICHIE, 2019, p. 23).

[211] Segundo o dicionário, Michaelis, circular é carta, manifesto que reproduzido em muitos exemplares se dirige a muitas pessoas, na comunicação eletrônica permanece a mesma função de circulação interna da análise de conjuntura política, econômica e social e de planejamento das ações, e orientações para a sua realização, ou seja, estratégias e táticas. Ao utilizar as circulares da FBP deparamos com um desafio, pois houve a percepção que as atividades programadas, muitas vezes, não são todas realizadas. Disponível em https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/circular. Acesso em: 19 fev.2021.

Os meios de comunicação empresarial, inúmeras vezes, apregoam que, por uma espécie de "geração espontânea", os movimentos/ações surgem nas ruas, para não ficar com a visão de história única, buscou-se, assim, como fonte a mídia alternativa. E na falta da democratização dos meios de comunicação, esta pesquisa tem entre seus objetivos sistematizar e, desse modo, conservar a memória da FBP, que de outra forma poderia se perder por completo, e como ensina Chimamanda Ngozi Adichie (2019), uma tentativa de fugir do perigo de uma história única. "A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que seja mentira, mas que são incompletos, eles fazem com que uma história se torne a única história (ADICHIE, 2019, p. 26).

> As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada. (ADICHIE, 2019, p. 32)

Os documentos aqui sistematizados têm especial importância por tratarem do ano do golpe de 2016. Nas entrevistas, os sujeitos coletivos e participantes desta história dão especial destaque para os acontecimentos do ano de 2016, que ganha importância política na cronologia dos golpes no País. Nele, a FBP continuou denunciando e resistindo, o que demandou intensas articulações.

Nota-se que os objetivos desta etapa de articulação eram o de construir uma agenda de mobilização unificada, sem que isso se sobrepusesse ou substituíssem os calendários próprios e definidos pelos outros participantes da articulação. A proposta era potencializar e reforçar os movimentos e suas pautas, aproveitando o momento para fazer agitação[212] e propaganda. Ou seja, a todo o tempo e em todo espaço realizar atividades pedagógicas culturais[213], para sensibilizar a população sobre a gravidade da crise e lutar contra o golpe.

Passado o disputado processo eleitoral de 2014, e encerrado no ano de 2015, com disputas nas ruas e de críticas ao ajuste fiscal e às alianças para a governabilidade (tratados no capítulo anterior), no início de 2016, havia expectativa de que o projeto democrático popular teria continuidade, uma vez que a Presidenta Dilma Rousseff havia sido reeleita

[212] Dar visibilidade à manifestação, à sua realização e à sua pauta. Cartazes, panfletagens, grafites, lambe-lambes, tribunas livres, releases à imprensa, intervenções artísticas, entrevistas e vídeos dos dirigentes de movimentos e todas as formas de dar visibilidade e preparar a manifestação devem ser estimuladas.

[213] A cultura é um importante instrumento de mobilização e educação popular. Nos atos, a FBP propõe buscar incorporar as manifestações culturais de cada região e reforçar sua identidade com a cultura popular. Deste modo orienta-se que os atos não se configurem como passeatas, mas como atos político-culturais, envolvendo artistas e personalidades.

com 54 milhões de votos. A democracia brasileira entrara no século XXI, respeitando o regime constitucional, mas ainda tinha o desafio de incorporar os que vivem do trabalho à participação social, política e econômica nas decisões do País.

No resultado eleitoral de (2014), estava embutida a crença de que o País se assentava em uma experiência democrática procedimental, tendo em vista o histórico de ter chegado ao século XXI com um sistema político que, nas décadas anteriores, havia passado por eleições livres, regulares e com alternância de poder sem resistência, respeitando o espírito das leis (MONTESQUIEU, 1979)[214], com as instituições funcionando. O resultado eleitoral, desde o período de redemocratização, havia sido aceito pelos derrotados, sem que houvesse ocorrido contestação nas instituições que validam o voto popular, tais como os tribunais eleitorais.

Consoante com esse período de democracia procedimental, verifica-se que diversas políticas públicas adotadas respondiam ao crivo eleitoral, o que fez com que houvesse redução da desigualdade e da pobreza, e alguns direitos começassem a ser postos em prática.

No entanto, o tema da corrupção, presente nas últimas etapas das manifestações de 2013, passou a ser a principal pauta nacional nos anos seguintes, durante os governos democráticos populares, estimulada pela imprensa e o Judiciário. A acusação recorrente era de que ela atingia toda a máquina do Estado. A qualidade da democracia e o resultado do processo eleitoral foram colocados *sub judice* e entraram em crise. A crença no futuro democrático se desfez e a economia começou a declinar.

Em 2016, o espectro do golpe voltava a rondar o País, retornando a uma trajetória conhecida, na qual de golpe em golpe caminha a história. Esses são os ensinamentos de Alves (2017), ao afirmar que o expediente do golpe faz parte do plano histórico-estrutural do País, quando a nação enfrenta uma longa depressão capitalista no plano mundial, instalaram-se arranjos políticos abruptos. Foi assim no "golpe que destituiu Dom Pedro II e proclamou a República, em 1889; ou ainda a chamada Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas" (ALVES, 2017, p. 8). O autor relaciona os golpes [no Brasil] com a conjuntura internacional do capitalismo. E a cada crise um golpe:

---

[214] Em *Do espírito das leis*, Montesquieu (1979) nos ensina, que é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem, o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo exercesse esses três poderes: o de fazer as leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que ela não existe sem uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

> O primeiro golpe ocorreu no período histórico da primeira longa depressão capitalista (1873-1893), inaugurando o capitalismo monopolista e a era do imperialismo na virada do século XIX para o século XX, que levaria à Primeira Guerra Mundial (1914-1918); e no interior do seu devir histórico, à Revolução Russa de 1917; o golpe seguinte ocorreu com a crise de 1929, que levou a uma longa depressão capitalista, no interior da qual tivemos ascensão do fascismo e a Segunda Guerra Mundial de (1940-1945). (ALVES, 2017, p. 8)

A Segunda Guerra Mundial é um acontecimento histórico que contribuiu de modo contraditório para o novo ciclo de expansão capitalista: os trinta anos dourados do capitalismo fordista-keynesiano (1945-1975), que se esgotou com a recessão mundial de 1973 a 1975, dando origem à reestruturação capitalista, dominância do capital financeiro e do capital neoliberal (ALVES, 2017).

Para corroborar a tese de que os golpes estão presentes na história do Brasil, Guerra (2017) afirma que eles são recorrentes e fazem parte da cultura política. O autor apresenta dados que apontam que poucos "presidentes eleitos terminaram seus mandatos desde 1945, quando Getúlio Vargas entrega o governo e põe fim a uma ditadura de 15 anos" (GUERRA *et al*., 2017, p. 87).

Na história da República, foram 19 presidentes, nos últimos 80 anos. Sendo que, como já dito, poucos eleitos concluíram seus mandatos. A excepcionalidade da transição democrática da passagem da faixa presidencial do presidente Lula para a presidenta Dilma, sendo a terceira vez consecutiva de alternância entre presidentes, não ocorria desde a República Velha. Naquele período, as eleições eram fraudadas, comandadas por coronéis e o voto de cabresto se manifestava por meio do voto aberto e impresso. O que imperava (LEAL, 2012) era o coronelismo, enxada e voto. Portanto, o golpe de 2016 é mais um episódio que mostra a instabilidade das instituições democráticas nos momentos de crise (GUERRA *et al*., 2017, p. 87).

No século XXI, a inovação do método de golpe foi instalada no Brasil e em outros países. Segundo Bandeira (2017), as interferências externas têm um *continuum* nos golpes ao redor do mundo. No entanto, inaugura-se, nesta quadra histórica, um novo método de golpe de Estado. Bandeira (2017) afirma que este agora ocorre com moldura institucional e apoio encoberto de organismos internacionais. O método foi testado primeiramente em Honduras, quando, na noite de 28 de junho de 2009, as forças do Exército do País, que alegavam cumprir ordem da Corte Suprema, sequestraram de sua residência o presidente Manuel Zelaya Rosales e o remeteram em avião para a Costa Rica, depois que o

Congresso legalizou o golpe, votando o *impeachment*, e elegeu Roberto Micheletti para cumprir o resto do mandato (BANDEIRA, 2017, p. 21-22).

A segunda aplicação do método foi no Paraguai, onde "ao longo da noite de 28 de junho de 2012, o Congresso Nacional, em menos de 48 horas, aprovou o *impeachment* do presidente Fernando Lugo" (BANDEIRA, 2017, p. 21-22). Na sequência, foi a vez da Ucrânia, com a destituição do presidente Viktor Yanukovytch, na madrugada de 21 para 22 de fevereiro de 2014, por uma decisão de um "Congresso comprado" configurou, na realidade, um golpe de Estado (BANDEIRA, 2017, p. 21-22).

No Brasil, houve múltiplas investidas até a consolidação do golpe. No final do ano de 2015, quando a Presidenta Dilma completava o primeiro ano do segundo mandato, e em meio a desgastes em várias Frentes, o presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha (indiciado em várias investigações de lavagem de dinheiro), por um "ato de vingança pessoal aceitou o pedido de *impeachment*, protocolado com comparecer pago encomendado pelo PSDB" (SKINNER, 2017, p. 225).

> Aos poucos foi ficando claro aos mais ingênuos, que o Golpe e fim da era PT era na verdade uma bandeira de grandes predadores internacionais e nacionais de sempre, que articularam todo esse acordão para criar oportunidade de recolocar na pauta seus programas de estado mínimo e desregulamentação geral. Afinal, é a economia que importa. (SKINNER, 2017, p. 226)

Sendo nosso objeto de estudo a FBP, não é possível pesquisá-la no ano de 2016 sem entrelaçar os acontecimentos políticos desse ano. Ou seja, momento diferente de 2015, no qual a Frente esteve envolvida internamente com o processo de fundação e atuando externamente nas críticas ao governo no que tange à questão econômica e à nomeação dos ministros na tentativa da governabilidade, defesa da democracia e dos direitos. Aqui, a FBP já estava constituída como um sujeito coletivo e atuando na arena política como participante das forças democráticas, que lutaram contra o que se chamou juridicamente de *impeachment*, mas que esses sujeitos denominaram, denunciaram e gritaram nas ruas ser mais um golpe. Diante da eminência de um golpe, o principal objetivo da Frente era a busca pela unidade do campo popular para salvar a democracia e os direitos inscritos na Constituição.

A FBP inicia, em 22 de fevereiro de 2016, uma Jornada de Mobilização Nacional[215]. A avaliação da Frente era a de que o Brasil precisava, naquele momento, da

[215] Aragão, Érica. Brasil precisa da unidade do campo popular para salvar democracia e a Constituição. Site FBP,2016. Disponível em: http://Frente brasilpopular.org.br/noticias/brasil-precisa-da-unidade-do-campo-popular-para-salvar-democracia-e-a-constituic-48c9/ Acesso em: 07 jun. 2021.

unidade do campo popular para salvar a democracia e a Constituição. O alerta era de risco de um estado de exceção que a direita tentava impor ao País. Nas reuniões para a preparação da Jornada, estiveram representantes de vários movimentos e representações dos coletivos estaduais [216]. A análise política era a de que a conjuntura se tornara complexa, e que a direita continuava na ofensiva, sobretudo no judiciário e, no parlamento, influenciando o Governo Federal. Segundo essa análise, havia uma investida em curso, para tentar privatizar a Petrobras, as empresas do setor elétrico, e as demais empresas estatais etc., além das propostas da reforma da Previdência Social, e a criação de uma lei antiterrorismo[217]. Afora outras alterações legislativas para retirar os direitos sociais alcançados na Constituição de 1988, sobretudo em termos de soberania nacional. Diante da situação, a constatação era a de que urgia concretizar a missão da FBP, que era construir uma unidade de ação, em defesa do programa discutido na sua conferência de fundação em Belo Horizonte (2015), qual seja, a defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, e a mobilização de massas, como uma forma prioritária de fazer política e pressionar.

A FBP constrói, com a Frente Povo Sem Medo e outros movimentos, debates pautas e propostas de mobilizações conjuntas. O acordo era de focar as energias, no próximo período na realização de uma representativa Jornada Nacional de Lutas, e que abarcaria as várias atividades. Ressalta-se que, durante o ano de 2016, a unidade de ações [tratada no capítulo anterior] entre as duas Frentes, embora com diferença de tática e estratégia, tornou-se uma realidade.

Na organicidade, a Frente Brasil Popular se orientava pela necessidade de desenvolver um método de enraizamento nas bases, na classe trabalhadora, nas periferias, fazendo de tal modo que esses setores participassem mais ativamente da luta por mudanças. Porém, o planejamento inicial foi alterado, como a condução coercitiva do ex-presidente Lula (tratado a seguir), assim, outras estratégias e táticas entraram em cena. O objetivo continuou a ser o enfrentamento do golpe em curso e seu aprofundamento personificado na condução coercitiva do ex-presidente Lula.

---

[216] Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Paraíba e Pará.

[217] Escrito por: Frente Brasil Popular. Nota Pública Frente Brasil Popular lamenta sanção da lei antiterrorismo. Site FBP, 2016. Disponível em: http://Frente_brasilpopular.org.br/noticias/nota-publica-9dd4/ Acesso em: 07 jun. 2021.

3.1 Tem golpe, vai ter luta? Da condução coercitiva do ex-presidente ao afastamento da presidenta Dilma Rousseff

O dia 4 de março de 2016 ficará marcado como o da condução coercitiva do ex-Presidente Lula e seu desfecho será a tônica da política dos próximos anos.

Figura 10: Manifestantes protestam contra condução coercitiva

Fonte: Mídia Ninja [218].

No dia da condução coercitiva do ex-presidente Lula, a Frente Brasil Popular lançou uma Nota Pública[219]em que explicitava seu posicionamento, e manifestava seu repúdio à operação político-midiática da "condução coercitiva" por agentes da Operação Lava Jato[220]". A ação foi classificada pela FBP como um ataque, feito seletivamente e ilegalmente, que visava atingir um símbolo da luta do povo brasileiro, e as organizações sindicais e populares que atuavam por igualdade, democracia e pela soberania do País.

[218] Os militantes do PT foram para o saguão das autoridades Aeroporto de Congonhas (São Paulo- SP) aguardando a liberação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi levado pela Polícia Federal para depor pela 24ª fase da operação Lava Jato. Após o depoimento, o presidente foi liberado. Com muitas bandeiras e cartazes os manifestantes entoam aos gritos, "Mexeu Com Lula mexeu comigo", Lula guerreiro do povo brasileiro". Militância do PT está no aeroporto aguardando liberação de Lula. Site Radio Brasil atual, 2016. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/03/militancia-do-pt-esta-no-aeroporto-aguardando-liberacao-de-lula-8244/ Acesso em :18 maio 2021.

[219] Frente Brasil Popular. Nota Oficial: Frente Brasil Popular repudia operação político-midiática da "condução coercitiva" do ex-presidente Lula. Site FBP, 2016. Disponível em: http://www.frentebrasilpopular.org.br/noticias/nota-oficial-frente-brasil-popular-repudia-operacao-politico-midiatica-da-conduc-0ee0/. Acesso em: 06 jul. 2021.

[220] O livro Operação Lava Jato: crime, devastação econômica e perseguição política traz aspectos fundamentais que proporcionam uma visão rigorosa e precisa dos fatos. Os números revelam: que além da Operação Lava Jato de ter destruído a Petrobras, o setor da construção civil sofreu perdas irreparáveis, congelando a etapa iniciada de crescimento, de estabilidade e saída ao exterior. Foram perdidos 3,5 milhões de empregos entre 2014 e 2017. A implantação de novos postos de trabalho – cerca de 3 milhões – foi paralisada. Além disso, e em linha com esses números, o PIB acumulou cifras negativas e o crescimento previsto estagnou. Ao lado disso, o drama causado pela extrema-direita no poder com Jair Bolsonaro em plena pilhagem do Estado. E a sociedade sofrendo os piores flagelos deste neoliberalismo extremo, com uma polícia sem ordem e uma Justiça a serviço do poder (GÁRZON, 2021).

Na avaliação da Frente, esse ataque se estendia a todos e todas. Além de repudiar essa ação feita sob medida para tentar desmoralizar uma liderança popular, considerava-a como uma medida que configurava um "Estado de exceção", por desrespeitar garantias legais individuais e coletivas.

Agamben (2004) conceitua Estado de exceção como aquele em que os cidadãos são continuamente controlados e esse fato não é considerado anormal. Para ele, esse é o rito estabelecido para que regimes democráticos se tornem autoritários ao mesmo tempo que continuam se autoproclamar como democráticos. Em outras palavras, no "Estado de exceção" se implanta a suspensão do ordenamento jurídico: anulação dos direitos civis do cidadão e seu estatuto jurídico como indivíduo. O autor defende a ideia de que o paradigma político do Ocidente não é mais a cidade, mas o campo de concentração, visto por essa ótica, as práticas de exceção contemporâneas são engendradas por um Estado policial "protetor", fazendo da política do terror e da insegurança o princípio gestor, estimulando, cada vez mais, a privatização dos espaços e o confinamento no interior deles.

É diante do "Estado de exceção" que, em Nota Pública, a FBP convoca os trabalhadores da cidade e do campo, a juventude, todos e todas, defensores da democracia, para que somassem forças numa Jornada Nacional de Lutas com manifestações no País.

Após esse episódio, [da condução coercitiva], foi colocado para a Frente popular o desafio de intensificar a luta contra o golpe ao governo da Presidenta Dilma e contra os ataques vindos das várias instituições, entre elas, parte do sistema judiciário.

No mês de março, a FBP centrou suas ações no dia 4, quando esteve na entrevista [221]coletiva, ao lado do ex-presidente, depois da condução coercitiva para (prestar depoimento). Na ocasião, o ex-presidente Lula teceu críticas[222] ao tom de espetacularização do acontecimento.

No mesmo dia, a FBP e outras forças políticas convocaram e realizaram plenária[223], na quadra do Sindicato dos Bancários, com a presença do ex-presidente, reunindo ao final daquele dia mais de 5 mil pessoas.

---

[221] Diretório Nacional do PT, em São Paulo- SP

[222] Logo no começo do seu discurso, o ex-presidente afirmou que ontem era o "dia da indignação" para ele, numa referência clara à mais nova etapa da Operação Lava Jato, que o levou coercitivamente para prestar depoimento e realizou busca e apreensão em sua residência e de familiares. "Vão ter que me enfrentar nas ruas", diz Lula à militância. Site Partido dos trabalhadores,2016. Disponível em: https://pt.org.br/vao-ter-que-me-enfrentar-nas-ruas-diz-lula-a-militancia/ Acesso em: 06 jul. 2021.

[223] Disponível em: https://pt.org.br/vao-ter-que-me-enfrentar-nas-ruas-diz-lula-a-militancia/ Acesso em: 06 jul. 2021.

A articulação discutiu a necessidade de intensificar as mobilizações em defesa da democracia e contra o golpismo. A avaliação era a de necessidade de mobilizações urgentes, pois essa foi a tônica dos discursos, após o chamado[224] da militância à quadra dos Bancários[225], em São Paulo. As organizações articuladas definiram entre as prioridades de ação para o próximo período, o dia 8 de março de 2016.

O Dia Internacional das Mulheres [8 de março] abre o ano das mobilizações focando em uma pauta específica, mas, em 2016, foi potencializada e reforçada em todo o País com a jornada de mobilizações e manifestações. O momento era considerado propício para a realização de agitação e propaganda, o tempo todo e em todos os espaços, utilizando-se das pedagogias culturais, com o objetivo de sensibilizar sobre a gravidade da crise, lutar contra ao golpe, e exigir uma nova política econômica, com garantia da manutenção dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. A missão posta naquele momento, na avaliação da FBP, era dialogar com a sociedade e ganhar hegemonia das ideias, estimulando para que a participação fosse ativa e solidária com as lutas das diversas categorias.

Figura 11: Ato 18 de março de 2016 - Avenida Paulista - SP

Fonte: Dino Santos.

Fonte: Reprodução RBA.

[224] No mesmo dia da condução coercitiva.

[225] Emocionado, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursou por mais de uma hora em sua segunda fala pública sobre os acontecimentos desta sexta-feira (4). **Lula foi à quadra dos Bancários, no centro de São Paulo, onde mais de três mil pessoas se reuniram em solidariedade ao ex-presidente. Lula**: "o que aconteceu foi uma ofensa ao estado de direito e à democracia" Site Institutolula.org, 2016. Disponível em: https://institutolula.org/lula-o-que-aconteceu-foi-uma-ofensa-ao-estado-de-direito-e-a-democracia acesso em: 10 ago. 2021.

Em 18[226] de março[227] de 2016, a Frente Brasil Popular realizou atos em defesa da democracia e da legalidade, reunindo pelo menos 1,35 milhão de pessoas em 24 estados. Segundo informação da articulação, em São Paulo, foram mobilizadas 500 mil pessoas, além de outras 200 mil, em Recife, 100 mil, em Salvador, Fortaleza e no Distrito Federal. Na capital da República:

> [...] os manifestantes levaram para as ruas muitas bandeiras com os rostos de Luiz Inácio Lula da Silva do período das eleições do ex-presidente, em 2006, e da reeleição da presidenta Dilma Rousseff, em 2014. Os manifestantes ficaram concentrados em vários grupos em Frente ao Museu da República e em outros locais da Esplanada dos Ministérios. (Site[228] FBP)

O *El país* [229]noticiou que na Avenida Paulista, "compareceram [230]milhares pessoas dispostas a ouvir o ex-presidente Lula, [...]". Os representantes das diversas entidades afirmaram, em seus discursos, que a democracia estava em risco[231] e evidenciavam que

---

[226] Alonso (2017) informa que dias antes, em 13 de março, os grupos apoiadores do golpe se concentraram nas duas maiores cidades do País e nos estados base do PSDB. Em São Paulo, 500 mil foram à Paulista. Nos protestos "empresariado, associações patronais e setores organizados de classe [...]. Na Paulista, multidão de verde e amarelo saudou a Polícia Militar que, lisonjeada, contabilizou 1 milhão de presentes, enquanto o Datafolha estimava 210 mil. O MBL ganhou protagonismo nas ruas, e o Vem pra Rua se conectou com o sistema político, via PSDB. Juntos, os grupos do setor patriota se juntaram na Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos. PT. Lula virou o Pixuleco, boneco gigante inflado, com roupa de prisioneiro e o número do partido mais o do estelionato no código criminal (13.171). E Moro personificou a moralidade pública" (ALONSO, 2017, p. 55-56).

[227] No dia 16 de março de 2016, o Centro Acadêmico 22 de Agosto e o Fórum 21 realizam Ato Pela Legalidade Democrática, com a presença de juristas, intelectuais, artistas e movimentos sociais. A atividade foi realizada no Teatro Tuca, em Perdizes, São Paulo. O ato ocorre em razão das tentativas de golpe que ameaçava o Estado Democrático de Direito. Os organizadores criticaram a ilegal condução coercitiva de Lula para depor na Operação Lava Jato, feita pela Polícia Federal, e o "irresponsável" pedido de prisão preventiva do ex-presidente da República, feito pelo Ministério Público Federal, sem qualquer tipo de prova ou fundamentação válida. Disponível em: http://Frente brasilpopular.org.br/noticias/juristas-e-intelectuais-realizam-ato-contra-as-recentes-tentativas-de-golpe-79bc/ Acesso em: 17 mar. 2021.

[228] Escrito pela Redação Rede Brasil Atual. **Atos reúnem 1,35 milhão em todo o país contra o golpe**, 2016.Site Frente Brasil Popular. Disponível em: http://Frente brasilpopular.org.br/noticias/atos-reunem-1-35-milhao-em-todo-o-pais-contra-o-golpe-60dd/ Acesso em: 06 jul. 2021.

[229] https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/19/politica/1458349771_427371.html Acesso em:17 mar. 2021.

[230] A reportagem do El pais aponta as divergências numéricas, segundo contagem do Instituto Datafolha (a Polícia Militar informou 80.000). Eram um quinto dos que foram à Paulista contra o PT no domingo.

[231] O jornalista Renato Rovai, criador da Revista Fórum, também denuncia que havia uma armação, que desde à noite anterior a manifestação na Avenida Paulista, criou-se uma armadilha midiático-policial com a sustentação da Fiesp e do governo de Estado de São Paulo, cujo governador era o tucano Geraldo Alckmin. Segundo ele, algumas dezenas de manifestantes invadiram "(vou usar este termo porque é o que eles gostam)" a Avenida Paulista logo depois da nomeação de Lula como ministro da Casa Civil e diziam que só sairiam do local com o *impeachment* de Dilma. Mas desde dia anterior havia centenas de policiais que passavam seu tempo na Paulista assistindo os "invasores" da avenida não só a pararem parte da cidade como também os vendo agredirem jovens e casais que passam ali e não tem o biotipo clássico dos apoiadores de suas teses. Os ataques foram registrados em vídeos e fotos que circularam nas redes digitais mostrando as agressões. Ao invés de retirá-las dali, a polícia protegeu o local. Por outro lado, a Globo e outros veículos divulgam a concentração e fizeram com que essa publicidade garantisse que outros começassem a seguir pra lá, o que fazia com que [...] o local fosse se tornando em um point dos pró-*impeachment*. O jornalista lembra de um detalhe, que a duas semanas um ato dos movimentos sociais marcado para o mesmo local foi desmarcado pelo governador que foi tão radical em não permitir atos no

diferentemente do último *impeachment*, Fernando Collor, em 1992, Dilma Rousseff não estaria só. As jornalistas Rossi, Bedinelli (2016) destacam a fala[232], do ex-presidente presente na manifestação, ocasião que voltava a dialogar com sua base depois da coerção coercitiva, dizendo se ver acuado pela investigação contra si, no momento mais agudo da crise política.

Figura 12: Manifestação 31 de março 2016-Praça da Sé- São Paulo (SP)

Fonte: Cartaz (FBP). **Foto**: Ricardo Stuckert.

O dia 31 de março está marcado na memória dos democratas brasileiros pela lembrança do golpe impetrado em 1964. E, com o objetivo de que não se repetisse esse acontecimento histórico, a FBP, em conjunto com a Frente Povo Sem Medo, realizou o chamado Dia Nacional de Luta-Golpe Nunca Mais [233]. A ação buscava estimular um

dia 13 a favor de grupos opostos ao *impeachment*. O grupo acampado provocava e dizia ter o direito de se manifestar, contou com o apoio major que respondia pela polícia na madrugada, ele afirmou que os contra o *impeachment* deveriam fazer seu evento em outro lugar, sugerindo o Largo da Batata. Escrito por: Blog do Rovai, Renato / Revista Fórum. **Se houver confronto hoje o nome do responsável é Geraldo Alckmin.** Site Frente Brasil Popular, 2016. Disponível em: http://Frente_brasilpopular.org.br/noticias/se-houver-confronto-hoje-o-nome-do-responsavel-e-geraldo-alckmin-3aaf/ Acesso em: 17 mar. 2021

[232] Em sua fala, que durou exatos 25 minutos, Lula refutou qualquer possibilidade de *impeachment*, ao qual se referia como "golpe". "Perdi muitas eleições e, em nenhum momento, vocês me viram ir para rua protestar contra quem ganhou", ressaltou. Se estava de volta, trazia com ele a figura do Lulinha Paz e Amor, com a qual se vestiu antes do início de seus mandatos para acalmar os temerosos de que sua chegada ao poder significaria uma revolução. "Relutei muito para aceitar ir para o Governo. E ao aceitar ir para o Governo, vivi outra vez o Lulinha Paz e Amor". "Eu não quero que quem votou no Aécio [Neves] vote em mim. Não quero que quem votou na Dilma goste de mim. O que eu quero é que a gente aprenda a conviver de forma civilizada." ROSSI, Marina. BEDINELLI, Talita. Lula: "Faltam dois anos com Dilma. É tempo. suficiente para mudar esse país". Site El País, 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/19/politica/1458349771_427371.html Acesso em: 17 mar. 2021.

[233] Em 28 de março de 2016, a OAB protocola novo pedido de *impeachment* contra Dilma. Em 29 de março de 2016, o PMDB rompe oficialmente com o governo. Em 30 de março de 2016:começam os trabalhos da comissão do *impeachment* na Câmara. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/cronologia-do-golpe/ Acesso em: 28 jun. 2021

estado de alerta e mobilização permanente em defesa da democracia contra o golpe e em defesa das conquistas e direitos ameaçados.

Um manifesto unitário em forma de nota [234]é elaborado pelas duas Frentes (FBP e FPSM) e sintetizada a análise de conjuntura das Frentes, com subsídios e fundamentos para a luta nas bases dos movimentos e na sociedade em geral. O texto convocava o povo brasileiro a defender direitos duramente conquistados em séculos de lutas. E, entre eles, está a Previdência Pública contra a proposta de uma Reforma que estabeleceria idade mínima para aposentadoria e ataque aos direitos dos trabalhadores. Além de convocá-lo em defesa da soberania energética e das estatais ameaçadas pela privatização[235]. O manifesto criticava ainda o ajuste fiscal que estaria recaindo, indevidamente, os custos da crise do capitalismo, sob a classe trabalhadora. Como programa, a proposta defendia que fossem cobrados dos sonegadores os bilhões roubados dos cofres públicos e desviados de forma criminosa para paraísos fiscais, que fossem taxadas as grandes fortunas, lucros e dividendos. Ou seja, que os ricos deveriam pagar a conta da crise. Os signatários continuariam enfrentando, nas ruas, cortes nos investimentos sociais [feitos pelo governo] nas áreas de educação, saúde, moradia e reforma agrária etc.

As Frentes apontam que entre os motivos para irem às ruas estava o posicionamento contra as intenções dos que queriam impor um *impeachment* ilegítimo como atalho para chegar ao poder. E acusavam Eduardo Cunha [presidente da Câmara dos deputados] e responsável pela abertura do processo de *impeachment* da presidenta Dilma de tentativa de chantagem explícita, pois estaria tentando subordinar os destinos do País à salvação de seu mandato.

Do mesmo modo, acusavam as tentativas da chamada "mídia golpista" de legitimar o *Impeachment*, visto que, defendiam não haver comprovação de crime por parte da Presidenta Dilma e que retirá-la do poder, sem base jurídica, motivado pelas razões oportunistas e revanchistas de Eduardo Cunha, era golpe. O manifesto unitário

---

[234]Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo. Nota sobre a mobilização Nacional 31/03. Site Frente Brasil Popular, 2016. Disponível em: http://Frente_brasilpopular.org.br/acao/31-03-dia-nacional-de-mobilizacao-c233/?f=b8cbee5673d0ad35d4c5fe8f33ad7c88#down Acesso em: 07 jul. 2021.

[235] Caso Geração e Transmissão S.A. (CELG) uma empresa que tem por objetivo a exploração técnica e comercial de instalações de geração e de transmissão, que lhes foram outorgadas pelo Poder Concedente, por meio de contratos de concessão específicos. Sua criação foi autorizada pela Lei nº 13.537, de 15 de outubro de 1999, com redação dada pela Lei nº 15.148, de 11 de abril de 2005 que piora e encarece os serviços. Neste mesmo sentido, o Manifesto chamava o combate o PLS 555 (que impunha regras de mercado às estatais) e ao PLS 131 (que revia o modelo de partilha do pré-sal) para exploração do petróleo e do Pré-Sal. Além disso, o PLC 30 (que liberava a terceirização irrestrita) com a defesa do direito ao emprego com trabalho digno, exigindo a mudança imediata da política econômica de juros altos e recessão aplicada pelo Governo

destacava a não aceitação de golpes à democracia, seja como atalho eleitoral, seja como ataques ao direito democrático de manifestação e soberania do voto popular.

Embora, desde 2015, as Frentes (principalmente a FBP) prestassem apoio ao governo sob ofensiva, colocam-se contrárias a Lei antiterrorismo, enviada ao Congresso pelo Governo Federal, que classificavam como uma ameaça de criminalização das lutas populares. As organizações apontavam que a saída para o povo brasileiro seria a ampliação de direitos, aprofundamento da democracia, com a democratização dos meios de comunicação e as reformas populares. Assim como a defesa das liberdades, enfrentando o machismo, a LGBTfobia e o racismo, os quais encontram sua expressão no genocídio da juventude negra. As palavras de ordem que resumem as pautas desse momento são: contra a reforma da Previdência, não ao ajuste fiscal e aos cortes nos investimentos sociais, em defesa do emprego e dos direitos dos trabalhadores, em defesa da democracia, Fora Cunha, contra o *impeachment*.

Figura 13: Material de divulgação da Jornada pela democracia

Fonte: Frente Brasil Popular[236].

A Frente Brasil Popular priorizará, durante todo ano de 2016, as mobilizações em defesa da democracia, contra o golpe e a retirada dos direitos, expressas nos calendários de orientação aos estados para mobilizar e organizar a atuação da militância. A tática de comunicação[237] estará nas ações de consolidar os coletivos de comunicação e constituir uma Central[238] de Mídia para acompanhar e divulgar o dia a dia da votação do

[236] 31de março de 2016: Jornada Nacional em Defesa da Democracia. Site Frente Brasil Popular, 2016. Disponível em: http://Frente_brasilpopular.org.br/noticias/31de-marco-jornada-nacional-em-defesa-da-democracia-70b6/ Acesso: 10 ago. 2021.

[237] Realizar uma ação nas redes em conjunto com a Central de Mídia da Frente Brasil Popular no dia 11, dia da votação do relatório da comissão, na Jornada do dia 15, e na mobilização nacional do dia 17, dia da votação.

[238] Para que se tenha escala presencial e virtual; articular os meios: rádio, site, redes sociais, e impressos para a reta final do processo; estimular ações de diálogo com a sociedade através de ações de agitação e propaganda.

impeachment[239]. Para viabilizar a comunicação, produziu-se uma edição especial de um Jornal[240] da FBP, que poderia ser impressa e distribuída nos estados. Também houve a divulgação do Mapa da democracia e uma campanha para o envio de mensagens aos deputados.

Guerra (*et al*., 2017) divide a construção do golpe em quatro fases vividas pelo governo, desde 2011, ou seja, da posse da presidenta Dilma ao auge da popularidade, até a aprovação do *impeachment*. O autor detalha:

> **Primeira fase: (o governo fortalecido)**: desde a posse em 1º de janeiro de 2011 até 6 de junho de 2013, quando o Movimento Passe Livre faz seu primeiro ato de protesto em São Paulo;
> **Segunda fase (governo enfraquecido)**: de 6 de junho de 2013, depois de quedas fortes de popularidade por conta dos protestos até 25 de outubro de 2014, quando se reelege para o segundo mandato com mais de 54 milhões de votos.
> **Terceira fase (o governo acuado)**: de 26 de outubro de 2014, quando Aécio e o PSDB não reconhecem a derrota nas eleições, até 2 de dezembro de 2015, quando Eduardo Cunha aceita o pedido de processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados. É também a fase na qual o governo, com indicação de Joaquim Levi para o ministério da fazenda aceita aplicar parte importante dos programas derrotados nas urnas.
> **Quarta fase (governo golpeado)**: de 2 de dezembro de 2015, na abertura do processo de *impeachment*, a 31 de agosto de 2016, quando enfim Dilma Rousseff é afastada definitivamente pelo Senado Federal. (GUERRA *et al*., 2017, p. 65-66, grifos do autor)

Em abril de 2016, ocorreu um momento de encontro[241] das frentes (FBP e FPSM) e a instalação do "Acampamento Nacional [242]dos Movimentos Populares em Defesa da democracia", em Brasília (DF) que, naquele momento, contava com mais de 4 mil participantes. O apelo dos organizadores era que os movimentos mobilizassem a

---

[239] Galinari, Fabiana Flores de Carvalho (2017) disserta em "Ativismo na Internet e o *impeachment* de Dilma Rousseff: as estratégias de convocação dos movimentos pró e contra a presidenta do Brasil, 2014-2016", que a FBP por razões relacionadas a sua orientação ideológica e pela distorcida visibilidade a que foi submetida pelos enquadramentos das mídias de massa - durante o processo de *impeachment* – buscou, através do seu site e das redes de comunicação das organizações que a integra, convocar e mobilizar as pessoas, desafiando e recusando a reprodução de discursos das mídias de massa em suas campanhas.

[240]Jornal Frente Brasil Popular. Ano 1 Edição especial Site FBP, 2016. Disponível em: www.Frente brasilpopular.org.br/acao/jornal-Frente -brasil-popular-ano-1-edicao-especial-dbe6/. Acesso em: 10 ago. 2021.

[241] São Paulo, 20 de abril de 2016.

[242] O Brasil em Brasília: acampamento pela democracia já conta com mais de 3,5 mil residentes Site FBP, 2016. Disponível em: http://Frente brasilpopular.org.br/noticias/o-brasil-em-brasilia-acampamento-pela-democracia-ja-conta-com-mais-de-3-5-mil-re-083d/ Acesso em: 10 ago. 2021. Para informação em outra fonte Hylda Cavalcanti, da RBA. Acampados em Brasília manifestam confiança na derrota do golpe. Site rede Brasil Atual, 2016. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/04/acampamento-contra-impeachment-tem-cerca-de-15-mil-manifestantes-e-nao-param-de-chegar-onibus-6882/ Acesso em: 10 ago. 2021.

participação de mais pessoas na atividade, posto que a participação era aberta a todas às organizações.

Na eminência do golpe, a Frente dirigiu-se às instâncias estaduais, aos coletivos dos movimentos e comitês de base, destacando as prioridades de ação, tendo em vista que seria votada a admissibilidade do processo de *impeachment*[243]. Em linhas gerais, as orientações fortaleciam a necessidade de mobilização pelo pedido da anulação do processo de *impeachment*, em função do afastamento[244] de Cunha. A FBP também defendia o não reconhecimento de um possível governo Temer (desde o momento de sua instituição). Pelo contrário, essa gestão deveria ser classificada como usurpadora e ilegítima. Em um cenário de consumação[245] do golpe, a palavra de ordem assumida pela Frente, em forma unitária, sem prejudicar iniciativas locais e de cada movimento é: "Não ao Golpe, Fora Temer!". As deliberações são de promoção de escrachos contra Temer e Cunha, contra os deputados e senadores golpistas, além de ações de convencimento dos indecisos.

Embora prestasse apoio ao governo sob ataque também o pressionava para que retirasse todos os processos de privatização [246]em curso.

As ações permanentes de agitação e propagandas, em especial nas capitais, perdurariam (de maio até agosto) com atos político-culturais, nas capitais e grandes cidades, e agitação contra o golpe. Em síntese, a FBP intensifica o calendário de luta contra qualquer medida de retirada do governo. E organizou atos políticos pelo País, com a presença sistemática da presidenta Dilma, que se dirigiu ao povo e à nação de forma periódica, para explicitar o golpe.

Para isso, as articulações compõem grupo de representantes da sociedade com assessoria para que funcionem como "governo legítimo" paralelo, com concessão de coletivas de imprensa, organizadas pela FBP em conjunto com a imprensa alternativa, e os correspondentes internacionais, bem como entrevistas nesses veículos com personalidades influentes que denunciassem o golpe. E, também, foram planejadas

---

[243] Senado aprova admissibilidade do processo de *impeachment*. Fonte: Senado, 2016.Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2016/05/senado-aprova-admissibilidade-do-processo-de-impeachment Acesso em: 08 ago. 2021.

[244] Eduardo Cunha foi afastado do cargo no dia 5 de maio de 2016.

[245] No dia previsto para a votação, 12 de maio, construir uma representativa mobilização em frente ao Planalto para recepcionar a Presidenta, para isso garantir a presença máxima de pessoas, distribuídas pelos representantes dos movimentos e dos setores. Além disso, organizar um ato simbólico na descida da rampa, em que a Presidenta seja acompanhada por representações do povo brasileiro, em especial as mulheres, como também de artistas, intelectuais, governadores e prefeitos, entre outros.

[246] Retirada dos artigos referentes à limitação da folha pagamento no PLP 257, e que crie a Política Nacional dos Atingidos por Barragens.

articulações políticas internacionais e eventos que a recepcionassem no exterior. E, ainda, uma "Mesa de diálogo" entre os vários setores da sociedade brasileira, que se pronunciassem contra o golpe.

Para a Frente, era necessário empregar todos os meios possíveis, fossem na imprensa popular e nas rádios comunitárias, ou ainda, com pichações e formas culturais. De forma complementar, estimular que as instâncias da FBP, pelo país, discutissem e se preparassem para paralisar as atividades em seus espaços de trabalho, nas escolas, municípios etc. O sucesso dessa empreitada serviria como uma forma de preparação para realizar uma greve geral, que de fato enfrentasse o plano golpista neoliberal.

Figura 14: 17 de abril 2016[247]- Vale do Anhangabaú, em São Paulo

Fonte: Cartaz (CMP). **Foto**: Pedro Vannucchi - Jornalistas Livres.

Em abril[248] de 2016, o relator do processo de *impeachment* na comissão da Câmara apresenta relatório favorável à abertura do processo contra a presidenta. Cinco dias depois, a Comissão Especial do *Impeachment* na Câmara aprova o parecer do relator. A Advocacia Geral da União recorre, sem sucesso, ao Supremo Tribunal Federal, alegando cerceamento de defesa no processo de *impeachment.* Finalmente, em17 de abril, com 367

247 No Vale do Anhangabaú, capital paulista, a população começou chegar às 8h30 neste domingo (17). Músicas de resistência e protestos animam os que aproveitam os 32 graus do concreto seco do local e o transformam em calor vibrante de quem acordou pensando em ver a democracia triunfar. Otimismo e preocupação se mesclam, todos parecem ter consciência de que a votação em Brasília será apertada e tensa. Mas, por enquanto, é acompanhar e gritar "não vai ter golpe"! Silva, Rafael e Segatto, Norian (2016). Confiança marca a participação de milhares de pessoas no Vale do Anhangabaú, em São Paulo. Disponível em: http://Frente brasilpopular.org.br/noticias/confianca-marca-a-participacao-de-milhares-de-pessoas-no-vale-do-anhangabau-em-s-6d95/ Acesso em: 10 ago. 2021.

248 Em contraponto ao *impeachment* de Dilma, o campo Progressista protocolou, já em abril, dois pedidos de *impeachment* contra o vice-presidente Michel Temer. Após a recusa de Cunha abrir processo, o STF intervém e o ministro Marco Aurélio, por liminar, obriga o presidente da Câmara a instalar uma comissão para análise do *impeachment* do então vice-presidente. Um dos pedidos foi apresentado por Cid Gomes, do PDT. Até o final de 2016, o processo contra Temer não havia andado. Na mesma semana, o relator do processo de *impeachment* na Comissão Especial da Câmara, o Deputado Jovair Arantes, do Partido Trabalhistas Brasileiro (PTB-GO), apresentou parecer favorável ao prosseguimento do processo de *impeachment* (GUERRA *et al*., 2017, p. 133).

votos, a Câmara aprova a abertura do processo de *impeachment*, depois de três dias de sessão.

> Na sessão mais longa da história da Câmara dos Deputados, o Brasil assistiu em rede nacional um show de horrores, com o *impeachment* sendo aprovado por 367 votos a 137, e seguindo para o Senado Federal. Transmitido em rede nacional, como mobilização de favoráveis e contrários ao golpe, cenas lamentáveis foram exibidas, com votos a favor do *impeachment* sendo justificados pelos motivos mais absurdos: Jair Bolsonaro, por exemplo, então deputado pelo Partido Social Cristão do Rio de Janeiro (PSC- RJ) dedicou seu voto ao Coronel Brilhante Ustra, notório torturador da ditadura militar, tendo cometido abusos contra a própria presidenta Dilma Rousseff no período em que foi presa e torturada pelo regime de exceção. Outros inúmeros deputados chegaram dedicar seu voto a familiares, a políticos, amigos e até a Deus. A deputada Raquel Muniz, do Partido Social Democrático (PSD-MG), dedicou seu voto a seu marido, Ruy Muniz, então presidente de Montes Claros, destacando sua suposta ética e exemplo de gestão. No dia seguinte à votação, ele foi preso pela Polícia Federal. Casos como esse demonstram ausência de qualidade e gabarito daqueles que ajudaram a golpear uma presidente democraticamente eleita. (GUERRA *et al*., 2017, p. 135)

Neste cenário, a FBP reafirma a não aceitação do golpe tramado, em sua avaliação por forças antidemocráticas, antipopulares e antinacionais que aspiravam por retomar o governo federal à revelia das urnas, impondo um modelo econômico baseado na restrição dos direitos trabalhistas, dos programas sociais e da soberania nacional. E ainda, denunciava que a votação na Câmara Federal havia sido uma fraude forjada por aqueles que praticavam a corrupção, a plutocracia e a mídia, demonstrando que não havia qualquer crime de responsabilidade cometido pela presidenta Dilma Rousseff. Segundo essa avaliação, as declarações de votos dos deputados e deputadas, em nome de Deus e da família e, com menções machistas, homofóbicas e racistas, teria sido apenas uma forma de camuflar a ruptura constitucional que estava sendo aplicada. A Frente Brasil Popular conclamava a sociedade brasileira a continuar nas ruas com atos, paralisações e manifestos e continuar a organização dos comitês em defesa da democracia e contra o golpe nos municípios, escolas, universidades e categorias profissionais. Convocava, ainda, todos os movimentos e entidades do campo democrático a construir uma jornada contra o golpe no dia 1º de maio, com concentrações por todo o País. E orientava igualmente à organização imediata de atividades regionais e setoriais que expressassem a repulsa do mundo da cultura, do trabalho e da democracia contra o *impeachment*.

Por fim, demandava à presidenta da República que prontamente reorganizasse seu ministério, com representantes das forças partidárias e sociais que conformam a

resistência democrática, adotando medidas emergenciais que protegessem a renda e o emprego dos trabalhadores e trabalhadoras. A FBP se comprometia a não descansar um só minuto antes que o golpismo fosse derrotado e o País retomasse o rumo da normalidade constitucional. E reafirmava o não reconhecimento de qualquer governo que tivesse origem no desrespeito e desprezo da legalidade democrática, inevitavelmente caracterizado pela ilegitimidade e o arbítrio. A Frente postulava que, assim como em outros momentos difíceis da história brasileira, o povo estaria à altura do desafio de derrotar os inimigos da Constituição e da democracia.

Figura 15: Resistência ao golpe

Fonte FBP.

A estratégia da FBP para a continuidade da luta contra o golpe foi traçada [249], após longos e aprofundados debates sobre a conjuntura política. Os encaminhamentos e deliberações visavam facilitar o debate entre os militantes e as instâncias locais componentes das Frentes. Eles foram sintetizados por áreas de atuação, e orientações para ações[250]. Na área institucional (Congresso e STF), foram: intensificar a pressão com os senadores para que votassem contra o *impeachment*, denunciar a contradição existente de um Congresso, com mais de cem de seus integrantes como réus em processos no STF podiam julgar uma Presidenta, considerada inocente. Havia unanimidade contra as propostas [251]que circularam na imprensa e entre senadores da possibilidade de antecipar as eleições ou fazer um acordo para eleições gerais em outubro do mesmo ano.

Para a continuidade da luta contra o golpe, as Frentes FBP e Povo Sem Medo decidem dirigir-se aos senadores aliados. E, em cada estado, dialogar com os três

[249] Em reunião em Brasília, 21 de abril de 2016.
[250] Marcar uma audiência com a Presidência do Senado e do STF para entregar os manifestos de setores da sociedade que se posicionaram contra o golpe.
[251] O entendimento era que daria motivos para legitimar os golpistas, aceitando uma renúncia. Além disso, não havia garantias sobre a lisura do pleito. Os 54 milhões de eleitores elegeram Dilma para todo período até dezembro de 2018. Por fim, esta é uma medida juridicamente inviável, e por tanto dispersaria e dividiria o campo.

senadores que o representam para que se posicionassem contra o golpe. Por fim, consultar partidos e juristas sobre medidas cabíveis a serem tomadas junto ao STF.

Além disso, foram enviadas sugestões a serem apresentadas ao Governo para que a Presidenta se mantivesse altiva, na ofensiva, denunciando seus inimigos e traidores, em todos os espaços públicos, explicando ao povo o que estava acontecendo. De modo a escancarar os verdadeiros objetivos do golpe, que eram de implementar um programa neoliberal, que recuperava as taxas de lucro do capital financeiro, retirava direitos dos trabalhadores e priorizava a aplicação dos recursos públicos nas áreas de interesse do capital.

As Frentes sugeriam a construção de um ministério[252] que expressasse para a sociedade um novo projeto de Governo. Defendiam, ainda, a apresentação de um plano de emergência com medidas[253] populares. O governo deveria tomar a iniciativa de encaminhar ao Congresso uma proposta para viabilizar a necessária reforma política[254], sem a qual não haveria uma democracia representativa.

A FBP e a FPSM propunham manter a unidade popular, junto à sociedade, nas ruas, nas redes sociais e com a base organizada, denunciando sistematicamente os objetivos de implementar um programa neoliberal, e esclarecer a sua natureza e propostas, conforme as que vinham circulando na imprensa que, em sua avaliação, certamente custariam muito caro para o povo brasileiro.

A linha política defendida era a centralidade na narrativa da defesa de que Dilma era a Presidenta eleita e Temer seria o "usurpador golpista". Neste sentido, tenta explicar para o povo o que significava o golpe e seu programa econômico, buscando mobilizar a base da classe trabalhadora e, sobretudo, a juventude trabalhadora das periferias das grandes cidades. Como resultado construir uma paralisação[255] nacional que interrompesse a produção, o transporte, o comércio, e sinalizasse para a burguesia e para os senadores, que haveria muita luta, se caso passasse o golpe.

---

[252] Na avaliação da FBP, ainda que o tempo fosse curto, esse ministério se manteria como um verdadeiro governo paralelo, caso fosse consumado o golpe.

[253] A proposta era de implementar três ou quatro medidas simples e objetivas, que ajudassem a resolver os problemas do povo, sem necessidades de leis ou aprovação do Congresso.

[254] Para a FBP, através de plebiscito ou da aprovação dos projetos existentes no Congresso. A forma o governo deveria decidir. E assim, mesmo que fosse inviável politicamente pela correlação de forças, os colocaria na ofensiva e deixaria o ônus da negação aos opositores.

[255] A votação iria até o dia 11 de maio de 2016. A FBP delegou às centrais sindicais da FBP e FPSM, como CUT e CTB, que decidissem a melhor data para o movimento sindical tendo como indicativo a semana de 2 a 9/05.

Para Sorrentino, vice-presidente do PCdoB, do ponto de vista político, a FBP tornou-se a principal Frente de mobilização contra o golpe, e no decorrer da sua existência combateu o governo Temer e sua agenda ultraliberal [...], "foram manifestações incontáveis, algumas com mobilizações numerosas". O vice-presidente destaca que tais ações foram importantes para "amalgar um certo grau de unidade entre as Frentes e as centrais sindicais" que organizaram as ações de resistência. Ele recorda o ato do dia primeiro de maio. "Éramos forças participante [...] fomos juntando as águas que era nosso papel, teve momentos muito altos, fizemos um trabalho indispensável" (SORRENTINO, entrevista, 2021).

Além dessas, outras atividades complementares foram realizadas em Brasília (DF), sobretudo com a militância da região, tendo em vista a aproximação do golpe. Organizou-se, ainda, naqueles dias que se avizinhava o *impeachment,* ato de solidariedade e acolhida à Presidenta, além de um protesto no Palácio do Planalto contra o governo golpista.

Em termos de articulações internacionais, a FBP participou no Foro de SP e do Fórum Social Mundial[256], denunciando o golpe e a ofensiva conservadora. Assim, visavam buscar solidariedade ao Brasil. Para a realização dessa tarefa, constituiu-se uma equipe com experiência em articulações internacionais, que priorizasse as iniciativas que envolviam denúncias e solidariedade internacional com a finalidade de isolamento dos golpistas.

Por último, a preparação das organizações foi medida necessária para a proteção de uma eventual ofensiva da direita, se intensificaria com a criminalização dos movimentos sociais em todos os níveis, fazendo-se necessário reforçar a articulação dos comunicadores e a iniciativa da Central de Mídia, e a organização da comunicação nas redes e outros espaços.

A juventude da Frente Brasil Popular lançou um manifesto público [257,] cujo objetivo era lançar questões para a geração que não viveu ou tinha lembranças do que era o Brasil antes de 2002.

No Manifesto Público, a juventude da FBP explicita as razões do golpe, na busca de diálogo com uma nova geração. Uma juventude que não tinha vivido e não tinha

[256] Realizado entre os dias 19 e 23 janeiro de 2016, em Porto Alegre, RS.
[257]Manifesto dos Jovens da Frente Brasil Popular, 2016. Site Frente Brasil Popular. Disponível em: http://Frente_brasilpopular.org.br/noticias/manifesto-dos-jovens-da-Frente_-brasil-popular-487c/. Acesso em: 08 jul. 2021.

lembranças do que era o Brasil dos anos 1980 e 1990. Uma geração que viveu a maior parte da sua vida nos anos 2000 e, por isso, teria aprendido, em sua maioria, que política é para os outros. De tal forma que "terceirizou" a luta "na crença de que alguém, como em um toque de mágica iria resolver todos os seus problemas e garantir seus direitos"[258].

> Cada um de nós tem suas críticas e leitura de como viemos parar nesse momento, mas isso só nos faz querer ir para dentro dos movimentos. Na política não há espaço vazio. Se nós não fizermos, alguém vai fazer por nós e vamos continuar nos queixando de que não temos espaço nas instituições.
> Estamos em um momento de mudança, onde os diretos que muitos acreditam ser impossível perder estão sim em risco. Para nós que crescemos depois da constituição de 88, defender a democracia pode parecer abstrato, mas essa foi uma conquista concreta pela qual muitos deram suas vidas. (MANIFESTO[259] DOS JOVENS DA FRENTE BRASIL POPULAR, 2016)

No texto, ao explicar o seu conceito de democracia, a juventude da FBP enfatiza que ela é a participação de todas e todos, independente da orientação sexual, do nível de escolaridade, da religião, da classe social, da raça ou etnia. Ou seja, o direito de exercer suas individualidades, participar de todos os espaços públicos e privados.

A juventude da Frente Brasil Popular avaliava [260]que, nos anos anteriores, muitos começaram a ter acesso a espaços antes inimagináveis, como uma simples viagem de avião, estudar em uma universidade, ou ter uma mulher na presidência do País. Segundo essa análise, essas mudanças teriam assustado aos que sempre monopolizaram o poder. "Aqueles que nunca gostaram de dividir sequer a areia da praia com o povo da 'farofada' e frequentar os mesmos espaços com quem 'não tem berço'"[261] .

Seguindo o raciocínio, o que estava em risco não era simplesmente o governo da presidenta Dilma, mas os direitos trabalhistas, o ensino e a saúde pública, o direito de organização e manifestação.

> O que está em jogo para nós são direitos tão básicos, que muitos não acreditam ser possível perder, porque já crescemos com eles. Infelizmente a história nos mostra que não foi sempre assim, e que é possível retrocessos. (Manifesto[262]. dos Jovens da Frente Brasil Popular, 2016)

---

[258] Disponível em: http://www.frentebrasilpopular.org.br/noticias/manifesto-dos-jovens-da-frente-brasil-popular-487c/ Acesso em: 9 de fev.2020
[259] Ibid.
[260] Ibid.
[261] Ibid.
[262] Ibid.

O documento destaca que o golpe estava explícito no projeto de Temer "Ponte para o Futuro" (GUERRA *et al*., 2017, p. 98-108), que defendia a redução de programas sociais (FIES, Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida[263]). Com relação à educação, o enfrentamento não era apenas os cortes de investimentos, mas também as sinistras políticas de privatização e militarização do ensino público. O entendimento da juventude da FBP era que os setores mais conservadores objetivavam "ceifar o pensamento crítico e fazer das escolas um laboratório para o fascismo".

Seguindo a argumentação da "Ponte para o Futuro", projeto do vice-presidente, não explicitava aonde chegaria, ou seja, "quais serão afetados para não gerar revolta na população, esconde o que pretende fazer e deixava aberto que haveria cortes". Ao observar alguns projetos que estavam no Congresso, as ameaças ficavam ainda mais evidentes:

> Terceirização e fim da CLT. (PL4330 e PL4193), privatização de todas as empresas públicas, entrega do Pré-Sal (PL555 e PL6726), estatuto da Família, retrocesso para LGBTs e mulheres (PL6583), maioridade Penal (PEC115), nascituro (bolsa estupro) e Alteração do Código Penal sobre aborto (PL478 e PL5069). (Manifesto dos Jovens da Frente Brasil Popular, 2016)

No manifesto dos jovens da Frente Brasil Popular, observa-se a rejeição ao projeto "Ponte para o Futuro", (PAULANI, 2016) e na avaliação da juventude da FBP, "a única forma de barrar a ofensiva" era que cada um participasse da luta na forma como mais se identificasse, "pois, as soluções não caem do céu". A juventude da FBP afirma no manifesto que escolheram um lado e por isso participam dos movimentos que compõem a Frente Brasil Popular, "e você, está esperando o quê para tomar posição?", foi a questão lançada à nova geração[264].

As Frentes[265] organizaram ato de 1º de Maio de 2016 e publicam a Carta do Povo Brasileiro, [266] cujo conteúdo trazia a denúncia do golpe e apresentava propostas

---

[263] Em 2009, tendo como horizonte mais amplo impactar a economia por meio da indústria da construção civil, atendendo a interesses do mercado, o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi anunciado com o objetivo de ampliar o mercado habitacional para atendimento das famílias com renda de até 10 salários-mínimos. Paz, Diniz (2018, p.10).

[264] Manifesto dos jovens da FBP - Site da FBP.

[265] Convocado pelas Frentes Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo e as centrais- CUT, CTB e Intersindical, em São Paulo, realizaram ato no Vale do Anhangabaú. Presentes a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula. Além das lideranças do movimento social, artistas como Beth Carvalho, Martinho da Vila, Leci Brandão, Luana Hansen e Chico César garantiram presença no palco marcado pela bandeira em defesa da democracia, contra o golpe e em defesa dos direitos trabalhistas e sociais. Os movimentos aproveitaram as comemorações do Dia do Trabalhador para denunciar as ações do Plano Temer- Cunha que visavam acabar com as leis trabalhistas e conquistas sociais alcançadas nos últimos 14 anos.

[266]CARTA DA FRENTE BRASIL POPULAR, 2016. Disponível em: https://mab.org.br/2016/05/03/carta-da-Frente -brasil-popular/ Acesso em: 10 ago. 2021.

emergenciais para a crise. O documento foi distribuído em panfletos, jornais, redes e programas, de modo a seguir promovendo debates e atos político-culturais no número possível de universidades, teatros, entre outros. Uma motivação para que a sociedade se mantivesse mobilizada contra os golpistas.

No Dia do (a) Trabalhador (a), as frentes foram para rua com as seguintes pautas: “democracia, nenhum direito a menos e não vai ter golpe”, o objetivo era denunciar o golpe de estado que se avizinhava. A análise era de que setores empresariais articulavam com Temer medidas que incluíam mudanças na legislação trabalhista. Nesta data, as centrais sindicais e movimentos sociais amplificaram as denúncias do "golpe" no País, apesar de manterem suas críticas à gestão da presidenta Dilma.

Figura 16: Cartaz de chamada para o 1º de maio de 2016

Fonte: Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo

Os empresários do setor industrial, por sua vez, encaminharam, em 29 de abril de 2016, ao vice-presidente Michel Temer, um documento contendo o que consideravam "medidas fundamentais". Eram 36 propostas[267] para, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), serem implementadas "imediatamente" pelo governo, depois de o País solucionar a questão política. Com a apresentação do texto, depreendia-se que, para esse setor, a solução estava na troca do governo, uma vez que as medidas foram encaminhadas a Temer. Quatro delas abordavam diretamente as relações de trabalho, com a defesa do que a CNI chamava de “segurança jurídica” para o setor.

O primeiro item tratava em "valorizar a negociação coletiva" – os empresários apoiam iniciativas que privilegiam acordos em relação à legislação. A tese do "negociado sobre o legislado" foi formulada no governo Fernando Henrique Cardoso e chegou a ser

[267]CNI entrega a vice-presidente Michel Temer proposta com 36 medidas indispensáveis para tirar país da crise, 2016. Disponível em: https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/cni-entrega-a-vice-presidente-michel-temer-proposta-com-36-medidas-indispensaveis-para-tirar-pais-da-crise/ Acesso em: 09 jul. 2021.

aprovada na Câmara, permaneceu travada no Senado, sendo finalmente arquivada no início do governo Lula, em 2003, às vésperas do 1º de Maio. Mas eles se organizavam para a aprovação de outros projetos de lei com a mesma finalidade em tramitação no Congresso.

Outro pedido dos industriais era "regulamentar a terceirização". Havia um projeto nesse sentido em tramitação no Senado (PLC 30), combatido pelas centrais sindicais por, segundo afirmação, abrir a possibilidade de terceirização em todos os setores e atividades. A CNI também pedia ao governo para "sustar ou alterar o texto da NR 12", a norma regulamentadora sobre segurança do trabalho em máquinas e equipamentos, que tenta evitar ou reduzir a incidência de acidentes nesse setor. Por fim, a entidade queria que acidentes ocorridos no trajeto – de casa para ou trabalho, ou vice-versa – fossem excluídos do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

A confederação patronal justificava mudança de equipe, ou seja, golpe na presidenta eleita e a substituição pelo vice, ao se referir à agenda brasileira. O programa empresarial foi colocado em prática em conluio com Temer, assim que se consumou o golpe contra a presidenta e os trabalhadores(as). Em 10 de maio de 2016, a FBP promoveu manifestações e travamentos de rodovias e avenidas organizados, em protesto contra a proposta de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Na ocasião, foram contabilizados 11 estados participantes, entre eles São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso, Piauí, Paraíba, Natal, Rio Grande do Sul, Bahia, Espírito Santo e Pernambuco que amanheceram com movimentos sociais e sindicatos nas ruas, denunciando o golpe contra a democracia brasileira, cujo objetivo era a cassação de direitos dos trabalhadores e de programas sociais.

Em 12 de maio de 2016[268] aconteceu o afastamento por 180 dias da Presidenta Dilma e posse do seu vice Michel Temer, como presidente interino. A Frente Brasil Popular redige uma "Nota ao povo brasileiro[269]" em que expressa que "o voto popular foi usurpado por parlamentares dispostos a tomar de assalto o poder político". A análise era

[268] O vice-presidente Michel Temer (PMDB) foi notificado do afastamento da presidente Dilma Rousseff por volta das 11h30 desta quinta-feira (12) e se tornou, oficialmente, presidente interino enquanto durasse o processo de *impeachment* no Senado, cujo prazo máximo eram 180 dias. No mesmo dia do afastamento da presidente, Temer anunciou seu ministério. Composto por 22 homens brancos. TALENTO, AGUIRRE COLON, LEANDRO. Michel Temer é notificado e se torna oficialmente presidente interino. Site Folha Uol, 2016 Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770532-temer-e-notificado-e-se-torna-oficialmente-presidente-interino.shtml. Acesso em: 20 abr. 2021.

[269] Nota da Frente Brasil Popular ao povo Brasileiro. Site Frente Brasil Popular, 2016 Disponível em: http://www.frentebrasilpopular.org.br/noticias/nota-da-frente-brasil-popular-ao-povo-brasileiro-614e/ Acesso em: 08 jul. 2021.

que “a maioria do Senado Federal, ao aprovar o processo de *impeachment* contra a presidente da República, capitulou diante do golpe das oligarquias contra a Constituição, tornando-se cúmplice de flagrante ruptura da ordem democrática”. Denunciava que esses agiam à “revelia das urnas, pois faziam parte da coalizão de forças conservadoras que se formou para estabelecer um governo ilegítimo, a serviço dos grandes grupos econômicos locais e internacionais” (Nota[270] da FBP, 2016).

A nota afirmava, ainda, que a abertura do processo contra a presidente Dilma Rousseff, e seu afastamento provisório, não passava “de uma farsa: sem crime de responsabilidade configurado, representando apenas recurso ao arbítrio para impor pesados retrocessos aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros”. (Nota da FBP, 2016)

Denunciavam que as intenções dos “golpistas” eram declaradas, pois propunham o cumprimento de um programa antipopular e antinacional, que não hesitaria em avançar contra a Constituição, pois adotaria “medidas de criminalização e repressão contra a resistência democrática, os movimentos sociais e os partidos progressistas”.

Diante dessa situação, a FBP conclamava a união em torno da palavra de ordem “Fora Temer[271]”e apontava que ocorreria a paz “quando o governo for restituído a quem recebeu mandato constitucional consagrado pelas urnas”.

Verifica-se que a intenção era “derrotar o golpe nas ruas e nas instituições”. Por isso, a nota da FBP propõe a tática de continuar pressionando os senadores até o dia da votação final. E exigir que o STF se manifestasse sobre o mérito do *impeachment*, concomitantemente defender as conquistas sociais e reagir “contra a agenda antipatriótica dos usurpadores”. A nota se encerra com a convicção do papel e da missão do povo brasileiro, a quem, mais uma vez na história, caberia “a missão, com suas próprias mãos, de reconduzir o País ao Estado de Direto e ao regime democrático”.

Em 21 de maio de 2016, em reunião presencial com mais de uma centena de participantes, a articulação efetuou análise de conjuntura com a presença do ex-presidente Lula e deliberou os encaminhamentos de participação ativa do processo do Fora Temer.

---

[270] Nota da Frente Brasil Popular ao povo Brasileiro. Site Frente Brasil Popular, 2016 Disponível em: http://www.frentebrasilpopular.org.br/noticias/nota-da-frente-brasil-popular-ao-povo-brasileiro-614e/ Acesso em: 08 jul. 2021.

[271] No dia 23 de maio, o jornal Folha revelou áudio de conversa telefônica entre o senador Romero Jucá (MDB-RR), um dos principais articuladores do *impeachment*, e o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado. Em conversa sobre as investigações da Lava Jato, Jucá diz: “Tem que resolver essa porra… Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria” Relembre os principais momentos do governo Michel Temer, mês a mês. Site Folha Uol. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/relembre-os-principais-momentos-do-governo-michel-temer-mes-a-mes.shtml?origin=uol Acesso em: 05 ago. 2021.

Em linhas gerais, uma política de ação para o período, em que o vice-presidente Michel Temer (PMDB) estaria interinamente na presidência. O propósito era o de manter a unidade da Frente Brasil Popular em torno da palavra de ordem: "Não ao Golpe, Fora Temer" e assim continuar denunciando os golpistas, em especial a Rede Globo, por sua atuação destacada na construção do golpe. Também foi deliberada a permanente pressão, de modo adequado, aos senadores em suas bases eleitorais para que votassem contra o *impeachment*, estimulando e contribuindo com todas as lutas e iniciativas espontâneas que efervesciam contra o Governo Temer, não o reconhecendo e denunciando todas as medidas de afronte aos direitos conquistados pelo povo brasileiro.

As articulações institucionais se desenvolviam com a formação de um coletivo político que, em conjunto com a equipe [da Presidenta], construía a agenda de realizações de atos políticos com a sua presença.

Os movimentos populares comporiam grupos temáticos criados para monitorar e denunciar as medidas do Governo Temer, em cada campo específico, além de sugerir à Presidenta a elaboração de uma nova Carta ao Povo brasileiro[272], em que assumisse os compromissos com um novo programa de Governo, a ser executado caso a democracia fosse reestabelecida.

As mobilizações de massas e as atividades de agitação contra o golpe foram estimuladas, convocadas por diversos setores (jovens, mulheres, sem teto etc.), em diferentes cidades, contribuindo na mobilização das Paradas LGBTQIA+ (dia 29 de maio), com a palavra de ordem "Não ao Golpe, Fora Temer!". A Frente prioriza a realização de um número possível de atos político-culturais reunindo intelectuais, juristas e artistas nas capitais, em especial em São Paulo e Rio de Janeiro.

A Frente Brasil Popular participa das plenárias temáticas e setoriais, organizadas por (advogados, educadores, trabalhadores e trabalhadores da saúde, entre outros) para denunciar as medidas do Governo Temer nessas áreas específicas, e fomentar a organização desses segmentos na articulação. São plenárias autoconvocadas, realizadas nos estados ou nacionalmente, de acordo com a capacidade de articulação de cada setor.

Para ampliar a organicidade das iniciativas, o caminho era o de seguir estimulando a organização de comitês populares, núcleos e, grupos de base, no maior número possível

[272] A carta foi publicada em 16 de agosto de 2016. Na missiva, a presidente afastada propõe um plebiscito "com o objetivo de consultar a população sobre a realização antecipada de eleições, bem como sobre a reforma política e eleitoral. Leia íntegra da carta de Dilma Rousseff, 2016. Site El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/16/politica/1471370577_438351.html Acesso em: 10 ago. 2021.

de municípios, bairros e setores sociais, de forma a incluir a militância que tivesse interesse em atuar politicamente, mas e que não estava nesses espaços. Neste modelo de organização, diante da conjuntura os comitês de base teriam autonomia para tomar iniciativas políticas de ação.

3.2 Os Primeiros Encontros de organização da Frente Brasil Popular: os comunicadores, os juristas pela democracia

Figura 17: Cartaz do Encontro Comunicadores pela Democracia

Fonte: FBP.[273]

Em junho de 2016, foi realizado o primeiro Encontro de Comunicadores pela democracia[274]da Frente brasil Popular. Nele, os jornalistas, ativistas digitais e da mídia livre, de todo o Brasil, se encontraram[275] para debater a política nacional de comunicação da Frente e as estratégias para a próxima fase da luta pela democracia. O objetivo da atividade era dar coesão e organizar a rede de comunicadores da Frente.

A primeira mesa teve como eixo o tema "Unidade: a bandeira da esperança" e contou com a participação de lideranças dos movimentos que compõem a articulação, como a CTB, a CUT e o Movimento Sem Terra, entre outros. O tema da segunda mesa foi a cobertura da luta política feita pelos membros dos Jornalistas Livres, Brasil de Fato, TVT, Marcha das Mulheres e do Mapa da democracia, que discorreram sobre a construção dos elementos da contra narrativa como reportagens, elaboração de materiais impressos e audiovisuais, a construção de uma mídia militante e segurança na internet.

[273]Disponível em: http://www.frentebrasilpopular.org.br/noticias/frente-brasil-popular-realiza-i-encontro-de-comunicadores-pela-democracia-8f29/ Acesso em: 9 fev. 2021.
[274] Frente Brasil Popular realiza I Encontro de Comunicadores pela Democracia. Disponível em: http://www.frentebrasilpopular.org.br/noticias/frente-brasil-popular-realiza-i-encontro-de-comunicadores-pela-democracia-8f29/ Acesso em: 10 ago. 2021.
[275]O encontro aconteceu nos dias 18 e 19 de junho de 2016, no Sindicato dos Bancários, São Paulo- SP.

Na terceira mesa, ocorreu o debate sobre a política nacional da comunicação da Frente Brasil Popular que foi explanada pelas entidades que a compõem: Central de Mídia, Barão de Itararé, CUT e Mídia Ninja.

No primeiro Encontro de Comunicadores da FBP, não faltou atividade cultural, com a realização de um Arraial pela democracia no mês das festas juninas. No último dia do encontro, realizaram-se as oficinas de lambe, audiovisual, transmissão ao vivo, diagramação e criação de memes, redes sociais, rádio e fotografia.

Na programação, ainda, houve o debate político sobre a unidade considerada a bandeira da esperança, dada a importância da unidade nas narrativas e ações unificadas. As rodas de conversa versaram sobre como fazer a contra narrativa em rede, a questão da segurança na rede e o desenvolvimento de mapa da democracia e a definição da política de comunicação da Frente Brasil Popular.

Galinari (2017) disserta sobre o papel da comunicação para a luta social, independentemente do modo como a operaram, o importante a ser considerado é que:

> Recebendo ou não atenção das mídias de massa, a comunicação de um movimento social tem por natureza um caráter público, porque busca acionar a interpretação e o compartilhamento dos sentidos dos atores sociais. Desse modo, pode-se concluir que, seja através da visibilidade alcançada através da reverberação de suas ações pelas mídias de massa, seja através da divulgação de causas e demandas via internet (em sites e redes sociais online) e em atos e manifestações de rua, os movimentos exercem a importante função de promover o debate público sobre questões de interesse coletivo. Nesses termos, estabelece-se uma relação importante entre as mídias digitais e as mídias de massa na contemporaneidade – ambas necessárias e complementares - no que tange à reverberação de temas sensíveis à sociedade. (GALINARI, 2017, p. 49)

O Primeiro Encontro Nacional da Frente Brasil de Juristas pela Democracia foi uma iniciativa de organizar os militantes do campo do Direito para formarem uma articulação de juristas, com a identidade da Frente Brasil Popular. A ideia foi lançada em 2 de junho, em Brasília [DF]. Participaram desse encontro as lideranças de mais de 60 grupos e movimentos de juristas e consolidou-se a proposta de constituição da Frente Brasil de Juristas. O objetivo era se manter na defesa contra a tentativa do golpe e atuar nos estados, em conjunto com a Frente Brasil Popular e com as entidades e instituições comprometidas com a defesa da democracia, promovendo atos, debates, seminários e, sobretudo, a conscientização para a cidadania e a luta por direitos.

Figura 18: Ato de lançamento Frente Brasil de juristas pela democracia

Fonte: Frente[276] Brasil de juristas pela democracia.

A Frente Brasil Popular convocou as juristas e os juristas, as advogadas e os advogados, defensores públicos, juízes e juízas, promotores e promotoras de justiça, estudantes, para o Encontro[277] pela Defesa da Democracia. Na pauta do encontro, estavam a análise de conjuntura nacional, os desafios do Estado democrático de direito e a apresentação de propostas para superar os desafios conjunturais e estruturais.

A Frente Brasil de Juristas pela democracia foi lançada em um ato que reuniu lideranças de mais de 70 correntes, grupos e movimentos de juristas existentes em todo o País, representando os juristas. A proposta do movimento foi de promover atos, debates, seminários promovendo a educação jurídica para o entendimento dos direitos constitucionais e fundamentais requisitos que são para fazer valer as leis.

Figura 19: Continuidade das mobilizações para derrotar o golpe

Fonte: Frente Brasil Popular

[276]Disponível em: https://sasp.org.br/noticias/jornal/confira-lancamento-do-livro-qa-resistencia-ao-golpe-de-2016q/ Acesso em 8 de fev.2021

[277] Realizado nos dias 4, 5 e 6 de julho de 2016, em Brasília. O deslocamento, hospedagem e alimentação eram por conta das organizações e dos participantes.

No Dia Nacional de Mobilização[278] (10 de junho, 2016), a FBP em conjunto com a FPSM formulava que há menos de um mês do golpe, a conta chegara aos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. O presidente ilegítimo e golpista, Michel Temer, não escondia o que estava por trás do afastamento ilegal da presidenta Dilma Rousseff: Reforma da Previdência, com arrocho nos direitos dos trabalhadores, desvinculação do orçamento da educação e saúde, suspensão de programas sociais como Minha Casa, Minha Vida, FIES, PROUNI e PRONATEC, criminalização e perseguição dos movimentos sociais, entre outros.

Os escândalos de corrupção envolvendo Aécio Neves, Temer e Eduardo Cunha demonstravam que os chefes do golpe arquitetaram toda a movimentação para derrubar a Presidenta Dilma, sem crime de responsabilidade, para parar as investigações da Operação Lava-Jato, usurpar o poder e aplicar o projeto mais neoliberal da história do Brasil. Diante dessa realidade, a Frente Brasil Popular seguia não reconhecendo o governo golpista, e vaticinava que Temer não governaria, pois, segundo a convocatória, a rua era "o lugar de resistência, as ocupações são os comitês de resistência, e a luta o lema. "Não temos nada a Temer". (Comunicação[279] Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo, 2016)

A FBP convoca a população brasileira, "que preza pela democracia e que não reconhece o governo golpista, a ocuparem as ruas e avenidas no dia Nacional de Mobilização pelo "Fora Temer", no dia 10 de junho de 2016". (Comunicação[280] Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo, 2016)

Um levantamento de dados [281]expõe que o povo brasileiro perderá com o golpe. A articulação explanava que para que tivesse noção das perdas, a população precisaria saber o que ganhou e, mais do que isso, precisava entender que esses ganhos foram fruto de vultosos investimentos, de muito trabalho, de políticas de Estado e não do acaso.

---

[278] Dia 10 de junho de 2016. Dia Nacional de Mobilização. Site Frente Brasil Popular, 2016. Disponível em: http://www.frentebrasilpopular.org.br/noticias/dia-10-de-junho-dia-nacional-de-mobilizacao-3c5a/ Acesso em: 10 ago. 2021.

[279] Disponível em: http://www.frentebrasilpopular.org.br/noticias/dia-10-de-junho-dia-nacional-de-mobilizacao-3c5a/ Acesso em: 8 fev.2021

[280] Disponível em: http://www.frentebrasilpopular.org.br/noticias/dia-10-de-junho-dia-nacional-de-mobilizacao-3c5a/ Acesso em: 8 fev.2021

[281] O que o povo brasileiro perderá com o golpe? Dia 6 de julho de 2016. Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/o-que-o-povo-brasileiro-perdera-com-o-golpe-bc7e/. Acesso em: 28 out. 2021.

> A redução de 50% da mortalidade infantil, que salvou milhões de crianças da morte certa em um governo do PSDB, é consequência de um conjunto de prioridades que vão da reformulação do SUS às consultas obrigatórias das gestantes no pré-natal, às creches, passa pelo Bolsa Família, pelas cotas e cisternas do Nordeste. (Site[282] FBP)

A avaliação da Frente Brasil Popular era que a associação entre investimentos e conquistas serviria de parâmetro para que a consciência popular dos ganhos do governo democrático popular se instalasse. O entendimento era de que, se explicado a população, o processo associativo entre perdas e ganhos se faria e, assim, a aprendizagem ocorreria.

A expectativa era de que uma vez que o povo recebesse essas informações e contribuições e se confrontassem com elas, surgiriam várias "leituras", mas que, sobretudo, serviria como um instrumento a mais para os habilitar através de um debate permanente, a assumir o protagonismo da história, definindo-se, e desenvolvendo-se uma consciência dos destinos do País que lhes pertence.

Figura 20: Manifestação pelo Fora Temer

Fonte: Frente Brasil Popular, 2016.

Em uma conjuntura de afastamento da presidenta Dilma por 180 dias, e de desmonte das políticas sociais pelo governo interino de Temer, a Frente Brasil Popular estabeleceu que o centro da tática para o próximo período seria de continuidade da luta contra o golpe, e traça os próximos passos da luta pelo "Fora Temer", zelando pelo princípio da unidade em torno do que é consensual entre as entidades, com posicionamento em torno da bandeira "Não ao Golpe, Fora Temer" e "Nenhum Direito a

[282] O que o povo brasileiro perderá com o golpe? Escrito por FBP, dia 6 de julho de 2016. Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/o-que-o-povo-brasileiro-perdera-com-o-golpe-bc7e/. Acesso em: 28 out. 2021.

menos". Para isso, necessitaria seguir mobilizando as ruas. Porém, a FBP avaliava que era momento de experimentar novos métodos, visto que os esforços empreendidos anteriormente tinham chegado ao seu limiar.

Desse modo, havia que se intensificar a disputa dos corações e mentes da classe trabalhadora e dos setores populares que apenas observavam os acontecimentos, sem se envolver na disputa política. Alcançar esse objetivo exigiria trabalho de base, agitação, propaganda e lutas permanentes. A estratégia da FBP era de uma mobilização capaz de influenciar o Senado, bem como as demais instituições que atentavam contra a democracia. Por isso, o devir era de denunciar, de forma pedagógica, a essência do governo golpista, bem como expor todas as suas políticas antipopulares. Para a FBP, seria necessário amplificar a luta contra o programa neoliberal em curso, demonstrando como essas medidas afetavam a vida do povo brasileiro, vinculando-as ao "Fora Temer".

Para a Frente Brasil Popular, a saída seria política e, para viabilizá-la, buscava a elaboração de um texto unitário que representasse a coesão nos pontos possíveis. Um documento base para aprofundar a construção de uma posição unitária, em torno da saída política. A recomendação era que ao discuti-lo deveria se evitar ao máximo a polarização e o tensionamento nos estados.

Além disso, com relação ao diálogo com a Presidenta Dilma, a FBP buscou reforçar o encaminhamento que publicitasse o mais breve possível uma carta de compromissos com o povo brasileiro e a criação de um comitê político, com representações da Frente que ajudassem na coordenação das ações contra o golpe, e seguir apresentando sugestões de agendas para que ela visitasse os estados em atividades de massa.

Uma outra ação era de diálogo com os senadores progressistas, explicitando que suas iniciativas são de livre arbítrio, não sendo condicionadas à posição da FBP. Com esse entendimento, solicitar a esses senadores que apresentassem uma carta à Presidenta e ao presidente interino Temer, endossando a proposta de antecipação das Eleições, assinada pelos apoiadores dessa proposta, como forma de aferir a possibilidade de reversão de votos com essa medida.

Figura 21: Manifestação pelo Fora Temer

Fonte: Edyane Ponciano.

A FBP avaliou a conjuntura política do País, em julho, 2016. E, sinteticamente, concluiu que "apesar das dificuldades impostas por uma correlação de forças institucional desfavorável, o *impeachment* não era uma fatalidade, podendo ser revertido". Para tanto, tornava-se fundamental retomar o processo de mobilização nas ruas. Com vistas a esse objetivo, definiram algumas orientações para serem aprofundadas nos coletivos estaduais e municipais da Frente popular, nos movimentos e organizações".

Buscava-se, assim, diálogo com a sociedade: fortalecer o esforço de traduzir o golpe para a população, explicitando o programa e as medidas do governo golpista com intensificação da panfletagem massiva. Com relação às mobilizações: reforçá-las nos estados e nas bases eleitorais dos senadores em disputa até a votação final do *impeachment*. E, ainda, fortalecer ações setoriais em torno da defesa do Petróleo, Saúde e Educação, e intensificar a preparação da Greve geral, através de ações nos espaços de trabalho e em plenárias de categorias e reuniões regionais.

Complementarmente, a Jornada Nacional pelo Fora Temer foi de ações nas capitais, pois previa-se a primeira votação (entre os dias 24 e 29 de agosto) no plenário do Senado. Nesse dia, o Senado Federal se pronunciaria sobre as fases do processo de *impeachment* e os senadores votariam em plenário a aprovação ou não do relatório[283]. O resultado dessa fase[284] era previsível, mas a FBP esperava que as ruas demarcassem posição contrária ao golpe.

Assim, a FBP convocava as organizações participantes para, nas cidades, realizar atos públicos, marchas e manifestações naquela data, com a palavra de ordem "Não ao Golpe, Fora Temer". Ademais, a FBP ressaltava a importância da denúncia das medidas

[283] Apresentado pelo Senador Anastasia (PSDB-MG).
[284] Para que o processo prosseguisse, bastava a maioria simples.

do governo que afetavam a vida da população. Por fim, os comitês, coletivos municipais e estaduais deveriam tomar a iniciativa de promoverem tais protestos. Para aumentar a divulgação das ações, a Central de Mídia receberia os registros dos atos em textos, vídeos e fotos.

Percebe-se na Frente Brasil Popular há esperança, mas não se resume a esperar. Paulo Freire (1987) anuncia no livro a *Pedagogia do Oprimido*, uma outra forma de esperança que reside na luta social. Para o educador popular, "não é, porém, a esperança um cruzar de braços e esperar. Movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero" (FREIRE, 1987, p. 52). A esperança que chama a vencer o fatalismo de que as coisas são como são e não há o que fazer para mudar. Na Frente Brasil Popular, a esperança é luta, é fazer acontecer nos atos e de forma massiva, e assim ter capacidade de parar a sanha golpista.

3.2.1 Olímpiadas uma ferramenta de reinvindicação

O início dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro (RJ), em 5 de agosto de 2016, foi avaliado, pela Frente Brasil Popular, como um momento em que a atenção da imprensa internacional estaria voltada para o Brasil. Portanto, um período propício para fortalecer a agitação política de denúncia do golpe e das medidas implementadas pelo governo Temer, que sinalizava o seu projeto político. Deste modo, se julgava necessário dialogar com a população, alertando que o golpe em curso impactava diretamente sua vida.

Figura 22: Mobilização para passagem da tocha olímpica

Fonte: Frente Brasil Popular, 2016.

O cenário de crise política se aprofundava com evidências de corrupção envolvendo membros do governo Temer, agravado pelo descrédito do parlamento, os adiamentos do julgamento do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. De

outro lado, a FBP não tivera êxito em motivar a classe trabalhadora a lutar contra o golpe, numa conjuntura difícil, que exigia aumentar a atuação no trabalho de base, de agitação e propaganda no preparo das mobilizações.

A FBP, durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro (RJ), organizou marcha com um caráter de protesto nacional e internacional (já que estiveram presentes mais de 20 mil jornalistas de todo o mundo) para a data do evento esportivo.

A coletiva de imprensa das Frentes (FBP e FPSM) [285], no Rio de Janeiro (RJ), durante os jogos, teve o teor de denúncia do golpe para a imprensa internacional e anúncio do ato no dia (5 de gosto) em Copacabana-RJ, com manifestação horas antes da abertura das Olimpíadas. A agenda[286], nesse período, priorizava a realização de atos "Fora Temer", e organização de materiais específicos para o diálogo com turistas e imprensa internacional, angariando também apoio de parlamentares e artistas nacionais e internacionais.

A Rio 2016 era considerada pela Frente Brasil Popular um evento de dimensão histórica para os esportes, mas também uma importante ferramenta de reivindicação política.

Os "megaeventos" esportivos que aconteceram no Brasil, como Copa do Mundo 2014, foram polêmicos em relação a sua importância econômica, social e política. Para o presidente da CTB, Adilson Araújo (entrevista, 2021), teria sido uma "imbecilidade" levantar a bandeira do "não vai ter copa"[287], visto que, segundo ele, todo cidadão em sã consciência é sabedor de que a Copa impacta em investimentos, sendo a prova do legado pós Copa e Olimpíadas. Argumenta que não há nação que tenha desistido de disputá-los e atrai-los, visto serem eventos de importância. O dirigente afirma que eles deixaram legados como a Arena Corinthians (SP), o Estádio da Fonte Nova (Salvador- BA), entre outros. Ele repete o jargão dos críticos de que precisavam ter mais hospitais padrão Fifa, mas refuta-os, posto que a Copa do Mundo e as Olimpíadas, ou seja, o esporte é parte do projeto nacional de desenvolvimento humano sendo impossível desassociá-los.

---

[285] A coletiva para a imprensa internacional foi promovida pelas Frentes "Brasil Popular", "Povo Sem Medo". A intenção do encontro foi denunciar aos correspondentes internacionais o golpe em curso no País e anunciar o ato no dia (5 de gosto) em Copacabana. A manifestação horas antes da abertura das Olimpíadas CUT aprofundará construção da greve geral durante as Olimpíadas. Site FBP, 2016. Disponível em: https://frentebrasilpopular.org.br/noticias/cut-aprofundara-construcao-da-greve-geral-durante-as-olimpiadas-45cc/ Acesso em: 10 jul. 2021.

[286] Nas cidades, fora do RJ que também teriam competições olímpicas: Belo Horizonte (Mineirão), Brasília (Estádio Mané Garrincha), Manaus (Arena Amazônia), Salvador (Arena Fonte Nova) e São Paulo (Arena Corinthians).

[287] "Não vai ter copa" foi a palavra de ordem dos que se posicionaram contrário a realização dos jogos em 2014.

O evento Rio 2016, denunciava a FBP, que além do teor esportivo, havia a ideologia de unificar as nações mundiais em prol da paz e do convívio social. No entanto, apesar da festa, o País sede vivia um período retrógrado política e socialmente. Para a articulação, a população brasileira estava diante de um processo de golpe, comandado por políticos que veneravam o descaso com o povo e queriam vender as riquezas para Países que influenciaram no processo de tomada do poder. Desde o afastamento, sem provas concretas, da presidenta Dilma Rousseff, em maio daquele ano, o governo interino de Michel Temer e seus cúmplices passaram a tomar medidas contra algumas camadas da sociedade, sendo os mais pobres as principais vítimas, além das mudanças drásticas e negativas em relação ao trabalho, saúde, educação, social, e até diplomacia externa. O governo Temer não media esforços para aniquilar um histórico de desenvolvimento ocorrido nos últimos anos, com o objetivo de favorecer unicamente o empresariado, os ricos e os Países exploradores, saqueadores das riquezas naturais. O golpe, considerado "bem articulado e bem pago[288]", fazia com que a população sentisse na pele, no bolso e nos olhos a execução desse sistema que visa aumentar a diferença social e enriquecer ainda mais os capitalistas.

Diante da situação, a Olimpíada (2016) tornara-se uma oportunidade importante para mostrar ao mundo a luta da população brasileira, que exigia a retirada do governo.

No dia da cerimônia de abertura da Rio 2016, diversas cidades brasileiras realizaram ao mesmo tempo protestos contra o governo interino. Neles, as pessoas foram às ruas reivindicar seus direitos e exigir o respeito ao voto que elegeu a presidenta Dilma. Na capital carioca, principal palco das manifestações, iniciou-se, em Copacabana, e foi até o estádio do Maracanã, local da festa de abertura dos jogos. Nesta data, o mundo pode presenciar não somente o teor esportivo do evento, mas também a impopularidade de Temer, que foi vaiado em alto e bom som ao ser apresentado. A acusação era de que o muro construído para esconder as manifestações demonstrava o modelo de força expressiva usada.

Uma situação em que o País estava em um retrocesso constitucional, acobertado principalmente por uma imprensa que vinha dando apoio ao golpe. Neste cenário, Michel Temer aproveitava o período em que as pessoas estavam mais atentas aos jogos, e

[288] A Advogada Janaina Paschoal recebeu 45 mil, do PSDB, para elaborar pedido de *impeachment*. Site El País, 2016 Disponível em: https://revistaforum.com.br/noticias/janaina-paschoal-confessa-ter-recebido-r45-mil-do-psdb-para-elaborar-pedido-de-impeachment/. Acesso em:14 jul. 2021.

realizava manobras para ampliar o golpe e reduzir ainda mais os direitos do cidadão brasileiro.

A Frente Brasil Popular lembra o histórico dos Jogos Olímpicos em que as competições nunca foram unicamente um encontro de atletas e amantes do esporte, viso que a política também esteve presente nas edições passadas, por exemplo: na Olimpíada da Alemanha de 1936, que ficou marcada pela vitória do atleta[289] negro Jesse Owens, que venceu diversas provas em frente a Hitler, prejudicando sua narrativa de superioridade ariana. E ressalta que o esporte, assim como a vida, depende da política e tudo está inserido nela.

A Frente Brasil Popular destaca, ainda, que a escolha do Brasil como sede dos Jogos somente ocorreu graças à popularidade mundial do ex-presidente Lula, que realizou trabalhos de apoio social e incentivo a uma nova perspectiva de vida aos cidadãos brasileiros. Ao contrário de Michel Temer que, de forma irônica, apropriou-se dos eventos e com autoritarismo secular tentava esconder a grave situação política que o País se encontrava.

A Olimpíada findou em 21 de agosto de 2016, porém, para a FBP, a luta não. A participação desnudou o aumento do distanciamento entre ricos e pobres. E ainda, o desempenho dos atletas deveria inspirar a sociedade que supera os desafios para obterem resultados expressivos. A analogia era entre o jogo, a vida e o futuro, e como aproveitar as oportunidades e lutar pelo direito à escolha de um futuro melhor. As ruas expressaram força de luta e, a partir delas, precisava mostrar ainda mais a não aceitação do governo e o desejo de ter a democracia de volta, com direito e deveres. Para a Frente Brasil Popular, no dia que o País chegasse a este patamar ganharia a medalha de ouro social.

3.3 O *impeachment* da presidenta Dilma: o golpe legitimado, a luta continua

A Frente Brasil Popular esquematiza os encaminhamentos referentes à reta final da luta contra o *Impeachment*. Na análise, foi realizado o balanço das últimas atividades e avaliado como fundamental o esforço de resistência ao golpismo até a votação final, pois independente do cenário que prevalecesse, a ofensiva conservadora não cessaria,

[289] Torralba, Karla. O homem que superou Hitler. Jesse Owens desafiou o ditador nazista. Ao voltar para os EUA, precisou correr contra cavalos para sobreviver. Site Uol, 2020. Disponível em: https://www.uol.com.br/esporte/reportagens-especiais/jesse-owens-calou-hitler-mas-foi-obrigado-a-correr-contra-animais-para-comer/#cover. Acesso em: 11 ago. 2021.

portanto, seria fundamental que os movimentos populares estivessem nas ruas convocando o povo brasileiro à resistência.

Decidiu-se pelos seguintes encaminhamentos: realização de um ato político[290]com a presença da Presidenta Dilma reunindo intelectuais, personalidades, partidos políticos e lideranças populares, que representassem o campo democrático- Dia Nacional de luta contra o Golpe. A orientação era para que as energias de mobilização fossem concentradas em Brasília (DF), palco da votação. Para a viabilizar as ações, realizou-se uma campanha de arrecadação de recursos junto à sociedade

Segundo a Frente Brasil Popular, o golpe em marcha avançava sobre a soberania nacional e os direitos sociais e trabalhistas do povo brasileiro. A avaliação era de que havia sido realizadas expressivas mobilizações por todo o Brasil contra o golpe, contra o ataque à democracia e o governo ilegítimo, suas medidas antinacionais e antipopulares. Havia na articulação a convicção da necessidade de realizar uma decisiva paralisação nacional em todo País para elevar o patamar da luta.

A FBP debateu durante o ano de 2016, a necessidade de jogar todo esforço possível na realização dessa paralisação, ou seja, interromper a produção, a circulação e, o transporte das riquezas e de pessoas, no número possível de cidades, concluindo com atos de protesto para expressar a indignação e não aceitação do golpe nem do retrocesso civilizatório imposto.

Para FBP era chegada a hora de dar uma demonstração de força e para barrar o plano neoliberal dos golpistas, que jogavam todo peso da crise sobre as costas da classe trabalhadora retirando-lhes os direitos e, que vociferavam sem nenhum pudor, na imprensa burguesa seus planos de aumento da jornada de trabalho, de retirada das férias, 13º. salário, da privatização da previdência, rasgando a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e a Constituição Federal de 1988.

Por isso, na visão da Frente barrar o governo golpista e ilegítimo era defender os direitos da classe trabalhadora. Para tanto, havia que motivá-la a se engajar, paralisando as atividades e aumentando o nível de consciência da classe.

Constata-se que na Frente Brasil Popular, havia a ideia de classe como se ela fosse homogênea, ao passo que Marx e Engels nos ensina que ela se diferencia e que de todas que:

[290] O ato em São Paulo, em data a ser definida entre os dias 22 e 24/08.

> Se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria, o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico. As camadas médias, pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses combatem a burguesia porque esta compromete sua existência como camadas médias. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, são reacionárias, pois, pretendem fazer girar para trás a roda da História. Quando se tornam revolucionárias, isso se dá em consequência de sua iminente passagem para o proletariado; não defendem então seus interesses atuais, mas seus interesses futuros, abandonam seu próprio ponto de vista para se colocar no do proletariado. O lumpemproletariado, putrefação passiva das camadas mais baixas da velha sociedade, pode, às vezes, ser arrastado ao movimento, uma revolução proletária; todavia, suas condições de vida o predispõem mais vender-se à reação. (MARX, ENGELS, 1998, p. 49)

A heterogeneidade e a complexidade da classe trabalhadora são tratadas por Chauí (2016) no livro: *Por que gritamos golpe?* A análise da autora há elementos para entender as classes nas manifestações de 2016, pois:

> Evidenciaram as divisões políticas que atravessam a nova classe trabalhadora quando parte dela acompanhou a classe média, que, encorajada, empurrada pelos meios de comunicação de massa e partidos políticos de oposição, ergueu sua tradicional bandeira de luta contra a corrupção política e em favor de um golpe de Estado para restaurar a "ordem e o progresso". E o fez com uma violência, um ressentimento e um desejo sombrio de vingança não encontrado nem mesmo nas Marchas pela Família que encabeçaram o golpe de 1964. (CHAUÍ, 2016, p. 22)

A FBP construiu uma perspectiva de que conseguiria adesão popular e exponencial contra o golpe, mas o desenrolar dos acontecimentos revelará que esse objetivo é de difícil alcance.

Figura 23: Chamada para manifestação em 9 de agosto-MASP-SP

Fonte: Reprodução /CUT[291]SP.

[291]Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/movimentos-vao-as-ruas-dia-9-contra-temer-e-o-golpe-0fac/ Acesso em: 8 fev. 2021.

O mês de agosto de 2016 além de ser realização dos Jogos Olímpicos, foi da saída definitiva de Dilma Rousseff da presidência aconteceu a Jornada Nacional de Mobilização Contra o Golpe e em Defesa da democracia e reverter o quadro político era expectativa da FBP.

As atividades foram convocadas em diferentes cidades com as palavras "Não ao Golpe", "Fora Temer" e "Nenhum Direito a Menos". Em Nota Pública[292], divulgada em 4 de agosto de 2016, o alerta para os riscos de retrocesso nos direitos sociais no Brasil, reforçando que o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff não apresentava fundamento legal, sinalizando que sobre a presidenta eleita não pesava qualquer crime de responsabilidade. Portanto, a tarefa colocada era enfrentar o golpe e derrubar o governo ilegítimo.

De acordo com a FBP, na votação popular expressada nas urnas na eleição de 2014 havia desaprovação ao desmonte do patrimônio público e da retirada de direitos conquistados há décadas pelos trabalhadores e trabalhadoras. De modo que, os arquitetos do golpe sabiam que precisavam atacar a democracia e a Constituição Federal para aplicar seu programa radical de arrocho e ajuste fiscal de longo prazo.

Segundo a FBP, as normas constitucionais advogavam que a deposição de um presidente da República somente seria possível caso houvesse cometido algum crime e a perícia do Senado isentou Dilma de atuação nas pedaladas fiscais. Depois, o Ministério Público Federal confirmou o que os setores democráticos e progressistas da sociedade diziam que as "pedaladas fiscais" não configuram crime. Por isso, o parecer da procuradoria indicou pelo arquivamento da apuração.

Porém, o relatório, do Senador Antônio Anastasia (PSDB-MG), defendia a procedência da acusação, defendendo o prosseguimento do processo, que de acordo com a FBP atentava contra a Constituição.

A Frente Brasil Popular defendia, em nota pública, que não se tratava somente de um golpe contra uma presidenta legitimamente eleita, mas também contra os milhões de votos que estariam sendo cassados e contra a Constituição. Para a FBP, o alvo do golpe era a classe trabalhadora, os setores populares, os direitos sociais, as liberdades civis e democráticas, o patrimônio público, a soberania e o Estado Nacional.

---

[292] Movimentos vão às ruas dia 9 contra Temer e o golpe. Site Frente Brasil Popular, 2016. Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/movimentos-vao-as-ruas-dia-9-contra-temer-e-o-golpe-0fac/ Acesso em: 10 ago. 2021.

Para a FBP, a gestão interina de Temer ampliava o déficit público e anunciava um projeto que acaba com a obrigatoriedade de gastos governamentais em saúde e educação, impondo limites que significam um verdadeiro desmonte dos serviços públicos. Concretamente, significava o fim do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, a falta de medicamentos, equipamentos e materiais hospitalares, a precarização dos trabalhadores da saúde e da educação, o sucateamento das escolas etc.

Além disso, Temer diminuiu[293] os recursos dos programas Minha Casa, Minha Vida e do Bolsa Família, anunciou mudanças na Previdência Social, para aumentar a idade mínima e o tempo de contribuição da aposentadoria, planejava acabar com a política de valorização do salário-mínimo e aumento da jornada de trabalho para 80 horas semanais. Ademais, instalava uma política de juros altos que só beneficiava os interesses do rentismo.

Ao mesmo tempo, que os golpistas conduziam a privatização de empresas estatais no setor elétrico, nos portos e aeroportos, a venda de campos do Pré-Sal para corporações transnacionais e a venda de terras e demais recursos naturais ao capital internacional, dilapidando o patrimônio do povo brasileiro, estimulando a cizânia nos organismos regionais de integração e submetendo a soberania nacional aos interesses das grandes potências imperialistas.

Por isso, a Frente Brasil Popular reforçava em legítima defesa gritava não ao golpe, “Fora Temer” e “Nenhum Direito a Menos”. E afirmava que naquele momento, que antecedia a saída definitiva da Presidente Dilma, a mídia vinha se esforçando para tratar o *impeachment* como um fato consumado, escondendo as mobilizações ocorridas, bem como ocultando a figura da Presidenta legítima. Esse esforço midiático se intensificava na medida que se avizinhava o afastamento definitivo, com a omissão da crise política e econômica, com uma cobertura ufanista das Olimpíadas.

Contudo, a FBP avaliava ser possível, ainda, reverter a votação no Senado. Apesar da narrativa fatalista da mídia, segundo os cálculos da Frente faltavam poucos votos que os separavam da vitória sobre os golpistas. Não era por outro motivo que o governo golpista tentaria a todo custo antecipar a votação no Senado. Ainda segundo esta avaliação, o fator decisivo para assegurar essa virada era a mobilização na reta final do *impeachment*.

---

[293] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/governo-temer-vai-retirar-subsidios-a-baixa-renda-no-minha-casa-minha-vida-3bf4/. Acesso em: 8 fev. 2021.

Portanto, a FBP convoca ato nas ruas em conjuntos com a Frente Povo Sem Medo, para defender os direitos e mostrar ao Brasil e ao mundo que as Olimpíadas se encerravam (em 21 de agosto) em um País que estava sofrendo um golpe de Estado.

Por isso, a Frente Brasil Popular define por manifestações nas cidades, no dia do Juízo de Pronúncia no Senado. Estava em jogo o presente e o futuro do povo brasileiro.

Na defesa da democracia ergueu-se o acampamento nacional em Brasília, no final do mês de agosto de 2016, nas adjacências do Ginásio Nilson Nelson, na capital do poder central, se transformariam em uma trincheira em defesa da democracia e contra a retirada de direitos. Assim como aconteceu com a votação do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, pessoas de todas as partes do Brasil se juntaram para lutar contra o golpe de Estado que rondava a nação, conforme formulação da comunica a FBP.

Não havia indisposição e sim ânimo naqueles dias. O acampamento montado em Brasília foi o centro irradiador da perseverança de dias melhores para o conjunto da população brasileira. Ali, reuniram-se trabalhadoras e trabalhadores rurais, do serviço público, entidades sindicais e diversos movimentos sociais entrincheirados. Em comum, o inconformismo com a tentativa de solapação da jovem democracia. De tal modo que a solidariedade se tornou a marca da resistência. Sendo assim:

> Doações de mantimentos, equipamentos para camping, medicamentos e mãos, braços e pernas para ajudar na montagem do acampamento não faltaram. Em cada rosto percebe-se que não será tão fácil impor os retrocessos pretendidos com o golpe. Mulheres e homens compõem uma brigada democrática e republicana, disposta a lutar pelo bem-estar da coletividade brasileira.[294]

Aqueles dias foram apenas o início da jornada, e os que estavam ali reforçavam as fileiras de defesa da democracia e contra a retirada de direitos. O que os marcavam era a resistência, uma característica luta dos movimentos sociais, pois estavam na defesa dos avanços conquistados nos últimos anos, e que são intolerados pela elite, constantemente, temerosa em perder seus privilégios. Prado e Benicio analisam *O afastamento de Dilma Roussef: afetos e discursos em disputa na política,* corroboram que o afeto principal do lado da Frente Brasil Popular:

> É aquele ligado à alegria de estar junto, defendendo uma democracia ameaçada pelo autoritarismo e pelo desmonte neoliberal das conquistas democráticas ligadas aos direitos. A estratégia para os grupos da esquerda (FBP) na direção do empoderamento na luta firme e forte é a

[294]*Se há Golpe, haverá luta!* Site FBP, 2016. Disponível em**:** http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/se-ha-golpe-havera-luta-3de4/ Acesso em: 28 jul. 2021.

> alegria do encontro na direção do enfrentamento dos poderes elitizados e neoliberais. A música e a arte entram nessa composição de um corpo na multidão. (PRADO; BENICIO, 2019, p.17)

Era chegada a hora do epílogo de uma triste história escrita pelos derrotados de 2014. O Senado Federal seria o palco de um julgamento histórico. Mas a moral da história era que não existiam vencedores e quem estava perdendo era a democracia. A articulação agiu em defesa dos direitos e contra o desmonte de políticas públicas emancipatórias sendo inconteste. A FBP acentuava que não seria o golpe dos sem votos que mudaria o curso da História.

Borges (2016) escreve que "A história [295]tem uma dinâmica marcada por ascenso e descenso das lutas da classe trabalhadora",. Neste comunicado a defesa é que independente do resultado do julgamento do *impeachment*, movimentos populares reafirmavam a importância da resistência, mesmo em contexto adverso no campo dos direitos sociais.

A autora acrescenta que presença de cerca de 2 mil pessoas na manhã de (29 de agosto), em frente ao Senado Federal, em Brasília-DF, teve objetivo fazer acolhimento a Dilma Rousseff na sua ida da presidenta à casa legislativa para fazer a sua autodefesa no processo de julgamento do *impeachment* no qual a acusavam. A presidenta não caminhou sozinha, ao seu lado estiveram os representantes de movimentos populares, centrais sindicais, organizações de defesa dos direitos humanos e manifestantes em geral. Eles afirmavam que estavam ali também em defesa da democracia, independentemente do resultado do julgamento (BORGES, 2016).

O ato organizado pela Frente Brasil Popular, entre tantos outros, fazia parte de um conjunto de mobilizações realizadas por todo o País desde a aceitação do pedido de *impeachment* (dezembro de 2015). A peça jurídica, para a retirada da presidenta, foi elaboração pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e pago pelo PSDB para que Janaína Paschoal o escrevesse.

Naquele momento fechava-se um ciclo de lutas intensas pela democracia. Mas a esperança era que a votação fosse favorável à manutenção da ordem jurídica e caso o desfecho não fosse o desejado seguir na luta histórica pelos direitos da classe trabalhadora contra um governo ilegítimo era o planejamento.

No dia da votação:

---

[295]A História tem a dinâmica de ascenso e descenso para a classe trabalhadora. Site FBP, 2016. Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/a-historia-tem-a-dinamica-de-ascenso-e-decesso-para-a-classe-trabalhadora-aponta-9015/ Acesso em 8 fev. 2022.

> Vindas de várias regiões do País, em movimento crescente, e alojadas desde domingo no Acampamento Nacional pela democracia, localizado ao lado do Estádio Nilson Nelson, as e os participantes do ato, concentrados ao lado esquerdo do Congresso Nacional, buscavam alternativas à falta de uma infraestrutura adequada, como um telão, para acompanhamento da sessão em tempo real. Em rodas, cercavam caixas de som improvisadas ou celulares mais potentes. Reagiam com choro, gritos de guerra ou silencio às falas feitas pelos julgadores do processo. (BORGES, 2016)

A presidente Dilma era acusada de assinatura, em 2015, de três decretos de abertura de créditos suplementares e atraso de pagamento de parcelas ao Banco do Brasil referente à subsídios do Plano Safra, as mencionadas pedaladas. Segundo argumentos da acusação, a presidenta teria ferido a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Elaborando uma retrospectiva da trajetória do golpe, a comunicação da FBP lembra que em julho, o Ministério Público Federal (MPF) concluiu que o não pagamento das parcelas não se configuravam como operação de crédito, ou seja, não significava um empréstimo não pago e pediu o arquivamento do mesmo. Sobre a assinatura dos decretos a defesa da presidenta argumenta que revisão em outubro da prática pelo:

> Tribunal de Contas (TCU) foi realizada posteriormente à data de assinatura dos decretos, nos meses de julho e agosto. Com a manifestação pelo Tribunal, o governo passou a adotar outra postura e não emitir mais decretos. A regra do TCU não pode, então, ser aplicada de forma retroativa. A defesa também argumenta que a ação não impactou na meta fiscal porque houve remanejamento de despesas para orçamento já aprovado pelo Congresso. (BORGES, 2016)

A ação do processo do *impeachment* seguiu adiante mesmo sem provas e evidências. Embora os ditames que estabelecem a Lei de *Impeachment* (1.079/1950) previssem que para a destituição da presidenta seria necessário somar 54 votos favoráveis entre os 81 senadores. Ou seja, dois terços do Senado. Na votação realizada em 11 de maio para análise da abertura do processo de *impeachment* pela Casa, 55 senadores manifestaram voto favorável e 22 votos contrários.

Seguindo esta leitura, o cenário era adverso para o resultado do processo de julgamento. Apesar da ampliação do debate público, passada a votação de maio, com todas as evidências contrárias ao impedimento e apesar dos impactos do ascenso ao poder de um governo sem legitimidade nas urnas, como também as articulações realizadas na tentativa de reverter em votos contrários ao *impeachment* dos parlamentares indecisos, a composição das bancadas no Congresso se alinhava com o programa "A ponte para o futuro" apresentado pelo presidente em exercício, Michel Temer (PMDB). Ou seja, o

computo favorável (ao *impeachment* era de metade dos senadores indiciados, em processo de investigação avançada, um julgamento cujos julgadores embora soubesse não haver crime, queriam a garantia de não serem eles mesmos punidos.

Os movimentos sociais, as centrais sindicais e os partidos do campo democrático popular denunciaram, em atos e à imprensa, os retrocessos no campo dos direitos sociais resultado das medidas adotadas nos três meses desde a posso do presidente em exercício. Na crítica citavam:

> A extinção de Ministérios e de programas, como Ciência Sem Fronteiras, o desmonte da política agrária, a apresentação de propostas que fragilizam as políticas sociais básicas, como a Proposta de Emenda Constitucional 241/2016, proposta por Temer em maio no qual estabelece um novo regime fiscal para gastos com saúde e educação. (BORGES, 2016)

Figura 24: Cartaz da votação final do golpe

Fonte: FBP/FPSM.

O cenário era de acentuada preocupação para os movimentos, não apenas com o presente, mas, sobretudo com o futuro. O desfecho foi desfavorável, apesar das mobilizações realizadas não barraram o golpe de Michel Temer que foi empossado em definitivo em 31 de agosto de 2016. Depois da última fase do processo de *impeachment* foi de votação no Senado. A presidenta Dilma perdeu seu mandato com 61 votos favoráveis e 20 desfavoráveis: Mesmo com um crescimento de impopularidade nos últimos meses em relação a Temer e seus aliados ao tomar o poder, o pleito político

comprovou que muitos que estão no Congresso Nacional não estão a serviço e para representar o povo. Foram 61 votos que venceram mais de 54 milhões.

Figura 25: Saída da presidenta Dilma do Palácio

Fonte: Rede Brasil Atual.[296]

A defesa da democracia contra o golpe é fala constante dos entrevistados, que apontam a FBP como uma das principais protagonistas das mobilizações do período. Sendo destacada como uma das principais atividades, "a luta contra o golpe, com acampamento da juventude em Brasília e as passeatas". Carina Vitral, presidenta da UNE, (entrevista, 2021) enfatiza que, "perdemos no Congresso Nacional, mas na rua empatávamos", e diferente da direita[297] que tinha "o vento a favor, estávamos remando na contramão da opinião pública, por isso o mérito do empate" (CARINA, entrevista 2021).

O destaque para a ação da FBP está palavras de Vagner Freitas, presidente da CUT, (entrevista, 2021), a FBP é para mobilização, entre as principais atividades estão as que movimentaram milhares de pessoas pelo Brasil, defendendo o País do golpe.

> A FBP é sinônimo de mobilização, organização dos trabalhadores dos mais diversos níveis para defender os seus direitos, enfrentar os poderosos, a direita, os patrões e empresários, e os latifundiários na luta pela democracia contra ditadura, tomar as ruas e não deixar a direita fazê-lo. (VAGNER FREITAS, entrevista, 2021)

Carlos Rogério, direção da CTB, (entrevista, 2020) considera que a principal atividade da articulação foi a resistência ao golpe e as lutas posteriores: "não arredamos o pé das ruas, denunciando o processo de *impeachment*, combatendo a política do Temer, e tentando construir uma alternativa eleitoral que barrasse o processo".

---

[296] Disponível em: www.redebrasilatual.com.br. Acesso em:19 fev. 2020

[297] Para Prado e Bueno (2019), a maneira da esquerda de estar junto na multidão é muito diferente daquela da direita, que se reúne convocada, mas não acampa, não participa senão no "panelaço" e em situações pontuais como em frente à Fiesp, na avenida Paulista, onde essa distribuiu até mesmo bifes de filé mignon; depois volta à vida individualizada/individualizante (PRADO; BUENO, 2019, p. 17).

Segundo Soninha, da Marcha Mundial das Mulheres, a atuação na FBP no processo de luta contra o golpe foi muito importante, "é inimaginável o que teria sido se não houvesse um processo dos movimentos organizados nacionalmente".

> Conseguimos fazer muitas ações coordenadas pelo Brasil afora, muitos atos e manifestações. Foi insuficiente, porque teve o golpe do mesmo jeito, mas foi o processo de resistência muito importante. Inclusive tivemos a capacidade de desvendá-lo, de mostrar para a sociedade, para o mundo, que no Brasil o *impeachment* era um processo de golpe, não era um negócio real (*impeachment*), era um processo de golpe. (SONINHA, entrevista, 2020)

Nesta avaliação, a FBP teve papel fundamental para a realização de atividades no mundo inteiro, organizando outros setores. Em vários Países do mundo foram feitas ações, e discussões para desconstrução de que havia ocorrido um processo do *impeachment* classificando o acontecido no Brasil como ruptura democrática.

> O que se consolidava no Brasil era um golpe e apontar foi importante. Embora sem conseguir derrubar o governo Temer, este foi um dos mais mal avaliado pela população brasileira, porque teve luta contra o golpe, movimentos, organização representativa, e as manifestações do Fora Temer. Essas ações inviabilizaram que se concretizasse o golpe da forma como havia sido planejado. Mudamos a ideia de que o golpe era somente destruir o governo Dilma. Ele era para destruir os movimentos, suas conquistas e a esquerda brasileira. (SONINHA, entrevista, 2020)

Guerra *et al*. (2017) avaliam que ao ser empossado, o presidente dispensou viagem ao exterior "ou faz o mais discretamente possível, pois foi recebido com protesto contra o golpe em dois dos quatros países que visitou em 2016 como na Argentina e nos Estados Unidos. Cabe informar que em alguns países da América Latina não reconheceram seu governo, pelo menos nos primeiros meses. Como foi o caso da Bolívia, Cuba, Equador, Nicarágua e Venezuela. (GUERRA *et al*., 2017, p. 124-125). Ainda sobre o cenário internacional pós posse de Michel Temer.

> Os partidos de esquerda em vários países como Alemanha, Espanha, França, Portugal e membros do Foro São Paulo, entre outros, e até um grupo importante de parlamentares democratas Estados Unidos se manifestaram de várias formas solidárias ao PT, à presidente Dilma Rousseff e contra o golpe. Até agora os golpistas não conseguiram estabelecer relações efetivas no exterior, salvo com atuais governos Argentina e Paraguai. Mesmo a participar da Cúpula do G20 na China depois do Brics na Índia em 2016, Temer ficou em segundo plano e não conseguiu realizar os encontros bilaterais que pretendiam com os demais países membros. O novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, apesar do esforço da embaixada brasileira em Washington, não convidou Michel Temer para sua posse ou para algum encontro posterior. O acordo Mercosul-União Europeia, apesar de toda a disposição dos golpistas de negociá-lo, também não recebeu até o

> momento qualquer movimentação de parte dos europeus. (GUERRA *et al*., 2017, p. 125)

Para Soninha, MMM, a ideia da elite, que articulou e organizou o golpe, era mais ampla do que fazer o que fizeram. Ela acentua a relevância de uma organização como a FBP e do processo de articulação, justamente não permitir que o esfacelamento da esquerda e dos movimentos sociais se concretizasse, demostrando que existia resistência no Brasil. Soninha (entrevista, 2020). Segundo Guerra (2017):

> A triste verdade é que os golpistas impuseram o Brasil a imagem no exterior de uma "República de bananas" conforme ficou claro na reportagem de órgãos de imprensa insuspeito como *New York Times*, *The Gardian*, *Le Monde*, entre outros ao cobrirem o *impeachment*. A orientação dada pelo chanceler usurpador às representações diplomáticas do Brasil no exterior para que esclarecessem, seu âmbito de atuação, a constitucionalidade do *impeachment*, não convenceu ninguém. Em alguns foros, os diplomatas brasileiros passaram por constrangimentos como ocorreu durante a Conferência do Trabalho da OIT, em junho de 2016, em Genebra, quando um afoito funcionário do Itamaraty tomou a palavra numa sessão de trabalho foi vaiado pela delegação dos trabalhadores, além de ter sua palavra cassada pela mesa por tentar distorcer a ordem do dia. (GUERRA *et al*., 2017, p. 125)

Para Gebrim, Consulta Popular, inquestionavelmente, entre as atividades realizadas pela FBP, o mais importante foi "o papel jogado contra o golpe' [...] não só por propor atos, ações de resistência, lutas efetivas.". Em sua opinião seria inimaginável "o que teria sido o golpe sem aqueles atos", mesmo que "fossem relativamente pequenos e impotentes para barrar o golpe.

> Talvez o maior ato que a gente tenha feito foi aquele de São Paulo numeroso, mas pouco. Se pegar o carnaval, um o bloco que nem é um bloco muito grande tem mais de 500 mil pessoas. Então, não demonstra força social. Eram basicamente militantes, mas esses atos cumpriram um papel importante. (GEBRIM, entrevista, 2020)

Na avaliação de Gebrim, "se não tivéssemos realizado [as ações], teriam assistido um *impeachment* "muito pior, muito mais desmoralizante e a derrota seria mais profunda ainda.". E, completa que durante a resistência ao golpe a FBP "fez várias outras ações, se manifestando sobre outras questões, mas principal da sua história é sem dúvida o papel que teve na resistência ao golpe.", observa.

Para Miguel (2019) como todos os golpes, mesmo militares, o golpe de 2016 recusa seu nome, sendo chamado de *impeachment*, aceitando que a mera observância do ritual previsto na lei significa que ela foi cumprida quanto ao seu conteúdo substantivo. A ação Supremo Tribunal Federal foi significativa, o ex-ministro Carlos Ayres Britto,

descreveu o rito que dado o calor dos acontecimentos pelo qual o Brasil estaria vivendo valeria "uma pausa democrática" para um "freio de arrumação das ideias, valores e processos da sociedade brasileira".

Ainda, segundo Miguel (2019) é recorrente o namoro das classes dominantes brasileiras com a ideia de "pausar" a democracia para resolver determinados problemas, depois simplesmente apertando a tecla play para retomá-la.

> Já devidamente esvaziada de atores sociais, de lideranças e de pautas políticas que eram consideradas inconvenientes [...].
> O golpe de 2016, quando precisou se legitimar por meio de eleições maculadas por intervenções que desfiguraram a possibilidade de real exercício da soberania popular, levou ao poder um grupo com projeto claramente autoritário, com matizes fascistas. (MIGUEL, 2019, p.16-17).

No ritmo consumado do *impeachment* havia divisão na sociedade brasileira e nenhuma certeza sobre o que estaria por vir. Restou a intenção de:

> Resistir nas ruas, os políticos prometiam uma agenda populista de curto prazo que aliviaria os bolsos de todos os brasileiros, não era possível (saber?) para onde rumaria a operação Lava-jato e a grande mídia parecia estar de braços abertos para o governo golpista. (GUERRA *et al*., 2017, p. 264)

Neste cenário "vencer a grande mídia, os movimentos sociais ligados à direita e o governo legítimo parecia algo impossível para esquerda brasileira" (GUERRA *et al*., 2017, p. 264).

Uma democracia na encruzilhada. Nestes termos, Miguel (2016) explica que o golpe de 2016, que marca uma fratura irremediável no experimento democrático iniciado no Brasil, em 1985. Ainda que:

> Com limitações e contradições, a ordem balizada pela Constituição de 1988 garantia a vigência das instituições mínimas da democracia liberal: o voto popular como meio necessário para a obtenção do poder político e o império da lei. A derrubada da presidente Dilma, mediante um processo ilegal, sinalizou que tais institutos deixaram de operar e, por consequência, o sistema político em vigor no País não pode mais receber o título de "democracia" mesmo na compreensão menos exigente da palavra. (MIGUEL, 2016, p. 31)

O autor coloca a entre aspas a palavra "democracia", pois como conceito está em disputa. À esquerda, exige-se que o "regime que conceda maior autoridade efetiva às pessoas comuns, que realize de maneira mais plena o ideal normativo da igualdade política". Ele entende que há um vínculo forte entre as condições materiais de vida e

aposta de ação política efetiva. E questiona o insulamento das práticas não democráticas a um espaço social restrito, observa que:

> Não há democracia efetiva, se não são desafiadas as hierarquias presentes nos locais de trabalho ou na esfera doméstica. Em suma, tendemos a colocar adjetivos nas democracias, (limitadas, restritas, formais) que vigoram na maior parte do mundo ocidental. (MIGUEL, 2016, p. 31)

Figura 26: Manifestação pelo Fora Temer

Fonte: Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem medo

O golpe foi legitimado no último dia do mês de agosto de 2016, mas não foi empecilho para que no primeiro domingo do mês de setembro, a FBP retornasse com protestos nas ruas em inúmeras cidades do País. Não compareceram apenas "40 pessoas" como desdenhou o presidente, que não queria enxergar a continuidade da mobilização nacional contra o golpe.

A volta às ruas após a retirada da presidenta Dilma Rousseff de seu cargo, as circunstâncias ocorridas sem provas e sem nenhum procedimento judicial para o fato, colocou em evidência a estratégia das classes dominantes de vencer - a qualquer preço -, o poder de alcançar o governar um País que ainda é muito dividido e que precisa constantemente avaliar suas diferenças sociais. A tomada de Temer do principal cargo do País ocorreu sob uma sombra de mais de 90% de impopularidade, acompanhada por uma comissão de políticos com processos judiciais e investigações de corrupção.

Guerra (2019) disserta que o quadro se agrava:

> E a preocupação que imperava ao longo do processo se confirmou, logo após o *impeachment*. Protestos organizados por movimentos de esquerda mal foram noticiados pela grande imprensa e as manifestações só entraram nos jornais e telejornais para dar destaque à confusão ou depredação. Grandes jornais passaram a apoiar abertamente a crescente repressão policial em seus editoriais, ao mesmo tempo que manifestantes e organizadores da resistência não tiveram voz no noticiário. (GUERRA *et al*., 2017, p. 264)

Passado o processo de *impeachment* com a presidência nas mãos dos políticos que apoiaram o golpe, a mídia favorável a eles, iniciou um processo de implementação de boas notícias sobre Temer e seus aliados, a fim de conseguir minar as acusações e tentar apagar seus atos. Já os políticos aliados tomaram como medida menosprezar o povo, com ironias e deboche aos atos sociais.

Apesar das manifestações pacíficas ocorridos, em 4 de setembro de 2016, nas cidades, as forças de segurança deram suas mensagens de força e repressão. Além de São Paulo, Belém, Belo Horizonte e Rio de Janeiro registraram violência policial contra os manifestantes, que foram recebidos com balas de borrachas. Desde o início dos protestos em todo o Brasil, pessoas foram presas e processadas pelo estado.

Na cidade de São Paulo, como exemplo, a Polícia Militar- PM, sob chefia do governador Geraldo Alckmin, cercou os manifestantes no Largo da Batata e resolveu dispersar os presentes por meio de bombas e jatos d'água.

Após o ocorrido, a polícia informou no Twitter que "em manifestação inicialmente pacífica, vândalos atuam e obrigam PM a intervir com uso moderado da força / munição química", além trazer à tona a velha fala de vandalismo, e da presença dos Black Blocs que teriam agido na estação de Metrô próxima ao encontro.

A mentira foi desmascarada, pois a Companhia do Metropolitano de São Paulo informou que não havia nenhuma denúncia ou registro de vandalismo e dos fatos relatados. O que deixou explicito a atitude tomada pela PM paulista uma forma de transformar um ato pacífico em uma notícia "factoide' para que a imprensa anunciasse os protestos com vandalismo e crimes.

O voto é a principal ferramenta e o único que dá o amplo direito de governar e representar o povo com lealdade. Caso contrário, trata-se de um golpe, e o povo, que não é 40 vândalos como debochavam, estava nas ruas.

> Apesar da blindagem da grande mídia e da dificuldade interna já demonstrada, os movimentos sociais de esquerda se mantiveram nas ruas em todo o Brasil. Foi um fato significativo, se considerarmos que em sua primeira manifestação pública após a posse como presidente interino Michel Temer afirmou que iria unificar o País e fazer um governo de "salvação nacional".
> Apoiados por parte da mídia alternativa que dominou as redes sociais virtuais, esses movimentos de resistência conseguiram levar alguma dúvida sobre o contexto pós golpe para a população. (GUERRA *et al*., 2017, p. 267-268)

No entanto, a agitação política que se viu no período anterior ao golpe desapareceu. “Toda a mobilização de resistência, proposta pelos movimentos de esquerda, se manteve restrita aos grupos organizados e não gerou repercussão, não se perpetuou com uma causa a ser seguida pelos demais brasileiros” (GUERRA *et al*., 2017, p. 267-268).

Figura 27: Cartaz ocupe a Paulista

Figura 28: Manifestação

Fonte: Facebook[298] FBP.

O ano de 2016 também foi de calendário eleitoral, com eleição para prefeitos (as) e vereadores (as). No mês de outubro de 2016, a FBP realizou um balanço sobre o momento político, em especial, sobre o saldo pós-eleições municipais daquele ano. A ressalva é que o conjunto de dificuldades que se impôs às forças progressistas, naquela conjuntura pós-golpe e de avanço do conservadorismo.

As análises convergiram para o papel da FBP no período vindouros e para a superação dos desafios frente aos resultados das urnas. O levantamento da Fundação Perseu Abramo aponta que os partidos que mais cresceram foram:

> O PRB (+48%), PSD (-32%) e PSDB (+25%). Os partidos de esquerda perderam votos, com maior queda do (-69%), além do PSOL (-12%6) e o PCdoB (-6%). Entre os partidos mais votados, o PSDB lidera, com 12% do total dos votos, seguido pelo PMDB, com 10%, o PSB e PSD empatados, ambos com 6%% e o PT fica como quinto, com 5%. pouco à Frente do PDT e PP, ambos com 4%. (BOLETIM DE ANÁLISE DE CONJUNTURA, 2016, p. 23)

O computo eleitoral era de saldo desfavorável, e de aceleração da implementação do pacote de retirada de direitos do Governo Temer, que em conjunto com o Congresso Nacional imporia uma série de derrotas aos interesses do povo brasileiro. Em um cenário

[298]Disponível em: https://www.facebook.com/FrenteBrasilPopular/photos/pcb.1829284227294368/1829284190627705. Acesso em: 11 ago. 2021.

de violações ao patrimônio nacional e de retirada de direitos exigia que a Frente Brasil Popular fosse a protagonista no enfrentamento dessas medidas neoliberais. Para tanto, definiu-se um conjunto de ações prioritárias em meio a um calendário de lutas que ainda teriam até o final[299] daquele ano.

A FBP programa uma jornada de protestos contra a criminalização dos movimentos populares e o Estado de Exceção. Os movimentos sociais, centrais sindicais, juristas, entidades de direitos humanos apontaram diversos encaminhamentos para fazer frear a onda conservadora e repressiva, que atingia os movimentos e consequentemente os lutadores e as lutadoras do povo brasileiro, a partir do golpe institucional, que os colocou num estado de exceção, onde os direitos do cidadão estavam em risco (exemplos acima). Diante disso, apontou-se a necessidade de uma campanha nacional sobre o tema.

Foi programado um dia nacional de agitação e denúncia, a ser realizado nas capitais nos organismos jurídicos, fóruns etc., além de preparação de um abaixo assinado a ser enviado ao STF e, edição de uma cartilha para militância com orientações sobre esse tema e cartaz de denúncia à criminalização. Aos movimentos da Frente que aderissem à campanha, recomendava-se que em cada estado, se realizassem reuniões amplas, incluindo organizações de juventude, entidades de direitos humanos, juristas etc.

Uma outra atuação centrava-se na defesa da educação diante dos ataques sofridos, em especial do congelamento de investimentos em Educação (PEC 241) e da Reforma do Ensino Médio, com a consolidação de um processo nacional de resistência dos estudantes secundaristas, a partir das ocupações das Escolas.

> No final de outubro, os movimentos sociais ganharam nova força com a Ocupação das escolas, maior onda de protestos até então, liderado por estudantes e profissionais da área da educação, contra os cortes na área, impostos pela PEC 55, a MP 746, que reestrutura o ensino médio, e o Programa Escola Sem Partido. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) e estudantes e entidades ligadas à União Nacional dos Estudantes (UNE) repudiam a iniciativa do governo de promover uma reforma no ensino por medida provisória, sem debate com a sociedade. O movimento de "Ocupa Escola" ganhou uma dimensão maior do que se poderia prever, com mais de 1.200 escolas e institutos federais e 194 universidades ocupadas

[299] A greve geral permanece na pauta, mas só será concretizada em abril de 2017, convocada pelo conjunto das centrais sindicais e agendada para o dia 11 de novembro, a construção deveria ser prioridade absoluta para todas as iniciativas locais, municipais e estaduais da Frente Brasil Popular. A greve teria o objetivo principal denunciar os retrocessos sociais promovidos pelo Governo Temer. Para tanto, a orientação era de realização de plenárias de organização na base das categorias e das organizações e debates das pautas da greve e construção da participação. Após este processo, realizar plenárias estaduais da FBP de mobilização para a Greve. Por fim, uma reunião entre as Frentes, e outros segmentos da sociedade para aprofundar o processo de construção da greve geral.

> há mais de um mês. Representaram a mais expressiva reação e foco de resistência contra o governo Temer e as forças que o apoiam. (BOLETIM DE ANÁLISE DE CONJUNTURA- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2016, p. 19)

Nesse sentido, o indicativo era de a Frente Brasil Popular estimulasse ao máximo esse processo nos estados, principalmente através das organizações vinculadas ao tema da Educação, mas também a partir de iniciativas dos comitês e coletivos da FBP.

Os movimentos sociais convocados pelas Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo protestaram[300] pelo Brasil, durante todo o dia 22 de novembro[301] de 2016. As manifestações foram convocadas ocorreram em Belo Horizonte, Curitiba, Recife, Goiânia, Fortaleza, entre outras capitais e cidades do interior. Os atos serviram como preparatório para uma possível greve geral contra o avanço da agenda de retrocessos de Michel Temer (PMDB). Entre os principais pontos apontados estava a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que impunha limites a gastos públicos em áreas como educação e saúde, as reformas trabalhista e previdenciária e outras. No mesmo mês, o presidente anunciou a intenção de transferir 34 projetos de infraestrutura, incluindo hidrelétricas, aeroportos, áreas de exploração de petróleo, entre outras a empresas públicas para grupos econômicos nacionais e internacionais.

---

[300] Escrito por: Rede Brasil Atual. *Manifestações em todo o país pedem fim de ataque a direitos.* Site FBP, 2016. Disponível em: http://Frente brasilpopular.org.br/noticias/manifestacoes-em-todo-o-pais-pedem-fim-de-ataque-a-direitos-fc4d/. Acesso em: 10 ago. 2021.

[301] Em novembro de 2016, Câmara aprova o marco regulatório de óleo e gás, que desobrigou a Petrobras de participar dos blocos de exploração de petróleo e reduziu exigência de conteúdo loca
Em entrevista à Folha, o então ministro da Cultura Marcelo Calero relata pressão de Geddel Vieira Lima (MDB-BA), ministro da Secretaria de Governo, para interferir junto ao Iphan pela liberação das obras de um edifício em uma região tombada em Salvador, no qual ele havia comprado apartamento. Calero pede demissão. **Relembre os principais momentos do governo Michel Temer, mês a mês** , 2016 Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/relembre-os-principais-momentos-do-governo-michel-temer-mes-a-mes.shtml?origin=uol. Acesso em: 05 ago. 2021.

Figura 29: Ato contra a PEC 241(55)

Fonte: FBP-SP[302].

Figura 30: Manifestação Nenhum direito a menos

Fonte: Acervo pessoal, Gomes.

A Frente Brasil Popular, São Paulo, organizou um novo protesto no final do mês de novembro de 2016, na capital paulista. Outros protestos ocorreram por todo Brasil contra as medidas do governo golpista de Michel Temer (PMDB).

No período, os parlamentares votariam no Senado, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, antiga PEC 241, que limitava os gastos públicos pelos próximos 20 anos em áreas como saúde e educação. A proposta da PEC 55 enviada pelo governo ao Congresso no primeiro semestre, já havia sido aprovada na Câmara. E seria votada no Senado, sendo preciso do apoio de pelo menos três quintos dos parlamentares, ou seja, 49 dos 81 senadores. A votação em segundo turno ficou para 13 de dezembro[303].

Os movimentos foram as ruas, também contra as reformas trabalhista, da Previdência e a reforma do ensino médio. No entanto:

> Os movimentos sociais acabaram restritos aos seus próprios públicos e ainda não conseguiram se projetar como alternativa de comportamento para a maioria da sociedade que, permanece observando a retirada dos direitos e de ferramentas que proporcionam mudanças na divisão social brasileira. Durante o ano de 2016, a esquerda brasileira não encontrou uma maneira pela qual fosse possível demonstrar para os trabalhadores que eles terão uma qualidade de vida muito maior por um sistema público de qualidade e por uma sociedade justa, onde impere a igualdade de direitos e oportunidades. (GUERRA *et al*., 2017, p. 271)

---

[302] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/. Acesso em 22 de nov.2021.

[303] Em dezembro de 2016, o Senado aprova a PEC do Teto, que limitava o aumento dos gastos federais por até 20 anos. A emenda constitucional era prioritária para o governo e ganhou maioria nas duas Casas – apesar de protestos e de desaprovação dos brasileiros. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/relembre-os-principais-momentos-do-governo-michel-temer-mes-a-mes.shtml?origin=uol Acesso em: 05 ago. 2021.

Há concordância com a Guerra (2017) da dificuldade em realizar as mobilizações que ficaram restritas a público específico e que a esquerda não encontrou o caminho para demonstrar a classe trabalhadora o que viria em termos de perda dos direitos. Para a realização dessa tarefa precedia preparação para o enfrentamento da luta de classe e consciência política, mas a esquerda brasileira e os movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos vinham de derrotas exponenciais e de criminalização das lutas e da política e a tarefa de se lançar em ofensiva contra os retrocessos deveriam ser colocadas e assumidas também por outros setores da luta democrática.

3.4 Primeira Plenária Nacional da FBP: a carta de Belo Horizonte

Figura 31*:* Plenária Nacional da FBP, 2016

Fonte: Frente[304] Brasil Popular.

A Plenária Nacional [305]da FBP foi realizada entre os dias 7 e 8 do dezembro de 2016, em Belo Horizonte- MG. O contexto de realização desta Plenária era de ofensiva conservadora, por isso a Frente considerava ser aquele o momento extremamente oportuno para debater os desafios dos movimentos populares e das forças progressistas no Brasil.

A FBP deliberou os critérios de participação que seria de reunir em torno de 350 militantes de todo Brasil, representando movimentos sociais e as organizações políticas participantes. Também estariam contemplados os membros da Frente Popular (2 por movimento nacional, procurando respeitar a questão gênero e juventude), e representações estaduais: cada estado deveria indicar até 8. As indicações dos estados deveriam ser feitas, preferencialmente, em plenárias estaduais. A representatividade ressalta-se, previa garantir uma representação plural de todas as forças e organizações e

[304] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/. Acesso em: 22 nov. 2021.
[305] A Plenária Nacional foi antecedida por plenárias estaduais.

regiões, que atuam na FBP, em cada estado. Outros critérios [306]para a participação era o comprometimento e participação nas atividades de massa; e a representação de gênero com pelo menos 50% de mulheres nas delegações.

Durante o processo organizativo, ressaltou-se a importância de que cada estado programasse suas Plenárias estadual, ainda que de apenas um dia, para realizarem os debates e definirem os delegados. Recomendou-se que, na medida do possível houvesse uma mútua ajuda entre os movimentos para cobrirem as passagens de todos os delegados até Belo Horizonte (MG). Por último, deixou aberto para sugestões de documentos e subsídios para incluir nas pastas, a organização da plenária solicitou ainda a indicação de nomes de personalidades simbólicas na construção da FBP para que fossem convidados como observadores.

A Plenária nacional era considerada fundamental, para melhorar a organização e enfrentamento naquele quadrante histórico da luta de classes no Brasil, o que exigia muita unidade, capacidade de mobilização. Para isso, a direção considerava que uma preparação adequada levaria a representatividade das forças que compunha a articulação.

A convocatória da Plenária Nacional apontava que diante da ofensiva conservadora que pretendia retirar direitos, atacar as liberdades democráticas e criminalizar os partidos de esquerda e movimentos sociais, a Frente Brasil Popular vinha cumprido um importante papel, contribuindo para a resistência democrática e articulação das forças progressistas.

Para a realização da Plenária Nacional os objetivos principais foram traçados: fazer um balanço da atuação da Frente em 2015 e 2016 e da atuação das forças progressistas, democráticas, populares e de esquerda no último período histórico; analisar a conjuntura e contribuir para a elaboração de táticas, uma estratégia e um programa que orientassem a atuação no período seguinte; além de preparar e convocar a 2ª Conferência Nacional da Frente Brasil Popular, a ser realizada no primeiro semestre de 2017.

---

[306] Os estados e as organizações deveriam enviar a ficha de inscrição dos seus representantes até o dia 21 de novembro. As vagas que não fossem preenchidas até essa data seriam remanejadas para os estados que tivessem demanda superior a 8 delegados. Devido aos limites estruturais da plenária a inscrição seria indispensável para garantir a participação no encontro. A hospedagem e deslocamento
Os custos relativos à hospedagem deveriam ser arcados pela Secretaria Nacional da Frente Brasil Popular em conjunto com as suas organizações. O deslocamento dos delegados seria responsabilidade dos estados e das organizações. As tarefas organizativas foram divididas da seguinte forma: Equipe de Secretaria (Secretaria da FBP, Secretaria MPA, CONEN, CUT); Equipe de infraestrutura (CUT, CTB, PT, PC do B); Equipe de Metodologia e sistematização: Operativa Nacional; Equipe de Mística (UJS e Levante). Para efetivar a inscrição era preciso preencher o formulário eletrônico. Não seria aceitas inscrições individuais. Somente seriam confirmadas as inscrições respaldada pelos coletivos estaduais da FBP ou de representantes das entidades nacionais que a compõem.

A convocatória expunha o contexto político no Brasil, na América Latina e o mundo, um momento histórico decisivo, que poderia indicar não apenas uma época de mudanças, mas uma mudança de época. Desde que a crise capitalista das últimas décadas eclodiu em 2007/2008, emergiram diversos projetos em disputa e outro mundo impossível para os povos. Neste quadro, fazia-se visível que a ofensiva conservadora neoliberal estava em curso, ao passo que as forças progressistas, populares, democráticas e de esquerda enfrentavam o duplo desafio de resistir e defender as posições e direitos conquistados, ao mesmo tempo criar as condições para sair da defensiva e construir uma contraofensiva.

No que concerne ao cenário internacional os golpes no Paraguai e em Honduras, a derrota eleitoral na Argentina, o golpe no Brasil e as dificuldades enfrentadas pelo governo Maduro na Venezuela sinalizavam que, nos últimos anos, a correlação de forças havia mudado desfavoravelmente para os setores populares.

Além disso, a correlação de forças interna havia os resultados das eleições municipais brasileiras, com a derrota da esquerda, o crescimento das forças conservadoras e a influência da criminalização e desmoralização da política atestavam mais uma vez a gravidade da situação.

Por isso para a FBP, tempos ainda mais difíceis se anunciavam, mas não era hora de lamentar ou esmorecer.

A Frente Brasil Popular se dedicou e seguiria com seus melhores esforços na tarefa da articulação contra o golpe, defesa da democracia e contra a retirada de direitos.

3.4.1 Debatendo o melhor para o Brasil

Na manhã, 7 de dezembro de 2016, a Plenária Nacional da Frente Brasil Popular (FBP), iniciou reunindo movimentos sociais, do campo e da cidade em Belo Horizonte, Minas Gerais. A plenária contou com mais de 350 lideranças nacionais, homenageou o ex-presidente cubano Fidel Castro, falecido dias antes, batizando com seu nome a atividade, que teve como objetivo discutir o calendário de manifestações para 2017 e os rumos organizativos da FBP, a articulação de movimentos, sindicatos e organizações populares do País.

Figura 32: Plenária Nacional da FBP

Fonte: Lidyane Ponciano-sind-UTE MG e CUT Minas.

O evento iniciou com uma mística de abertura, acolhendo e animando os presentes, seguida da Análise de Conjuntura Econômica e Política Nacional com a contribuição do professor em economista Márcio Pochmann, do presidente do Partido Comunista do Brasil em Minas Gerais, Wadson Ribeiro e do Deputado Federal pelo PT-MG, Patrus Ananias.

O professor e economista Marcio Pochmann denunciou, entre os diversos elementos da conjuntura, a venda e fechamento de empresas, um o quadro de depressão econômica, de enfrentamento da recessão, e seu acirramento que influi na vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Segundo a análise de Pochmann, o momento era importante na conjuntura nacional, mas também de complexidade para o povo brasileiro. Sendo oportuno para as bandeiras dos movimentos e suas organizações se unificar em torno da democracia e contra a criminalização dos movimentos sociais, e as suas manifestações. Assim como, trabalhar para a unificação do campo democrático e da esquerda.

Ao analisar o momento político vivido no Brasil, Wadson Ribeiro, afirmou: “essa derrota momentânea do campo aconteceu nada mais nada menos do que pelos acertos do que erros, o Brasil não avançou apenas nas áreas educacionais, mas nas áreas de tecnologias e segurança”.

O ex-deputado federal, Patrus Ananias (PT) destacou a amplitude da crise, ao falar de seu espraiamento para o poder legislativo, executivo, e no poder judiciário prevalecendo sobre os demais espaços, o que poderia vir a se transformar em uma ditadura do judiciário. O contexto era agravado pelo papel que a mídia brasileira, em especial a Rede Globo vinha se colocando, o que poderia fazer com que a travessia fosse longa. Ele chamou a atenção para as questões étnicas. Para Ananias, o Brasil estava sendo privatizado e seguia um itinerário histórico de morte dos indígenas, negos e escravos até

os trabalhadores do campo e da cidade. E o Estado brasileiro não enfrentou o capital, nem realizou as reformas, agrária, urbana e tributária. O ex-deputado federal apontou uma lista de desafios como a ampliação com outros interlocutores, recuperação da hegemonia na sociedade, e a busca de novas alianças na esquerda, ou seja, propunha debater o que era o melhor para o Brasil, entre outras questões.

Figura 33*:* Participantes da Plenária da FBP

Fonte: Lidyane Ponciano-sind-UTE MG e CUT Minas.

No momento de realização da Plenária Nacional da FBP, havia passado seis meses do ato de violência que foi a consumação e a deposição da presidenta Dilma Rousseff e da posse de um presidente sem voto. O País via agravados os problemas econômicos e sociais, e segundo análise da FBP, na *Carta de Belo Horizonte*[307], caminhava para o caos e a convulsão, haja visto que os campos da economia estavam deteriorando, a começar pelo setor industrial, o mais sensível às crises econômicas, que já transitava da recessão para a depressão.

> No plano econômico, O PIB encolheu 2,9%, numa sequência de dez meses consecutivos de queda, e fecha o ano com uma retração econômica de 3,4%. Os investimentos caíram 29% e o BNDES reduziu seu desembolso em 35%. Nenhum setor da economia está respondendo aos paliativos governamentais. Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE), o desemprego em dezembro, em 2016 era de 12%, e com tendencia de alta. Estavam desempregadas 12 milhões e a indústria paulista trabalha com nova leva podendo ter mais 150 mil desempregados em 2017. (Carta[308] de Belo Horizonte, 2016)

[307] Carta de Belo Horizonte aponta rumo para o próximo período da FBP. A Plenária reuniu mais de 350 militantes de 100 organizações de 24 Estados. Site Frente Brasil Popular, 2016. Disponível em: http://www.Frentebrasilpopular.org.br/noticias/carta-de-belo-horizonte-aponta-rumos-para-o-proximo-periodo-da-fbp-9f11/ . Acesso em: 09 ago. 2021.

[308] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/carta-de-belo-horizonte-aponta-rumos-para-o-proximo-periodo-da-fbp-9f11/ Acesso em: 8 out.2020.

A *Carta de Belo Horizonte*, 2016, expressava que paralelamente o governo apostava na desnacionalização da economia e investia de forma criminosa na desestruturação da indústria petrolífera brasileira e um de seus alvos era a Petrobras, patrimônio da nação.

E, acrescentava que Federação se esfacelava com a falência de Estados e municípios, com consequências como a deterioração dos serviços públicos, notadamente de saúde, educação e segurança pública, além do atraso dos salários de seus servidores. Alguns estados como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro, três dos Estados mais ricos da federação, já declararam 'situação de calamidade financeira'.

> Em vez de enfrentar os problemas encontrados- resultado de séculos de depredação capitalista – o governo ilegítimo os aprofunda e leva o País a uma grave crise política, ao ponto mesmo da degradação institucional e da falência administrativa. Em meio a um estado de acefalia, está instalada uma crise de Poderes, que prenuncia o esgotamento da ordem política fundada com a Constituição de 1988. Avança um estado de exceção, antipopular, antinacional e antidemocrático, que restringe direitos de defesa, ameaça lideranças políticas, dirigentes de movimentos populares e o presidente Lula. O processo democrático, conquistado com tanta luta pela resistência popular à ditadura militar, está ameaçado. Cumpre preparar para construção da nova ordem, democrática e popular. (Carta [309]de Belo Horizonte, 2016)

A Carta de Belo Horizonte dissertava que parte da luta devia estar voltada para a formulação de um Projeto de Brasil que se antepusesse ao quadro apontado, retomando o desenvolvimento, a distribuição de renda, o combate às desigualdades sociais, a defesa da economia nacional e a defesa da democracia. Esse Projeto de Brasil deveria ser o resultado de amplo debate nas bases sociais, de sorte que dele participasse muitos brasileiros.

Na *Carta de Belo Horizonte* (2016), a FBP expressava confiança na capacidade de luta da classe trabalhadora brasileira, para, por meio das suas centrais sindicais, organizar a resistência aos ataques aos direitos trabalhistas e previdenciários, construindo a greve geral.

Ainda segundo a formulação da FBP na Carta de Belo Horizonte (2016), a alternativa era a resistência, que se colocava para o povo brasileiro com a presença nas ruas, visto que apenas com a mobilização popular foi que que em plena ditadura, conquistou-se a Anistia, e com a presença do povo nas ruas que se construiu a campanha das Diretas Já e assegurou-se a convocação da Constituinte.

---

[309] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/carta-de-belo-horizonte-aponta-rumos-para-o-proximo-periodo-da-fbp-9f11/. Acesso em: 8 out. 2021.

> E apesar de tudo, confia que somente a unidade das forças progressistas e populares, pode resistir aos ataques à democracia e ao mesmo tempo construir força política para implementar um programa de desenvolvimento econômico, social e político; somente a unidade pode enfrentar e derrotar o atual governo e as forças econômicas do atraso que o controlam. Só o voto popular pode superar essa crise político-institucional e apontar para uma nova ordem político social no interesse da Nação, do povo e da democracia, viabilizando as reformas estruturais no País. (Carta [310]de Belo Horizonte, 2016)

A FBP avaliou, no balanço de suas atividades, que cumpriu o papel a que se destinara na sua criação, reunindo reflexão e práxis, mas se destacando em seu papel de aglutinação das forças de resistência ao golpe e naquele momento do governo Temer. Diante dos desafios interpostos pela conjuntura, a FPB convidava os brasileiros e brasileiras a se integrarem no processo de construção da II Conferência Nacional a realizar-se no ano de 2017. Por último foram eleitas as bandeiras nacionais, uma guia para o próximo período:

Tabela 5: Bandeiras Políticas

1) Contra o Golpe, Fora Temer e Diretas Já
2) Nenhum direito a menos
Em defesa do emprego, saúde, educação dos salários
Em defesa dos direitos sociais (com protagonismo: LGBT, mulheres, negros e negras)
Contra: PEC 55, Reforma da Previdência e Terceirizações;
3) Em defesa das liberdades democráticas e contra o Estado de Exceção;
Direito do Lula ser candidato
Contra os abusos do judiciário e do Ministério Público
Contra a criminalização dos movimentos e da luta popular
Contra o genocídio da juventude negra
Contra o avanço do conservadorismo
4) Por uma Reforma Política que amplie a participação e a democracia popular e propagandear a Constituinte como um horizonte estratégico
5) Defesa da soberania
Defesa das estatais e bancos públicos, contra a privatizações
Defesa das riquezas nacionais em especial a terra, petróleo a energia elétrica, minérios, água e biodiversidade

Fonte: Elaboração Gomes, 2020 (dados FBP).

[310] Ibid.

3.5 O redemoinho de 2016

Bonfim e Lindbergh Farias (2017) realizam[311] um balanço do período que se encerrava, afirmando que "O ano de 2016 terminou, mas será impossível esquecê-lo por muitos anos, tamanha foi a complexidade e a velocidade dos acontecimentos". Os autores identificavam, que a classe média, estimulada pelas ações da Operação Lava Jato, havia batido panelas e saído às ruas, indignada com a corrupção, exigindo e conseguindo o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Para os autores, o ano de 2016 será lembrado por ter sido de protestos de ruas que continuaram e sem tréguas desde a eleição de 2014.a marca que ficaria seria a dos protestos de rua que nem no período eleitoral haviam cessado e, uma vez consumado o i*mpeachment*[312], constatam que a dupla Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem pra Rua (VPR) haviam retirado sua indignação com a corrupção.

No balanço o destaque foi para a atuação conjunta das Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo, ambas contrárias ao *impeachment* e ao governo Michel Temer.

Na visão dos autores, o "ano do golpe" se destacou por ser aquele em que a crise econômica, política, social e institucional atingiu os Poderes, visto que nem mesmo o STF escapou da força do redemoinho. Deram como, exemplo a desmoralização das instituições, e que Renan Calheiros, afastado[313] da presidência do Senado por uma liminar, desobedeceu a decisão e levou a mais alta corte à humilhação e à desmoralização. Concomitantemente, denunciaram a violência da repressão policial às manifestações contra o *impeachment* e a retirada de direitos, afirmam os autores.

A avaliação era que 2016 havia se tornado memorável tanto pela derrota sofrida pela esquerda (*impeachment*/golpe de 2016), e ascensão da direita ao poder, como

---

[311] Raimundo Bonfim, coordenador-geral da Central de Movimentos Populares, integra a coordenação da Frente Brasil Popular. Lindbergh Farias ex-senador (PT-RJ), líder da oposição no Senado. Este artigo foi originalmente publicado no jornal Folha de São Paulo. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2017/01/1847868-o-redemoinho-de-2016.shtml. Acesso em: 10 ago. 2021. Depois foi publicado no site da FBP.

[312] O processo de *impeachment* de Dilma Rousseff teve início em 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Com uma duração de 273 dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma. Site: Agência Senado, 2016. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil. Acesso em: 10 ago. 2021.

[313] Liminar afasta Renan Calheiros da Presidência do Senado. Site Agência Senado, 2016. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/05/stf-afasta-presidente-do-senado. Acesso em: 10 ago. 2021.

também com situações positivas como o movimento dos estudantes secundaristas, que numa ação inédita, haviam ocupado mais de 1.200 escolas e concomitantemente os universitários tomaram 300 universidades. Os autores defendiam que, mesmo com derrotas, houve resistência dos movimentos sociais. Apesar disso, o governo ilegítimo aprovou a emenda constitucional que congelava por 20 anos investimentos[314] nas áreas sociais, em especial, na saúde, educação e assistência social, num retrocesso que, na avaliação de ambos, causaria danos sociais sem precedentes.

Sobre os primeiros meses do governo de Michel Temer, Bonfim e Lindbergh (2017) apontaram que o tema da corrupção, assunto nacional desde 2013, aos poucos ia sumindo dos noticiários, mesmo presente no governo de Temer. Ademais, este governo, cujas marcas seriam a instabilidade política a ilegitimidade, representariam um ataque aos direitos sociais.

O saldo dos sete meses do golpe e de governo Temer era a queda seis ministros. Além da delação da Odebrecht que levou o governo Temer ao desgaste político, atingindo-o e aos seus auxiliares. O País viveu uma crise econômica e social, com 12 milhões de desempregados e caminhava para a piora dos índices de desenvolvimento social. Os campos da economia encontravam-se em crise. Temer estava com alta rejeição, mas tentaria levar seu mandato até 2018, havia, ainda, a possibilidade da cassação do seu mandato pelo Tribunal Superior Eleitoral. Assim, a desconfiança fazia com que setores econômicos e empresariais iniciassem a busca de nomes para uma eventual eleição indireta classificada como (o golpe do golpe) para dar seguimento ao ajuste fiscal e o desmonte do Estado.

Os autores avaliam a possibilidade de uma eleição indireta de um presidente por um Congresso desmoralizado, e aventam que seria mais um momento de instabilidade política. Caso fosse essa a solução, a perspectiva é que se 2016 foi de redemoinho, que em 2017, poderia se transformar em tsunami.

Diante do cenário descrito acima, a FBP encerrava o ano 2016 e passa para o planejamento para o período seguinte, que era seguir na resistência com as pautas: em

[314] O Congresso Nacional promulgou, em 15 de dezembro, a Emenda Constitucional 95, que limita por 20 anos os gastos públicos. A PEC 55/2016 foi encaminhada pelo governo de Michel Temer ao Legislativo, com o objetivo de equilíbrio das contas públicas, por meio de um rígido mecanismo de controle de gastos, a PEC do teto de gastos públicos foi aprovada depois de muita discussão entre os senadores. Promulgada Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos, Site Senado. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos. Acesso em: 10 ago. 2021.

defesa das Diretas Já, contra os ataques aos diretos sociais e o desmonte da Previdência Social e das leis trabalhistas.

Observa-se que em seus poucos anos de existência, a FBP construiu um legado, e não há como falar na resistência ao golpe de 2016, sem mencioná-la. Nesse sentido, se consolidou como uma articuladora dos setores progressistas da sociedade. Além disso, empunhou a bandeira do Fora Temer e se posicionou contra as reformas do ensino médio, a PEC 55, as reformas trabalhista e da previdência, a terceirização e a venda do pré-sal, e atuou na defesa das eleições Diretas Já.

Neste capítulo, a pesquisa mostrou que em 2016, a FBP em um primeiro momento, concentrou as mobilizações (internas e externas) na resistência ao golpe e seus desdobramentos, começando pela reação a condução coercitiva do ex-presidente Lula, preparando a Jornada de Mobilização Nacional com orientações organizativas frente ao golpe, se posicionando por notas, realizando atos e manifestações.

Uma vez instalado o governo interino, posicionou-se pelo "Fora Temer" e Nenhum Direito a Menos". Nos Jogos Olímpicos, engajou-se nas mobilizações tratando-a como um instrumento de luta para verbalizar ao mundo que estava acontecendo um golpe no País. Na votação do *impeachment* realizou paralisação nacional. Uma vez instalado o golpe, o analisou na I Plenária Nacional em que convocou para debate do melhor para o Brasil.

Assim, procurou enfrentar o redemoinho de 2016. Ou seja, contra o golpe e as teses da direita conservadora, tal como a homofobia, o fascismo e a retirada dos direitos. O golpe foi impetrado. No entanto, a FBP esteve nas ruas e se consolidou como uma das principais protagonistas na resistência ao golpe, ainda que as mobilizações tenham sido aquém da necessária resistência para se barrar os golpistas e avanço da direita.

Encerramos este capítulo em que a FBP atuou antes e depois do golpe, desde o afastamento por 180 dias da Presidenta Dilma, realizou o Primeiro Encontro de Comunicadores da Frente Brasil Popular, o Primeiro Encontro Nacional da Frente Brasil de Juristas pela democracia, e atuou nas mobilizações durante as Olímpiadas tornando-a uma ferramenta de reivindicação e de denúncia internacional. Na votação do *impeachment*, realizou mobilizações de rua pelo Fora Temer. Mas o epílogo desta história é que a reação não conseguiu força de articulação para detê-lo e o golpe foi legitimado. A FBP encerra o período, focando na realização da Primeira Plenária Nacional da FBP, debatendo "o melhor para o Brasil", e as resoluções da plenária expressa na Carta de Belo Horizonte. Por fim, a análise do "redemoinho" que foi o ano de 2016.

No próximo capítulo, trataremos da FBP em um cenário do governo Temer e de resistência ao golpe, desmonte das políticas públicas e de privatização.

Tabela 6: Cronologia - 2016

DATA	ATIVIDADE	TEMA	LOCAL
04/03	Condução coercitiva		São Paulo
18/03	Ato	Defesa dos direitos sociais, da democracia e contra o golpe.	Todo País
31/03	Jornada	Nacional pela democracia, golpe nunca mais	Todo País
10/04	Acampamento Nacional	Pela democracia	Brasília até o dia da votação, aberto a participação de delegações de todos os estados
11/04	Mobilização e luta	Votação na Comissão do Congresso	Brasília
15/04	Jornada Nacional de Mobilização Frente Brasil Popular promove diversas atividades em defesa da democracia	Organizados por movimentos sociais, com destaque para a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo	Ao todo 39 cidades no País organizaram atos públicos e manifestações.

16/04	Ato	Frente Brasil Popular em conjunto com outras organizações com a Presidenta Dilma.	Acampamento da Frente Brasil Popular em Brasília, localizado no Ginásio Nilson Nelson.
16/04	Atividade	Juristas e intelectuais realizam ato contra as recentes tentativas de golpe	no Teatro Tuca da PUC, na região oeste de SP
17/04	Luta	Contra o golpe	Vale Anhangabaú/SP
17/4	Vigília	Pela democracia	Brasília
Dia da votação	Mobilização	Concentrações em locais públicos reunindo de pessoas para acompanhamento da votação, primando pela segurança	No Congresso, em todas as capitais, com concentração nacional em Brasília, e em todas as cidades onde for possível
1º de maio		Dia do Trabalhador (a)	Em todo Brasil
10/05	Ações	Nas ruas em defesa da democracia e	em 11 estados

		denúncia do golpe	
1 a 7 /06	semana	Em defesa do SUS e da Seguridade Social	
02/06	1º encontro	Frente Brasil de juristas	
18 e 19 junho	I Encontro de Comunicação da Frente Brasil Popular		São Paulo
Agosto	Jornada e mobilização	Fora Temer	nacional
09/08	Fora Temer		São Paulo
04/09	Ato	Ocupe a Paulista contra o golpe	São Paulo
07/12	1ª plenária	Frente Brasil Popular	Belo Horizonte -MG
22/11		Contra a PEC 241-nenhum direito a menos	

Fonte: Elaboração Gomes, 2021 (dados FBP).

Tabela 7: Cronologia do golpe[315].

05/01/2016: Cunha rejeita pedido de *impeachment* do vice-presidente Michel Temer.
01/02/2016: A Câmara recorre contra o rito estabelecido pelo STF.
23/02/2016: O marqueteiro do PT João Santana e a esposa são presos na Operação Lava Jato.
03/03/2016: O senador Delcídio do Amaral firma acordo de delação premiada com a justiça.
04/03/2016: Lula é conduzido coercitivamente a depor na Polícia Federal durante a 24ª fase da Operação Lava Jato.
13/03/2016: Os maiores protestos contra Dilma são registrados em mais de trezentos municípios pelo País.
15/03/2016: O STF divulga o conteúdo da delação de Delcídio do Amaral.
16/03/2016: O STF recusa o recurso de Cunha quanto ao rito do *impeachment*.
16/03/2016: Dilma anuncia Lula como ministro da Casa Civil.
16/03/2016: O juiz federal Sergio Moro torna pública uma série de gravações feitas pela Polícia Federal no contexto da Operação Lava Jato, entre 17 de fevereiro e 16 de março, incluindo o grampo de uma ligação entre Lula e Dilma feito às 13h32 de 16/3, após o próprio juiz ter determinado o fim das escutas contra o ex-presidente. Apesar de amplamente divulgado na imprensa, o áudio não produziu repercussões imediatas na investigação da PF.
17/03/2016: Um juiz de primeira instância concede liminar que suspende a nomeação de Lula, que recorre.
17/03/2016: A Câmara forma a comissão do *impeachment*.
18/03/2016: Em decisão monocrática, o ministro Gilmar Mendes suspende a nomeação de Lula para a Casa Civil.

[315] Site Boitempo. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/cronologia-do-golpe/. Acesso em: 28 jun. 2021.

22/03/2016: É lançado manifesto de escritores e profissionais do livro pela democracia: https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/22/manifesto-escritores-e-profissionais-do-livro-pela-democracia/
23/03/2016: É tornada pública uma "superplanilha" apreendida em 22 de fevereiro de 2016 na casa do presidente da Odebrecht Infraestrutura, no contexto da 23ª fase da Operação Lava Jato, batizada de "Acarajé". O documento (farto em nomes da oposição), que lista valores (incompatíveis com doações declaradas) e apelidos de cada político, é posto sob sigilo por Sérgio Moro, alegando que ele poderia levar a "conclusões prematuras". http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/moro-poe-sob-sigilo-superplanilha-da-odebrecht/
28/03/2016: A OAB protocola novo pedido de *impeachment* contra Dilma.
29/03/2016: O PMDB rompe oficialmente com o governo.
29/03/2016: Em despacho oficial, o juiz Sergio Moro pede desculpas ao STF pelo vazamento da ligação entre Lula e Dilma e nega motivação política. http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/moro-pede-desculpas-ao-supremo-por-divulgacao-de-audios-de-lula-e-nega-motivacao-politica/
30/03/2016: Começam os trabalhos da comissão do *impeachment* na Câmara.
01/04/2016: Dois pedidos de *impeachment* de Michel Temer são protocolados na Câmara.
04/04/2016: Eduardo Cunha rejeita o pedido de *impeachment* do vice-presidente Michel Temer, assinado pelo ex-ministro Cid Gomes.
05/04/2016: O ministro Marco Aurélio Mello manda Eduardo Cunha aceitar o pedido de *impeachment* do vice-presidente.
06/04/2016: O relator do processo de *impeachment* na comissão da Câmara apresenta relatório favorável à abertura do processo contra a presidenta.

11/04/2016: São divulgados na mídia, novamente por um suposto vazamento, treze minutos de áudio em que o vice-presidente fala à nação como se o *impeachment* de Dilma tivesse sido aprovado pela Câmara.
11/04/2016: A Comissão Especial do *Impeachment* na Câmara aprova o parecer do relator.
14/04/2016: A Advocacia Geral da União recorre, sem sucesso, ao Supremo Tribunal Federal alegando cerceamento de defesa no processo de *impeachment.*
17/04/2016: Com 367 votos, a Câmara aprova a abertura do processo de *impeachment* depois de três dias de sessão.
18/04/2016: A revista Veja publica matéria intitulada “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’”, sobre a “quase primeira-dama”, que recebe onda de rechaço e sátira nas redes sociais.
25/04/2016: É formada a Comissão Especial do *Impeachment* no Senado.
29/04/2016: Em sessão da comissão do *impeachment,* o senador Randolfe Rodrigues prega peça em Janaína Paschoal e a faz admitir que, de acordo com a argumentação usada para definição de crime, também seria forçoso pedir o *impeachment* do vice Michel Temer. Pouco antes, a advogada afirmara não haver elementos para que o vice fosse denunciado. http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1766385-na-madrugada-do-impeachment-randolfe-prega-peca-em-advogada.shtml
06/05/2016: A Comissão Especial do *Impeachment* no Senado aprova o parecer do relator, favorável à continuação do processo contra a presidenta.
12/05/2016: O Senado decide abrir o processo de *impeachment e* afasta provisoriamente a presidenta Dilma Rousseff.
12/05/2016: No mesmo dia do afastamento da presidente, Temer anuncia seu ministério. Composto por 22 homens brancos, a escolha foi duramente criticada por movimentos sociais e parte da mídia.

13/05/2016: O jornal The New York Times publica editorial intitulado “Making Brazil’s Political Crisis Worse”. http://www.nytimes.com/2016/05/13/opinion/making-brazils-political-crisis-worse.html?_r=0
13/05/2016: Funarte ocupada em Curitiba.
15/05/2016: Funarte ocupada em Belo Horizonte.
15/05/2016: Funarte ocupada em São Paulo.
16/05/2016: Funarte ocupada no Rio de Janeiro
17/05/2016: Michel Temer retira do cargo o diretor-presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Ricardo de Melo. Melo, que ainda tinha um mandato, fixado em lei, de quatro anos a cumprir, recorre ao STF contramedida que contraria prerrogativa constitucional da preservação da independência da comunicação.
17/05/2016: O linguista e analista político Noam Chomsky usa o termo “soft coup” para denunciar o golpe no Brasil em entrevista a Amy Goodman, do Democracy Now!: “Dilma Rousseff, talvez a única figura política de alto escalão que não roubou em benefício próprio, está sendo destituída por uma gangue de ladrões”. https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/18/chomsky-o-brasil-esta-sofrendo-um-golpe-brando/
17/05/2016: Equipe do filme Aquarius, dirigido por Kleber Mendonça Filho, denuncia o golpe em curso no Brasil no tapete vermelho do Festival de Cannes.
17/05/2016: Funarte ocupada em Brasília.
17/05/2016: Sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ocupada em Aracaju, Cuiabá, Fortaleza e Natal.
17/05/2016: Protesto em frente ao Iphan em Recife.
17/05/2016: Prédio do MinC ocupado em Salvador.

17/05/2016: Novo ministro das Cidades, Bruno Araújo barra construção de 11.250 unidades habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida, revogando duas portarias assinadas na semana anterior por Dilma Rousseff que ampliavam recursos para o programa.
18/05/2016: Protesto em frente ao Iphan em Belém.
19/05/2016: Sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ocupada em Florianópolis, São Luís, João Pessoa, Porto Alegre, Macapá e Maceió.
20/05/2016: Sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ocupada em Campo Grande, Goiânia e Rio Branco.
20/05/2016: Michel Temer nomeia Laerte Rimoli para a direção da EBC. A convite de Eduardo Cunha, Rimoli havia assumido em dezembro a direção de comunicação da Câmara dos Deputados, além de ter coordenado a campanha presidencial de Aécio Neves e servido como assessor de imprensa do Ministério das Comunicações no governo de FHC. http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/05/1773299-temer-nomeia-jornalista-ligado-a-cunha-e-ao-psdb-para-a-ebc.shtml)
19-21/05/2016: Arnaldo Antunes, Caetano Veloso, Erasmo Carlos, Seu Jorge, Marcelo Jeneci, Lenine, Otto, Frejat, Leoni, Pedro Luís e outros artistas se apresentam na ocupação da Funarte no Palácio do Capanema, no Rio de Janeiro.
21/05/2016: Michel Temer recua e anuncia que vai recriar o MinC. Funarte mantém ocupação.
22/05/2016: MTST faz ato e acampa em frente à casa de Michel Temer em São Paulo, contra cortes no Minha Casa Minha Vida.
23/05/2016: PM reprime e dispersa acampamento do MTST em frente à casa de Michel Temer em São Paulo.

23/05/2016: São divulgadas conversas de Romero Jucá com o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado. Nas gravações, realizadas em março, o ministro interino do Planejamento sugere o *impeachment* como solução para deter a Operação Lava Jato.
24/05/2016: O Diário Oficial da União publica a exoneração de Romero Jucá, que, pressionado pela repercussão do conteúdo das conversas com Machado, decide renunciar.
25/05/2016: Novo Ministro da Educação, Mendonça Filho, recebe Alexandre Frota, conhecido por ter feito filmes pornôs, e Marcello Reis, fundador do Revoltados Online, para discutir propostas para a pasta.
25/05/2016: Renan Calheiros e José Sarney também são expostos demonstrando preocupação com o avanço da Operação Lava Jato em gravações de Sérgio Machado.
30/05/2016: O ministro interino da Transparência, Fabiano Silveira, decide deixar o governo depois de aparecer criticando a Operação Lava Jato em gravações de Machado.
01/06/2016: MTST realiza ato em frente ao escritório da Presidência da República na Avenida Paulista, em São Paulo, contra cortes no programa Minha Casa Minha Vida.
02/06/2016: Ministro das Cidades, Bruno Araújo, recua e anuncia a retomada da portaria do programa Minha Casa Minha Vida que havia barrado.
02/06/2016: O Ministro do STF, Dias Toffoli, concede liminar que garante o retorno de Ricardo de Melo à presidência da EBC, revertendo a intervenção de Michel Temer.
02/06/2016: Aprovação no Senado Federal da mudança de regra de partilha do Pré-Sal e discurso de posse do novo diretor da Petrobras, Pedro Parente, que declara não ver necessidade de o Brasil ser detentor da exclusividade de exploração do petróleo.

06/06/2016: O jornal The New York Times publica segundo editorial sobre a situação política no Brasil, intitulado “Brazil’s Gold Medal for Corruption”, que faz duras críticas às primeiras ações do governo interino de Michel Temer. http://www.nytimes.com/2016/06/06/opinion/brazils-gold-medal-for-corruption.html
14/06/2016: Conselho de Ética recomenda a cassação de Eduardo Cunha.
17/06/2016: Petrobras atinge marca inédita de 1 milhão de barris por dia no Pré-Sal, com média de custo de extração do barril a U$D 8,00 (média mundial é de U$D 15,00). http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/06/1777960-producao-do-pre-sal-ultrapassa-marca-de-1-milhao-de-barris-por-dia.shtml e http://www.aepet.org.br/noticias e http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/nossa-producao-de-petroleo-no-pre-sal-ultrapassa-1-milhao-de-barris-por-dia.html
16/06/2016: A Operação Lava Jato derruba o terceiro ministro de Temer, Henrique Alves, que estava à frente do Turismo. Alves renunciou depois da divulgação do conteúdo da delação de Sérgio Machado, que o apontava como beneficiário de propinas pagas pela Queiroz Galvão e pela Galvão Engenharia enquanto deputado.
20/06/2016: É lançado manifesto intitulado “In Defence of the Democratic Rule of Law in Brazil”, assinado por Jürgen Habermas, Axel Honneth, Nancy Fraser, Rainer Forst e mais de cem outros intelectuais internacionais. http://jornalggn.com.br/noticia/academicos-estrangeiros-assinam-manifesto-em-defesa-da-democracia-no-brasil e http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/certas-palavras/filosofo-habermas-assina-manifesto-de-intelectuais-pela-democracia-no-brasil/
21/06/2016: Michel Temer assume o golpe em sua conta no Twitter: https://twitter.com/MichelTemer/status/745408852330426368

24/06/2016: Relatores para a Liberdade de Expressão da ONU e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos publicam parecer manifestando alarme quanto às interferências de Michel Temer na direção da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e na Controladoria Geral da União. http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=20176&LangID=E e https://nacoesunidas.org/brasil-relatores-da-onu-e-oea-sobre-liberdade-de-expressao-alertam-para-interferencias-na-ebc-e-na-cgu/ e http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,onu-critica-fim-da-cgu-e-interferencia-na-ebc-no-governo-temer,10000059030
27/06/2016: Temer se reúne secretamente com Eduardo Cunha no palácio Jaburu.
29/06/2016: Interino afirma que Bolsa Família será mantido "enquanto houver pobreza extrema no País".
29/06/2016: Criada a campanha de financiamento coletivo "Jornada pela democracia – Todos por Dilma", em resposta à restrição imposta por Temer ao uso de aviões da FAB pela presidenta (com exceção do trecho Brasília-Porto Alegre). A iniciativa partiu de Guiomar Lopes e Celeste Martins, ex-militantes e amigas de longa data da presidente.
01/07/2016: Com pouco mais de um mês de gestão, o governo do interino Michel Temer foi considerado ruim ou péssimo por 39% da população, de acordo com pesquisa CNI/Ibope.
04/07/2016: Temer recebe manifesto "de confiança" assinado por 46 entidades do agronegócio.
05/07/2016: Em seis dias, a campanha "Jornada pela democracia" acumula R$ 662.114 e 10.067 apoiadores. Em 48 horas, a campanha bateu recorde ao atingir a meta de R$ 500 mil reais. Além de ter se tornado o projeto que recebeu mais doações em menos de 24 horas, também foi o que teve mais apoiadores em tão pouco tempo.

Fonte: Elaboração Gomes, 2021 (dados Boitempo).

CAPÍTULO 4 - A FRENTE BRASIL POPULAR: A RESISTÊNCIA AO GOVERNO TEMER (2017)

Neste capítulo, a Frente Brasil Popular, depois do redemoinho do ano de 2016 (tratado no capítulo anterior), adentra um cenário político de pós-golpe e de início do governo de Michel Temer na presidência da República. Assim, a articulação trilha outros caminhos, pois está diante de uma forma diferenciada de gerência do Estado. A FBP alterna sua ação entre organização interna e atividades externas.

Internamente, a articulação redige, apresenta e debate o Plano Popular de Emergência, realiza a II Conferência Nacional e traça os planos para a realização do Congresso do Povo. Na arena externa, atinge o objetivo da realização de uma greve geral e de paralisações, continua na resistência por democracia, contra o ataque aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e por Diretas Já. E, assim, a FBP tenta incidir na resistência ao projeto neoliberal e ao desmonte das políticas que afetam os que vivem do trabalho**.**

4.1 Algumas notas sobre o conceito de Estado

Desde o ano de 2015 – passado o ano de 2016 – são vivenciados períodos em que a Frente Brasil Popular faz a defesa democrática do papel do Estado, como garantidor dos direitos inscritos na Constituição de 1988. E, nessa quadra histórica, o conceito de Estado toma abrangência nas ações da articulação. Aqui apresentaremos algumas leituras distintas e perspectivas teóricas sobre o tema. A percepção é a de que esse conceito foi construído com base em ideias de liberdade e soberania popular, que se efetivam com o exercício do voto. As principais contribuições para o entendimento desses termos são dadas por filósofos do Iluminismo, que apresentam a seguinte questão: para que organizar um Estado?

Para Tomas Hobbes (2003), no livro *Leviatã,* os homens, em estado de natureza, se encontrariam em constante conflito. A vida, sem o Estado, seria violenta e pobre, e a guerra de todos contra todos se instalaria. Finalmente, o medo faria com que as pessoas aceitassem uma autoridade garantidora da ordem, ou seja, o Estado.

Para o filósofo John Locke (1998), que escreveu *Dois tratados sobre o governo*, o contrato social teria como função garantir os direitos naturais para todos, e, como cada

um é incapaz de ser juiz de si próprio, o Estado seria necessário para gerir conflitos e, assim, garantir que direitos e liberdades individuais sejam preservadas.

O iluminista Jean-Jacques Rousseau (1996), que dissertou sobre o contrato social, por sua vez, aposta que ele se realizaria entre grupos que se reconhecem como iguais, com o respeito mútuo à autoridade e à adoção de um conjunto de regras. Um Estado que serviria para defender a propriedade, sendo ela o início da desigualdade entre as pessoas. Assim, os cidadãos poderiam participar ativamente das decisões do Estado em nome do interesse de todos.

No texto *De Rousseau a Gramsci*, Carlos Nelson Coutinho (2011) discorre sobre o contrato social de Rousseau, que trata da sociedade civil como comunidade política organizada, o Estado como equilíbrio, que garantiria a soberania popular, o interesse e a justiça. No entanto, para os liberais clássicos procedimentistas, a sua fundação está relacionada à proteção da propriedade privada, sendo esse o ponto central. O pensador, que segue a tradição marxista, enfoca que, nessa linha teórica, não há separação entre Estado e sociedade civil, que está no campo econômico e da estrutura econômica. Uma arena da luta de classes, ou seja, de antagonismo entre a burguesia e o proletariado.

O Estado é também instituição social que impossibilita direitos conquistados, coíbe a participação ativa nas decisões e medidas de influência na sociedade. Na concepção de Engels (1991), o Estado é produto da sociedade, cujo papel é o de ser amortecedor dos conflitos sociais, e age para evitar embate entre as classes, além de assegurar a reprodução do sistema capitalista.

Nessa compreensão:

> O Estado não é, pois de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora, mas dentro; tampouco é a 'realidade da ideia moral' ou 'a imagem e a realidade da razão'. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade em redor de uma irremediável contradição consigo mesma e está dividida por antagonismos irreconciliáveis [...]. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesse econômico colidente não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, torna-se necessário um poder colocado aparentemente acima da sociedade, chamado a amortecer o choque, e mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela e distanciando-se cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 1991, p. 227).

As percepções de Estado de Engels e de Marx se aproximam, posto que para o escritor da obra *O Capital*, o que prevalece é o poder da organização de uma classe social, que é dominante por deter a propriedade dos meios materiais de produção. Nessa estrutura

de sociedade, dois níveis são articulados: a base e a superestrutura. A primeira comporta a unidade das forças produtivas e a relação de produção. E a segunda, a superestrutura, é composta das instâncias jurídico-políticas (Direito e Estado) e ideológicas (a moral, a ciência, a filosofia, entre outras).

No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels (1998) desvendam a relação entre o Estado e os interesses da burguesia:

> A cada etapa da evolução percorrida pela burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente. A classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada e autônoma na comuna, aqui república urbana e independente, ali terceiro estado tributário da monarquia, depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, base principal das grandes monarquias, a burguesia com o estabelecimento de grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O executivo no estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa (MARX; ENGELS, 1998, p. 41-42).

Na concepção de Max Weber (1999), o Estado existe quando não há desobediência à autoridade de um grupo dominante, em que a relação de dominação está fundada na violência legítima, sendo legalmente reconhecida. Uma das características do Estado moderno é o emprego da violência legítima consentida, ou seja, ele detém esse monopólio.

Para Gramsci (199), com o Estado:

> Nasce concretamente a exigência de construir uma nova ordem intelectual e moral, isto é, um novo tipo de sociedade e, consequentemente, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas (GRAMSCI, 1999, p. 225)

Assim, desenvolve papel nos campos cultural e ideológico, busca a organização do consentimento, ou seja, a legitimação perante a sociedade civil, em que a coerção não é o único meio de dominação, mas se introduz pelo convencimento em aceitar a autoridade.

Partindo do entendimento de que o Estado é uma organização criada pela sociedade, para gerir seus interesses de classe, há tensões e disputas de projetos societários. No Brasil, a organização Estado passou por diferentes percursos, sendo que, em muitas vezes, ele se sobrepõe à sociedade como se fosse algo fora dela.

O Estado brasileiro se caracteriza por ser neoliberal na economia, ou seja, age sob os ditames do mercado, em progressiva supressão das questões que interessam à classe

trabalhadora e se transforma no denominado Estado mínimo. E, assim, politicamente, ele regressa às teorias liberais de desregulamentação dos direitos trabalhistas, em que a economia e a política são conduzidas pelo poder das grandes corporações.

Nesse sentido, é como se fosse proclamado o fim da história (Fukuama) e das conquistas trabalhistas, por meio da redução dos direitos, do baixo investimento na área social, em que os cidadãos são rebaixados à categoria de consumidores. Alguns eventos de crise política sistêmica fizeram crer no seu enfraquecimento, mas o Estado continua em pleno vigor, atendendo aos interesses dos capitalistas.

Ianni (2004) escreve sobre o neoliberalismo e o Estado neoliberal:

> O neoliberalismo compreende a liberação crescente e generalizada das atividades econômicas, compreendendo a produção, distribuição, troca e consumo. Funda-se no reconhecimento da primazia das liberdades relativas, às atividades econômicas com o pré-requisito e fundamento da organização e funcionamento das mais diversas formas de sociabilidade; compreendendo não só as empresas, corporações e conglomerados, mas também as mais diferentes instituições sociais. 'Neo' liberalismo porque se impõe e generaliza em escala mundial, alcançando inclusive os países nos quais se havia experimentado ou continuou a experimentar-se ou regime socialista ou planejamento econômico centralizado. Sob neoliberalismo, reforma-se o Estado [...]. O poder estatal é liberado de todo e qualquer empreendimento econômico ou social que possa interessar ao capital privado nacional e transnacional. Trata-se de criar o 'Estado mínimo', que apenas estabelece e fiscaliza as regras do jogo econômico, mas não joga. Tudo isso baseado no pressuposto de que a gestão pública ou estatal de atividade direta e indiretamente econômica é pouco eficaz, ou simplesmente ineficaz. O que está em causa é a busca de maior crescente produtividade, competitividade e lucratividade, tendo em conta os mercados nacionais, regionais e mundiais. Daí a impressão de que o mundo se transforma no território de uma vasta e complexa fábrica global, ao mesmo tempo que o shopping center global e a Disneylândia global. (IANNI, 2004, p. 313-314)

Verifica-se que a Frente Brasil Popular atua na relação com o Estado, compreendendo-o como um Estado ampliado (concepção gramsciana), em que inúmeras áreas da vida social dependem dele para se desenvolver, sendo imprescindível que haja interlocução. Assim, a responsabilidade constitucional de resolução de problemas sociais, de proteção e responsabilidade é demandada na garantia de conquista dos direitos, no entanto, há o reverso, pois o Estado, na sua trajetória histórica, se alterna em abrigar os interesses do agronegócio, dos empresários industriais e dos banqueiros, entre outras frações de classe, e, em poucas ocasiões, atua como garantidor de direito para a população.

Nas terras brasileiras, a característica do Estado é a de ser perpassado por demandas públicas que são privatizadas, pois a representação e a participação no espaço público, pela política, são favoráveis, como assegura Chauí (2000) no *livro Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*- ao patrimonialismo, clientelismo e mandonismo, de modo que a distribuição do poder e da riqueza da nação, produzida pela classe que vive do trabalho, torna-se concessão e financiamento para o monopólio dos capitalistas.

A tônica do Estado brasileiro é de interesse de uma classe. Porém, nos anos de governos democráticos populares, buscou-se construir um outro mundo possível, e que algumas mudanças foram realizas em alguns setores. No entanto, estruturalmente, essas mudanças não transformaram a natureza do Estado.

Dessa forma, ao se consolidar o golpe (2016) e, na consequência, o empossamento de um governante que não havia passado pelo crivo das urnas, o Estado voltou a ser gerido por interesses de uma classe específica, que é a dos proprietários dos meios de produção, retornando, assim, à prioridade de ser garantidor do monopólio de poder para esses proprietários.

4.2 “Fora Temer” e Contra a retirada dos direitos

Ao analisar o campo da economia, Yazbek, Bravo e Martinelli (2017) examinam que a vivência era de uma dura experiência de ajuste aos interesses do capital financeirizado, a expropriação das riquezas agrícolas e minerais. Para se exemplificar a situação, tem-se o fato de o governo renunciar ao controle das jazidas de petróleo da camada do Pré-Sal, colocando a Petrobras à exploração do capital estrangeiro.

No livro *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise no Brasil*, Boito Jr. (2016) discorre sobre atores nesse enredo da crise política:

> Existem várias teorias que podem ser usadas para se abordar uma crise política. Para o entendimento aprofundado daquilo que se lê sobre o tema, o leitor deve perguntar-se sobre os pressupostos, os conceitos e as teses que o analista mobiliza. A principal questão é: quais são os autores e qual é o enredo do drama chamado crise? (BOITO JR., 2016, p. 23).

E, sobre lideranças e ideias, Boito Jr. (2016) estabelece as formas de olhar o cenário. Há quem entenda que a política é um campo que se define pela luta entre grandes personalidades, campo no qual a crise é explicada como resultado do enfrentamento entre pessoas autoritárias e incompetentes. No entanto, há outra forma, a qual Boito Jr (2016)

classifica como liberal. Nesta, se concebe o processo como uma luta de ideias e valores, ou de projetos, em que o conflito é uma forma. Na concepção liberal, é como se existisse um espaço público no qual cidadãos livres, conscientes e socialmente desencarnados buscariam adesão para suas ideias.

Boito Jr. (2016) afirma ser esse o caso do Brasil, em que a leitura do conflito estabelece divisão entre os liberais e os desenvolvimentistas. O autor indaga, então, se os conflitos estariam restritos a essas duas possibilidades. Ele aponta a existência de outra corrente que difere dessas citadas até o momento. Nesta corrente, há outro enfoque teórico assentado na abordagem marxista. Nesta arena, não há divisão entre correntes de opinião, e sim entre classes sociais. E, desse ponto de partida, a análise da crise tem um encaminhamento muito diverso, o processo político "é concebido como resultado de conflitos entre classes e frações de classes, e a crise aparece como resultado de açodamento desses conflitos" (BOITO JR., 2016, p. 23).

Boito Jr. (2016) baliza ainda que não se trata de simples conflitos de classes, mas sim de conflitos distributivos, ou seja, pela apropriação da riqueza. Esses conflitos "envolvem diversas classes e frações", pois são "conflitos variados e complexos". O que não exclui o "surgimento de alianças, configurando sucessivas mutações no quadro político', são justamente essas variedades, complexidades e mutações que podem explicar o fundamental dos enfrentamentos, em que se observam, no conjunto do processo, "os "conflitos entre partidos" e, até mesmo, "conflitos no interior do Estado". Embora cada um com sua especificidade, "devem ser recortados os conflitos de classe" (BOITO JR., 2016, p. 25).

Em 2017, assim como nos anos anteriores, a luta de classes e seus conflitos, como distributivos, estiveram presentes nas discussões da Frente Brasil Popular, e foram objeto de análises das conjunturas política e econômica, nacional e internacional.

Nessa arena, a luta de classe tomava centralidade no enfrentamento às medidas do governo que pretendiam impor a Reforma da Previdência Social[316], a Reforma Trabalhista e outros ataques à classe trabalhadora, bem como a ameaça do desmonte da Petrobrás, que estava em curso, como a entrega da Base de Alcântara e a suspensão da construção de estruturas para a produção industrial, considerada fundamental para a soberania nacional.

---

[316] RAMOS, Gustavo Teixeira Ramos *et al*. (Coord.). *O golpe de 2016 e a Reforma da Previdência*: narrativas de resistência Bauru, Canal 6, 2017. (Projeto editorial práxis).

Trata-se de uma crescente ofensiva sobre os direitos do povo brasileiro pelo governo Temer. Diante do panorama, definiu-se um conjunto de orientações para que a militância e os movimentos os colocassem em prática, sendo que o foco principal seria posto sobre a ação intensificada na luta contra a Reforma da Previdência, na medida em que ela tinha o potencial de desvelar o projeto golpista para a sociedade.

Na ocasião, fez-se o balanço do processo de mobilização do dia 8[317] de março de 2017, cujo tema foi *Aposentadoria fica. Temer sai* e do dia 15 de março[318] (Dia Nacional de Paralisação da Educação), pois, o mote dessas ações comungava com a Reforma da Previdência, enviada pelo presidente, que a colocou em pauta no último mês do ano de 2016, no apagar das luzes do período legislativo. O governo alegou que havia um rombo[319] na Previdência Social, rombo este contestado[320] pelo DIEESE e por especialistas em auditoria, como a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

A contrariedade com o desmonte da Previdência possibilitou o envolvimento de diversas categorias de trabalhadores que, até então, não haviam entrado em cena. Além disso, outro elemento observado foi o apoio popular que as mobilizações provocaram, em que se abria um terreno para se intensificar o processo de mobilização e de construção da greve geral e paralisações contra a Reforma da Previdência.

Nas resoluções da FBP, deu-se continuidade ao processo de elaboração de uma plataforma que apontasse saídas para a crise econômica, política e social em que o País estava inserido. E o seu desenvolvimento foi realizado por uma comissão responsável pelo esboço do Plano Popular de Emergência.

---

[317] As manifestações do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, levou milhares de mulheres, do norte ao sul do País com o tema: *Aposentadoria fica. Temer sai*. *Paramos pela vida das mulheres*. As mulheres ocuparam fazendas, estradas, rodovias e as principais avenidas de todas as capitais, mas o principal alvo foi as agências do INSS e da Previdência Social nos municípios. Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/em-defesa-da-aposentadoria-mulheres-ocupam-predios-do-inss-e-ruas-por-todo-brasi-7166/
Acesso em: 22 jul. 2021.

[318] O resultado do *Dia Nacional de Paralisação* mostrava potencialidade de barrar a Reforma da Previdência que, em outras palavras, significa o fim da aposentadoria no Brasil. “Estamos diante da possibilidade de ampliarmos e fortalecermos a disposição de luta que os trabalhadores demonstraram. Muitos classificaram o dia de ontem como uma greve geral. Estava até mesmo na boca do povo. Se não foi exatamente uma greve geral como consideramos, estamos muito perto de alcançá-la” (IZZO, 2017). Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/brasil-parou-contra-a-reforma-da-previdencia-7469/ Acesso em: 09 set. 2021.

[319] O tema do rombo da Previdência no Brasil não sai de pauta. Para saber mais: Fagnani (2019): Previdência: o debate desonesto. Subsídios para a ação social e parlamentar: pontos inaceitáveis para a reforma de Bolsonaro.

[320] Disponível em: https://plataformapoliticasocial.com.br/a-falacia-do-rombo-na-previdencia/. Acesso: 09 set. 2021.

No calendário de lutas do ano de 2017, estava incluído o planejamento da greve geral e das paralisações. O consenso era de realizá-las no primeiro semestre, como anteriormente mencionado. A avaliação era a de que se tratava de uma conjuntura favorável a esse tipo de mobilização que, uma vez realizada, poderia impor uma derrota aos golpistas, no que tangia ao tema da Reforma da Previdência.

Observa-se que o objetivo da construção da greve geral e paralisações esteve presente no planejamento durante todo o ano de 2016, mas foi efetivado somente em abril de 2017. Esse tipo de protesto é um direito conquistado historicamente e inscrito constitucionalmente, por ser considerado como crucial para os trabalhadores e trabalhadoras e, portanto, um instrumento de luta.

Contudo, em se tratando de uma Frente que articula movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos, a forma de realizar greves é o desafio, posto que inovações foram agregadas. Além das formas clássicas de greve, se acrescentaram paralisações em forma de *trancaços* (fechamento de acessos) nas cidades e rodovias.

Na construção da greve geral e paralisações, as mobilizações nos estados previam a manifestação de *escrachos* (repúdios) endereçados aos deputados defensores da Reforma da Previdência, bem como às Organizações Globo, qualificando-os como o núcleo ideológico do golpe, pois ambos propagandeavam o desmonte da Previdência. Desse modo, a estratégia tinha o propósito de se somar a essas lutas, referenciando-as ao aniversário do Golpe de 1964[321], estabelecendo relações com o golpe em curso. E, na esteira das mobilizações do primeiro semestre, há o Dia do/a Trabalhador/a (1º de maio[322]), que incidiria com o centenário da 1ª greve geral no País (1917) e o lançamento do Plano Popular de Emergência.

No primeiro semestre de 2017, o depoimento do ex-presidente Lula, em Curitiba (PR)[323], seria acompanhado de vigília (a partir de maio) e ato, ocasião em que ele seria

serções do campo governista. E como não havia previsão de data, a ideia era ter condições de saber uma semana antes. Mas o acordo era ir organizando as bases e militantes.

[322] Em maio de 2017, são divulgadas conversas gravadas por Joesley Batista, da JBS, em que o empresário sugere, segundo sua delação, estar pagando propina a Eduardo Cunha, na cadeia. Ouve-se de Temer: "Tem que manter isso, viu?". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/relembre-os-principais-momentos-do-governo-michel-temer-mes-a-mes.shtml?origin=uol. Acesso em: 05 ago. 2017. Rodrigo Rocha Loures, ex-assessor especial de Temer, é filmado pela PF saindo de pizzaria com mala de dinheiro. Há suspeita de que Loures era intermediário de Temer.

[323] A Frente Brasil Popular do Paraná, em conjunto com outras organizações, realizou, nos dias 09 e 10 de maio, uma jornada de lutas em apoio ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As caravanas saíram de diferentes estados para participar do ato, e a organização foi descentralizada em que cada uma realização atividades para arrecadação de recursos, inclusive campanhas de doação. A programação contou com a participação de lideranças nacionais e com atividades culturais nos dois dias.

inquirido pelo juiz Sérgio Moro, e que se configurava como uma oportunidade de reunir muitas pessoas em frente ao Tribunal e na praça da capital paranaense. E, na sequência das ações, houve a realização da manifestação no dia da votação[324] da Reforma da Previdência na Câmara (1º turno).

Embora houvesse incertezas com relação ao dia exato da votação em primeiro turno, planejava-se, na semana da votação, organizar uma série de eventos: vigílias com jejuns, ocupações das câmaras de vereadores, das prefeituras, de escolas e lugares públicos, para denunciar o golpe em curso, o qual tiraria da população o direito à aposentadoria. E as mesmas ações seriam realizadas nas Assembleias Legislativas Estaduais e na Câmara dos Deputados, envolvendo religiosos, intelectuais, artistas e pessoas conhecidas da sociedade, para dar relevo ao movimento de protestos. E, no dia da votação da Reforma da Previdência, haveria paralisações com *trancaços* de rodovias.

Douglas Izzo, da Frente Brasil Popular, e presidente estadual da CUT São Paulo (Central Única dos Trabalhadores), publicou no site[325] da FBP, que o Brasil parou contra a Reforma da Previdência, em 15 de março[326] de 2017, e que, portanto, "era hora de se intensificar a cobrança aos deputados que queriam vender a Previdência do povo brasileiro e acabar com a aposentadoria pública no País" (IZZO, 2017).

Izzo, presidente da CUT, avaliava que a classe trabalhadora escrevia, naquele dia, mais uma página na história de luta do estado de São Paulo e do Brasil. Nas mobilizações, os trabalhadores e trabalhadoras pararam São Paulo e diversas cidades País afora. Para o sindicalista, "a data ficaria marcada nas mentes e corações, sobretudo, daqueles que, há meses, construíam nas ruas, escolas, fábricas e ocupações, a mobilização que a sociedade brasileira acompanhava" (IZZO, 2017).

O debate sobre a Reforma da Previdência estava na ordem do dia. A expectativa era a de que as pessoas começassem a entender que a Reforma era sinônimo de retirada de direitos, e apenas uma expressiva mobilização nacional sinalizaria que a narrativa distorcida do governo ilegítimo de Temer, com o total apoio da mídia e de um marketing

---

[324] A primeira votação na comissão, considerada como *carta marcada*. Depois iria para o plenário da Câmara dos Deputados, para primeira votação que poderia de fato barrar a reforma dadas as deserções do campo governista. E como não havia previsão de data a ideia era ter condições de saber uma semana antes. Mas o acordo era ir organizando as bases e militantes.

[325] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/brasil-parou-contra-a-reforma-da-previdencia-7469/ Acesso em 9 de fev.2022

[326] Em março de 2017, a PF deflagra a Operação Carne Fraca, que mira pagamento de propina e fraudes na produção de carnes, Temer sanciona projeto de lei que regulamenta a terceirização de todas as atividades de uma empresa. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/relembre-os-principais-momentos-do-governo-michel-temer-mes-a-mes.shtml?origin=uol. Acesso em: 05 ago. 2021.

milionário, começasse a cair por terra. E o recado a ser dado era que a classe trabalhadora não trabalharia até a sua morte sem conseguir se aposentar, afirmava Izzo.

O resultado desse Dia Nacional de Paralisação mostrava, ainda, que havia um potencial de se barrar a Reforma da Previdência que, em outras palavras, significaria o fim da aposentadoria no Brasil, pois estava-se diante da possibilidade de ampliar e fortalecer a disposição de luta que os trabalhadores e trabalhadoras demonstraram: "Muitos classificaram o dia de paralisação como uma greve geral. Mas, para caminhar nesse sentido, teriam de ir além e continuar a importante tarefa de mobilização, conscientização e organização dos trabalhadores", afiançava o dirigente da CUT-SP, Douglas Izzo.

Os passos seguintes seriam de bater na porta de cada um dos deputados para expor que, se votassem contra a Reforma da Previdência, não teriam o voto nas próximas eleições (2018). Além disso, buscava-se explicitar para cada parlamentar que, ao votar favorável, estariam vendendo os direitos e o futuro. O relator da Reforma da Previdência, assim como todos os outros deputados, cuja intenção era a de vender a Previdência do povo brasileiro, teria de se explicar. Izzo declarava que a Frente Brasil Popular do estado de São Paulo intensificaria sua cobrança e se certificaria de que a luta iria continuar.

A Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, entre outras entidades, organizaram o Dia Nacional de Mobilização contra o desmonte de Temer e um *esquenta* (ação preparatória) para a greve geral e paralisações contra o desmonte da aposentadoria e da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), e para impedir a sanção, pelo governo Temer, do Projeto de Lei 4302/1998, aprovado por 231 deputados, no dia 22 de março.

O Projeto liberou a terceirização para todas as áreas das empresas. Ao aprovar o PL (Projeto de Lei) 4302, os deputados autorizaram, também, o aumento dos prazos dos contratos temporários de três meses para 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias. Isso significava a celebração de contratos de trabalho de nove meses ou mais, sem que os trabalhadores e trabalhadoras tivessem direitos trabalhistas, tais como: seguro-desemprego, estabilidade para gestantes e verbas rescisórias como o aviso prévio e os 40% de multa do FGTS. Os deputados da base do governo Temer se preparavam para votar o fim das aposentadorias.

Diante da retirada de direitos, o chamamento era para uma reação, pois havia a previsão de que os trabalhadores teriam muita dificuldade para se aposentar. O Dia Nacional de Mobilização, organizado em conjunto pelas Frentes Brasil Popular e Povo

Sem Medo, e outras entidades, era considerado como um momento preparatório para a greve geral e paralisações do dia 28 de abril.

4.2.1 O desafio de articulação entre movimento sociais, centrais sindicais e partidos políticos: a greve geral e paralisações e o Ocupa Brasília

Figura 34: Paralisação na cidade de São Paulo (SP), 2017

Fonte: Frente[327] Brasil Popular

A greve geral foi finalmente efetivada. Era considerada uma batalha decisiva na luta contra o golpismo. Foi realizada no histórico dia 28 de abril de 2017, e convocada pelas Frentes e pelo Fórum das Centrais Sindicais[328]. Em jogo estava o futuro da

[327] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/ Acesso em: 9 fev.2022.
[328] Fórum que envolve CUT, CTB, NTSC, UGT, CSB e Força Sindical.

Previdência e do acesso a direitos básicos de milhões de brasileiros que dependiam do seu sucesso. A data foi avaliada como um divisor de águas que inauguraria um novo ciclo na política brasileira. Esperançava-se que as forças progressistas saíssem definitivamente da defensiva, sendo que alcançar esse objetivo tornou-se fundamental. Por isso, todas as energias foram utilizadas para consolidá-la.

O cenário era de intensificar o trabalho de diálogo com a sociedade para converter rejeição ao governo em paralisação e mobilização popular. A orientação da organização era de participação na greve nos estados e cidades, e a preparação realizada nas plenárias municipais, que reuniu a militância das organizações sociais populares, sindicais e estudantis, em debates sobre o significado político, bem como as tarefas de elaboração com distribuição de responsabilidades.

A agitação e propaganda foram organizadas com ações de diálogo com a sociedade em torno da greve e com a organização de brigadas de panfletagens em pontos de grande circulação de pedestres (com panfletos da FBP que poderiam ser reproduzidos pelos estados), colagens de lambes, colocação de faixas em viadutos, e veículos, anunciando a data da greve geral com a mensagem: *O Brasil vai parar!*

Em terras brasileiras, a memória se voltou para a coincidência com a celebração do centenário da primeira Greve Geral[329](1917).

[329] A Greve Geral de 1917 foi um Movimento que mobilizou trinta mil trabalhadores. Também denominado como Resistência Operária, contou com a participação predominante dos setores têxteis e gráficos, os mais importantes à época. Durante as manifestações, foi criado o Comitê de Defesa Proletária, resultante da reunião clandestina de várias categorias de militantes. O Comitê reuniu, em um único memorial, as reivindicações de todas as categorias profissionais envolvidas, destacando-se: a jornada de 8 horas de trabalho, aumento dos salários, redução dos aluguéis, normatização do trabalho de mulheres e crianças e melhorias no local de trabalho. Cumpre registrar também que a greve de 1917 não foi um ato isolado, contando apenas com a participação de trabalhadores. Alguns autores, como Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall, chegam a afirmar que "a greve geral de julho de 1917 em São Paulo foi a manifestação política urbana mais impressionante da Primeira República" (GOHN, 1995, p. 73).

Figura 35: 100 anos de Greve Geral

Fonte: Frente [330]Brasil Popular

Na sexta-feira, do dia 28 de abril de 2017, o País, mais uma vez, parou. A greve geral e as paralisações, convocadas por diversos movimentos e entidades populares, foram consideradas como as maiores mobilizações da história do Brasil. Estima-se que cerca de mais de 40 milhões de brasileiros e brasileiras deixaram de trabalhar. Desde as primeiras horas da manhã, o clima era de greve, nas diversas cidades pelo País, com as ruas vazias, metrôs e trens parados, além de fábricas fechadas, ônibus nas garagens e rodovias e vias urbanas trancadas:

> Uma das estratégias dos movimentos sociais foi a realização de bloqueios das principais avenidas, ruas e rodovias. Só em São Paulo, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública Estadual, mais de 50 trancaços foram realizados.
> E entre os movimentos que fizeram os bloqueis também houve outra interessante unidade. Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, Movimento dos Sem-Terra, Central dos Movimentos Populares, Movimento dos Atingidos por Barragem, Movimento dos Pequenos Agricultores e a Coordenação Nacional das Associações de Moradia fizeram uma ação coordenada para travar pontos estratégicos próximos aos aeroportos, terminal de ônibus e metrô logo cedo (Site[331] FBP).

[330] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/ Acesso em; 9 de fev.2022.
[331] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/greve-foi-a-maior-da-historia-e-pode-abrir-novo-caminho-para-o-brasil-ad6c/Acesso em: 05 out. 2021.

Figura 36: Greve Geral e paralisações nos bairros

Fonte: Acervo Gomes (2017).

Constata-se adesão à greve pelas mais variadas categorias de trabalhadores, afetando significativamente a mobilidade em São Paulo (SP), no Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Curitiba (PR) e, em praticamente, todas as grandes cidades do País. O movimento foi celebrado pelas organizações articuladoras, uma vez que atingiu milhões de pessoas que paralisaram e que deixaram de trabalhar.

A avalição da greve geral, pelas organizações articuladoras, contrasta com a análise dos textos e imagens publicadas pelos meios de comunicação comercial. O estudo realizado por Feres Junior *et al*. (2020, p. 504) demonstra que a cobertura[332] jornalística das greves gerais[333], de 2017, evidenciou o alinhamento dessas empresas de comunicação com os donos dos meios de produção. O estudo aponta os modos predominantes de enquadramento das greves com as seguintes palavras: violência e vandalismo; malandragem; ação egoísta e desorganizada; transtorno ao espaço público; fonte de prejuízo à economia e ausência de legitimidade popular, conforme apontam Feres Junior *et al*. (2020), com base em matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, do dia 28 de abril de 2017:

> O sentido negativo relacionado às duas greves gerais é predominante nos textos. Na primeira paralisação há inúmeras alusões pejorativas às organizações sindicais e aos atos de mobilização, tais como 'balbúrdia travestida de greve geral' (*O Estado de S. Paulo*, 29 de abril); 'greve absurda convocada para amanhã e que está revoltando as pessoas ordeiras e de bem deste País' (idem); 'sindicalistas são, na verdade, parasitas da contribuição sindical obrigatória' (idem); 'querem com essa 'greve geral' de hoje atazanar de vez a vida da sociedade brasileira' (idem); 'Greves e paralisações só prejudicam os cidadãos de bem que querem trabalhar'. (FERES JUNIOR *et al*., 2019, p. 504).

[332] No artigo, os autores utilizam uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos. A parte quantitativa consiste no uso de nuvens de palavras, produzidas pelo programa NVivo9, a partir de um *corpus* de todas as notícias publicadas nas capas e páginas de opinião das edições dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, e do conteúdo transcrito do Jornal Nacional, nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2017 e nos dias 29 e 30 de junho e 1º de julho do mesmo ano, respectivamente, à véspera, a data e o dia seguinte de cada uma das paralisações (FERES JUNIOR *et al.*, 2019, p. 503)

[333] Os autores analisam as greves e paralisações de 28 de abril e 30 de junho de 2017.

A única impressão positiva que emergiu de forma pontual na publicação do *Estadão* e da *Folha*, no dia 29 de abril de 2017, foi a afirmação das centrais sindicais de que a paralisação de abril foi "a maior greve da história do País" (FERES JUNIOR *et al*., 2020, p. 504).

Feres Junior *et al*. (2020) concluem que a narrativa das pautas reivindicatórias dos movimentos sociais esteve ausente na cobertura. Eles não encontraram tentativas de síntese das questões que mobilizaram os trabalhadores e trabalhadoras e os distintos segmentos da militância. As ocasiões, em que alguns representantes de centrais sindicais foram consultados, são raras, ainda assim, apenas para comentários breves sobre as pautas dos jornais. Sendo significativo que os integrantes dos movimentos, com relevante atuação relacionada às Reformas, não foram sequer mencionados.

Por outro lado, o posicionamento oficial do governo federal foi amplamente coberto pelos jornais. Porém, na internet, as palavras: *greve geral* foram umas das mais procuradas e comentadas naqueles dias. Na hashtag do Twitter, a mais comentada era #BrasilEmGreve, sendo:

> Utilizada de maneira alinhada por todos os veículos, meios, ativistas e os chamados influenciadores digitais do campo progressista, ficou mais de 10 horas no primeiro lugar entre os assuntos mais utilizados nas redes e chegou a desbancar sucessos da indústria cultural norte-americana (Site[334] FBP).

A greve e as paralisações denunciavam os cortes de direitos promovidos pelas propostas de reformular as leis trabalhistas e previdenciárias do governo de Michel Temer (PMDB). Na avaliação de Vagner Freitas[335], presidente da CUT, esse foi um daqueles dias para lembrar por muito tempo, e ficará marcado na história do Brasil.

A FBP tem contribuído para a unidade das forças progressistas e populares, expressa na greve geral, demostrando a importância da retomada das ruas. Hobsbawm (1977) traça a trajetória do movimento operário que deu uma inusitada resposta *ao grito do homem miserável no princípio do século XIX*, que resultou na consciência de classe e na aspiração de classe. Os pobres então se organizaram em uma classe específica, a classe operária, diferente da classe dos patrões (ou capitalistas). E, se a Revolução Francesa tirou a dúvida, a Revolução Industrial trouxe o imperativo da mobilização permanente.

---

[334] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/greve-foi-a-maior-da-historia-e-pode-abrir-novo-caminho-para-o-brasil-ad6c/ Acesso em: 29 jul. 2021.
[335] Disponível em:. http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/greve-foi-a-maior-da-historia-e-pode-abrir-novo-caminho-para-o-brasil-ad6c/ Acesso em: 29 jul. 2021.

No século XXI, o imperativo de mobilização permanente continua, mas, agora, com o desafio de incorporar as transformações ocorridas no mundo do trabalho e de uma classe trabalhadora que, na definição de Antunes (2010), é fragmentada, heterodoxa e complexa.

O entrevistado Raimundo Bonfim, (CMP), explica que a Frente Brasil Popular não teve divergências internas na coordenação sobre a definição do que ele ressalta serem *dias nacionais de paralisações*. Percebe-se que o dirigente aguça essa acepção, e que ela importa aos que vivem do trabalho. Bonfim exemplifica que, ao denominar o dia de greve (definição sindical), o movimento popular reivindica-o como dia nacional de greve e paralisações. As datas dessas ações podem ser unificadas, articuladas, ou não, pelas duas Frentes.

O dirigente da CMP prossegue e elucida as diferenças, pois, comumente o movimento popular do campo e da cidade paralisam as roças, as ruas e avenidas entre outros lugares, e "não é somente uma greve que pressupõe a categoria parar naquele momento determinado (chão da fábrica[336])", a expressão aqui usada define o lugar de quem produz.

Gramsci (2011) estuda a divisão em americanismo e fordismo:

> Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo então indubitavelmente ligados às investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a moralidade dos operários são necessidades dos métodos de trabalho [...]. Taylor exprime com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em um grau máximo, no trabalhador, os comportamentos máquinas e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exige uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. (GRAMSCI, 2011, p. 226)

Gramsci (2011) trata das mudanças na forma de produção, antes denominada de taylorista-fordista. O que a caracterizava era a produção em série rotinizada, com grandes estoques produtivos, a produção e o consumo são de massa. A atualidade é o sistema de produção inspirado na fabricação de automóveis da marca Toyota, baseada na demanda caracterizada por estoque baixo e um processo de automação do próprio trabalhador, que exerce o controle de várias máquinas. Assim, as demandas por qualificações profissionais

[336] Expressão usada para definir, na linha de produção de uma fábrica, a localização daqueles que de fato produzem.

tornam-se mais sofisticadas. No fordismo-taylorismo, ao contrário, para a realização das tarefas, não se demandava qualificação.

A reestruturação produtiva é estudada por Antunes, Braga, Mazzei *et al*., (2009) no livro *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*, e detalhada por Antunes (2010), e no livro *Adeus ao trabalho, ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho.* E, também, é tema do texto publicado, pelo mesmo autor, em 2011, na revista *Serviço Social e Sociedade* [on-line], em que Antunes indaga se os modos de ser da informalidade rumam para uma nova era de precarização estrutural do trabalho. "Há uma crescente redução do proletário fabril estável, que se desenvolveu na vigência do binômio taylorismo-fordismo e que vem diminuindo com a estruturação, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, típico da fase do Toyotismo" (ANTUNES, 2010, p. 197).

Segundo Antunes (2010), esse modo de ser do toyotismo é reconhecido por ser um processo que estabelece automação da produção e pela introdução da microeletrônica, que impulsionou as formas da organização do trabalho.

O toyotismo diferencia-se da produção taylorista-fordista, pois, nesta, há a repetição do trabalho, representada no filme *Tempos modernos*, de Charles Chaplin. A atualidade do mundo do trabalho é de um processo de substituição de trabalhadores por novas tecnologias com sofisticação e rigidez, com acúmulo de funções e concentra-se no chamado operários polivalentes na cadeia produtiva:

> Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador 'polivalente' e multifuncional da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua direção mais intelectual. E de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação que hoje está presenciando as formas de *part-time*, emprego temporário, parcial, ou então vivenciamos desemprego estrutural. (ANTUNES, 2010, p. 198)

As transformações impactam também a forma de gerenciamento, e a antiga repetição do taylorismo-fordismo, nos tempos modernos, é substituída pelo acúmulo das funções produtivas. Nessa forma de gerenciamento, se concentra o chamado operário polivalente que, na cadeia produtiva, tem de se tornar mais flexível, na medida em que a produção é diversificada e motivada pelas demandas do mercado.

E junto a essas novas configurações da produção, novas políticas de Estado são implementadas, tendo como objetivo institucionalizar as novas relações de trabalho que, atreladas ao estado neoliberal, impõem a flexibilização das leis trabalhistas, a desproteção

do trabalhador e configuram-se como um novo modo de vida, com base na precarização do trabalho e nas formas informais:

> Desregulamentação, flexibilização, terceirização, *down sizing*, empresa enxuta, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo 'mundo empresarial', são expressões de uma lógica societal onde se tem a prevalência do capital sobre a força humana do trabalho, que é considerada somente na exata medida em que é imprescindível para a reprodução desse mesmo capital. Isso porque o capital pode diminuir o trabalho vivo, mas não o eliminar. Pode intensificar sua utilização, pode precarizá-lo e mesmo desempregar parcelas imensas, mas não podem extingui-lo (ANTUNES, 2010, p. 199).

A reestruturação nas formas produtivas criadas e as novas funções utilizam-se em larga escala da capacidade intelectual do trabalhador. Ela envolve a ciência da produção fordista, em que cada um vai de ações simplificadas para a produção de máquinas sofisticadas, tornando necessária a criação de um novo perfil de trabalhador e trabalhadora.

Além disso, o setor de serviços toma importância, e há requisição de qualificação profissional distinta dos trabalhadores da indústria tradicional, sobretudo de conteúdos informacionais que exigem outro tipo de pensamento, linguagem, percepção, memória e raciocínio. A questão central é que, apesar da utilização da capacidade intelectual e do conhecimento, o trabalho imaterial continua a reproduzir as formas de exploração. Em outras palavras, esse tipo de trabalho ainda está inserido na lógica do assalariamento. Em Marx (2008), o trabalho assalariado é a base da estrutura social do modo de produção capitalista que se reproduz e, com ela, advém a divisão da sociedade em classe.

Harvey (1992) denomina esse processo de Acumulação flexível pós-fordismo que é marcado:

> Por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo taxa altamente e intensificada de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças de padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores de regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviço", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...] (HARVEY, 1992, p. 140).

Os que fazem as paralisações têm entre seus componentes aqueles e aquelas que não atuam em uma categoria profissional específica e nem estão ligados à estrutura

sindical. Por isso, segundo Bonfim (2020), há o alerta do chamamento não ser apenas greve, que pressupõe os que trabalham na formalidade.

Para a compreensão dessa especificidade, o uso da expressão *classe que vive do trabalho,* como sinônimo de *classe trabalhadora,* como o faz Antunes (2010), é elucidativo. O autor a formula, contrariando aqueles que defendem o fim do trabalho e o fim da classe trabalhadora. O uso da expressão, *classe que vive do trabalho,* pretende enfatizar o sentido contemporâneo da classe trabalhadora que compreende:

> 1) Todos aqueles que vendem sua força de trabalho, incluindo tanto trabalho produtivo quanto o improdutivo (no sentido dado por Marx).
>
> 2) Inclui os assalariados do setor de serviço também o proletariado rural.
>
> 3) Inclui proletariado precarizado, sem direitos e os trabalhadores desempregados, que compreendem o exército industrial de reserva.
>
> 4) Exclui, naturalmente, os gestores e altos funcionários do capital, que recebem rendimentos elevados ou vivem de juros (ANTUNES, 2010, p. 201).

Segundo Bonfim (CMP), anteriormente, havia os dias nacionais de greve, paralisações e manifestações, em determinados lugares, quando "era uma categoria que paralisava; em outros, era uma manifestação de outros movimentos de diversos perfis" (BONFIM, entrevista, 2020).

Feres Junior *et al*. (2019) especificam:

> Diferentemente de outros países onde as greves têm um sentido estritamente trabalhista, no Brasil, a proximidade entre as organizações sindicais e os demais movimentos sociais as investe de um caráter político mais amplo, como, no caso em questão, o combate às políticas neoliberais de Temer. De fato, as greves de 2017 permitiram observar a articulação entre distintos setores de esquerda, seja a partir do material de divulgação de movimentos sociais específicos, seja a partir das manifestações de organizações políticas que congregaram inúmeros grupos, a exemplo da Frente Brasil Popular e da Frente Povo Sem Medo. (FERES JUNIOR et al., 2019, p. 497).

Na percepção de Bonfim (CMP), a respeito desse aspecto, o movimento sindical cedeu. Nas décadas passadas, os sindicatos chamavam a greve, e o movimento popular era convidado para a paralisação: "Na Frente Brasil Popular avançou, eles perceberam que não dava para chamar um dia de greve, porque deixaria fora as pautas e outras formas de mobilizações com a característica específica de outros movimentos" (BONFIM, entrevista, 2020).

Observa-se que, na fala do dirigente da CMP, se sobressai a questão da tática e estratégia, ou seja, se os movimentos que não estão no "chão de fábrica" participam de todo o processo de decisão ou somente são táticos para mobilizar para as ações.

Carlos Rogério (CTB) reflete que o mundo do trabalho está "violentamente tripudiado com a Reforma Trabalhista[337]. Segundo o dirigente sindical, essas mudanças e a questão financeira acabaram com vários tipos de financiamento para os sindicatos. As contribuições sindicais eram obrigatórias e causavam polêmicas entre os setores "tinha gente a favor e outras contra". O fato é que "diminuíram muito os recursos". Por isso, completa, é preciso repensar em "como sobreviver e ao mesmo tempo fazer a manutenção da luta".

> Estamos em uma sociedade capitalista, aqui todos na maioria é trabalhador, e poucos são rentistas, empresários, mas a mentalidade na sociedade é da classe dominante. E como nós trabalhadores dominados que somos podemos reagir [...]? Temos que inventar, ter novas formas de nos comunicar, de representar, principalmente, no caso do sindicato. (CARLOS ROGÉRIO, entrevista, 2020)

Na avaliação de Carlos Rogério (CTB), o mundo sindical aprendeu com os outros setores, por exemplo, a luta das mulheres, pois, embora ainda persistam problemas na "representação", conseguiram avançar em alguma legislação, no financiamento para as mulheres negras; a melhoria é "pequena, mas significante". Trata-se de setores, que os ensinam, posto que conseguiram "uma participação mínima, representatividade e reconhecimento".

Para o dirigente da CTB, "é a luta que continua, temos que saber adequar as nossas propostas a esse novo cenário que se modifica". De acordo com o dirigente da CTB, a área sindical, atualmente, "é totalmente diferente da época em que ele entrou no sindicato, é preciso pensar como reagir às mudanças e como mobilizar:"

> Tem pautas que mobilizam os trabalhadores sem precisar do sindicato, por exemplo, a moradia, nos atos da CMP e MTST, ali é tudo trabalhador, 'gente que rala', trabalhadores informais, desempregados, é uma forma diferente [de organização], mas ao mesmo tempo é uma forma de luta. Temos que pensar nestas questões. (CARLOS ROGÉRIO, entrevista, 2020).

No relato sobre a organização da greve geral e paralisações de 2017, se observa que as mudanças no mundo do trabalho trazem transformações no léxico e nas formas de

[337]A partir do governo Bolsonaro pelo "fim do Ministério do Trabalho, a carteira verde e amarela, a flexibilização" (CARLOS ROGÉRIO, entrevista, 2020).

realizar as ações. Nas palavras de Antunes (2010, p. 204), “é preciso compreender mudanças e resistências que, no plano imediato, incorporem as aspirações nascidas no interior da vida cotidiana da classe que vive do trabalho”.

Figura 37: Ato em SP: A greve geral vai até a casa do Temer

Fonte: Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo

O formato de greve geral e paralisações foi intensificado no final do dia 28 de abril. As Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, ao final do dia, realizaram um ato na cidade de São Paulo, com ponto de concentração no Largo da Batata, sendo que, em momento posterior, milhares de pessoas seguiram em caminhada até a casa de Michel Temer.

Na capital paulista, a pressão ao governo de Temer aumentou. O ato reuniu milhares de pessoas que não tinham condições de participar da greve nos locais de trabalho e militantes dos movimentos de outras áreas de atuação, que não estavam envolvidos na construção da greve geral e paralisações em locais específicos.

Naquele momento, crescia a rejeição popular à Reforma da Previdência que, ao lado da Reforma Trabalhista, tornara-se a principal pauta do governo ilegítimo que, com o apoio dos empresários, intensificava o golpe. As duas Reformas acabariam com direitos conquistados há décadas, sendo que alguns desse direitos estão em vigor desde a Consolidação das Leis Trabalhistas, promulgada em 1º de maio de 1943.

Findadas a articulação e a realização da greve geral e paralisações, a FBP continua a jornada na defesa da democracia, contra a criminalização da esquerda e do ex-presidente Lula e as reformas de Temer, tentando influenciar nos rumos do País.

Com essas pautas, a articulação se voltou para a organização das caravanas rumo a Curitiba (PR), local em que o ex-presidente Lula seria inquirido pelo Juiz de Primeira Instância, Sergio Moro. Houve a indicação de que os estados situados nas Regiões Sudeste e Sul reforçassem as caravanas.

Entre as instruções, constavam informações sobre o acesso aos ônibus e à infraestrutura: cozinha,[338] kit[339] militante completo, e o clima[340] da cidade. Também, alertas em relação às atitudes dos militantes e às tarefas políticas da jornada de lutas que versavam para que a militância se trajasse com simbologias da luta: boné ou chapéu; camiseta vermelha/colorida; lenços; faixas; *pirulitos* com frases, cartazes, e que cada um portasse sua bandeira de luta e/ou a bandeira do Brasil.

A orientação era que diante de provocações, deveria imperar a disciplina de não as aceitar, bem como a de andar apenas em delegações, para não se correr riscos de sofrer ataques por parte de grupos opositores formados por *coxinhas*[341].

Nos documentos da FBP, há registros de que a greve geral e paralisações lograram êxito, pois foram realizadas em vários estados da federação, concretizando, juntamente com a Jornada de Lutas em Defesa da Democracia, o protagonismo da articulação. Mas, não havia tempo para o descanso. A ofensiva conservadora não cessava no Congresso, no judiciário e por meio do oligopólio da mídia.

Na continuidade do processo de mobilização, as Reformas Trabalhista e Previdenciária, dessa vez, ocorriam em Brasília, quando milhares de pessoas ocupariam a capital federal para tentar barrar a votação dessas Reformas. Portanto, era preciso organizar caravanas rumo à capital da República.

No histórico de resistência da Frente Brasil Popular, observa-se que está latente o tema da democracia e a questão embutida é: qual democracia e para quem? Raymond Aron (1990), no livro *Etapas do pensamento sociológico,* nos informa que Alexis de Tocqueville escreveu *Democracia na América*, observando-a quando esteve nos Estados Unidos da América do Norte, em meados do século XIX. Houve entusiasmo com a democracia, a forma como os americanos a entendiam e a vivenciavam, pois aquela

---

[338]A alimentação por conta do estado/município/organização. Levar kit cozinha organizado. Havia algumas possibilidades de alimentação no acampamento, a preços de R$ 10,00 por pessoa.

[339] Colchão, roupa de cama, toalha e objetos de uso pessoal, para montagem do acampamento no local, trazer barracas.

[340] O período seria chuvoso, bastante frio, por isso todos deveriam se precaver com calçados fechados, roupas para frio, guarda-chuva e/ou capa de chuva;

[341] Sobre o termo ver: https://revistaforum.com.br/politica/finalmente-alguem-explicou-o-surgimento-do-termo-coxinha-leia-aqui/. Acesso em: 31 maio 2021.

experiência democrática valorizava a liberdade de homens e mulheres que se associavam para defender seus interesses e ter uma vida mais segura e confortável. Esses processos ainda não eram bem conhecidos na velha Europa, de onde vinha o autor, e nem o hábito de associativismo era cultivado na França, seu País de origem. Assim como Tocqueville olha para a América do Norte, para observar a democracia, por algum tempo, o Brasil mirou a Europa, na busca de referência sobre o tema.

A escrita de Bobbio (1990), no livro *Liberalismo Democracia*, também tem sido referência, pois, nela, há a informação de que o Estado contemporâneo surgiu de uma necessidade, por um lado, de limitar o poder e, por outro, de distribuí-lo. A descrição de Estado do autor combinou a forma de governo, a democracia, com uma teoria do Estado, o liberalismo, na chamada democracia liberal que atende às duas necessidades.

No entanto, Bobbio (1990) atenta para o fato de que a democracia e o liberalismo nem sempre caminharam juntos e nem sempre foram vistos como compatíveis. A democracia surgiu muito antes, na Grécia antiga. O conceito de democracia, com o significado de *poder do povo*, surgiu no século V a.C. O termo *demokratia* é composto dos vocábulos *demos*, que significa povo, e *kratos*, que significa *poder*. Nesses termos, a democracia é entendida como o regime político que pressupõe governo direto e indireto da população. Todavia, mesmo no berço da democracia, ou seja, na Grécia, a participação do povo estava aquém daquilo que se compreende atualmente, pois só participavam homens brancos e proprietários, sendo que mulheres e escravos estavam alijados da participação política.

A concepção liberal de democracia representativa surgiu com as revoluções burguesas da Europa, entre os séculos XVII e XIX. Isso a afasta do sentido em que o poder é do povo, pois passou por mudanças, desde então. Assim, na democracia, cujo princípio é a igualdade, todos aqueles que fazem parte do povo são igualmente titulares de poder político; ela passa por princípio, em suma, de igualdade de condições e, nesse sentido, torna-se incompatível com o liberalismo.

O liberalismo tem a liberdade como princípio. Segundo Norberto Bobbio, liberdade e igualdade são valores antiéticos, impossíveis de realização plena, sem limitarem-se mutuamente. O autor afirma que, para um liberal, o fim principal é a expansão da personalidade individual, mesmo se o desenvolvimento da personalidade mais enriquecida e dotada puder se afirmar, em detrimento da personalidade mais empobrecida, menos dotada, ao contrário do igualitarismo, em que o fim principal é o

desenvolvimento da comunidade em seu conjunto, mesmo que o preço seja o de diminuir a esfera de liberdade de singularidade.

A questão é: como combinar liberalismo e democracia? Para os liberais, o Estado é um mal necessário e indispensável, para proibir a perspectiva natural dos homens, mas, ao fazê-lo, restringe a liberdade dos indivíduos. Por isso, o Estado deve ter seus poderes e suas funções restritas. Sendo esse o caminho de garantir a proteção dos direitos de liberdade e defendê-los de possíveis abusos, razão pela qual o poder deve ser distribuído.

A democracia torna-se compatível com o liberalismo, posto que permite a distribuição de poder. Porém, Norberto Bobbio demonstra que a democracia, no Estado contemporâneo, se encontra restrito a seus aspectos formais, ao método democrático. Nesse espaço, igualdade e liberdade tornam-se compatíveis na democracia liberal, haja vista que todos são igualmente livres, e a igualdade que existe é a igualdade perante a lei, ou seja, uma igualdade de direitos. A questão colocada é quem faz a lei e pode exercer plenamente seus direitos.

Bobbio (2000), no livro *O futuro da democracia*, faz uma definição mínima de democracia. Nesses escritos, o autor ressalta que não bastam nem a atribuição a um elevado número de cidadãos, no direito de participar direta ou indiretamente da tomada de decisões coletivas, nem a existência de regras de procedimento como a da maioria (ou, no limite, da unanimidade). O indispensável é uma terceira condição, pois:

> É preciso que aqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que deverão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher entre uma e outra. Para que se realize esta condição é necessário que aos chamados a decidir sejam garantidos os assim denominados direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação etc. - os direitos à base dos quais nasceu o Estado liberal e foi construída a doutrina do Estado de direito em sentido forte, isto é, do Estado que não apenas exerce o poder *sub lege*, mas o exerce dentro de limites derivados do reconhecimento constitucional dos direitos "invioláveis" do indivíduo. Seja qual for o fundamento filosófico desses direitos, eles são o pressuposto necessário para o correto funcionamento dos próprios mecanismos predominantemente procedimentais que caracterizam um regime democrático. As normas constitucionais que atribuem esses direitos não são exatamente regras do jogo: são regras preliminares que permitem o desenrolar do jogo (BOBBIO, 2000, p. 20).

Seguindo a lógica de Bobbio (2000), o Estado liberal é o pressuposto, não apenas histórico, mas também jurídico, do Estado democrático. Estado liberal e Estado democrático são interdependentes em dois modos: na direção que vai do liberalismo à democracia, no sentido de que são necessárias certas liberdades para o exercício correto

do poder democrático; e na direção oposta, que vai da democracia ao liberalismo, no sentido de que é necessário o poder democrático para garantir a existência e a persistência das liberdades fundamentais. Em outras palavras: é pouco provável que um Estado não liberal possa assegurar um correto funcionamento da democracia, sendo pouco provável que um Estado não democrático seja capaz de garantir as liberdades fundamentais. A prova histórica dessa interdependência está no fato de que o Estado liberal e o "Estado democrático, quando caem, caem juntos" (BOBBIO, 2000, p. 32-33).

Ao contextualizar o século XX, Huntington (1991), no texto *A terceira onda: a democratização no final do século XX*, explicita que o pensamento liberal entende a democracia como procedimental, ao afirmar que o central da democracia é a seleção de líderes através de eleições competitivas para governar. A definição de seleção de líderes também está na teoria de Joseph Schumpeter.

Huntington (1991) se aproxima da democracia e da sua fonte original, como vontade do povo e lembra-nos da abordagem shumpeteriana de "arranjo institucional para se chegar às decisões políticas em que indivíduos adquirem o poder de decidir através da luta competitiva pelos votos do povo" (HUNTINGTON, 1991, p. 16).

Nessa formulação, é como se fosse *o fim da história*, usando *a* definição de Francis Fukuyama (1989). Segundo Huntington (1991), isso faz parecer que o debate houvesse sido encerrado com a vitória da tese de Shumpeter. Mas, o autor nos alerta *para não seguir essa onda* e desacreditar no fim da história, posto que os homens fazem sua história.

Diante das várias leituras possíveis sobre democracia, o que se observa é que se pode usar o plural, porque trata-se de *democracias* e não há um modelo único. Analisar a questão democrática, no Brasil, significa examinar não somente as instituições políticas existentes, mas, também, a maneira como se vive a democracia no País, uma vez que ela é ainda uma impossibilidade, pois as forças de manutenção de práticas antidemocráticas são antigas e persistem. Nesse aspecto, temos uma democracia de representação política que advoga respeitar as regras institucionais, mas que desemboca em derrubada de governo eleito e retirada de direitos.

Os detentores do poder estatal e governamental conseguem ser eleitos, pois são donos dos meios de produção, restando à população participar do processo eleitoral que, por muito tempo, colocou impeditivos à participação popular.

Por isso, a Constituição de 1988 é um marco, quando se trata do assunto. Após sua promulgação, o País passou a ter um poder civil, mas com anistia ampla geral e

irrestrita aos militares que, desde o início da República, atuam no cenário político, influenciando diretamente na condução da vida política nacional: Lavalle e Almeida (2020) consideram, com efeito, participar:

> Na democracia representativa é apenas escolher, e não decidir, o que implica deslocar a deliberação para os representantes. Assim, as decisões são formadas durante o debate no Parlamento e dentro dos partidos com cadeiras no Legislativo. A democracia representativa, ainda, reduz o princípio da inclusão ao ideal de igualdade formal de oportunidades entre indivíduos, desconsiderando as desigualdades reais que tornam a composição do Poder Legislativo injusta, porque nele não conseguem se fazer representar grupos sociais historicamente marginalizados (mulheres, negros, indígenas). Por fim, o papel das associações constitui um dilema, pois, embora elas contribuam para expressar a intensidade de preferências do cidadão, também podem erodir a qualidade da representação ao reforçarem ou exacerbarem as desigualdades materiais e sociais existentes, concedendo mais influência àqueles que têm mais recursos (o poder do dinheiro) (LAVALLE; ALMEIDA, 2020, p. 27).

Observa-se que a FBP luta por democracia, com representação política efetiva, que se desenvolve por direitos civis, políticos, sociais, entre outros. Nas palavras de Lavalle e Almeida (2020), há uma democracia direta, na qual a participação:

> É central e significa tomar parte, emitir opiniões acerca de decisões que afetam a coletividade e, sobretudo, decidir. O poder apenas se torna democraticamente legítimo quando emanado da vontade coletiva, porque o direito de autodeterminação é inalienável e reside no 'povo' (soberania popular). Assim, em vez de participação orientada à delegação de poder (democracia representativa), buscam-se procedimentos institucionais que permitam o autogoverno de todos por todos (LAVALLE; ALMEIDA, 2020, p. 28).

Cabe lembrar que, no País, a luta por igualdade e liberdade é uma constante, desde a resistência dos indígenas e quilombolas, passando pelo Brasil da República, e adiante, quando surgiram vários movimentos que procuram criar espaços de participação política.

Com o desenvolvimento industrial e a entrada de outros setores de trabalhadores, a luta amplia-se por melhoria de salário, condições de trabalho, e as outras tantas lutas reprimidas que, por tempo contínuo, ainda são consideradas como um caso de polícia. A participação é vista como se fosse uma concessão por parte dos detentores do poder. Sendo assim, o exercício da democracia, com efetiva participação popular nas decisões do Estado, teve curtos períodos na história.

A Constituição de 1988 é um marco da entrada de outros setores nas decisões políticas. O processo constituinte se mobilizou e se organizou Brasil afora, garantindo

que grupos que lutam tivessem seus direitos escritos na Constituição, avançando, assim, de alguma forma, sobre os setores conservadores.

Porém, a tentativa de consolidar a democracia, no Brasil, se desfez com o golpe de 2016. Nesse período, da pós-constituição de 1988 até o golpe de 2016, foram vividos anos em que os movimentos alargaram o espaço de participação institucional, por meio de leis que garantiram a ampliação de direitos

A FBP desnuda as contradições da democracia, ao mesmo tempo que não aposta somente no procedimento eleitoral. Observa-se a ênfase para uma democracia que tenha a participação do povo, maioria da população, pois, a democracia, no sentido ampliado, engloba além de ter eleições livres, também educação de qualidade, condições de se alimentar adequadamente, condições decentes na vida social. Na falta desses direitos, não se pode garantir que o Brasil viva uma democracia. Vale lembrar que o pouco que se construiu de experimentação democrática está sendo desfigurado.

Ao pesquisar a história da Frente Popular, percebe-se a constante defesa da democracia que, se afastando do sentido liberal do termo, se aproxima de um campo de um projeto democrático popular.

Ao analisar a democracia, Machado (1997), no artigo: *Os limites da democracia burguesa e prática política elitista*, afirma que, no limiar do século XX, é necessário discutir-se a democracia que está envolvida num conjunto de questões sociais, políticas e econômicas. Enquanto, na sociedade burguesa, a democracia é uma forma de regime possível, no socialismo, ela é a sua própria essência, ou seja, é o seu regime político e o seu exercício, “inclusive pela via não estatal do poder político de uma classe social não exploradora” (MACHADO, 1997, p. 123).

O tema democracia está em diversos discursos das distintas correntes e tem gerado ambiguidades, tais como centralidades das discussões, tanto por parte da direita, como da esquerda, quando se trata da questão.

Para os liberais, a globalização da economia teria ampliado a democracia. O mercado teria dado plena liberdade de participação, e os indivíduos se encontrariam com maiores chances de participação nos processos sociais. E, após a experiência do socialismo real, a esquerda tem mais preocupação em defender a democracia como *valor universal*, a fim de afastar as possibilidades dos sistemas autoritários.

Para essa perspectiva, retomam-se as contribuições de Machado (1997), que enfatizam que a democracia, aqui analisada, está sob a ótica da luta de classes, ou seja, de uma sociedade cindida, historicamente, em classes sociais antagônicas, em que as críticas

dos socialistas às concepções liberais de democracia são pelo seu caráter meramente representativo, em que não se pratica a democracia direta.

Para Machado (1997):

> Os socialistas reivindicam a participação popular e também o controle do poder a partir de baixo e que se estenda a todas as esferas da vida social. Além disso, ao propugnarem a democracia socialista, incluem nela o fim do Estado no processo transitório, para que no futuro, com o comunismo, atinjamos o fim da política (MACHADO, 1997, p. 126).

Para Saes (1987), a democracia cabe a qualquer tipo histórico de Estado, tanto o escravista como o asiático, o feudal e o burguês:

> A democracia, como forma de Estado, implica a presença de um órgão de representação direta da classe explorada no seio da organização estatal total, mas não se resume a isto. Para que haja democracia, em qualquer tipo histórico de Estado (escravista, asiático, feudal e burguês), é preciso também que tal órgão, quando existente, intervenha de fato no processo de definição/execução da política de Estado. Isto é: não basta que o Estado abrigue uma Assembleia, onde se reúnam todos os membros da classe exploradora ou os seus delegados, para que haja efetivamente no processo decisório, e se tiver reduzida ao desempenho de um papel decorativo, a forma assumida pelo Estado não é democracia (SAES, 1987, p. 23).

Distinguindo-se dos autores da democracia procedimental, Saes (1998) contribui com a definição de democracia, ao destacar que:

> Trata-se do seguinte: de um lado, é possível que as instituições políticas democráticas sirvam como instrumento da dominação ideológica burguesa sobre o proletariado; de outro lado, é possível que tais instituições se constituam em fator de desenvolvimento da consciência revolucionária do proletariado. (SAES, 1998, p. 163).

É manifesto que, no tempo e lugar em que se concretiza uma dessas possibilidades, a outra possibilidade se acha excluída. Não apostando na democracia como consenso, mas avaliando suas reais possibilidades, concordamos com Saes (1998), sobre a luta proletária nas democracias burguesas:

> O proletariado deve, de um lado, lutar pela conservação da democracia burguesa, já que esta cria condições políticas mais favoráveis à formação/desenvolvimento de um partido revolucionário, capaz de dirigir o processo de destruição do Estado burguês, de conferir à ditadura do proletariado sobre a burguesia o caráter de uma democracia de massas de conduzir, no processo de construção do socialismo, a luta das massas contra as tentativas burguesas de restauração do capitalismo. De outro lado, o proletariado deve criticar as próprias instituições democráticas, que, no entanto, ele busca proteger quando elas são desafiadas por tendências ditatoriais ou fascistas das frações burguesas, isto é. Deve denunciar o caráter formal e ilusório da igualdade da política da democracia burguesa, demonstrando a

> existência de um acesso diferenciado (classes dominantes e classes dominadas) às liberdades políticas. (SAES, 1998, p. 171)

Ao se afastar da ilusão com a democracia burguesa e seus limites reais, Valério Arcary (2003), no artigo *Partidocracia contemporânea e limites da democracia liberal nos Países da periferia do capitalismo*, alerta sobre os cuidados que se devem ter:

> Se há uma lição política que a história política, na aurora do século XXI, deixou para os marxistas é que a democracia é, por excelência, o melhor e mais eficiente regime de dominação do capital, porque tem permitido, através da influência dos aparelhos burocráticos, a integração social da superestrutura político-sindical das classes exploradas (ARCARY, 2003, p. 35).

A relação da burguesia com a democracia é complexa, porque esse grupo se sente confortável, na longa duração, diante de regimes bonapartistas que exercem o poder, substituindo os antigos e limitando as liberdades das próprias classes proletárias, cujos interesses foram chamados a preservar. O autor complementa que a burguesia só defende a democracia enquanto esse regime é sólido o bastante para absorver as tensões sociais e capaz de bloquear a radicalização operária e popular. "Toda a experiência histórica demostra que as classes proprietárias não hesitam em sacrificar a democracia, diante do perigo da revolução anticapitalista. Marcham, quando ameaçadas, sem hesitação em direção à ditadura" (ARCARY, 2003, p. 35).

No Brasil, nem precisamos chegar à ameaça da revolução anticapitalista, descrita por Arcary (2003), pois a luta dos movimentos populares urbanos e rurais, pelos direitos mais essenciais, já é motivação para que a classe proprietária aja por meio do judiciário, com força total, criminalizando os movimentos e promovendo a prisão das lideranças, alegando que elas ameaçam a ordem. Silva, no livro *Democracia: participação na "reforma" do Estado*, discorre que, a rigor, a história da luta de classes tem demonstrado que "avanços em direção à maior democratização da sociedade tem ocorrido naqueles momentos em que a força organizativa das classes populares consegue impor às classes dominantes no alargamento dos direitos políticos" (SILVA, 2003, p. 28).

Yazbek, Raichelis e Paz (2019), na revista *Serviço Social e Sociedade* (on-line), resumem:

> Cabe aos movimentos sociais, aos partidos políticos, às organizações sindicais, às universidades, ao associativismo civil, a tarefa de mobilizar energias criativas e a razão crítica para aprofundar o debate sobre os rumos da nossa ameaçada democracia, não apenas para decifrar o tempo presente, mas para resistir e transformá-lo. (YAZBEK, RAICHELIS, PAZ, 2019, p. 10).

A Frente Brasil Popular, diante da crise instalada, luta contra o golpe e pela democracia, numa perspectiva de luta por direitos dentro do sistema capitalista.

4.3 Uma janela de oportunidade

A Frente Brasil Popular se empenha na luta para assegurar a democracia com a pauta de *Diretas já* e *Fora Temer.* O assunto também esteve presente nas redes sociais[342], pois as gravações[343] que envolviam diretamente a figura do presidente[344], com a compra do silêncio de Eduardo Cunha, com malas de dinheiro da JBS, acentuavam a crise política e desestabilizavam a sustentação parlamentar e midiática do governo. A análise era de que esse fato abria uma janela de oportunidades para as forças populares barrarem as reformas e efetivarem a palavra de ordem *Fora Temer*.

Contudo, a mídia empresarial e setores detentores dos meios de produção, entre outros, articulavam uma saída segura para a manutenção do projeto golpista, mesmo com a queda de Temer. Ensejavam substitui-lo, via eleições indiretas, ou seja, eleger um presidente escolhido pelo Congresso, cujo perfil era permeado por parlamentar que, nas votações, colocavam-se contrários aos interesses da classe trabalhadora. Por essa caracterização, a FBP compreende que estava diante de uma nova fase do golpe. Essa constatação fez com que as organizações populares decidissem que a centralidade daquele

---

[342] Segundo a Rede Brasil Atual, apenas no dia 17 de maio, Michel Temer havia sido mencionado 947.418 vezes no Twitter. "O efeito mais devastador é a total hegemonia persuasiva de perfis que são mais independentes da polarização política (amarelos x vermelhos). Havia um festival de memes sobre o tema, que vinha sendo o modo brasileiro de ridicularizar o governo Temer/Aécio". Essa afirmação foi feita pelo professor Fábio Malini, do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), e coordenador do Laboratório de estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic), em sua página no Facebook. Na avaliação do professor, os usuários do Twitter "abusam de co-tweets, retuitando até mensagens antigas de Eduardo Cunha" e afirma que as hashtags de maior volume são #DiretasJá, #ForaTemer e #JornalNacional. A percepção do comportamento das redes indicava que os operadores do mercado, patrocinadores do golpe que inviabilizou o governo Dilma, e a imprensa comercial, liderada pelo grupo Globo teriam trabalho para impor sua tese. Os comentaristas da emissora se esforçam em vender a *solução constitucional* (que não interessou no afastamento de Dilma), que previa a realização de eleições indiretas pelo Congresso Nacional, em caso de afastamento de Temer. Para isso, os operadores da continuidade do golpe teriam que superar o clamor por soluções democráticas, com a convocação imediata de eleições diretas. Os movimentos sociais, por sua vez, se empenhavam em fortalecer o movimento das ruas e retirar da Globo e do mercado o protagonismo da condução da política do país, devolvendo-a à sociedade, conclui. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2017/05/diretas-ja-e-fora-temer-dominam-redes-socais-globo-faz-campanha-por-indiretas/ Acesso em 8 de fev. 2022

[343] A denúncia contra Temer foi feita após o presidente ilegítimo ser gravado pelo dono da JBS. Joesley se encontrou com Temer para negociar casos de corrupção, em pleno Palácio do Jaburu. O assessor dele, deputado Rocha Loures, foi gravado carregando uma mala com 500 mil dólares que, segundo o dono do frigorífico, era destinado a Temer.

[344] Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/audios-ouca-as-gravacoes-feitas-pelo-dono-da-jbs-com-temer-21360751. Acesso em: 28 maio 2021.

momento era colocar todo seu esforço de mobilização em torno da bandeira das *Diretas Já*.

Figura 38: Entrevista Coletiva-Brasília, 21 de maio de 2017 (FBP e FPSM)

Fonte: Site[345] FBP - Crédito Roberto Parizotti.

Na defesa da democracia, as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, em entrevista coletiva[346], afirmam que não haveria uma saída para a crise política que não contemplasse a convocação imediata de eleições gerais. A aceitação da situação se configuraria no *golpe dentro do golpe*. Em face desse posicionamento, as Frentes continuaram fazendo campanha pelas Diretas Já. Ao mesmo tempo, reivindicaram a soberania do voto popular, como solução para a crise política.

Nesse contexto, a defesa da democracia se tornaria ainda mais relevante. As duas Frentes definiram o calendário de lutas e a manifestação no dia 21 de maio (domingo), com reforço na necessidade de atos nas cidades, em especial, e, nas capitais, por eleições Diretas Já. No entanto, em alguns lugares, grupos de direita convocaram atos para a mesma data, o que fez com que cuidados redobrados na segurança fossem tomados, bem como estratégias para não se cair em provocações.

[345] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/. Acesso em: 9 fev. 2022.
[346] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/nota-oficial-da-frente-brasil-popular-7ae9/. Acesso em: 04 out. 2021.

Figura 39: Chamada para o Fora Temer e Diretas, já:

Fonte: Frente[347] Brasil Popular.

A Frente Popular tem realizado um calendário de mobilizações, que demonstram um esforço que exigiu inúmeras articulações, não sendo possível mensurá-las. E, assim, nessa espiral de mobilizações, no dia 24 de maio, foram realizadas mobilizações nacionais massificadas e concentradas em Brasília. O objetivo era barrar as Reformas do Trabalho e da Previdência.

Figura 40: 24 de maio de 2017 – Ocupa Brasília

Fonte: Frente[348] Brasil Popular.

[347] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/. Acesso em: 9 fev.2022.
[348] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/ocupabrasilia-3b86/ Acesso em: 9 fev. 2022.

As Frentes reuniram, em 24 de maio de 2017, na capital federal, segundo as organizações, mais de 200 mil pessoas. A ação era contra as Reformas Trabalhistas e da Previdência, propostas por Michel Temer (PMDB). No dia planejado, os atos se concentraram no Distrito Federal, com a convocação do Ocupa Brasília. Na data, as entidades realizaram, entre outras atividades, uma marcha e um ato político.

As mobilizações davam continuidade à greve geral e às paralisações, realizadas no dia 28 de abril, e à Jornada de Lutas em Defesa da Democracia, em Curitiba (PR), em 10 de maio de 2017, data em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi inquerido pelo juiz federal de Primeira Instância, Sérgio Moro.

A ida à capital da República almejou pressionar os parlamentares em uma semana que seria decisiva para a tramitação, na Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287, que alterava as regras da Previdência, adiando aposentadorias e diminuindo os valores dos benefícios.

A votação, em dois turnos, no plenário da Casa, estava prevista para os dias 24 e 31 de maio. E, sem a persuasão dos 308 votos necessários para a aprovação da proposta, no entanto, o governo poderia protelar a apreciação da matéria.

A pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, publicada no site da FBP[349], mostrou que 7 em cada 10 brasileiros eram contrários à Reforma da Previdência. A enquete publicada no site do próprio PMDB, partido de Temer, computava 96% de votos contra a Reforma, e apenas 2% a favor, no final.

A manifestação, na capital federal, foi recebida com violência policial. Houve repúdio ao uso de repressão policial e, pela primeira vez, no período de democracia, foi feito o uso das Forças Armadas, que agrediram milhares de brasileiros e brasileiras que se manifestavam contra as reformas. No site[350] da FBP, há uma descrição do dia 24 de maio de 2017:

> O presidente da República, Michel Temer, baixou decreto autorizando o uso das Forças Armadas contra a manifestação [...], que contou com perto de 200 mil pessoas. O uso foi dentro do dispositivo constitucional que prevê Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e, segundo vários especialistas e magistrados, não poderia ter sido aplicado da forma que foi, com base nos motivos alegados (Site FBP).

[349] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/centrais-e-movimentos-populares-planejam-ocupar-brasilia-contra-reformas-0be8/. Acesso em: 16 jul. 2021.
[350] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/para-deputados-e-entidades-violencia-policial-no-ocupabrasilia-foi-confronto-pre-eabe/ Acesso em: 16 jul. 2021.

Figura 41: Repúdio à violência policial e uso das Forças Armadas

Fonte: Frente[351] Brasil Popular.

Em 24 de maio de 2017, a Frente Brasil Popular, em nota, repudiou a ação violenta do Estado. As articulações afirmaram que o uso de repressão policial e das Forças Armadas foi desmedido. A ação agressiva atingiu milhares de brasileiros e brasileiras, participantes da Marcha da Classe Trabalhadora – que havia sido organizada com unidade de todas as centrais sindicais e com as Frentes (FBP e FPSM) –, que foram agredidas. O destaque foi o uso, pela primeira vez, das Forças Armadas, que lançaram bombas de gás lacrimogêneo e atiraram com bala de borracha, o que, segundo a FBP, demonstrava a fraqueza do governo de Michel Temer e seus aliados, que estava instável após as inúmeras denúncias de corrupção que os envolviam.

Na nota de repúdio, as articulações afirmaram que as Forças Armadas rebaixaram o seu papel, ao servir de instrumento político a serviço de um governo golpista, que atacou indiscriminadamente dezenas de milhares de brasileiros/as, e denunciava a infiltração de agentes da desordem no movimento pacífico para promover o enfrentamento, e que tal atitude não contou com apoio popular. Acrescentava que Temer usou desmedido monopólio do uso da força, buscando criminalizar e perseguir os movimentos sociais.

Por último, as Frentes declararam que foram às ruas, naquela data, para exigir a saída do presidente, eleições diretas e a retirada das Reformas da Previdência e Trabalhista, e que permaneceriam nas ruas e nos espaços sociais de luta até a derrubada de Temer e sua pauta de retirada de direitos.

[351] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/ Acesso em: 9 fev. 2022.

Figura 42: Cartazes por eleições Diretas Já

Fonte[352]: Laryssa Sampaio.

A Frente Brasil Popular reafirma que não havia saída para a crise política brasileira, sem que o povo decidisse o próximo presidente da República.

Após a ida à capital federal, em 24 de maio de 2017, no dia nomeado de Ocupa Brasília, a FBP[353] debateu os desafios políticos do cenário. A análise considerava que, desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2016), se verificava, pela primeira vez, uma divisão entre o bloco promotor do golpe, bem como divergências sobre o nome que poderia substituir[354] Michel Temer, em caso de renúncia ou cassação no processo que seria julgado no dia 06 de junho[355], pelo Tribunal Superior Eleitoral.

A ameaça de ruptura definitiva com a Constituição e com o Estado Democrático de Direito era uma preocupação latente. Havia os antecedentes da tentativa de prisão (coercitiva) do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2016) e, depois da redemocratização, o uso, pela primeira vez, da violenta repressão praticada pelas Forças Armadas, direcionada aos movimentos sociais, durante a Marcha da Classe Trabalhadora

[352] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/nao-ha-saida-sem-eleicao-direta-para-presidente-apontam-dirigentes-da-frente-bra-e2b7/Acesso em: 9 de fev.2022.
[353] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/nao-ha-saida-sem-eleicao-direta-para-presidente-apontam-dirigentes-da-frente-bra-e2b7/Acesso em: 28 maio 2021.
[354] Cogitava-se os nomes de substitutos como do tucano Tasso Jereissati, Nelson Jobim, Carmem Lúcia e até do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Brito, mas não havia unidade para substituir Michel Temer. E esse tempo dado era também de negociação para que o Temer pudesse viajar para Miami, e buscar apoio do governo imperialista.
[355] Por 4 votos a 3, TSE absolve Temer no processo de cassação da chapa formada por ele e Dilma Rousseff nas eleições de 2014. Os dois eram acusados de abuso de poder econômico e político. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/relembre-os-principais-momentos-do-governo-michel-temer-mes-a-mes.shtml?origin=uol. Acesso em: 08 jul. 2021.

(realizada no dia 24 de maio em Brasília), eram sinais do aumento da tensão entre a agenda neoliberal e a agenda democrática.

A utilização do Exército, por meio de um decreto ilegal, foi interpretada como uma tentativa de intimidação às manifestações populares, ou seja, um recado para que os movimentos não agissem com muita contundência porque haveria as Forças Armadas para conter o movimento.

Naquele momento, a unidade das forças conservadoras se assentava em torno da agenda de retirada de direitos, na crescente repressão e na tentativa de prisão de Lula. E, assim, havia a importância de unificar ainda mais os setores progressistas e as camadas democráticas da sociedade que cresciam.

4.3.1 O Plano Popular de Emergência: nenhum direito a menos e por Diretas Já

Na I Plenária Nacional da FBP, realizada em dezembro de 2016, identificou-se a necessidade de se elaborar um Plano Popular de Emergência, ou seja, um conjunto de medidas que objetivava, a curto e médio prazo, ser uma alternativa popular à crise econômica, social e política vivida.

Desde então, foi constituída uma comissão política para aprofundar essa elaboração. Apresentado um primeiro esboço, se iniciou o debate. Algumas sugestões foram prontamente acrescentadas de modo sintetizado à versão. O processo de construção do documento foi aberto para outras colaborações, uma vez que o Plano deveria ser lido e debatido nas organizações e nos coletivos locais, municipais e estaduais da FBP.

Os objetivos do documento eram: subsidiar a militância da FBP, para fazer debates com a população sobre as saídas para o Brasil; ter elementos para publicitar, de forma didática e diferente, os acontecimentos; contribuir na disputa da sociedade; apresentar e influenciar no debate de programa de governo das candidaturas a presidente (2018); e avançar na unidade entre as forças populares da FBP, em torno de um programa mínimo.

Figura 43: Capa da Cartilha do Plano Popular de Emergência

Fonte: Frente[356] Brasil Popular.

No dia 30 de maio de 2017, a FBP lançou[357] o Plano[358] Popular de Emergência, que continha as propostas para restabelecer a ordem constitucional democrática, defender a soberania nacional, enfrentar a crise econômica, reverter o desmonte do Estado e salvar as conquistas históricas do povo trabalhador. O documento listava que a pré-condição para que as medidas fossem eficazes era o fim do governo usurpador, originário do golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, com a realização de eleição direta de um novo chefe de Estado e o estabelecimento de um governo oriundo das forças políticas e sociais progressistas e democráticas.

O documento apontava que a saída era democrática[359] e seu pressuposto era a antecipação das eleições presidenciais para 2017. Sendo este o primeiro passo para se travar uma ampla e persistente disputa política, capaz de criar uma correlação de forças favorável à oportuna convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que se destinaria a refundar o Estado de direito e estabeleceria as reformas estruturais democráticas.

---

[356] Disponível em:http://frentebrasil.cut.org.br/acao/plano-popular-de-emergencia-8602/
[357] Na PUC-SP. Acesso em: 9 fev. 2022
[358]Disponível em: http://www.Frente brasilpopular.org.br/system/uploads/action_file_version/b12a6f2a11ff2ece42ece882738bed2c/file/cartilh-corrigida-1.pdf. Acesso em: 31 mar. 2021.
[359] Em 8 de Junho de 2017, ocorreu o lançamento da Frente Parlamentar Suprapartidária pelas Diretas, na Câmara dos Deputados. A FBP elaborou um Plano de Emergência ao País, pedindo a antecipação das eleições diretas para 2017 (GOHN, 2017, p. 8).

O Plano Popular de Emergência apresentado era uma alternativa para enfrentar a crise gestada pela agenda antipatriótica, antipopular, antinacional e autoritária dos golpistas. Nele, constavam as medidas para serem imediatamente implementadas ou encaminhadas por um novo governo, escolhido soberanamente pelo voto popular.

As propostas tinham, ainda, o objetivo de reverter, no menor tempo possível, os indicadores econômicos, sociais e políticos que resultaram do interregno golpista. Além disso, buscavam fazer conexão com as reformas estruturais necessárias para romper com o modelo de capitalismo dependente que tem produzido, entre outras chagas, o empobrecimento dos trabalhadores, especialmente das trabalhadoras e da população negra, injustiça social extrema, perda de independência e recessão econômica, ao mesmo tempo que concentra renda, riqueza e propriedade nas mãos dos capitalistas.

O documento ressaltava que a libertação dos trabalhadores da cidade e do campo, de sua condenação secular à exclusão, está vinculada à luta por um plano de desenvolvimento soberano, emancipador, sustentável e integrado aos vizinhos sul-americanos. Para tanto, era necessário que fosse implementado um projeto nacional de desenvolvimento que visasse o fortalecimento da economia nacional, o desenvolvimento autônomo e soberano, o enfrentamento da desigualdade de renda e de patrimônio, como meios fundamentais para a reconstrução da economia brasileira, para a recomposição do mercado interno de massas, da indústria nacional, da saúde financeira do Estado e da soberania nacional, um modelo social baseado no bem-estar e na democracia.

A proposta da FBP era debater o programa junto às bases das entidades, movimentos e partidos do campo democrático, popular e progressista e influenciar as campanhas das candidaturas com esse perfil, tanto para cargos majoritários quanto legislativos. Além disso, a Frente trabalhava para aprofundar o diálogo e a unidade entre as correntes desse campo, fortalecendo e ampliando alianças imprescindíveis para derrotar o bloco conservador no comando da República.

O Plano de Emergência era uma proposta aberta para a discussão com a sociedade brasileira e integrava um esforço coletivo da FBP, que visava a unificação das forças democráticas, populares e progressistas, na luta pela revogação daquele governo, e a construção de uma nova coalizão popular que ensejasse a retomada democrática e a ascensão das massas, como sujeitos da História.

No Plano Popular de Emergência, as áreas e temas contempladas são: democratização do Estado; política de desenvolvimento, emprego e renda; reforma agrária e agricultura familiar; reforma tributária; direitos sociais e trabalhistas; direito à

saúde, à educação, à cultura e à moradia; segurança pública; direitos humanos e cidadania; defesa do meio-ambiente; e política externa soberana.

Ao analisar as atividades do ano do Fora Temer, Gohn (2017) discorre que sua ocorrência trouxe novas alterações ao cenário das ruas. A autora constata um enredo apresentado até aqui, em que a FBP articulou, mobilizou e se empenhou, sem, no entanto, conseguir barrar o avanço das Reformas no Congresso Nacional. Segundo a autora, as lutas sindicais foram "reativadas, com manifestações contínuas, com o apoio de movimentos sociais organizados nas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo" (GOHN, 2017, p. 7-8).

Gohn (2017) analisa, ainda, as convocações da greve geral e paralisações, em abril, que "se não levou multidões para as ruas", conseguiu, de fato, "paralisar as atividades de muitos setores, inclusive o da educação básica". A autora acrescenta que as denúncias que envolveram o presidente Temer, vindas à tona, via mídia, no dia 17 de maio, criaram "novidades na cena das manifestações nas ruas". Os "áudios e vídeos apresentados exaustivamente pela televisão tiveram repercussão na opinião pública e contribuíram para o ensaio de um ato, no dia 21 de maio, em várias cidades brasileiras" (GOHN, 2017, p. 7-8).

Gohn (2017) classificou os atos, coordenados pelas duas Frentes, como "apenas um ensaio", pelo fato de, segundo a autora, ter havido baixa adesão popular aos atos. E, aponta, ainda, que as manifestações do dia 24 de maio, em Brasília, contra as Reformas Trabalhista e da Previdência, no final do dia, se transformaram em ato contra o governo Temer, pois contou com significativa adesão dos diversos setores, partidos de oposição, movimentos sociais populares, entre outros, que levaram milhares à Brasília.

Os atos, nas palavras de Gohn (2017), se "*transformaram* em uma batalha campal" em frente da Esplanada dos Ministérios, com feridos, e a Força Nacional de Segurança, nas ruas, convocadas pelo Palácio do Planalto, cujo resultado foram "alguns vidros quebrados, incêndios, feridos e destruição do patrimônio público, como saldo final" (GOHN, 2017, p. 7-8). Esse raciocínio criminaliza os movimentos, pois as Frentes advogam que os atos foram transformados pela força policial do Estado em violência desmedida contra os movimentos. Concordamos com Chauí (2000), quando adverte que:

> A sociedade auto-organizada, que expõe conflitos e contradições, é claramente percebida como perigosa para o Estado (pois, este é oligárquico) e para o funcionamento "racional" do mercado (pois este só pode operar graças ao ocultamento da divisão social). Em outras palavras, a classe dominante brasileira é altamente eficaz para bloquear a esfera pública das ações sociais e da opinião como expressão dos

> interesses e dos direitos de grupos e classes sociais diferenciados e/ou antagônicos. Esse bloqueio não é um vazio ou uma ausência, isto é, uma ignorância quanto ao funcionamento republicano e democrático, e sim um conjunto positivo de ações determinadas que traduzem uma maneira também determinada de lidar com a esfera da opinião: de um lado, os *mass media* monopolizam a informação, e, de outro, o discurso do poder define o consenso como unanimidade, de sorte que a discordância é posta como perigo, atraso ou obstinação vazia. (CHAUÍ, 2000, p. 96)

Soninha, da Marcha Mundial das Mulheres, explicita que a criminalização dos movimentos sociais é um processo antigo, forte e, inclusive, ocorreu durante o governo Lula e no da sua sucessora Dilma, embora ambos fossem considerados do campo democrático e popular. Mas há de se ater que do outro lado:

> Tem um sistema de justiça e uma elite articulada com outra visão de sociedade. A criminalização dos movimentos tem sido desmedida, porque é um jeito de disputar a correlação de força na sociedade. O campo do movimento da esquerda tenta dar resposta à criminalização que os fragilizam. Construir articulação é um jeito de disputar essa correlação de força. (SONINHA, entrevista, 2020)

Gohn (2017) considera que a ação, em maio, em Brasília, foi um divisor, pois a partir daí, a reivindicação por eleições diretas (e não por eleições indiretas, pelo Congresso, na eventual saída do presidente) passou a ser a tônica das Frentes de oposição. Nesse momento, na análise da autora, o estilo dos atos foi transformado: ao invés de nova passeata ou concentração de protesto, a área da cultura[360] foi acionada.

Gohn (2017) exemplifica sua constatação ao relatar que, após a ida a Brasília, em 24 de maio de 2017, aconteceu "o *showmício* ao ar livre, na Praia de Copacabana", no Rio de Janeiro, no dia 28 de maio, com "artistas da MPB de renome". E um outro *showmício*, no dia 4 de junho, em São Paulo, no Largo da Batata, bairro de Pinheiros, com artistas mais populares do RAP, entre outros. "Esses eventos demarcaram atos que demandaram *Diretas Já*, e não a espera pelas eleições em 2018" (GOHN, 2017, p. 7-8).

Entende-se que Gohn (2017) indica uma mudança de tática, pois as manifestações culturais passaram a vigorar, tornando-se um diferencial. Acrescentamos, que não se pode desconsiderá-las como uma das formas de resistência, uma vez que, como observou Gramsci (199), nas sociedades, o poder não é exercido apenas pela polícia, pelos tribunais, pela violência; a disputa pelo poder perpassa pela disputa das ideias, pela produção da cultura, de notícia, ou seja, luta-se pela hegemonia na sociedade "como

[360] O presidente extinguiu, em 2016, o Ministério da Cultura. Houve reação da classe artística, e a Funarte teve 12 sedes ocupadas no País. O protesto desse setor se tornou uma trincheira contra o golpe.

essencial à sua concepção estatal e à "valorização" do fato cultural, da atividade cultural, de uma frente cultural como necessária, ao lado das frentes meramente econômicas e políticas" (GRAMSCI,1999-2002, p. 295).

A continuidade das ações das duas Frentes, a FBP e a Frente Povo Sem Medo, contraria a análise de Gohn (2017). Elas reafirmavam apoio às greves e às mobilizações, convocadas para o dia 30 de junho, contra a Reforma Trabalhista e em defesa dos direitos e da aposentadoria. Continuavam repudiando a Reforma Trabalhista que tramitava no Senado Federal (PLC38/2017), porque ela rasgava a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), ampliava a precarização do trabalho e condenava os trabalhadores e trabalhadoras à informalidade, fragilizando a sua organização, a negociação coletiva, além de dificultar o acesso à Justiça do Trabalho.

A reprovação do relatório da Reforma Trabalhista, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, no dia 20 de junho, acendia a perspectiva de se impor uma derrota ao governo ilegítimo, pois seu conteúdo demonstrava condições de barrá-la. Creditava-se o resultado do relatório à pressão feita, desde o início daquele ano, nas bases eleitorais dos parlamentares e das ações de massa, promovidas e intensificadas nos meses anteriores, que teriam culminado na histórica greve do dia 28 de abril, e com a expressiva ocupação de Brasília, realizada no dia 24 de maio.

No entanto, a continuidade do governo Temer, ou a sua substituição por outro ilegítimo – indicado indiretamente pelo Congresso –, significava a continuidade da agenda de retrocessos. Por isso, a exigência era a retomada da democracia, com a saída imediata de Temer e a realização de eleições diretas.

As Frentes reforçaram a prioridade na agenda de lutas e orientaram ações de realizar reuniões e assembleias preparatórias conjuntas, nos municípios, e para organizá-las, paralisar a circulação em locais de impacto e visibilidade desde as primeiras horas do dia, apoiando o(a)s trabalhadores/as nos locais de trabalho e realizar, no período, atos unitários e massivos em todo o País contra a Reforma Trabalhista, em defesa da aposentadoria e dos direitos.

A avaliação era de que se aproximavam os momentos decisivos para o desenlace da crise política e institucional do Governo Temer. A bandeira das *Diretas Já* ganhara ainda mais materialidade naquela conjuntura, em que as forças golpistas se rearticulavam em torno da figura de Rodrigo Maia, então Presidente da Câmara dos Deputados. O cenário era de instabilidade e de cerco conservador que permanecia avançando em duas frentes: no Congresso, por meio das Reformas, e no Judiciário, por meio da previsível

condenação política de Lula, realizada por Moro. A votação do processo contra Temer no Congresso continuava, e atuar sobre ele era preciso, reforçando a bandeira das Diretas Já!

No dia 26 de junho de 2017, pela primeira vez na história, um Presidente da República brasileiro foi denunciado por um crime comum: "O presidente Michel Temer (PMDB) foi denunciado, pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pelo crime de corrupção passiva. "O peemedebista se torna o primeiro presidente brasileiro no exercício do mandato a ser denunciado por um crime comum" (BENITES, 2017[361], p. 3).

Figura 44: Ato dia 30 de junho 2017

Fonte: Frente [362]Brasil Popular.

Não obstante a instabilidade do Governo Temer, as Reformas continuavam tramitando no Congresso. A convocatória divulgada pela FBP chamou, para o dia 30 de junho, um Dia Nacional de Greves e Mobilizações, contra as Reformas Trabalhista e Previdenciária.

Além da luta contra as Reformas, as Frentes também exigiram Fora Temer e Diretas Já[*363*], sendo fundamental que os coletivos nos estados se envolvessem na construção das greves e dos atos, em conjunto com as centrais sindicais.

---

[361]BENITES A. Site El País. *Temer é denunciado por corrupção e se torna primeiro presidente a responder por crime durante mandato*. Rodrigo Janot acusa Temer de atuar em conluio com Rodrigo Loures em crimes relatados pela JBS Brasília - 27 jun. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/26/politica/1498485882_380890.html. Acesso em: 05 jul. 2021.

[362]Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/ Acesso em: 9 de fev.2022.

[363] Reunindo mais de 55 entidades representativas de diferentes setores da sociedade civil, de um amplo espectro político, conformou-se em dia 5 de junho, 2017 em Brasília a "Frente Ampla Nacional pelas Diretas Já", expressa os objetivos com a seguinte Nota em que avaliava que o Brasil atravessa uma grave crise política, econômica, social e institucional. Michel Temer não reúne as condições nem a legitimidade para seguir na presidência da República. A saída desta crise depende fundamentalmente da participação do povo nas ruas e nas urnas. Só a eleição direta, portanto a soberania popular, é capaz de restabelecer legitimidade ao sistema político. A manutenção de Temer ou sua substituição sem o voto popular significa a continuidade da crise e dos ataques aos direitos, hoje materializados na tentativa de acabar com a aposentadoria e os direitos trabalhistas, as políticas públicas além de outras medidas que atentam contra a soberania nacional. As diversas manifestações envolvendo movimentos sociais, artistas, intelectuais, juristas, estudantes e

A convocatória para uma segunda greve e paralisação, no mesmo ano, não logrou o mesmo êxito da primeira, mostrando que, nas articulações, às vezes, se defrontam com dificuldades, divergências e polêmicas.

Vagner Freitas, presidente da CUT, à época, explica que, quando não há consenso, o componente da articulação não se apresenta em nome da FBP, cada um vai defender e executar o seu ponto de vista no seu movimento. Freitas usa como exemplo a decretação de uma greve geral e paralisações: "elas precisam ter determinados fins, às vezes, não há concordância, pois há setores que querem antecipá-las por outros motivos. Nesses casos, há liberdade para que cada entidade implemente sua pauta" (FREITAS, entrevista, 2021).

A FBP tenta incidir no cenário político contra a Reforma Trabalhista votada no Senado, no dia 6 de julho de 2017. Para isso, mobiliza representantes para pressionar, em Brasília. Além disso, fortalece a inserção via redes sociais[364] e realiza ações, nos estados, de constrangimento sobre os Senadores indecisos, organizando *escrachos* ou atos em locais simbólicos, tais como entidades patronais, entre outros.

Figura 45: Cartaz sobre nota pública

Fonte: Frente[365] Brasil Popular.

jovens, religiosos, partidos, centrais sindicais, mulheres, população negra e LGBTs demonstram a vontade do povo em definir o rumo do país. Por isso, conclamamos toda a sociedade brasileira a se mobilizar, tomar as ruas e as praças para gritar bem alto e forte: Fora temer! Diretas já! E Nenhum direito a menos! O que está em jogo não é apenas o fim de um governo ilegítimo, mas sim a construção de um Brasil livre, soberano, justo e democrático. Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/acao/frente-ampla-nacional-pelas-diretas-ja-442e/ Acesso em: 16 jul. 2021.

[364] Sites como o *Na Pressão* (napressao.org.br).

[365] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/nota-da-frente-brasil-popular-d5f0/. Acesso em: 16 jul. 2021.

Em 10 de julho de 2017, a nota pública[366] da Frente Brasil Popular posicionou-se diante do fato de que a Reforma Trabalhista seria uma mudança radical das relações do trabalho, pois seu único intuito seria o de aumentar os lucros dos empresários e precarizar a mão de obra do trabalhador e da trabalhadora. Além disso, apontava que o cenário político era de crise política e institucional, que se agudizava com as inúmeras denúncias contra o presidente ilegítimo, Michel Temer, seus ministros, e contra os que, no processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, se colocavam como os guardiões da bandeira contra a corrupção.

Nesse cenário, a votação das Reformas Trabalhista e da Previdência era usada como salva-vidas do governo que, na análise da articulação, estava em fase determinante. Ao mesmo tempo, aqueles que já se articulavam para derrubar Temer e ocupar a residência colocavam a Reforma como a prioridade do programa para continuar agradando os setores que sustentaram o golpe dado contra o Estado Democrático de Direito.

No entendimento da FBP, qualquer um que entrasse indiretamente para o governo da República teria o objetivo de pagar a conta do golpe jurídico, midiático e legislativo, aprovando as Reformas Trabalhista e Previdenciária, posto que a Reforma Trabalhista, em tramitação no Congresso Nacional, acabava com direitos duramente conquistados, tais como o 13º salário e férias e descansos semanais remunerados. O projeto permitiria que grávidas trabalhassem em lugares insalubres, aumentaria a jornada de trabalho, diminuiria o horário de almoço para 30 minutos e, entre outros, permitiria o negociado sobre o legislado. O patrão poderia mudar as regras das leis como bem pretendesse.

Para a Frente Brasil Popular, a Reforma Trabalhista seria a mudança radical das relações do trabalho, com o único intuito de aumentar os lucros dos empresários e precarizar a mão de obra do trabalhador e da trabalhadora brasileiras. Por isso, reafirma que só haveria uma forma de derrotar a pauta que queria retirar os direitos dos trabalhadores: eleições diretas para o povo decidir quais seriam as medidas que deveriam ser tomadas para que o Brasil saísse da crise.

Constatava-se que setores do judiciário têm lado. Assistia-se, cotidianamente, o emprego de dois pesos e duas medidas[367], sendo usados pelo poder judiciário do Brasil.

---

[366] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/nota-da-frente-brasil-popular-d5f0/ Acesso em: 16 jul. 2021.

[367] O relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, ministro Edson Fachin, proferiu sentença de soltura do ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) e determinou o cumprimento de medidas cautelares alternativas. Loures, ex-assessor especial de Michel Temer, foi denunciado junto com

Tomem-se como exemplos as ações e reações muito diferentes quanto ao processo que tinha como principal objetivo impedir a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pois tentavam, a todo momento, condená-lo sem provas, com base somente em indícios e convicções.

Para a FBP, a classe trabalhadora do País não deveria dar trégua para Temer e seus aliados, e foi com esse objetivo que ocupou as ruas e as redes digitais, no dia 8 de março, [368] e construiu a greve mais representativa dos últimos 100 anos, no dia 28 de abril, ocupou Brasília, no dia 24 de maio, no mais representativo ato desde a Marcha dos Cem Mil (1997), ação que foi respondida pelo governo com repressão e criminalização, com uso das Forças Armadas. Foram eventos que tentaram parar o Brasil, para que o Parlamento ouvisse os trabalhadores e trabalhadoras e não retirassem os seus direitos.

A FBP objetivava ocupar as ruas no dia da votação da denúncia do processo contra o presidente Michel Temer e realizar atividades para pressionar os senadores no dia da votação da Reforma Trabalhista. A luta pelo Fora Temer centralizou-se no dia da votação de denúncia contra o mandatário. Nas capitais, no dia da votação da denúncia, organizou exibições públicas da votação, com telões em locais de circulação.

Em 13 de julho de 2017, atendendo sua base de sustentação, o mandatário sancionou o Projeto de Lei da Reforma Trabalhista, proposta que alterou a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas em vigência desde 1943) em mais de 100 pontos. A maioria dos brasileiros[369] (63%) estava pessimista com as mudanças nas leis trabalhistas e com o governo no poder.

---

o presidente pela Procuradoria-Geral da República, por corrupção passiva. Rodrigo Rocha Loures ficou conhecido como o homem da mala preta, depois que imagens veiculadas o mostram saindo de um restaurante com uma mala que continha mais de 500 mil reais. Assim como Aécio Neves, que mesmo com a irmã e o primo presos, teve seu processo arquivado pela comissão de ética do Senado (Nota oficial da FBP).

[368] "O movimento feminista e o de trabalhadores rurais são casos relevantes a se observar: antes mesmo das greves gerais de abril e junho, o movimento feminista já havia convocado para o dia da mulher, 8 de março de 2017, uma greve geral de mulheres, que tinha como mote a rejeição das Reformas de Temer, com destaque para as consequências específicas que elas tinham sobre as jornadas de trabalho da população feminina e rural. O Manifesto *Movimentos de Mulheres Contra a Reforma da Previdência Social Convocam Lutas para o Mês de Março de 2017*, por exemplo, reuniu distintas vertentes da militância feminista e se opôs veementemente contra a equiparação do tempo de contribuição à Previdência entre homens e mulheres e trabalhadores rurais e urbanos. O argumento de que essas parcelas da população são mais vulneráveis e encaram rotinas de trabalho mais extensas passou longe de qualquer conhecimento dos espectadores e leitores dos grandes meios de comunicação" (JUNIOR, et al, 2020, p. 505)

[369] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/relembre-os-principais-momentos-do-governo-michel-temer-mes-a-mes.shtml?origin=uol. Acesso em: 05 jul. 2021.

E explicitando a inseparável conveniência entre o executivo e o legislativo, sem ouvir as ruas e suas insatisfações, os parlamentares governistas negaram a continuidade da investigação contra o governante, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ):

> Por 40 votos da tropa de choque de Temer, contra 22 votos da oposição, a Comissão de Constituição e Justiça derrotou o relatório do deputado Sergio Zveiter (PMDB-RJ) no processo denunciado pela Procuradoria-Geral da República por corrupção passiva contra Temer, que para vencer na CCJ, substituiu deputados da comissão (Site[370]FBP).

Michel Temer foi livrado pelos parlamentares governistas da primeira denúncia por corrupção passiva, mas a mesma leniência não era esperada do judiciário, no caso do julgamento do ex-presidente Lula. A expectativa era de sentença desfavorável de Sergio Moro. A FBP planejava, em caso de condenação de Lula, organizar imediatamente atos em frente aos Tribunais de Justiça e Ministério Público, como resposta à condenação, por considerá-la como perseguição política.

A FBP foi às ruas pedir Fora Temer e eleições diretas, com esse objetivo articulou atos nas capitais, em agosto[371], ocasião da primeira votação da denúncia contra Michel Temer, na Câmara dos Deputados.

O resultado da votação demonstra que ser um governo mal avaliado não reflete em derrubada de presidente, visto que o resultado da pesquisa, divulgada pelo Ibope/CNI, demonstrou que somente 5% da população brasileira aprovavam a gestão de Temer, nenhum presidente tinha chegado a esse patamar, sendo o pior desde a redemocratização, e a aferição foi realizada antes do anúncio do aumento dos combustíveis.

Nas manifestações, no dia da votação da denúncia contra Temer, os estados tinham autonomia para definir o formato do ato ou atividade, mas a FBP orientou suas bases com uma circular para que as organizações se empenhassem em colocar telões para o acompanhamento da votação. Além disso, as entidades deveriam fazer pressão até o último momento, na tentativa de mudar o posicionamento dos deputados favoráveis ao mandatário. No Rio de Janeiro, realizou-se uma vigília no centro da cidade. Em Brasília, a manifestação foi em frente ao Congresso Nacional.

---

[370] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/tropa-de-choque-governista-nega-continuidade-da-investigacao-contra-temer-na-ccj-474e/ Acesso em: 09 set. 2021.

[371] A Câmara derrubou a primeira denúncia contra Temer por 263 a 227. Processo só poderia ser aberto no Supremo se fosse aprovado por 2/3 dos deputados. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/relembre-os-principais-momentos-do-governo-michel-temer-mes-a-mes.shtml?origin=uol. Acesso em: 05 ago. 2021.

Para a FBP, era o momento de unir os amplos setores progressistas e democráticos em defesa do Brasil, para sair da encruzilhada em que se vivia, e o caminho a ser trilhado era o da construção de um País justo, soberano e desenvolvido. No entanto, o resultado para retirar o presidente foi desfavorável:

> O Plenário da Câmara dos Deputados rejeitou no dia 02 de agosto de 2017, por 263 votos a 227 e 2 abstenções, a autorização para o Supremo Tribunal Federal (STF) abrir processo criminal contra o presidente da República, Michel Temer, por crime de corrupção passiva, seguindo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). A decisão da Câmara dos Deputados de não autorizar a instauração de processo contra o presidente da República seria comunicada ao Supremo Tribunal Federal, no prazo regimental, disse o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, ao anunciar o resultado. No total, 492 dos 513 deputados votaram o parecer do deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG). Rodrigo Maia deixou de votar por motivo de impedimento regimental, por estar comandando a sessão. Esta foi a primeira vez que a Câmara dos Deputados votou uma solicitação para instauração de processo contra um presidente da República. Com a decisão, o STF não poderá analisar a denúncia contra Temer apresentada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, no final de junho. O presidente só poderá responder judicialmente após o término do mandato (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS[372]).

O desmonte dos direitos continuou e todas as ações não contiveram a Reforma Trabalhista e o avanço da Reforma da Previdência. O presidente, embora com baixa popularidade, conseguiu apoio dos deputados para colocar em prática as propostas contidas no programa a "Ponte para o futuro".

4.3.2 Jornada de Lutas da Juventude Brasileira em Defesa da Soberania Nacional

A pesquisa não se ateve à questão geracional na Frente Brasil Popular, mas entendemos que a realização da Jornada de Lutas da Juventude Brasileira, entre os dias 14 e 18 de agosto, demonstra que há tentativas de incorporá-los à organização. A Jornada de Lutas da Juventude Brasileira teve como mote a defesa da Educação Pública e Gratuita, Fora Temer e Diretas Já, temas centrais das mobilizações. As operativas estaduais, da FBP, apoiaram as iniciativas organizadas nos estados, contribuindo na mobilização e na viabilização das lutas.

Segundo Carina Vitral (UNE), a FBP é o lugar da luta geral, o que não impede, por exemplo, que outros movimentos tenham o seu calendário de lutas, podendo encontrar

[372] Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/519587-camara-nega-autorizacao-para-processo-contra-temer-no-supremo/. Acesso em: 31 maio 2021.

apoio e solidariedade na articulação: “É assim com as pautas das juventudes e os congressos da União Nacional dos Estudantes-UNE e das demais entidades”. (CARINA VITRAL, entrevista, 2021).

Para a dirigente estudantil, a FBP é um dos espaços de articulação política em que a juventude se organiza. Na articulação, o segmento juvenil se organiza diferente da forma partidária, em que as representações são únicas e por corrente. Segundo Carina Vitral, da UNE, a juventude, no geral, se organiza por meio de coletivos, e no interior da FBP, este é o formato predominante. E a comunicação entre o grupo é feita via redes digitais. Assim, se organizam para fazer “as místicas, as passeatas e as intervenções culturais”. O Fórum da Juventude (organizado na FBP) é composto pela UNE, UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas), Levante Popular da Juventude e os coletivos.

No calendário oficial brasileiro, no dia 7 de setembro, comemora-se a Semana da Pátria e o Dia da Independência do Brasil (1889). Porém, para a FBP, a data foi a da Jornada em Defesa da Soberania Nacional, realizada entre os dias 4 e 7 de setembro de 2017. Em andamento, houve uma segunda denúncia contra Michel Temer, em que o Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, o denunciava ao STF. A acusação era de obstrução da Justiça e participação em organização criminosa, com o envolvimento dos aliados emedebistas. E, para agradar a sua base de apoio, o presidente sancionou a lei que criava a TLP (Taxa de Longo Prazo), que eliminava gradativamente os subsídios do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) [373].

Sendo assim, o dia da Independência do Brasil foi de defender a soberania nacional, este era o mote da resistência, posto que o governo acentuava o desmonte dos pilares estratégicos de uma nação soberana, por meio de ataques aos recursos naturais, da entrega do controle do Pré-Sal para as multinacionais, da desestruturação e privatização de estatais que atuavam em áreas estratégicas, como a Petrobrás, os bancos públicos, do setor elétrico, entre outras medidas antinacionais.

Nesse contexto, cabia à FBP resistir ao projeto entreguista, realizando ações de denúncia. A leitura era de um complexo e dinâmico momento da luta de classes e de desequilíbrio das forças. Nem a direita tinha hegemonia total, nem as forças populares conseguiam derrotá-la. Assim, as forças populares sentiam imposições de derrotas com avanços nas leis no Congresso, no desmonte da nação brasileira, com uma ofensiva de privatizações e desnacionalização de todo o tipo. A crise econômica se aprofundava,

[373] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/relembre-os-principais-momentos-do-governo-michel-temer-mes-a-mes.shtml?origin=uol. Acesso em: 05 ago. 2021.

gerando distensões internas entre os apoiadores do golpe e, consequentemente, mais problemas para o povo, com insatisfação popular acompanhada do desânimo com a política institucional. Considerava-se que o governo estava sendo isolado, pois o presidente estava com um índice de reprovação nunca visto antes, desde a redemocratização, e sua aprovação era de 5%[374], como escrito anteriormente. E, se ainda não havia sido possível derrubá-lo, vislumbrava-se que, no próximo período, isso aconteceria, tais as condições de vida, do desemprego, do aumento das tarifas, da gasolina e da energia elétrica.

Sendo assim, a missão da FBP era a de dedicar-se ao trabalho de base, à conscientização, à agitação das massas, de todas as formas possíveis, contra os abusos e as Reformas, apoiadas pelo governo, a mídia, no Congresso, no Poder Judiciário e o poder econômico. O dever era de desmascarar esses inimigos do povo, explicando o que eles estavam fazendo, e, ao mesmo tempo, propagandear a notícia de que o Brasil tem saída. Para isso, era preciso potencializar o uso do Plano Popular de Emergência, massificando-o em cartilhas, para ser debatido com o povo, levado a todas as casas possíveis, com a ampliação das edições em todos os estados, assim como usá-los nos meios de comunicação alternativos.

Para Bonfim (CMP), a trajetória da FBP se constituiu antes do golpe (2016), um processo que interferiu na sua fundação. Após esse período, ela se manteve na luta contra a retirada dos direitos, nas mobilizações contra o governo Michel Temer. “Em 2017, resistiu ao governo na continuidade da pauta neoliberal de retirada dos direitos, Reforma Trabalhista e tentativa da Reforma da Previdência” (BONFIM, entrevista, 2020).

[374] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/relembre-os-principais-momentos-do-governo-michel-temer-mes-a-mes.shtml?origin=uol. Acesso em: 05 ago. 2021.

Figura 46: Fora Temer e Diretas Já

Fonte: Frente [375]Brasil Popular.

Os meses de agosto, setembro e outubro de 2017 foram de luta pela revogação da Reforma Trabalhista e contra o fim da aposentadoria. A FBP ressaltou os impactos da Reforma Trabalhista para os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros(as) e encaminhou a realização de uma campanha para revogar a lei aprovada em novembro (2016), que significava o desmonte da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

A Reforma Trabalhista aprovada entrou em vigor; flexibilizava a jornada de trabalho e acabava com a contribuição sindical obrigatória (impactando as ações da área sindical). Outro ponto em pauta foi a retomada da campanha em defesa da aposentadoria. Considerava-se que as atividades conscientizassem a sociedade sobre o impacto da Reforma da Previdência.

Para a FBP, a consolidação das reformas era a demonstração de que havia um pacto golpista entre executivo, legislativo e judiciário, pois, pela segunda vez, a Câmara dos Deputados rejeitou, na noite de 25 de outubro de 2017, a denúncia contra o presidente pela obstrução da justiça e por integrar uma organização criminosa. Além de Temer, os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretária-geral da Presidência) eram acusados por crimes de formação de quadrilha e organização criminosa.

Segundo informação da Rede Brasil (2017)[376], o resultado da votação da segunda denuncia blindou Temer, evitando que ele se tornasse alvo de um processo por parte do Supremo Tribunal Federal (STF) e fosse afastado do cargo, o resultado foi vitorioso para

[375] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/ Acesso em: 9 de fev.2022.
[376] Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2017/10/por-votos-contra-camara-salva-temer-padilha-e-moreira-de-denuncia-no-stf/. Acesso em: 31 maio 2021.

o governo, mas demonstrou a fragilidade do Executivo para a votação de matérias de seu interesse, como as reformas e as privatizações.

Ao final da votação, foram contabilizados 251 votos favoráveis ao presidente e seus ministros, contra 233 favoráveis ao acolhimento da denúncia. O resultado e os números obtidos pelo governo foram menores do que os 263 votos observados na primeira denúncia. Foram registradas, ainda, 25 ausências e duas abstenções: uma do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ); e outra do presidente da Comissão de Constituição Justiça e de Cidadania (CCJ), Rodrigo Pacheco (PMDB-MG).

4.4 II Conferência da FBP: Resistiremos e venceremos, unidade e luta por democracia, direitos e soberania

Figura 47: Participantes na II Conferência da FBP

Fonte: Patrícia de Matos (Site[377] FBP).

A II Conferência da FBP começou a ser esboçada em junho de 2016. Naquele momento, deu-se início a um processo, e traçados os objetivos, ou seja, caráter, processo, eixos e critérios de participação. No primeiro planejamento, o objetivo era reunir em torno de 500 participantes de todo o País, para a leitura de conjuntura do pós-golpe.

Diante da situação política, social e econômica, a II Conferência da FBP deveria ser massiva, com o objetivo de fortalecer a resistência em face da ofensiva conservadora, consolidar seu enraizamento como articulação, bem como aprofundar o debate sobre um programa político. Toda a metodologia do processo de construção foi sistematizada em um documento que, posteriormente, foi remetido para avaliação e debate nos estados.

[377] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/. Acesso em: 9 fev. 2022.

Os demais objetivos estavam relacionados à organização de uma ampla resistência e mobilização popular contra a ofensiva reacionária e golpista, que visava colocar em curso uma onda de retrocessos de caráter antipopular, antinacional e autoritário. Portanto, era preciso diagnosticar a movimentação das forças inimigas que levaram àquela situação, bem como o contexto geopolítico em que o Brasil estava inserido.

Desse modo, era necessário se realizar um balanço político do processo de construção da Frente Brasil Popular, bem como consolidar a articulação em âmbito nacional, nos estados e nos mais diferentes setores populares, tendo como centralidade enraizar a articulação, por meio de comitês populares de base.

Também se objetivava construir um documento programático que ajudasse o povo brasileiro a enfrentar a crise econômica, política, social e ambiental, bem como recolher elementos para a construção de um novo projeto para o País, recuperar a mística da necessária mudança, na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Finalmente, era preciso promover a participação possível da militância, em todo o território nacional, com debates e atividades preparatórias, durante o processo de construção da II Conferência da Frente Brasil Popular, com orientações que versavam sobre como participar, como fazer a inscrição e a programação.

Em 2017, acrescentaram-se, aos primeiros objetivos da Conferência, outros, tais como: aprofundar a leitura da conjuntura nacional e internacional, compreendendo a movimentação das forças inimigas e os desafios políticos das forças democráticas e populares; refletir sobre a natureza, o método de convocação e a organização das lutas de massas, assim como sobre a necessidade de construção de uma narrativa contra-hegemônica; aprofundar a compreensão sobre a natureza da FBP, identificando os seus desafios políticos e organizativos; avançar na elaboração programática, considerando as várias iniciativas de formulação de projeto de País em curso; e definir um plano de lutas e a construção de uma meta-síntese político-organizativa para 2018.

Os critérios de participação na Conferência foram por indicação (3 representantes), de cada entidade nacional. Os estados (10 representantes), caso a demanda fosse superior, a secretaria avaliaria a possibilidade de ampliação das vagas. As indicações levariam em consideração a representação da pluralidade política de composição nos estados, bem como os critérios de gênero, raça e de caráter geracional. Aos estados, ao longo do mês de novembro, cabia organizar Plenárias Estaduais, reunindo

a militância para debater os mesmos temas da Conferência Nacional e definir[378] os representantes de cada estado.

Nos dias 8, 9 e 10 de dezembro de 2017, foi realizada a II Conferência da FBP, com a presença de mais de 350 representantes, de 23 estados, e mais de 80 organizações. A Conferência foi considerada mais um marco na construção da FBP, em que se fortaleceria a unidade do campo progressista. Além da atualização da leitura de conjuntura, buscou-se traçar os enfrentamentos necessários e os principais desafios da construção de uma Frente popular.

Os principais encaminhamentos foram um conjunto de documentos[379] aprovados, entre eles, uma nota pública, que manifestava repúdio a mais uma tentativa golpista[380] na América Latina.

Além disso, apontou-se que a unidade das forças democráticas e populares era necessária para a construção da luta de cada setor, assim como a luta de todo o povo, para reforçar a luta pela soberania, em defesa do patrimônio nacional, contra as privatizações, contra o golpe e para barrar as reformas antipopulares. Isso culminaria no avanço das lutas contra o machismo, o racismo e a homofobia, em articulação com a luta de classe.

Sendo assim, era necessário se promover a conexão dos debates nacionais com as lutas locais e pautar temas da vida do povo, para criar condições de se realizar as reformas estruturantes, combinando as lutas com a disputa eleitoral e dotá-las de um projeto de País, nacional, democrático e popular.

A FBP estava diante do desmonte neoliberal e havia que disputar a sociedade e construir força social em torno desses objetivos. Sendo assim, era preciso fortalecer o Projeto Brasil Popular[381] e reunir as diversas iniciativas do debate, posto que a

---

[378]As inscrições foram realizadas por formulário eletrônico, imprescindível tanto para os representantes dos estados, quanto para os representantes das entidades nacionais, para ter acesso a Conferência. Os custos a secretaria operativa arcaria com os gastos de alojamento e alimentação, contudo, os estados e as organizações deviam custear o transporte.

[379] São eles: a) Declaração Política da II Conferência; b) Nota de Solidariedade ao povo Hondurenho, c) Nota de Solidariedade aos companheiros do MPA em greve de fome; d) Nota em defesa das religiões de matriz Africana; e) Nota em defesa da Universidade Pública

[380] Desta vez contra o povo hondurenho, através de fraude nos resultados das eleições presidenciais realizadas no dia 26 de novembro, 2016. Ver: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/nota-publica-frente-brasil-popular-1238/ Acesso em: 05 jul. 2021.

[381] Segundo João Paulo (Entrevista, 2020) o Projeto Popular começou na FBP, mas depois se deslocou. No site do projeto consta que "Nosso grupo entende ser fundamental que, em paralelo à formulação de propostas e análises, possamos reafirmar a necessidade de diálogo com as bases sociais e o compromisso e disponibilidade para o debate de ideias com o povo. Mobilizados por essa perspectiva, desde fevereiro de 2016 dedicamo-nos à tarefa de debater e formular o conteúdo programático de um projeto nacional, democrático e soberano para o país, e que represente uma oportunidade para a construção de uma nova hegemonia de forças construída a partir do diálogo junto ao povo brasileiro, construindo assim força social em torno dessas propostas. Ver: https://projetobrasilpopular.org/quem-somos/. Acesso em: 05 jul. 2021.

singularidade da FBP reside na combinação dialética entre as lutas de resistência e a disputa de projeto de País na sociedade brasileira.

A Frente Popular se constrói como força própria, mas é preciso dialogar com a sociedade, criar força social em torno de um programa. E, diante da polarização da sociedade, ela é determinante, por isso, busca amplitude e se enraizar por meio do trabalho de base, da criação dos comitês, da formação de massas e do estímulo às lutas locais, que deveriam desencadear no processo de construção do Congresso[382] do Povo Brasileiro.

O documento trata da defesa da democracia, e foram elencados os seguintes objetivos: defender a democracia e a realização de eleições livres e democráticas, combatendo as tentativas de retrocesso no sistema político e eleitoral; e lutar pela garantia do direito de Lula ser candidato em 2018, por meio de comitês, vigílias e atos, conciliando com a possibilidade de várias candidaturas do campo democrático e popular.

E, para enfrentar os desafios organizativos, a FBP pretendia fortalecer a articulação, estimulando a participação de novas organizações e pessoas.

No item da comunicação, ter identidade visual e subsídios para a militância (vídeos, cartilhas, artigos, entre outros); com o avanço de uma mensagem política explícita para as massas, de modo a combinar a luta política com a formação, elaborar um plano nacional de formação para militância, a partir do Plano Popular de Emergência e em torno das lutas que os unificam, massificando cursos e iniciativas de formação.

Além de aprimorar o método de trabalho popular e construir jornadas nacionais de agitação e propaganda, em 2018, pretendia-se investir em um mutirão nacional de trabalho de base, com brigadas populares nos bairros, de diálogo com a população, equalizando o método organizativo e de funcionamento da Frente nos estados, que culminaria na elaboração de uma Cartilha de Organização da FBP[383].

---

[382] A Frente Brasil Popular, que se constituiu com a característica de construir com o povo e para o povo um projeto de nação, planejava que no primeiro semestre de 2018 fosse realizada uma atividade inédita na cena política e social brasileira: o Congresso do Povo Brasileiro. A proposta era que o Congresso atingisse desde as organizações que atuam nos bairros, municípios e estados até chegar na etapa nacional.
Avaliava-se que não haveria transformação profunda sem a participação organizada daqueles que mais precisam que o País se torne uma nação forte, independente, soberana e desenvolvida. Por isso, o ineditismo da atividade estava também na ampliação e chamado para que o povo construa com as suas próprias mãos o projeto que busca o desenvolvimento do Brasil. A previsão era de que o processo também fosse de formação e construção de uma agenda de mobilização para disputar a sociedade brasileira. O Congresso do Povo tinha entre os seus objetivos incidir na disputa eleitoral, tornando-se uma iniciativa para acumular força social desde as bases para pautar pela visão do povo as formulações programáticas das candidaturas e fazer com que o campo saia vitorioso.

[383] Em 30 de abril de 2018 foi lançada a Cartilha Congresso do Povo. Como vamos organizar o Congresso do Povo? O objetivo da cartilha era orientar as pessoas que quisessem protagonizar a construção do Congresso do Povo. Sendo assim, qualquer um podia se somar na organização, bastava algumas informações e capacidade de iniciativa. O convite era para as pessoas conhecer quais passos deveriam seguir e para isso teriam que acessar e baixar a Cartilha

Destaca-se, como exemplo de iniciativas prioritárias da FBP, a luta contra a Reforma da Previdência, com indicativo de mobilização e greve para a semana de votação, em 2018. Neste mesmo ano, pretendia-se realizar o Congresso do Povo Brasileiro no primeiro semestre[384], impulsionando-o a partir da realização de congressos populares em âmbito local, municipal e estadual, um encontro massivo no meio do ano. Para tanto, a primeira iniciativa de construção desse processo se desenvolveria após a reunião dos formadores para a construção da metodologia do Congresso, agendado para o início do ano (2018).

Na II Conferência Nacional da FBP, cujo lema foi: Resistiremos e venceremos, os militantes de diversos espaços organizativos debateram a crise brasileira e atualizaram as tarefas políticas das forças democráticas e populares. A Conferência foi realizada no mesmo mês em que o governo lançou uma campanha publicitária para defender a Reforma da Previdência, com gastos estimados em 20 milhões de reais, que propagava que a mudança nas regras da aposentadoria combateria privilégios. A Justiça Federal acabou proibindo a veiculação das propagandas, alegando que o governo Temer desqualificava parte dos cidadãos brasileiros, quando se referia aos servidores públicos.

. Na declaração política, o posicionamento sobre o plano internacional, avaliava que:

> A grave crise do sistema capitalista, a decadência da globalização neoliberal e o reposicionamento da China e da Rússia na geopolítica global lançaram as bases para a formação de um quadro de multipolaridade do sistema de nações. O imperialismo estadunidense reage a esta situação através de sua política de exploração sobre as nações subdesenvolvidas, intervindo na soberania e democracia destes países, como nos exemplos atuais da Venezuela e de Honduras (Declaração[385] Política da II Conferência Nacional da FBP).

O documento expõe que se tratava do mesmo contexto em que se inseria a crise brasileira. Em outras palavras, o golpe patrocinado pelas forças reacionárias quebrou a ordem democrática, favorecendo a aplicação de um programa de restauração do neoliberalismo.

Nesse sentido:

---

de Formação de Formadores em um drive da internet. Disponível em http://frentebrasil.cut.org.br/acao/cartilha-congresso-do-povo-4109/. Acesso em: 09 fev. 2022.

[384] Dia Internacional de luta das mulheres – 8 de março: a FBP deve se engajar, desde já, na construção das lutas do 8 de março. Dia do Trabalhador e da Trabalhadora - 1º de Maio: devemos nos empenhar na construção do 1º De Maio em todas as cidades em que estamos organizados.

[385] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/declaracao-politica-da-ii-conferencia-nacional-da-frente-brasil-popular-a78d/ Acesso em: 10 fev.2022

> O quadro agrava-se com o aprofundamento do desemprego e das desigualdades sociais. A escalada da violência, vitimando principalmente a juventude, a população negra, LGBTs e mulheres, lança desesperança no povo brasileiro. O ataque à autonomia das universidades públicas pela via da intervenção policial é mais um capítulo desta nova situação política que vive o País (Declaração [386]Política da II Conferência Nacional da FBP, 2017).

Na declaração política, o argumento era de que os golpistas objetivavam realinhar o Brasil aos interesses geopolíticos dos Estados Unidos, recompor as taxas de lucros dos capitalistas, acabando com direitos históricos da classe trabalhadora e apropriando-se de recursos naturais, como é o caso do petróleo da camada do Pré-Sal:

> Não por acaso, essa conjunção de forças antinacionais já impuseram a aprovação da PEC dos gastos que cortam drasticamente o orçamento de áreas essenciais para o povo como saúde e educação. A aprovação da reforma trabalhista, as políticas de privatização da Petrobrás e da Eletrobrás, assim como a destruição do parque industrial, demonstram que o objetivo é desmontar o Estado brasileiro e ferir de morte a soberania nacional (Declaração Política da II Conferência Nacional da FBP, 2017).

Na asserção da Frente Popular, o movimento golpista tinha por objetivos patrocinar:

> A quebra do pacto constitucional de 1988, jogando na lata do lixo direitos sociais, políticos e civis. Conquistas civilizatórias como o direito à presunção de inocência, o amplo direito de defesa e o devido processo legal, estão sendo brutalmente atacadas. Lança-se, dessa forma, as bases de um regime de exceção. Para reverter esta situação, as forças patrióticas, amparadas num amplo movimento de massas e num governo democrático e popular, terão que travar uma persistente luta política capaz de criar uma correlação de forças favorável à oportuna convocação de uma assembleia Nacional Constituinte que construa uma nova institucionalidade para o Estado brasileiro que restabeleça a democracia e favoreça o avanço do Projeto nacional, democrático e popular (Declaração Política Da II Conferência Nacional Da FBP, 2017).

A Frente Brasil Popular compreendia que estava diante do avanço da restauração neoliberal. Por isso, a construção da unidade das forças democráticas, nacionais e populares era uma necessidade histórica: “O que está em jogo é a soberania nacional e o restabelecimento da democracia. A FBP não mediria esforços para conter e derrotar o

[386] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/declaracao-politica-da-ii-conferencia-nacional-da-frente-brasil-popular-a78d/ Acesso em: 10 fev. 2022.

avanço do programa neoliberal e reacionário pela via da luta de massas" (Declaração Política da II Conferência Nacional da FBP, 2017).

A leitura do momento político era de que o Brasil passava por uma crise de destino, que somente seria resolvida quando houvesse avanços na construção de uma estratégia de poder em torno de um Projeto de Nação: "Trata-se de recolocar o desenvolvimento nacional e as Reformas estruturais no centro da luta política. Isso exige uma força social de massas que garanta a hegemonia das forças populares" (Declaração Política da II Conferência Nacional da FBP, 2017), sendo fundamental seguir acumulando no debate programático:

> Um Projeto Nacional não se constrói com hegemonismos. A FBP deveria ser um espaço aberto às diversas contribuições do campo democrático e popular. A iniciativa de construção do Projeto Brasil Popular demonstra que o primeiro passo é fazer um esforço de síntese do acúmulo existente no interior das forças populares. Retomar o debate de projeto de nação não é mero exercício acadêmico, mas uma necessidade histórica que exige o conhecimento das especificidades da realidade brasileira, a retomada da luta de massas e o debate com o povo brasileiro (Declaração[387] Política da II Conferência Nacional da FBP, 2017).

No ano de 2018, seriam realizadas eleições gerais, e a FBP estava diante da necessidade de dar continuidade ao acúmulo programático e de preparação para o período, e se propunha a ter mais enraizamento social. Por isso, fazer um representativo mutirão de trabalho de base, utilizando uma metodologia de educação popular, em todo o território nacional, que culminaria no Congresso do Povo, era a previsão. Ademais, politizar o processo eleitoral em torno da necessidade de um projeto de nação e avançar no enraizamento da FBP constituem as metas sínteses do Congresso do Povo. Buscava-se consolidar um processo de participação popular envolvendo partidos, movimentos populares, intelectuais, artistas, dentre outros (Declaração Política da II Conferência Nacional da FBP, 2017).

Para a FBP, todo esse processo de participação popular se potencializaria se fosse garantido o direito de Lula ser candidato à Presidência da República. Sendo assim, defender seu direito de ser candidato era defender a democracia e dar um importante passo para a derrota do golpe. Identificava-se que os inimigos do povo não tolerariam a liderança de Lula e seriam capazes de tudo para evitar seu retorno à Presidência da

[387] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/declaracao-politica-da-ii-conferencia-nacional-da-frente-brasil-popular-a78d/ Acesso em 10 de fev. 2022

República. Por isso, não se descartava a farsa do golpe dentro do golpe, pela via dos setores reacionários do poder judiciário, pelo parlamentarismo ou pelo semipresidencialismo.

O êxito dessa construção passaria, portanto, por derrotar os golpistas nas urnas e nas ruas. A FBP, de forma unitária, dialogaria com as candidaturas do campo democrático, que fossem comprometidas com esses objetivos, pois: "Sem garantir a soberania nacional e sem restabelecer a democracia não seria possível uma saída popular para a crise brasileira" (Declaração Política da II Conferência Nacional da FBP, 2017).

A II Conferência[388] Nacional da Frente Brasil, sabedora do que estava em jogo, emitiu uma mensagem de luta e esperança ao povo brasileiro. Apesar da gravidade da crise, alicerçava-se na certeza de que o Brasil podia reencontrar seu rumo. Acreditava-se que o povo teria a capacidade de lutar e merecia viver em um País digno, soberano e democrático. O momento foi sintetizado em palavras de ordem tais como: Resistiremos e venceremos! Fora temer, Diretas Já! Eleição sem Lula é fraude! Nenhum direito a menos.

Em 2017, a FBP tinha pouco mais de dois anos de existência e construiu um importante legado. Falar sobre a resistência ao golpe sem mencionar a FBP não é possível, uma vez que ela se tornou referência como principal espaço político de resistência. Nesse sentido, a FBP desempenhou um importante papel na articulação e mobilização em defesa da democracia e contra a retirada de direitos. A articulação empunhou a bandeira do Fora Temer e se posicionou contra a Reforma do Ensino Médio, a PEC 55, as Reformas Trabalhista e da Previdência, a terceirização e a venda do Pré-Sal. Além disso, fez a defesa das eleições Diretas Já e apresentou o plano de emergência, cujo objetivo era superar a crise.

A Frente Brasil Popular contribuiu para a unidade dos movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos do campo da esquerda, realizando amplas mobilizações desde o primeiro semestre de 2017, com destaque para a maior greve geral e paralisações da história do País, no dia 28 de abril daquele ano. E, assim, sinalizou a retomada das lutas de massas, embora elas tenham sido insuficientes para barrar a instauração de um ajuste neoliberal mais radical do que o aplicado nos anos 1990.

[388] Uma avaliação da II Conferência da FBP foi solicitada aos coletivos estaduais para avançar no processo organizativo. Para tanto, foram enviadas algumas questões para estimular o debate e acumular uma síntese do balanço político da Conferência, a partir das delegações estaduais e das organizações. As respostas das questões deveriam ser enviadas via o e-mail para a secretaria da Frente.

Entre os desafios colocados para a FBP, estava o aprendizado com as experiências vividas, ou seja, a construção da consciência de que, para barrar os retrocessos, só seria possível com a classe trabalhadora nas ruas. Nesse sentido, fazia-se necessário o investimento no trabalho de base, na formação política, na aposta nas articulações e mobilizações, para incidir na conjuntura e mudar a correlação de forças postas na sociedade. No entanto, para alcançar os objetivos, era preciso implementar reformas que mudassem as estruturas e transcendessem os governos. E, para tanto, era necessário a promoção, o enraizamento nos estados, nos municípios e nos bairros, ampliando sua capacidade de mobilização.

A FBP realizou sua II Conferência Nacional sob o lema: *Unidade e Luta por Democracia, Direitos* e *Soberania*, sendo esse um importante espaço de reflexão, análise e discussão de temas que propiciaram aos participantes formular[389] respostas conjuntas para incidir no cenário político, a curto, médio e longo prazo.

Em se tratando de uma articulação que congrega movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos do campo da esquerda, havia que se ater para não se atrelar às influências partidárias sem negar a sua importância.

Em 2017, a expectativa era de que as eleições presidenciais (2018) não dividissem a Frente Brasil Popular, pois o que se pretendia era preservar a unidade das forças populares e progressistas e participar da campanha em defesa do direito da candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sem apoiar oficialmente apenas um candidato, caso esse apoio esvaziasse a articulação. A discussão foi um dos pontos da mesa[390] de abertura, em que houve reforço de que:

> Os movimentos querem preservar a unidade das forças populares e progressistas para desafios que vão perpassar o período eleitoral.
> A articulação vai participar da campanha em defesa do direito de candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas não apoiará oficialmente apenas um candidato se a decisão causar o esvaziamento político da Frente. (II Conferência[391] Nacional da FBP, 2017)

---

[389] Entre as questões candentes, qual a unidade que se busca. Definição se FBP é tática ou estratégica. Qual é o papel de uma Frente em uma conjuntura de golpe e luta de classes. Posicionamento sobre as eleições de 2018?

[390] A discussão foi um dos pontos da mesa de abertura da II Conferência Nacional da Frente Brasil Popular que final de semana na grande São Paulo. Gleisi anunciou que o seu partido se engajaria na construção de Comitês Populares em Defesa da Democracia e Resistência aos Retrocessos, na campanha para apoiar o direito à candidatura de Lula e na construção de um Programa Mínimo para enfrentar as eleições de 2018. O PCdoB, partido da recém-lançada candidata à presidência da República Manuela D'Ávila também participa da frente e reafirmou que o direito de Lula de se candidatar deve ser preservado. Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/eleicao-presidencial-nao-vai-dividir-a-frente-brasil-popular-adf5/ Acesso em: 04 out. 2021.

[391] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/eleicao-presidencial-nao-vai-dividir-a-frente-brasil-popular-adf5/ Acesso em: 04 out. 2021.

A relação entre partidos políticos, movimentos sociais e centrais sindicais e as eleições é tratada por Singer (2016) como:

> O caminho, como sempre, está em combinar a luta social à luta institucional. Não se deve abrir mão de qualquer uma das duas vertentes. É improdutível, ainda que reconheça a legitimidade do impulso, recusar as instituições, que são fortemente desgastadas. As transformações terão que ser realizadas também por meio delas, salvando-as e fortalecendo-as. Tal orientação faz parte de um compromisso maior da esquerda para a democracia. O caminho completamente extrainstitucional vai fracassar, embora o caminho exclusivamente institucional tenha mostrado seus limites. (SINGER, 2016, p. 156)

O calendário eleitoral colocou desafios para a articulação, ou seja, ao mesmo tempo, participar do processo eleitoral e manter as mobilizações contra a retirada de direitos e o debate programático, com vistas a um projeto político da classe trabalhadora que perpassasse as eleições de 2018.

No dia 12 de dezembro de 2017, foi anunciado o julgamento do ex-presidente Lula, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF 4). Diante desse fato, a FBP convocou reuniões de urgência para encaminhar mobilizações de solidariedade e de defesa da liderança popular. A informação dos advogados, que acompanhavam o caso e da Frente Brasil de Juristas pela Democracia, era a de que o julgamento ocorreria no primeiro mês de 2018 e seria extremamente rápido.

O Juiz relator, João Pedro Gebran, leria o seu voto, e os dois juízes diriam se acompanhariam o relator ou não. O voto do relator, de teor condenatório, já era presumido. Em caso de unanimidade entre os três juízes, eles poderiam até aumentar a pena e pedir a prisão imediata. Ainda assim, caberiam recursos junto ao STJ e ao STF.

Diante da situação, a FBP encaminhou pela realização de aula pública com os Juristas pela Democracia, em frente ao prédio do TRF-4, quando o tribunal ainda estaria em atividade, cuja pretensão era atrair o público. Também seria realizada uma vigília[392] permanente em frente ao Tribunal. E, para reforçar essa mobilização, orientou a organização de caravanas rumo a Porto Alegre (RS) e a articulação com os estados mais próximos (Sul e Sudeste) para que se concentrassem em frente ao TRF-4, nos dias do julgamento. O momento era considerado como a batalha decisiva, contudo, seria fundamental que os estados começassem a mobilizar recursos e pessoas para as atividades de resistência.

[392] Nos dias 23 e 24 de janeiro de 2018.

Outra determinação era a de que os coletivos estaduais e municipais realizassem reuniões e discutissem as ações que poderiam realizar nos estados. A sugestão era promover a realização de vigílias, com velas, pressão de massa, nos dias prévios ao julgamento, em frente aos Fóruns e órgãos da Justiça Federal. Propuseram aulas públicas de juristas, desnudando as mentiras de Sergio Moro, com cartazes, com a foto do juiz ao lado de Aécio Neves e Michel Temer, para demonstrar a promiscuidade e a parcialidade deles. Mas o importante era que houvesse mobilização massiva.

Em termos de materiais de agitação e propaganda, foi encaminhada uma edição[393] do jornal[394] *Brasil de Fato Especial*, expondo as mentiras e falsos argumentos de Moro, para ser distribuída massivamente no Rio Grande do Sul e no Paraná, e a edição de uma cartilha especial[395]. Os dois materiais seriam disponibilizados para a reprodução nos estados já na primeira semana de janeiro (2018).

Por fim, houve a orientação para que que os estados, ao decidirem suas agendas, informassem-nas à secretaria operativa da FBP, e, caso precisassem, poderia ser feito o contato e o deslocamento de juristas da Frente de Juristas pela Democracia, para explicar o desenrolar do caso. A palavra de ordem era: eleição sem Lula é fraude.

Neste capítulo, a FBP, após o redemoinho que foi o ano de 2016, em que defendeu a democracia contra a retirada de direitos e o golpe contra a Presidenta Dilma e o estabelecimento de um governo golpista, adentra um período em que é preciso trilhar outros caminhos, pois está diante do governo Michel Temer, que aprofundou o desmonte do Estado nas áreas sociais e retomou seu sentido neoliberal. De forma que a democracia é intensificada no sentido procedimental se afastando do conceito de governo garantidor de direitos.

---

393 A edição do jornal Brasil de fato foi lançada em 17 de janeiro de 2018. Disponível em: www.brasildefato.com.br/especiais/especial-or-eleicao-sem-lula-e-fraude. Acesso em: 10 de fev. 2022.

394 O Brasil de Fato (BdF) é um site de notícias e uma radioagência, além de possuir jornais regionais no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, em São Paulo, no Paraná, em Pernambuco, no Ceará, na Bahia, na Paraíba, no Rio Grande do Norte e no Rio Grande do Sul. Lançado em 25 de janeiro de 2003, o BdF circulou por mais de dez anos com uma versão impressa nacional. Por entenderem que, na luta por uma sociedade justa e fraterna, a democratização dos meios de comunicação é fundamental, movimentos populares criaram o Brasil de Fato para contribuir no debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país. O primeiro veículo da rede Brasil de Fato foi o semanário nacional, lançado no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em janeiro de 2003. Logo após, foi lançado o site do Brasil de Fato, com coberturas das lutas sociais, entrevistas e notícias sobre política, economia, direitos humanos e cultura, sob uma visão popular das cidades, do Brasil e do mundo. Disponível em:. https://www.brasildefato.com.br/quem-somos Acesso em: 10 de fev.2022.

395 Com o depoimento do advogado Tacla Duran na CPI do Senado (ocorrido no dia 30 de novembro), em que ele apresenta provas inequívocas que impõem a suspeição do Juiz Sergio Moro. Um material didático para os militantes e formadores de opinião, porque o depoimento tem 40 páginas.

A contrariedade da articulação com as Reformas Trabalhista e Previdenciária tomou forma na greve geral, nas paralisações e na discussão sobre as transformações no mundo do trabalho. O tema democracia está presente na reivindicação por eleições Diretas Já e na proposta da saída da crise, ofertada pelo Plano Popular de Emergência como formas de continuidade da luta.

Internamente, a FBP realiza a Jornada da Juventude e a II Conferência Nacional, sob o lema *Unidade e Luta por Democracia, Direitos e Soberania*. Encerra o período e se prepara para uma batalha decisiva, que, no próximo período, será de preparação das caravanas até o TRF-4, em Porto Alegre (RS), para o depoimento do ex-presidente Lula, na defesa do seu direito a candidatar-se à presidência, em 2018, e pela sua liberdade. Além dessas tarefas, a Frente Brasil Popular estará inserida na disputa eleitoral de 2018, e continuará na resistência, enfrentando dispersões e impasses, temas que serão tratados nas páginas a seguir no quinto e último capítulo.

Tabela 8: Cronograma das atividades realizadas pela FBP-2017

DATA	ATIVIDADE	TEMA	LOCAL
15 de março		Dia Nacional de Paralisação pela Educação	Todo Brasil
28 de abril		Greve geral e paralisações	Todo Brasil
9 e 10 de maio		Depoimento de Lula	Curitiba
21 de maio	Manifestação	Reforma da Previdência e Diretas Já	Capitais
24 maio	Manifestação	Ocupa Brasília contra as Reformas da Previdência e Trabalhista	Brasília
30 de maio	Lançamento	Plano Nacional de Emergência	São Paulo
20 de julho	Ato	Em defesa da Democracia, contra à	

		perseguição à Lula e contra as Reformas	
21 de julho	Ato	Diretas Já	Paraíba
1 de agosto	Atos e vigílias	Fora Temer	Assembleias Legislativas e praças nas capitais
2 de agosto	Ato político Dia da votação no Congresso Nacional	Fora Temer	
4 a 7 setembro	Jornada Nacional	Em Defesa da Soberania. Atividades em defesa da Petrobras, das estatais, e denúncia da ação do capital estrangeiro nas terras, recursos naturais, transnacionais, entre outros.	
3 de outubro	Ato	Aniversário da Petrobrás	Rio de Janeiro

Fonte: Elaboração Gomes (2021) (dados FBP).

CAPÍTULO 5 - FRENTE BRASIL POPULAR: RESISTÊNCIAS E IMPASSES

"Quem luta pode perder.
Quem não luta, já perdeu".
Bertolt Brecht

Neste capítulo, adentramos em uma arena em que a Frente Brasil Popular continua na articulação para a resistência contra o golpe em curso, e -Nenhum Direito a Menos-, coloca-se em estado de prontidão diante da eminência da prisão do ex-presidente Lula e estabelece os rumos na centralidade da luta. Após a prisão do ex-presidente, desenvolve mobilizações por Lula livre, organiza o acampamento Marisa Leticia e a permanente Vigília por Lula Livre, se mobilizando por soberania nacional e pelos direitos de o ex-presidente sair candidato no pleito eleitoral.

O diferencial da agenda, do ano de 2018, é o acréscimo da luta por Lula Livre, por eleições livres e democráticas em um momento de encruzilhada histórica de ações nas redes e nas ruas. Por fim, o resultado das eleições de 2018 coloca para a Frente Brasil Popular o desafio de se articular em uma outra conjuntura de derrota nas urnas do projeto democrático popular e a instalação de um governo eleito dentro das regras democráticas, mas que tenta implantar um projeto de destruição das conquistas da Carta constitucional de 1988.

Durante o processo de escrita desta tese, foi abordado o contexto histórico anterior à fundação da FBP, o ano do golpe (2016), o enfrentamento ao governo Temer e suas reformas inconstitucionais. Observam-se inúmeras tentativas de a FBP incidir na conjuntura na busca da construção de um futuro mais promissor. O período de 2015 a 2018 foi de vitórias momentâneas e de derrotas e, a partir desse ponto, observam-se impasses para a continuidade da articulação.

Hobsbawm (1995) nos alerta que "vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecno-científico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três últimos séculos". E se deve saber, ou pelo "menos é razoável supor, que ele não pode prosseguir *ad infinitum*". Desta forma, "o futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica [...]. (HOBSBAWM, 1995, p. 562).

> Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto [...]. Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão. (HOBSBAWM, 1991, p. 562)

À luz das palavras de Hobsbawm, refletimos os acontecimentos do ano de 2018, em que o futuro é construído, fazê-lo sem voltar ao passado antidemocrático e antirrepublicano é o desafio. A Frente Brasil Popular inicia um período de preparação para as mobilizações contra o golpe em curso, que envolvia a criminalização e a inabilitação política do ex-presidente Lula.

O momento era de planejamento, articulação para as plenárias de mobilização nos municípios para organizar a participação na jornada em defesa da democracia, acompanhamento do processo político e jurídico do ex-presidente Lula. O mês de janeiro foi de desencadeamento de ações nas cidades, atos políticos, entrega de panfletos, aulas públicas de denúncia da perseguição ao ex-mandatário. Além dessas atuações, buscaram-se outras iniciativas de tentativa de diálogo com a sociedade. Assim, foi planejada a jornada de luta pela democracia que envolvia a defesa pública da figura do ex-presidente e planejamento de caravanas[396]dos estados, em especial do Sul e Sudeste, rumo a Porto Alegre-RS, se concentrando[397] o mais próximo possível do TRF4, onde seria o depoimento. Para acomodar os participantes da jornada pela democracia, previa-se estrutura para alojamento e para pernoitar[398]. Aos estados convinha preparar atividades de denúncia do judiciário, sendo importante a realização de atos massivos, vigílias, aulas públicas com juristas etc.

[396] As coordenações das caravanas reservaram vagas- onde tiver demanda - para os comunicadores.
[397] A chegada era prevista para o dia 23 pela manhã, permanecendo até o dia 24 de janeiro pela manhã, quando ocorre o julgamento. Contudo, na impossibilidade de a caravana pernoitar a prioridade era massificar o dia 23 de janeiro.
[398]Era preciso que os militantes levassem colchões, pratos, copos, e material de higiene pessoal

Figura 48: Cartaz da campanha eleições sem Lula é fraude

Fonte: Frente Brasil Popular[399].

A atividade do dia 23 de janeiro de 2018, Jornada Nacional Pela Democracia e pelo Direito de o ex-presidente Lula ser candidato, tem destaque na agenda da FBP. A centralização se deve à avaliação de que o julgamento[400] do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) começaria e seria concluído no mesmo dia.

Nota-se, que o ano de 2018 é de calendário eleitoral e começa com agitação em torno da campanha em defesa do direito de o ex-presidente Lula ser candidato a presidente no pleito eleitoral, com a realização de reuniões, coletivas de imprensa, atos e atividades que objetivavam ampliar a mobilização para o dia do julgamento das acusações que lhe eram imputadas. A tarefa nacional era realizar atividades de lançamentos dos comitês em defesa de sua candidatura, buscando ampliar a organização e ter um calendário de articulação e mobilizações.

Na programação do início do ano, formulou-se a divisão em eixos de atividades entre os quais constavam ato com Juristas em defesa da Democracia; plenária das Mulheres pela Democracia com Dilma; abertura do Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre-RS; concentração de uma marcha na Esquina Democrática (Centro de Porto Alegre) e Ato político cultural a ser encerrado no dia 24 de janeiro de 2018, com vigília e ato público em frente ao TRF-4, na capital gaúcha.

Para viabilizar a programação, os estados da região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná) eram considerados estratégicos para a mobilização, em frente ao Tribunal Federal, principalmente no ápice da mobilização, quando se realizaria uma marcha no centro da cidade. Recomendava-se que, na medida do possível, as caravanas

[399]Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/-23c3/Acesso em: 05 out.2021.
[400] A pergunta era Cadê as Provas? Sendo esse o tema da campanha lançada no dia 08 de janeiro. O objetivo era demonstrar que não havia nenhuma prova contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

permanecessem em vigília,[401]até a manhã do dia seguinte, além de um ato em frente ao Tribunal. Montou-se espaço de concentração política, próximo ao TRF-4, com vigília e atividades culturais com músicas e debates.

Entre as orientações estava a de que os demais estados não deveriam deslocar-se para Porto Alegre, mas realizar ações nas capitais. Independente do desenrolar do cenário político, o fundamental era ter reações nos centros políticos do Brasil, principalmente em caso de condenação do ex-presidente. Portanto, reproduzir a programação das mobilizações, em outros lugares, era indispensável. Então, era necessário trabalhar com agitação com aulas públicas, atos, vigílias etc., na perspectiva de acumular resistências.

A mobilização em defesa da democracia era a tônica ao se aproximar a data do julgamento do ex-presidente Lula. O momento era visto como propício para fornecer orientações para o conjunto dos participantes da FBP, portanto, fundamental era que as informações chegassem aos militantes para o posicionamento das forças naquele momento crucial da conjuntura. Para viabilizar a articulação, um conjunto de orientações e um calendário organizativo foram elaborados.

Entre as orientações para o dia do julgamento era necessário elevar o impulso da agitação e propaganda. Outra ação foi a construção de comitês populares da FBP, haja vista que a luta não se encerraria naquele período [julgamento], por isso, era salutar acumular organizativamente nos territórios de atuação na perspectiva de enraizamento da FBP.

A FBP reuniu-se em fevereiro de 2018 e apontou um conjunto de ações para o próximo período, considerando os desafios da conjuntura. Na ocasião, realizou o Seminário do Congresso do Povo, para aprofundar a metodologia de construção dessa atividade cujo objetivo era de fortalecimento da articulação.

No mesmo mês, a FBP definiu o centro da tática em eixos prioritários tendo em vista o avanço do golpe, em especial pela possibilidade da condenação do ex-presidente Lula e da aprovação da Reforma da Previdência. O principal era: a luta contra a Reforma da Previdência, Nenhum Direito a Menos; por Eleições Livres e Democráticas, a Eleição Sem Lula é Fraude, em Defesa da Vida das Mulheres, e avançar na construção de um programa unitário para o Brasil.

[401] As caravanas interessadas em acampar junto com o MST e os movimentos do campo, deveriam avisar com antecedência a secretaria, para garantir a logística, ainda que todos os que acampariam deveria levar cozinha, barracas e colchonetes.

Percebe-se pelos eixos apresentados acima que, desde o golpe, no Brasil, aprofunda-se o processo de sucessiva acumulação primitiva do capital nos termos de Marx (1981), ou para Harvey (2003) de acumulação por espoliação. O autor sustenta que há uma troca do conceito de acumulação por espoliação (anos 1980 e 1990). Assim, o novo liberalismo se dá por um mecanismo inteiramente novo[402]. Há uma escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de hábitats, que impedem tudo, exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, que também resultaram em mercadificação, ou seja, "transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual que envolve espoliações em larga escala (a indústria da música é notória pela apropriação e exploração da cultura e da criatividade das comunidades)" (HARVEY, 2003, p. 123).

> A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo, indicam uma nova onda de "expropriação das terras comuns". Tal como no passado, o poder do Estado é com frequência usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular. A regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem envolvido a perda de direitos. A devolução de direitos comuns de propriedade obtidos graças a anos de dura luta de classes (o direito a uma aposentadoria paga pelo Estado, ao bem-estar social, a um sistema nacional de cuidados médicos) ao domínio privado tem sido uma das mais flagrantes políticas de espoliação implantadas em nome da ortodoxia neoliberal. (HARVEY, 2003, p. 123)

Diante da espoliação imposta pelo capital, as atividades elencadas no calendário da FBP definem-se pela centralidade na construção de uma Jornada de Mobilização, de âmbito nacional, que lutaria contra o fim da aposentadoria e contra à perseguição ao ex-presidente, aliada à luta contra a Reforma da Previdência[403]. Havia a sinalização de que a

---

[402] Neste, há uma ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (o chamado Acordo TRIPS) aponta para maneiras pelas quais o patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais. A biopirataria campeia e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos caminha muito bem em benefício de umas poucas grandes companhias farmacêuticas (HARVEY, 2003, p.123).

[403] A reforma previdenciária esteve entre os principais temas do Congresso Nacional em 2018. As lideranças governistas defendem a aprovação, que pode ser votada em primeiro turno na Câmara provavelmente em fevereiro, como forma de equilibrar as contas públicas e ajustar a Previdência Social. A oposição, por sua vez, alega que as mudanças na atual legislação prejudicam os trabalhadores e atingem direitos adquiridos. A base do governo trabalha para votar a reforma da Previdência proposta pelo presidente da República, Michel Temer, nos primeiros meses do ano. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/02/01/reforma-da-previdencia-vai-mobilizar-o-congresso-neste-inicio-de-ano Acesso: 05 jul. 2021.

votação da reforma seria na mesma semana em que o Tribunal Regional Federal -TRF-4 expediria o mandado de prisão do ex-presidente.

O processo de perseguição ao ex-presidente foi acelerado. Aproximava-se o momento decisivo. A situação era que nem mesmo a condenação, em segunda instância, diminuía sua popularidade, pois ele pontuava em primeiro lugar nas pesquisas de preferência eleitoral para retorno ao cargo de presidente. Assim, as forças conservadoras, encabeçadas pela aliança entre a Rede Globo e setores do judiciário, na Operação Lava Jato, construíam um ambiente em que a prisão se tornaria um fato consumado. Sobre a operação Lava Jato, Skinner (2017) observa que:

> Passou a direcionar suas baterias contra o ex-presidente Lula, tentando demonizar seu legado, sua história e minar sua liderança para inviabilizar a possibilidade de uma possível candidatura para o quinto mandato do PT, quando ainda faltavam quatro anos para o próximo pleito, ou seja, para 2018. A carga de denúncias e ódio que voltou com tal violência para o legado do presidente Lula, nas redes sociais e na mídia, que podiam ser vistas nas capas, nas reportagens e nos editoriais, pedindo até a morte e prisão do presidente e de seus familiares. Principalmente, no Sudeste, o grito de guerra das multidões, além do *Fora PT,* passou a ter um componente inédito de ódio a tudo que o ex-presidente representava. Enquanto os ânimos se exaltavam nas ruas, nas redes sociais, nas revistas semanais, foi ficando evidente que a operação Lava Jato, antes de qualquer preocupação com a corrupção, tinha um alvo político estratégico, ou seja, criminalizar a política, o programa de conteúdo nacional, as parcerias do setor privado com governo petista e demolir a engenharia nacional, a qualquer custo. Tanto é verdade, que o apelo moralista contra a corrupção até o momento só teve acusação a único partido, o Partido dos Trabalhadores e seu maior representante o ex-presidente Lula. (SKINNER, 2017, p. 225).

Os embargos foram apresentados pela defesa ao TRF4, e julgados no dia 26 de março de 2018. A partir de então, o juiz Moro, responsável pelo julgamento dos processos da Lava Jato[404], poderia expedir o mandado de prisão, do ex-presidente, a qualquer momento. Era real a possibilidade de consumá-lo. Por isso; antecipou-se a reunião da FBP, embora soubessem que a antecipação se sobrepunha a outras agendas do calendário. A construção de um plano de ação, em caso de prisão da liderança popular, uma das mais representativas no Brasil, era uma tarefa que precedia as demais.

[404] No decorrer dessas investigações, e como efeito resultante, esteve presente o fantasma muito real do *lawfare*, a utilização da Justiça por parte da política para se desfazer de um rival. Algo que no Brasil aconteceu com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, após um julgamento que agora se demonstrou fora de toda legalidade, chegou a cumprir 580 dias de prisão acusado de corrupção e lavagem de dinheiro. (GARZÓN, 2021, p.4)

Diante da possibilidade real da prisão do ex-presidente, torna-se fundamental para a Frente Brasil Popular desenvolver um conjunto de ações, para responder às agressões à democracia e defender o candidato a presidente da República que postulava em primeiro lugar nas pesquisas eleitorais.

A orientação, da FBP, na real possibilidade de prisão do ex-presidente era de manter-se em estado de prontidão para atuar no cenário adverso. E, assim, ter rapidez para realizar plenárias nas cidades, organizar a construção de mobilizações em defesa da democracia e contra o seu encarceramento. Isto posto, fortalecer, em especial, os estados do Sul, com caravana de apoio, na região, dado ser este o período provável da deliberação do TRF4.

A proposta era produzir materiais com a identidade da FBP, denunciando a prisão. E, difundir a mensagem: “Lula Inocente”. Simultaneamente, realizar atividades de pichação e panfletagem. Nesse cenário, fazer vigílias em frente aos Fóruns de Justiça e Tribunais, nas cidades, realizar também atos em espaços públicos para denunciar a perseguição ao ex-presidente. Concomitantemente, desencadear ações de denúncia do papel da Rede Globo, considerada uma das responsáveis pelo golpe e pela criminalização dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda.

A construção de um ato, no dia em que se consumasse a prisão do ex-presidente Lula, foi pré-agendado. O horário e o local de concentração ficaram indefinidos, pois havia ações jurídicas endereçadas ao STF na tentativa de colocar em pauta o debate sobre a presunção de inocência e esperava-se a revisão do início do cumprimento de pena após a segunda instância[405]. Por conseguinte, articulam-se as mídias progressistas em torno de uma estratégia de comunicação [406]comum, qual seja, resistir à prisão do ex-presidente Lula. Logo, desencadeia-se a campanha nacional pela presunção da sua inocência. A crença era a de que a presunção de inocência era garantia para todos com amparo no artigo 5°, inciso LVII, da Constituição Federal de 1988. A lei dispõe que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória".

[405] O Partido Nacional Ecológico (PEN) e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ajuizaram ações declaratórias de constitucionalidade, que receberam os números 43 e 44, respectivamente, pedindo a concessão da medida cautelar para suspender a execução antecipada da pena de todos os acórdãos prolatados em segunda instância.

[406] O avanço na estratégia de comunicação o Brasil de Fato e a TV dos Trabalhadores (TVT) lançaram 15 de fevereiro de 2020, parceria entre os meios de comunicação voltados à informação, divulgação e formação da classe trabalhadora, o programa Central do Brasil. O programa tem o apoio de organizações e movimentos populares das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/06/15/brasil-de-fato-e-tvt-estreiam-programa-para-dar-voz-aos-movimentos-populares. Acesso em: 27 fev. 2021.

Resumindo, representa o compromisso do poder constituinte brasileiro com a presunção da inocência[407], um dos princípios fundamentais do Estado de Direito porque assegura a liberdade do cidadão.

A petição buscava garantia processual penal, sendo a presunção da inocência a única maneira de proteger o sujeito de direitos das arbitrariedades estatais e de sistemas de justiça que podiam atuar injustamente. O "estado de inocência" era entendido como uma garantia constitucional, permitindo que protegido no interior da relação processual, o cidadão tenha esse estado modificado após o trânsito em julgado de sua sentença condenatória.

Em outros termos, pessoas inocentes não podem cumprir penas e são inocentes todas as pessoas cujas sentenças não tenham transitado em julgado. Urgia que o Supremo Tribunal Federal cumprisse com seu dever, e pautasse em plenário o julgamento de mérito das ações declaratórias de constitucionalidade nº 43 e 44 e restabelecesse o comando constitucional.

O STF adiou[408] a decisão final sobre o *Habeas Corpus* do ex-presidente Lula, para o mês de abril de 2018. Sendo assim, até sua finalização, não poderia haver prisão, mesmo com uma decisão desfavorável no julgamento do TRF-4.

O intervalo de tempo foi utilizado pela direita para constranger os ministros e influenciar a opinião pública. A Rede Globo e os grandes meios de comunicação operavam nesse sentindo, inclusive com a pretensão de convocar as mobilizações de rua pela sua prisão. Deste modo, a FBP avaliava ser urgente aproveitar esse tempo para articular um processo de mobilização nacional, contra a sua criminalização. E, assim, reforçar as ações do planejamento.

Na quinta-feira, 5 de abril de 2018, o Juiz Sérgio Moro decretou a prisão do ex-Presidente Lula, após a anuência do STF, ao decidir negar-lhe o *Habeas Corpus*. De acordo com a decisão do juiz da primeira instância de Curitiba-PR, ele teria até as 17h para se entregar na Polícia Federal. Diante desse fato, a Frente Brasil Popular orienta a mobilização urgente de toda a militância. Primeiro, as pessoas que estavam em torno de São Paulo deveriam se dirigir imediatamente ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, na

[407] Casos como o suicídio do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Luiz Carlos Cancellier, bem revela como o abuso de autoridade, em busca do aplauso popular, especialmente em tempos políticos sombrios, pode resultar em tragédia. Foi por ignorar e desrespeitar o princípio da presunção de inocência, antecipando uma injusta pena privativa de liberdade que também violava a ampla defesa e o devido processo.

[408] Esta decisão, portanto, salvaguardava a liberdade de Lula até o dia 4 de abril.

cidade de São Bernardo do Campo. O ex-presidente, desde o dia anterior, estava alojado no local que, simbolicamente, é lembrado como berço da resistência sindical pelos direitos dos trabalhadores e contra a ditadura militar, nos anos 1980.

No dia da prisão do ex-presidente Lula, seus apoiadores se posicionaram dentro e fora do sindicato, em uma tentativa de resistência que foi desencorajada por Lula, que se entregou, mas negociou os termos da rendição, entre os quais sair sem algemas.

No livro *Lula*, Volume1 1 – Biografia escrita por Morais (2021), há o relato dos primeiros momentos da prisão, realizada em uma operação de guerra, que o levou para o prédio da Polícia Federal, em São Paulo:

> No trajeto entre São Bernardo e a Polícia Federal, Lula viu de perto, como talvez jamais tivesse visto antes, a dimensão do ódio que tinha sido instilado em parte da sociedade contra ele e seu partido. Alertados pelo noticiário transmitido ao vivo por redes de tv, de rádio e pela internet, grupos anti-Lula se postaram no caminho por onde passaria a ruidosa caravana para insultar e tentar agredir o ex-presidente. De cima dos viadutos da rodovia Anchieta, por onde o comboio seguia, lançavam rojões sobre os veículos e atiravam paus, pedras, garrafas vazias e o que tivessem nas mãos. Igualmente atingidos pelos manifestantes, logo atrás, grudados nas duas viaturas policiais, iam o Omega e o Focus da equipe de Lula. No primeiro deles, além de Moraes e um dos sargentos da segurança, iam Cristiano Zanin e Sigmaringa Seixas. Na condição de advogado da equipe de defesa de Lula, Sig conseguira que a Federal autorizasse seu embarque com Lula e Zanin no voo para Curitiba.
>
> Quando o cortejo entrou na sinuosa Hugo D'Antola, onde fica a sede paulista da Polícia Federal, a rua estava inteiramente tomada por manifestantes anti-Lula. Ao contrário do que costuma fazer nesses casos, a Federal não isolou o quarteirão para impedir o acesso dos ativistas. Muitos deles usando a camisa verde e amarela da Seleção Brasileira de Futebol, homens e mulheres com o rosto crispado investiam contra os veículos, disparando rojões à queima-roupa, quebrando antenas, limpadores de para-brisa e espelhos retrovisores, enquanto outros davam pontapés, pedradas e pauladas na lataria e nos vidros. Avançar com os carros em alta velocidade, para se livrar dos agressores e entrar logo no estacionamento da PF, significava passar por cima de dezenas de pessoas. A fúria dos populares deixou os que iam na caravana com os nervos à flor da pele. Era compreensível: à exceção de Lula, Zanin e Sigmaringa, todos os demais passageiros de todos os veículos estavam armados. Se um deles, qualquer um deles, decidisse reagir, ainda que defensivamente, estaria aceso o estopim para uma tragédia. Só a sorte explica que dali a minutos estavam todos a salvo e ilesos, no subsolo do prédio da Federal. (MORAIS, 2021, p. 79-80)

Em 7 de abril de 2018[409], a Frente Brasil Popular instalou o Acampamento Lula Livre, no mesmo dia em que o ex-presidente Lula chegou à prisão da Polícia Federal, em Curitiba.

Morais (2021) descreve a chegada:

> As 20h45 o ex-presidente estava pronto para decolar rumo a Curitiba. Lula viajou na única aeronave descaracterizada disponível naquela noite [...].
> O pequeno grupo se dividiu no interior do avião, que tem capacidade para dois tripulantes e nove passageiros, estes distribuídos em duas fileiras de poltronas grudadas às janelas, cinco no lado direito e quatro no esquerdo, deixando um vão para a porta de acesso ao aparelho [...] um agente da Polícia Federal, de coturnos, farda de camuflagem e com o rosto coberto por um gorro ninja preto, levando nas mãos um fuzil hk417.
> Quando o aparelho taxiava para pegar a cabeceira da pista, alguém sintonizado na mesma faixa de ondas ouviu — e logo vazou para as redes sociais — um trecho do diálogo entre os pilotos e a torre de Congonhas. "Leva e não traz nunca mais!", exclamou a voz não identificada. Forçada pela imprensa, a Força Aérea Brasileira confirmou a autenticidade do vazamento, mas assegurou que a provocação não fora pronunciada por um controlador de voo. Com relação aos pilotos, a Aeronáutica manteve silêncio. Estes, no entanto, parecem inocentados pela lógica, já que ninguém diria a si mesmo "leva e não traz nunca mais". (MORAIS, 2021, p. 81)

5.1 Resistências: as mobilizações por Lula Livre e por eleições livres e democráticas

A prisão do ex-presidente Lula e sua ida para a cidade de Curitiba-PR marcam um período de derrota, mas também desencadeiam um período de resistências e mobilizações por sua liberdade e por eleições livres e democráticas.

Após sua chegada à prisão da capital paranaense, deu-se o início da montagem de um acampamento que contou com a presença de grupos vindos de diversas regiões do País, eles se juntaram em vigília permanente, em frente ao prédio da PF. A chegada das primeiras pessoas foi marcada por violenta e injustificada repressão praticada pelas forças policiais. Lopes (2019) apresenta os primeiros momentos da chegada dos apoiadores e apoiadoras:

> Granadas de gás lacrimogêneo caíram em cima das pessoas totalmente desprevenidas. Ninguém imaginava a possibilidade de um ataque violento, em uma manifestação pacífica. Foram atingidos idosos, crianças, pessoas com deficiência –entre esses, os deputados Décio Lima (PT-SC) e Ângelo Vanhone (PT-PR), de muletas. Muitos foram empurrados, derrubados, pisoteados. Pessoas desmaiaram. Uma criança de colo caiu e bateu a cabeça. Uma parte correu pela rua Sandália Monzon em direção à Av. Paraná. Outros desceram a rua Guilherme

[409] A vigília foi encerrada quando o presidente Lula saiu da prisão 8 de novembro de 2019.

> Matter, onde deram de cara com uma tropa de choque da PM fechando o cerco e obrigando os manifestantes a voltar para o foco da confusão. Alguns eram detidos aos gritos de “mãos para cima”, “mãos para trás”, como se abordassem meliantes em flagrante. Várias testemunhas também declararam em seus depoimentos que os policiais xingavam: “Vagabundos! Saiam daqui seus filhos da puta! Seus porras!” (LOPES, 2019, p. 28)

O clima, entre os apoiadores do ex-presidente, era pacífico, de solidariedade e mobilização por sua libertação. Inúmeros grupos de movimentos organizados e pessoas estiveram presentes e se somaram à militância daqueles que permaneceram em Curitiba. Os participantes que chegavam, muitas vezes, em caravana, traziam os itens necessários para um acampamento: colchão, roupas de cama (incluindo cobertor), material de higiene pessoal, essenciais, como também suas barracas.

> Eles começaram a chegar por volta das 11h. Queriam garantir um lugar de onde pudessem ser melhor vistos e melhor ouvidos. Ainda eram poucos. Mas o suficiente para tomar conta da entrada principal, empurrando para a outra rua o grupo ainda menor de manifestantes contrários. Em seis horas, terminava o prazo para o ex-presidente Lula se entregar à polícia e ser levado àquele endereço. A espera prometia ser longa e tensa. Era 7 de abril de 2018. (LOPES, 2019, p. 21)

Nos primeiros dias, a acomodação foi no chão, na via pública, com colchões e barracas para quem possuía esses itens. Motta (2019) acrescenta outros detalhes do cotidiano da vigília:

> Quem já foi à capital paranaense, sabe: o tempo não ajuda. Faz muito frio, chega a gear, chove bastante. E quando faz calor, é de derreter. E quem já passou um ou mais dias na vigília também sabe: não é tarefa fácil. Não há conforto sob as tendas instaladas no terreno em frente à sede da Polícia Federal. Muitas vezes o único lugar para se sentar é a calçada. Trabalhar com poucas tomadas à disposição para abastecer os equipamentos eletrônicos, dispor de um único banheiro e poucas opções para fazer as refeições é tarefa para os fortes. (MOTTA[410], 2019, p. 2)

Na capital paranaense, na rua, nos arredores da PF, um galpão foi montado e ali foi recebida doação de alimentos, e fez-se a sua preparação nas cozinhas comunitárias que se espalharam e garantiram alimentação coletiva para todos e todas. Alguns banheiros químicos foram instalados. A ocupação do espaço público não foi bem recebida pela vizinhança de classe média. Ela mostrou-se arredia, pois estava insuflada pelo antipetismo. Alguns partiram para a violência física, disparando tiros, jogando baldes de

[410]Cláudia Motta. Uma vigília como nunca antes se viu na história deste país. Sob sol, chuva ou geada, na alegria e na tristeza, a Vigília Lula Livre resiste há um ano multiplicando amor e solidariedade contra a injustiça. Publicado em 08/04/2019. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/04/uma-vigilia-como-nunca-antes-se-viu-na-historia-desse-pais/. Acesso em: 01 jul. 2021.

água e pronunciando xingamentos. Eles viram sua rotina modificada. Os participantes da vigília promoveram o diálogo e, aos poucos, descobriram alguns vizinhos (as) que, entendendo a causa da resistência, abriram suas casas, deram acesso a seus banheiros e suas cozinhas. Alguns cobraram taxas de uso, um valor insignificante para uma ação solidária.

Figura 49: Vigília Lula Livre -31 de dezembro 2018

Fonte: Acervo pessoal Gomes (2018).

Uma intensa programação animou a vigília, artistas, lideranças políticas nacionais e internacionais, parlamentares e governadores passaram pelo local e participaram de atos políticos, simbólicos, realizados diariamente. O Acampamento Lula Livre, de caráter permanente, organizado pela FBP, perdurou até a libertação[411] do ex-presidente, que em nenhum dos 580 dias de prisão foi dormir sem um "bom dia, boa tarde, e boa noite, presidente Lula". Sua manutenção foi um desafio coletivo que exigiu prioridade e organização.

As caravanas de militantes dos estados próximos, tais como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio Janeiro, Mato Grosso Sul, Minas Gerais e Espírito Santo, chegavam a Curitiba, assim como de outros estados que se revezavam. O acampamento e a vigília organizaram a recepção adequada e a manutenção de um fluxo

[411] Para mais informações sobre o resgate da saga do ex-presidente para restabelecer sua inocência, ver: Memorial da verdade. Publicação do Partido dos Trabalhadores- Secretaria Nacional de Comunicação/ Assessoria de Imprensa. São Paulo, 2021.

permanente da militância compatível com espaço físico e infraestrutura disponível. Uma escala foi feita entre os estados para estabelecer uma dinâmica de rodízio, pois o espaço, um terreno em frente à PF, posteriormente alugado, não comportava o número de pessoas que vinham prestar solidariedade e se manifestar pela prisão considerada injusta. A solidariedade financeira da militância esteve presente em Curitiba, sendo fundamental para a sustentabilidade do acampamento. Para isso, uma campanha de arrecadação financeira foi lançada.

O acampamento Marisa Leticia e a vigília permanente por Lula Livre (posteriormente o Comitê Nacional Lula Livre) se constituíram como as principais trincheiras de resistência e denúncia à prisão do Presidente Lula. A FBP organizou e desenvolveu as atividades, contribuindo de várias formas. A operativa nacional se responsabilizou por estabelecer a comunicação mais direta com a coordenação do acampamento, bem como organizar uma escala semanal das organizações nacionais para que aderissem e enviassem seus principais dirigentes para a vigília.

Além desses espaços, a menos de 100 metros da Vigília Lula Livre, em Curitiba, foi montado o Espaço Marielle Vive:

> Um portão branco separava os sonhos da realidade. Em uma pequena casa decorada com muros e painéis, milhares de pessoas se revezaram durante um ano. Trata-se do Espaço [412]Marielle Vive, um centro de formação política e cultural onde militantes políticos, lideranças populares e cidadãos anônimos discutiam o Brasil e o mundo. (RUSCHEL, 2019, p. 1)

Por esses espaços passaram milhares de pessoas vindas de todos os cantos. Esses dois espaços foram significativos para a resistência, embora articulados em alguns momentos em conjunto pelas duas Frentes, em outros, o dia a dia da vigília (FBP), o espaço Marielle Vive (FPSM), as milhares de pessoas que se deslocaram a Curitiba se sentiam acolhidas, alimentadas no corpo e na alma para continuar a resistência. Iam prestar solidariedade ao ex-presidente Lula, mas voltavam embebidos da coragem daqueles homens e mulheres de todas as partes do mundo, muitos não se conheciam pessoalmente, mas comungavam da esperança de ver a justiça prevalecer.

[412]Em 8 de agosto de 2019, René Ruschel escreve “Espaço Marielle Vive mistura resistência e formação política. Conheça sem qualquer vigilância ideológica ou partidária, os participantes devem ser indicados por uma instituição ou movimento popular”. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/espaco-marielle-vive-mistura-resistencia-e-formacao-politica-conheca/. Acesso em: 11 jun. 2021.

A lógica de organização, mobilização e articulação dos espaços de resistência descritos contrapõe-se à lógica neoliberal em que:

> A corrosão dos laços sociais traduz-se pelo questionamento da generosidade, da fidelidade, da lealdade, da solidariedade, de tudo o que faz parte da reciprocidade social e simbólica nos locais de trabalho. Como a principal qualidade que se espera de indivíduo contemporâneo é a "mobilidade", a tendência ao desapego, e à indiferença que dele resulta, isso acaba contrariando os esforços para exaltar o "espírito de equipe" e fortalecer "a comunidade da empresa". Mas essa valorização do teamwork " dentro da nova organização do trabalho não tem nada a ver com a constituição de uma solidariedade coletiva: equipes de geometria variável são estritamente operacionais e funcionam em relação aos seus membros como uma alavanca para levar a contendo os objetivos determinados. Mais amplamente, a ideologia do sucesso de indivíduos "que não deve nada a ninguém", a ideologia do self-help, destrói o vínculo social, na medida em que esse repousa a sobre deveres de reciprocidade para com o outro. Como manter juntos sujeitos que não devem nada a ninguém? Provavelmente a desconfiança, ou mesmo o rancor, em relação aos mais pobres, aos preguiçosos, aos velhos dependentes e aos imigrantes tem o efeito de cola social, mas ele também tem seu reverso, se todos se sente ameaçado de um dia se tornarem eficazes e inúteis (DARDOT; LAVAL, 2006, p. 366)

A participação no processo de defesa do ex-presidente Lula foi pauta e responsabilidade da FBP, que o defendeu das acusações que lhe imputavam e atuou pela sua liberdade. Bonfim, CMP, na entrevista para a pesquisa, explica que houve uma pequena dificuldade em articular, devido à posição de setores do PCdoB, eles achavam que "carregava muito a tinta em defesa do presidente Lula" e, consequentemente, favorecia o PT. A FBP foi a entidade que sugeriu montar o comitê e a vigília Lula Livre. A FBP-Paraná coordenou e manteve o acampamento e vigília Lula Livre, assim como as tantas caravanas, não só em Curitiba, mas as que vinham de outros lugares do País inteiro, afirma Bonfim.

> A defesa do ex-presidente Lula estava dentro do contexto do golpe desferido contra o governo da presidente Dilma Rousseff. Sendo assim, continuamos lutando contra as políticas liberais do governo Temer, e contra a prisão e por Lula livre. Esta tarefa tornou-se um dos temas prioritários em que a FBP atuou. (BONFIM, entrevista, 2020).

A reunião do Coletivo Nacional da FBP, no mês de abril de 2018, advém de convocação extraordinária. Realizou-se na cidade[413] de Curitiba, em função do

[413] O local da reunião o sindicato em Curitiba. As participantes que chegaram antes, a programação previa a visita ao acampamento Lula Livre (adjunto a prisão da polícia federal).

simbolismo que a cidade adquiriu com a prisão política do ex-presidente Lula. Na pauta, estavam o calendário de lutas e a realização do Congresso do Povo brasileiro.

A FBP planeja os passos na "Luta por Lula Livre". Nesta conjuntura, aprofunda o debate sobre os desafios do momento, em especial, sobre a centralidade que a liberdade do Presidente Lula assumia na luta política. Entre os desafios, estavam: reunir a militância para debater como superar os desafios da conjuntura, tirar as massas da apatia e mobilizar o povo na defesa de Lula, denunciar a Globo, responsável pelo golpe, realizar protestos que afetassem os interesses dos verdadeiros inimigos da classe trabalhadora, o capital financeiro e as empresas transnacionais.

A luta pela liberdade do ex-presidente Lula se desenvolvia e deveria continuar em diversos campos: de mobilização de massas; de articulação institucional, política e internacional com outros setores sociais. A ideia era seguir com as palavras de ordem: Lula livre; Lula inocente, Marielle[414] vive! As palavras combinavam as lutas das duas Frentes (FBP e FPSM), que se articularam em torno da luta por Lula Livre, bem como em obter resposta à pergunta: "Quem matou Marielle?".

Os encaminhamentos focam em um conjunto de iniciativas para serem colocadas em prática em todas as instâncias da Frente Brasil Popular. São elas: agitação e propaganda, constituição de brigadas nas capitais, viabilizando a atuação de grupos permanentes de diálogo com a sociedade. Também, a realização de jornada nacional de escrita das palavras de ordem: "Lula Livre", "Lula Inocente", Marielle Vive". Em suma, fortalecimento da articulação e da comunicação [415]em torno dessa bandeira.

Entre as iniciativas organizativas, estimula-se, com outras forças políticas, a formação de Comitês Populares Lula Livre, nos seus espaços de atuação (escolas, universidades, local de trabalho etc.). Ademais, objetiva vincular esses Comitês com o processo do Congresso do Povo. Assim, procura-se replicar a experiência da Frente

[414] Marielle Franco é mulher, negra, mãe, filha, irmã, esposa e cria da favela da Maré. Socióloga com mestrado em Administração Pública. Foi eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro, com 46.502 votos. Foi também Presidente da Comissão da Mulher da Câmara. No dia 14/03/2018 foi assassinada em um atentado ao carro onde estava. Disponível em: https://www.institutomariellefranco.org/quem-e-marielle. Acesso em: 08 abr. 2021.

[415] Ao mesmo tempo constituir uma rede de rádios e Tvs pela sua liberdade. Os próximos passos da comunicação era a criação de um estúdio em Curitiba com alguns horários comuns para todo país, para circular nas rádios comunitárias e espaços de tevês. A sugestão para que Lula toda semana se comunicasse com o povo brasileiro, seja em forma de carta ou de vídeo. Além disso, envio de cartas ao ex-presidente, como forma de solidariedade, intensificação da campanha de envio de cartões postais, aos ministros do STF pedindo sua liberdade.

Ampla[416] pela Democracia, Soberania Nacional e Direitos do Povo, que reuniu diversos partidos e parlamentares em Brasília. Neste caso, o esforço era expandi-la para mais estados, com atos públicos. Na defesa da liberdade do ex-presidente, surge a ideia de uma Frente não somente partidária, mas que se ampliasse para outros setores democráticos. Nesta, deveria haver a concertação dos Partidos e da Frente Brasil Popular com os Governadores progressistas, para debater uma Frente Ampla, de modo a promover reuniões para afinar iniciativas conjuntas. Concomitantemente, era preciso fortalecer a Central de Mídia da FBP, bem como os coletivos de comunicação nos estados.

No mesmo sentido, procede o coletivo de relações internacionais, principalmente as entidades com articulações no exterior. Nesta proposta, intensifica-se a denúncia da prisão arbitrária, para que chegue à classe trabalhadora dos outros países, para que façam mobilizações nas embaixadas brasileiras. Por fim, houve a continuidade do envio de personalidades para visitar o ex-presidente, em Curitiba, ou que enviassem mensagens de apoio, cartas, vídeos, entre outras.

Entre as iniciativas de mobilização, estava o fortalecimento do Acampamento Lula Livre, em Curitiba, garantindo uma escala de revezamento dos estados. Além disso, as organizações enviaram militantes de outros estados[417]para ajudar na coordenação. A FBP-PR teve um papel preponderante na organização da vigília, e foi encarregada de programar a escala de visitas, dos estados e dos movimentos mais próximos. Destacando-se como organizadora da participação das caravanas. As Frentes, nos estados, foram

---

[416] Sete partidos de oposição ao governo de Michel Temer lançaram na Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (18), uma Frente Ampla em Defesa da Democracia. Na ocasião também foi lido um manifesto pela democracia, soberania nacional e direitos do povo brasileiro. Com a Frente , PDT, PT, PSB, PCdoB, Psol, PCB e PCO pretendem resistir a um momento que consideram preocupante para a democracia brasileira.
Presidentes desses partidos e integrantes de suas executivas mencionaram fatos do noticiário do País que consideram graves, como o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, a reforma trabalhista, a possibilidade de privatização da Eletrobras, o assassinato da vereadora carioca pelo PSOL Marielle Franco e a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que afirmam ser política. A preocupação também diz respeito às eleições de outubro. A oposição teme que elas não ocorram ou que determinados candidatos, como o próprio Lula, sejam impossibilitados de concorrer. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/536149-partidos-de-oposicao-lancam-Frente-ampla-na-camara/ Acesso em: 09 jun. 2020.

[417] Fortalecer a mobilização no dia 26 de abril de 2018, no Rio de Janeiro, em defesa da Petrobrás. Estimular a construção do 1º de maio de 2018 – Dia do Trabalhador/a em todo o Brasil. E construir um Ato Nacional em Curitiba, que tenha o Lula Livre como centralidade, inserir a bandeira do Lula Livre em todos os eventos do próximo período como na A Conferência Nacional Popular de Educação -CONAPE, que seria no dia 24 de maio de 2018, em Belo Horizonte, Organizar Marchas estaduais, que cumpram o papel das caravanas em termos de diálogo com a sociedade. As Marchas deveriam se deslocar para as capitais ou locais simbólicos. O indicativo é que saíssem no dia 21 de maio de 2018 e concluíssem o trajeto chegando às capitais entre o dia 7 de junho de 2018 (dois meses da prisão) a 10 de junho de 2018, Dia Nacional de mobilização,

responsáveis pela organização do envio das delegações que permaneciam no acampamento/vigília.

Nota-se que a FBP estabeleceu um planejamento de lutas, em que identificou as principais iniciativas políticas do período, mas com a prisão do ex-presidente, as agendas desaguaram para o fortalecimento da luta[418] por Lula livre e a permanente mobilização para a Vigília "Lula Livre", o que demandou esforços na articulação, tanto nos estados, como reforço, em Curitiba, no Paraná.

5.2 Mobilização por Soberania, Direitos e Lula livre

A semana nacional de mobilização[419] por soberania, direitos e Lula livre se desenvolveu, entre os dias 5 e 10 de junho de 2018. No dia 8 de junho de 2018, marco de dois meses de resistência à prisão de Lula, realizou-se ato em Curitiba. Nessa mesma data, preparou-se atividade de agitação e propaganda nos estados.

O mês de agosto de 2018 [420]era considerado decisivo para que os movimentos e as organizações populares pudessem incidir no cenário político. As eleições estavam próximas (1º turno-7/10/2018), o período era propício para mobilizações antes da entrada na dinâmica de campanha eleitoral. Sendo assim, era fundamental aliar as reivindicações

---

[418] 16 de setembro de 2018 foi vez de São Paulo cantar a liberdade. Artistas e ativistas sociais se reuniram na Avenida Paulista para pedir a liberdade de Luiz Inácio Lula da Silva. O evento, realizado em um domingo, das 12 às 18 horas, contou com a participação de artistas e grupos de teatros, realização de oficinas, apresentações musicais e um grande "instrumentaço". Os "Lulaços" – como estão sendo chamadas as manifestações em defesa da liberdade de Lula - já aconteceram em todo e país e dessa vez contará com a presença de diversos instrumentos.
Segundo a Frente Brasil Popular, "Lula é o principal líder político do país e por isso está preso. Sua não participação na eleição é um retrato do atual cenário brasileiro. A mídia esconde o ex-presidente tentando cercear a sua voz. O Estado está longe de ser democrático e de Direito". A expectativa da comissão organizadora, formada por produtores independentes junto com a Frente , é que a atividade seja um "grito" pela liberdade de Lula e pela democracia em São Paulo. E está na hora de São Paulo cantar a liberdade! Evento. Disponível em: https://www.facebook.com/events/1905708719724471/ Acesso em: 05 jul. 2021.

[419] No 21 de maio de 2018 foi desencadeada a Greve nacional dos caminhoneiros a pauta principal era barrar o aumento dos combustíveis. Na semana anterior foram 5 reajustes seguidos. A política de preços estava diretamente ligada ao plano de privatização da Petrobrás.

[420] As Centrais Sindicais convocaram para o dia 10 de agosto de 2018, um dia nacional de paralisações e mobilizações. O objetivo era paralisar os locais de trabalho, e organizar atos ao final do dia. A convocatória destas mobilizações trazia como centro as pautas econômicas: luta por emprego, contra os aumentos dos combustíveis, entre outras. Nos arredores desta data, os petroleiros convocariam greve por tempo indeterminado. O desígnio da greve era barrar o processo de privatização da empresa e mudar a política de preços da Petrobras, responsável pelo reajuste excessivo dos combustíveis e gás. A FBP se soma aos processos de organização e mobilizações, bem como apoia a greve dos petroleiros, organizando plenárias nos estados para preparar a militância as ações. Considera-se ser este o dia principal de iniciativa unitária das forças progressistas antes do período eleitoral. A FBP insere no bojo das mobilizações as bandeiras em defesa da liberdade de Lula e do direito de ele ser candidato. O Dia do Basta foi articulado pelas Centrais Sindicais junto com as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, que convocaram este dia nacional de paralisações e mobilizações.

econômicas que afetavam diretamente a vida do povo, com o centro da luta política que perpassava por assegurar a liberdade e o direito de Lula ser candidato.

A FBP se somou à iniciativa, do Comitê Nacional Lula Livre[421], na coleta de assinaturas em um abaixo-assinado, dirigido ao STF e STJ. Nele, exigiam a liberdade e o direito de sua candidatura a presidente. Aos estados cabia o reforço na coleta de assinaturas. A orientação era utilizá-la como um instrumento de diálogo e politização da sociedade.

No dia 14 de agosto de 2018[422], realizou-se ato, em Brasília, pelo direito de o ex-presidente sair candidato, cabe ressaltar o ineditismo da iniciativa, em que, pela primeira vez na história, milhares de figuras públicas e militantes estiveram presentes na entrega das mais de 300 mil assinaturas, exigindo a liberdade e o direito de o ex-presidente Lula, encarcerado na prisão de Curitiba, ser candidato. Uma comissão composta por juristas, religiosos, intelectuais, representantes de movimentos populares, encabeçada pelo Nobel da Paz, Peréz Esquivel, entregou o abaixo-assinado ao Supremo Tribunal Federal.

Figura 50: Manifestação em Brasília contra a prisão do ex-presidente Lula e pelo registro da sua candidatura

Fonte: Frente Brasil Popular.[423]

[421] O Comitê Lula Livre teve como objetivo principal elaborar, planejar, organizar e realizar atividades que corroboram com a campanha nacional pela libertação do ex-presidente, estimulando a participação ampla de diferentes setores brasileiros. Na sua agenda conteve atividades públicas de manifestação de apoio ao Lula, de diálogo com a sociedade sobre as razões da prisão política, seu contexto e denúncia de qualquer tipo de cerceamento de direitos e/ou manobras jurídicas. O Comitê não tinha presidente, diretoria ou qualquer tipo de hierarquia, mas em compensação teve que ser muito organizado, elencando responsabilidades diferenciadas para que ações debatidas e encaminhadas como coletivas para que fossem realizadas e alcançassem êxito. Disponível em: https://lulalivre.org.br/comite/ Acesso em: 02 jul. 2021.
[422] Neste dia 14 de agosto de 2018, aconteceu a Ato da UNE, o movimento estudantil organizou um dia de mobilização contra os cortes no orçamento de 2019, que acabara com as bolsas de pós-graduação no país. A concentração das caravanas foi em frente ao Ministério do Planejamento. Na parte da noite, uma aula pública, por Educação e Democracia na UNB, foi ministrada por Peréz Esquivel, prêmio Nobel da paz.
[423]Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/ Acesso em 10 de fev.2022

Figura 51: Ato pelo direito de Lula ser candidato

Fonte: Frente Brasil Popular.[424]

No dia 15 de agosto de 2018, o PT registra a candidatura de Lula à presidência da República. A FBP organiza um ato unitário, reafirmando a legitimidade da demanda. Neste momento, articulam-se os setores que defendem Eleições Livres, na tentativa de formação de uma Frente Ampla em defesa da Democracia e por Lula Livre. Essas organizações envolveram setores da sociedade para denunciar a prisão de Lula com um ato político nacional finalizado com o lançamento de um manifesto. O dia do registro foi identificado como favorável para intensificar as iniciativas em torno da luta pela liberdade de Lula e por sua elegibilidade.

A imbricação da luta por Lula Livre e o direito a sua candidatura a presidente foram configurados como um ponto de tensão no interior da FBP. Segundo Sorrentino (PCdoB), no caso do PT, o partido introduziu como "centralidade tática a defesa de Lula, da qual o PCdoB nunca se afastou se alinhando ao Comitê Lula Livre[425]". Ele lembra que foi de autoria do Partido Comunista a ação impetrada em defesa do ex-presidente, que resultou em posterior liberdade. Ele afirma, que para o PCdoB não restava dúvida sobre essa questão, "mas quando entra há centralidade do Comitê Lula Livre, na sua opinião, esvazia a FBP". Nesse momento, estava em pauta a próxima eleição presidencial (2018).

[424] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/ Acesso em 10 de fev.2022
[425] Ver: Alma Lavada - a história da Campanha Lula Livre. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HS_ElqA21fA. Acesso em: 02 jul. 2021.

> Era importante que o Lula participasse do pleito. Era justo, porque foi condenado injustamente. Mas já era uma luta e tática própria de um partido político e não da FBP como um todo. Ao invés de reforçar o sentimento de unidade, as forças se dispersaram. (SORRENTINO, entrevista, 2021).

As táticas se contrapuseram, o PCdoB foi crítico, participaram do Comitê Lula Livre, mas defendiam que a centralidade devia ser da FBP e das resistências. Sorrentino conclui, que a tática [Lula Livre] gastava as energias, as críticas foram "construtivas e fraternais, não é ser contrário ao comitê e nem uma disputa, mas que se expressavam em táticas distintas. Para ele, a FBP não deveria ter deixado suas táticas e estratégias para centrar nas ações no Comitê Lula Livre" (SORRENTINO, entrevista 2021).

O empenho da FBP, nas articulações pela liberdade do ex-presidente Lula, recebeu reconhecimento. Ele o fez por meio de uma carta de agradecimento[426] em que agradece [427](24/08/2018) o apoio e pede para que a Frente Brasil Popular sustente o programa de recuperação do País. Há gratidão pela resistência e unidade. A carta foi endereçada ao líder do Movimento Sem Terra, e um dos fundadores da FBP, João Pedro Stédille.

Na missiva, o ex-presidente Lula argumenta que "só as grandes causas permitem forjar a unidade que a Frente Brasil Popular construiu, nos quase três anos de sua existência". Ele escreve referindo-se à articulação dos movimentos sociais, sindicais e partidos políticos. Além do que, reconhece que a unidade se tornou imprescindível para sustentar um programa de recuperação do País. Nesta, haveria a retomada de emprego, dos direitos e de reformas profundas para que os trabalhadores e os mais pobres obtivessem conquistas. O ex-presidente Lula considerava que havia uma causa comum, a defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores. Neste interim, a resistência ao golpe e aos retrocessos impôs-se pela defesa da soberania**.**

Entre as ações de pressão e mobilização por Lula Livre foi desencadeada uma greve de fome, nela, sete militantes da FBP, representando os movimentos sociais, permaneceram[428]26 dias sem se alimentar. O expediente comumente usado na luta política renovou e inspirou a luta por Lula Livre. A greve foi realizada pelo Frade

---

[426] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/lula-agradece-apoio-e-pede-para-que-frente-brasil-popular-sustente-o-programa-de-ed9d/ Acesso em: 05 jul. 2021.

[427]Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/lula-agradece-apoio-e-pede-para-que-frente-brasil-popular-sustente-o-programa-de-ed9d/ Acesso em: 05 jul. 2021.

[428] Alojados no Centro Cultural de Brasília (CCB), os grevistas receberam de suas organizações e também das instituições e grupos que os apoiaram desde o primeiro dia ou que se somaram ao ato ao longo da jornada, uma celebração que reflete a gratidão pelo exemplo e reafirma o compromisso popular de multiplicar a mensagem e o desafio que foram apontados ao longo de toda a greve.

franciscano Sérgio Görgen, Rafaela Alves, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Luiz Gonzaga, o Gegê, da Central dos Movimentos Populares (CMP), Jaime Amorim, Zonália Santos e Vilmar Pacífico, ambos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Leonardo Soares, militante do Levante Popular da Juventude.

Figura 52: A FBP na greve de fome pela liberdade do ex-presidente Lula

Fonte: Frente Brasil Popular [429] **Foto**: Michelle Calazans | ASCOM CIMI[430]

O objetivo geral da greve de fome era pressionar os ministros do STF para que se respeitassem o direito constitucional e a presunção de inocência do ex-presidente Lula. Além desse, o objetivo específico era espraiar a ideia da greve de fome, para que outras organizações da FBP repetissem ações de solidariedade e ajudassem a difundir seus desdobramentos.

O STF não atendeu ao pedido dos grevistas para pôr em votação as Ações Declaratórias de Constitucionalidade - ADC's, que previam a adoção do princípio da presunção de inocência até que se esgotassem todos os recursos para provar o contrário, nos julgamentos de todos os brasileiros.

Os sete militantes dos movimentos sociais (vinculados a FBP) encerraram a greve de fome, no dia 26 de agosto de 2018. Eles permaneceram em Brasília, sem aceitar receber nenhum tipo de alimentação, evocando o instrumento de luta e resistência popular da greve de fome para mobilizar o povo. E também, despertar o debate político, ou seja,

[429] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br Acesso em:10 de fev.2022
[430]Disponível https://www.google.com/search?q=Michelle+Calazans+%7C+ASCOM+CIMI&sxsrf=APq-WBvufj1naLOIAFeoxLz0VWciIzPieA:1644534333480&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwia65Hmn_b1AhVFrpUCHT4WBdIQ_AUoAXoECAEQAw&biw=1366&bih=695&dpr=1 . Acesso em. 10 fev.20222

forçar o debate com o poder judiciário em sua mais alta instância. Em suma, reafirmar que em um Estado Democrático a vontade do povo de escolher e votar nos seus representantes deve sempre ser respeitada. Ao decidir pela interrupção da greve, os sete acolheram o chamado de suas organizações para retornar às bases e fomentar o potencial simbólico do ato praticado.

Ao longo dos 26 dias de greve de fome, a tentativa foi a de debater com a sociedade brasileira, denunciar a volta da fome, mostrar para o mundo as consequências do golpe (2016), o aumento da violência, o abandono dos mais pobres, por parte do Estado, e o papel do poder judiciário que agia em favor da injustiça.

5.3 Eleições 2018: mobilizações nas redes e nas ruas

Nas eleições[431] de 2018, a FBP apoiou o direito de o ex-presidente Lula[432] ser candidato e, quando a justiça o impediu de participar do pleito, acolheu a indicação de Fernando Haddad[433], candidato a presidente da República (PT) e Manuela D'Ávila[434] vice-presidenta (PCdoB), como aspirantes prioritários, por considerá-los fiéis portadores da bandeira das lutas dos movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos.

---

[431] Eleições gerais para presidente da república, senadores(as), governadores(as), deputados (as) federais e estaduais.

[432] Em 7 de gosto de 2018, Leonardo Fernandes escreve que a situação é inédita: uma chapa tripla nas eleições presidenciais. O ineditismo se dá justamente pela excentricidade da política pré-eleitoral, estando o primeiro colocado nas pesquisas de intenção de voto preso há quatro meses, proibido de exercer seus direitos políticos. O arranjo passa pela indicação de Fernando Haddad (PT) como candidato a vice na chapa liderada pelo ex-presidente Lula em um primeiro momento. Assim que analisado e homologado o registro da candidatura, Manuela D'Ávila (PCdoB) assume o posto de vice, ao lado de quem resultar ser o candidato petista --Lula ou Haddad-- a figurar nas urnas no dia 7 de outubro.
Leonardo Fernandes-**Haddad e Manuela selam chapa tripla nas eleições presidenciais**
Em coletiva de imprensa, PT e PCdoB explicaram como funcionará a estratégia para garantir presença de Lula nas eleições. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2018/08/07/haddad-e-manuela-selam-chapa-tripla-nas-eleicoes-presidenciais .Acesso em:11/06/2021

[433] O Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) indeferiu, por maioria de votos (6 a 1), o registro de candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para disputar as eleições à Presidência da República em outubro. A decisão seguiu o entendimento do relator do pedido na Corte, ministro Luís Roberto Barroso, que declarou a inelegibilidade de Lula com base na Lei da Ficha Limpa. Também por maioria (5 a 2), o colegiado decidiu facultar à Coligação O Povo Feliz de Novo (PT/PCdo B/Pros) a substituição de seu candidato a presidente no prazo de 10 dias. Os ministros proibiram a Lula a prática de atos de campanha, incluindo a veiculação de propaganda eleitoral no rádio, na televisão e em outros meios de difusão de informação, como internet e redes sociais, até que ocorra sua eventual substituição. Os ministros também determinaram a retirada do nome do ex-presidente da República da programação da urna eletrônica de votação. **TSE indefere pedido de registro de candidatura de Lula à Presidência da República.** Disponível em: https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Setembro/tse-indefere-pedido-de-registro-de-candidatura-de-lula-a-presidencia-da-republica**.** Acesso:11/06/2021.

[434] Em 11 de setembro de 208, Lula que oficializa (carta) Haddad como candidato do PT à Presidência.. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/leia-carta-de-lula-que-oficializa-haddad-como-candidato-do-pt-a-presidencia.shtml Acesso em: 27/08/2021

No último dia do mês de agosto, a FBP lança uma Carta ao Povo [435]Brasileiro. No texto, se posiciona que estava, mais uma vez, diante de uma encruzilhada histórica. As eleições de 2018 eram consideradas uma batalha fundamental na luta que travava desde 2015, em defesa da democracia, dos direitos e da soberania.

Na missiva, havia o reforço de que a Frente Brasil Popular era o produto da unidade política das forças populares na luta contra o golpe e por outra política econômica. Portanto, naquele momento, em que o golpe e seus protagonistas foram postos à prova do voto popular, a articulação não poderia deixar de manifestar ao povo brasileiro sua posição política.

A remetente argumentava que o golpe, no Brasil, era parte de uma ofensiva internacional do capitalismo neoliberal, diante de um cenário de crise econômica internacional de longa duração.

> No Brasil, o *impeachment* da Presidenta Dilma, sem crime e sem provas, foi a forma mais rápida de derrubarem um governo legítimo, que promovia a inclusão social e a redução das desigualdades e colocar no lugar um projeto de retrocesso político e social, sem respaldo popular.
> Os representantes das classes dominantes no parlamento, no judiciário, na mídia liderada pela Rede Globo e aqueles que vivem da especulação financeira são os patrocinadores e protagonistas desse golpe. É por isso que o maior líder popular brasileiro hoje é um preso político. Enclausuraram Lula para continuar o assalto ao Brasil. (Carta ao Povo Brasileiro- Frente Brasil Popular, 2018)

Para a FBP, se explicitava o que estava em jogo na eleição, tanto que lutaram arduamente pela antecipação do pleito (Diretas Já, em 2017). E, por isso, uniam-se, mais uma vez, também na disputa eleitoral, pois não poderiam se calar ou não se posicionar politicamente.

Desde o ano de 2016, quando houve a condução coercitiva, a articulação assumiu a luta em defesa do ex-presidente Lula, condenado sem provas, por um judiciário parcial, acusando a perseguição contra ele, defendendo sua inocência, seu direito de ser candidato e, posteriormente, a sua liberdade, diante da prisão ilegal a que estava submetido. Segundo a epístola, em que pese os esforços da direita e da Rede Globo, sua liderança política não foi abalada, pelo contrário, postulava em primeiro lugar na preferência[436] eleitoral.

---

[435] 31 de agosto de 2018

[436] Em 22 de agosto de 2018, a Folha Uol notícia. “Preso condenado por corrupção e virtualmente inelegível, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem 39% das intenções de voto na primeira pesquisa estimulada do Datafolha realizada após os registros das 13 candidaturas ao Palácio do Planalto. Disponível

Na análise da FBP, o ex-presidente Lula seguia sendo a principal liderança política do Brasil. Sua história e sua candidatura era a expressão da luta de classes no País. Por isso, ele reunia em torno de si um apoio popular crescente e, portanto, detinha as melhores condições de derrotar o golpe em curso. “por isso que ele está preso”, e “por isso que defendiam Lula Presidente.

Em suma, a disputa eleitoral, mesmo com a diversidade de candidaturas, estava polarizada entre dois projetos antagônicos. Um de continuidade das políticas do golpe, no qual o povo é o problema e deve pagar a conta da crise; e outro que primava pelo desenvolvimento nacional, fundado na democracia, na soberania e na valorização do trabalho. A FBP levantou a bandeira de Lula, Haddad e Manu, já no primeiro turno por crer que eles levariam as principais lutas em cada canto do País.

Na leitura da carta, observa-se que se expressavam os conflitos partidários no interior da articulação, posto que há uma explicação de que mesmo respeitando cada entidade que a compõem, suas especificidades e dinâmica própria de participação, no processo eleitoral se posicionavam a favor de um candidato e dos partidos (PT e PCdoB).

> É por isso que, a partir de agora, nós levantaremos a bandeira de Lula, Haddad e Manu e eles levarão a nossa bandeira em cada canto do País. Assim como, respeitamos cada entidade que faz parte de nossa articulação, mas que têm especificidades e dinâmica própria de participação no processo eleitoral. (Carta[437] ao Povo Brasileiro da Frente Brasil Popular)

Sendo assim, a defesa era de que a militância da articulação, através das suas formas de luta e organização, deveria dedicar seus melhores esforços para construir a vitória desse campo. E, havendo segundo turno, continuar trabalhando para construir uma unidade ainda mais ampla com conjunto da esquerda e dos setores progressistas para derrotar o golpe e devolver o destino do País aos brasileiros e brasileiras. A justificativa era a de que estava na hora de o povo brasileiro voltar a decidir sobre os caminhos que o País deveria seguir, resgatar a soberania popular, ter seu voto respeitado e contado. Era o querer do povo brasileiro, o poder de votar em Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Haddad e Manuela D’ávila, defendia a FBP.

A nota pública, da articulação, é concluída com a afirmação de que a luta não começou e não terminaria nas eleições.

---

em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/lula-chega-a-39-aponta-datafolha-sem-ele-bolsonaro-lidera.shtml Acesso em:15/06/2021

[437] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/carta-ao-povo-brasileiro-da-frente-brasil-popular-08d7/Acesso em 07 de out. 2021

> Independentemente do resultado, vamos continuar construindo um caminho de unidade em torno de um projeto para o País e de uma aliança com as forças populares, progressistas e patriótica. Precisaremos de muita luta e unidade para reverter os ataques à classe trabalhadora e abrir um novo período de democracia, inclusão, desenvolvimento, crescimento e soberania no Brasil. (Carta [438]ao. ao Povo Brasileiro da Frente Brasil Popular)

Nesta quadra histórica, há uma imbricação da FBP com a agenda partidária e eleitoral. Pomar (2014), no livro *A Metamorfose*, descreve as alterações sofridas pelo Partido dos Trabalhadores, se antes havia fronteiras fluidas entre os adeptos da "Igreja Popular", o movimento social e o PT, nos anos 1990, essa fluidez desaparece, a explicação é que tanto o PT, como os movimentos, geraram uma burocracia permanente, estruturas próprias, em calendário e *modus operanti*. A diferenciação ocorre quase como uma divisão política de trabalho entre os movimentos sociais e o partido.

> os primeiros cabendo mobilizar as bases sociais em torno de diferentes reivindicações e o segundo cabendo disputar eleições, exercer mandatos parlamentares e governar. Esta divisão de trabalho, que parecia reproduzir uma separação tipicamente social-democrata entre 'econômico e político' [...]. (POMAR., 2014, p. 100-101)

Há concordância com Pomar (2014) de que, no cotidiano, tenta-se uma divisão, mas, no período eleitoral, a FBP se posicionou pelos candidatos do campo democrático popular.

A campanha eleitoral, em 2018, no primeiro turno, teve uma particularidade, o candidato Jair Bolsonaro (PSL) sofreu uma tentativa de assassinato durante um ato de campanha, em Juiz de Fora (MG). Pimentel e Tesseroli (2019) descrevem essa peculiaridade que mudou o rumo eleitoral.

> No dia 06 de setembro, a menos de um mês da realização do primeiro turno, o candidato sofreu uma tentativa de assassinato durante um ato de campanha em Juiz de Fora (MG). A partir, daí, foram semanas de recuperação e com isso a impossibilidade de participar de atos públicos e eventos de campanha. Bolsonaro passou basicamente a fazer campanhas pelas redes digitais de dentro do hospital ou da sua casa onde se recuperava. Não participou de nenhum debate e nem compareceu a eventos públicos. Encerrando uma campanha atípica, pautada em assuntos polêmicos, duras críticas e oposição aos governos e à candidatura do Partido dos Trabalhadores (PT). (PIMENTEL;TESSEROLI 2019, p.153)

[438] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/carta-ao-povo-brasileiro-da-frente-brasil-popular-08d7/ Acesso em: 10 de fev. 2022.

Na eleição de 2018, a participação feminina contou com 5% do Fundo Partidário e, no mínimo, 30% do tempo de televisão e de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para as candidatas. Na reta final do período eleitoral (primeiro turno), cada vez mais o desenho do cenário era de embate e polarização do projeto político democrático popular com a ultradireita, representada na candidatura do capitão reformado Jair Bolsonaro. O crescimento da candidatura, que flertou com o fascismo, fez emergir uma iniciativa de contrapô-la e teve o protagonismo das mulheres. A partir desse processo, desencadeou-se uma significativa mobilização nacional com atos contra Bolsonaro, em todo o Brasil, no dia 29 de setembro, denominado "#Ele não". A convocação do ato "#Ele não" se transformou em um processo de debate, posicionamento e mobilização contra o longo processo do golpe que abriu espaço para o fortalecimento da ultradireita, o aprofundamento das desigualdades e as mais diversas manifestações do autoritarismo, da intolerância, da misoginia, do racismo e da LGBTfobia. A naturalização das injustiças e da violência invadia a sociedade, que eram expressas pelas arbitrariedades do Judiciário, pelos ataques fascistas nas ruas, e pelo controle dos corpos e das vidas das mulheres. Bastos (2021) pesquisou a *Atuação das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo no Facebook na campanha presidencial de 2018* e explica que:

> A adoção do lema/palavra de ordem "Ele não", bastante presente nas manifestações contra Bolsonaro, mas não necessariamente a favor das duplas de presidenciáveis (Fernando Haddad e Manuela D'Ávila, apoiados pela Frente Brasil Popular, ou Guilherme Boulos e Sonia Guajajara do PSOL, apoiados pela Frente Povo Sem Medo), provocou diferentes análises e reações. Em um primeiro momento, houve entusiasmo por parte da militância, pela unidade política representada na palavra de ordem "Ele não", sobretudo após a manifestação convocada por mulheres para o dia 29 de setembro de 2018. O evento reuniu milhares de pessoas em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre, além de aproximadamente outras 30 cidades no Brasil. (BASTOS, 2021, p.11)

No entanto, segundo Bastos (2021), houve um reverso da situação:

> Dois dias após o ato, na segunda-feira, dia primeiro de outubro, Jair Bolsonaro, o candidato do Partido Social Liberal (PSL) ao Planalto, havia crescido quatro pontos percentuais nas pesquisas de intenções de voto, chegando a 31%, alta puxada principalmente pelo voto feminino. Na quinta-feira, dia 04 de outubro, ele chegou a 35%. Para Ciro Gomes, candidato do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e em terceiro lugar nas pesquisas naquele momento, o protesto foi um "grosseiro equívoco que está convidando o País para bailar na beira do abismo" ao colocar o lado destro da disputa como "referência no debate". (BASTOS, 2021, p.11)

A disputa das eleições de 2018 foi inserida em uma luta sobre os rumos da sociedade, o campo democrático se posiciona, pois, do resultado da disputa eleitoral, dependia o futuro do País, que poderia ser, de um lado, de ampliação dos direitos, igualdade e liberdade, ou, de outro, de um retrocesso civilizatório com o avanço do autoritarismo e desrespeito às diferenças.

Por esses motivos, a Frente Brasil Popular manifestou-se eleitoralmente em um marco na luta de confrontação de projetos de País. Para tanto, envolveu-se na convocação, organização e na mobilização dos atos nas cidades, onde foi possível a participação, de modo hábil, respeitando os processos de organização existentes, e fortalecendo o protagonismo das mulheres. Ressalta-se a importância da participação[439] organizada [440]dos movimentos no processo eleitoral, por ser momento de adesão popular e, por isso, momento de apresentar o projeto político como resposta à rejeição de Bolsonaro. A luta contra o projeto fascista de Bolsonaro e em defesa da candidatura Haddad/Manuela e da Democracia foi o enfrentamento no segundo turno.

O momento político era de acirramento, a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, reunidas[441], apresentam um conjunto de desafios urgentes para a militância das organizações expressa em uma nota política. Nela, as eleições são definidas como decisivas, pois, estava em jogo, não somente diferentes plataformas eleitorais, mas princípios elementares como a democracia, a soberania e os direitos do povo brasileiro. Deste modo, as Frentes apontavam como prioridade absoluta, desse período, a derrota de Bolsonaro e a eleição de Fernando Haddad (presidente) e Manuela D'ávila (vice).

Lavalle e Almeida (2020) definem a democracia representativa como essencial, principalmente, pela participação por meio do voto na escolha de representantes comprometidos com certos diagnósticos e soluções dos problemas sociais relevantes. Sendo que para os autores, este é o único poder legítimo, ou seja, é um poder consentido. Então:

---

[439] Recomenda-se a utilização das cores, roxa e lilás, bem como das nossas palavras de ordem, da defesa das nossas candidaturas e da identidade da FBP.

[440] A utilização da a tag #EleNão impulsionada nas redes, essa serviria para driblar o algoritmo e evitar menções que fortaleçam ao candidato da extrema direita.

[441] Segundo Bastos (2021) "Embora as frentes busquem unidade do campo popular em alguns momentos específicos, o que prevalece são estratégias, conteúdos e linguagens que refletem as especificidades políticas e ideológicas de cada Frente e suas organizações participantes. Durante a campanha, podemos identificar um momento de unidade política no início do segundo turno das eleições, quando se conflagra a polarização entre os candidatos a presidência da República: Fernando Haddad, do PT, e Jair Bolsonaro, do PSL. (BASTOS, 2021, p. 18)

> A eleição e eventual recondução de governantes é fundamental em qualquer democracia, bem como a escolha dos rumos gerais da sociedade. São os compromissos dos representantes com determinados programas de ação e o fato de a eleição/reeleição depender do veredito popular que, no melhor dos casos, permite ao eleitor incidir sobre os rumos da sociedade. Ademais, é reconhecida a importância das associações por sua contribuição política para a democracia, uma vez que contribuem para a organização e a expressão política de preferências intensamente compartilhadas pelos cidadãos. Por fim, a democracia representativa é altamente inclusiva de indivíduos (milhões podem participar), os quais realizam, todavia, contribuição limitada do ponto de vista da deliberação, pois o voto é uma informação binária. (LAVALLE; ALMEIDA, 2020, p. 26)

Na encruzilhada histórica, em que o primeiro colocado nas pesquisas de preferência do voto popular, o ex-presidente Lula, teve cassado o direito de concorrer às eleições e encontrava-se a quatro meses encarcerado na prisão da Polícia Federal, em Curitiba, a situação da candidatura do campo democrático popular era bastante desvantajosa, mas o entendimento era de que a eleição não estava perdida, em que a disputa seria voto a voto. E, para dar concretude à expectativa de vitória, em uma correlação de forças bastante desfavorável, era preciso reunir todas as forças progressistas e democráticas em torno da conquista de uma maioria eleitoral favorável à candidatura do campo democrático popular.

Nesse sentido, listavam-se as tarefas urgentes a serem desenvolvidas em todas as cidades onde a FBP estava organizada. Sendo assim, havia organização de plenárias, reunindo os militantes deste campo político, abertas a todos que se somassem. Era preciso motivar a militância e principalmente organizar as ações de campanha. Nas ações de campanha, era necessário priorizar o diálogo corpo a corpo com os eleitores, mais do que a distribuição de material em locais de fluxo, ou seja, conversar com as pessoas. A orientação para a militância era de virar votos no seu círculo social, entrando em contato com parentes e amigos, alertando sobre a gravidade de um governo Bolsonaro. Sendo fundamental que cada pessoa assumisse o compromisso de virar pelo menos um voto. O desafio era virar um voto de cada eleitor encontrado.

O resultado[442] das urnas eletrônicas, em 7 de outubro de 2018, no primeiro turno, foi que o capitão reformado do Exército brasileiro, Jair Messias Bolsonaro (PSL), e o vice, General Hamilton Mourão, obtiveram 46,03 % (49.276.990 votos); o professor universitário e ex-prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad (PT), e a ex-deputada federal, Manuela D'Ávila (PCdoB), angariaram 29,28 % (31.342.005 votos).

[442] Disponível em: https://placar.eleicoes.uol.com.br/2018/1turno/ Acesso em:15/06/2021

Com esse placar, caminhou-se para um segundo turno de disputa acirrada nas ruas e nas redes digitais[443].

Em 2018, a FBP estava diante de um cenário conjuntural de ofensiva conservadora que, mesmo antes das eleições, desde o golpe de 2016, se desenvolveu na perseguição à esquerda e no impedimento da candidatura de Lula. Almeida (2019), no artigo *Bolsonaro presidente*: *conservadorismo, evangelismo e a crise política brasileira*, analisa o enredo do primeiro turno:

> O resultado das eleições proporcionais nos âmbitos federal e estadual refletiu o sentimento de insatisfação da sociedade com a classe política. O efeito mais explícito foi a renovação de quase 50% na Câmara dos Deputados, enquanto no Senado Federal, das 54 vagas em disputa, somente 8 foram reeleições. Em relação aos parlamentares evangélicos, houve um aumento para 84 deputados federais e para 7 senadores (ALMEIDA, 2019, p. 202).

Almeida (2019) avalia que, após a votação do primeiro turno, foi possível compreender:

> A influência das redes sociais digitais na produção de notícias, narrativas e versões. Surpreendeu o fato de Bolsonaro ter conseguido tanta aprovação, apesar do ínfimo tempo de horário eleitoral. As razões para seu excelente desempenho, na verdade, foram várias: o forte antipetismo, o apelo das candidaturas consideradas antissistêmicas e o desejo por novos nomes, entre outras. O que pareceu inesperado a todos os concorrentes, contudo, foi o uso intensivo e estratégico das redes sociais, sobretudo da plataforma WhatsApp, para a geração e difusão de fake news. (ALMEIDA, 2019, p. 203)

No mesmo artigo, já mencionado, Almeida (2019) analisa que Bolsonaro entrou com folga e vantagem[444] para o 2º turno:

> Não só pelo resultado expressivo do primeiro turno, mas também pela influência surpreendente que teve sobre as eleições proporcionais e para governador. Seu partido, o PSL, elegeu 52 deputados, a segunda maior bancada da Câmara (atrás apenas da do PT) [...]. (ALMEIDA, 2019, p. 203)

---

[443] Bastos (2021) analisou os links inseridos nas postagens da FBP e constatou que "é significativo que os links mais presentes nas postagens da Frente Brasil Popular durante toda a campanha sejam de conteúdos jornalísticos desenvolvidos pela TV dos Trabalhadores (TVT), com 78 inserções durante o período analisado na pesquisa. A TVT é uma emissora educativa mantida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e pelo Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região, vinculados à Central Única dos Trabalhadores (CUT). A TVT se autodefine como um "canal de ampliação da voz dos movimentos sociais". Outros links frequentemente compartilhados pela Frente Brasil Popular são de conteúdos jornalísticos do site e páginas de redes sociais da CUT (cut.org.br e @cutbrasil), com 74 inserções; seguidos do Brasil de Fato (brasildefato.com.br e @brasildefato), que tiveram 27 utilizações; e site e redes sociais da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), central sindical ligada ao PC do B, com 21 inserções. O Brasil de Fato (BdF) foi lançado como semanário nacional no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em janeiro de 2003. O BdF é formado por um site de notícias, radio agência, jornais regionais no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, em São Paulo, no Paraná e em Pernambuco". (BASTOS, 2021, p.17)

[444] Além de quatro senadores e três governadores.

Tabela 9: Mudanças na eleição 2018

O que mudou	
Financiamento	Criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) no valor de R$ 1,7 bilhão. Pessoas físicas podem doar até 10% dos rendimentos de 2017. Vaquinha virtual. As doações de empresas para candidatos foram proibidas em 2016.
Teto de gastos	Presidente da República: R$ 70 milhões Governador: R$ 21 milhões Senador: R$ 5,6 milhões Deputado federal: R$ 2,5 milhões Deputado estadual: R$ 1 milhão
Propaganda eleitoral	Mais curta: de 45 para 35 dias. Primeiro turno — de 31/8 a 4/10. Dois blocos diários no rádio e TV, com 12 minutos e 30 segundos cada. Impulsionamento de conteúdo na internet por coligação, partido ou candidato.
Participação feminina	5% do Fundo Partidário e, no mínimo, 30% do tempo de televisão e de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para as candidatas.
Cláusula de Desempenho	Resultado das urnas são exigidos para acesso ao fundo partidário e tempo de propaganda.
Votação nominal mínima	Candidatos a deputado federal, estadual e distrital devem, na maioria dos casos, obter votação mínima de 10% do quociente eleitoral do seu estado.
E-Título	Para votar, eleitores podem apresentar o Título de Eleitor Digital baixado como aplicativo de telefone celular desenvolvido pela Justiça Eleitoral.

Fonte: Agência Senado.

No entanto, mesmo nesse cenário adverso, há que se considerar uma vitória, ou seja, a de que as forças progressistas estivessem no segundo turno da disputa presidencial.

Além disso, a eleição de 2018 foi a primeira sob novas regras de financiamento eleitoral, teto de gastos, propaganda eleitoral, participação feminina, cláusula de desempenho, votação nominal mínima, título de eleitor digital.

Fanton (2014) discorre sobre o financiamento empresarial e o favorecimento a este grupo depois da campanha, no texto *A saúde e a luta por uma constituinte exclusiva*, publicado no Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes):

> A possibilidade de financiamento empresarial de campanha, os processos de definição de candidaturas no interior dos partidos, os diferentes mecanismos que favorecem quem já ocupa espaços de poder, a dissociação entre disputa política e compromisso programático, a falta de transparência e participação social na Justiça Eleitoral e no Sistema Judiciário como um todo, a imunidade parlamentar, votação secreta, proporcionalidade dos votos, enfim, o conjunto articulado de regras existentes favorecem as classes dominantes nos processos eleitorais, que por sua vez determinam a legislação e a institucionalidade das mais diversas áreas, dentre elas a saúde. (FANTON, 2014, p. 5)

Cabe destacar que, em 2018, ocorreram mudanças no financiamento das eleições, as empresas privadas foram judicialmente proibidas de realizarem doações eleitorais para partidos e candidatos. Essa foi uma inovação, pois, antes, sindicatos e organizações sociais e religiosas sempre foram vetados de realizar doações eleitorais, enquanto empresas privadas (FANTON, 2014) podiam financiar seus candidatos, mesmo quando eram beneficiárias de empréstimos públicos e possuíam dívidas tributárias. Após a proibição do financiamento empresarial, foi aprovado o autofinanciamento eleitoral até o limite de gastos legais. Isso permitiu que os candidatos investissem diretamente em suas próprias campanhas, em 2018, "beneficiando os mais ricos (para 2020, a regra de autofinanciamento máximo era de 10% do limite de gastos). O número de milionários e o patrimônio médio dos deputados federais eleitos foram ligeiramente inferiores, em 2018, do que haviam sido em 2014" (NEFTALI, 2020, p.160).

Durante o pleito eleitoral, a Frente Brasil Popular orientou as organizações e seus participantes a reforçarem as mobilizações nas redes e nas ruas.

Na obra clássica sobre o século XX, *Era dos extremos*, o historiador inglês, Eric Hobsbawm (1995) faz referência à influência dos meios de comunicação nos países democráticos da Europa.

> No fim do século, um grande número de cidadãos se retirava da política, deixando as questões do Estado à "classe política" [...]. Poder-se- ia supor que a despolitização deixaria as autoridades livres para tomar decisões. Na verdade, teve efeito oposto. As minorias que saíram em campanha, às vezes por questões específicas de interesse público, com mais frequência por algum interesse seccional, podiam interferir nos tranquilos processos de governo tão efetivamente, e às vezes até mais, do que partidos políticos de propósito abrangente, pois, ao contrário desses cada grupo de pressão podia concentrar sua energia na busca de um objetivo único. Além disso, a tendência cada vez mais sistemática de governos contornaram o processo eleitoral ampliou a função política

> dos meios de comunicação, que agora chegava todas as casas, proporcionando de longe o mais poderoso meio de comunicação na esfera pública para homens, mulheres e crianças privadas. Sua capacidade de descobrir e publicar o que as autoridades desejavam manter na sombra, e de dar expressão a sentimentos públicos que não eram, nem podiam ser articulados pelos mecanismos formais a democracia, transformavam esses meios de comunicação nos grandes atores no cenário público. Os políticos os usavam e temiam. (HOBSBAWM, 1995, p. 558-559)

A polarização nacional entre as candidaturas Bolsonaro/Mourão e Haddad/Manuela se consolidava e desenhava a disputa do segundo turno. A candidatura do campo democrático contava com o apoio da militância social da esquerda brasileira para impor uma derrota ao golpe e à injustiça, e retomar um projeto de desenvolvimento com inclusão social e promoção de direitos. No segundo turno, a Frente Brasil Popular reúne e organiza a ação unitária de mais de uma centena de movimentos e organizações sindicais e populares e de milhares de militantes, homens e mulheres pelo País, reforça a orientação de fazer uma jornada de mobilização e diálogo popular em prol do voto nos candidatos indicados. Sendo assim, vestir as camisetas dos movimentos, empunhar as bandeiras e ir às ruas, em mutirões, caravanas, carreatas, passeatas, atos, entre outros, contra a continuidade e o aprofundamento dos retrocessos, fazendo campanha para angariar votos para a vitória de Haddad e Manuela. A tarefa era de divulgação da candidatura nas atividades, nas redes e nas ruas, registradas em imagens de mobilização que foram inundando as redes e as ruas com as manifestações de ver o Brasil em outros caminhos.

Observa-se que o uso das tecnologias foi um fator surpresa na campanha de 2018, e a FBP tentou acompanhar a tendência. Castells testemunha o reverso da tendência histórica da assalariação do trabalho e socialização da produção, característica predominante na era industrial. Segundo o autor, a nova organização social e econômica baseada nas tecnologias da informação:

> Passou da administração descentralizadora, trabalho individualizante e mercados personalizados e com isso segmenta o trabalho e fragmenta as sociedades. As novas tecnologias da informação possibilitam, ao mesmo tempo, a descentralização das tarefas e sua coordenação em uma rede interativa de comunicação em tempo real, seja entre continentes, seja entre os andares de um mesmo edifício. (CASTELLS, 1999, p. 330)

O crescimento da candidatura Bolsonaro esteve relacionado ao domínio das Tecnologias de Informação, que possibilitaram manipular as redes sociais e disseminar *fake news*[445] a seu favor.

Bastos (2021) exemplifica as falsas notícias que circularam na eleição de 2018, entre elas, sobre a classe artística, escrita na página de um opositor da página e da candidatura de Haddad e Manuela, na qual:

> Afirma-se que "os artistas estão ajudando o PT porque estão com medo de que acabe a Lei Rouanet". Durante sua campanha, ele mesmo [Bolsonaro] e seus apoiadores teceram diversas críticas à lei de incentivo fiscal destinada ao fomento da produção cultural. Em sua conta no Twitter, no dia 28 de setembro, o candidato do PSL disse que os incentivos à cultura permanecerão para artistas talentosos e que não possuem estrutura, mas "o que acabará são os milhões do dinheiro público financiando 'famosos' sob falso argumento de incentivo cultural, mas que só compram apoio! Isso terá fim!". (BASTOS, 2021, p.14)

Os ataques à candidata a vice-presidenta também foram recorrentes na rede digital do Facebook, na qual havia a afirmação de que Manuela D'Ávila não era cristã e que ela iria acabar com o "dia do cristão". O Facebook teve 24 horas para retirar[446] o conteúdo do ar e os autores deveriam ser identificados pela rede social à justiça.

> Algumas dessas *fake news* tiveram como enfoque o suposto comportamento "anticristão" da candidata do PC do B. Isso se relaciona e corrobora o sentimento e imaginário anticomunistas bastante presentes nas narrativas de Bolsonaro e seus seguidores. Frequentemente, Manuela D'Ávila precisou utilizar suas redes sociais para desmentir os boatos. Entre as *fake news*, ganhou destaque uma fotografia manipulada em que a candidata a vice-presidente aparecia abrindo um casaco para exibir uma camiseta com os dizeres "Jesus é travesti", acima de uma imagem de arco-íris, símbolo da luta LGBT. Na imagem verdadeira, apenas há o texto "rebele-se" e não há imagem. (BASTOS, 2021, p.14)

Além dessas *fake news*, um vídeo circulou em redes sociais:

> No qual Manuela D'Ávila diz que acabaria com todos os feriados cristãos. O vídeo foi uma montagem feita a partir de falas da candidata ditas em distintos momentos de uma sabatina realizada em junho de

[445] Bastos (2021), identificou as seguintes páginas/organizações que atuaram na campanha como aparelhos privados de hegemonia desenvolvendo e circulando conteúdo, sobretudo com ataques ao PT, Lula e Haddad: Mídia Mix32, Avança Nordeste33, Canal Bug na TV34, TV Coxinha Mil Grau35, Vem pra Rua36 e Movimento Brasil Livre (MBL)37. Entre as organizações, duas delas se destacam pelo alto número de seguidores e pela frequência das suas atuações nas redes e nas ruas: Vem pra Rua e MBL. Ambos os movimentos surgem na esteira das manifestações de junho de 2013 no Brasil: o Vem pra Rua, em outubro de 2014, e o MBL, em novembro do mesmo ano. Os movimentos se notabilizaram na organização e convocação de manifestações pró-*impeachment* que ocorreram em 2014 e 2015, com a participação de milhares de manifestantes em centenas de cidades. (BASTOS, 2021, p.16)

[446] Após intervenção do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). o ministro do TSE Sérgio Banhos determinou, em caráter liminar, a retirada de 33 notícias falsas sobre Manuela D'Ávila (PCdoB)

> 2019 pela revista Isto é. Um dos vídeos publicados com este conteúdo falso teve mais de 40 mil compartilhamentos no Facebook e quase 800 mil visualizações. (BASTOS, 2021, p.14)

Diante da ofensiva sofrida[447] nas redes, fez-se crucial desenvolver algumas iniciativas para instrumentalizar a disputa[448] de ideias nas redes sociais entre as quais, estava o *Whats app*, um dos principais meios usados na disputa eleitoral. Nesse sentido, grupos foram criados para o acesso rápido aos contatos nos estados, possibilitando um fluxo direto de informações, cards, memes, vídeos que os ajudassem a travar o debate nas redes. A Frente Brasil Popular soma-se aos coletivos, organizando atos nas cidades, e convoca-os para atuarem nas cidades onde não havia nenhum ato agendado. Onde possível, sempre em diálogo com as organizações locais, os constrói se posicionando em defesa da democracia e dos direitos.

Figura 53: Mobilizações e atividades

Fonte: Frente Brasil Popular[449].

---

[447] Bastos (2021) analisa que com relação ao uso da internet. na luta política do campo popular, "se a performance das postagens depender da lógica algorítmica, o resultado tende a ser pífio. Em primeiro lugar porque, conforme argumentamos, a lógica algorítmica reflete as lutas sociais e políticas da sociedade e, neste momento histórico, as disputas ideológicas estão sendo vencidas por forças políticas e sociais conservadoras. Com relação aos algoritmos do Facebook, após a última grande mudança realizada em janeiro de 2018, tornou-se ainda mais difícil o alcance de posts orgânicos das fan pages. Páginas de organizações diversas, comerciais ou não, que não tiverem financiamento para melhorar sua performance, ou impulsionamento como diz o linguajar da comunicação digital, terão dificuldades para alcançar seu público. A justificativa da empresa foi que a mudança prioriza as interações pessoais e, consequentemente, a experiência do usuário, o que força as organizações a precisarem investir ainda mais para ter seu conteúdo visualizado no feed dos usuários." (BASTOS, 2021, p.18)

[448] Bastos (2021) informa que O Vem Pra Rua38 afirma que quer um "Brasil livre da corrupção, com uma política feita com ética e um Estado desinchado e eficiente, verdadeiramente democrático e justo. E não há democracia nem justiça com corrupção, incompetência, autoritarismo e impunidade". A página do Vem pra Rua no Facebook possui 2.316.835 seguidores em janeiro de 2020, número 14,5 vezes mais que a Frente Brasil Popular e 15 vezes mais que a Frente Povo Sem Medo. E A página do MBL no Facebook possui 3.400.731 seguidores em janeiro de 2020, portanto 21 vezes mais que a Frente Brasil Popular e 22 vezes mais que a Frente Povo Sem Medo (BASTOS, 2021, p.17).

[449]Disponível em: <http://Frente brasil.cut.org.br/noticias/pelo-brasil-e-democracia-apoiadores-de-haddad-vao-as-ruas-amanha-dia-20-em-todas-49c8/ >Acesso em: 08 out. 2021

Em 27 de outubro de 2018, ocorreu o segundo turno das eleições, o desfecho do período eleitoral[450]foi a derrota do campo democrático e popular. O candidato da extrema direita, Jair Bolsonaro (PSL), que durante a eleição foi atingido por uma facada, disseminou mentiras contra a oposição e fugiu do debate do programa de governo, sagrando-se vencedor.

Pimentel e Tesseroli (2019) destacam o fato de maior repercussão nesta etapa da disputa:

> O não comparecimento do candidato do PSL aos debates eleitorais. Bolsonaro, mesmo liberado pela junta médica para participar dos encontros, preferiu não comparecer aos embates e continuou a levar sua campanha alicerçada na presença maciça nas redes digitais. (PIMENTEL, TESSEROLI , 2019, p.155)

O resultado do pleito eleitoral foi a eleição de Bolsonaro com 57.797.847 (55,13%) dos votos válidos. O candidato, apoiado pelas Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo, e outras forças sociais, Fernando Haddad (PT), angariou 47.040.90 (44,87%) dos votos válidos, sendo vencido. Por sua vez, merece atenção que 30% dos eleitores não votaram em nenhum dos dois candidatos (21,3% de abstenções, 2,14% de votos brancos e 7,43% de nulos).

Veiga (2019) apresenta os resultados das eleições, nos estados, no livro *O Brasil vai às urnas*, e afirma que a campanha de Bolsonaro influenciou o voto em candidatos ao governo do estado e ao senado federal, em especial "Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais". O autor menciona apenas alguns casos, "para ele, os casos mais gritantes".

> No Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC) contava com 9% de intenção de voto em pesquisa realizada nos dias 3 e 4 de outubro[451] pelo

---

[450] 1º turno: Jair Bolsonaro (PSL) 46,03 % 49.276.990 votos, Fernando Haddad (PT) 29,28 % 31.342.005 votos. Disponível em: https://placar.eleicoes.uol.com.br/2018/1turno Acesso em: 05/07/2021.

[451] Bastos (2021), pesquisou a *Atuação das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo no Facebook na campanha presidencial de 2018*, segundo o autor nesse mês, a página da Frente Brasil Popular fez a publicação que teve o maior número de compartilhamentos e o terceiro maior número de reações durante toda a campanha. Foi o sexto post do dia 19/10, um compartilhamento de matéria do jornal Valor Econômico23 sobre o "Manifesto dos Economistas pela Democracia Brasileira". Categorizado como supertema "Apoio ao PT" teve 691 reações, 885 compartilhamentos e 18 comentários. O enunciado do post destacava que "Economistas do Brasil e do exterior lançaram ontem um documento em apoio à candidatura de Fernando Haddad (PT)". Embora o Manifesto também tenha sido pauta da mídia comunitária, popular e alternativa, o jornal do Grupo Globo foi a fonte utilizada para a publicação/compartilhamento. Analisamos que por se tratar de economia e envolver apoio internacional, a publicação mobilizou tanto o público da página. Além disso, como ocorreu em um meio de mídia hegemônica, o alcance e o poder de argumentação com a oposição são maiores. Dessa maneira, embora tenha desprestigiado a cobertura deste assunto feita pelas mídias apoiadoras da página e da candidatura do PT e do PC do B, trata-se de escolha estratégica para

> Datafolha, no dia 7, venceu o primeiro turno com 41% dos votos, mais do dobro obtido pelo ex-prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (19,5%), que liderava a pesquisa de opinião por toda a campanha. Em Minas Gerais, Romeu Zema (Novo) também tinha 9% de intenção de voto em pesquisa realizada nos dias 27 e 28 de setembro pelo Datafolha e venceu o primeiro turno com 42,73% dos votos contra o ex-governador Antônio Anastasia (29%). Foram movimentos de crescimento abrupto e rápido, impulsionados por associações com as campanhas de Jair Bolsonaro. (VEIGA, 2019, p. 6)

Outra especificidade, da eleição de 2018, foi a entrada na arena política dos "evangélicos". Almeida (2019) aponta a articulação entre evangélicos e conservadorismo na crise brasileira. Em suma, o segmento religioso compõe, de diferentes maneiras e intensidades, o processo social mais amplo, que tem sido denominado no debate público nacional e internacional como uma onda conservadora, cujo desdobramento mais recente foi a eleição, em 2018, de um presidente com retórica de extrema direita: Jair Bolsonaro.

Na análise, o autor alerta que nem todos os evangélicos são conservadores, deve-se igualmente destacar que a pauta conservadora vai além dos evangélicos conservadores. Dela, participam também católicos, outras religiões e atores não religiosos. Contudo, o autor procurou entender a novidade do conservadorismo, no Brasil, e atualiza que a expansão trazida por este segmento religioso teve importância significativa na eleição de Jair Bolsonaro.

> O foco nos evangélicos se dá não como causa ou resultado do processo mais geral, mas em articulação a ele. Permanecendo na metáfora líquida, muitos evangélicos e o conservadorismo moral e político são como água dentro d'água (ALMEIDA, 2019, p. 212)

O editorial da revista *Serviço Social e Sociedade* avalia a vitória eleitoral do candidato da extrema direita:

> No momento em que o candidato da extrema direita saiu vencedor nas eleições presidenciais de 2018, que evidenciaram um processo de radicalização da política brasileira sem precedentes desde o início da Nova República, no contexto de uma profunda crise política, econômica e social, marcada pelo alto desemprego, precarização e informalização das relações de trabalho, empobrecimento da população e redução drástica dos recursos destinados às políticas sociais. A emergência da(s) direita(s) num cenário nacional e internacional de crescimento do conservadorismo de traços fascistas expõe a face hiperautoritária do neoliberalismo [...] na atual quadra do capitalismo contemporâneo[452].

alcançar público para além da bolha ideológica da Frente e sua rede. A totalidade dos comentários era de apoio ao Haddad e contra Bolsonaro. (BASTOS, 2021, p. 12).

[452] Editorial *Serviço Social e Sociedade*, 2019.

As preocupações com o resultado eleitoral são expressas por Maconsin e Abramides (2021), pois consideram ser real, em especial, neste contexto, os retrocessos econômicos, sociais, políticos e ideoculturais, advindos dos resultados das eleições de 2018, que deram a vitória da extrema direita, desde a Presidência da República e, em diversos estados da federação.

> As diferentes posições políticas desse grupo – racistas, homofóbicas, misóginas, de ataque aos direitos dos trabalhadores, ao meio ambiente, ao pensamento de esquerda de um modo geral, aos movimentos sociais e seus ativistas, à educação pública, com ênfase no ensino superior público e outras, mostram o reforço de um conservadorismo de inspiração neofascista. (MARCONSIN; ABRAMIDES, 2021, p. 199)

Ao escrever sobre a FBP, percebe-se que a articulação atuou por Lula livre e nas eleições de 2018, sendo este o centro da tática e estratégia. Essa ação suscita questões e aguça o crivo analítico sobre como se estabelece a relação de movimentos e partidos no interior da articulação. Constata-se que os partidos têm importância significativa na articulação, não sendo possível mensurar seu peso nas decisões internas da entidade. Os partidos presentes na FBP são o PT e o PCdoB e, em menor força representativa eleitoralmente, o PCO.

Nas entrevistas para a pesquisa, os militantes dos movimentos sociais, centrais sindicais, que são filiados aos partidos, afloram análises sobre a centralidade na luta por Lula livre, assim como as eleições de 2018. Carina Vitral (UNE) pondera que a FBP mudou a proposta inicial[fundação], "a conjuntura muda, e constrói-se caminhos, segundo a correlação de forças internas". Para ela, a mudança foi significativa depois das perdas da luta contra o golpe, efetivamente, antes do *impeachment*, o grau de unidade era maior, fez-se a luta pelo Fora Temer e contra Bolsonaro [eleição]. Mas, o momento de inflexão e diferença deu-se após a prisão do presidente Lula, que coincidiu com a eleição (2018). Momento em que "as forças políticas internas cada uma tomou um rumo". O PCdoB estava com a pré-candidatura da Manuela D'Ávila (presidente). O partido concordava com a luta pela liberdade do Presidente Lula, "mas havia divergência em fazer da FBP um comitê de campanha presidencial". A contradição foi resolvida quando Manuela D'Ávila (PCdoB) se tornou vice do candidato Haddad (PT), "mas não arrefeceram as divergências, e permanece, posto que parte de seus componentes [PCdoB] comunga da ideia de que era preciso eleger bandeiras amplas para conquistar a maioria do povo" (CARINA VITRAL, entrevista, 2021).

Sorrentino (PCdoB) avalia que a FBP focou sua estratégia e tática políticas nas eleições. Ele afirma que, do mesmo modo, o PSOL e a FPSM usaram a mesma estratégia, começaram a preparação do caminho do candidato Boulos[453] à presidência (2018), e depois a sua candidatura[454] a prefeito (2020). Sendo assim, "as duas Frentes, ao invés de reforçar o sentimento que as guiavam, dispersaram em função da tática eleitoral de cada um dos integrantes". Ele discorre que as estratégias adotadas foram "o fruto de uma situação de defensiva por causa das derrotas políticas", que os levaram a fazer diferentes avaliações da realidade e, quando isso acontece, são geradas táticas distintas (SORRENTINO, entrevista, 2021).

Para Vagner Freitas (CUT), ao adentrarem na FBP, os partidos devem saber que são mais uma entidade, entre tantas, que vão discutir a pauta mobilização. "Caso os interesses sejam as eleições ou outros individuais e partidário, a Frente não é o lugar adequado, posto que este objetivo é do núcleo partidário", explicita. No entanto, ele não concebe[455] a organização de Frente de esquerda, de luta sem os partidos políticos.

> Eles são importantes, tem militância, e milhões de pessoas e filiados, uma Frente popular não pode prescindir dos partidos esquerda, posto que são uma forma de expressão da organização dos trabalhadores e suas lutas (VAGNER FREITAS entrevista, 2021).

Sorrentino (PCdoB) salienta que os partidos estiveram presentes desde o início da FBP. Os dirigentes partidários participaram das reuniões, mas sempre prevaleceu e respeitou-se a posição frentista. De modo que, desde sua fundação, em Belo Horizonte, no Congresso (2015), concebe-se que as forças que compõem a FBP têm uma orientação socialista, em diferentes graus, medidas e aportes, mas não sendo essa condição de unidade na FBP, ela se organiza:

> Em torno de um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, soberano, democrático e popular, que se resume em um novo projeto societário para o Brasil. No entanto, o projeto não é uma imposição, haja visto que há esforços de aproximação com o PSB e o PDT[456], que não tem

---

[453] Guilherme Boulos foi candidato à Presidência da República, com a liderança indígena Sônia Guajajara co-presidenta (vice). O resultado eleitoral de 2018 foi 0,58%,617.122 votos.

[454] Resultado votação 1º turno, 2020: Bruno Covas Lopes, 32%, 1.754.013 votos, Guilherme Boulos 20,24%,1.080.736 votos. Disponível em: https://www.tre-sp.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/arquivos-ele2020/tre-sp-resultado-de-votacao-para-prefeito-na-capital/rybena_pdf?file=https://www.tre-sp.jus.br/eleicoes/el Acesso em:15 jun. 2021.

No segundo turno Bruno Covas Lopes, 3.169.121votos, 59,38% ; Guilherme Boulos 2.168.109, 40,62% votos Disponível em: https://www.tre-sp.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/arquivos-ele2020/resultado-de-votacao-2o-turno/rybena_pdf?file=https://www.tre-sp.jus.br/eleicoes/eleicoes-2. Acesso em:15 jun. 2021

[455] Vagner Freitas é da CUT, central sindical que tem dupla participação na FBP e na Frente Povo Sem Medo, esta última não assente partido na articulação.

456 Entre as várias divergências citadas, Sorrentino elenca uma muito emblemática, o esforço para incorporar aos debates críticos o Ciro Gomes e o PDT (setores do partido estão na FBP). Ele foi convidado

> orientação revolucionária, mas mantém uma vocação transformadora do Brasil muito importante, convergindo em torno da FBP e de seu Projeto Nacional de Desenvolvimento." (SORRENTINO, entrevista, 2021)

Na opinião de Bonfim (CMP), na Frente Brasil Popular, mantém-se o "cuidado" de não deixar os partidos, "darem a linha" ou a última palavra, diferentemente de outros espaços.

> Os partidos se encaixaram nas estratégias que os movimentos debateram. Inclusive, teve no período em que os partidos estavam com menos credibilidade na sociedade, por conta da criminalização dos meios de comunicação e da direita, continua (a criminalização), mas em outros períodos foi muito mais forte. Talvez, por uma questão estratégica, os próprios partidos, como o PT, o PCdoB, recuaram um pouco, e deixavam que a FBP acabasse sendo o principal sujeito aparecer, ter visibilidade, ser a articuladora das mobilizações (BONFIM, entrevista, 2020).

Eles perceberam, ao participar da FBP, que não era possível para um ou dois partidos proporem uma visão, a pauta, uma análise de conjuntura, por ser um espaço muito representativo dos movimentos, afirma Bonfim.

O dirigente da CMP analisa o pleito eleitoral, de 2018, e enfatiza que, tanto na esfera federal, como nas estaduais, preservou-se a unidade. Naquele ano, a chapa Haddad e Manuela [eram dos partidos integrantes da FBP] foi decidida no finalzinho de 2018, "mas até chegar a esse desfecho, mantivemos a participação do PT, do PCdoB e de outros movimentos populares (que têm petista), do PCdoB, e aqueles que não se identificam com esses dois". Sendo assim, a unidade foi preservada sem prejuízo da questão eleitoral, "os partidos têm divergência, mas internamente, na FBP, preserva-se a harmonia".

Para além do cenário eleitoral, Bonfim (CMP) aponta outra dificuldade, o que denomina de centralismo democrático, ou seja, muitas entidades "seguem as orientações do partido". Entre os petistas, "há uma enorme diferença", eles têm autonomia, o partido "dá uma direção [457]e diz sobre a conjuntura, e os militantes, algumas vezes, vão por outra". Ele afirma que, mesmo no período eleitoral, manteve-se a articulação com a FPSM, mesmo com o PSOL, apresentando como candidato a presidente, Guilherme

---

para plenárias e encontros. Na ocasião foi destratado verbalmente e publicamente agredido. Ele analisa que foi uma insanidade, pois pode-se ter uma opinião diferente, "mas o que nos une é a Frente, é o consenso e não o dissenso." Neste momento, para ele, explicitou-se a disputa política partidária. "A FBP nunca deveria ter bebido dessas águas, fomos (PCdoB) duramente críticos dessa posição (as pessoas sabem quem a promoveu e foi um incômodo)" (SORRENTINO, entrevista, 2021).

[457] O exemplo foi que no início de 2016, as entidades ligadas aos petistas estavam numa linha de "ir para cima do Eduardo Cunha", de não negociar com o PMDB, já estava golpista, o pessoal do PCdoB defendia mais o governo do PT do que os petistas, invertiam-se os papéis. (BONFIM, entrevista, 2021)

Boulos (no primeiro turno da eleição, em 2018). Neste sentido, a FBP não se coloca como adversa aos partidos, afirma Bonfim. Sobre a composição de duas Frentes, Bastos (2021) pondera que:

> Já denota que não há organicidade nas estratégias, propostas e bandeiras de luta para comporem um território único do campo popular, o que não impede que ocorram momentos de unidade na luta política. Além disso, as organizações que as compõem priorizam seus projetos políticos, princípios e sua organicidade interna em detrimento da composição de alianças políticas e de classes mais amplas. Dessa maneira, o potencial político de cada uma delas está mais no que pode projetar a partir de aliança de classes do campo popular do que na sua concretude como aparelho de hegemonia. (BASTOS, 2021, p.9)

O dirigente da Central de Movimentos Populares destaca, ainda, que, em 2017 e 2018, foram várias mobilizações das duas Frentes: Brasil Popular e Povo sem Medo, mesmo em uma conjuntura eleitoral, foi um aprendizado, às vezes, em algum momento avança mais do que os partidos políticos, no sentido de preservar a unidade dos movimentos populares. Ele repete que:

> Tudo com muita conversa, muita paciência, não é fácil construir, é um enorme desafio, por isso valorizo a articulação. Embora tenha críticas ao processo da FBP, principalmente quando se trata da definição se a Frente é tática ou estratégica, discordo dos segmentos que defendem o caráter tático, que é somente para mobilizar quando a conjuntura aperta. (BONFIM, entrevista, 2021)

Bonfim (CMP) avalia que a FBP é uma escola, depois da experiência de um processo de 12 anos de governo (Dilma e Lula), em que:

> A esquerda estava e ainda está muito institucionalizada, em que discutir mobilização estava fora do horizonte, alguns dirigentes já nem sabiam fazer mobilização, teve que fazer um giro com os membros do partido político, com o movimento sindical, uma vez que mobilização, formação política e articulação tinham saído das preocupações, muitos consideravam que haviam chegado ao paraíso e de repente descobriu-se que a realidade não era essa, foi um processo muito importante, um aprendizado. (BONFIM, entrevista, 2020)

Miguel (2021) analisa que a esquerda brasileira vem de um longo período de derrotas, no qual paga um preço elevado, por um erro fundamental, com duas faces:

> Confiou demais na força da institucionalidade liberal-democrática e ignorou que seus adversários, com os quais construíra acomodações ao longo da Nova República, mudavam de registro, ingressando em fase de maior ofensividade e intolerância. Na prática, o erro se traduziu na redução da capacidade de mobilização. O governo do PT construiu uma grande base social, mas, em larga medida, incapaz de se manifestar a não ser pelo voto. Quando o peso do voto diminui, com o retrocesso da democracia, ela fica indefesa. A sucessão de reveses gera também um

> sentimento de inutilidade da luta, que a direita se esforça por nutrir. Temos presenciado um ciclo, que é necessário romper, de mobilizações pontuais, por vezes maciças, mas que não têm continuidade e se dissipam sem ganhos em termos de organização (MIGUEL, 2021, p.13).

A trajetória da FBP, desde sua fundação até o ano de 2018, remete à mitologia grega de Sísifo, aquele que foi condenado a rolar uma rocha até o topo da montanha, de onde ela caia incessantemente.

> Os deuses condenaram Sísifo a empurrar incessantemente uma rocha até o alto de uma montanha, de onde tornava a cair por seu próprio peso. Pensaram, com certa razão, que não há castigo mais terrível que o trabalho inútil e sem esperança. (CAMUS, 2014. p. 13)

A FBP não fez um trabalho inútil e sem esperança, ao contrário, se posicionou, apontando o avanço do golpe e, na latência eleitoral, disputou os rumos de um País que caminhava para a desordem e o retrocesso.

A FBP sai da disputa eleitoral em um cenário de derrota eleitoral e, mais uma vez, é preciso seguir com a articulação. Na questão organizativa, a FBP adiou a reunião de novembro e manteve a de dezembro de 2018. Nesta, definiu alguns ajustes no calendário, visando o início do próximo ano e a posse do novo governante. Agendou, ainda, encontro para o final de janeiro, cujo objetivo era analisar os primeiros dias do Governo Bolsonaro, e a preparação do calendário de mobilizações do primeiro semestre. Foram definidos os objetivos da realização da III Conferência da FBP (2019). Na referida Conferência, o objetivo era definir uma linha de atuação da FBP, após o desenlace da disputa eleitoral. Na pauta, constava o debate de como se reposicionar no novo ciclo político e preparar a etapa nacional do Congresso do Povo, adiado para 2019. O Congresso do Povo concretizou algumas etapas municipais e estaduais, mas a fase nacional ficou no planejamento.

5.4 Impasses na formação de uma Frente ampla

No encerramento deste último capítulo, inserimos a questão da formação da Frente Ampla, a pretensão não é fechar o debate, mas expô-lo à problematização do tema, que toma relevo para pensar a continuidade da FBP, ou seja, se vai permanecer, sendo uma Frente Popular ou se tomará o rumo de uma Frente Ampla, com possibilidade, inclusive, de disputar as eleições. Nas entrevistas dos sujeitos, as pesquisas do tema da Frente Ampla emergiram como solução e com rechaço de outros setores da articulação.

Na pesquisa, verificamos que é especificidade da FBP ser uma articulação entre movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos. Uma Frente popular com caraterísticas brasileiras de não ser partidária para concorrer às eleições, mas que, em 2018, se empenhou na disputa eleitoral, em favor de uma chapa de candidatos do campo democrático popular.

O tema da Frente ampla, tratado nas entrevistas, está ancorado na discussão do caráter da FBP, ou seja, se a articulação é estratégica ou tática. Observa-se que o debate não traz uma novidade, e está presente nos seguimentos sindicais e partidários, para os quais, tanto os movimentos sociais (entre os quais os setores da luta popular), como a FBP é tática, cujo papel é somente para mobilização, não tem caráter estratégico de apontar o que quer para a sociedade e influir sobre um projeto de País. Na FBP (não é só a Frente), em outros espaços, permanece o debate sobre se o movimento popular é tático ou estratégico. No enfrentamento da conjuntura de golpe, o debate foi escanteado e a atuação da FBP ficou na resistência ao desmonte das políticas públicas, direitos e defesa da democracia.

Sorrentino (entrevista, 2021) destaca que o PCdoB defende uma Frente ampla, [“não afirma o mesmo em elação ao PT e MST”], os três principais pilares da articulação. Ele defende uma Frente de unidade popular que não seja estritamente partidária, mas estratégica, que poderia tornar-se um embrião de uma Frente político-partidária, Frente eleitoral, ou seja, que fosse uma Frente ampla:

> Capaz de unir os interesses eleitorais que são legítimos das forças partidárias, que pudesse ter, no caso brasileiro, um caminho próprio de formar federação partidária, quer dizer que unisse as forças políticas e sociais, mas que tivesse o direito de disputar eleições. (SORRENTINO, entrevista, 2021)

Ele acrescenta que essa proposta de disputa eleitoral se diferencia da forma tradicional, em que os candidatos saem por uma legenda específica. Sendo assim, a Frente ampla iria além do que propõe o sistema eleitoral vigente, neste, um movimento social como o MST “não tem direito a disputar eleição”.

Sorrentino (PCdoB) avalia que a legislação eleitoral brasileira tem um alto grau de “violência antidemocrática”, que obriga “a filiação a um partido para concorrer às eleições”, veta as alianças partidárias, ‘atingindo a autonomia dos partidos políticos’, sagrada pela constituição”. E, ainda, “exige uma cláusula de barreira de desempenho”, como se os partidos fossem responsáveis pela “podridão” do quadro político partidário

brasileiro de dispersão em legendas fisiológicas, “o que não é o caso do PT e do PCdoB e outros” (SORRENTINO, entrevista, 2021).

O vice-presidente do PCdoB defende que o sistema eleitoral brasileiro precisa de mais democracia. No formato proposto, a experiência de unidade popular geraria um caminho novo, do ponto de vista legislativo e permitiria que essas forças se associassem para disputar eleição (SORRENTINO, entrevista, 2021).

Na pesquisa, um dos motivos citados para fazer a Frente Brasil Popular é que nenhum partido, sozinho, muito menos um movimento único, tem condições e capacidades de resolver a crise brasileira, nem mesmo um partido com o histórico do PT. Segundo Sorrentino (PCdoB), o Brasil passa por uma crise de gravidade, o País está à deriva. Em 2018, foi eleito um governo:

> Trôpego, sem rumo, destruindo tudo que se conseguiu na modernização do País desde 1930, basicamente tem retirado a esperança de futuro da nação, com riscos de virar uma nação periférica, somos semiperiféricas, estamos indo para degenerescência. (SORRENTINO, entrevista, 2021)

O dirigente partidário observa similitudes com a década de 1920, no Brasil, embora enfatize que as analogias sempre sejam limitadas. Naquela década, aconteceram inúmeros levantes e revoltas. O País ansiava por um caminho moderno, que a velha República não segurava. Esse certame foi resolvido em 1930, com Getúlio Vargas. E, prenuncia que, em uma crise com essa profundidade, “nenhum partido resolverá sozinho, e, sobretudo, nenhuma agremiação conseguirá fazer a elevação da consciência e a organização política do povo”.

Sendo assim, há sinalizações de que as organizações em redes de articulação representam um importante papel, pois as causas da diversidade são infinitas e organizam movimentos de vários tipos. Para Sorrentino (PCdoB), diante da situação em que o País se encontra, a solução não é fortalecer um partido, ao contrário, será preciso trabalhar para viabilizar outra forma e alternativa política. O dirigente do PCdoB aponta que foi esse o caminho trilhado:

> Pela Frente Ampla [458]do Uruguai, o Congresso Nacional Africano, nas concertações no Chile (mas nas recentes manifestações os partidos eram proibidos de participar). Além dessas, as campanhas de Lula no passado, do presidente Lopez Obrador do México. A lição da história é

[458] FERREIRA, André Lopes. *A unidade política das esquerdas no Uruguai*: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). 2011. 430 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2011; FERREIRA, André Lopes. *A unificação das esquerdas no Uruguai e a via chilena ao socialismo*: a importância da unidade popular no processo de criação da frente ampla. Revista Perseu, ano 7, n. 9, 2013. Disponível em: https://revistaperseu.fpabramo.org.br. Acesso em: 20 jun. 2021.

> essa, não é tarefa para um partido, é para os brasileiros avançados que precisarão se articular. (SORRENTINO, entrevista, 2021)

Ao defender a Frente ampla, Sorrentino acrescenta que, tanto para a FBP, como para algumas organizações "frentistas da esquerda política e social, este formato se destacou como o principal para a unidade popular". O PCdoB considera que, com essa unidade, poderia até adquirir forma legislativa legal para concorrer às eleições, por exemplo: "O João Pedro Stédile (MST) não precisaria se filiar a um partido para ser candidato, ele poderia sair por uma federação de partidos que não substituirá os demais, mas os unirá em uma força popular como força eleitoral". Sorrentino enfatiza que, "por enquanto, somente o PCdoB pensa dessa forma, e a agremiação partidária está despertando a militância progressista para entender a necessidade de uma Frente ampla" (SORRENTINO, entrevista, 2021).

Soninha, Marcha Mundial das Mulheres, explicita que, ao fundar a FBP, o objetivo foi de ser "estratégica para articular projetos e uma visão comum da sociedade, ter ações articuladas de resistência":

> Fazer avançar a organização da esquerda no Brasil, ampliando-a, fortalecendo-a, e os movimentos sociais também. Posto que se cada um lutar fragmentado, fazendo ações desarticuladas e os movimentos sociais pensando em uma transformação geral da sociedade, não vai conseguir agindo isoladamente, com cada movimento no seu canto (SONINHA, entrevista, 2021).

A problematização sobre se uma Frente é tática ou estratégica foi expressa por Ricardo Gebrim (Consulta Popular), para ele, uma Frente "deve avançar para ter um programa conjunto, efetivo, um programa político. O salto de qualidade de uma Frente é ter um programa político". Ele ressalta que a elaboração de um programa político não é fácil, visto que existem:

> Divergências de natureza que são diversas nas correntes que compõem a FBP. Não há uma única concepção das alianças se envolverão setores burgueses ou não, qual é a prioridade e a natureza do programa. A FPB tem dificuldade para avançar programaticamente, conseguindo fazer pontos emergenciais" como o Plano Popular de Emergência, realizado em 2017. (GEBRIM, entrevista, 2020)

Na avaliação de Gebrim, no momento, "estamos vivendo duas grandes novidades: uma de proporção maior, outra menor, não na importância, mas pela abrangência". A maior é "que há setores decididamente inclinados ao que denominam de Frente Ampla", com sinalizações do que isso poderia ser", inclusive, "uma proposta de governo com a aceitação do programa neoliberal antifascista, ou seja, se juntar com setores neoliberais,

mas que são contra o fascismo. Na sua avaliação, caso essa proposta se efetive "tem toda uma decorrência e esvaziará a FBP, caso setores da articulação a aceitem". Para ele, esse debate também divide o PT. "Embora no partido tenha a figura do Lula, ele não sabe explicar (quais são as razões psicológicas do Lula)" de não validar a formação de uma Frente Ampla (GEBRIM, entrevista, 2020).

Os movimentos sociais, sindicais e partidos compõem igualmente a FBP e, nela, são livres para expressar suas opiniões. Segundo Carina, UNE, a ideia de um movimento social, central sindical ou partido político "não prevalece sobre as demais, mas, em algum momento, as divergências de rumos enfraqueceu a Frente". Ela enfatiza que na avaliação [PCdoB], pós eleição do Bolsonaro (2018), torna-se necessário construir uma Frente mais ampla, para além dos setores de esquerda, presentes na FBP. A dirigente da UNE explica que o tema da Frente ampla não é consenso internamente na articulação. Carina Vitral (entrevista, 2021).

Nobre (2021, p. 15) escreve, no *Le Monde Diplomatique Brasil*, sobre a necessidade da formação da Frente ampla para futuras eleições, e se posiciona que não se trata de ficar na torcida e sim de fazer política. Ele defende a urgência da formação, pois "a Frente ampla é para ontem".

> Não existe quem goste de ter de se sentar para negociar com quem trapaceou, enganou, traiu e golpeou. A necessidade de fazer isso dá a dimensão de nossa desgraça histórica, que pode ser ainda maior se decidirmos torcer em lugar de fazer política. Por fim, pode haver quem lembre que formar a Frente ampla significa justamente jogar gasolina na fogueira antissistema de Bolsonaro. De fato, é isso que vai acontecer. Só que acontecerá de qualquer maneira, com ou sem a formação da Frente ampla. (NOBRE, 2021, p. 15)

Manoel (2021) analisa o desafio das Frentes, aponta que há ilusões e afirma que o caminho da formação de uma Frente ampla é de derrota. Para o autor, existe "um grito onipresente, desesperado, pela formação de uma Frente ampla, para enfrentar a extrema direita" e, ao voltar ao modelo clássico, conceitua Frente ampla.

> Diz respeito a uma união de setores da classe trabalhadora, camadas médias e burguesia em momentos de ameaça fascista, de extrema direita ou de invasões imperialistas (tomando a forma de Frente nacional, um dos tipos da Frente ampla). Ela geralmente opera numa perspectiva defensiva, evitando a piora das condições de luta e buscando acumular forças para uma futura ofensiva. (MANOEL, 2021, p. 6)

O autor acrescenta que o pressuposto para a formação da Frente ampla é a "disposição de setores da burguesia e suas expressões políticas (partidos, entidades de

representação empresarial etc.), para formar tal unidade". Na avaliação de Manoel (2021), no momento:

> Nenhum setor da burguesia deseja uma Frente ampla e a derrotar do bolsonarismo. Este vem conseguindo entregar um pacote de ataques à classe trabalhadora, à soberania nacional, a regulamentações ambientais e a empresas públicas que abre largas perspectivas de lucro para as classes dominantes. (MANOEL, 2021, p. 6)

João Paulo (MST) discorre sobre a formação de uma Frente ampla. Para ele, inexiste "elaboração para a criação de uma Frente ampla eleitoral, a exemplo do que aconteceu em outros países, como no Uruguai". Ele ajuíza que uma experiência de Frente eleitoral "se consolida quando tem desmedida luta de classes, enfrentamento, não tem unidade ou nenhuma força sozinha convoca os diversos setores da sociedade". Quando a conjuntura chega a este patamar, obriga-se a ter uma articulação no formato de uma Frente ampla. Segundo o dirigente da luta pela reforma agrária, este "não é o caso do Brasil, que tem partidos competitivos no campo eleitoral e candidatos que disputam com viabilidade eleitoral (JOÃO PAULO, entrevista, 2021).

Medeiros e Roque (2021, p.18) analisam que a democracia precisa estar no centro das reflexões e das estratégias da esquerda. Segundo os autores, essa prioridade não é nova na história do Brasil, e marcou a experiência virtuosa de construção do PT. Com esse horizonte, defendem tanto a Frente de Esquerda, para as eleições de 2022, como a Frente Ampla, para as mobilizações que precisarão para construir. Para eles, há distinção entre uma Frente eleitoral de esquerda que "é uma construção política e eleitoral para unificar o campo progressista no pleito eleitoral [...]", cujo objetivo "é diminuir as tensões entre os partidos", que permitam "acordos eleitorais na chapa presidencial e nos estados, aumentando as chances de vitória". Recordam que, na história recente, "paralelamente às Frentes amplas, a unidade das esquerdas nas eleições foi se afirmando. Para os autores, jamais se conseguiu ter apenas uma candidatura, mas não foram poucos os esforços para diminuir a fragmentação" (MEDEIROS; ROQUE, 2021, p.18).

Diferente da Frente de esquerda, para enfrentar o pleito eleitoral, para Medeiros e Roque (2021, p.18), é preciso uma Frente ampla para resistir ao governo. O objetivo da primeira é a junção com fins eleitorais e de governabilidade. A segunda:

> É um processo social e institucional cujo objetivo é barrar o autoritarismo de Bolsonaro. Para ser efetiva, precisa unir setores que pensam de modo diferente em outros temas. As Frentes Amplas se constituem em torno de pautas específicas, associadas a uma dinâmica de mobilização social que pode impulsionar coalizões momentâneas

> nas instituições, mesmo entre setores que se enfrentarão nas eleições. (MEDEIROS; ROQUE, 2021, p.19)

Bonfim (CMP) define uma das dificuldades percebidas empiricamente e, como sujeito histórico, aponta o entrave para a articulação, a disputa de protagonismo, seja a dos partidos políticos, ou a do movimento sindical, ressalta mais a dos partidos políticos, nos movimentos populares em menor grau. Para constituir espaços frentistas, como a FBP, é necessário espaço compartilhado de poder. Se a preocupação for somente com a entidade representada e dos interesses, isso dificulta. A questão do protagonismo gera um dos entraves aos processos de articulação, sendo comum, nas mobilizações, um esforço, muito trabalho, mas há aquelas entidades que têm o nome muito conhecido, e quando aparece a liderança sozinha, fazendo discurso, no meio da multidão, no outro dia aparece na mídia como se fosse a única que se mobilizou. Ele indaga: o que fazer diante dessa situação, "desistir de mobilizar?".

Neste capítulo, adentramos em uma arena em que a Frente Brasil Popular continua na articulação para a resistência contra o golpe em curso, por nenhum direito à menos, coloca-se em estado de prontidão diante da possibilidade da prisão do ex-presidente, consumada a prisão, estabelece novos rumos na centralidade da luta, organiza o acampamento Marisa Leticia e permanente vigília Lula Livre, se mobiliza por soberania nacional e pelos direitos do ex-presidente ser candidato, e participa do pleito eleitoral 2018, num cenário em que, pela primeira vez, desde 1989, o ex-presidente não consta na cédula eleitoral, apoia os candidatos a presidente e a vice que os representa.

O diferencial da agenda foi o acréscimo da luta por eleições livres e democráticas nas redes e nas ruas. A derrota eleitoral coloca a Frente Brasil Popular diante de um momento de encruzilhada histórica, na qual a articulação será desafiada a atuar em uma outra conjuntura de aprofundamento do golpe de 2016, de um governante antidemocrático que, em conluio com parte do Congresso Nacional, retira direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, aprofundando o projeto neoliberal. Saber se a Frente Brasil Popular continuará nessa quadra histórica, na forma de articulação como uma Frente popular, uma Frente única ou uma Frente ampla, torna-se uma questão sem resposta, mas que terá impacto quanto ao futuro da articulação, como dos estudos sobre o tema.

Tabela 10: Cronologia- atividades 2018

DATA	ATIVIDADE	TEMA	LOCAL
23 e 24 de janeiro	jornada	em defesa da democracia	Porto Alegre Demais UF
2 de fevereiro	Seminário	Preparação Congresso do povo	
3 de fevereiro	Churrasco	Triplex no	Guarujá
6 de fevereiro	Ato	Contra a Reforma da Previdência	Congresso Nacional Brasília
1ª. Quinzena de Março	Seminários	Estaduais do Congresso do Povo	
2ª. Quinzena de Março	Congresso do Povo	Planejamento dos Coletivos Municipais	
28/03	Ato	Curitiba com Lula	
Abril	Congresso do Povo	Mobilização e preparação	dos Congressos Municipais
5 a 10 de Junho:	Semana Nacional de Mobilização	Soberania, Direitos e Lula livres	
8 de junho	- Ato	– Dois meses de prisão de Lula	Curitiba e Agitação nos estados
15 de agosto – por	Ato	Eleições Livres e pelo direito de Lula ser candidato	Brasília

Agosto*			
Dia 03	Ato Nacional	em defesa da presunção de inocência em São Paulo. Entrega do manifesto dos juristas em defesa da Presunção de Inocência pela Associação Brasileira de Juristas pela Democracia	
Dia 15 –	ATO NACIONAL	Data da inscrição da chapa Lula Presidente –	no TSE em Brasília, com caravanas de todo Brasil e a marcha do movimento popular.

Fonte: Elaboração Gomes (2021) (dados FBP).

CONCLUSÕES

Esta tese teve por objetivo o estudo da gênese da FBP, uma articulação oriunda dos movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos, concebida como um projeto estratégico de diferentes forças, entre as quais constam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Central de Movimentos Populares (CMP), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), União Nacional dos Estudantes (UNE), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), a Consulta Popular, entre outras; e dos partidos políticos, Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido da Causa Operária (PCO). Eles se constituem como sujeitos políticos que se definem e se colocam no campo político do chamado projeto democrático popular.

O estudo da Frente Brasil Popular se realizou, mais especificamente, por seu ineditismo do formato de congregação e articulação em um tripé: movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos. Nesse sentido, considera-se que este estudo contribuiu para a ampliação do conhecimento e das produções acadêmicas sobre a articulação entre os movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos. A pesquisa se insere no campo dos estudos sobre a organização, a articulação e os projetos estratégicos e táticos, em um contexto de um País em que são escassas as experiências de participação popular nas decisões dos temas nacionais e na apropriação do espaço público.

Nos momentos de retrocessos institucionais, sociais e políticos, que atingiram o País (desde as manifestações de 2013), uma das formas de resistência e enfrentamento à situação ocorreu mediante articulação. A Frente Brasil Popular, a partir de 2015, tornou-se um desses elementos de aglutinação. No estudo, percebemos que o mesmo acontece com as experiências internacionais e nacional. Ou seja, formam-se frentes (única, popular, ampla, entre outras) na tentativa de unidade e na busca de atingir os objetivos que podem ser defensivos, reativos ou empregados para disputas e conquistas eleitorais, e outros.

No caso específico do Brasil, diante do desgaste vivido pelos partidos políticos, em virtude da criminalização promovida por parte considerável do Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal e da mídia comercial, os movimentos sociais e

populares, centrais sindicais e partidos políticos se articularam estrategicamente em torno da Frente Brasil Popular (FBP). Assim, se posicionaram na cena política como protagonistas no enfrentamento a uma conjuntura de ataque à democracia, desmonte das políticas públicas com a retirada dos direitos civis, políticos e sociais. A FBP se movimentou em apoio ao governo da presidenta Dilma Rousseff, ao mesmo tempo que se colocou contra às medidas recessivas implementadas pela governante. E continuou se articulando contra o golpe, não reconhecendo o governo golpista de Michel Temer e articulando diversos setores contra as Reformas Trabalhistas e da Previdência, que retirou direitos da classe trabalhadora. Em 2018, continua a articulação para a resistência contra o golpe em curso, e nenhum direito a menos. O diferencial da agenda foi o acréscimo da luta por Lula Livre, por eleições livres e democráticas e a participação na disputa para eleger os candidatos a presidente e a vice-presidente que representassem suas ideias.

A pesquisa atendeu aos objetivos específicos de contextualizar a realidade brasileira no momento de surgimento da Frente Brasil Popular, pesquisou e sistematizou sua gênese de formação, com recorte temporal de 2015-2018. De modo a conseguir entender as formas de articulação no enfrentamento ao projeto neoliberal, contra a retirada dos direitos dos trabalhadores e na disputa de um projeto societário democrático e popular, aprofundando a análise do conhecimento acadêmico sobre articulações em frentes de atuação e o papel e contribuições da FBP no contexto anterior e posterior ao golpe 2016. Elaborou-se, ainda, aporte teórico para o estudo sobre a formação de Frentes e articulação.

O percurso metodológico privilegiou a pesquisa qualitativa, cuja análise do contexto é indissociável, fez-se acompanhada da leitura dos documentos da FBP e da bibliografia sobre o tema das Frentes, com estudo das fontes primárias e secundárias, além da observação do objeto a ser estudado e seu desenvolvimento. Sendo assim, foram utilizados múltiplos métodos, entre eles a análise das informações e dos resultados coletados nas experiências vividas e na observação com técnica de seleção intencional. A aproximação da metodologia da história oral, como referência, nos possibilitou entender a especificidade da formação da Frente Brasil Popular, trazida nos relatos das experiências vividas de lideranças sociais e políticas, representantes e intelectuais orgânicos que são dessas organizações.

A pesquisadora tem longo histórico de participação nos movimentos sociais e em articulações, e teve o acesso facilitado aos sujeitos da pesquisa, o que contribuiu na coleta de dados, nas entrevistas e nas análises de documentos que compuseram o material, cujas

variáveis resultaram nas observações das falas e explicitação dos conceitos. Para se colocar em prática a investigação, optou-se por utilizar técnicas diferenciadas, tais como: entrevistas exploratórias, entrevistas semiestruturadas, por vídeo conferência e gravações de áudio, devido ao momento da pandemia. As entrevistas foram realizadas após a assinatura pelos participantes do TCLE (anexo).

A tese, ao longo de cinco capítulos, abordou, no primeiro capítulo: *Experiências Internacionais e no Brasil de Frentes de Articulação*, trazendo o contexto histórico e político de construção de Frente: Frente única; Frente popular; os governos de Frente popular; estudos de Frente popular e experiências frentistas no Brasil, com o objetivo de aproximação do contexto histórico e político dessa forma organizativa. Além da escrita sobre o contexto histórico e político da formação de Frentes, foi também de breve retomada de algumas experiências frentistas no Brasil: a Aliança Nacional Libertadora (ALN); Frente de Mobilização Popular; Frente Ampla; as Diretas Já; Frente Brasil Popular (1989); o Fórum Terra, Trabalho e Cidadania; a Campanha contra Área de Livre Comércio entre as Américas-ALCA e a Coordenação dos Movimentos Sociais-CMS. O objetivo da contextualização dessas formas de organização e unidade foi o de conhecer esse percurso e de buscar os conceitos para entender o nosso objeto de estudo: a Frente Brasil Popular e sua especificidade de articulação entre movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos.

Na aproximação do contexto histórico e político de formação de Frentes, a compreensão é que, quanto à permanência, podem ser estratégicas por muitos anos, ou táticas, ficando restritas a um curto espaço de tempo e de alguns meses. No entanto, começa com uma intenção de continuidade. Há a possibilidade de ser uma aliança que congrega setores com interesses comuns, como é capaz de ser pontual, mas podendo ir além dos formatos aqui descritos, podendo, inclusive, ser articuladas para fins eleitorais ou não. Quando é uma aliança pontual, diz respeito a um ponto específico da luta política e, nos casos momentâneos, tem relação com inúmeras dificuldades, entre elas a de estabelecer um programa permanente.

Os debates e polêmicas que perduram até os dias de hoje sobre Frente Única, Frente Popular ou Frente ampla, entre outras formas de busca por unidade, demonstram que essa estratégia e, às vezes, tática, vem sendo usada historicamente pela esquerda. Ou seja, é algo do passado e do presente de vários grupos da luta política que, muitas vezes, não participavam dos governos e os apoiavam de fora, mas também partidos social-

democratas, nacionalistas e outros, que fizeram uso dessa estratégia e tática, inclusive na América Latina.

O segundo capítulo: *O surgimento da Frente Brasil Popular (2015)* versou sobre o surgimento da articulação, a retomada dos protestos de 2013, posto que esses acontecimentos e seus desdobramentos impactaram na sua formação. Relatamos a atuação dos movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos desde os primeiros debates até a sua fundação, passando pelo apoio ao governo da presidenta Dilma Rousseff e, ao mesmo tempo, às críticas ao ajuste fiscal, implementado pela mandatária, as resistências em uma conjuntura de avanço do golpe e as manifestações de março de 2015. Contextualizou, ainda, a Frente Brasil Popular e os sujeitos coletivos entrevistados na cena política. Apresentamos os documentos fundacionais: o Manifesto[459] ao Povo Brasileiro e os Compromissos[460] da Militância. Também a organização e a dinâmica interna de decisão, a construção do debate por consenso progressivo, as pautas setoriais, as polêmicas, o posicionamento em defesa da democracia e contra o golpe. Por fim, o balanço e perspectiva do ano de 2015. Houve também um breve relato sobre a existência de duas Frentes: Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo. O capítulo se encerra quando avança o pedido de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, o que exigiu da articulação intensificação das mobilizações contra o golpe.

O terceiro capítulo: *A Frente Brasil Popular: o golpe de 2016 e seus desdobramentos* tratou do posicionamento da FBP no contexto do golpe, desde o afastamento, por 180 dias, da Presidenta Dilma Rousseff e as atividades organizativas da articulação: Primeiro Encontro de Comunicadores e de Juristas pela democracia. As atividades desenvolvidas durante as Olímpiadas, evento que serviu como uma ferramenta de reivindicação. A votação do *impeachment*. As mobilizações de rua pelo Fora Temer. E o epílogo dessa história com as reações ao golpe. A FBP encerra o período, focando na realização da Primeira Plenária Nacional da FBP, debatendo "o melhor para o Brasil", e as resoluções da plenária expressas na Carta de Belo Horizonte. Por fim, apresentamos uma análise do "redemoinho" que foi o ano de 2016.

No quarto capítulo: *A Frente Brasil Popular: a resistência ao governo de Michel Temer (2017)*, discorreu-se sobre a Frente Brasil Popular, depois do redemoinho do ano

[459]Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/conteudo/manifesto-ao-povo-brasileiro/ Acesso em 10 fev.2022

[460] Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/conteudo/compromissos-da-militancia/ Acesso em: 10 fev.2022

de 2016, momento em que a articulação adentra um cenário político de pós-golpe e de início de Michel Temer no governo da República. Assim, a articulação percorre outros caminhos, pois está diante de uma forma diferenciada de gerência do Estado. A FBP intercala sua ação entre organização interna e atividades externas. Internamente, a articulação redige, apresenta e debate o Plano Popular de Emergência, realiza a II Conferência Nacional e traça os planos para a realização do Congresso do Povo. Na arena externa, atinge o objetivo e realiza a maior greve geral e paralisações da história, continua na resistência por democracia, contra o ataque aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e pelas Diretas Já. E, assim, a FBP articula um campo político de resistência ao projeto neoliberal e ao desmonte das políticas que afetam os que vivem do trabalho. A contrariedade da articulação com as Reformas Trabalhista e Previdenciária tomou forma na greve geral e paralisações, na discussão sobre as transformações no mundo do trabalho. O tema democracia está presente na reivindicação por eleições Direta Já e na proposta da saída da crise, ofertada pelo Plano Popular de Emergência, como formas de continuidade da luta. A articulação encerra o período se preparando para uma batalha decisiva, que será de preparação das caravanas até o TRF-4, em Porto Alegre (RS), para o depoimento do ex-presidente Lula, na defesa do seu direito a candidatar-se à presidência, em 2018, e pela sua liberdade. Além dessas tarefas, a Frente Brasil Popular se insere na disputa eleitoral de 2018, por eleições livres e democráticas, e continua na resistência e enfrentando os impasses.

No último capítulo: *Frente Brasil Popular: resistências e impasses*, adentramos em uma arena em que a Frente Brasil Popular continua na articulação para a resistência contra o golpe em curso, e por nenhum direito a menos, coloca-se em estado de prontidão diante da possibilidade da prisão do ex-presidente. Após a prisão, estabelece novos rumos na centralidade da luta, organiza o acampamento Marisa Leticia e permanente vigília por Lula Livre, se mobiliza por soberania nacional, e pelos direitos de o ex-presidente ser candidato no pleito eleitoral 2018. O diferencial da agenda foi o acréscimo da luta por eleições livres e democráticas nas redes e nas ruas. A derrota eleitoral coloca a Frente Brasil Popular diante de um momento de encruzilhada histórica, na qual a articulação será desafiada a atuar em uma outra conjuntura, fazê-la na forma de Frente Popular, Frente Única ou Frente ampla torna-se uma questão para o futuro da articulação e dos estudos sobre o tema.

A pesquisa é concluída quando a FBP completa 6 anos de existência, o que confirma seu ineditismo como articulação, que passou por várias fases e cada uma delas

deixou marcas diferentes, começando pelo processo de articulação para a fundação, em 2015, até o término que, pelo recorte temporal da pesquisa, se encerra em 2018. São diferentes etapas em que a FBP incidiu nas disputas pelo projeto político democrático e popular e contra o desmonte das políticas públicas, inscritas na Carta Constitucional de 1988. Embora a cada ano a situação política se configure com conjunturas distintas, a FBP tem continuidade, permanece e se reinventa a cada conjuntura.

Desde a sua fundação, em 2015, até o fim da pesquisa, a FBP se mantém como um sujeito político de articulação, o que demostrou maturidade política para manter diálogo e mobilização, e ao mesmo tempo em que cada um dos membros que compõem seu tripé (movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos) de sustentação mantém sua identidade e autonomia. A FBP consegue, assim, se articular e manter-se em movimento, posto que, nesses anos de vigência, constitui-se em condições de manter o tripé da articulação, demonstrando que é uma forma de organização com tendência duradora, mesmo tendo que enfrentar os desafios de compartilhar o poder, buscar consensos nos processos coletivos, não perder a identidade e não ser hegemônica de um único grupo.

O recorte temporal da pesquisa é de 2015 até 2018, o que acarretou limitações de análise sobre a FBP na vigência do governo Bolsonaro, iniciado em janeiro de 2019. No entanto, nesta conclusão, serão apontados alguns aspectos desse cenário como sugestão para novos estudos e pesquisas sobre a FBP nesse período.

O primeiro ano de governo do presidente Jair Messias Bolsonaro impôs novos desafios à FBP, tais como o de enfrentar uma conjuntura de implantação de um compromisso eleitoral com uma agenda ultraliberal, autoritária, que estimula a violência de Estado, que contribui com o aumento de assassinatos de lideranças indígenas e camponesas e acentua a característica de permanente tensionamento contra o Estado Democrático de Direito; busca a ruptura institucional nas mais variadas esferas administrativas, atacando os sistemas internacionais de proteção de direitos como a saída do Pacto Global pela Migração da ONU[461].

Um início de governo em que o mandatário proferiu elogios[462] aos ditadores como Alfredo Stroessner, na ida ao Paraguai, que acentua o desmonte de direitos, das políticas

[461] A este respeito consultar: https://www.conectas.org/. Acesso em: 09 nov. 2021.
[462] CARNERI, Santi. *Bolsonaro elogia ditador paraguaio Alfredo Stroessner em público*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/26/internacional/1551213499_127441.html. Acesso em: 09 nov. 2021.

públicas, com estagnação econômica, concentração de renda, omissão, destruição ambiental, com derramamento de óleo no litoral do Nordeste e queimada na Amazônia. Assim, aprofunda o projeto do golpe de 2016, de destruição do Estado Democrático de Direito e das políticas públicas. O País permanece estagnado, contabilizando[463] mais de 12,4 milhões de pessoas desempregadas, aumento da desigualdade, precarização do trabalho e desindustrialização. A agenda econômica, voltada para a reforma da previdência, pavimentou o caminho da retirada de direito dos trabalhadores. Raichelis, Paz, Wanderley (2021) analisam o Relatório[464] publicado pela Oxfam, e a conjuntura de crise política, deflagrada pelo golpe de 2016, em que veio a público que a deposição:

> Da presidente Dilma Rousseff legitimamente eleita, e em meio às contrarreformas desencadeadas pelo governo ilegítimo de Michel Temer. Crise capitaneada pela EC nº 95/2016, que estabeleceu novo regime fiscal com o congelamento de gastos públicos por 20 anos; secundada pela contrarreforma trabalhista de 2017, que desconstruiu a CLT e os direitos trabalhistas duramente conquistados; passando pela contrarreforma da previdência social, que excluiu benefícios essenciais de parcelas da classe trabalhadora; e, nesse momento, em curso, a contrarreforma administrativa, que visa desconstruir o regime jurídico único e as carreiras públicas do Estado. (RAICHELIS, PAZ, WANDERLEY, 2021, p. 2)

Outro elemento do caráter antidemocrático do governo foi a presença dos militares no comando do Poder Executivo. Acrescido do poder das milícias (MANSO, 2020), o que traz à tona a relação intrínseca entre militarismo e para-militarismo. E quando questionado sobre os escândalos de corrupção envolvendo seus filhos, o mandatário assume seu autoritarismo, achincalhando jornalistas e ameaçando com o retorno do regime militar.

O governo Bolsonaro tem em sua constituição a afronta à democracia, e contou, no primeiro ano de governo, com a cumplicidade do ex-juiz e ministro Sergio Moro, que tentou, mas não conseguiu, refutar os fatos revelados pelo Intercept Brasil[465]em parceria com o Jornal *Folha de São Paulo*, que evidenciaram sua atuação política contra o ex-presidente Lula. E assim fica a indagação se a Lava jato era mesmo contra a corrupção

---

[463]Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32828-desemprego-recua-para-11-6-no-trimestre-encerrado-em-novembro .Acesso em:9 de fev.2022

[464] O relatório da Oxfam Brasil - A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras -, publicado em 2017. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/o-virus-da-desigualdade. Acesso em: 08 de fev.2022

[465] O Intercept Brasil é uma agência de notícias que em suas investigações aprofunda análises e concentram-se em política, corrupção, meio ambiente, segurança pública, tecnologia, mídia entre outros temas. Disponível em: https://theintercept.com/brasil/staff/. Acesso em: 30 ago. 2021.

ou um trampolim político para seus membros. No dia 8 de novembro de 2019[466], o ex-presidente deixou a prisão de Curitiba-PR, depois de ter ficado 580 dias encarcerado.

Acrescenta-se ao cenário descrito de um governo antidemocrático e antirrepublicano, o aumento da violência das polícias e a criminalização dos movimentos sociais e das lideranças populares. Além dos ataques à educação pública e à produção científica no País; a paralisação do Programa Minha Casa Minha Vida[467] e o fim dos conselhos e conferências e das políticas de participação popular, entre outros.

Na pesquisa, percebe-se que a FBP tem momentos mais atuantes e, em outros, menos, não é linear. Mas devido à situação da pandemia da Covid19, em 2020, a partir da análise de conjuntura, ajustou seu programa de ações[468]. Na pandemia, os mais empobrecidos, especialmente os moradores em periferias e favelas, foram os mais afetados pela Covid-19, (doença causada pelo novo coronavírus) que atingiu pessoas de diversas frações de classe, mais notadamente os que vivem do trabalho e moram em lugares sem infraestrutura básica. Uma população com altos índices de desemprego e, mesmo quando trabalha é precarizada, ganha baixo salário e depende do Sistema Único de Saúde (SUS) para atendimento médico em caso de ser acometida pela doença.

As palavras de Yazbeck, Bravo, Oliveira e Martinelli (2021) ajudam na compreensão da conjuntura:

> A pandemia encontrou o País em meio a uma profunda crise, caminhando para o retorno ao mapa da fome, com gastos públicos congelados e, consequentemente, mais precarização das políticas sociais e privatização de serviços, com uma reforma da Previdência que aniquila direitos do trabalho. O negacionismo da doença pelo governo

[466] O STF entendeu, por 7 votos a 4, que o ex-juiz Moro foi parcial ao julgar o ex-presidente Lula no processo do triplex do Guarujá (SP), em decisão de junho do mesmo ano. Antes, em abril, o Supremo já havia decidido anular as condenações de Lula sentenciadas pela Justiça Federal de Curitiba. Com isso, as provas colhidas no caso foram consideradas inválidas. Embora o ex-presidente Lula esteja liberto, desde 8 de novembro de 2019, e com sucessivas absolvições judiciais das acusações, permanece a luta por seus direitos políticos de concorrer às eleições de 2022.

[467] Em 2009, tendo como horizonte mais amplo impactar a economia por meio da indústria da construção civil, atendendo a interesses do mercado, o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi anunciado com o objetivo de ampliar o mercado habitacional para atendimento das famílias com renda de até 10 salários-mínimos.

[468] Diante da epidemia do coronavírus, a FBP suspendeu todas as reuniões presenciais, incluindo a reunião do coletivo nacional marcada para o dia 13 de abril, 2020. Apesar disso, desde o início da quarentena realizou reuniões virtuais da coordenação da Frente Brasil Popular juntamente com a Frente Povo Sem Medo, nas quais fizeram uma série de iniciativas conjuntas. Lançou no dia 31 de março, uma Plataforma de Emergência apontando mais de 60 medidas para enfrentar a crise sanitária e econômica decorrente da pandemia. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1CEJY-rcx7_zw72_ngJcObfPdQjqvxMQm/view. E no dia 7 de abril, a campanha nacional unitária de solidariedade para dar visibilidade às centenas de iniciativas em curso na plataforma digital (todomundo.org). Além disso, organizou mobilizações nas janelas, como panelaços para que ajudassem no desgaste do Governo Bolsonaro.

> federal faz parte de uma estratégia governamental, mesmo que isso custe muitas vidas, ou seja, tem um propósito político que inclui lidar com a doença, promovendo praticamente o genocídio dos mais frágeis. (YAZBECK *et al.*, 2021, p. 7)

Entre as providências para evitar a propagação do vírus, estava o isolamento social, no entanto, essa medida trouxe impactos humanitários, econômicos e sociais, especificamente para os Países empobrecidos ou onde impera a desigualdade social, como é a característica do Brasil.

Eis o cenário que pavimentou a eleição do (des)governo Bolsonaro e a ascensão da ultradireita fascista no Brasil, em meio à crise econômica de longo alcance, associada à crise pandêmica deflagrada pelo vírus SARS-CoV-2 ou novo coronavírus.

A pandemia escancara a desigualdade brasileira, que distribui desigualmente os riscos de contaminações e mortes, evidenciando o mapa classista, racializado e sexuado da desigualdade estrutural, em que grupos de trabalhadores(as) periféricos(as), negros(as) e mulheres são as maiores vítimas.

> A pandemia da covid-19 expandiu-se para as periferias, favelas e interiores do país, atingindo populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, trabalhadores(as) do campo e da cidade, a população em situação de rua, catadores de lixo, trabalhadores(as) do mercado informal, artesãos, refugiados, famílias chefiadas por mulheres, população LGBTI+, dentre outros. Agrava este cenário o desmonte das políticas públicas e o descaso, especialmente do governo federal, que insiste numa oposição perversa entre economia e saúde, tornando ainda mais evidente o darwinismo social e o desprezo pela vida como forma de governo.
>
> Sob o signo da tragédia social que se abateu com a pandemia do novo coronavírus, a desigualdade, a desproteção social e a regressão de direitos ganham o epicentro do debate nacional e internacional. (RAICHELIS; PAZ; WANDERLEY, 2021, p.3)

Nesse contexto socioeconômico, estabelecer medidas para conter a disseminação do vírus, entre as comunidades empobrecidas, onde os moradores e seus vizinhos estão próximos uns dos outros, foi um impeditivo. Outro empecilho para manter o isolamento de milhões de trabalhadores e trabalhadoras deu-se pelo contingente dos que se encontram na informalidade e, portanto, precarizados. Para que conseguissem ficar em isolamento, foi preciso dinheiro da renda básica, aprovado pelo Congresso Nacional, pago com urgência, juntamente com outras medidas de apoio emergencial que chegassem às famílias moradoras das áreas periféricas. Por isso, foram desencadeadas campanhas, cujas reinvindicações eram o pagamento urgente de uma renda básica no valor de seiscentos reais até um mil e duzentos reais, para a população de baixa renda, durante o período da

pandemia. E mesmo com a contrariedade do presidente ao valor do pagamento, os parlamentares aprovaram o valor de seiscentos reais.

Durante a pandemia, o governo Bolsonaro se colocou contra a política de isolamento social. Atuando, assim, na contramão das orientações estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelas autoridades sanitárias do País. Sendo assim, não conduziu a Nação para enfrentar a pandemia. Ao contrário, preocupou-se em produzir desinformação que visava assegurar seguidores e aprovação para a sua reeleição, em 2022. Deste modo, tenta construir uma narrativa para se livrar da responsabilidade dos efeitos da crise. Ao se colocar contra o isolamento social, aprofundou a instabilidade política, embora externe preocupação com o desemprego, na prática, suas medidas favorecem aos banqueiros e as outras frações de classes capitalistas.

No cenário pandêmico, diversas campanhas de solidariedade (PISMEL, TEIXEIRA, 2021) de doação de alimentos e materiais de higiene e limpeza foram promovidas por vários setores sociais, entre os quais estão os movimentos sociais. No entanto, essas ações não são soluções suficientes para amenizar os impactos econômicos e sociais da pandemia, embora se pratique a solidariedade de classe, é preciso medidas estruturantes e que o Estado cumpra seu papel de assegurar os direitos, posto que é de sua responsabilidade a adoção de medidas concretas no enfretamento à crise.

O posicionamento do campo democrático popular foi o de cobrar os governantes para que cumprissem suas incumbências e garantissem condições para o enfrentamento da crise. Entre as reivindicações estão o pagamento da renda básica, a suspensão dos despejos por falta do pagamento de aluguel (Campanha Despejo Zero[469]), e de todas as reintegrações de posse, isenção de taxas de água e energia e Vale Gás, entre outras. Ou seja, colocavam-se contrários à política de transferência de riqueza aos capitalistas, como os banqueiros, e de empobrecimento do resto da população, haja vista que o governo Bolsonaro destinou R$ 1,2 trilhão para os bancos, o valor necessário para o auxílio emergencial era de R$ 98 bilhões, para beneficiar 54 milhões de pessoas. A aprovação do auxílio emergencial de R$ 600,00 resultou da atuação dos movimentos sociais, da oposição de esquerda e de outros setores do Congresso Nacional, garantindo recursos materiais e sociais para a população mais vulnerável do País nos momentos da pandemia.

[469] A Campanha Nacional Despejo Zero. Em Defesa da Vida no Campo e na Cidade, criada por movimentos e organizações sociais, foi responsável por auxiliar dezenas de famílias pelo país durante a pandemia de coronavírus. Lançada no mês de junho de 2020, a ação busca resolver a situação de insegurança pela qual passam as famílias mais vulneráveis e também as pessoas em situação de rua. Disponível em: https://www.campanhadespejozero.org/despejozero. Acesso em: 05 nov. 2021.

Ao derrotar a proposta inicial do governo, limitada a R$ 200,00 por apenas 3 meses e para poucos beneficiados, impôs-se uma derrota ao governo e fez-se a defesa da vida do povo brasileiro.

Em 2020, aconteceu a demissão do então ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro[470], o principal expoente da operação Lava Jato, deflagrada em 2014 (juiz que decretou a prisão do ex-presidente Lula). Moro assistiu suas propostas antidemocráticas sofrerem derrotas sucessivas no STF, posto que se configuravam em um atentado contra a liberdade e a cidadania. Na sua saída, em delação, o juiz acusou o presidente Jair Bolsonaro de interferência na atuação da Polícia Federal. O relato, do juiz de Curitiba-PR, não se configura uma novidade, já havia outras denúncias de interferência bolsonarista em várias outras áreas do Estado brasileiro de transformação de órgãos como a PF e a PGR, em instrumento de defesa de si próprio e dos seus familiares, visto que as investigações apontam fortes indícios de crimes cometidos, e que impõem barreiras às investigações dos assassinatos da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes.

Além da atuação de um dos seus filhos como coordenador da milícia digital, que espalha mentiras, desde as eleições de 2018, num esquema bilionário e criminoso, bancado por empresários, apoiadores do governo e financiadores da rede de mentiras e desinformação, objeto de investigação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito CPMI-Fake News[471] e de ações do ministro[472] do STF, Alexandre de Moraes.

Assim, o discurso de combate à corrupção e contra as antigas práticas políticas, expressão da aliança política entre o bolsonarismo e o lavajatismo, para ganhar as eleições de 2018, se desfaz com as práticas do mandonismo, patrimonialismo na política que não

---

[470] Em novembro de 2021, o ex-juiz Sergio Moro se filiou ao Podemos e anunciou sua candidatura à presidente da República, nas eleições de 2022. Outras figuras conhecidas da operação Lava Jato, como Dalton Dallagnol, também encerram sua carreira no Ministério Público para entrar na disputa política. A este respeito consultar João Filho. *Moro, Deltan e Janot na política*: Lava Jato assume o partido que sempre foi Ex-coordenador da Lava Jato, Dallagnol anunciou que entrará na política, seguindo os passos de Moro. A Vaza Jato deu o spoiler. Disponível em: https://theintercept.com/2021/11/06/moro-deltan-dallagnol-janot-lava-jato-partido-politica/. Aceso em: 07 nov. 2021.

[471] A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional, presidida pelo Senador Ângelo Coronel, cuja finalidade era de investigar, no prazo de 180 dias, os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio. O requerimento(s) de criação data de 21/08/2019, a designação 04/09/2019, instalação em 20/03/2020, está suspensa. A CPMI-Fake News é composta por: Senadores: 16 titulares e 16 suplentes e Deputados: 16 titulares e 16 suplentes. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2292 . Acesso: 14 nov. 2021.

[472] O magistrado é relator responsável do inquérito das fake news no STF (Supremo Tribunal Federal) e será presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) no pleito de 2022.

acabou e está no governo. O mandatário, temendo a saída da Presidência, se articula com partidos do chamado "centrão" para obter apoio na Câmara dos Deputados e no Senado, que tem entres seus líderes figuras políticas envolvidas em processo de corrupção e fisiologismo.

O traço principal do governo é de um presidente que realiza sistematicamente ataques à democracia, com atos antidemocrático e antirrepublicano, acentuando a escalada do autoritarismo. E assim, mesmo com o risco da pandemia, coube aos setores do campo democrático popular a realização de manifestações nas ruas e nas redes. As pautas foram em defesa da democracia, por vacina no braço e comida no prato. No mesmo período, várias entidades protocolaram pedidos de *impeachment* do presidente. O pedido popular de *impeachment*, cujo objetivo era que fosse expressão da vontade e posicionamento político de um numeroso e diverso conjunto de organizações da sociedade civil, dos movimentos sociais e outros, foi entregue ao Congresso Nacional em julho de 2020.

Cabe destacar que mesmo diante dos riscos da pandemia, da restrição imposta pela necessidade do isolamento social, os movimentos sociais, ao lado das torcidas organizadas [473]e da luta antirracista, em SP, em 2020, foram os primeiros grupos a voltarem às ruas contra o genocídio da população jovem, negra[474] e periférica contra o fascismo, o racismo e em defesa da democracia e das conquistas políticas.

---

[473] Protesto organizado por parte da torcida Gaviões da Fiel, a maior torcida organizada do Corinthians, para dissolver uma manifestação de apoio ao presidente Jair Bolsonaro e por intervenção militar no país, uniu torcedores de times rivais na Avenida Paulista, centro da capital paulista, no início da tarde deste domingo (31/05/2020). A avenida tem recebido apoiadores de Bolsonaro em praticamente todos os domingos, reivindicando o fim do isolamento social – eles protestam contra o governador João Doria e o ex-ministro Sergio Moro e pedem intervenção militar contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso. Michel, Fabio M., da RBA. *Ato organizado pela Gaviões da Fiel une torcedores de todos os times contra fascismo de Bolsonaro*. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/05/ato-organizado-pela-gavioes-da-fiel-une-torcedores-de-todos-os-times-contra-fascismo-de-bolsonaro/. Acesso em: 07 nov. 2021.

[474] Nos Estados Unidos, os protestos do movimento Black Lives Matter tiveram importância decisiva na retomada do protagonismo das ruas em defesa de direitos e na posterior derrota eleitoral de Trump. A direita autoritária que emergiu com Trump há quatro anos sofreu uma derrota para o candidato representante do neoliberalismo. Porém, no Brasil, na primeira eleição pós-2018, a direita bolsonarista e a direita neoliberal foram vitoriosas, principalmente nos pequenos municípios. Nas eleições, a esquerda (PT, PSOL, PCdoB, UP, PCO, PSTU) manteve a posição de quatro anos atrás, mas com algumas conquistas: prefeituras como a de Belém (PA), Juiz de Fora e Contagem (MG), Diadema (SP), além da passagem de Guilherme Boulos (PSOL) para o segundo turno em São Paulo e a vitória nas câmaras municipais de candidaturas representativas dos setores populares, juventude, das mulheres, da população negra e LGBTI+. A centro esquerda (PSB, PDT e Rede) teve uma queda no número em comparação com 2016.

Em 2020, uma forma inventiva de protesto, devido ao isolamento imposto pela pandemia, foram os panelaços[475] (bater panela) nas janelas, especialmente, nos dias em que o presidente se pronunciava em rede de TV e rádio. Os panelaços, aliados à realização de carreatas, tornaram-se formas criativas e consideradas seguras do ponto de vista dos protocolos sanitários, para a retomada das ruas. As carreatas, realizadas nos finais de semana, em vários lugares, eram consideradas um indicativo que o *impeachment* não só era necessário, como poderia se tornar realidade. As ruas, mais uma vez, foram a aposta para mudar a correlação de forças para derrubar e interromper o governo da República. Para além do crescente número de mortes e mediante o descaso governamental com o agravamento da crise sanitária, o risco de um golpe tornava-se real, a qualquer momento ou em 2022, caso não vença a eleição, são ameaças constantes do mandatário.

Encerro esta tese, em 2022, observando o surgimento de uma nova articulação, a Campanha Fora Bolsonaro, que congrega as Frentes: Brasil Popular e a Povo Sem Medo, desta vez incorporando para além dos partidos já orgânicos na FBP, os partidos de esquerda (PSOL, PSTU e UP, entre outros). A articulação de uma coordenação das duas frentes foi oficializada em junho de 2020. A unidade em torno da Campanha Fora Bolsonaro deu-se pela conjuntura e conseguiu, especificamente em 2021, levar às ruas milhares de pessoas para pedir o fim do governo Bolsonaro. O Dia Nacional de Mobilização 'Fora, Bolsonaro', em 10 de julho de 2020, foi o primeiro[476] ato da campanha, teve ações nas redes sociais, ações de rua simbólicas e seguras sanitariamente (com poucas pessoas e cartazes e faixas que deram visibilidade) e no final do dia foi mobilizado um panelaço para denunciar e dialogar com a população que era preciso acabar com o governo, antes que ele acabasse com mais vidas, direitos e até com a democracia do Brasil. Logo depois do Dia Nacional de Mobilização, a Campanha 'Fora, Bolsonaro' promoveu uma Plenária Virtual no dia 11 de julho de 2020, reunindo milhares de participantes de várias regiões do País. Nesta atividade, foram definidas as próximas ações da campanha. As manifestações contrárias ao governo federal são convocadas para defender a vida contra a política de extermínio do governo, uma união para a resistência que teve como objetivo a saída do governo que tem levado à fome, à miséria, ao desemprego e à morte as famílias do País.

---

[475] Bater nas panelas como formam protesto foi um recurso usado pelos grupos que faziam oposição ao governo da Presidenta Dilma Rousseff, durante os anos 2015 e 2016.

[476] Disponível: https://fenaj.org.br/cut-centrais-e-movimentos-lancam-campanha-fora-bolsonaro-na-sexta-feira-10/. Acesso em: 14 nov. 2021.

As reuniões virtuais da coordenação, da FBP, cessaram no período das eleições municipais de 2020, como de costume. E mesmo o Brasil computando 100 mil mortes em agosto do mesmo ano, as agendas tiveram que se concentrar na disputa nas redes, nas ruas e nas urnas. O resultado do computo eleitoral[477] nos municípios foi de derrota da esquerda, embora de eleição e crescimento do número de representantes da luta antihomofobia e de setores da luta antirracial. A eleição realizada durante a pandemia deu-se em um cenário que dificultou as mobilizações de rua e não resultou positivo nem na alteração na disputa de projetos e tampouco na correlação de forças.

Diante do desastre da ação governamental de Bolsonaro durante a pandemia, a discussão na FBP versou sobre a proposta de *impeachment* ou não do presidente, visto que quem tomaria posse em caso de saída do presidente seria o vice- presidente, General Mourão, por isso houve a proposição de novas eleições na expectativa da instalação de um governo democrático e popular, pois não se tratava de substituir um presidente por outro, mas da urgência de ter um governo capaz de enfrentar a pandemia do novo Coronavírus e estancar a matança de milhares de vítimas. As discussões internas versaram sobre apoio ou não a essas ações e à palavra de ordem "Fora[478] Bolsonaro"

Em 2021, no início de janeiro, o Brasil bateu a marca dos 200 mil mortos pela covid e embora com a chegada das primeiras vacinas[479] havia desinteresse e lentidão da compra pelo governo federal, uma segunda onda da COVID chegou. A situação foi um dos impeditivos de mobilizar e sair às ruas o que demonstraria um contrassenso por parte dos grupos organizados. A FBP teve que seguir com responsabilidade, defendendo os protocolos de isolamento, e os cuidados que a pandemia exigia. Por outro lado, piorava a situação econômica na medida em que se apresentavam poucas alternativas, embora houvesse um orçamento de guerra[480], a direção do País se encontrava nas mãos de

[477] As últimas experiências eleitorais também sinalizam novos processos políticos em curso. Formas coletivas de representação política foram disseminadas e aceitas pelo eleitorado, indicando novas possibilidades de participação e representação política. Mulheres negras cis e trans disputaram as eleições municipais de 2020, ampliando a representação desse grupo nos parlamentos municipais.

[478] Outra situação considerada o vice-presidente que empossado e no comando não seria uma novidade na condução política.

[479] Em 17 de janeiro de 2021, foi aplicada a primeira vacina contra o novo coronavírus.

[480] O Congresso Nacional promulgou a emenda constitucional que institui o chamado Orçamento de Guerra (Emenda Constitucional 106, de 2020, decorrente da PEC 10/2020). A emenda facilita os gastos do governo federal no combate à pandemia de coronavírus — pois separa os gastos com a pandemia do orçamento geral da União. A PEC havia sido aprovada pelo Senado e concluída na votação da Câmara dos Deputados. A emenda criou um regime extraordinário fiscal e autoriza o Banco Central a comprar títulos de empresas privadas no mercado secundário (títulos que já fazem parte de carteiras de fundos e corretoras, por exemplo). O objetivo seria garantir liquidez ao mercado de capitais. Além disso, a emenda permite processos mais rápidos para compras, obras e contratações de pessoal temporário e serviços. A este respeito

interesses do capital e de um presidente da República negacionista, e uma das saídas apontadas foi que ao invés de continuar a espoliação dos empobrecidos, fazer com que os ricos pagassem a conta da crise taxando[481] as grandes fortunas.

Nos primeiros meses de 2021, quando o País atinge, em 24 de março, a cifra de 300 mil mortes por Covid- 19 e bate o recorde de 3 mil vidas perdidas em 24 horas, foram pagas as últimas parcelas do auxílio emergencial de 600 reais, o que agudizava a situação econômica, política e social, na medida em que os que vivem do trabalho, sem emprego e renda, não conseguem se sustentar por muito tempo sem a retomada do emprego, que está associada às condições econômicas, não sendo gerado com carteira de trabalho verde amarela[482], proposta pelo governo federal. Haja vista que voltar a ter emprego pressupõe um projeto nacional de desenvolvimento, que passa pela retomada das grandes obras de infraestrutura entre outras ações do Estado. Essas ações são inviabilizadas por um ministro da economia que não se importa com a situação do País, e segue a cartilha neoliberal de liquidação e venda do patrimônio público, dilapidando a Petrobras, a Eletrobras, com ameaças de privatizar a água entre outros bens comuns.

Quando a situação[483] pandêmica chegou, em 29 de abril de 2021, ao número de 400 mil mortes, por causa da Covid-19 e da inoperância do governo federal, as bandeiras de lutas do período foram Vacina já, gratuita e para todos e todas; terra e moradia; emprego e renda; combate à fome e à desigualdade; combate à violência contra as mulheres, ao racismo; ao genocídio e à homofobia; por uma renda básica que se

---

consultar: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/07/congresso-promulga-emenda-que-institui-orcamento-de-guerra . Acesso em: 7 nov. 2021.

[481] No dia 13 de abril de 2020 (13), a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo iniciaram a campanha Taxar Fortunas para Salvar Vidas por meio de um abaixo-assinado.

[482] A MP 905 de 11 de novembro de 2019 criava uma modalidade de contratação, destinada a novos postos de trabalho para trabalhadores entre 18 e 29 anos de idade. As empresas que contratarem novos funcionários, via Carteira Verde Amarela, ficavam isentas de contribuir com: Contribuição previdenciária; Salário educação; Contribuições Sociais. Os textos da MP também permitiam ao empregador o parcelamento do 13º salário e das férias proporcionais do trabalhador. A medida também alterava as contribuições ao FGTS e o valor da multa nos casos de demissões sem justa causa. A contribuição caía de 8% para 2% e o valor da multa era de metade do percentual estabelecido na CLT original, ou seja, apenas 20%. As empresas também eram limitadas a manter no máximo 20% do quadro de funcionários dentro do regime, para os jovens contratados pela modalidade, também era estipulado um prazo máximo de 24 meses no regime. Disponível em. https://fdr.com.br/2020/05/06/contrato-de-trabalho-verde-e-amarelo-entenda-a-extinta-mp-e-como-fica-a-situacao-dos-trabalhadores/ Acesso em: 05 nov. 2021.

[483] As centrais sindicais se reuniram com o ministro das relações exteriores da Venezuela [2021], uma iniciativa para levar oxigênio para Manaus, que passava pela segunda onda da covid. O governo brasileiro destratou de diversas formas o governo da Venezuela, mesmo assim, a doação foi feita, o que demostrou solidariedade internacional de valorização da vida. Se o governo brasileiro tivesse estabelecido relações amistosas com aquele país, as pessoas não teriam passado pela falta de oxigênio, insumos e vacina. Ver Amâncio, Thiago. *"Centrais sindicais anunciam acordo com Venezuela para oxigênio semanal a Manaus"*. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/01/centrais-sindicais-anunciam-acordo-com-venezuela-para-oxigenio-semanal-a-manaus.shtml. Acesso em: 01 set. 2021.

expressava na reinvindicação e palavra de ordem “Vacina no braço e comida no prato” e Fora Bolsonaro.

O dia 29 de maio de 2021, com a Campanha Fora Bolsonaro, diante da escalada exponencial de mortes, marca[484] o adensamento das manifestações nas ruas, mesmo em tempos de pandemia, mas seguindo as normas sanitárias de distanciamento social, uso de máscara e de álcool em gel. Assim, a oposição popular nas ruas pelo Fora Bolsonaro reivindicou vacina já e auxílio emergencial de R$ 600 até o fim da pandemia. As manifestações, segundo contagem das organizadoras, levaram às ruas mais de 420 mil pessoas, em 213 cidades do País e outras 14 do exterior. Diante da realização exitosa do (29M) em vários estados do País, a Campanha #ForaBolsonaro definiu uma nova data unitária, uma segunda mobilização nacional, no dia 19 de junho.

No dia 28 de junho de 2021, o Boletim da Fiocruz [485]destacou o marco de 500 mil mortes por Covid-19, no Brasil. Dois dias depois, um recado às instituições foi dado, pois se estava diante da escalada autoritária de um governante negacionista que levava à morte brasileiros e brasileiras, fatos esses que reforçavam a urgência de sua saída e derrubada. Um super pedido de *impeachment*[486] foi entregue, protocolado por representantes, MST, CUT, CMP, partidos, parlamentares de esquerda, centro, direita, frentes, entre outros setores sociais. O super pedido de *impeachment* na Câmara dos Deputados unificou os 122 pedidos de afastamento do presidente, já apresentados até aquele momento. O pedido, que reuniu mais de 700 entidades de diversas agremiações políticas, demonstrou a articulação para tirar o presidente do poder, pois emergiam novas denúncias da inoperância governamental nas compras das vacinas; ganhou força porque trouxe junto o aumento da pressão de outros setores da sociedade que se expressavam pelo *impeachment* do presidente.

O dia 3 de julho de 2021 foi um dia de resistência e luta por vacina para todos, auxílio [487]emergencial de 600 reais até o fim da pandemia e fora Bolsonaro. Esse foi o

---

[484] Antes de maio, foram realizados protestos (panelaços e carreatas) e ações no espaço público com número reduzido de participantes, cuidados necessários devido ao número de pessoas infectadas e mortas pelo coronavírus. E no dia 13 de maio, houve protesto nacional do movimento negro contra a chacina do Jacarezinho, no Rio de Janeiro. Em meio à pandemia da COVID, milícias e forças de segurança do Estado ceifaram ainda mais vidas negras.

[485] Disponível em: https://portal.fiocruz.br/noticia/boletim-destaca-marco-de-500-mil-mortes-por-covid-19-no-brasil . Acesso em: 17 nov. 2021.

[486] Foram enviados 138 documentos ao presidente da Câmara dos Deputados, sendo 86 pedidos originais, 7 aditamentos e 46 pedidos duplicados. Até agora, apenas 6 pedidos foram arquivados ou desconsiderados. Os outros 131 aguardam análise. Disponível em: https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/. Acesso em: 08 out. 2021.

[487] O auxílio emergencial cessou em dezembro e voltou a ser pago a partir de abril. O valor de R$150 a R$

terceiro ato contra o governo Bolsonaro em 35 dias. Os anteriores foram em 29 de maio e 19 de junho. Inicialmente os organizadores dos protestos agendaram o ato para 24 de julho, mas, devido às revelações feitas pelos depoentes à CPI[488] da Covid-19 (Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado), de esquema de corrupção do governo Bolsonaro na compra das vacinas Covaxin e AstraZeneca, os protestos foram antecipados.

O dia 24 de julho de 2021 foi mantido, pois era preciso acelerar a vacinação, auxílio emergencial de 600 reais até o fim da pandemia, a defesa da vida do povo negro, contra a violência de gênero, contra os cortes da educação e habitação, por emprego e renda. Assim, seguem articulados os setores comprometidos com um projeto democrático e popular para seguir nas ruas em defesa da continuidade das investigações da CPI da Covid-19, com indiciamento dos responsáveis pelas milhares de mortes no País, além de cobrar a resposta da Câmara dos Deputados aos mais de cem pedidos de *impeachment* de Bolsonaro que seguem sem análise.

No dia 7 de setembro de 2021, a decisão da Campanha Fora Bolsonaro era realizar mais um ato na Avenida[489] Paulista, na cidade de São Paulo. No entanto, o governador do estado, João Doria, e a Polícia Militar deram preferência aos grupos bolsonaristas e liberaram[490] (BONDUKI, 2021) a via pública para a realização de manifestação de cunho golpista, que teve entre suas principais bandeiras a destituição de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e pregavam uma ruptura institucional e a ida às ruas, armados. A Campanha Fora Bolsonaro, então, alterou o local de sua manifestação para o Vale do Anhangabaú, ainda assim, o governador de São Paulo, João Doria, proibiu a realização do ato, exigindo que fosse transferido para outra data [491], alegando que não havia

---

[488] Apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/hpsenado Acesso em 1 dez. 2021

[489] Em São Paulo, espaço público era usado pela articulação do Grito dos Excluídos (as), uma iniciativa das pastorais sociais e movimentos que se mobilizam desde (1995).

[490] A este respeito ver, Bonduki, Nabil. *A cidade como arena da guerra política no 7 de setembro*. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nabil-bonduki/2021/08/a-cidade-como-arena-da-guerra-politica-no-7-de-setembro.shtml . Acesso em: 17 nov. 2021.

[491] O candidato a presidente e governador chamou o ato para o dia 12 de setembro. “O único protesto puxado por grupos à direita, como o MBL (Movimento Brasil Livre), o VPR (Vem Pra Rua) e líderes de partidos como Novo e PSL, foi um fiasco. Ficou marcado pela ausência da esquerda e pelo boicote de alas do PT, irritadas com o slogan "nem Bolsonaro nem Lula" usado na divulgação. Joelmir Tavares. “Ato

contingente da Polícia Militar suficiente para garantir a segurança dos dois protestos. A semana que antecedeu as manifestações foi de um clima de ameaça de ruptura democrática e de impetração do golpe, nas inúmeras vezes que se pronunciou o presidente da República atiçou a violência de seus apoiadores contra seus opositores. Depois de uma batalha jurídica e política, a Campanha Fora Bolsonaro, com coragem e determinação, ocupou o espaço público e a manifestação foi realizada, no dia e horário marcados, no Vale do Anhangabaú -SP.

Em outubro de 2021, o Brasil chegou a 600 mil mortes pela Covid- 19, no dia 2 do mesmo mês, os campos políticos presentes na Campanha Fora Bolsonaro, em articulação com os partidos já presentes na FBP (PT, PCdoB e PCO) e de outros partidos opositores do governo Bolsonaro (PSOL, PDT, PSB, PV, Rede, Cidadania e Solidariedade) realizaram atos em várias cidades brasileiras concentrando o ato nacional na Avenida Paulista, em São Paulo. O destaque foi a aproximação de campos políticos diversos, mas a adesão de novos partidos não resultou em adensamento nas ruas.

As discussões versam sobre mais um dia pelo Fora Bolsonaro, duas datas ficam em disputa[492]: o dia 15 de novembro de 2021 [493]-Dia da Proclamação da República- ou 20 de novembro-, Dia da Consciência Negra, Zumbi dos Palmares e Dandara. Os meses de novembro e dezembro, no Brasil, são meses de lutas. Iniciando no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra até o dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, quando as ruas são daqueles que defendem os direitos humanos. Em 2021, o Dia da Consciência Negra, não foi diferente e, como com Bolsonaro, cada dia que passa é um dia a mais de destruição, seja da natureza, das políticas públicas e sociais, sejam dos direitos da classe trabalhadora, a Campanha Fora Bolsonaro decide-se pela participação na manifestação respeitando o protagonismo dos movimentos negros e as causas antirracistas que incorporam as bandeiras contra o governo sob o lema “Fora Bolsonaro,

---

contra Bolsonaro no dia 15 fracassa, e oposição vê desmobilização das ruas”. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/11/ato-contra-bolsonaro-no-15-de-novembro-fracassa-e-oposicao-ve-desmobilizacao-das-ruas. Acesso em: 16 nov. 2021.

[492] A esperança de reeditar no 15 de novembro um palanque diverso e representativo como nas Diretas Já, o movimento pelo voto direto para presidente que aproximou políticos divergentes, artistas e nomes da sociedade civil no fim da ditadura militar (1964-1985), acabou frustrada diante dos conflitos e impasses. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/11/ato-contra-bolsonaro-no-15-de-novembro-fracassa-e-oposicao-ve-desmobilizacao-das-ruas. Acesso em: 17 nov. 2021.

[493] No dia 15 de novembro, foram aventadas, mas não aconteceram, as manifestações organizadas por alguns partidos políticos signatários de pedidos de *impeachment*: PDT, PCdoB, Solidariedade, Cidadania, PV e Rede Sustentabilidade, com expectativa de confirmação do PSBD. Essa é uma tentativa de articulação organizada pelo Direito Já, O Direitos Já, fórum com representantes de 18 siglas - do PT ao PSDB, passando por MDB, DEM e Cidadania e o Fórum da Democracia, do sociólogo Fernando Guimarães.

racista". Motivos pelos quais a FBP deliberou ser fundamental participar da organização e mobilização para atos no dia 20 de novembro, espalhados pelo País, posto que o projeto do governo neoliberal é de morte e de cunho racista, dificultando as possibilidades de existência, especialmente da população negra e empobrecida. Sendo marca histórica do Brasil, o processo de resistência dos negros e negras, que vem desde os quilombos, com Dandara e Zumbi, dia 20 de novembro de 2021, a palavra de ordem foi Fora Bolsonaro Racista.

E se há intensificação dos ataques do governante, as pautas democráticas, as denúncias também não param, pois aumenta a fome e a necessidade de cuidado das famílias chefiadas por mulheres, a perda da renda e postos de trabalho, a escalada da violência machista nos espaços domésticos, na vida pública, nas cidades, no campo, nas florestas e nas águas. E são as mulheres a maioria da sociedade que se opõe ao governo de Bolsonaro, segmento que, desde 2018, ocupa as ruas do País com o #EleNão[494], alertando sobre o futuro governo. Em reunião Nacional Ampliada da Campanha Fora Bolsonaro, definiu-se como prioridade do mês de novembro, além da construção prioritária do 20 de novembro: Dia da Consciência Negra, também os primeiros passos na articulação do dia 04 dezembro, com construções de plenárias virtuais, convocando para as manifestações das Mulheres por Bolsonaro nunca mais!

Após a articulação dessas manifestações, tanto no Brasil como no exterior, durante o ano de 2021, há indagações sobre se o teto das manifestações chegaram a um limite, haja vista que não expandiu o perfil do público para além da militância de classe média urbana, sem conseguir atingir as faixas mais numerosas dos moradores da periferia e das favelas, entre outros, cujas mudanças no mundo de trabalho, o desemprego e a crise econômica são apontadas como um dos motivos para a não participação e dificuldade de deslocar-se para as regiões centrais, onde se concentram os principais protestos, tornando-se um desafio tentar desencadear marchas da panela vazia, nos bairros, vilas e favelas, com manifestações contra a fome, a carestia, o desemprego e a miséria. Outra questão é se houve esgotamento da capacidade de articulação para tirar o presidente, haja vista que Bolsonaro tem obtido apoio parlamentar nas votações dos projetos de seu interesse. A expectativa e dúvida são se as mobilizações voltarão em 2022 e se elas serão permeadas pela lógica eleitoral.

---

[494] O *#EleNão* foi uma mobilização massiva nas redes sociais, com milhões de seguidoras reproduzindo a hashtag *#EleNão*, atos públicos tomaram as ruas de diversas cidades do Brasil – e de outras pelo mundo, em 29 de outubro de 2018.

Em tempos de pandemia, as modalidades de mobilização, em 2020, foram os panelaços e as carreatas e, em 2021, se adensou a presença nas ruas. Entre os objetivos estava o de atrair a classe média, pois uma parte desse segmento atuou para o *impeachment* da Presidenta Dilma, mas que também ela é essencial para a oposição a Bolsonaro, por isso busca-se ampliar para além dos setores ligados às lutas de esquerda, os artistas, as ONGS e professores(as) universitários, entre outros. Embora seja a especificidade da classe média não se identificar como as lutas e pautas da classe trabalhadora, do ponto de vista organizativo, são setores e sujeitos, que mesmo não orgânicos em um sindicato ou movimento, ajudam, já que são formadores de opinião e importantes para a agitação e propaganda.

Do ponto de vista organizativo, para alcançar o objetivo de tirar Bolsonaro, há também protagonismos individuais e virtuais, que convocam para as manifestações isoladamente, espontaneamente, essas ações, às vezes, são consideradas mais representativas e mais legítimas que o movimento organizado. É uma realidade que vem desde 2013, a defesa de não poder ter partido nem bandeira de movimento nos espaços de manifestação. Mas há que questionar se ações individuais geram processos históricos e políticos, e, às vezes, ainda se observam tentativas de desqualificar os setores organizados que convocam as manifestações, dando a impressão de que existe uma outra cidadania (PISMEL, TEIXEIRA, 2021). No capitalismo, há estímulos de ideias horizontalista e individualistas, dos sem partidos e dos sem organização política, pois elas não os ameaçam, é da lógica capitalista ajudá-las e fomentá-las para que se propaguem. Durante a pandemia da Covid-19, as manifestações pelo Fora Bolsonaro foram articuladas em reuniões, plenárias e *lives* que buscaram adensar as mobilizações nas ruas e nas redes, mas para o público alheio, na dinâmica interna dos movimentos, eles aparecem como se fossem espontâneos, como se um indivíduo chamasse e outros o seguissem nas manifestações. No momento de pandemia, apesar das dificuldades de acesso, seja por questões econômicas (ARRETCHE, 2019) ou de acesso (WISSENBACH, 2019), ter movimentos organizados que gerem processos na sociedade e que permaneçam articulados é fundamental para alcançar os objetivos propostos na busca por mudança.

O uso da internet, como ferramenta de mobilização, se estabeleceu durante a pandemia e todos e todas tiveram que aprender a usá-la, embora o acesso, devido à questão financeira, não é para todos e todas. No celular, há um bombardeio de segundo a segundo de informações, em novos cenários econômico, social, estrutural, superestrutural

e conjuntural. Diante dessas diferentes realidades, as entidades precisam fazer uma leitura correta, para não ser ultrapassadas, mas há que se pensar quem controla o mundo virtual, o Google, as redes digitais, o Facebook. Será que são eles que ditam o que se consume, o que se pensa, sem que se possa tecer crítica? Por isso, o desafio dos movimentos sociais é fazer a leitura do que significa esse mundo virtual e a partir das experiências acumuladas realizar o trabalho de formação política para o uso[495] das novas tecnologias na sua base social.

Além desses setores, a questão geracional tem de ser uma preocupação presente, na pesquisa não houve oportunidade de aferir a participação de setores da juventude, mas ela é um setor estratégico em todos os espaços para a continuidade da articulação na FBP, uma incorporação geracional tem de ser posta em curso, e deve haver uma participação maior desses setores posto que são eles que dominam áreas específicas, como por exemplo, a comunicação por meio das redes digitais e estratégicas para a composição de novos militantes e quadros políticos na luta social. E, além da juventude, outro setor a ser considerado é o campo religioso de todas as matizes, que dizem muito sobre a configuração da sociedade brasileira e como diz a letra da música do grupo Paralamas do Sucesso " a arte é de viver da fé, só não se sabe fé em que"[496].

Observa-se que, em 2021, com o avanço da vacina, aos poucos, as ruas voltaram a ter manifestações. E apesar do retorno mais intensivo às ruas, o Brasil vive uma crise política de governabilidade, e saber o que vai acontecer até 2022 (eleição) está indefinido. Pois, Bolsonaro radicaliza e expressa a opção pela ruptura definitiva, e quando mais aprofunda essa situação, mais agressivo e radicalizado ele fica, fala e faz insanidades, levando o País ao caos. E, por isso, o ano 2022, de eleições gerais [quando termino a Tese] será vital para a articulação das forças democráticas para paralisá-lo, isolá-lo e derrotá-lo.

O período é de forças políticas atuantes dentro da FBP que defendem a participação e articulação em outros formatos como a frente ampla. Há a defesa de que

---

[495] Bastos (20210 pondera que "Para maior fortalecimento político das frentes é importante que as organizações sociais trabalhem seus processos pedagógicos e comunicacionais em diferentes aparelhos privados de hegemonia, como escolas, sindicatos, coletivos, partidos e outras organizações populares, além da necessária luta pela democratização e regulação dos media. E, para melhor uso político dos sites de redes sociais, é fundamental a educação crítica para a mídia e informação. Além disso, simples mudanças em hábitos cotidianos podem fazer alguma diferença, como por exemplo, entrar nas páginas das organizações populares independentemente se o algoritmo te levar ou não para lá. Nesse ínterim, para furar as bolhas do ambiente digital, é premente furar as bolhas ideológicas que são produzidas e que circulam cotidianamente nos aparelhos privados de hegemonia. (BASTOS, 2021, p.19)

[496] Os paralamas do sucesso. Alagados. In: *Os Paralamas do Sucesso*, 1986. EMI.

seja até com setores democráticos de outros partidos que não de esquerda, que poderia juntar inclusive com projetos de cunho neoliberal e os promotores do golpe de 2016. Até o principal ator que ocupou as ruas para derrubar a presidenta Dilma Rousseff e pilar de apoio ao golpe (2016) o Movimento Brasil Livre (MBL)[497] coloca-se contra o Bolsonaro. Nesse cenário, após algumas tentativas, a proposta de frente ampla se inviabiliza, pois há setores que querem tirar o mandatário, mas o apoiam na política econômica e retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Assim, os debates versam sobre os critérios para a articulação e se há obrigatoriedade de ter os mesmos objetivos, tirar Bolsonaro ao mesmo tempo ser contrário ao seu programa de governo. O desafio é o que fazer, posto que setores neoliberais e liberais se dizem contra Bolsonaro, mas o apoiam nas votações do Congresso, sendo cúmplices na retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras formando uma frente ampla a favor do mandatário.

Além disso, há diversos candidatos postulando a presidência da República no pleito eleitoral de 2022, e assim como no ano eleitoral, em 2018, nas pesquisas pré-período eleitoral, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pontua [498]no primeiro lugar na preferência dos eleitores, e assim desencadeiam-se discussões de como e com quem fazer alianças para alcançar a vitória eleitoral.

A questão está assentada sobre que tipo de articulação é possível, que tipo de programa para disputar uma base bolsonarista, mantida à custa de emendas parlamentares, custeada com bilhões de reais dos impostos da população e manutenção de apoiadores nos vários cargos executivos federais, estaduais e municipais, um poder financeiro que poderá impactar o resultado das eleições de 2022. A possibilidade aventada desde 2020, ou seja, afastar ou não o presidente da República Bolsonaro, dava unidade ao antifascismo, mas ao se aproximar o ano eleitoral, a possibilidade do *impeachment* começa a sair do radar político e entra a crença na disputa eleitoral de 2022.

As manifestações nas redes e nas ruas em 2020 e 2021 e as pesquisas eleitorais para o pleito 2022 demonstram que a esquerda tem força social no Brasil, que se concentra nas lembranças de um passado de lutas e conquistas de direitos, nas realizações

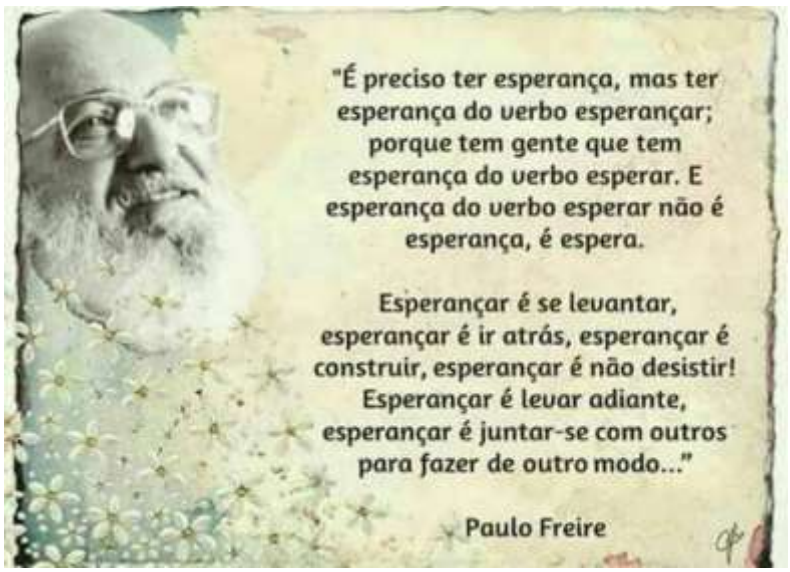
---

[497] O MBL convocou manifestação contra Bolsonaro em 12 de setembro de 2021, e na avaliação midiática não logrou êxito. Disponível em: Baixa adesão no protesto de 12 de setembro contra Bolsonaro mostra ausência de Frente Democrática. Veja mais em https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2021/09/13/baixa-adesao-no-protesto-de-12-de-setembro-contra-bolsonaro-mostra-ausencia-de-frente-democratica.htm?cmpid=copiaecola Acesso em: 10 fev. 2022

[498] Ver Pesquisa aponta ampla vantagem de lula e chance de vitória no primeiro turno. Disponível em:https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/nota/pesquisa-aponta-ampla-vantagem-de-lula-e-chance-de-vitoria-no-primeiro-turno/ Acesso em: 10 fev. 2022

implementadas pelos governos democráticos populares (Lula e Dilma), nas frentes que se articulam com capacidade de mobilização que se mantêm, e ainda na representação parlamentar e nos eleitos para o poder executivo, principalmente nos estados da região nordeste do País. Mas há a perda de capacidade de representação das classes trabalhadoras e transformações no mundo do trabalho, e novas formas de organização começaram antes do golpe de 2016. Não é um processo somente advindo do golpe, e se não conseguir revertê-lo, corre-se o risco de diminuir a base social. Portanto, há que ser capaz de retomar o debate estratégico, entender as derrotas, identificar e combater os inimigos da classe trabalhadora, compreender os erros cometidos e se reorganizar, para incidir no debate político, na luta de classe e na disputa por um projeto democrático e popular. É uma encruzilhada, uma disputa de projetos políticos a enfrentar, e os caminhos a seguir se caracterizam na criação de condições possíveis para ganhar corações e mentes, as ruas e as redes, depois da eleição (2022), com vitória ou derrota, não desistir de reconstruir o País em bases democráticas e de direitos.

Em 2021 se comemorou o centenário de nascimento de Paulo Freire[499], seus ensinamentos tornaram-se um guia e se para ele a palavra esperança é revolucionária, o caminho é abraçá-la.



[499]Fonte:http://www.vaniserezende.com.br/2018/11/paulo-freire-esperanca-do-verbo.html. Acesso em 10 fev.2022

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Tales. *Lulismo, carisma pop e cultura crítica*. São Paulo: Hedra, 2011.

ABERS, Rebecca.; BULOW, Marisa Uon. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? *Sociologias*. Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 52-84, set./dez., 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151745222011000300004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 jul. 2018.

ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Org.). *Movimentos Sociais e Serviço Social*: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

ABREU, Alzira Alves. *As Frentes partidárias durante o governo Goulart*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Rio de Janeiro. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_frentes_partidarias_durante_o_governo_Goulart. Acesso em: 03 out. 2017.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo. Boitempo, 2004 (Estado de sítio).

AGGIO, Alberto. *A Frente Popular no Chile*: história e historiografia. 1990. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, Programa de História, São Paulo, 1990.

AGGIO, Alberto. *Experiência da Frente Popular no Chile*: Caminhos da História da América no Brasil. São Paulo, 1997.

AGGIO, Alberto. *Frente Popular, radicalismo e revolução passiva no Chile*. 1999 - Books.google.

ALEGRIA, Paula; BULGARELLI, Lucas; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Produção de teses e Movimentos sociais contemporâneos: um balanço das dissertações em antropologia (2008-2018). *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, São Paulo, n. 93, p. 1-27, maio, 2020.

ALGRANATI Clara e Seoane José. *Enciclopédia Latino-Americana*. Disponível em: http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/ccca. Acesso em: 01 out. 2020.

ALONSO, Ângela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos*, São Paulo, p. 49-58, jun., 2017. Disponível em: http://novosestudos.uol.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Angela-Alonso_A-pol%C3%ADtica-das-ruas.pdf. Acesso em: 01 abr. 2020.

ALONSO, Ângela. *As teorias dos movimentos sociais*: um balanço em debate. São Paulo: Lua Nova, 2009.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina.; ESCOBAR, Arturo (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ALVES, Giovanni *et al*. (Coord.). *A enciclopédia do golpe*. Bauru: Canal 6, 2017. v. 1.

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: o conservadorismo evangélico e a crise brasileira. *Novos estudos CEBRAP*. São Paulo, v. 38, n. 1, 2019.

AMÂNCIO, Thiago. *"Centrais sindicais anunciam acordo com Venezuela para oxigênio semanal a Manaus"*. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/01/centrais-sindicais-anunciam-acordo-com-venezuela-para-oxigenio-semanal-a-manaus.shtml. Acesso em: 01 set. 2021.

AMARAL, Roberto. *A Serpente sem casca*: da crise à Frente Popular. Unknown: Edição Kindle, 2016.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era de precarização estrutural do trabalho? *Serviço Social e Sociedade* [on-line], n. 107, 2011.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Rui (Org.). *Infoproletários*: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARCARY, Valério. Partidocracia contemporânea e limites da democracia liberal nos Países da periferia do capitalismo. *Revista Lutas Sociais*. Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS), Trabalho & Capital: dimensões, vinculado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n. 9/10, 2003.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes/ Editora da Universidade Brasília, 1990.

ARREGUI, Carola Carbajal; PAZ, Rosangela Dias Oliveira *et al*. *Metodologia do Trabalho Social*: a experiência do Município de Osasco-SP, 2005-2016. São Paulo: Editora da PUC-SP, 2017.

ARRETCHE, Marta. A geografia digital no Brasil: um panorama das desigualdades regionais. *In*: Comitê Gestor da Internet no Brasil. *Desigualdades digitais no espaço urbano* [livro eletrônico]: um estudo sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo. São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR [editor], 2019. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028desigualdades_digitais_no_espaco_urbano.pdf. Acesso em: 2 set. 2021.

AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BANDEIRA, Moniz Alberto Luiz. Armações Internacionais. Lawcoup: o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. *In*: ALVES, Giovanni *et al*. (Coord.). *A enciclopédia do golpe*. Bauru: Canal 6, 2017.

BASTOS, Pablo Nabarrete Atuação das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo no Facebook na campanha presidencial de 2018. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, v. 24, jan./dez., 2021.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social*: fundamentos e história. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel; A ponte para o passado. Os impichadores prometem reavivar um programa econômico com validade vencida: *In*: *A resistência ao golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016 (Projeto Editorial Práxis).

BENJAMIN César *et. al*. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. Disponível em: https://jacobin.com.br/2021/07/sobre-o-conceito-de-historia/. Acesso em: 21 ago. 2020.

BEOZZO, Oscar.; CREMILDO, José.; VOLANI, José (Org.). *Alternativas à crise por uma economia social e ecologicamente responsável*. São Paulo: Cortez, 2009.

BETTO, Frei. *A mosca azul*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BEZERRA, Patrícia Rangel Moreira. Midiatização e circulação de sentidos nas manifestações de junho de 2013: as contradições das colunas de Arnaldo Jabor na rádio CBN. *Revista ALTERJOR*. Grupo de Estudos ALTERjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP), ano 7, v. 2, jul./dez., 2016. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/118721/118368. Acesso em: 09 abr. 2021.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 1986. (Pensamento Crítico, 63).

BOBBIO, Norberto.; MATTEUCCI, Nicolas.; PASQUINO, Gianfranco. *Frente Popular, dicionário de política*. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992. v. 1.

BOITO JR., Armando. *Reforma e crise política no Brasil*: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas-SP: Editora da Unicamp; Editora Unesp, 2018.

BOITO JR., Armando. Os atores e o enredo da crise política. *In*: SINGER, André et al. *Por que gritamos golpe?* para entender o *impeachment* é a crise política no Brasil. Organização Ivana Jinkings Kim Dória Murilo Cleto. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

BOLETIM de análise de Conjuntura. *Fundação Perseu Abramo*. Ano 1, n. 10, dez., 2016.

BONFIM, Raimundo; FARIAS, Lindbergh. O redemoinho de 2016. *Folha de S. Paulo*. (On-line). Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2017/01/1847868-o-redemoinho-de-2016.shtml?origin=uol. Acesso em: 08 jan. 2017.

BORGES Lizely. Comunicação da FBP. "A História tem a dinâmica de ascenso e descenso para a classe trabalhadora", aponta liderança. *Comunicação da FBP*, 2016. Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/a-historia-tem-a-dinamica-de-ascenso-e-decesso-para-a-classe-trabalhadora-aponta-9015/ Acesso em: 10 ago. 2021.

BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988*. Brasília-DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1. Acesso em: 2 set. 2021.

BRASIL. *Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR* [editor]. São Paulo, 2019. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028-desigualdades_digitais_no_espaco_urbano.pdf . Acesso em: 2 set. 2021.

BRENO, Altman. O que é, afinal, a Frente Brasil Popular? *Site Opera Mundi*, 2015. Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/artigos/o-que-e-afinal-a-frente-brasil-popular-3d24/ Acesso em: 22 mar. 2021.

BRINGEL, Breno. Movimientos sociales y la nueva geopolítica de la indignación global. *In*: BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (Org.). *Protesta e indignación global*: los movimientos sociales en el nuevo orden mundial. Buenos Aires: GLACSO; Rio de Janeiro: FAPERG, 2017.

BROUÉ, Pierre. *A História da Internacional Comunista (1919-1943)*. São Paulo: Suderman, 2007.

BROUÉ, Pierre. *O Partido bolchevique*. São Paulo: Sundermann, 2014.

CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo*. 1. ed. São Paulo: Editora Bestbolso, 2010.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. A Frente Única Antifascista (FUA e o antifascismo no Brasil 1933-1934). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 354-388, dez., 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n5/2237-101X-topoi-3-05-00354.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

CÉSAR, Rodrigo. A Frente Brasil Popular em debate. *In*: *A esperança ameaçada*: o PT e o Brasil em tempos de guerra (2013-2017). São Paulo, 2017.

CÉSAR, Rodrigo. Frente Brasil Popular: passado presente e futuro. *In*: *A esperança ameaçada*: O PT e o Brasil em tempos de guerra (2013-2017). São Paulo, 2017.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil*: Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. *In*: SINGER, André *et al*. *Por que gritamos golpe?* Para entender o *impeachment* é a crise política no Brasil. Organização Ivana Jinkings. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

COGGIOLA, Osvaldo. *Anos de governo do PT*. São Paulo: Frente Popular, 2013. Disponível em: https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/O-Coggiola.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

COGGIOLA, Osvaldo. *Manifesto do Partido Comunista* (Org.). São Paulo: Boitempo, 1998.

COLLIVA, Paolo. Povo. *In*: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992. v. 1.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Inclusão, Tecnologias e Dinâmicas Territoriais: uma análise das desigualdades digitais na cidade de São Paulo. *In*: *Desigualdades digitais no espaço urbano* [livro eletrônico]: um estudo sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo. Comitê Gestor da Internet no Brasil: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR [editor]. São Paulo, 2019. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028-desigualdades_digitais_no_espaco_urbano.pdf. Acesso em: 2 set. 2021.

COSTA, Frederico Alves; MÁXIMO, Marco Prado Aurélio. Estratégia de articulação e estratégia de aliança: possibilidades para a luta política. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v. 26, n. 3, p. 685-716, set./dez., 2011.

COUTINHO, C. N. *Sociedade civil e democracia no pensamento liberal e marxista*: de Rousseau a Gramsci. São Paulo: Boitempo, 2011.

DAGNINO, E. Sociedade Civil, participação e cidadania: de que estamos falando? *In*: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*, Caracas: Faces Universidad Central de Venezuela, 2004. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Venezuela/faces-ucv/20120723055520/Dagnino.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

DAGNINO, Evelina, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Org.). *A disputa na construção democrática na América Latina*. Campinas-SP: Paz e Terra: Unicamp, 2006.

DAGNINO, Evelina.; TATAGIBA, Luciana (Org.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó-SC: Argos Editora Universitária, 2007.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DEL ROIO, Marcos. *Os prismas de Gramsci a forma política de Frente Única*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

DELGADO, Márcio de Paiva. *A frente ampla de oposição ao regime militar (1966-1968)* [manuscrito]. 2013. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas, Minas Gerais, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9D8FCP. Acesso em: 09 ago. 2020.

DILLENBURG, Fernando Frota. *Gramsci e o novo programa*. Campinas-SP: [s. n.]. 2011. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2011. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280126. Acesso em: 14 jul. 2020.

DIMITROV, Georg. A unidade Operária contra o fascismo. História/Aldeia Global. *7º Congresso Mundial da Internacional Comunista*, 1935.

DURIGUETTO, M L. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil após anos 1990: desafios e perspectivas. *In*: ABRAMIDES, M B C.; DURIGUETTO, M. L. (Org.). *Movimentos Sociais e Serviço Social*: uma relação necessária. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Sociedade civil e democracia*: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

DURIGUETTO, Maria Lúcia.; MONTAÑO, Carlos. *Estado, Classe e Movimento Social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ENGELS, Friederich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 5. ed. São Paulo: Global, 1991.

FAGNANI, Eduardo. *Previdência*: o debate desonesto: subsídios para a ação social e parlamentar: pontos inaceitáveis da Reforma de Bolsonaro São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

FANTON, Hugo. *A saúde e a luta por uma Constituinte Exclusiva*, 2014. Disponível em: http://cebes.fw2web.com.br/a-saude-e-a-centralidade-da-luta-por-uma-constituinte-exclusiva/8618/. Acesso em: 10 out. 2021.

FERREIRA, J. A. Frente de Mobilização Popular, a Esquerda Brizolista e a Crise Política de 1964. *Revista de Pesquisa Histórica*, v. 22, n. 1, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança*: reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALINARI, Fabiana Flores de Carvalho. *Ativismo na Internet e o impeachment de Dilma Rousseff*: as estratégias de convocação dos movimentos pró e contra a presidenta do Brasil, 2014-2016. 2017. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

GALVÃO, Andreia. Os movimentos sociais da América Latina em questão. *Revista Debates*. Porto alegre, v. 2, p. 8-24, jul./dez., 2008.

GARZÓN, Baltazar. Prólogo. *In*: AUGUSTO JR. Fausto; GABRIELLI, José Sérgio; ALONSO JR., Antonio (Org.). *Operação Lava Jato*: crime, devastação econômica e perseguição política. São Paulo: Editora: Expressão Popular, 2021.

GEBRIM Ricardo. *A "sensação térmica" da derrota*. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2016/10/10/a-sensacao-termica-da-derrota. Acesso em: 22 mar. 2021.

GEBRIM, Ricardo. *Tornar possível o que aparenta impossível*. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/01/29/tornar-possivel-o-que-aparenta-impossivel Acesso em: 22 mar. 2021.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. *Revista Diálogo Educacional*, Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Paraná, v. 16, n. 47, P. 125-146, jan./abr., 2016. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1891/189145380007.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais*: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Glória. Protestos nas Ruas de São Paulo: de junho de 2013 ao Pós *Impeachment* de 2016: correntes e contracorrentes. *41º Encontro Anual da ANPOCs*. Caxambu, 23-27 de out, de 2017.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOMES, Francisca Genilce. *A importância da Frente Brasil Popular*, 2017. Disponível em: https://www.brasil247.com/authors/francisca-genilce-gomes. Acesso em: 22 mar. 2021.

GOMES, Francisca Genilce. *Articulação de movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos*: a experiência de resistência da Frente Brasil Popular. *In*: *Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, XVI, Anais*. Vitória, Espírito Santo, 2018.

GOMES, Francisca Genilce. Articulação De Movimentos Sociais, Centrais Sindicais e Partidos Políticos: A Experiência De Resistência Da Frente Brasil Popular. *Anais 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, Brasília-DF, 2019.

GOMES, Francisca Genilce. *A Central dos Movimentos Populares e os desafios da articulação dos Movimentos Sociais*. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

GOMIDE, Cristina de Mello. *Marcha Mundial das Mulheres - MMM*: uma abordagem histórica a uma rede de movimentos sociais feminista nos anos 2000. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

GONÇALVES COUTO, C. O governo Lula e as perspectivas de Dilma Rousseff. *Ibero-Americano, América Latina - Espanha - Portugal*, v. 11, n. 41, p. 159-163, 11 de junho, 2014.

GOULART, Débora Cristina. *O Anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)*. 2011. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 1. Tradução Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Vol. 3: *Maquiavel Notas sobre o Estado e a Política*. Tradução Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 13 (Notas sobre Maquiavel, o Estado e a política). *In*. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v. 3.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 22 (americanismo e fordismo). *In*. *Cadernos do cárcere*. (Temas de Cultura Ação Católica Americanismo e fordismo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 4.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. 6 v.

GUERRA, Alexandre *et al*. *Brasil 2016*: recessão e golpe. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

GURZA, Adrian Lavalle; CASTELO, Graziela; BICHAR, Renata Mirandola. *Os bastidores da sociedade civil*: protagonismos, redes e afinidades no seio das organizações civis. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento-Cebrap, 2006.

GURZA, Adrian Lavalle; CASTELO, Graziela; BICHAR, Renata Mirandola. Quando novos atores saem de cena: continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. Cultura e política. *Revista de Sociologia e Política*, Santa Catarina, UFSC, n. 5, 2004.

GUSTAVO Teixeira Ramos *et al*. (Coord.). O golpe de 2016 e a reforma da Previdência: narrativas de resistência Bauru. *Canal 6*, 2017. (Projeto Editorial Práxis).

HARNECKER, Marta. *Estratégia e tática*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1993.
HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOBBES, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de uma República eclesiástica*. Organizado por Richard Tuck; tradução João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva, Claudia Berliner; revisão da tradução Eunice Ostrensky. - Ed. brasileira supervisionada por Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Clássicos Cambridge de Filosofia Política).

HOBSBAWM, E. J. *A Era das Revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos*: o breve século XX: 1914/1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. *História do marxismo*. O marxismo na época da terceira internacional: da internacional comunista de 1919 às Frentes Populares. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

HOUTZAGER, Peter P. *Os últimos cidadãos*: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995). São Paulo: Globo, 2004.

HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda*: democracia no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço social em tempo de capital fetiche*: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IANNI, Octavio. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

JAUMONT, Jonathan; VARELLA, Renata Versiani Scott. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. *Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 414-464, 2016.

JUNIOR *et al*. *A cobertura jornalística das greves gerais de 2017*: paradigma de protesto ou militância política. *Opinião Pública*, Campinas, v. 25, n. 3, 2019.

KOHARA, Luiz Tokuzi. *Relação entre as condições da moradia e o desempenho escolar*: estudo com crianças residentes em cortiços. 2009. Tese (Doutorado) FAUUSP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

KONDER, Leandro. *O marxismo da melancolia*. Rio de Janeiro: Editora Campos Ltda, 1988.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

LAMARÃO, Sergio. Liga Comunista Internacionalista. *In*: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2009. v. III.

LAVALLE, Adrian Gurza; ALMEIDA Debora Rezende de. Democracia: qual queremos? *In*: TEIXEIRA, Ana Claudia; ALMEIDA, Carla; MORONI, José Antônio (Org.). *A democracia necessária e desejada*: dilemas e perspectivas. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Companhia das Letras, SP, 2012.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Tradução Júlio Fischer. São Paulo. Martins Fontes,1998. (Clássicos).

LOPES, Áurea. *Vigília Lula livre*: um movimento de resistência e solidariedade. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2019. Libro digital. Disponível em: PDFhttp://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20191115043722/Vigilia_Lula_Libre pdf. Acesso em: 01 jul. 2021.

LOPES, José Sergio Leite e Heredia; ALASIA, Beatriz Maria (Org.). *Movimentos Sociais e esfera pública*: mundo da participação, burocracias, confrontos, aprendizados inesperados. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

LUA NOVA: *Revista de Cultura e Política*. De volta os movimentos sociais. São Paulo, n. 76, p. 231, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102644520090001000008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 01 jul. 2021.

MACHADO, Eliel Ribeiro Os limites da democracia burguesa e a prática política elitista. *Revista Lutas Sociais*. Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS), vinculado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

MACHADO, Eliel Ribeiro. *Os limites da democracia burguesa e a prática política elitista*, 1997. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/issue/view/1212. Acesso em: 01 jul. 2021.

MANOEL, Jones. Três ilusões e o caminho da derrota: Notas sobre a conjuntura. *Le Monde Diplomatic Brasil*. Edição 164. Brasil, março, 2021.

MANSO, Bruno Paes. *A república das milícias*: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. Rio de Janeiro: Editora Todavia, 2020.

MARCONSIN, Cleier; ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Serviço Social e Movimentos Sociais: debatendo distanciamentos e aproximações na trajetória sócio-histórica brasileira. *In*: MELO, A. I. S. C.; CARDOSO, I. C. da C.; FORTI, V. L. (Org.).

Trabalho, reprodução social e serviço social: desafios e utopias. Navegando Publicações, 2020.

MARICATO, Ermínia *et al*. *Cidades rebeldes*: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

MARTINELLI, Maria Lúcia *et al*. *A história oral na pesquisa em serviço social*: da palavra ao texto travessão Maria Lúcia São Paulo Cortez, 2019

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. O Capital. Livro 1: *Crítica da economia política*: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. (Coleção Marx e Engels).

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Edição comemorativa ao sesquicentenário do Manifesto Comunista, organizada por Daniel Aarão Reis Filho. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MARX, Karl (1818-1888). *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels).

MASSIVA, Gustave. Os movimentos sociais na era digital. *Le Monde Diplomatique*, n. 152, fev. 2020. Disponível em: http://diplomatique.org.br/os movimentos sociais na era digital/. Acesso em:17 jun. 2020.

MEDEIROS Josué; ROQUE, Tatiana. Por que não mudar de estratégia? *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 64, mar., 2021.

MELO, Ana Amelia. O Partido Comunista Chileno e Aliança de Intelectuais: Uma Frente pela democracia (1937-1940). *Izquierdas*, Santiago, v. 49, 2020.

MENDONÇA, Aline. *Pesquisa Militante*: outras metodologias frente a emergência de outras epistemologias. Texto elaboração para o III Seminário de Metodologia do Projeto ALICE-Espelhos estranhos, lições imprevistas: definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do mundo" coordenado pelo professor Boaventura de Sousa Santos - Universidade de Coimbra. O projeto recebe fundos do Conselho Europeu de Investigação, 7.º Programa Quadro da União Europeia (FP/2007-2013) / ERC Grant Agreement n. [269807]".

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia na encruzilhada. *In*: SINGER, André *et al*. *Por que gritamos golpe?* Para entender o *impeachment* é a crise política no Brasil. Organização Ivana Jinkings Kim Dória Murilo Cleto. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. *O colapso da democracia no Brasil*: da constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Cabe à esquerda derrotar Bolsonaro. *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 164, mar., 2021.

MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. *Opinião*, v. 13, n. 1, jun., 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/op/a/YzvvJQqyFQNLb55DYPLgsML/?lang=pt#. Acesso em: 13 fev. 2020.

MILOS, P. *Frente Popular en Chile*: su configuración (1935-1938), 2008. Disponível em: books.google.com. Acesso em: 25 ago. 2020.

MIQUELIN, Eliana Fonzar. *Origem e concepção de história em Walter Benjamin*. 1995. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

MONTESQUIEU, Barão de. (Charles-Louis de Secondat). *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MORAIS, Fernando. *Lula, volume 1*: Biografia. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MORENO, Nahuel. La Traición de la OCI(U), 1981. *Tomado de Panorama Internacional*, Madrid, Año VI, n. 19, enero, 1982. Disponível em: www.nahuelmoreno.org. Acesso em: 29 set. 2020.

NEFTALI, Augusto Corte de Oliveira. O papel dos partidos políticos e que partidos queremos. In: TEIXEIRA, Ana Cláudia; ALMEIDA, Carla; MORONI, José Antônio. (Org.). *A democracia necessária e desejada*: dilemas e perspectivas. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

NOBRE, Marcos. A frente ampla é para ontem. *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 164, mar., 2021.

OS PARALAMAS DO SUCESSO. *Alagados*. In: Os Paralamas do Sucesso, 1986. EMI.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi. O trabalho social na política habitacional: a vitalidade do serviço social. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, v. 16, n. 1, 2018.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior*: que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta Brasil, 2019.

PISMEL, Adriana Catatai; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. O que reivindica a sociedade civil: manifestos púbicos em tempos de Covid-19. *20° Congresso Brasileiro UFPA-Belém, PA. GT 10 Movimentos sociais, protestos e ativismos em contextos de crises*: abordagens, analíticas e empíricas, 2021.

PIMENTEL Pedro Chapaval; TESSEROLI, Ricardo (Org.). *De ouvidos tapados*: a discussão dos problemas do Brasil no HGPE de Bolsonaro e Haddad. *In*: O Brasil vai às urnas: as campanhas eleitorais para presidente na TV e internet. por. Londrina: Syntagma Editores, 2019.

POCHMANN, Márcio. *A nova classe média?* O trabalho de base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

POMAR, Valter. *A metamorfose*. São Paulo: Editora Página 13, 2014.

PRADO, José Luiz Aidar; BUENO Vinicius Prates da Fonseca. O Afastamento de Dilma Roussef: Afetos e Discursos em Disputa na Política. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 26, n. 2, maio/ago., 2019.

PRESTES, Anita Leocádia. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 31, n. 1, 31 dez., 2005.

RAICHELIS, Raquel Degenszajn; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da; WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Por que precisamos falar de desigualdade? *Serv. Soc. Soc*., editorial, v. 141, maio/ago., 2021.

RAMOS, Gustavo Teixeira. *A classe trabalhadora e a resistência ao Golpe de 2016*. Projeto Editorial Práxis. Canal 6 Editora. Edição do Kindle.

REVISTA de História de La Fim. *La primavera del Frente Popular de febrero a julio de 1936*. Edita: Fundación de Investigaciones Marxistas. Madri, 2016. Disponível em: https://revistanuestrahistoria.files.wordpress.com/2016/12/nh1_2016_2529-9808.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

RICCI, Rudá. *Lulismo*: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2010.

RODRIGUES, Francisco Martins. *Anti Dimitrov-1935/1985, meio século de derrotas da revolução*. 2. ed. Lisboa: Edições Dinossauro, 2008. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/rodrigues/1985/anti-dimitrov/Anti-Dimitrov.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. *In*: MARICATO, Ermínia *et al*. *Cidades rebeldes*: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

ROSSI, Marina. BEDINELLI, Talita. Lula: "Faltam dois anos com Dilma. É tempo. suficiente para mudar esse país". *Site El País*, 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/19/politica/1458349771_427371.html. Acesso em: 06 jul. 2021

ROUSSEAU, Jean-Jaques. *O contrato social*. Tradução Antônio de Pádua Danesi. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ROVAI, Renato. Se houver confronto hoje o nome do responsável é Geraldo Alckmin. Site Frente Brasil Popular, *Revista Fórum*, 2016. Disponível em: http://frentebrasil.cut.org.br/noticias/se-houver-confronto-hoje-o-nome-do-responsavel-e-geraldo-alckmin-3aaf/ Acesso em: 17 mar. 2021.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SAES, Décio. *A democracia no capitalismo*. Democracia. São Paulo: Ática, 1987

SAES, Décio. *Estado e democracia*: ensaios teóricos. Campinas - Unicamp Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. (Coleção Trajetória 1).

SÁNCHEZ, Fernando Hernández. Arrancar la victoria de las fauces de la derrota. El Partido Comunista de España y del Frente Popular, de octubre de 1934 a julio de 1936. *Nuestra Historia: Revista de Historia de La*. Madrid, Fundación de Investigaciones Marxistas, 2016. Disponível em: https://revistanuestrahistoria.files.wordpress.com/2016/12/nh1_2016_2529-9808.pdf. Acesso: 23 jul. 2020.

SÁNCHEZ, Fernando Hernández. Dossier Presentacion: La Primavera del Frente Popular *Revista de História de La Fim*. La primavera del Frente Popular de febrero a julio de 1936. Edita: Fundacion de Investigaçiones Marxistas. Madri, 2016. Disponível em: https://revistanuestrahistoria.files.wordpress.com/2016/12/nh1_2016_2529-9808.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice, o social e o político na pós-modernidade*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Patrícia dos. *A atuação dos movimentos sociais durante o processo de impeachment da presidente da República Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados [manuscrito]*: um estudo de caso da rede social Facebook dos movimentos Vem Pra Rua Brasil e Frente Brasil Popular, 2016.

SANTOS, Theutonio. *Do socialismo ao fascismo*: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano. Florianópolis: Insular, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil uma biografia*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SECCO, Lincon. *História do PT 1978-2010*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias F. *Os impasses da estratégia*: os comunistas e os dilemas da União Nacional. 2007. Tese (Doutorado). Universidade Federal de

Pernambuco, Pernambuco, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7587. Acesso em: 8 jun. 2020.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias F. *Frente Única, Frente Popular e Frente Nacional*. Anotações históricas sobre um debate presente, 2007.

SERAFIM Lizandra; TRINDAD, Thiago Aparecido. Desafios da participação para a transformação do Estado e da sociedade1. *In*: TEIXEIRA, Ana Cláudia; ALMEIDA, Carla; MORONI, José Antônio. (Org.). *A democracia necessária e desejada: dilemas e perspectivas*. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Hugo Fanton Ribeiro da. *A conformação de forças sociais e políticas e sua relação com a disputa entre projetos políticos*: um estudo de caso em Heliópolis. Campinas-SP: [s.n.], 2016.

SILVA, Ilse Gomes. *Democracia participação na "reforma" do Estado*. São Paulo: Cortez, 2003 (Coleção Questões da Nossa Época).

SILVA, Ilse Gomes. Os desafios da participação popular no contexto da "reforma" do Estado brasileiro. *Lutas Sociais*. Revista de pós-graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, n. 5, 1998.

SILVA, Luiz Inácio Lula da.; JINKINGS, Ivana *et al*. (Org.). *A verdade vencerá*: o povo sabe por que me condenam. São Paulo: Boitempo, 2018.

SILVA, Roberto Marinho Alves da.; SILVA, Ronalda Barreto. Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil. *Trilhas Filosóficas*. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.25244/tf.v10i1.3062. Acesso em: 08 set. 2020.

SIMIONATTO, I.; DANUTA, Estrufika.; CANTOIA, Luiz (Org.). *Razões para continuar utilizando a categoria de sociedade civil e democracia*: expressões contemporâneas. São Paulo: Veras Editora, 2010.

SIMIONATTO, Ivete. Intelectualidade, política e produção do conhecimento: desafios ao Serviço Social. *Serv. Soc. Soc*., São Paulo, n. 117, 2014.

SINGER, André Victor. Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do Lulismo. *Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo*. São Paulo, v. 26, n. 1, 7-14, out. 2020. Disponível em: www.scielo.br/pusp. Acesso em: 8 jul. 2020.

SINGER, André Vitor. *Os sentidos do lulismo*: reforma gradual e pacto conservador. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André Vitor. Por uma frente ampla, democrática e republicanam. In: SINGER, André *et al*.; organização Ivana Jinkings Kim Dória Murilo Cleto. *Por que gritamos golpe?* Para entender o *impeachment* é a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SINGER, André *et al*.; organização Ivana Jinkings Kim Dória Murilo Cleto. *Por que gritamos golpe?* Para entender o *impeachment* é a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos CEBRAP*, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010133002009000300004&script=sci_arttext&tlng=pt em: Acesso em: 18 ago. 2020.

SKINNER, Marta. Projeto Neoliberal. *In*: *A enciclopédia do golpe*. Bauru: Canal 6, 2017. v. 1.

SOLANO, Esther; MORETTO, Márcio. "Guerras culturais" e "populismo anti-petista" nas ruas de 2017. *Notas*, São Paulo, n. 10, jul., 2017.

SOLANO, Esther Gallego. Populismo de direita. *In*: ALVES, Giovanni (Coord.). *Enciclopédia do Golpe*. Bauru: Canal 6, 2007. v. 1.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SUCESSO, Paralamas. *Alagados*, 1986. (Música). EMI.

TAVARES, Elaine. *Tomando o céu por assalto*: El Salvador e a luta da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional. 15 de janeiro de 2015. Disponível em|: http://www.iela.ufsc.br/noticia/tomando-o-ceu-por-assalto-el-salvador-e-luta-da-Frente-farabundo-marti-de-libertacao. Acesso em: 01 out. 2020.

THOMAS, Pierre. Frente Única. *In*: LIGUIORI, Guido.; VOZA, Pasquale (Org.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.

TOURAINE, Alain. *Um novo Paradigma para compreender o mundo hoje*. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

TROTSKY, Leon. *Aonde vai a França*, traduzido por Isis Alves. Tradução dos apêndices por Ana Cristina Machado, Silvana Foŕa e Waldo Mermelstein. São Paulo: Sudermann, 2020.

VAINER, Carlos. *Quando a cidade vai às ruas*. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

VARELLA Renata Versiani Scott. *A pesquisa militante na América Latina*: uma chave para compreensão dos novos movimentos sociais. 2019. Tese (Doutorado). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

VEIGA, Luciana. O Brasil vai às Urnas. *In*: *O Brasil vai às urnas*: as campanhas eleitorais para presidente na TV e internet. por. Londrina: Syntagma Editores, 2019.

WANDERLEY, L. E. W. Movimentos sociais e populares: aspectos econômicos, sociais e políticos. *In*: *Ciências Sociais na atualidade*: movimentos. São Paulo: Paulus, 2005.

WANDERLEY, L. E. W. Os sujeitos sociais em questão. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 40, 1992.

WEBER, Max. *Ciência e política duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2011.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WISSENBACH, Tomás. Dinâmicas Intraurbanas e Desigualdades Territoriais: elementos para o debate sobre inclusão digital na cidade de São Paulo. *In*: *Desigualdades digitais no espaço urbano [livro eletrônico]*: um estudo sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo.

WOLIKOW, Serge. Que tipo de evento? Historiografia e atualidade das investigações da Frente Popular. *Nossa História: Revista FIM History*, n. 1, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel; SANT'ANA, Raquel. A conjuntura atual e o enfrentamento ao coronavírus: desafios ao Serviço Social Editorial. *Serv. Soc. Soc.*, Editorial, n. 138, 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. Desafios para o Serviço Social em tempo de avanços do conservadorismo. *Serv. Soc. Soc.*, Editorial, n.134, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita; BRAVO, Maria Inês Souza; MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social & Sociedade*, Editorial, n. 128, 2017.

SITES

www.diplomatique.org.br.

www.fgv.br.

http://cedoc.cut.org.br/cronologia-das-lutas.

http://cspconlutas.org.br/quem-somos/historia/.

http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2328:catid=28&Itemid=23%20.

http://especial.caritas.org.br.s174889.gridserver.com/semana-social-brasileira/.

http://jubileusul.org.br/noticias/comemoracao-e-memoria-plebiscito-popular-da-alca/.

http://memorialdademocracia.com.br/card/alca-enfrenta-a-oposicao-do-brasil.

http://memorialdademocracia.com.br/card/pela-uniao-dos-trabalhadores.

http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/jose-dirceu/.

http://www.cepa.if.usp.br/energia/energia1999/Grupo2B/Hidraulica/balbina.htm.
http://www.iela.ufsc.br/noticia/tomando-o-ceu-por-assalto-el-salvador-e-luta-da-Frente-farabundo-marti-de-libertacao.
http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/.
http://www4.pucsp.br/cedic/semui/fundos/associacao_nacional_do_solo_urbano.html-.
https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-07/black-lives-matter-o-rumo-incerto-do-grande-movimento-antirracista.html.
https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/presidente-da-cut-diz-que-defendera.
https://ctb.org.br/quem-somos.
https://jubileusul.org.br/noticias/comemoracao-e-memoria-1a-assembleia-popular.
https://mst.org.br.
https://mst.org.br/2015/09/13/mst-lanca-nota-sobre-o-atual-momento-politico-e-a-reforma-agraria/.
https://mst.org.br/2018/10/29/fazenda-anonni-33-anos-de-luta-e-resistencia.
https://proftina.pbworks.com/f/Ed+libertadora+e+os+movimentos+sociais.pdf.
https://projetobrasilpopular.org/.
https://pt.org.br/roberto-amaral-a-urgencia-da-frente-brasil-popular/.
https://reformapolitica.org.br/2015/02/04/campanha-da-constituinte-realiza-ato-no-congresso-nacional.
https://waltersorrentino.com.br/sobre/.
https://www.al.sp.gov.br/noticia/impressao/?id=361950&ver_imp=true.
https://www.ana.gov.br/noticias-antigas/navel-do-reservata3rio-de-itaparica-ba-pe-sera.2019-03-15.2873175363.
https://www.brasildefato.com.br/2019/02/06/governo-bolsonaro-prepara-o-fim-do-mais-medicos-ultimo-edital-termina-esta-semana.
https://www.dicio.com.br/presidenta/.
https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/24271-1995-a-maior-greve-dos-petroleiro.
https://www.intersindical.org.br/quem-somos/.
https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/24-de-abril-de-2020-24-horas-de-solidariedade-feminista-contra-as-empresas-transnacionais.
https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia.
https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/mmm-participa-de-lancamento-da-frente-brasil-popular-em-belo-horizonte.

https://www.ncst.org.br/.
https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2014/09/plebiscito-por-reforma-politica-tem-adesao-de-quase-8-milhoes-e-resultado-sera-levado-a-brasilia-9996.
https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/03/militantes-em-defesa-da-democracia-levantam-acampamento-em-sao-paulo-1601.
https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2021/01/maiores-vitimas-dos-seus-inumeros-crimes-mulheres-impulsionam-movimento-por-impeachment-de-bolsonaro.
https://www.scielo.br/j/sssoc/a/3JD9n46H3Dhn7BYbZ3wzC7t/?lang=pt.

ANEXOS

FRENTE BRASIL POPULAR » Quem Somos » Manifesto ao Povo Brasileiro

Manifesto ao Povo Brasileiro

Vivemos um momento de crise. Crise internacional do capitalismo, crise econômica e política em vários países vizinhos e no Brasil. Correm grave perigo os direitos e as aspirações fundamentais do povo brasileiro: ao emprego, ao bem-estar social, às liberdades democráticas, à soberania nacional, à integração com os países vizinhos. Para defender nossos direitos e aspirações, para defender a democracia e outra política econômica, para defender a soberania nacional e a integração regional, para defender transformações profundas em nosso país, milhares de brasileiras e de brasileiros de todas as regiões do país, cidadãos e cidadãs, artistas, intelectuais, religiosos, parlamentares e governantes, assim como integrantes e representantes de movimentos populares, sindicais, partidos políticos e pastorais, indígenas e quilombolas, negros e negras, LGBT, mulheres e juventude, realizamos esta Conferência Nacional onde decidimos criar a Frente Brasil Popular.

Nossos objetivos são:

1. Defender os direitos dos trabalhadores e dos trabalhadoras: melhorias das condições de vida, emprego, salário, aposentadoria, moradia, saúde, educação, terra e transporte público! Lutamos contra o atual ajuste fiscal e contra todas as medidas que retiram direitos, eliminam empregos, reduzem salários, elevam tarifas de serviços públicos, estimulam a terceirização, ao tempo em que protegem a minoria rica. Defendemos uma política econômica voltada para o desenvolvimento com distribuição de renda. Lutamos contra a especulação financeira nacional e internacional, que transfere para uma minoria, por vias legais ou ilegais, através da corrupção e de contas bancárias secretas, parte importante da riqueza produzida pelo povo brasileiro! Lutamos por uma reforma tributária que — por meio de medidas como o imposto sobre grandes fortunas e a auditoria da dívida — faça os ricos pagarem a conta da crise.

2. Ampliar a democracia e a participação popular nas decisões sobre o presente e o futuro de nosso país. Lutamos contra o golpismo — parlamentar, judiciário ou midiático — que ameaça a vontade expressa pelo povo nas urnas, as liberdades democráticas e o caráter laico do Estado! Lutamos por uma reforma política soberana e popular, que fortaleça a participação direta do povo nas decisões políticas do País, garanta a devida representação dos trabalhadores, negros e mulheres, impeça o sequestro da democracia pelo dinheiro e proíba o financiamento empresarial das campanhas eleitorais! Lutamos contra a criminalização dos movimentos sociais e da política, contra a corrupção e a partidarização da justiça, contra a redução da maioridade penal e o extermínio da juventude pobre e negra das periferias, contra o machismo e a homofobia, contra o racismo e a violência que mata indígenas e quilombolas!

3. Promover reformas estruturais, para construir um projeto nacional de desenvolvimento democrático e popular: reforma do Estado, reforma política, reforma do poder judiciário, reforma na segurança pública com desmilitarização das Polícias Militares, democratização dos meios de comunicação e da cultura, reforma urbana, reforma agrária, consolidação e universalização do Sistema Único de Saúde, reforma educacional e reforma tributária! Lutamos pela democratização dos meios de comunicação de massa e pelo fortalecimento das mídias populares, para que o povo tenha acesso a uma informação plural, tal como está exposto na Lei da Mídia Democrática.

4. Defender a soberania nacional. O povo é o dono das riquezas naturais, que não podem ser entregues às transnacionais e seus sócios! Lutamos em defesa da soberania energética, a começar pelo Pré-Sal, a Lei da Partilha, a Petrobrás, o desenvolvimento de ciência e tecnologia, engenharia e de uma política de industrialização nacional! Lutamos pela soberania alimentar e em defesa do meio ambiente, sem o qual não haverá futuro. Lutamos contra as forças do capital internacional, que tentam impedir e reverter a integração latino-americana. Convidamos a todas e a todos que se identificam com esta plataforma a somar-se na construção da Frente Brasil Popular. O povo brasileiro sabe que é fácil sonhar todas as noites. Difícil é lutar por um sonho. Mas sabe, também, que sonho que se sonha junto pode se tornar realidade.

Vamos lutar juntos por nossos sonhos!!!

Viva a Frente Brasil Popular!!

FRENTE BRASIL POPULAR

Busca

QUEM SOMOS PPE NOTÍCIAS LOGO PUBLICAÇÕES MULTIMÍDIA

FRENTE BRASIL POPULAR » Quem Somos » Compromissos da Militância

Compromissos da Militância

1. Brasileiras e brasileiros de todas as regiões do país, cidadãos e cidadãs, artistas, intelectuais, religiosos, parlamentares e governantes, assim como integrantes e representantes de movimentos populares, sindicais, partidos políticos e pastorais, indígenas e quilombolas, LGBT, negros e negras, mulheres e juventude, realizamos no dia 5 de setembro de 2015, em Belo Horizonte, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, uma Conferência Nacional Popular.

2. Para defender os direitos e aspirações do povo brasileiro, para defender a democracia e outra política econômica, para defender a soberania nacional e a integração regional, para defender transformações profundas em nosso país decidimos – sem abrir mão das reivindicações específicas, da diversidade de opiniões e da autonomia das organizações que integramos e representamos – criar a Frente Brasil Popular.

3. Assumimos como compromissos de luta todas e cada uma das diretrizes programáticas contidas no Manifesto ao Povo Brasileiro, divulgado no dia 5 de setembro e que deve ser apresentado e debatido com nossa base social, em nossos estados e cidades, locais de militância e trabalho, estudo e moradia.

4. Construiremos a Frente Brasil Popular em nossos estados e municípios, com base nas diretrizes discutidas na Conferência Nacional Popular, articulando da forma ampla, unitária e consensual artistas, intelectuais, religiosos, parlamentares e governantes, integrantes e representantes de movimentos populares, sindicais, partidos políticos e pastorais, indígenas e quilombolas, LGBT, negros e negras, mulheres e juventude, cidadãs e cidadãos de todas as regiões do País.

5. Apoiaremos e participaremos da luta das categorias e setores sociais que estão mobilizados em todo o país, nos empenhando para que se unifiquem, ganhem caráter nacional e se integrem às lutas gerais do povo brasileiro.

6. Construiremos formas de ajuda mútua entre todos os meios de comunicação e cultura populares, para que artistas, intelectuais, comunicadores, jornalistas livres, blogueiros sujos, ativistas populares das redes e mídia alternativa construam conjuntamente estes instrumentos indispensáveis a um projeto de desenvolvimento alternativo.

7. A Frente Brasil Popular convida e acolhe todos e todas, figuras públicas ou não, que sentem-se comprometidos com nossas propostas programáticas e de luta social.

8. Buscaremos a unidade de ação com as iniciativas semelhantes a Frente Brasil Popular, especialmente para denunciar e derrotar a ofensiva das forças conservadoras e golpistas, que visam não apenas derrubar e sabotar o governo democraticamente eleito, nem tampouco impor a este governo o programa dos que foram derrotados nas eleições presidenciais de 2014, mas principalmente produzir um retrocesso histórico nas liberdades, direitos e conquistas do povo brasileiro.

9. Convocamos, para 3 de outubro de 2015 um dia nacional de luta, com a pauta definida pela Conferência Nacional Popular.

10. As forças democráticas e populares já demonstraram diversas vezes e voltamos a demonstrar neste momento que sabemos lutar e saberemos fazer valer nossos direitos, as liberdades democráticas, a soberania nacional, a integração latino-americana, as reformas estruturais e populares.

Viva a Frente Brasil Popular!!

Viva o povo brasileiro!!

Belo Horizonte, 5 de setembro de 2015

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

O roteiro de entrevista composto com questões orientadoras abertas que procuram entender a articulação entre movimentos sociais e populares, centrais sindicais e partidos políticos. A contextualização de criação da Frente Brasil Popular

ROTEIRO DE ENTREVISTA EXPLORATÓRIA

Entrevista: n. _____ Data da entrevista: _____/_____/_____

I – IDENTIFICAÇÃO

1. Nome: _____

2. Profissão: _____

3. Período da atuação profissional:

I-Contextualização e participação em outras articulações;

- Você/movimento tem experiência de participação em iniciativas de articulações nos anos 1990.
- Conte um pouco dessa experiência
- Quem participava?
- Quais as pautas, como se organizava?

II-Participação na Frente Brasil Popular:

- Quando o seu movimento começou a participar da FBP?
- Qual era o contexto/conjuntura que motivaram a fundação da FBP?
- Você lembra das primeiras pautas?
- De quem foi iniciativa (pessoas/grupo de pessoas/entidades) da fundação da FBP?
- Qual a origem dos fundadores/grupos?
- Quem ou qual grupo teve papel mais importante na fundação?

III-Organização:

- Como se organiza a FBP?
- Tem coordenação?

- Qual é a dinâmica interna de decisão?
- Com que frequência realiza atividades?
- Quais foram as principais atividades?
- Na sua opinião, qual é a principal papel da FBP hoje?
- Você avalia que mudou em relação ao momento de fundação?

IV-Temas polêmicos, pautas setoriais, projeto societário:

- Observando para as pautas da FBP, quais são os temas principais, os polêmicos ou sem acordo?
- Como são tratadas as pautas setoriais?
- Na sua opinião, qual o projeto societário que organiza e orienta a articulação da Frente Brasil Popular?

V-Construção de frentes:

- Na sua opinião, quais fatores (no Brasil e mundo) que fazem emergir a necessidade formação das frentes, considerando que já existem as centrais e articulações específicas?
- Quais são os elementos comuns de aglutinação das frentes?
- Afinal, o que há de novo no cenário político dos movimentos sociais, articulações e organizações em formato de frente?
- Indicação de pessoas para a entrevista posteriores?
- Gostaria acrescentar alguma questão?

Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar da Pesquisa ***DESAFIOS PARA EFETIVAÇÃO DE FRENTES DE ARTICULAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES, PARTIDOS POLÍTICOS E CENTRAIS SINDICAIS: A EXPERIÊNCIA DA FRENTE BRASIL POPULAR (2013 a 2018)***, *re*alizada pela pesquisadora Francisca Genilce Gomes, aluna do Doutorado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, sob orientação da Professora Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz.

Esta pesquisa tem objetivos estritamente acadêmicos, que, em linhas gerais: contextualizar a realidade brasileira no momento de surgimento da Frente Brasil Popular; pesquisar e sistematizar a gênese e formação da Frente Brasil Popular, entender a formação da Frente Brasil Popular e suas formas de articulação entre os movimentos sociais e populares, centrais sindicais e partidos políticos, no enfrentamento ao projeto neoliberal, contra a retirada dos diretos dos trabalhadores e na disputa de um projeto societário; aprofundar a análise e conhecimento acadêmico sobre os movimentos sociais e suas articulações em frentes de atuação, analisar o papel e contribuições da FBP no contexto anterior e posterior ao golpe 2016, elaborar contribuição teórica para o estudo de formação e articulação de frentes de luta.

A pesquisa será realizada por meio de entrevistas utilizando-se roteiro semiestruturado e gravação de áudio, a partir da assinatura deste Termo. A gravação tem a finalidade de contribuir, posteriormente, para o registro e a análise dos dados e informações obtidas, sendo proibida a sua utilização para quaisquer outros fins, que não seja na produção da tese de doutorado, sem a autorização prévia do entrevistado (a). Também deverá ser respeitado o anonimato do entrevistado na utilização dos dados e informações coletadas. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e sua orientadora.

Se depois de aceitar participar da pesquisa o (a) Sr.(a) desistir de sua participação, terá o direito e a liberdade de retirar o seu consentimento em qualquer momento da pesquisa, antes ou depois da coleta dos dados, independentemente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Ressaltamos que a sua participação nesta pesquisa deverá ser de forma voluntária e que o (a) Sr.(a) não terá nenhuma despesa ou qualquer ganho financeiro, tendo como finalidade exclusiva colaborar para o sucesso da pesquisa. Contudo, se aceitar participar estará contribuído para o desenvolvimento de um relevante estudo na área do Serviço Social e que trará benefícios tanto para estudantes, profissionais e pesquisadores como para sociedade.

O uso das informações obtidas durante a sua entrevista está submetido às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social

Caso tenha alguma dúvida ou sinta-se prejudicado (a), o (a) Sr. (a) poderá contatar a pesquisadora ou sua orientadora no Programa de Estudos Pós Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, situado na Rua Ministro Godoy, 969 - Perdizes CEP 05015-000- São Paulo - SP telefone (11) 3670-8000; entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa PUC/SP, na Rua Ministro Godoy, 969, sala 63C (térreo do Prédio Novo) - São Paulo - SP telefone (11) 3670-8466; ou falar com a pesquisadora por meio dos e-mails fgenilcegomes@uol.com.br e RA00012965@pucsp.edu.br e telefone (11) 99176-3811

Consentimento Pós-informação:

Eu,_____, fui informado (a) sobre os objetivos da pesquisa e afirmo que entendi todas as informações fornecidas e os motivos pelos quais a pesquisadora precisa da minha colaboração. Declaro que concordo em participar do Projeto de Pesquisa, sabendo que não vou ganhar nenhuma remuneração e que posso sair quando eu quiser e concordo. Este Termo é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Referente à autorização de minha identidade no presente estudo:

( ) Não, autorizo ( ) Sim, autorizo

São Paulo, ____ de _____ de 2020

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Rua Ministro Godoi, 969, Perdizes - 05015-000 - São Paulo - SP - sssocial@pucsp.br

FRENTE BRASIL POPULAR

Compromissos da Militância

1. Brasileiras e brasileiros de todas as regiões do país, cidadãos e cidadãs, artistas, intelectuais, religiosos, parlamentares e governantes, assim como integrantes e representantes de movimentos populares, sindicais, partidos políticos e pastorais, indígenas e quilombolas, LGBT, negros e negras, mulheres e juventude, realizamos no dia 5 de setembro de 2015, em Belo Horizonte, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, uma Conferência Nacional Popular.

2. Para defender os direitos e aspirações do povo brasileiro, para defender a democracia e outra política econômica, para defender a soberania nacional e a integração regional, para defender transformações profundas em nosso país decidimos – sem abrir mão das reivindicações específicas, da diversidade de opiniões e da autonomia das organizações que integramos e representamos—criar a Frente Brasil Popular.

3. Assumimos como compromissos de luta todas e cada uma das diretrizes programáticas contidas no Manifesto ao Povo Brasileiro, divulgado no dia 5 de setembro e que deve ser apresentado e debatido com nossa base social, em nossos estados e cidades, locais de militância e trabalho, estudo e moradia.

4. Construiremos a Frente Brasil Popular em nossos estados e municípios, com base nas diretrizes discutidas na Conferência Nacional Popular, articulando da forma ampla, unitária e consensual artistas, intelectuais, religiosos, parlamentares e governantes, integrantes e representantes de movimentos populares, sindicais, partidos políticos e pastorais, indígenas e quilombolas, LGBT, negros e negras, mulheres e juventude, cidadãs e cidadãos de todas as regiões do País.

5. Apoiaremos e participaremos da luta das categorias e setores sociais que estão mobilizados em todo o país, nos empenhando para que se unifiquem, ganhem caráter nacional e se integrem às lutas gerais do povo brasileiro.

6. Construiremos formas de ajuda mútua entre todos os meios de comunicação e cultura populares, para que artistas, intelectuais, comunicadores, jornalistas livres, blogueiros sujos, ativistas populares das redes e mídia alternativa construam conjuntamente estes instrumentos indispensáveis a um projeto de desenvolvimento alternativo.

7. A Frente Brasil Popular convida e acolhe todos e todas, figuras públicas ou não, que se sentem comprometidos com nossas propostas programáticas e de luta social.

8. Buscaremos a unidade de ação com as iniciativas semelhantes a Frente Brasil Popular, especialmente para denunciar e derrotar a ofensiva das forças conservadoras e golpistas, que visam não apenas derrubar e sabotar o governo democraticamente eleito, nem tampouco impor a este governo o programa dos que foram derrotados nas eleições presidenciais de 2014, mas principalmente produzir um retrocesso histórico nas liberdades, direitos e conquistas do povo brasileiro.

9. Convocamos, para 3 de outubro de 2015 um dia nacional de luta, com a pauta definida pela Conferência Nacional Popular.

10. As forças democráticas e populares já demonstraram diversas vezes e voltamos a demonstrar neste momento que sabemos lutar e saberemos fazer valer nossos direitos, as liberdades democráticas, a soberania nacional, a integração latino-americana, as reformas estruturais e populares.

Viva a Frente Brasil Popular!!!

Viva o povo brasileiro!!!

Belo Horizonte, 5 de setembro de 201

FRENTE BRASIL POPULAR

Manifesto ao Povo Brasileiro

Vivemos um momento de crise. Crise internacional do capitalismo, crise econômica e política em vários países vizinhos e no Brasil. Correm grave perigo os direitos e as aspirações fundamentais do povo brasileiro: ao emprego, ao bem-estar social, às liberdades democráticas, à soberania nacional, à integração com os países vizinhos. Para defender nossos direitos e aspirações, para defender a democracia e outra política econômica, para defender a soberania nacional e a integração regional, para defender transformações profundas em nosso país, milhares de brasileiras e de brasileiros de todas as regiões do país, cidadãos e cidadãs, artistas, intelectuais, religiosos, parlamentares e governantes, assim como integrantes e representantes de movimentos populares, sindicais, partidos políticos e pastorais, indígenas e quilombolas, negros e negras, LGBT, mulheres e juventude, realizamos esta Conferência Nacional onde decidimos criar a Frente Brasil Popular.

Nossos objetivos são:

1. Defender os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras: melhorias das condições de vida, emprego, salário, aposentadoria, moradia, saúde, educação, terra e transporte público! Lutamos contra o atual ajuste fiscal e contra todas as medidas que retiram direitos, eliminam empregos, reduzem salários, elevam tarifas de serviços públicos, estimulam a terceirização, ao tempo em que protegem a minoria rica. Defendemos uma política econômica voltada para o desenvolvimento com distribuição de renda. Lutamos contra a especulação financeira nacional e internacional, que transfere para uma minoria, por vias legais ou ilegais, através da corrupção e de contas bancárias secretas, parte importante da riqueza produzida pelo povo brasileiro! Lutamos por uma reforma tributária que — por meio de medidas como o imposto sobre grandes fortunas e a auditoria da dívida — faça os ricos pagarem a conta da crise.

2. Ampliar a democracia e a participação popular nas decisões sobre o presente e o futuro de nosso país. Lutamos contra o golpismo — parlamentar, judiciário ou midiático — que ameaça a vontade expressa pelo povo nas urnas, as liberdades democráticas e o caráter laico do Estado! Lutamos por uma reforma política soberana e popular, que fortaleça a participação direta do povo nas decisões políticas do País, garanta a devida representação dos trabalhadores, negros e mulheres, impeça o sequestro da democracia pelo dinheiro e proíba o financiamento empresarial das campanhas eleitorais! Lutamos contra a criminalização dos movimentos sociais e da política, contra a corrupção e a partidarização da justiça, contra a redução da maioridade penal e o extermínio da juventude pobre e

negra das periferias, contra o machismo e a homofobia, contra o racismo e a violência que mata indígenas e quilombolas!

3. Promover reformas estruturais, para construir um projeto nacional de desenvolvimento democrático e popular: reforma do Estado, reforma política, reforma do poder judiciário, reforma na segurança pública com desmilitarização das Polícias Militares, democratização dos meios de comunicação e da cultura, reforma urbana, reforma agrária, consolidação e universalização do Sistema Único de Saúde, reforma educacional e reforma tributária! Lutamos pela democratização dos meios de comunicação de massa e pelo fortalecimento das mídias populares, para que o povo tenha acesso a uma informação plural, tal como está exposto na Lei da Mídia Democrática.

4. Defender a soberania nacional. O povo é o dono das riquezas naturais, que não podem ser entregues às transnacionais e seus sócios! Lutamos em defesa da soberania energética, a começar pelo Pré-Sal, a Lei da Partilha, a Petrobrás, o desenvolvimento de ciência e tecnologia, engenharia e de uma política de industrialização nacional! Lutamos pela soberania alimentar e em defesa do meio ambiente, sem o qual não haverá futuro. Lutamos contra as forças do capital internacional, que tentam impedir e reverter a integração latino-americana. Convidamos a todas e a todos que se identificam com esta plataforma a somar-se na construção da Frente Brasil Popular. O povo brasileiro sabe que é fácil sonhar todas as noites. Difícil é lutar por um sonho. Mas sabe, também, que sonho que se sonha junto pode se tornar realidade.

Vamos lutar juntos por nossos sonhos!!!

Viva a Frente Brasil Popular!!!

Viva o povo brasileiro!!!

Organizações participantes

Participam da Frente Brasil Popular (por ordem alfabética)

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Adere – Movimento dos Assalariados Rurais

A Marighella

ANA – Associação Nacional de Agroecologia

Associação de Advogados da União pela Democracia

ANPG- Associação Nacional dos Pós-Graduandos

Ainda MG

ATRAF (Associação dos Trabalhadores de Franca)

Barão de Itararé

CBJP – Comissão Brasileira de Justiça e Paz

CEBES - Centro Brasileiro de Estudos de Saúde

CEBRAPAZ (Centro Brasileiro de Solidariedade e Luta pela Paz)

CMP (Central de Movimentos Populares)

CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores)

CONAQ – Movimento Nacional dos Quilombolas

CONEN (Confederação Nacional de Entidades Negras)

Consulta Popular

CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

CUT (Central Única dos Trabalhadores)

ESTOPIM

FETRAF Brasil

Fora do Eixo

FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação)

Fórum Político Interreligioso

FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil)

Federação dos Metalúrgicos do RS

Fórum 21

FUP (Federação Única dos Petroleiros)

Grupo ACONTECE – Arte e Política LGBT

INESC

Igrejas

INMA (Instituto Nacional do Meio Ambiente)

Juventude Revolução

Levante Popular da Juventude

Marcha Mundial das Mulheres

Mídia Ninja

MCP (Movimento Camponês Popular)

MTD (Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos)

MLT (Movimento de Luta por Terra)

MMC (Movimento de Mulheres Camponesas)

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens)

MNCCD (Movimento Nacional Contra Corrupção e pela Democracia)

MNLCN (Movimento Nacional de Luta Contra o Neoliberalismo e Pelo Socialismo)

MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores)

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra)

MOTU (Movimento dos Trabalhadores Urbanos)

MAM (Movimento Nacional Pela Soberania Popular Frente à Mineração)

Movimento Nacional de Rádios Comunitárias

Movimento da Reforma Sanitária Brasileira

Movimento das Pescadoras e Pescadores do Brasil

Movimento Fé Brasil

Nação Hip Hop Brasil

Pastorais Sociais

Rede de Médicas/os Populares

RENAP (Rede Nacional de Advogados Populares)

Sindsesp SP

Sindieletro MG (Sindicato dos Eletricitários de Minas)

SENGE-Rio (Sindicato dos Engenheiros do Estado – RJ)

Sindute MG (Sindicato Único de trabalhadores em Educação de Minas Gerias)

UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas)

UBM (União Brasileira de Mulheres)

UJS (União da Juventude Socialista)

UNEGRO (União de Negros Pela Igualdade)

UNE (União Nacional de Estudantes)

UNMP (União Nacional por Moradia Popular)

Via campesina

e ainda, parlamentares e dirigentes de diversos partidos e correntes partidárias, entre os quais o PT, o PCdoB, o PSB, PMDB, PCO, PCML, Refundação Comunista e o PDT. Também participam diversos intelectuais e jornalistas que atuam em diferentes espaços da mídia popular e que compartilham desse esforço.